

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM ESTUDOS DE LITERATURA**

DANIEL CASTELLO BRANCO CIARLINI

**IMPrensa e Literatura Piauiense na República Velha:
Gênese de um campo e circuitos literários**

**Porto Alegre, RS
2019**

DANIEL CASTELLO BRANCO CIARLINI

**IMPrensa e Literatura Piauiense na República Velha:
GÊNESE DE UM CAMPO E CIRCUITOS LITERÁRIOS**

Tese de Doutorado em Estudos de Literatura,
apresentada como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Bordini

**Porto Alegre, RS
2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Castello Branco Ciarlini, Daniel
Imprensa e literatura piauiense na República Velha:
gênese de um campo e circuitos literários / Daniel
Castello Branco Ciarlini. -- 2019.
336 f.
Orientadora: Maria da Glória Bordini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Literatura piauiense. 2. Campo literário. 3.
História da literatura. 4. Sociologia da literatura.
I. da Glória Bordini, Maria, orient. II. Título.

DANIEL CASTELLO BRANCO CIARLINI

**IMPrensa e Literatura Piauiense na República Velha:
Gênese de um campo e circuitos literários**

Tese de Doutorado em Estudos de Literatura, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2019.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Augusto Fischer (UFRGS)

Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)

Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendes (UESPI)

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo aos entusiastas dos assuntos ligados ao Piauí, bem como aos estudiosos e pesquisadores que, a duras penas, têm se esforçado por lançarem luz sobre as operações históricas, literárias e sociológicas nos mais diferentes recortes temporais do espaço piauiense.

Aos meus alunos de graduação, sobretudo orientandos e ex-orientandos, que, ao final deste texto, participaram de algumas discussões aqui apontadas e permitiram que a ideia ganhasse corpo por meio de projetos de pesquisa e extensão, atualmente em desenvolvimento.

Aos meus queridos pais, Wágner Serêjo Ciarlini e Kênia Castello Branco Ciarlini, fonte maior de minha inspiração e conforto. A eles o meu maior agradecimento pelos ensinamentos na vida e pela confiança incondicional.

À minha esposa Erika Ruth Melo Ciarlini, companheira ímpar, grande entusiasta dos estudos literários que tenho empreendido e zelosa interlocutora de ideias e questões.

AGRADECIMENTO

O agradecimento inicial vai para minha orientadora Maria da Glória Bordini, que com sabedoria e paciência foi capaz de seguir comigo ao longo desses anos, apontando sugestões, discutindo problemas e ensinando-me, deveras, a trilhar um caminho mais produtivo na pesquisa acadêmica – a ela todo o meu mais sincero agradecimento e impagável dívida.

Devo agradecer de maneira destacada ao professor Luís Augusto Fischer, afinal a maior parte das discussões levantadas em suas aulas me ampliou o olhar sobre a historiografia literária brasileira, permitindo-me traduzir para o Piauí alguns dos problemas expostos – a ele o meu profundo respeito, amizade e gratidão.

Agradeço também à professora Regina Zilberman, exemplo de dedicação às letras e de inteligência, bem como à professora Raquel Bello Vasquez, quando na qualificação apontaram problemas significativos que, sem dúvida, imprimiram um rumo mais profundo a este trabalho.

O fechamento desta tese também não ocorreria sem as contribuições preciosas da banca de avaliação, formada pelos professores Antônio Hohlfeldt, Luís Augusto Fischer e Algemira de Macêdo Mendes.

Não posso nem devo me esquecer dos funcionários que conheci no Instituto de Letras, que com prontidão sempre se dispuseram a responder a questionamentos e demonstraram um convívio muito cordial em minha rápida, porém frutífera, passagem pela UFRGS. A todos o meu reconhecimento, homenageados aqui na pessoa de José Canísio Scher, secretário do Programa de Pós-Graduação em Letras.

Devo ainda agradecer ao Arquivo Público do Piauí (Casa Anísio Brito) e à simpatia, à presteza e à amizade de Cremísia Alberto de Sousa, secretária da Academia Piauiense de Letras, figura que tornou a caminhada, no acesso a fontes, menos árida.

Por fim, agradeço a CAPES, que financiou parte deste estudo, encerrando minha bolsa de doutoramento somente após meu ingresso como professor efetivo da Universidade Estadual do Piauí.

“Embora eu tenha vivido nas mais
belas cidades do mundo, nunca deixei de
ser um homem de minha província”.

Josué Montello

RESUMO

Esta tese discorre sobre a gênese do campo literário piauiense, e seu consequente desdobramento na República Velha, constituído, sobretudo, por dois circuitos literários, um ao norte e outro ao centro-norte, regidos por diferentes formações sociais, políticas e econômicas. A análise parte do período oitocentista, quando escritores piauienses produziram e encontraram audiência em outras províncias, como Pernambuco e Rio de Janeiro – suas experiências nos campos da cultura, da política, da ciência e da literatura incidiram diretamente nos mecanismos dos espaços simbólicos que reverberaram no Piauí do século XX. Tal aspecto reflete *pari passu* perfis intelectuais distintos. O analfabetismo, resultado de inoperantes políticas econômicas e administrativas, é encarado como o fator decisivo para o retardamento da formação de um campo literário razoavelmente autônomo, estruturado por vínculos de interdependência entre a classe intelectual e os poderes instituídos em Parnaíba (polo econômico) e Teresina (polo político). Descentralizando a visada sobre a história da literatura, a pesquisa, baseada em fontes primárias e documentais, procura lançar um olhar para as operações que fazem parte do jogo literário, com seus consequentes desdobramentos na conjuntura extraliterária e no exercício com as letras.

Palavras-chave: Piauí; Campo literário; Século XX; Imprensa.

ABSTRACT

This thesis discusses the genesis of the Piauí literary field, and its consequent development in the Old Republic period, consisted mainly of two literary circuits, one in the north and the other in the north central, managed by different social, political and economic formations. The analysis starts in the nineteenth century, when Piauí writers produced and found audience in other provinces, such as Pernambuco and Rio de Janeiro – their experiences in the fields of culture, politics, science and literature had a direct impact on the mechanisms of symbolic spaces that reverberated in the region of Piauí during the last century. This aspect reflects *pari passu* distinct intellectual profiles. Illiteracy, the result of inoperative economic and administrative policies, is seen as a decisive factor in the delaying of a reasonably autonomous literary field formation, structured by interdependent bonds between the intellectual class and the powerful people established in Parnaíba (economic pole) and Teresina. (political pole). Decentralizing the view of the history of literature, the research, based on primary and documentary sources, seeks to take a look at the operations that are part of the literary game, with their consequent developments in the extra literary conjuncture and the exercise with letters.

Keywords: Piauí; Literary field; 20th century; Press.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Produções de Higino Cunha em periódicos teresinenses (1902-1926)	284
Apêndice B – Produções de Félix Pacheco em periódicos brasileiros (1901-1929)	285
Apêndice C – Cronologia das publicações literárias de piauienses e de autores relacionados ao Piauí (1808-1930)	286
Apêndice D – Produções de João Pinheiro em periódicos piauienses (1901-1933)	291
Apêndice E – Produções de Alarico da Cunha em periódicos brasileiros (1901-1934) ..	292
Apêndice F – Produções de Amélia de Freitas Beviláqua em periódicos brasileiros (1902-1930)	293
Apêndice G – Síntese do contingente populacional de Teresina (1872-1929)	294
Apêndice H – Produções de Zito Batista em periódicos brasileiros (1906-1926)	295
Apêndice I – Escritores inscritos no circuito literário do norte piauiense (1900-1930) ..	296
Apêndice J – Produções de R. Petit em periódicos parnaibanos (1910-1930)	297
Apêndice K – Produções de João Vieira Pinto em periódicos brasileiros (1901-1929) ..	298
Apêndice L – Cronologia da fundação de periódicos parnaibanos (1863-1930)	299
Apêndice M – Cronologia da fundação de periódicos piauienses (1832-1930)	303
Apêndice N – Produções de Antônio Chaves em periódicos brasileiros (1908-1929) ...	322
Apêndice O – Escritores inscritos no circuito literário do centro-norte piauiense (1900-1930)	323
Apêndice P – Produções de Abdias Neves em periódicos brasileiros (1896-1918)	325
Apêndice Q – Horizontes de leitura dos escritores piauienses (1900-1930)	327
Apêndice R – Produção de Jônatas Batista em periódicos teresinenses (1902-1919)	329
Apêndice S – Produções de Celso Pinheiro em periódicos teresinenses (1906-1926)	330
Apêndice T – Produções de Pedro Brito em periódicos piauienses (1901-1919)	331
Apêndice U – Produções de Jonas da Silva em periódicos brasileiros (1900-1930)	332
Apêndice V – Produções de Lucídio Freitas em periódicos brasileiros (1912-1921)	334

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ESCRITORES PIAUIENSES NO SÉCULO XIX	21
1.1 Manifestações literárias <i>desvinculadas</i>	31
1.2 Manifestações literárias <i>deslocadas</i> e o regionalismo sertanista piauiense	40
1.3 O grupo de Recife	55
2 O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO PIAUÍ	64
2.1 Disposição e análise dos dados piauienses	68
2.2 O reivindicar das bibliotecas	71
2.3 O comércio do livro	76
3 O CAMPO DE REPRODUÇÃO ERUDITA: DOIS POLOS, DOIS CIRCUITOS LITERÁRIOS	79
3.1 A especificidade do campo piauiense	86
3.2 A configuração dos circuitos literários piauienses	94
3.3 O circuito literário centro-nortista e seu envolvimento político	111
3.4 O circuito literário nortista e suas relações comerciais	125
4 INTELLECTUAIS VÃO À IMPRENSA	138
4.1 “O Piauí Intelectual” de Lucídio Freitas	159
4.2 Os periódicos literários	166
4.2.1 <i>Nos anos de 1900</i>	170
4.2.2 <i>Nos anos de 1910</i>	178
4.2.3 <i>Nos anos de 1920</i>	189
5 GUERRA ENTRE OS HOMENS DE LETRAS	195
5.1 Da Costa e Silva <i>versus</i> Benedito Pestana	202
5.2 Jônatas Batista <i>versus</i> Esmaragdo de Freitas	203
5.3 Adalberto Peregrino <i>versus</i> <i>O Apóstolo</i>	207
5.4 Abdias Neves <i>versus</i> <i>O Apóstolo</i>	220
5.5 Amélia de Freitas Beviláqua <i>versus</i> Humberto de Campos	228
6 INSTÂNCIAS DE CONSAGRAÇÃO E OUTROS ESPAÇOS DO CAMPO LITERÁRIO PIAUIENSE	236
6.1 A Oficina Literária José Coriolano e o Clube Literário 12 de Outubro	240
6.2 A Arcádia dos Novos	242
6.3 A Academia Piauiense de Letras	244
6.4 O Cenáculo Piauiense de Letras	253
6.5 Grêmios estudantis e outras associações congêneres	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
REFERÊNCIAS	267
FONTES PRIMÁRIAS	280

INTRODUÇÃO

Até o final da segunda onda do regionalismo piauiense, que se encerra entre anos de 1970 e 1980, a história da literatura piauiense compreendia quatro etapas, divididas em dois grandes momentos: as duas iniciais se relacionam a uma fase vestigial; as duas últimas, consequentes, à tentativa de formação e inserção das letras do estado em um conjunto regional, no sentido de *comarca*, empregado por Ángel Rama¹ e que Luís Augusto Fischer (2015b) acresce como “comarca do sertão” às outras quatro apontadas pelo crítico uruguaio: a amazônica, a andina, a caribenha e a pampiana. Enquanto essas últimas seriam do tipo “supranacional”, a do Nordeste caracterizar-se-ia de maneira “infranacional”.

Aqui serão comentadas as duas primeiras etapas, inscritas entre os séculos XVI e XIX, como forma de introduzir as duas últimas, especificamente correntes ao século XX. Sendo dois momentos distintos, é válido destacar também duas perspectivas que, no campo literário piauiense, de alguma maneira, se não se coadunam, pelo menos preparam as bases para uma conjuntura maior, que se verificaria em uma quarta etapa, a qual foge ao recorte deste estudo, relacionada diretamente às manifestações de cunho modernista e regionalista (esta em sua segunda fase, no Piauí).

Assim sendo, as duas etapas da fase vestigial da literatura piauiense, analisadas no primeiro capítulo, concentram “manifestações literárias”, uma *desvinculada*, outra, *deslocada*, ambas desligadas de um sistema literário. Nesse sentido, toma-se como norte a expressão empregada por Antonio Candido quando, em *Formação da literatura brasileira* (1959), se ocupa em distinguir os termos “manifestações literárias” de “literatura propriamente dita”, sendo a primeira constituída por uma história de “homens que vieram para o Brasil de maneira regular e com mente fundadora, a partir de 1530, [e] tiveram a necessidade de descrever e compreender a terra e os seus habitantes” (CANDIDO, 1999, p. 16); e a segunda, “considerada [...] um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase” (CANDIDO, 2012, p. 25). São denominadores comuns, um conjunto de produtores literários, mais ou menos consciente de seu papel, um conjunto de receptores (formando um público) e um mecanismo transmissor, a língua, a obra. Em sua incursão pelo estudo da literatura, em *O contexto da obra literária* (2001), Dominique Maingueneau denomina “tribo” o que seria esse “conjunto de produtores” – e à luz da interpretação de elementos extratextuais que compõem a estruturação da vida literária, se distribui “pelo campo literário com base em reivindicações

¹ Ref. *Diez problemas para el narrador latinoamericano* (1974).

estéticas distintas: círculo, grupo, escola, cenáculo, bando, academia...” (MAINGUENEAU, 2001, p. 30).

Logo, tomando emprestado o termo “manifestações literárias”, também empregado, de maneira mais genérica, por Socorro Magalhães (2016), em sua interpretação acerca dessa etapa da literatura piauiense, procura-se aqui definir, não apenas uma, mas duas etapas, posto configurarem circunstâncias peculiares e operações muito específicas: uma de autores *desvinculados* do espaço, cujo vocábulo “Brasil”, no primeiro caso da citação de Candido, poderia facilmente ser substituído por “Piau?”, daí a sinonímia; e outra, de caráter *deslocado*, em que intelectuais piauienses, por razões que aqui serão discutidas, manifestaram suas literaturas em terras alheias, inicialmente em Portugal, e, no caso brasileiro, no Rio de Janeiro e, de modo especial, em Recife.

É claro que, mais adiante, esse tipo de deslocamento será retomado por alguns literatos no século XX, que migraram para outras regiões, em especial nas três primeiras décadas – geralmente para capitais da federação –, e realizaram suas atividades literárias distantes, quase sempre nas páginas de imprensa. O certo é que as etapas iniciais, devido à quase ausência de outros sistemas como o escolar, devem ser vistas como frutos de um período mais ou menos anômalo. No primeiro caso, de textos de viajantes, naturalistas, políticos, padres e/ou autores de outras plagas acerca da natureza, do índio e do exotismo piauiense em seus tipos humanos; e no segundo, de autores nascidos no espaço piauiense que, na inexistência de um sistema literário em sua terra, ou por morarem em outras regiões brasileiras e países, lá produziram e fizeram-se lidos em sociedades onde existiam os sistemas escolar e literário. Daí as duas primeiras etapas, partindo do Piauí, estarem isoladas e com públicos deslocados.

É válido observar o caráter polêmico que pode representar a primeira dessas etapas, por sua ausência de propositura estética e ficcional, e cuja produção não atende a outra função senão a informativa. O presente trabalho, ciente disso, não a exclui por dialogar com as etapas seguintes: apesar de não manifestarem produtos esteticamente elaborados, seus conteúdos, curiosamente, reverberam nas produções que se lhes seguem, quase como um traço identitário no qual os escritores se fundam e que ecoam ao longo de seus trabalhos, do século XIX em diante – é o que se mostrará a partir da tese “vis poética na literatura piauiense”, defendida no dia 29 de abril de 1938, pelo poeta piauiense João Crisóstomo da Rocha Cabral, no Salão do Clube Militar, do Rio de Janeiro, sob a chancela da Federação das Academias de Letras do Brasil, e posteriormente publicada em livro no ano de 1940.

A outra etapa inicial, não menos polêmica, observa os trabalhos literários lançados fora do Piauí e que, por essa razão – e às vezes por se prenderem a assuntos de ordem vária – são geralmente recusados pela crítica como obras de fundação a uma possível história da literatura piauiense. Não entrando nesse mérito, procura-se, sim, investigar, nesse primeiro momento, a literatura no e fora de seu espaço, feita por autores que se ocuparam ou compuseram a seleta de intelectuais. Não se pode excluí-los como fundadores porque são justamente eles que representam, para as etapas seguintes, a ideia de tradição, na longa esteira de continuidade literária, como quer Candido – provendo matéria aos homens de letras em fins do século XIX e início do século XX, por meio de veículos de imprensa e livros de história e crítica. Além disso, foram esses escritores que, embora *deslocados*, instituíram a primeira onda do regionalismo do Piauí, com produções que exaltavam o espaço natal, seus tipos, costumes e crenças. Não se exclui que, dentro desse grupo, havia poetas que não se realizaram com tal temática, inscrevendo-se, ainda no romantismo, a uma corrente mais intimista e confessional, que pouco dialogava com certo aspecto ufanista, como demonstravam os primeiros. E outros havia que faziam da literatura um instrumento de polêmica e combate, fato que também será levado às três primeiras metades do século XX, despertando polêmicas nos periódicos.

Com isso, busca-se, além das duas etapas restantes, sendo a penúltima matéria principal deste estudo, explicar quando e como, no Piauí, surge a ideia de “continuidade ininterrupta de obras e autores, cientes quase sempre de integrarem um processo de formação literária” (CANDIDO, 2012, p. 26). Tal fato, estudado no terceiro capítulo, está relacionado à estruturação de no mínimo dois circuitos literários distintos, um nortista e outro centro-nortista. Em caráter inicial, esses circuitos surgem a partir da terceira etapa e, mais precisamente, da quarta etapa de formação. Nela, ao lado de um nascente sistema escolar, publicam-se os primeiros livros no Piauí, surgem agremiações literárias, jornais e revistas, enfim, todo um aparato que conforma a vida literária de um espaço, como se demonstrará nos capítulos quatro, cinco e seis. Ela ainda não se configura em um sistema, senão em núcleos isolados de produção e recepção que aqui serão denominados como “campo de *reprodução* erudita”, termo caro e adaptado de Pierre Bourdieu.

Ao lançar luz sobre a situação do Piauí, nas primeiras décadas do século XX, pensa-se na ideia de “configuração” de um sistema, ao invés de “formação”, como hoje aceita a crítica piauiense. Afinal, nesse período, as partes constituintes dessa são deficitárias e de pouca repercussão, a citar o número de analfabetos no estado, que contabilizava o maior

do país, 88,1%², matéria versada no capítulo dois. Assim, ciente das dificuldades nesse quesito, foi notório o esforço dos intelectuais piauienses que formavam esse campo em, por meios variados, e mesmo em face de uma população alheia às suas produções, impor a ideia de seu lugar na constelação das letras no Brasil, numa clara atitude de tomada de consciência. Mais do que isso, havia, da parte de alguns, como Lucídio Freitas e Fenelon Castelo Branco, e outros mais, que fundaram a Academia Piauiense de Letras, a clara vontade de mostrar ao Brasil as letras e os autores do Piauí – fato confirmado e mantido, anos após a criação do sodalício, por escritores que ingressaram como sócios efetivos: é o que comenta Armando Madeira Brandão, em sua posse, no dia 13 de outubro de 1921: “Queremos que o nosso eco transponha as nossas fronteiras, ligando-nos às agitações progressistas da grande pátria comum” (BRANDÃO, 1924, p. 63) e em postura de denúncia, “é um protesto contra a incúria e o egoísmo dos homens práticos, adoradores de conveniências tirânicas e obsoletas e contra o descaso com que temos sido tratados pelos felizes triunfadores de outros centros mais adiantados”³. Essa tentativa de constituir uma audiência fora é um forte índice da consciência de que no próprio estado ainda demoraria a formação de um público leitor e consumidor de seus trabalhos. Assim, não só incluíam os que residiam no Piauí, como também os que fizeram carreira fora, a citar, além dos anteriormente elencados, Jonas da Silva e Taumaturgo Sotero Vaz, poetas de produção simbolista.

Obedecendo ao impulso transformador, no momento de tomada de consciência surgem as primeiras tentativas de diagnóstico do espaço intelectual piauiense, bem como as primeiras histórias e ensaios a respeito das manifestações literárias tipicamente classificadas como piauienses, buscando no passado mais longínquo, como nos primeiros decênios do século XIX, os autores representativos da fundação das letras do Piauí. Definem, no rompante, nomes como Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva e Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco – bem como outros que o registro historiográfico e literário não escamoteou, dentre os quais José Coriolano de Souza Lima. Daí a razão de Cristino Castelo Branco, em resposta ao discurso de posse de Armando Madeira Brandão, ter declarado que “manter sempre viva, sempre acesa, na alma das gerações um elo, uma cadeira, uma continuidade histórica é, a meu ver, a função das Academias” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 70). Afinal, “aqui não há lugar para a morte, bem o notais; mas o culto dos mortos

² Superando o dado que em 1950 estareceu o mundo em relação à Índia, que somou nesse ano 84% de sua população.

³ Idem.

que se tornaram dignos de ser lembrados [...] os patronos espirituais, à cuja sombra nos abrigamos, louvando-lhes a vida, a obra”⁴.

Há de ser observado, ainda, na lógica de Gramsci, o conjunto *orgânico* de intelectuais que se instala no estado, muitos advindos de outras regiões brasileiras, geralmente vizinhas, como os estados do Maranhão e do Ceará, atraídos, ora por questões comerciais (polo econômico que formou o circuito literário parnaibano), ora por afazeres de ordem política (polo político, gênese do circuito literário teresinense), em um intercâmbio cultural com que muito lucrou o Piauí. Assim, importante foi pensar na inter-relação entre os mais diferentes circuitos, não apenas fora como dentro do estado. No caso desta tese, quer-se identificar o entrecruzamento dos circuitos piauienses nortista e centro-nortista ou, ainda, um sulista⁵, que se dão de formas distintas, desde a própria incorporação do intelectual de um circuito em outro, como no intercâmbio de produções entre circuitos, em variados suportes que comungariam, em algum ponto, com a ideia de tradição formada por autores pertencentes a quaisquer dos espaços em questão.

O desdobramento desse campo intelectual piauiense, dividido em circuitos, é analisado porque estes também seguem pontos de vista distintos com relação tanto ao campo quanto às preocupações e funções exercidas pelos homens de letras nele inseridos. Dessa maneira, enquanto há uma preocupação em entender a configuração do espaço estético (ou seja, poético, literário) em Teresina e em Parnaíba, há também um olhar para aquele que talvez seja o próprio fundamento dessa constituição, ou seja, a organização do campo intelectual, que Ortega y Gasset chama “mundo del conocimiento”, distinguindo-o do “mundo poético”, do “mundo da religião” e do “mundo da experiência de vida”⁶. Em comum aos dois mundos elencados, têm-se, pois, os espaços e os personagens neles inscritos. Enquanto no “mundo poético”, próprio do campo literário, os escritores se ocupavam com o objeto estético; no “mundo do pensamento”, suas ocupações se vinculavam a princípios ideológicos guiados por estruturas de poder. Não se quer aqui dizer que ambos funcionem no espaço de maneira isolada, afinal, “esos varios ‘mundos interiores’ son encajados por nosotros dentro del mundo real o exterior, formando una

⁴ Idem.

⁵ Refere-se aqui ao circuito sulista como a região formada, em alguma medida, por duas mesorregiões piauienses, a sudeste e a sudoeste.

⁶ Ref. “Los mundos interiores”. A pluralidade desses mundos, segundo o filósofo espanhol, resulta de uma longa herança, cujos interesses formaram centros de gravidade em cada época, vinculados às suas interpretações de realidade: “ese orden de articulación entre nuestros mundos interiores no ha sido siempre el mismo. Ha habido época en que los más próximo a la realidad fue para el hombre la religión y no la ciencia. Hay una época de la historia griega en que la ‘verdad’ era para los helenos – Homero, por tanto – lo que se suele llamar poesía” (GASSET, 1964a, p. 406).

gigantesca articulación”⁷ (GASSET, 1964a, p. 406). Na realidade, eles se entrecruzam e muitas vezes o prestígio conquistado em um serve de modelo de conduta a outro, como apontaram as fontes analisadas, a citar as polêmicas, que não se resumem apenas a questões de ordem estética, adentrando em preceitos de ordem moral, política e religiosa. Assim, o campo seria uma formulação que toma como limite a abstração (no sentido simbólico), embora inferindo, em uma concretude, o circuito.

Admitido quando e como se definiu a ideia de “continuidade literária” no Piauí, formada pela confluência de seus dois principais circuitos, um segundo passo a um estudo sobre as letras do Piauí seria identificar quando surgem temas comuns aos homens de letras piauienses, muitos dos quais correlacionados a outras manifestações literárias que compuseram as letras regionais ou mesmo nacionais. Neste caso, quer-se verificar como os escritores do Piauí se inscreveram às vertentes que faziam as letras do país – matéria que foge ao recorte histórico aqui proposto, mas a que se espera dar luz a partir de uma reflexão pautada em dados colhidos nos mais diferentes suportes e fontes primárias.

Este trabalho, que parte das primícias da manifestação literária piauiense, chegará ao século XX tendo como limite o ano de 1930, fim da República Velha e data em que as produções modernistas chegam ao estado, não por meio de livros de piauienses (o que só ocorrerá nos anos de 1940⁸), mas da reprodução, em periódicos, de textos de autores então em evidência no Brasil. É o que ocorre em Parnaíba quando, no *Almanaque da Parnaíba*, Otávio de Moraes⁹, poeta parnaibano que dirigiu a impressão desse anuário nas oficinas do *Jornal do Comércio*, de Recife, resolveu incorporar em suas páginas os trabalhos modernos de Rosário Fusco, Jorge de Lima, Orestes Barbosa e Rocha Ferreira. A inclusão dessas produções era uma tentativa de atualizar as letras em Parnaíba ou, pelo menos, os intelectuais que estavam naquele circuito literário (e de que ele não excluía o caso dos homens de letras em Teresina), posto que, até então, “nenhum dos colaboradores do *Almanaque da Parnaíba* acompanha de perto o movimento de renovação que agita a mentalidade moça do Brasil. E isso é uma pena” (MORAES, 1930, p. 111). Moraes, em seu “A propósito”, chega a ser enfático quanto à escolha, deixando implícita uma crítica à resistência dos piauienses em abolirem a tradição: “Hoje, ninguém mais suporta um

⁷ Tradução: “esses vários ‘mundos internos’ são incorporados por nós no mundo real ou externo, formando uma articulação gigantesca”.

⁸ Embora nos anos de 1910 seja possível identificar, principalmente nas produções de Da Costa e Silva, Lucídio Freitas e Antônio Chaves, um ou outro trabalho poético composto em versos irregulares, uma das fortes tendências modernas. Note-se que, apesar de não ser um tipo de produção comum para a época, esse tipo de escolha estética já havia sido introduzida no Brasil no período simbolista, tornando-se popular no modernismo.

⁹ Pelo menos desde 1900 há registros de Otávio de Moraes atuando na vida cultural, jornalística e desportista de Recife.

trabalho em verso nos velhos e arranhados moldes”¹⁰. Assim, apostava o piauiense encontrar no anuário do ano seguinte, referente a 1931, produções de viés moderno.

Registra-se que esta pesquisa emprega o termo “literatura piauiense”, não em um sentido *stricto*, antes, enseja a sua compreensão em um sentido *lato*, como parte de algo maior. Assim, compreende-se que a literatura piauiense não representa uma manifestação isolada, autônoma, única e com traços de especificação restrita ao estado, mas parte de um universo amplo, a literatura brasileira, que põe em evidência, às vezes por traços de linguagem intuídos de costumes e de tipos humanos regionais, a produção e a circulação de textos, além de suas conseqüentes recepções como fato literário em um determinado espaço. Dá-se, por isso, atenção à observação de Medeiros e Albuquerque, quando em resposta ao inquérito “O Momento Literário”, elaborado por João do Rio no final do século XIX, comentou não existirem no Brasil literatos estaduais. Posto serem todos os estados parte de uma só federação, o problema era, antes, sanar o isolamento entre as unidades federativas a ponto de seus autores se fazerem lidos em quaisquer partes do país.

A fim de organizar o trabalho e o volume de informações e dados, foram organizados (a partir de diversas fontes, como Cláudio Bastos, Celso Pinheiro Filho e instituições de salvaguarda, a citar a Biblioteca Nacional do Brasil, Projeto Memória do Jornalismo Piauiense e Arquivo Público do Piauí) quadros sinópticos cronológicos acerca das produções livrescas e periódicas que deram conta, por exemplo, dos locais de impressão e das empresas impressoras desses produtos. A ideia foi estabelecer, a partir deles, interpretações do meio intelectual piauiense nas diferentes décadas aqui analisadas. Elaboraram-se ainda, com o mesmo intuito, embora parcialmente, quadros das produções, na imprensa, de alguns nomes inscritos nesse período. Esse tipo de organização ajudou a entender mais claramente tanto a rede de articulações que os escritores mantinham entre si e com outros espaços geográficos, como as suas atuações no exercício das letras e suas respectivas escolhas de gêneros literários e conteúdos.

Com respeito às escolhas de registro do trabalho, duas questões merecem ser explicadas, ambas ligadas à normatização da linguagem: a primeira delas é que se optou pela atualização ortográfica dos textos coletados em fontes primárias, incluindo os nomes dos periódicos e dos escritores; e a segunda, resolveu-se escrever por extenso as abreviaturas comumente empregadas nesses objetos. Houve intenção ainda em estabelecer verbetes que dessem conta de periódicos e das origens e atividades dos escritores aqui citados, porém a ausência de acesso a fontes e os dados desconstruídos entre os periódicos consultados e os

¹⁰ Idem.

comentadores inviabilizaram a ideia, circunstância que só poderia ser vencida após um trabalho em documentos cartoriais, o que dispensaria tempo em prejuízo ao objetivo geral deste trabalho.

1 ESCRITORES PIAUIENSES NO SÉCULO XIX

A história da manifestação literária piauiense, no século XIX, ainda não foi devidamente estudada e escrita. A dificuldade de acesso às fontes, em especial as primárias, lança sobre essa empresa uma série de lacunas que impedem, pelo menos por enquanto, uma leitura mais precisa acerca do panorama e dos nomes nele inscritos. Como não é este o intento desta tese, de maneira sucinta se comentará aqui o que a pesquisa pôde depreender a respeito do período, a fim de fundamentar os argumentos que motivam os capítulos seguintes.

A princípio, a análise do conjunto de produções desse recorte histórico demonstra algumas peculiaridades e problemas: deslocados do espaço de origem, os piauienses encontraram formação e despertaram para a literatura em províncias que ofereciam uma maior infraestrutura e aparelhamento sociocultural. E de maneira secundária, a atividade exercida na imprensa oitocentista piauiense era um exercício malogrado, não encontrando repercussão nem mesmo em seus principais circuitos, salvo numa pequena parcela de leitores privilegiados que geralmente se ocupava com as burocracias de estado ou com os interesses mercantis.

As razões dessas circunstâncias conduzem a um ponto que se define como o problema fundamental do período, no que interessa às letras: o analfabetismo, consequência de um parco processo de desenvolvimento econômico-social no Piauí – condição que, não sanada pelo menos até a primeira metade do século XX, impedia a formação mínima de um sistema literário. Não estranha que tenham sido relativamente fracas as atuações dos escritores no espaço natal, já que não dispunham de um público amplo, mas restrito, constituído por escritores que formavam a própria comunidade de leitores pouco afeitos a produtos elaborados e simbólicos, como a literatura. Não por acaso, de 1832 (ano em que surgiu o primeiro jornal piauiense, em Oeiras, então capital, intitulado *O Piauiense*) até 1851, os dezoito periódicos fundados no Piauí admitiam como linha editorial preocupações de ordem estritamente política – ora ligados a partidos liberais, ora a partidos conservadores. A exceção vai para *O Recreio Literário*, cuja atuação no campo das letras e das ciências não teve grande impacto – e não há vestígios de que tenha passado de sua primeira edição, de 1851.

Era, no entanto, um ponto de partida, um traço de tomada de consciência com relação ao meio que se inseria. Aliás, o destaque dado à epígrafe (em capa) dessa edição, de autoria do filósofo francês Destutt de Tracy, que versa sobre o papel dos jornais para a

liberdade e o esclarecimento humanos, demonstra a consciência de um dos diretores da folha, J. M. Pereira de Alencastre: “Les journaux sont devenus un besoin de tous les jours; et quand leus auteurs sont honnètes et éclairès, les journeaux sont une force pour la liberté, et une autorité pour l’histoire”¹¹.

Mais do que a percepção de que a instrução se vinculava à emancipação do homem, a citação de De Tracy ajuda a compreender preliminarmente os horizontes de leitura em que estavam inscritos os homens de letras do Piauí: foi esse intelectual um dos primeiros a pensar o conceito de “ideologia”, ainda nos tempos da Revolução Francesa, publicando, *a posteriori*, o livro *Elementos da ideologia*, composto em 4 volumes, escrito entre os anos de 1801 e 1815. Ademais, fora ele um dos defensores da liberdade política, síntese das liberdades individuais e de imprensa.

Por trás das páginas de *O Recreio Literário*, estava instituída uma sociedade, composta por José Sêrvio Ferreira, Carlos de Sousa Martins e José Martins Pereira de Alencastre. Chamam atenção algumas ideias expostas no “Prólogo”, por demonstrarem um caráter consciente do órgão em não vincular o jornal a ideias partidárias, visto estas não se conciliarem com as letras. Havia, por essa razão, o intento de fundar, de maneira pioneira em terras piauienses, um veículo de letras com liberdade de produção criativa. Este propósito nasce da realidade que reconheciam existir em parte das províncias brasileiras de então, de que “ainda não viram em seu seio um só jornal literário, quando ao invés possuem mais de um jornal político, onde, para falar com ingenuidade, se não discutem os interesses do país, mas se desenvolvem as paixões, se hostilizam as parcialidades, e muitas vezes a vida privada”¹². Curioso que este aspecto do reclame será uma constante em muitos periódicos piauienses até por volta dos anos de 1930, resultado de uma animosidade de fatos em centros populacionais do estado.

Conclui-se que o número de homens de letras que atuava na imprensa piauiense, no século XIX, em favor da produção literária, não teve a significação que alcançou a partir do século XX, não apenas pela pouca publicidade e pelo escasso material que se produziu e, até mesmo, chegou às mãos dos pesquisadores de hoje, mas porque, nesse período, “o Piauí possui uma reduzida casta de intelectuais que atua diretamente na imprensa. A formação mais comum é o direito. Os bacharéis dominavam tanto a imprensa quanto a política, o que torna difícil definir o limite entre as duas” (RÊGO, 2001, p. 77). Para tornar

¹¹ Tradução: “Os jornais tornaram-se uma necessidade diária; e quando seus autores são fidedignos e esclarecidos, os periódicos são uma força para a liberdade e uma autoridade para a história”.

¹² “Prólogo”, *O Recreio Literário*, ano 1, n. 1, mai. 1851, p. 2.

a situação mais obscura, literatos como Higino Cunha¹³ e Clodoaldo Freitas, que vivenciavam esse período e atuavam no circuito de Teresina, quando exerciam suas letras na imprensa, não as faziam sob o signo da literatura, mas a partir da conjuntura político-ideológica, como bacharéis. Explica-se a forte tendência filosófica ou política dos textos do primeiro, ou a atuação pouco literária do segundo, somando-se a eles a do poeta Licurgo José Henrique de Paiva, quando esteve à frente do jornal *A Província do Piauí*, no ano de 1872. É o que também concluiu João Pinheiro (2014, p. 59): “os escritores desta época, como quase a totalidade de seus coetâneos, em todo o país, se dedicaram, de preferência, à política, ao jornalismo, à oratória e à jurisprudência”, e Ana Regina Rêgo (2001, p. 77), “Os jornais, assim como os redatores, mantêm posições partidárias definidas e defendem seus interesses de forma contundente e, por vezes, agressiva”.

Jornais piauienses de cunho literário que surgiram no século XIX pregavam, por assim dizer, no deserto: o número de leitores era ínfimo e uma parcela muito reduzida desse pouco devia dar atenção à literatura: “os nossos antepassados persistiram por longos anos, imemoráveis anos numa criminosa, impassível indiferença, pelo que se referisse ao mais insignificante e rudimentar cultivo intelectual” (PINHEIRO, 2014, p. 11). João Pinheiro, em sua análise, observava o que aqui se traduzirá como mecanismos de regimento dos dois polos do estado, o econômico e o político, quando justifica a razão do primeiro: “preocupados ou absorvidos pelas duras contingências da vida material”¹⁴, e do segundo: “obcecados por antigas idiossincrasias partidárias”¹⁵.

Ao primeiro grupo estavam os homens inscritos no circuito das letras de Parnaíba, mergulhados nas conquistas do comércio e despreocupados com questões como a educação que, no século XIX, era praticamente inexistente, salvo iniciativas isoladas e informais. Isso talvez explique o relativo atraso da cidade quanto à instalação de instituições de fomento educacional formais, o que só ocorrerá efetivamente nos anos de 1920, na intendência de José Narciso da Rocha, no período de 1921 a 1928. Além disso, se o seu primeiro periódico surge em 1863, intitulado *Eco da Parnaíba*, a preocupação deste estava relacionada aos informes mercantis, situação que será modificada somente em 1891, quando o jornal *O Patriota* permite que em suas colunas haja a divulgação de trabalhos de caráter literário. Posteriormente, surge *A Violeta* (1864), com alguma tendência literária¹⁶, e *O Rouxinol* (1898), fundado por uma “classe estudantil”. Não é, no entanto, um período de

¹³ **Apêndice A:** Produções de Higino Cunha em periódicos teresinenses (1902-1926).

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Segundo informes de periódicos da época.

fundação de órgãos eminentemente literários¹⁷, fato que só mudará de forma efetiva nas primeiras décadas do século XX, com o surgimento dos primeiros grêmios literários estudantis, que manterão revistas de divulgação de seus trabalhos.

Ao segundo grupo, pertenciam os homens de letras de Teresina e adjacências, cujas guerras partidárias na imprensa retardaram o surgimento de campanhas em nome de aparelhos civilizatórios como bibliotecas, agremiações literárias e, até, revistas eminentemente literárias, conquistas que só ocorrerão com maior propriedade no século XX. João Pinheiro (2014, p. 12), em relação a isso, tem uma visão um tanto radical. Salvo a existência de uma biblioteca pública, o literato chega a afirmar que, antes de 1917, ano de fundação da Academia Piauiense de Letras, “jamais tivemos associações literárias e bibliotecas públicas realmente dignas desses nomes”.

Como se verá, a vida associativa literária no Piauí, iniciada no final do século XIX e desenvolvida ao longo da primeira metade do século XX tem, na fundação da APL, não o ponto de partida do processo, mas a consequência de um fenômeno que tomou esse formato nas principais cidades do espaço piauiense, molde formato estatutário de uma Academia, mantendo veículos de imprensa como porta-vozes de suas produções.

O ambiente para o surgimento dessas folhas periódicas, portanto, era desfavorável e, como se não bastassem os partidarismos e o problema do analfabetismo, esses títulos de imprensa, que tinham uma periodicidade muito reduzida e irregular, ainda “disputavam espaço com grandes jornais” (RÊGO, 2001, p. 78). Uma ideia da precariedade das folhas que circulavam o Piauí, no século XIX, dá Paulo Chaves (2007), ao falar do jornal *O Telégrafo*, fundado em Oeiras, em 1839: “A maioria dos jornais tinha tiragem e tamanho reduzido. *O Telégrafo*, por exemplo [...] tirava em geral 100 exemplares, e media apenas 18 centímetros de altura por 12 de largura. *Era, para bem dizer, um panfleto*” (CHAVES, 2007, p. 55, grifo nosso), e se referindo aos jornais já da segunda metade do século XIX: “teve outro, menor ainda, *O Cri-Cri* [fundado em Teresina, no ano de 1883 por Jugurta Couto], de 12 por 8 centímetros de composição. O maior de todos, *A Época* [1878], tinha tamanho de 42 por 28 centímetros de área impressa”¹⁸. Chaves explica que o tamanho e a tiragem dos periódicos piauienses desse período estavam relacionados “às dificuldades de insumos, como papel e tinta, que chegavam do exterior principalmente pelo Maranhão, e um pouco pela Bahia”¹⁹.

¹⁷ No século XIX, a literatura, nos jornais em Parnaíba, era um assunto acessório, sem grande audiência.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Esse mesmo pesquisador calcula em 150 o número de jornais impressos no período em relação a nenhum livro piauiense, isso porque “faltava experiência para produzi-los, papel para imprimi-los, tempo para atender no mesmo momento à produção de jornais, ou à diversidade de demandas” (CHAVES, 2007, p. 79), e completa: “além disso, e também por isso, com certeza, este livro se tornaria exageradamente caro e custoso para seu autor”²⁰.

Todos de existência efêmera – alguns não ultrapassando a primeira edição –, pelo número escasso é possível citar os periódicos eminentemente literários do período: em Teresina, *Aurora Teresinense*, fundado em 1862 por Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco; *O Despertar*, de 1872, quinzenário fundado por Licurgo de Paiva; *O Papiro*, bimensal fundado por Viriato Brasiliense em 1874, mesmo ano em que seria fundado *Lux*, por Francisco Gil Castelo Branco; e em 1877, o bimensal *A Ressurreição*, por F. G. Meireles Filho; a 1ª fase de *O Telefone* surge em 1882, fundado por Antônio Joaquim Diniz – deste participaram importantes escritores piauienses, dentre os quais, defende a crítica, a poetisa Luiza Amélia de Queiroz. A 2ª fase desse periódico se dá em 1883, ano em que se funda, também, o jornal *A Ideia*, o mensário *O Colibri* e o *Sempre Viva*; e somente em 1888 o jornal *A Borboleta*. Em 1891, surge *A Primavera*, mantido por uma associação de estudantes; e o romancista Abdias Neves, contando 18 anos, funda o jornal literário *A Crisálida*. Já em Parnaíba e Oeiras, há registros de somente um periódico literário por cidade, fundados no século XIX, na primeira, *A Violeta*, de 1864; na segunda, *A Rosa*, de 1900, por Manuel Saraiva de Lemos.

Tomando esses periódicos em relação ao número de folhas fundadas ao longo do século XIX, no Piauí, tem-se uma ideia do diminuto movimento literário existente nessa época: dos 225 periódicos fundados de 1832 a 1900, menos de 15% admitiam em suas páginas, de forma exclusiva, a literatura, divididos entre suas principais cidades. Acrescentando a esse número aqueles títulos de caráter misto, que dividiam a literatura ora com o noticiário, o aspecto comercial ou a política, chega-se ao número de 75 folhas. Raros títulos desse recorte estão disponíveis nos arquivos consultados, e uma parcela significativa desses encontra-se lacrada, inviabilizando a consulta.

Se o tempo foi gentil com a memória de Teresina, legando impressos que ajudam a contar uma parte da história política e intelectual dos homens de letras inscritos em seu circuito no período oitocentista, o mesmo não se pode dizer de Parnaíba. No que se refere à manifestação literária na imprensa parnaibana, no século XIX, pouco se sabe.

²⁰ Idem.

O esforço por uma imprensa literária no Piauí pertence, portanto, à segunda metade do século XIX, e não exclui um segundo espaço de atuação dos escritores piauienses, inseridos, sobretudo, em Recife. Ambos, paralelamente, compõem o que se pode definir aqui como o início da história das letras do Piauí. Neles se desenha certo elo, conformando um espírito de comunidade, circunstância inexistente no período de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva e de Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco, os primeiros piauienses a enveredarem pela literatura: o primeiro, em 1808, com a coletânea de versos *Poemas*; o segundo, em 1835, com o poema narrativo *O ímpio confundido*, os dois publicados, isoladamente, em Portugal.

Como organizada neste estudo, a leitura dos antecedentes obedece a conjunturas espaciais e estéticas. Logo, o primeiro momento das letras piauienses tem como característica marcante a produção literária estar fora do espaço de origem. Tal estado, porém, ocorre de duas formas e em tempos distintos: a primeira entre os séculos XVI e XIX, realizada por autores de pouco mérito literário e desvinculados da província. Aproveita-se aqui a ideia de Candido, que tomou os trabalhos em prosa dos primeiros navegadores e visitantes no Brasil, preocupados em registrar o espaço e as riquezas nele encontradas no período colonial, fato que se deu comumente a todo o continente americano.

A segunda forma, mais complexa do que a anterior, conquanto mais desenvolvida em termos estéticos, está inscrita essencialmente na metade do século XIX. E é a partir desta que se pode lançar um olhar para tendências literárias, atreladas, sobretudo, a projetos literários europeus que vinham sendo absorvidos e traduzidos pelo Brasil. Nesse caso, percebeu-se que, fora do espaço piauiense, os escritores vinculados à terra seguiam as predominâncias de movimento literário sem grandes discrepâncias ou atrasos, especialmente aqueles que experimentavam a vida literária dos grandes centros. Afastados destes, porém, e residindo nos circuitos literários do Piauí, tal conjunção se dava de maneira desalinhada, manifestando-se com relativa anacronia. É possível, nesse recorte oitocentista, definir os escritores piauienses participantes de grupos estéticos mais ou menos definidos: os regionalistas, os intimistas e os satíricos, embora no princípio haja produções isoladas dessas tendências.

Quanto ao primeiro momento de formação literária piauiense, definido aqui, e que se filia à ideia de Candido, sua atividade não se coadunava com a literatura propriamente dita, que se esboça entre os piauienses no século XIX – delineando-se com maior clareza após o advento da República Velha. Por essa razão, e procurando agrupar esse modo

específico de trabalho com as letras, o sociólogo brasileiro preferiu denominar “manifestações literárias” para o que seriam as produções nascidas sob uma ordem prática e não simbólica. Dessa forma, embora representassem uma quantidade significativa de textos e reflexões, não configuravam um conjunto com intenções estéticas. Estando o Piauí incluído nesse escopo teórico, trazer à luz desse fundamento o caso piauiense implica desdobrar a tese em manifestações de dois tipos: *desvinculadas* e *deslocadas*.

Cumpra entender que, embora as manifestações literárias *deslocadas* impliquem ganho estético e forte vinculação a tendências, bem como estarem inseridas em um campo mais aparelhado e, quiçá, nascente de um sistema literário (no caso, Recife) – importando, por isso, características internas necessárias (língua, tema e imagens) –, elas assim permanecem categorizadas porque, em nível de Piauí, carecem de outros elementos que o teórico julga fundamentais para a formação de um sistema, ou seja, “elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização” (CANDIDO, 2012, p. 25).

É claro que essa percepção se baseia em um ponto de vista particular, sendo a régua de medição o problemático termo *literatura piauiense* que, aceito, e guardadas as mesmas proporções em que Candido tomara o Brasil em relação aos europeus, torna possível identificar, sim, produtores literários, embora deslocados (servindo à conjunção de outros espaços), mas, à província do Piauí, faltavam os receptores e os mecanismos de transmissão.

Outro ponto a ser lembrado é que o olhar do estudioso brasileiro para as “manifestações literárias” não se baseia em um registro puro, simples e cronológico de tratados, cartas, diários ou relatos, mais ou menos literários, para então discorrer sobre um possível marco inicial das letras no e sobre o Brasil. A ideia é entender o papel do conjunto de registros do europeu para a construção imagética do espaço e da gente nele inserida, matéria que os literatos piauienses possivelmente herdaram, em especial no século XIX, quando surge a corrente do romantismo. Então o olhar de fora acabou traduzido em modos muito particulares, e cujo eco reverbera nos primeiros decênios do século XX sob a tradução que a crítica piauiense costuma atribuir a um modo poético específico que inter-relaciona panteísmo e telurismo. Seriam essas tendências, de fato, um reflexo da crença de “país novo” entre os brasileiros, sobretudo entre os escritores que fundamentalmente contribuíram para a legitimação dessas imagens, estendidas até os anos de 1930 – daí o apelo à surpresa, “do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso” (CANDIDO, 2011, p. 169).

Ainda sobre a primeira etapa desse momento inicial, que evidencia os primórdios do *topos* poético piauiense, não se quer aqui traçar um apanhado geral de todos os textos que se ocuparam do território que compreende hoje o Piauí, isso porque o estudo remeteria a tempos muito distantes. Afinal, os mais recuados registros remontam ao século XVI, quando o espaço geopolítico piauiense nem mesmo existia e estava vinculado ao regime das capitanias hereditárias. A ideia é noticiar aqueles que mantiveram vinculação com a poeticidade dos autores que surgiram no século XIX, reduzindo significativamente o *corpus* para os trabalhos que descreveram o espaço, os indígenas e os costumes de alguns dos tipos mais característicos da região, olhar este muito próximo do ensaio etnográfico e antropológico. O indígena, não por acaso, é um elemento importante na cultura piauiense, pois o seu contato com o branco originou o caboclo, elemento-chave da fabulação nordestina, especialmente seu tipo mais característico, o vaqueiro, figura exaltada nas letras piauienses e de onde partem os costumes e as crenças de que poetas da envergadura de Hermínio Castelo Branco se ocuparão em versos.

Parte desses costumes está apresentada nos trabalhos dos poetas oitocentistas de verve regionalista, como é o caso do anteriormente comentado, somando-se o de Teodoro de Carvalho e Silva que, com *A barça do caçador* discorreu sobre esse *habitus vivendi*. Além disso, a produção do período, inscrita nessa tendência, está permeada por uma voz que muito remete à oralidade e à cantoria, forma de difusão em uma sociedade eminentemente analfabeta, que transmitia tais produções pelo processo mnemônico. Uma segunda imagem que faz parte da fabulação da primeira etapa reside no olhar sobre o espaço, e dentro dele o do rio e seus desdobramentos: a cor e a riqueza vegetal, a vida no sertão e, *pari passu*, seus elementos composicionais: tipos humanos e a fauna característica.

Apesar de a classificação das manifestações literárias piauienses do século XIX estar aqui dividida em três tipos, há dois nomes, como dito, que representam uma exceção, por suas peculiaridades que fogem ao esquema proposto: Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva e Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco. Embora seja um caso peculiar nas letras do Piauí, por seu afastamento telúrico-temático, e mesmo lírico, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva entrou para a história da literatura piauiense como o pioneiro, tanto em poesia e prosa como em dramaturgia. Sua transferência para Portugal, na realidade, não estava relacionada ao fraco desempenho das políticas públicas de ensino na província, mas à sua ausência. E foi em Coimbra, no ano de 1808, que ele publicou a primeira obra

literária da história piauiense, a coletânea de versos *Poemas*²¹, obra fortemente inscrita aos ditames de um arcadismo tardio, e sem quaisquer sentimentalismos quanto à terra natal, aspecto que se tornará vivo apenas duas décadas depois, quando das preliminares manifestações dos românticos brasileiros.

Essa indiferença de Ovídio pode ser explicada, logicamente, por um fator de ordem histórica: em 1808 os ideais liberais que dariam margem ao surgimento do romantismo ainda não haviam eclodido nem no Brasil nem em Portugal, daí o relativo atraso dessa vertente nas letras portuguesas, vencido somente em 1825, quando Almeida Garrett publica *Camões*; ainda, a pouca idade do poeta talvez seja uma segunda justificativa; migrante ainda criança para terras lusas, não pôde enraizar-se no espaço natal, compreendê-lo, senti-lo, habituar-se sentimental ou intelectualmente com ele.

Outro importante ponto a se notar é que a publicação de *Poemas* está ligada diretamente ao ambiente científico do poeta, a Universidade de Coimbra, quando ainda era estudante de Direito, daí a dedicatória a Manuel Paes de Aragão, vice-reitor da universidade. Como árcade tardio há, nos versos de Ovídio, o velho fingimento poético inscrito na exaltação da natureza como fuga do meio urbano, além da retomada da mitologia pagã. O seu *fugere urbem*, porém, não tinha como destino o espaço brasileiro, comum ao romantismo gonçalvino *a posteriori*, mas a um espaço bucólico fantasioso.

Ainda em 1808, o piauiense publica, pela Universidade de Coimbra, o poema *Ode pindárica e congratulatória ao príncipe, à pátria e à academia, pela restauração do governo legítimo* e, posteriormente, dedica sua escrita a narrativas e obras de caráter jurídico, consequências de sua formação e ofício, desempenhado especialmente em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Retorna ao exercício literário propriamente dito somente no fim de sua vida, quando escreve *Heroides de Olímpia e Herculano*, publicada no Rio de Janeiro, em 1840 – cronologicamente, o primeiro romance epistolar brasileiro, anterior, inclusive, à narrativa em prosa de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, *O filho do pescador*, de 1843, e *A moreninha*, de 1844, de Joaquim Manuel de Macedo, marcos do romance brasileiro²².

A segunda personalidade é a de Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco, o primeiro piauiense a publicar uma narrativa em versos, intitulada *O ímpio confundido*, fato que

²¹ A mais recente reedição desta obra saiu em 2018 pela Forgotten Books, editora londrina especializada na restauração de livros antigos, disponibilizando-o tanto em sua versão física quanto virtual. Antes dela, havia uma edição bilingue (português-inglês), de 2010, versão física (220 páginas), pela Nabu Press, editora estadunidense de Charleston, na Carolina do Sul; esta mesma empresa tornou a imprimir a obra em 2013, desta vez somente em português, ambas as edições em formato de bolso.

²² O crédito do achado, junto ao site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, pertence a Sérgio Barcellos Ximenes quando, em 8 de novembro de 2017, fez conhecer e compartilhou o material por meio do blog “A arte literária”, de sua gerência.

se deu em 1835, pela Tipografia de A. I. S. de Bulhões, de Lisboa. Esse livro, dedicado a desfazer o posicionamento anticristão do romancista e dramaturgo francês Antoine Charles Guillaume Pigault-Lebrun, foi produzido e publicado em duas fases: a primeira, com 2.000 versos decassílabos brancos, e a segunda, em 1837, também em Lisboa, pela Tipografia Viúva Silva e Filhos, com 6.411 versos. Nele, tece as primeiras descrições poéticas da fauna, da flora, da geologia e da geografia do Piauí, obedecendo aos estudos botânicos e minerais que já ocorriam em diversas regiões brasileiras, segundo orientação do botânico e naturalista francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853). E foi a partir desses elementos que o autor tentou provar a existência de Deus. Essa circunstância, tomada como meta, fora explicada anos depois, quando, ao escrever artigo para *O Correio da Tarde*, do Rio de Janeiro, o autor informa, após discorrer sucintamente sobre todas as narrativas em versos de sua autoria, que “em todas estas composições o meu intuito principal [foi] prestar serviços à religião católica, única verdadeira, defendendo-a das calúnias dos pseudo filósofos, que inundaram o mundo no século passado” (CASTELO BRANCO, 1852, p. 2).

Seu segundo livro saiu em 1839, ainda em Portugal, *O santíssimo milagre*. Dividido em sete cantos, ele conta a história do Santo Milagre de Santarém. Em 1856, Leonardo fecharia a sua “tríade épica”, com a publicação de *A criação universal*, livro que, diferente dos demais, foi publicado no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional. Após a análise desses três títulos, Valdemir Miranda de Castro (2013, p. 15) conclui que “Leonardo faz inovações no poema épico, embora dividindo os poemas em partes ou cantos”, e atribui tal inovação ao seguinte ponto: “Não seguiu o modelo clássico com a divisão do poema em cinco partes: proposição, invocação, dedicatória, narração e epílogo. Seus poemas, ao contrário dos poemas épicos, não apresentam heróis, nem seguem a forma literária da oitava rima”. A ausência dessas características prejudicaria de fato uma narrativa épica ou seria uma inovação? Ademais, elas se devem a uma suposta proposição do poeta ou apenas ao seu desconhecimento quanto à forma? O certo é que Leonardo não parecia preocupado com a forma literária, senão com a fôrma, e mesmo esta apenas no que compete à métrica e ao canto narrativo. Seu apelo descritivo, tendenciosamente científico, depõe contra a poeticidade ou a figurabilidade do objeto literário.

Diferentemente de Ovídio Saraiva, cujo mérito literário se mostra indiscutível (com ressalvas apenas no que compete à sua falta de “piauiensidade”), o de Leonardo é colocado em xeque pela crítica piauiense nos mais diferentes tempos: Clodoaldo Freitas, por exemplo, em *Vultos piauienses*, publicado inicialmente em 1903, ao falar de *A criação universal*,

chega a inferir ser “um livro ilegível, sem elevação de estilo, sem arte, cheio de puerilidades” (FREITAS, 2012, p. 82), e mais adiante, num tom radical: “Não tem uma página, uma linha que possa merecer a posteridade. Tudo nele é prosaico e chato”²³. Já Lucídio Freitas, o primeiro intelectual a historicizar a manifestação poética piauiense, admitia, em 1918, quando leu, na sede da Academia Piauiense de Letras, o ensaio “História da poesia no Piauí”, que o verso de Leonardo era “mal feito”, razão que levava o seu pensamento a sair “complicado e a forma toma[r] atitudes esquisitas” (FREITAS, 1924, p. 102). João Pinheiro, em 1937, por sua vez, ao publicar a sua *Literatura piauiense*, afirma que “Conquanto inteligente e esforçado, o velho piauiense não correspondeu ao gosto literário de seu tempo” (PINHEIRO, 2014, p. 22), chegando mesmo a concluir que “faltavam-lhe as precípuas qualidades de poeta e prosador”²⁴.

Ainda a respeito desses dois poetas, destacados dos demais que serão abordados neste capítulo, é válido apontar que representam uma mudança no paradigma das letras do Piauí: se Ovídio, por formação intelectual e política, não era afeito às especificidades de sua terra natal, Leonardo, por sua vez, inicia o processo de vislumbre do espaço piauiense, embora sem o aparato estético necessário. Nesse ponto, ele pode ser admitido como uma espécie de transição a duas figuras de maior rendimento à poeticidade piauiense, José Coriolano de Souza Lima e José Manuel de Freitas, que representam o início da manifestação regionalista do Piauí. Antes, é necessário informar que, diferente dos demais regionalismos que surgiram no Brasil, o piauiense estava focado, nessa primeira onda, na retratação do sertão, coordenada específica de outras literaturas produzidas por autores também nordestinos.

1.1 Manifestações literárias *desvinculadas*

A primeira descrição do espaço piauiense está em *Tratado descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Sousa. Nele, o autor discorre, embora com reservas, sobre a natureza que marginalizava o Rio Grande (como era conhecido o Rio Parnaíba). Curiosamente, no desenvolvimento das letras literárias no Piauí, as imagens alusivas a esse rio estarão sempre vinculadas a outras, como a natureza que margeia o veio aquífero. É ainda nesse mesmo livro que o navegador português fará registro de um dos tipos piauienses, o homem de posses que vivia da pecuária em fazendas isoladas e distantes, resumido na figura de

²³ Idem.

²⁴ Idem.

Nicolau de Rezende, navegador português referido como o primeiro a chegar ao delta, em 1571, tendo a partir dele explorado, em caráter pioneiro, a região.

Responsável por permitir o fluxo dos exploradores pelas terras piauienses e, *a posteriori*, a intensa movimentação comercial do estado (pelo menos até os anos de 1930), o rio Parnaíba será visto, tanto no século XIX como nas primeiras décadas do século XX, com poeticidade pelos literatos piauienses, cantado em poesia e em prosa. Como observou o poeta e ensaísta João Crisóstomo da Rocha Cabral: “O rio é bem, incontestavelmente, o sistema arterial, que alimenta e anima aquela região a muitos respeito privilegiada” (CABRAL, 1940, p. 118), e mais adiante: “Mas, ainda simbolicamente, pode ser chamado também a medula espinhal do sentimento, o conduto máximo do pensar dos habitantes”²⁵.

Ao longo da história da literatura piauiense não foram poucas as citações a esse rio, nem menores os versos dedicados às suas águas. Aliás, a ele estará vinculada a primeira onda aqui defendida como regionalismo sertanista piauiense, muito próxima à corrente romântica por seu caráter sentimental e de exaltação. É esta uma das fortes tendências da segunda etapa das letras piauienses, configurada por autores que, deslocados de sua terra, produzem textos de caráter saudosista e de evocação, sendo a natureza que nela encerra o argumento da poesia. Não se pode dissociar a imagem desse rio quando se pensa esse constructo, especialmente no entendimento da própria configuração literária e cultural do Piauí. Como observava João Cabral (1940, p. 119): “É no vale parnaibano que já encontrei, do mundo todo conhecido, nas minhas viagens e nas de outros itinerantes narradores que tenho lido, o jardim que o Senhor Deus plantou no Éden”, e, insistindo no poder do rio para a poética piauiense, reforça: “os rios têm sido sempre um fator físico de grande influência na poesia. E não só na poesia. A sua influência é grande sobre toda a literatura” (CABRAL, 1940, p. 128). A sua imagem não apenas alimentava o lirismo dos escritores piauienses dessa fase, como estava relacionada ao próprio espaço e à memória oral permeada de mitos e lendas. Ou seja, a sua poeticidade de alguma forma inspirava-se também no folclore do Piauí, de norte a sul, partindo de Parnaíba a Santa Filomena, serpenteando ainda por toda a bacia hidrográfica do estado, a partir de seus afluentes que, tomados como o próprio e rio, compõem uma geografia imaginária em verso e prosa.

O impacto dessa imagem é não apenas latente no imaginário dos poetas piauienses; aparecerá também em escritores que não nasceram no Piauí, mas pertenceram por algum momento a um de seus dois importantes circuitos literários. Nesse caso, a poeticidade do espaço extravasa os limites cronológicos do século XIX e ingressa no século XX a partir de

²⁵ Idem.

textos de gêneros diversos. É o caso do cronista e poeta maranhense Herculano Santos, do circuito nortista, que publica, no *Diário de São Luís*, a crônica “Nas margens do Parnaíba”²⁶, facilmente enquadrada nessa vertente das letras piauienses que, ao tomar o rio como elemento central das imagens que dele se desdobram, lança um olhar especial à vegetação, aos animais (gado, ovelha) e aos tipos humanos que o margeiam.

Desde Gabriel Soares de Sousa, outros observadores ocuparam-se com o espaço piauiense, ora descrevendo a natureza e sua fauna, ora seus tipos humanos: os padres Yves d’Evreux, em *Viagem ao norte do Brasil*; Antônio Vieira, quando de sua excursão de São Luís para a Ibiapaba; bem como Fillipe Bettendorf, Consalvi, que atentaram mais especificamente para fatos e costumes relacionados à “nação dos Tremembés”, índios que habitavam uma extensa região a qual compreendia, segundo Diderot Mavignier (2017, p. 17), uma imensa faixa de costa: “desde a margem direita da baía do Arraial, próximo à ilha de São Luís no Maranhão, até a margem esquerda do rio Jaguaribe, no Ceará. Ocupavam também grande área dos atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará”.

Com relação aos demais elementos, o gado é outra importante imagem que, por sua pujança e representatividade comercial ao longo dos anos, anteriores ao século XIX, se tornará, assim como o rio Parnaíba, argumento poético direto e indireto das descrições. De maneira vestigial, esse tipo de atenção é vista ainda no ano de 1728, quando João da Maia da Gama, governador e capitão-general do estado do Maranhão, em seu *Diário de viagem de regresso para o reino e de inspeção das barras dos rios do Maranhão e das capitânicas do norte*, faz referências a embarcações no sítio de Pedro Barbosa Leal, onde se carregavam carne e courama²⁷. Mais tarde, “Ao final do século XVIII eram exportados cerca de 120 a 180 mil bois por ano, sendo que grande parte saía pelo porto da Vila de São João da Parnaíba, o primeiro centro comercial do Piauí” (TAJRA; TAJRA FILHO, 1995, p. 137). Segundo Marta Teresa Tarja, “Já era o comércio marítimo que se fazia no Piauí com produtos da pecuária, talvez para Belém, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Lisboa e, é claro, São Luís do Maranhão” (TARJA, 2014, p. 15).

²⁶ “Nas margens do Parnaíba”, *Diário de S. Luís*, ano 5, n. 241, 25 out. 1924, p. 2.

²⁷ Além de carne e courama, Pedro Barbosa Leal também produzia, em suas fazendas, farinha, bens remetidos, às vezes, a pedido da Coroa. A história desse personagem histórico se confunde à história da própria vila de Parnaíba: data de 17 de fevereiro de 1705, da Bahia, carta assinada por Dom Rodrigo da Costa, em nome da Coroa, autoriza Pedro Barbosa Leal à remessa, em comboio, de escravos ao local já denominado “Parnahiba”, no “Piagohy”, bem como de “gente que com eles vai, é para a povoação que intenta fazer, e sortimento das mais fazendas” (COSTA, 1938, p. 329). Pelo que tudo indica, o intento de Pedro Barbosa Leal dera certo, visto que data de 11 de junho de 1711 a autorização do Bispado de São Luís, no Maranhão, para que no referido arraial, denominado Parnaíba, se construísse uma ermida, edificada, por fim, pelos habitantes do lugar. É consenso dos historiadores (Gandara e Mavignier, por exemplo) que a referida ermida é, hoje, a capela de Nossa Senhora de Montserrat, localizada na rua Duque de Caxias, próximo ao Porto das Barcas.

Esse relato faz jus ao que essa autora denominou “república dos currais”, em plena fase imperial, constituída pelo comércio marítimo efetuado pelos donos de fazendas de gado nesta porção de terra brasileira, o que constituiu, na época, o “monopólio do gado piauiense nas Minas Gerais e outras capitanias mais próximas”²⁸, como também confirma Gardner, naturalista inglês que esteve no Piauí, na primeira metade do século XIX: “O gado do Piauí supre em grande parte os mercados do Maranhão, Bahia e Pernambuco; às vezes enviam-se algumas manadas para a província de Minas” (GARDNER, 1942, p. 230), bem como Gandara (2010, p. 237): “Nas primeiras décadas do século XIX a Vila de São João da Parnaíba se expandia comercialmente e fazia transações com as praças do Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro”; e acrescenta a respeito do comércio internacional: “No início da primeira década do século XIX, Simplício Dias [o principal comerciante do espaço] solicitou às autoridades portuguesas, que lhe fossem concedidos direitos de comércio direto com Lisboa”²⁹. Felipe Mendes (1995, p. 62) justifica esse monopólio pela situação geográfica das fazendas de gado piauienses: “situadas nos vales úmidos, os rebanhos piauienses eram considerados os melhores de todo o norte. O Piauí forneceu carne aos núcleos urbanos do litoral nordestino, quando ocorreu a expansão canavieira”, e conclui: “e também para as regiões mineradoras de Minas Gerais, mas já no final do século XVIII o gado de regiões mais próximas e o charque do Rio Grande do Sul ocuparam esses mercados”³⁰.

Desenhava-se, pois, toda uma estrutura de oligopólios rurais, de estrutura patriarcal, constituídos por famílias e agregados que detinham esse comércio e que, com o advento da República Velha, passaram a incidir nos destinos políticos do Piauí a partir de seu centro administrativo, Teresina, cujos desdobramentos resultaram em tipos específicos de intelectuais e escritores. Uma ideia do poderio das fazendas de gado *vacum* que se formava nesse recuado período demonstra Diderot Mavignier (2017), dando conta de censos antigos que apontavam o Piauí, em 1674, com 30 fazendas, e, no ano de 1818, já com 2.460. E confirma a projeção exposta anteriormente: “A implantação dessas fazendas teve início no século XVII, tornando a capitania de São José o mais importante criatório de gado bovino do Brasil-Colônia, tendo o vaqueiro como administrador dessas propriedades” (MAVIGNIER, 2017, p. 118). Soma-se a esses valores, o número total de 50.670 cabeças de gado existentes, em 1811, somente nas 35 fazendas de Domingos Afonso Mafrense, o

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

primeiro dono de sesmarias no Piauí, que as teria deixado para a Companhia de Jesus (MENDES, 1995).

A fundação das cidades piauienses margeadas pelo rio Parnaíba é matéria também comentada no estudo de Gercinair Silvério Gandara, quando em *Rio Parnaíba... Cidades-beiras* (2010) discute a transformação sócio-espacial do Piauí a partir da povoação das cidades que se formaram à beira do rio Parnaíba, daí a razão da imagem dessa via fluvial estar tão ligada aos dois circuitos aqui analisados.

A imagem do vaqueiro e a do gado para a cultura piauiense, portanto, merece um importante parêntese, posto serem uma constante que não fugiu às produções literárias nos mais distintos períodos da história. No século XIX, por exemplo, o vaqueiro foi cantado nos versos de José Manuel de Freitas, de Hermínio Castelo Branco e exaltado na prosa de Francisco Gil Castelo Branco quando, no Rio de Janeiro, publicou *Ataliba, o vaqueiro*, em 1874. Essas imagens persistem e retornam aos versos de inúmeros poetas como Da Costa e Silva, quando em *Zodiaco* (1917) publica o soneto “O aboio”:

O sol desfaz-se em ouro nas quebradas,
Surge a lua de prata, além da serra,
Nos saudosos sertões da minha terra,
Pelo tempo feliz das vaquejadas.

À hora azul do crepúsculo, as boiadas
Vêm chegando aos magotes para a ferra,
Em correrias, num tropel de guerra,
Nuvens de pós formando nas estradas...

Mas uma rês desgarra de repente;
No cavalo feroso e mais ligeiro
Perseguem-na a correr, inutilmente.

Ouve-se o aboio no sertão inteiro...
Volta a rês ao curral, pausadamente,
Vencida ao som do canto do vaqueiro (SILVA, 2017, p. 131).

Importante destacar que, dos tipos humanos que residiram nessa porção da nação, o vaqueiro é a síntese de duas etnias distintas, a do índio e a do negro, como também faz lembrar D. J. G de Magalhães que, na primeira metade do século XIX, conheceu Raimundo Gomes, vaqueiro nascido no Piauí, no início do século XIX, “filho dessa raça cruzada de índios e negros [...]; criado no campo entre o gado que pastorava; prestando sua faca às vinganças próprias e alheias” (MAGALHÃES, 1865, p. 15). Mais ainda, a imagem desse tipo humano, que muito traduz o estado piauiense de suas porções sudoeste e sudeste, confirma, de forma vestigial, a inquietação que Florestan Fernandes lançou nos

anos de 1970 acerca da formação étnica brasileira: “É incompreensível a insistência com que os índios são eliminados da nossa história” (FERNANDES, 1979, p. 121).

Entender como o regionalismo surgiu no Piauí e se desdobrou do século XIX à primeira metade do século XX exige, antes de tudo, analisar as duas faces de retratação de uma mesma moeda, metaforizadas antiteticamente pelo rio (ligado à riqueza e fartura) e pela seca (imagem atrelada aos despossuídos, aos marginalizados). Esse último olhar será desenvolvido nas letras do estado, em especial, na segunda metade do século XX, portanto, além do recorte desta tese. No primeiro caso, não se pode deixar de atribuir valor às manifestações literárias desvinculadas para a construção das primeiras ideias de espaço e suas consequentes farturas. Tudo indica que a fase de domínio na criação de gado, que tantas imagens forneceram aos escritores, duraria no Piauí, tornando-se uma constante na memória oral de muitas famílias e instituindo aspectos do folclore.

Entre os nomes que passaram pelo Piauí a observar suas matas e os núcleos familiares então constituídos estava também, como dito, o de George Gardner. O naturalista inglês, em visita à vila de São João da Parnaíba, logo após a Independência do Brasil, descreveu em *Viagens no Brasil*³¹ a maneira pela qual fora recebido por Simplício Dias da Silva, cujas posses eram facilmente demonstradas aos visitantes pela ostentação e pompas à europeia. Dos relatos, um dado chama a atenção neste estudo: ser detentor de uma biblioteca e de um grupo de escravos ilustrados, que formava uma banda de música para executar peças europeias e sabia falar línguas estrangeiras. O dado fora confirmado por Henry Koster, pintor português que conhecera viajantes os quais tiveram contato com a personalidade exótica desse comerciante, em *Viagens ao nordeste do Brasil* (1942): “Tem ele casa magnífica, banda de música composta por seus escravos, alguns dos quais educados em Lisboa e Rio de Janeiro” (KOSTER, 1942, p. 237-238).

Soma-se aos dois estrangeiros, Louis-François de Tollenare, comerciante e industrial francês que conheceu alguns dos hóspedes de Simplício Dias. Suas impressões, de segunda monta, foram deixadas em *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, obra traduzida no Brasil por Alfredo de Carvalho, com o título de *Notas dominicais*, e publicada no Recife em 1906. Nela, o francês reconhece esse piauiense como uma das figuras mais opulentas do Brasil, possuindo um número aproximado de 1.800 escravos e tendo organizado com eles “um regimento e às vezes causou inquietações ao governo que tentou persegui-lo” (TOLLENARE, 1906, p. 163). E continua, assim como outros observadores, descrevendo o mais importante comerciante do

³¹ Publicado originalmente em 1846.

Piauí do período: “O senhor Simplício viajou na França e na Inglaterra, e ali aprendeu a conhecer o respeito devido à civilização”³², e segue: “ocupa-se das belas-artes, vive com um luxo asiático, mantém músicos com grande dispêndio, acolhe estrangeiros, gosta de franceses, vive nos seus domínios como um homem poderosamente rico”³³. Por fim, o francês descreve a origem do poderio: “fruto da indústria de seu pai, que, obrigado a homiziar-se por não sei que delito, se retirou para perto de Parnaíba, derrubou o mato, criou algum gado, comprou alguns escravos, e elevou-se gradualmente ao ponto de opulência de que goza seu filho”³⁴.

Ainda dentro desse recorte, é válido retomar as observações de George Gardner sobre o Piauí. Sua incursão começa em Oeiras, quando fora recebido pelo Barão da Parnaíba, então presidente da Província. O naturalista inglês, aliás, excede-se nos detalhes acerca dos tipos que vai encontrando ao longo da viagem, em uma narração que, pelo pitoresco, em muito se aproxima ao naturalismo literário que será retomado, mais tarde, por João Alfredo de Freitas, em *Contetos*, João Licínio, em *Esmaltes*, e Abdias Neves, no seu *Um manicaca*. A fim de ilustrar esse aspecto, veja-se a maneira como se ocupa na descrição de uma sentinela achada às portas do palácio do governo em Oeiras: “Era um mulato moço, vestido com o uniforme de tropa de linha, que parecia ter-lhe estado colado ao corpo pelos últimos seis anos; o boné de pano era velho e ensebado” (GARDNER, 1942, p. 210), e prossegue atendo-se aos trajés: “a jaqueta azul, metade remendos, metade buracos, estava aberta na frente, mostrando-lhe o peito nu, porque o homem não podia gabar-se de possuir uma camisa; as calças eram pouco melhores que a jaqueta;” (GARDNER, 1942, p. 210-211). Ainda quanto aos calçados, escreve: “os pés estavam metidos até os calcanhares num velho sapato, com os dedos à mostra” (GARDNER, 1942, p. 211), e, por fim: “Não fora sua posição ereta e o uso do mosquete e eu o teria sem dúvida tomado por mendigo”³⁵. O mesmo fizera ao descrever o Barão da Parnaíba: “O vestuário era [...] bastante ligeiro, o que geralmente usam em casa os habitantes da província”³⁶; passando-se aos detalhes:

leve camisa branca de algodão, solta por cima das calças do mesmo estoffo e que desciam pouco abaixo dos joelhos; nuas as pernas e os pés, mas estes metidos num par de chinelos velhos; em volta do pescoço

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

diversos rosários, com crucifixo e outros berloques de ouro a eles presos³⁷.

Gardner se ocupa em descrever também a cidade de Oeiras, e a deixar rastros de sua população, constituída por aproximadamente três mil habitantes no período de sua visita, entre os anos de 1836 e 1841. Nessa época, Parnaíba, enquanto vila, já ultrapassava a casa dos 4 mil habitantes – muito à frente da própria capital da província. Parnaíba só é elevada à categoria de cidade em 1844³⁸, três anos após a incursão de George Gardner às terras piauienses. É curiosa, porém, a referência que ele faz à vila como *cidade* – ao descrever a chegada de um carregamento de sal advindo do litoral: “procedente da vila do [sic] Parnaíba, *florescente cidade* perto da costa na margem oriental de um grande rio do mesmo nome, que divide as províncias do Maranhão e Piauí, e pelo qual se faz a navegação” (GARDNER, 1942, p. 213, grifo nosso). Talvez o termo “florescente cidade” advenha mesmo do porte econômico e do tamanho e organização social que o espaço já admitia naquela época, e que a elevação de categoria representasse só uma mera documentação.

Ao que observou o naturalista inglês, os habitantes de Oeiras eram constituídos, excluídos os que serviam ao governo, por comerciantes e varejistas de produtos europeus, servidos apenas por dois médicos (um português, José Luiz da Silva, e um brasileiro, da Bahia). Das três igrejas que a cidade dispunha, duas eram velhas e inacabadas, além de “vários outros edifícios públicos, como cadeia, quartel, a casa da assembleia da província, a câmara municipal e um hospital, nenhum deles, porém, merece menção, exceto a cadeia que acaba de ser construída”³⁹. Dos prédios citados, merece referência o localizado na extremidade norte da cidade: “um grande e belo edifício, ora decadente, que foi *o colégio dos jesuítas* antes de sua expulsão do Brasil”⁴⁰. O relato de Gardner, em relação a outros que aqui se tem destacado, tem um aspecto mais completo por descrever tanto os tipos humanos como também atentar para o exotismo da natureza piauiense. Mais adiante, por exemplo, comenta as mudanças da flora em períodos quentes e chuvosos: “em julho opera-se grande mutação: toda região se reveste de um aspecto árido e enxuto, a grama e outras plantas herbáceas murcham-se, árvores e arbustos despem-se de sua folhagem” (GARDNER, 1942, p. 215). O naturalista também provê alguns dados a respeito da

³⁷ Idem.

³⁸ D. Felipe Conduru Pacheco (1946, p. 12) assevera que a elevação de Parnaíba à categoria de cidade “impunha-se como natural de seu desenvolvimento material e espiritual. Seu nome se projetava já por todos os quadrantes da Pátria”.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem, grifo nosso.

geologia e da fauna piauiense, composta, dentre outros animais, por araras azuis, capivaras, cavalos, jacarés etc. Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco os levará para a sua narrativa em versos *O ímpio confundido* (1835), que, nesse ponto, traz informações mais diversificadas sobre a região e uma profusão de imagens relacionadas, ainda, à geologia piauiense.

O olhar dos dois tipos humanos aqui apontados, um no litoral e outro no interior, tão díspares, lança entendimento para a constituição e a diferença dos dois polos que já se desenhavam para os visitantes europeus: um que, próximo ao Atlântico, era eminentemente comercial e rico; e outro, posicionado no interior, precário e isolado, que administrava, com dificuldade, os destinos políticos do Piauí. Em um ponto, porém, os dois espaços não divergiam: a ausência de estruturas mínimas para a instrução.

Aqui é possível dividir a etapa de manifestações literárias *desvinculadas* em partes: uma que se concentra em registrar o exotismo da natureza piauiense e outra, cuja fundamentação concorre ao registro sociológico das famílias que habitavam essas terras de pouca ou rara instrução, com distinta descrição dos tipos humanos. Na primeira delas, muitas obras surgiram sob esse signo, sendo talvez as de Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco, *O ímpio confundido* (1835), José Coriolano, *Impressões e gemidos* (1870), e Luiza Amélia de Queiroz, *Georgina ou os efeitos do amor* (1893) três fortes índices, ainda no século XIX, dessa tradução que, *a posteriori*, será continuada nos três primeiros decênios do século XX, em especial por intelectuais piauienses que levarão para as suas produções essa forte relação do homem com os elementos da natureza do estado. *Zodiaco*, de Da Costa e Silva, por exemplo, é talvez a mais forte produção poética do século XX referente a esse regionalismo sertanista de exaltação, com laivos simbolistas, e cuja estrutura demonstra uma clara harmonia do poeta com as descrições que o antecedem: “Imagens da natureza”, “Poemas da flora” e “Poemas da fauna”, e por si só valem pela imagem esboçada em sua primeira obra, *Sangue* (1908), onde consta o soneto “Saudade”, que encontrou em Júlia Lopes de Almeida⁴¹ e J. dos Santos os seus primeiros críticos no Rio de Janeiro, este na coluna “Crônica Literária”⁴²:

Saudade! Olhar de minha mãe rezando,
E o pranto lento deslizando em fio...
Saudade! Amor de minha terra... O rio
Cantigas de águas claras soluçando.

Noites de junho... O caburé com frio,

⁴¹ “Dois dedos de prosa”, *O Paiz*, ano 25, n. 8.943, 30 mar. 1909, p. 1.

⁴² “Crônica Literária”, *A Notícia*, ano 16, n. 29, 3 fev. 1909, p. 2.

Ao luar, sobre o arvoredo, piando, piando...
 E, ao vento, as folhas lívidas cantando
 A saudade imortal de um sol de estio.

Saudade! Asa de dor do pensamento!
 Gemidos vãos de canaviais ao vento...
 As mortalhas de névoa sobre a serra...

Saudade! O Parnaíba – velho monge
 As barbas brancas alongando... E, ao longe,
 O mugido dos bois da minha terra...

Esse tipo de manifestação vem a confirmar a tese de João Cabral, cuja gênese se tem defendido aqui residir no período das manifestações literárias *desvinculadas*, cujo conteúdo sem dúvida ajudou a construir todo um imaginário acerca das terras piauienses e suas consequentes riquezas, a par do que ocorrera aos escritores latino-americanos, também contaminados pelos relatos hiperbólicos de seus colonizadores. Reflexos desse conteúdo, vistos inicialmente na etapa seguinte, nas manifestações literárias *deslocadas*, ajudam a comprovar que “A vis poética, na literatura piauiense, é predominantemente, por causas naturais, que fizeram da terra o *habitat* de todas as belezas paradisíacas, inspiradoras da poesia” (CABRAL, 1940, p. 140), daí poetas como José Coriolano, classificado pela crítica como “um dos mais legítimos cultores da poesia popular piauiense” (GONÇALVES, 2018, p. 288), terem escrito versos, ainda no século XIX, com fortes exaltações do aspecto geográfico, da fauna e da flora do Piauí.

O mesmo se dá em *Georgina ou os efeitos do amor* (1893), de Luiza Amélia de Queiroz, cujos cantos são intercalados por descrições de ordem naturalista, bucólica, mas que não fica estacionada no século XIX, adentrando ainda no século XX, “sendo o principal motivo das emoções poéticas dos genuínos trovadores piauienses” (CABRAL, 1940, p. 163), como nos mais distintos gêneros poéticos, de feitura popular, de que os poetas tanto de Teresina como de Parnaíba farão uso, a citar a trova e o cromo, a fim de explorar exatamente essa temática.

1.2 Manifestações literárias *deslocadas* e o regionalismo sertanista piauiense

A segunda etapa do primeiro momento a que se tem definido aqui como de formação responde pelas manifestações literárias *deslocadas* que ocorrem, sobretudo, na primeira metade do século XIX. A atenção agora será voltada para os autores piauienses que, por razões de ordem vária, migraram para centros metropolitanos a fim de realizarem estudos, principalmente na área do direito, e nesses lugares – alguns –, publicaram obras

literárias, ora cantando a terra natal, salientando seus aspectos tradicionais e característicos, ora filiando-se a um lirismo mais intimista ou ainda fazendo da literatura uma arma de combate e denúncia. É nesse período que a literatura piauiense assistirá ao surgimento de obras em prosa, entre os gêneros romance, conto, narrativas folclóricas e crítica literária. Não se excluem aqui os escritores que, não tendo publicado livros, se fizeram lidos nas páginas de imprensa.

Além da motivação dos estudos, outras três competiram para os seus deslocamentos, alguns com grande impacto na literatura: a Guerra do Paraguai, que aparecerá, por exemplo, nos poemas de Teodoro Castelo Branco e Hermínio Castelo Branco; o Ciclo da Borracha, no Amazonas, que atrairá, direta e indiretamente, pelo menos dois dos mais importantes poetas piauienses do findo período, Taumaturgo Sotero Vaz e Jonas Fontenele da Silva; e a carreira política e/ou jurídica no Rio de Janeiro, que também levará para a sede da República o poeta Félix Pacheco⁴³, cuja atuação literária se estenderá até às três primeiras décadas do século XX.

Logicamente, estando os escritores piauienses desse período regidos por motivações e posições geográficas distintas, um leque de tendências se sobrelevaria em suas produções, distinguidas aqui em grupos, dos quais os regionalistas serão objeto de estudo por sua conexão direta à linha consequente que se empreende acerca das letras literárias piauienses.

Ao se falar em escritores regionalistas, dá-se atenção, na realidade, no século XIX, à sua primeira manifestação, que, em adaptação à ideia que Zilá Bernd lançou para o Rio Grande do Sul, podem se enquadrar no “regionalismo tradicional”, cuja característica mais saliente é ocupar-se com temas citadinos e interioranos. Nesse caso, o que, para essa pesquisadora, estaria centrado na figura do gaúcho, no Piauí é a figura do “vaqueiro” que ganha alguma atenção. Se, no regionalismo tradicional gaúcho, a observação está centrada em um passado de glórias, que em alguma medida o enaltece como “monarca das coxilhas” (BERND, 2013, p. 127), no Piauí o vaqueiro é também exaltado, não por seu passado glorioso, mas como elemento partícipe de toda uma plasticidade da natureza, evocação que poetiza o espaço piauiense em consonância com as lendas e os mitos que permeiam o folclore da região.

Aqui, o termo “regionalismo” muito dialoga com o que Candido (1987, p. 157) interpretara: “abrange toda a ficção vinculada à descrição das regiões e dos costumes rurais desde o Romantismo”, no “desejo de expressar uma temática local, sem influências

⁴³ **Apêndice B:** Produções de Félix Pacheco em periódicos brasileiros (1901-1929).

externas, através de recursos autônomos” (ZILBERMAN, 1980, p. 30). Assim, “o regionalismo foi a maneira encontrada pelos escritores para assenhorear-se de um espaço, mas, mais ainda, de um tempo” (ASSIS BRASIL, 2004, p. 32). Dessa forma, o vaqueiro é apenas mais um personagem em meio a uma constelação de elementos enaltecidos, embora algumas vezes seja tratado como herói, como em *Ataliba, o vaqueiro*, de Francisco Gil Castelo Branco, cuja descrição está carregada de um tom elogioso:

São naturezas especiais as dos homens desses ermos longínquos; implacáveis no ódio, extremados no amor, fiéis à gratidão, morrem onde se prendem, como as lianas que se adunam às vetustas árvores das suas florestas (CASTELO BRANCO, 2016, p. 38-9).

Retomando a ideia de descrição poética do espaço piauiense, para Candido (1987, p. 141), essa espécie de consciência vinculava a ideia de prática e de natureza como forma de compensar, literariamente, “o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social”. Tal debilidade estava justificada, no caso piauiense do século XIX e inícios do século XX, pelo ensaio institucional que ainda se operava no espaço, carente de quase todas as estruturas básicas e de políticas de estado eficientes nas áreas da educação e da infraestrutura, circunstância que obrigou as famílias piauienses de posse a enviarem seus filhos para outras províncias que apresentassem condições de estudo e formação.

Apesar de o *corpus* de autores dessa categoria evidenciar um número significativo de poetas que, ou publicou livro ou só se fez conhecido pelas páginas de imprensa, destacam-se, para o século XIX, pela qualidade estética e possibilidades de relação nessa linha, os seguintes nomes: José Coriolano de Sousa Lima (*Touro fusco*, 1859; e *Impressões e gemidos*, 1870), Hermínio Castelo Branco (*Lira sertaneja*, 1881), Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco (*A harpa do caçador*, 1884) e Luiza Amélia de Queiroz (*Georgina ou os efeitos do amor*, 1893); bem como em prosa, Francisco Gil Castelo Branco (*Ataliba, o vaqueiro*, 1874).

Salienta-se que parte dos escritores a serem analisados neste tópico está inscrita na primeira fase do regionalismo piauiense, caracterizadamente sertanista, e manifestou suas produções de maneira deslocada, ou seja, produziu em outros circuitos de letras, mais especificamente no espaço de Recife, devido à vinculação com a Faculdade de Direito. Francisco Gil Castelo Branco é uma das exceções, ligado ao espaço do Rio de Janeiro. Estar afastado da “aldeia” e viver em um meio urbano de vida burocrática pareciam condições *sui generis* para que o saudosismo e o cantar a natureza, qualidade básica da primeira onda romântica, instaurasse nos poetas um lirismo peculiar, levando seus textos a

meditarem sobre a paz do campo e as características comuns da terra. Daí ironicamente ser esta apreciação romântica um “privilégio e riqueza da cidade” (TUAN, 1980, p. 118), o que explica certo “fingimento poético” tão comum aos árcades, mas que nessas circunstâncias regionalistas é, antes, uma atitude ideal e lírica, resultado não de um apelo ao puro fantasioso, mas ao real revivido na memória, transformado simbolicamente.

Esse imaginário que toma o campo como *locus amoenus*, em detrimento da cidade, deriva de um longo processo que, na Europa, se divide em três períodos, “época da Grécia Helenística ou Alexandrina, na época da Roma de Augusto e no período do romantismo, que se iniciou no século dezoito” (TUAN, 1980, p. 122). No caso brasileiro, tal representação, influenciada em especial por este último período, não passava despercebida do conjunto de autores que também experimentou os mesmos estados emotivos, transplantando, ora em verso, ora em prosa, as especificidades de sua região: “O certo é que o regionalismo valorizou a cor local, revelou o Brasil, procedeu a um levantamento das peculiaridades regionais. *Mesmo quando desvinculado do campo literário*, constituiu um acervo de informações sobre as regiões brasileiras” (MOREIRA, 1982, p. 28, grifo nosso).

É possível interpretar que a origem do regionalismo piauiense esteja ligada justamente a esse deslocamento dos escritores, por no mínimo dois pontos que se correlacionam: o primeiro, a formação escolar e científica, não encontradas em sua própria terra, e que sem dúvida lhes deu ferramentas necessárias ao exercício literário *ipsis litteris*; e segundo, a sensação de afastamento que, somada à atmosfera criada pela corrente romântica ainda em voga no espaço em que estavam inseridos, despertaram em seus espíritos um lirismo tardio de olhar para as amenidades da terra, enxergando nela a sua própria poeticidade. Este segundo ponto é facilmente deduzido dos textos que configuram esse regionalismo, e o primeiro, a partir da leitura histórica, política e econômica já efetuada sobre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX do espaço piauiense, como demonstra Iweltman Mendes (2001, p. 63):

Diante do péssimo desempenho do ensino público no Piauí, a solução que algumas famílias, um pouco mais abastadas, encontravam era enviar seus filhos para escolas nas províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão ou acreditar em algumas iniciativas particulares que se sucediam nos mais diversos pontos da província, seja na estruturação de educandários ou na ação peregrina dos mestres de varanda que vagavam pelas fazendas dos vastos sertões piauienses.

Do modo como estão organizadas neste trabalho, tanto esta, quanto a primeira etapa apresentadas, compreendem um período que antecede o século XX. No caso desta,

diferente da primeira, que vinha arrolada desde o século XVIII, sua abrangência está centrada no século XIX. Quanto aos marcos, definem-se aqui essas manifestações literárias piauienses deslocadas da seguinte forma: início, 1808, com a publicação de *Poemas*, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, em Portugal; e término entre 1881 e 1896, quando surgirão aqueles que talvez sejam os primeiros livros literários impressos no Piauí, *Ecos do coração*, de Hermínio Castelo Branco, e *Falenas e sílfides*, parceria dos poetas José Luiz Batista e João Pinheiro. Antes dessas datas, o Piauí, apesar de contar com tipografias, estas se especializavam apenas na confecção de jornais, o que inviabilizava a impressão de brochuras.

Sobre essa fase é importante destacar também dois outros aspectos, além do deslocamento de autores para outros centros, atraídos por circunstâncias anteriormente apresentadas: há um momento específico em que, (re)estabelecidos no Piauí, os escritores se viram obrigados a imprimir e, às vezes, divulgar suas obras fora do estado, posto não haver em sua terra esse suporte gráfico e leitores. Difere esse processo de outra parte desses (re)estabelecidos que, pelas dificuldades encontradas na época, nunca levaram suas obras literárias à impressão, mantendo-as inéditas até a morte – como apontado, especialmente, pelos estudos de João Pinheiro. Além disso, é nessa fase que se observará a “vis poética na literatura piauiense”, de João Cabral, postura bucólico-telúrica da parte de muitos literatos, em especial poetas, e que pode ser entendida como uma extensão do movimento romântico, este que, na concepção de Michael Hamburger (2007, p. 379), tendia a “buscar uma harmonia entre o homem e a natureza”, diferentemente do sentimentalismo egocêntrico, intimista e confessional, que também imperava na poética de muitos nomes piauienses, influenciados pelos saldos estéticos e filosóficos de correntes então em voga⁴⁴, como é o caso de Licurgo de Paiva (1866), em *Flores da noite*, e Luiza Amélia de Queiroz, em sua primeira obra, *Flores incultas* (1875) – ambos os mais representativos nomes piauienses dessa tendência confessional no século XIX. Não se exclui ainda aqueles que por fatores próprios admitiram em suas produções esses dois aspectos, revelando-os, quando em muito, numa mesma obra, sob títulos e produções distintas.

Ainda sobre a tese da “vis poética”, é necessário tecer mais uma observação: apesar de admitida como uma extensão do romantismo, consoante a segunda etapa da sistematização histórica aqui empreendida, sua força imagética chega, com alguma mudança, à terceira etapa, especialmente por meio de produções poéticas, algumas

⁴⁴ Sobretudo Friedrich Schlegel e Goethe, e outros autores muito tomados em conta por esses escritores piauienses: Alfred Musset, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias e Tomás Ribeiro.

sincréticas, outras em diálogos muito próximos às tendências parnasiana e simbolista. É isso que explica certos trabalhos de Da Costa e Silva.

Uma terceira vertente literária, praticada pelos escritores piauienses oitocentistas, fazia da literatura um instrumento de polêmica, geralmente travestida em sátira, em relato ou mesmo no terreno da metalinguagem. Nesse primeiro caso, o tom é aparentemente indireto, já que alguns piauienses não economizaram em evidenciar a figura criticada. É o caso de *A cameleida ou a congregação dos Lentos de Olinda*, poema herói-cômico-satírico de 1839 escrito pelos poetas piauienses Manuel Pereira da Silva⁴⁵ e Francisco José Furtado⁴⁶, em parceria com o poeta alagoano Francisco Inácio de Carvalho Moreira⁴⁷, em que se lança crítica contra os professores da Academia Jurídica de Olinda (então, nos seus primeiros anos), especialmente seu diretor, padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, cuja linha de disciplina era das mais rigorosas, reconhecido por Múcio Leão (1953) como “áspero censor”: suas posturas eram tão rígidas e seu vocabulário tão vulgar em relação aos alunos que, em certo relatório, denominou-os “moços perfeitamente estúpidos e escandalosamente vadios”⁴⁸. O título do poema era uma sátira ao outro congênera, *A columeida*, escrito pelo padre aos moldes camonianos, a fim de ridicularizar, nos jornais *Diário de Pernambuco* e *O Constitucional*, a sociedade A Coluna, de ideias absolutistas.

O segundo caso de sátira piauiense, em forma de relato, alcança, muitas vezes, um caráter meramente informativo e, portanto, sem muita validade a este trabalho. Apesar de a polêmica no Piauí reverberar no século XX por meio das páginas de imprensa, acompanhando o desenvolvimento do periodismo em seus circuitos literários específicos, sua manifestação deslocada, no período oitocentista, envolvendo escritores piauienses, não pôde ser localizada em jornais ou revistas, mas tão somente em livros, inviabilizando qualquer leitura de revide por parte dos desafetos. E, nesse quesito, é a figura de Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco que desponta como a primeira a inaugurar, entre os piauienses, esse gênero, quando publica a obra poética *O ímpio confundido* (1835), subtitulada “Ou refutação a Pigault Le Brun”.

⁴⁵ Há poucas informações sobre Manuel Pereira da Silva, sabe-se, porém, que era natural do Piauí e, embora tenha iniciado os estudos jurídicos em Olinda, os concluiu na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1842, onde foi bibliotecário.

⁴⁶ Nascido em Oeiras em 3 de agosto de 1818, Francisco José Furtado, foi presidente da província do Amazonas em 1857, ministro da Justiça do Brasil em 1862 e de 1864 a 1865, e presidente do Conselho dos Ministros. Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de julho de 1870. Enquanto estudante em Pernambuco fundou o jornal político, de tendência liberal, *Argos Olindense*.

⁴⁷ Nasceu em Penedo, Alagoas, em 25 de dezembro de 1815. Francisco Inácio de Carvalho Moreira foi, *a posteriori*, deputado geral e ministro do Brasil na Inglaterra, e terá o título de “Barão de Penedo”. Faleceu no Rio de Janeiro em 1º de abril de 1906.

⁴⁸ “A Cameleida”, *Jornal do Brasil*, ano 63, n. 216, 19 set. 1953, p. 5.

Retornando à tendência principal da literatura oitocentista piauiense, e problematizando a questão em termos conceituais, reconhece-se que a expressão “literatura regionalista” encerra complexidades, especialmente compreendida como um registro documental e identitário de uma região, visto que outras literaturas também desempenham essa função. Por isso, pensa-se aqui como Albertina Vicentini (2019): “o recorte temático principal em torno do qual a literatura regionalista tem trabalhado seus temas e seus conteúdos identitários é, especialmente, o *mundo rural*, mundo dentro do qual se encontra o sertão”. A partir disso, a ideia é, como sugere Regina Zilberman (1980, p. 8-9), verificar, no caso piauiense, “em que medida a exposição de uma certa realidade humana e social é o fundamento de uma criação esteticamente válida”.

Por essa razão, destacaram-se aqui três elementos que configuram o regionalismo sertanista piauiense dessa primeira fase: as imagens do rio, do vaqueiro e, conseqüentemente, do gado, inseridos em um cenário de natureza exuberante, espécie de *locus amoenus*, ou antes, *locus ille locorum*, em que a lira poética muitas vezes procura repousar a sua fabulação e as suas construções idílicas induzindo à geografia imaginária como se tem dito. Nela, não é possível perceber a sobreposição de uma imagem a outra, é fácil, porém, identificar uma maior recorrência do rio em relação às demais, já que o Parnaíba acaba se tornando fonte mantenedora. Não só isso, o olhar poético sobre o rio também segue, como *topos* poético, a tendência que está na base das narrativas espaciais que despertaram emoção, e, entre os gregos e indianos, culto⁴⁹, daí o motivo de João Cabral (1940, p. 129) afirmar que “todos os rios têm suas lendas”.

No recorte aqui empreendido, umas das figurações mais antigas do rio Parnaíba está no livro *O ímpio confundido* (1835), principalmente quando seu autor, em postura descritiva, toma como matéria os aspectos geológicos do espaço piauiense. Leonardo pode, portanto, ser entendido como um elo entre as duas manifestações literárias, a *desvinculada* e a *deslocada*. Sua produção, aliás, é um misto das duas e talvez por essa razão peque pela ausência de lirismo, contaminada que estava pelos ganhos científicos e descritivos do primeiro conjunto analisado. Mais tarde, em 1888, o rio retornará à pena de outro piauiense pertencente ao grupo de Recife, que confere à imagem uma maior poeticidade. Trata-se do poeta Leônidas Benício Mariz e Sá:

⁴⁹ Essa ideia de culto é confirmada por Jean Chevalier (2009, p. 781): “Entre os gregos, os rios eram objeto de culto; eram quase divinizados, como filhos do Oceano e pais das Ninfas. Costumava-se oferecer-lhes sacrifícios, afogando, em suas águas, touros e cavalos vivos. Não se podia atravessá-los senão após ter cumprido os ritos da purificação e da prece”.

Às vezes, como a facha imensa do Oceano
 Enorme, rugidora, em ondas marulhosas
 E outras, como um lago quieto, um mar de rosas
 Treme, ri-se e chora, as terras escavando.

– Toda zona do sertão obedece-lhe o rugir
 Como um lençol imenso, enxuto nos palmares,
 Arranca amigas árvores de troncos seculares
 Com a calma do Czar na música do rir!

E entorna suas águas de espumas e balsedos
 Polmosos, como um lago de líquidos impuros
 Nas crostas do planeta, na face dos rochedos!

E as ilhas como flores, – baixeis de fantasias,
 Do verde dos coqueiros a sombra encantadora,
 Riem-se do rio, do ar, das harmonias! (SÁ, 1888, p. 8).

O soneto de Leônidas demonstra a correlação das imagens que compõem esse primeiro momento do regionalismo sertanista piauiense, onde o rio, embora seja o principal veio imagético, não aparece descrito de forma isolada. Por essa razão, cada um dos elementos, muitas vezes personificados, que compõem a fabulação poética da tendência, reserva a sua importância e excelência ao *topos* fluvial.

Os elementos se entrecruzam com seus respectivos desdobramentos: o rio, como fundamento e manutenção de um espaço; o vaqueiro, como protagonista, herói que se encontra na base da sociedade dessa porção nordestina, mantenedor de costumes e crenças; e o gado, mais especificamente o boi, figura mais do que emblemática que permeia o folclore brasileiro em regiões eminentemente pecuárias, como fora e ainda é o Piauí das mesorregiões sudeste e sudoeste, embora hoje sem a mesma projeção de seu passado setecentista e oitocentista. É o que se verifica na primeira obra de Coriolano, *Touro fusco*, de 1858, poemeto lançado pela Tipografia José de Vasconcelos, no Recife, e em *Impressões e gemidos* (1870), esta com a maior carga emotiva e exaltação do espaço – talvez por isso, por imprimir um olhar poético para a região, esse autor seja classificado como fundador da literatura piauiense. Apesar dos traços descritivos, não são eles o pretexto de *Touro fusco*, obra que está concentrada na figura do touro, o fundamento de toda composição.

Escrita em oitavas camonianas e com arroubos de vocativo, a primeira produção de Coriolano somente nisso assemelha-se a uma produção épica, embora a figuração desse animal como personagem nuclear (o herói) imprima ao verso certos aspectos da *areté*, virtude que no sentido grego pode estar relacionada, em nível de excelência, à bravura – essa característica se torna tão constante na narrativa que, quando a figura do vaqueiro surge, sua atuação é quase a de um figurante.

A correspondência do protagonista com o espaço é logo apresentada no primeiro dos três cantos que compõem toda a produção: Crateús, ou mais especificamente, Príncipe Imperial, na época vila piauiense e hoje pertencente ao estado do Ceará. Apesar de configurado na primeira onda do regionalismo sertanista piauiense, esse trabalho não deixa de apontar em suas estrofes, vez por outra, alguma referência aos ciclos de seca que assolaram o Nordeste brasileiro, e no caso do traslado, o espaço cearense. Com isso Coriolano, comumente evocativo em *Impressões e gemidos* (1874), antecipa, em *Touro fusco*, o problema da seca, esta que alcançará seu ápice em 1877⁵⁰, não com o tom de denúncia como evidenciado pelos escritores piauienses da metade do século XX, mas como mero registro de seu fenômeno e consequências:

Em certo ano do século dezenove,
Além de peste e fome assoladora,
No pobre Crateús nem sequer chove,
A seca é por demais abrasadora.
Um aqui jaz faminto – nem se move!
Outro ali, ante a Imagem da Senhora,
Pede, em pranto banhado, ao Bento Filho
Chuva, arroz e feijão, farinha e milho (CORIOLANO, 2015, p. 258).

A seca, nessa fase, por conta do momento histórico e literário, ainda era vista de maneira passiva, daí muitas vezes ser projetada como pano de fundo a um enredo com características distintas, como também fizera Francisco Gil Castelo Branco, em *Ataliba, o vaqueiro* (1878), novela de folhetim, mais tarde adaptada para livro, cuja trama se inscrevia ao filão de um romantismo à maneira de Joaquim Manuel de Macedo.

Chama a atenção o tom evocativo que também se transfigura na produção de Francisco Gil, em especial quando retrata a paisagem e as moças do sertão, comparadas às flores: “As filhas do sertão são como as flores campesinas; a arte não lhes realça o valor; desabrocham ou fenecem ignoradas; mas a sua singeleza arrebatada, os seus perfumes embriagam, os seus matizes deslumbram”, e mais adiante, “Ai!, daquele que as viu! jamais as poderá esquecer!” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 35). Esse mesmo tipo de analogia fora construída por Luiza Amélia de Queiroz em sua segunda fase, quando em sua *Georgina ou os efeitos do amor* (1893) comparara as jovens do sertão a roseiras: “As moças, cantando, rindo, / formando grupo gentil, / vão à fonte se banhar: / quando o sol desponta lindo / e vai nas águas brincar, / já as encontra floridas, / contentes, belas garridas, / como roseiras

⁵⁰ Raimunda Celestina Mendes da Silva (2013) demonstra, a partir de dados coletados em Antonio Marco Villa, que as primeiras notícias de seca no Piauí datam ainda do século XVII: 1605/6, 1614, 1692, 1711, 1721/2, 1723/7, 1736/7, 1745/6, 1754, 1777/8, 1790/3.

de abril” (QUEIROZ, 2018, p. 54). Tal estratégica discursiva era o reflexo da retratação idealizada dessa fase caracterizadamente romântica, em que, em sua tradução regionalista, os sentimentos humanos estabeleciam uma relação simbiótica com a natureza, esta mesma que aparecia nas produções a mimetizar os estados de alma das personagens ou mesmo do eu lírico dos poetas, como também se observa em “A Aurora”, de José Coriolano: “Douram-se os prados ao romper da aurora, / Que surge à hora que prazer só diz” (CORIOLANO, 2015, p. 72).

A análise comparativa entre esses autores não vem ao acaso. Inscritos na primeira onda do regionalismo sertanista piauiense, suas produções também se caracterizam por descrever o espaço sertanejo em um tom idílico e de exaltação, muitas vezes personificando os seus elementos, como é o caso da poetisa. E é nesse ponto que Teresinha, personagem de *Ataliba, o vaqueiro*, e Georgina, de Luiza Amélia, dialogam: a natureza reflete os seus estados de alma, se alegre, um dia claro, vivo; se triste, a noite escura, tenebrosa – antítese e correlação comum aos românticos de outrora. Como se não bastasse, ambas as narrativas se iniciam com as personagens que contemplam a chegada de seus pares: Ataliba, para a primeira; Acrísio, para a segunda. São os dois, porém, antitéticos. Enquanto Ataliba é o típico sertanejo rude, vestido de gibão e armado, Acrísio era mais afeito à ciência, estudante de medicina, não tendo na caçada um fim, como era para o primeiro, mas na pescaria uma distração. A rudeza aqui não pode ser interpretada sob um ponto de vista negativo, mas traço distintivo e característico vinculado ao tipo humano piauiense, e que por isso fazia jus à expectativa e à identificação dos pares. Isso talvez explique a necessidade de Hermínio Castelo Branco ou mesmo Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco evocarem, na introdução de suas produções, *Lira sertaneja* e *A harpa do caçador*, respectivamente, essa mesma imagem.

A retratação evocativa da natureza do sertão, descrita com hipérboles e metáforas pelos viajantes europeus do período das manifestações literárias *desvinculadas*, ao ser poetizada pelos escritores do século XIX e da primeira metade do século XX, ganha contornos personificados e prosopopáicos, somando-se a outros fortes recursos da primeira onda do regionalismo sertanista piauiense, encontrando em Francisco Gil Castelo Branco um continuador, pelo menos até a metade de sua narrativa, como se pode notar em trecho alusivo ao capítulo quarto, que não deixa de ser uma visão edênica da natureza,

como fizera Gonçalves Dias em sua “Canção do exílio”, herança direta, talvez, de Rocha Pitta⁵¹:

Uma variedade de florzinhas mimosas cobriam esses planos de matizes admiráveis e mais precioso do que o mais perfeito tecido dos célebres tapetes de Gobelins – lindas borboletas esvoaçavam por todos os lados, e uma aluvião de canários, cabeças-vermelhas, ou cardeais, confundidos com as nuvens de rolinhas e chicanos-pretos catavam as sementes das vassourinhas e outras ervas, enquanto os sabiás, os xexéus, o corrupião ou sofredor gorjeavam entre os leques do palmeiral, ouvindo-se constantemente o melancólico canto das seriemas e a nota profunda e extensa que soltava do monstruoso ninho a ema bravia ou avestruz brasileira. Pela manhã e à tarde o céu tingia-se de cores vivas e resplendentes, destacando-se um fundo azul que, pouco a pouco, até ao meio-dia, se tomava claro e diáfano como se fosse dobrado de uma cúpula de cristal. O sol então brilhava com todos os seus raios e parecia derramar sobre a terra toda a intensidade da sua luz tropical. À noite refulgiam inúmeras estrelas, ou o luar encantava com a sua pureza inimitável (CASTELO BRANCO, 2016, p. 58).

Há, na obra desse escritor, alguma tese, que tenta não somente representar como fundamentar os aspectos do sertão, com seus tipos, costumes e crenças. As descrições do vaqueiro e suas características morais, bem como as do espaço e da vegetação fazem parte de um conjunto de elementos narrativos que se unificam para ilustrar as análises realizadas pelo autor sobre essa parte do país, apresentadas inicialmente em formato de folhetim nos jornais cariocas. Um forte índice desse esforço em exhibir o aspecto sertanejo piauiense aos leitores de outras regiões está nas constantes conceituações, bem como nas comparações e analogias – recurso linguístico e mesmo imagético que permite, a partir da exemplificação ou da ilustração, esclarecer termos ou mesmo objetos.

Essa característica tem, em alguma medida, relação ao próprio *modus operandi* do escritor latino-americano, que “sempre teve necessidade de transformar os objetos raros em códigos mais ou menos acessíveis aos olhares externos – e até internos” (ASSIS BRASIL, 2004, p. 32). Em outras palavras, “trata-se de um trabalho de inclusão do particular na cultura mundial, pois na medida em que sei como uma coisa é, eu a coloco entre os bens da cultura que são conhecidos de todos”⁵². Seria o caso de analisar *Ataliba, o vaqueiro* à maneira como pensara Luiz Antonio de Assis Brasil o regionalismo gaúcho? Talvez inconscientemente, ao apresentar a sua realidade natal, o romancista piauiense estivesse declinando, a partir da nomenclatura, do olhar exótico que se lançava sobre sua

⁵¹ Ref. *História da América Portuguesa desde o ano de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro* (1730).

⁵² *Idem*.

terra, daí a vontade de fazê-la conhecida, como parte de um todo – a região nordestina com seu sertão e suas peculiaridades. Uma destas responde, sem dúvida, pela medicina popular praticada entre os sertanejos, que “dispõem de vegetais que sempre têm conservados em casa, cuja ação é imediata contra os diversos períodos das moléstias, que conhecem de um modo prático” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 85).

Construída a partir do espírito do romantismo, a narrativa lança luz acerca do *modus vivendi* e dos sentimentos que se inscrevem no espaço do sertão do Piauí, onde de fato estava localizada Crateús. O amor, por exemplo, é definido em comparação às plantas, “ele vinga uma vez única naqueles largos peitos encourados dos rústicos vaqueiros, e se gera nos corações pobres das donzelas, como a pérola a mais oculta no fundo dos mares” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 41). O vaqueiro, ideal de herói sertanejo, é visto a partir de uma estrutura dual, antitética, cujos traços muito se aproximam, como arquétipos, às virtudes que os gregos atribuíam aos seus heróis: admitia em sua estrutura moral tanto excelência quanto honra, somando a isso a fidelidade amorosa de um *Amadis de Gaula*. Assim, Ataliba é apresentado como um vaqueiro, cavaleiro do sertão, dotado de bravura, coragem (talvez o maior exemplo resida na luta empreendida contra uma onça, portando apenas uma faca) e, também, de respeito para com os costumes e as donzelas, característica esta que o narrador atribui aos moços do sertão:

Os moços sertanejos consagram uma espécie de culto à virgindade; acanham-se perante ela, compreendem-na, adivinham-na por um gesto, por um sorriso, por qualquer contração da fisionomia, nunca a farão corar com uma ousadia, com um pensamento malicioso (CASTELO BRANCO, 2016, p. 41).

Chama ainda atenção o caráter documental da obra, tanto por registrar a seca, em um de seus ciclos, como por representar toda uma estrutura social regida por costumes tradicionais e, em muitos aspectos, conservadores. No primeiro caso, o registro desse fenômeno, quiçá o primeiro da literatura brasileira, expõe, já, a figura do retirante e sua saga por melhores condições de sobrevivência⁵³. Embora a descrição desse aspecto seja mais alusiva do que rica em detalhes e denúncia, há, no mínimo, uma tomada de consciência frente a um problema de ordem eminentemente natural e encarado de maneira passiva, em especial na fala das personagens, que tomavam a seca como “vontade de Deus”, a citar o próprio Ataliba – deve-se lembrar que no ano de sua publicação, a grande seca que assolou

⁵³ “Solene e contristador era o quadro que tinham presente e que lhes ofereciam aquelas famílias, que se retiravam evitando a morte, levando consigo apenas o conforto da esperança de encontrarem algures os auxílios da caridade!” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 73).

o Ceará e cujas consequências construiriam todo o imaginário nordestino, já havia iniciado no ano anterior, estendendo-se até 1879. Quanto às descrições que permeiam a apresentação, ao leitor oitocentista, dos retirantes e suas estratégias de sobrevivência, elas assim sintetizavam a imagem consequente da seca:

Os moços marchavam à frente e, de dois a dois, substituídos de quando em quando, carregavam ao ombro, em uma vara horizontal, ou as redes dos enfermos, ou os odres cheios d'água aos quais denominavam – borracha. Em forma de saco, são feitos de sola curtida e hermeticamente cosidos por todos os lados, exceto na parte superior, que é terminada por um pequeno canudo de taquara, para dar passagem ao líquido, fechando-o uma rolha de sabugo, madeira ou palma de buriti. Nesses aparelhos rústicos os habitantes destes ermos levam a provisão d'água e, renovando-as sempre, percorrem as grandes distâncias do sertão, como beduínos no deserto (CASTELO BRANCO, 2016, p. 73).

Além desse tipo, em *Ataliba, o vaqueiro*, dá-se atenção à figura do negro, perfil há muito omitido na literatura brasileira dessa época – Cassange, um africano escravizado que chegara a essas terras para servir aos homens de posse do sertão. Há, da parte da descrição, certa simpatia pelo personagem, não retratado simplesmente como pano de fundo, tal qual ocorrera à seca, mas como parte ativa do enredo, com mais importância no capítulo terceiro, que relata a afinidade que ele conquistara com os demais personagens.

Outro ponto que merece ser destacado nas produções regionalistas desse período, especialmente poéticas, é o forte apelo à cultura oral, bem como o registro das tradições (costumes e tipos). José Coriolano e Hermínio Castelo Branco ilustram essa asserção: em diversos momentos aludem não ao verso amarrado e canônico, mas à liberdade da cantoria, aproximando-se mesmo ao linguajar sertanejo e tão comum ao folclorismo piauiense – característica muitas vezes anunciada nas primeiras estrofes de suas produções. Em *Touro fúsculo*, por exemplo, o tom de oralidade é assim definido: “Não vou cantar heróis, nem esses feitos / Que adornam os anais da humanidade” (CORIOLANO, 2015, p. 257); e em Hermínio, “Eu sou rude Sertanejo: / Só falo a língua das selvas / Onde impera a natureza / Não sei fazer epopeias, / Não entendo de poemas, / Nem choramingo pobreza” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 29). Francisco Gil Castelo Branco também merece entrar nessa lista, porque seu romance traduz na fala das personagens as expressões linguísticas típicas do sertão piauiense, bem como evidencia, nos costumes sertanejos, as rodas de cantoria em volta da fogueira, de onde surgem os poetas populares e suas quadras de improviso em desafios linguísticos, como era comum nos encontros e festejos regionais:

As palmas cadenciadas e as cantigas não se interrompem, sendo notável a facilidade do improviso e a riqueza de rimas que ocorrem aos sertanejos nos seus desafios, como qualificam a essa permuta de versos, nos quais transluz frequentemente a amenidade dos nossos poetas líricos corretos (CASTELO BRANCO, 2016, p. 63).

Esse mesmo tipo de retratação ganhará as páginas de *Lira sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco, e *Georgina ou os efeitos do amor*, de Luiza Amélia de Queiroz, ambos dando voz aos violeiros repentistas. No primeiro caso, o poema de abertura da obra, “O Vaqueiro do Piauí”, possui uma estrutura que muito dialoga com a literatura de cordel, estética e conceitualmente: trata-se de uma narrativa escandida em redondilhas, distribuída ora em quadras, ora em sextilhas; como se não bastasse a aproximação, o cordel surge no Nordeste brasileiro exatamente nesse período, fins do século XIX. Além disso, e aproveitando o *insight* de Lucídio Freitas, é possível argumentar que o tom de narração desse trabalho implique duas representações características: o vislumbre dos tipos e a retratação dos costumes⁵⁴, somando a elas uma terceira, o registro da linguagem e expressões dialetais do sertão, os três como síntese da riqueza cultural e linguística de uma parte do Piauí. A exata correlação entre esse texto e a manifestação do cordel não se coadunam, porém, no formato: não há notícias de que “O Vaqueiro do Piauí” tenha sido publicado separado de *Ecos do coração* (versão original do livro *Lira sertaneja*), em folheto simples, embora os biógrafos de Hermínio tenham demonstrado certo aspecto de poeta volante, nômade, da fazenda da família para Manaus e desta cidade ao Piauí, em retorno – levando consigo a lira permeada do *topos* poético piauiense, como registra Celso Pinheiro Filho (2010).

Apesar de em Luiza Amélia o registro linguístico e dialetal ser prejudicado pela correção da linguagem, seu poema, também narrativo, em certo ponto retrata um dos costumes dos homens do sertão ligados diretamente aos jogos mnemônicos de cantoria ou improvisação, de desafio e dança em volta da fogueira (o “lundu”), ao retratar, ainda no “Primeiro Canto” de *Georgina ou os efeitos do amor*, o repto de dois cantadores numa festa popular. As imagens construídas por essas personagens, cujas vozes são franqueadas pelo narrador, apesar de privilegiarem a abstração de conceitos como o amor, evidenciam observações singelas e empíricas ligadas ao universo sertanejo: “Como a *formiga da roça* / pra se perder asas cria, / por força dos meus pecados, / lembrei-me de amar um dia”

⁵⁴ Uma das fortes representações do costume sertanejo, nessa obra, talvez resida no uso de substantivos patronímicos, demonstrando o conservadorismo e a tradição. Assim, o nome Joaquim, antes de vir ligado a um sobrenome, é identificado como “Joaquim da Dominga”, assim como “João da Benedita”. Outro aspecto é o substantivo próprio, às vezes reduzido, estar vinculado a traços caricaturais ou de ofício das personagens ou ligado a espaços de vinculação: “Chico Boqueirão”, “Zé da Mata”, “Joana Lavadeira”; corruptelas também são admitidas: “Reimundo”, “João Quadria”, “Bastião”, “Estevo”.

(QUEIROZ, 2018, p. 55-56, grifo nosso). Esse aspecto, tímido na voz desses cantadores, é exacerbado na voz do vaqueiro de Hermínio, que não se furta em explorar todas as circunstâncias do sertão em versos. Mais ainda, em vários poemas narrativos de *Lira sertaneja*, a citar “São Gonçalo no sertão”, o desafio de cantoria em um festejo constrói imagens com características prototípicas à fabulação popular, tecidas em hipérboles, com a presença de elementos de ordem sobrenatural, como o lobisomem.

Lira sertaneja, inscrito na vertente do regionalismo sertanista piauiense, em sua primeira onda, é, por fim, um conjunto de produções que estão de forma direta e indiretamente exaltando e registrando as riquezas naturais, os costumes e os tipos do sertão. Talvez por isso demonstre em diversos momentos uma crítica aos costumes citadinos, reconhecidamente artificiais e com uma estrutura social hierarquizada. Essas duas tomadas de posição, que se complementam, aproximam Hermínio ao filão medieval e renascentista (apesar de advindo da literatura clássica) do *locus amoenus* e da expressão horaciana *fugere urbem*. Acentuadamente bucólica a alma desse poeta era a de um arcade e a mente a de um regionalista romântico, presa aos costumes de sua terra e às tradições de sua gente – em retrato à identidade do piauiense sertanejo oitocentista. Outro aspecto que merece destaque, e que reforça o caráter oral das produções inscritas no livro, é a afirmação do leitor pelo narrador, que ocorre por meio da interpelação, em um ensaiado diálogo franco e espontâneo.

Ainda a respeito dessas duas obras, observa-se a prática de duas tradições, uma oral e outra escrita, que se intercalam, podendo, às vezes, a primeira soar, da parte de Luiza Amélia, como uma emulação, daí a reorganização do discurso ao trato modelar e normativo, circunstância não respeitada por Hermínio e replicada em quase todos os poemas de sua *Lira sertaneja*, que vai se enriquecendo em imagens, como as já expostas, de estrofe para estrofe, de poema para poema. Porque compostos em narração, os trabalhos desse poeta vinculam-se ao cordel (“Um ajuste de casamento num serão de farinhada”, é outro exemplo) e exploram recursos de linguagem próprios do gênero, como os discursos direto e indireto, registrando, no primeiro, *ipsis litteris*, o linguajar do homem sertanejo. Dessa forma, quando o narrador não se vincula a esse universo, antes o relata panoramicamente, o comportamento linguístico se assemelha à uniformidade de Luiza Amélia.

Embora tenham demonstrado esses jogos de linguagem em suas produções, o que indicia uma cultura não letrada, a existência de poetas como os citados é um vestígio de que nem sempre a oralidade esteve ligada ao regime de improvisação. Esse, aliás, é um dos mal-

entendidos que Paul Zumthor (1993) identifica quanto aos estudos medievais. Para isso, o teórico suíço trada de reclamar a distinção de dois termos, “tradição oral” e “transmissão oral”, sendo o primeiro relacionado a um aspecto de longa duração; e o segundo, no presente da performance. O caso dos cantares sertanejos, muitos dos quais ligados ao folclorismo ou às fábulas transmitidas de geração a geração, é vestígio de que o processo da oralidade no sertão estava relacionado a uma tradição oral e não simplesmente à transmissão oral, como é o caso de *O ímpio confundido*, a primeira narrativa em versos piauiense a registrar aspectos lendários da cultural regional, que voltará a ser exposto em prosa pelo “grupo de Recife” na metade do século XIX.

Hermínio e Teodoro Castelo Branco também herdam, da primeira geração romântica brasileira, certo ar de ufanismo e, com alguma projeção, o saudosismo da terra natal, quando então migram para outras regiões, a citar a convocação para a Guerra do Paraguai. É válido somar às peculiaridades dos escritores da primeira onda regionalista piauiense esse caráter saudosista que, diferente dos poetas românticos brasileiros da primeira fase, não surgira em sua poesia por estarem desvinculados da nação, mas pelo distanciamento da terra por passagem em outras regiões também brasileiras. É o que ocorre a Hermínio Castelo Branco que, residindo no Amazonas, expõe esse sentimento. Além disso, essa característica não deixa de ter como consequência a poeticidade do espaço, agindo muitas vezes como seu fundamento. Esse mecanismo, portanto, não foge da configuração de exaltação de outros espaços presos à natureza rural, reacendida pela memória, mesmo quando o olhar é lançado para a urbanidade. A cidade é retratada como um ser vivo: vales gemem, auroras riem e rosais demonstram gentileza.

1.3 O grupo de Recife

Se, nas primeiras décadas do século XIX, as manifestações literárias piauienses foram escassas, a partir dos anos 1860 elas terão um aumento significativo, sobretudo por parte do grupo que experimentava a vida literária pernambucana, ampliando o número de autores e produções variadas. Concentrados na Colônia Piauiense⁵⁵, em Recife (a República

⁵⁵ Era seu líder o poeta e político José Manuel de Freitas. Mais tarde, em 24 de janeiro de 1889 (alusiva a uma das datas comemorativas do Piauí, referente à adesão, em 1823, de sua primeira capital, Oeiras, à independência do Brasil), ainda na capital pernambucana, seria fundada a Sociedade União Piauiense, que vincularia em seu quadro inúmeros escritores da então província do Piauí. Foi seu primeiro presidente o já bacharel Sigismundo Antônio Gonçalves, natural de Barras que, nesse mesmo ano, em 14 de novembro, assumiria, por dois dias, a presidência da província de Pernambuco, pelo Partido Liberal; retornando, no período republicano, ao cargo de governador de Pernambuco em duas outras ocasiões: de 4 de abril de 1899 a 7 de abril de 1900, e de 7 de abril de 1904 a 7 de abril de 1908, ambos pelo Partido Republicano. No

das Letras do Nordeste), os escritores do Piauí se fizeram conhecidos e lidos pela atuação que exerceram na imprensa como também pela publicação de livros e envolvimento com agremiações culturais. A atmosfera de combate e tirocínio político que experimentavam não poderia ser diferente do que se operava em todos os homens de letras ali instalados, e cuja vida literária era das mais movimentadas.

Estar ligado a agremiações alcançava um patamar quase de seita, já que, em certo sentido, elas estavam vinculadas a tendências do partidarismo, responsável, aos poucos, pelos destinos do Brasil – não por acaso daquele meio saíram importantes figuras do campo político e cultural brasileiro. Não de forma diversa, em várias ocasiões, e em distintos anos da segunda metade do século XIX, a Colônia Piauiense interferiu, via imprensa, no jogo político que ocorria no Piauí, ora enviando para publicação seus protestos e manifestos, ora conclamando os conterrâneos a votarem em seus candidatos.

Por essa razão, não se pode pensar nesse grupo sob outro olhar que não o do engajamento em projetos políticos aos quais se associavam, lançando muitas vezes os nomes dos piauienses que lá residiam e necessitavam do apoio dos conterrâneos que viviam na província. Eram jornais, como o *Estado do Piauí*, em fins do século XIX, os veículos de divulgação de suas ideias e candidaturas, a citar a do contista e folclorista João Alfredo de Freitas, que, embora não eleito, em 1890 disponibilizou seu nome para a Assembleia Constituinte. No Piauí, foi esse periódico que divulgou manifesto de apoio, assinado por certas figuras piauienses das mais importantes que residiam em Recife, algumas das quais se tornariam proeminentes juízes de direito e desembargadores, como Elias Firmino de Sousa Martins, Augusto Ewerton e Silva, Leônidas Benício Mariz e Sá, Júlio Lustosa de Amaral Nogueira e João de Lavor Paes.

No texto, os 22 signatários argumentam: “O doutor João Alfredo de Freitas já teve ensejo de servir a causa pública no Piauí, e não temos nós que dar-vos testemunho da correção com que ele aí procedeu”⁵⁶, e prosseguem, construindo um discurso que visava

interstício de 1900 a 1903, e de 1908 a 1915, foi senador. Entre os mais de 30 membros da “Sociedade União Piauiense” estavam ainda os piauienses Manuel Fernandes Sá Antunes, João Dias de Freitas, João Alfredo de Freitas, Jesuíno Lustosa da Cunha, o poeta e folclorista Leônidas Benício Mariz e Sá, Olímpio Vaz da Costa, José Dias de Freitas, Vitor Manuel de Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Antônio José da Costa, Torquato Rufino Jorge de Souza, os poetas João Crisóstomo da Rocha Cabral, Taumaturgo Vaz e Felon Castelo Branco, Augusto Ewerton e Silva e Simplício de Melo Resende. Costumava se reunir no Liceu de Artes e Ofícios e entre as contribuições que legaram ao estado piauiense, consta a publicação, em 1890, da corografia do Piauí, e, em 1891, a produção do “Projeto de Constituição do Estado do Piauí”, organizado por Sigismundo Gonçalves, Manuel Fernandes de Sá Antunes, João Alfredo de Freitas, Antônio José da Costa e Leônidas Benício Mariz e Sá. Grupo de congregação mútua em vários sentidos, em 1891, porém, sofreu uma forte cisão, dividindo ideologicamente seus membros e levando a imprensa pernambucana a presenciar polêmicas em torno de suas competências. Há notícias de que a sociedade tenha existido até por volta de 1893.

⁵⁶ “Manifesto ao povo piauiense”, *Estado do Piauí*, ano 1, n. 30, 26 mar. 1890, p. 3.

demonstrar o prestígio do candidato, tanto dentro quanto fora da província piauiense, “neste estado irmão, em que vivemos, o seu nome é sobremaneira considerado pelo grande apreço que lhe tem conquistado o seu talento apurado por sólida erudição, de que tem dado diversas provas em trabalhos, que correm impressos”⁵⁷, e mais adiante, “também na política o nome do doutor João Alfredo de Freitas é benquisto em Pernambuco, onde a sua pena não poucas vezes tem pugnado brilhantemente pela liberdade, e clamando pelo engrandecimento e prosperidade da pátria brasileira”⁵⁸.

João Alfredo de Freitas, de fato, já era autor conhecido: em 1883, enquanto cursava o quarto ano na Faculdade de Direito do Recife, havia publicado um conjunto de contos, fruto de colaborações em prosa no jornal maranhense *Pacotilha*, quando então cursava o ensino secundário na Casa dos Educandos, em São Luís. A essa coletânea de 77 páginas deu o título *Contetos*⁵⁹, que recebeu o prefácio de Clóvis Beviláqua e foi avaliada por Pereira Simões, crítico maranhense, como prosa naturalista. Mais tarde, Anísio Auto de Abreu, nas páginas do *Diário de Pernambuco*, também efetuou sua análise: “Narrações singelas, vulgares e simplistas – cortadas aqui e ali – de voos de uma imaginação comedida – como pombas alvíssimas a cruzarem o azul do horizonte” (ABREU, 1883, p. 8). Mais à frente, é ainda esse poeta, em sua função crítica, quem reforça a visão do analista anterior: “Dispersos, raros, de longe em longe transparecem laivos de pretensões a torneios de uma tonalidade de paisagem naturalista, saturada de realismo a Zola...”⁶⁰.

Quem também comenta *Contetos* é o poeta maranhense Antônio Rubim, ainda no *Diário de Pernambuco*, na seção “Literatura”, que classificou o estilo como “franco, simples, claro, original” (RUBIM, 1883, p. 8), para mais adiante acrescentar em conselho: “Estude a escola moderna, procurando introduzi-la entre nós criteriosamente, tendo o cuidado de tomar o respectivo antídoto contra a imitação servil da forma e do estilo”⁶¹. Ainda em 1883, João Alfredo de Freitas edita um folheto que provoca análises na imprensa de diversos estados, *Algumas palavras sobre o fetichismo religioso e político entre nós*.

No ano seguinte, preso à poeticidade de sua terra e da região nordestina, publica o livro *Lendas e superstições do norte do Brasil*, que no mesmo ano contou com a análise crítica de Tobias Barreto, publicada em forma de carta na *Folha do Norte*, de Pernambuco, e rapidamente transcrita em jornais do Piauí e do Maranhão, por onde também passou o

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Nesse ano era seu pai, José Manuel de Freitas, presidente da província de Pernambuco.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

poeta, como o jornal *Pacotilha*, em sua edição de 15 de maio de 1884⁶². A atenção que aqui se dá a esse tipo de produção literária, muito ligada ao conto folclórico, segue a orientação de Luís Augusto Fischer, para a qual a construção de uma história da literatura hoje não pode se furtar à observação da importância das canções ou das lendas ou do conto regionalista como parte da constituição literária, pelo viés não tradicional. Daí a importância desse tipo de produção para a própria formação das letras piauienses, como também observava Clodoaldo Freitas. Afinal,

essa interpretação toma mil variações na fantasia popular e daí essas histórias dramatizadas, religiosas, fantásticas, que transitam verbalmente pelas camadas iletradas, constituindo uma fonte à parte de poesia, de cosmografia, de tudo quanto é capaz de produzir o gênio de uma nação (FREITAS, 2012, p. 53-54).

O caso de João Alfredo de Freitas não é isolado. Na mesma época o escritor piauiense Leônidas e Sá, também residente em Pernambuco, produziu trabalho de cunho folclórico que, sob o título “Folclore piauiense”, ganhou a imprensa recifense e, *a posteriori*, sobretudo após sua morte, foi divulgado na imprensa teresinense, como a revista *Litericultura*, de Teresina, no ano de 1913⁶³. Na imprensa pernambucana Leônidas publicou variados gêneros (da poesia a prosa, passando pela crítica em *A Época*). Foi, no entanto, nas páginas do *Jornal do Recife* que os piauienses encontraram maior acolhida e audiência, especialmente quando Sigismundo Antônio Gonçalves se torna coproprietário da folha, fato ocorrido entre em 1877 e 1891. E, sobretudo, a partir deste ano, quando ele encerra sociedade com Ulisses Viana e assume propriedade exclusiva do periódico.

Nascido em Barras, no Piauí, Sigismundo foi o primeiro piauiense proprietário de um veículo de imprensa de porte significativo e respeitado no Brasil⁶⁴. O segundo seria Félix Pacheco, que nos anos de 1920 assumiu, como sócio, a propriedade do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro. Tanto o primeiro quanto o segundo, em diferentes épocas, foram fundamentais para a difusão das letras piauienses em terras alheias, em especial nas páginas de imprensa.

Com relação à publicação de livros, as relações entre esses dois proprietários de jornais se diferenciam: enquanto, no século XX, os escritores piauienses contaram com as oficinas do *Jornal do Comércio* para a publicação de seus manuscritos, o mesmo não se deu

⁶² “Lendas e superstições do norte do Brasil”, *Pacotilha*, ano 4, n. 129, 15 mai. 1884, p. 2-3.

⁶³ P. ex. “Folclore piauiense: santo Antônio de Jerumenha”, texto de Leônidas e Sá, *Litericultura*, ano 2, n. 8, 31 ago. 1913, p. 125-128.

⁶⁴ Antes dele em 1821, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva havia fundado, no Rio de Janeiro, o jornal *O Amigo do Rei e da Nação*, mas a folha não durou, publicando apenas três números, e teve pouca audiência.

com a empresa de Sigismundo, que abria caminho, sim, para o periodismo, mas dispunha de pouco espaço para a impressão dos títulos de seus conterrâneos. De 1877 a 1915, ano de sua morte, de longe a tipografia do *Jornal do Recife* foi a que menos acolheu os trabalhos piauienses: dos quinze livros de piauienses impressos em Pernambuco, nos mais variados gêneros, somente dois foram confeccionados por suas oficinas, nenhum literário, mas ligados ao campo da historiografia, *A tuberculose no Recife (1852-1898)*, publicado em 1900 pelo médico piauiense Otávio de Freitas, e *Cronologia histórica do estado do Piauí*, escrita pelo pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa.

Em termos comparativos, em um período menor que vai de 1899, quando Félix Pacheco ingressou no *Jornal do Comércio* como simples redator de conteúdo policial, até o mesmo ano de 1915, por influência direta desse poeta piauiense foram publicados 20 títulos pela tipografia do periódico, entre livros e folhetos, tanto de autores nascidos como ligados ao Piauí. Os gêneros variavam entre ensaio e crítica e duas coletâneas de poesia. Além dos livros de autoria do próprio Félix Pacheco, há os de César do Rego Monteiro (*Questões constitucionais*, 1905), João Crisóstomo da Rocha Cabral (*Evolução do direito constitucional*, 1908) e Oscar Castelo Branco (*A próstata, sua hipertrofia e enucleação transvesial*, 1910; *Contribuição ao estudo etiopatogênico da síndrome basedomiana*, 1913; *Da dispepsia astênica*, 1913; *Ensinaamentos da Wainsenhaus em Berlim*, 1913; *Paralisia geral dos alienados nas enfermarias de clínica médica*, 1915)⁶⁵.

Desse ano a 1930, recorte deste estudo e período em que Félix Pacheco se torna coproprietário do jornal, outros quarenta livros, nas mesmas circunstâncias anteriores, foram publicados, dentre os quais três literários: *Tu, só tu...* (coletânea de poesias de Félix Pacheco), de 1917; *O pendão da taba verde* (poema, do mesmo autor), de 1919; *A costela de Adão* (coletânea de contos de Berilo Neves), em 1929.

Apesar do aparente desinteresse em dispor as oficinas do *Jornal do Recife* para a confecção dos trabalhos dos seus conterrâneos, foi com o apoio de Sigismundo que os piauienses, em Recife, fundaram, em julho de 1891, um periódico eminentemente preocupado com os assuntos da terra natal, *Revista Mensal da Sociedade União Piauiense*. Liderado por Leônidas e Sá, o periódico versou sobre história, crítica literária, geografia e folclore piauiense, tendo sido esse mesmo escritor a desenvolver com mais detalhes algumas lendas que haviam sido apenas citadas por João Alfredo de Freitas.

Clodoaldo Freitas também dedicou atenção ao folclore piauiense, principalmente quando ainda no século XIX publicou contos na imprensa, inclusive pernambucana (*Folha do Norte*), mas a atenção maior, pelo trato e estudo, deve recair com maior importância aos

⁶⁵ **Apêndice C:** Cronologia das publicações literárias de piauienses e de autores relacionados ao Piauí (1808-1930).

nomes de João Alfredo de Freitas e Leônidas e Sá, que nesse período legaram às letras algumas das narrativas que continuam no imaginário popular do Piauí, como a “Lenda da Lagoa Encantada da Mãe d’Água”, bem como aquelas que inspiraram personagens proeminentes, como o “Cabeça de Cuia”, o “Barba Ruiva”, o “Uruê”, o “Pé de Garrafa”, os “Cabeças Vermelhas”, o “Santo Antônio de Jerumenha”, o “Carneiro de Ouro”; e acerca dos espaços, “A igreja de pedra” e “O poço do Surubim”.

De volta ao Piauí, quem dá continuidade a esse tipo de objeto em folhas periódicas do início do século XX, como a *Revista da Academia Piauiense de Letras*, é João Pinheiro⁶⁶, em Teresina, e Alarico da Cunha⁶⁷, em Parnaíba, este um dos mais importantes estudiosos do folclore nortista e mesmo da cultura popular piauiense, tendo legado, ao longo de sua existência, uma série de ensaios folclóricos publicados especialmente na imprensa parnaibana.

Com relação à família Freitas, um importante parêntese deve ser aberto a fim de registrar o papel que exerceu no seio da intelectualidade piauiense, com extensões em Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia. A raiz intelectual encontra-se no poeta José Manuel de Freitas, que se casou Teresa Carolina da Silva Freitas, resultando alguns dos importantes nomes das letras do Piauí, seus filhos: o médico Otávio de Freitas, que foi diretor da Faculdade de Medicina de Pernambuco e, *a posteriori* seguiu carreira na Bahia, onde produziu a maior parte de sua obra nos gêneros história, crônica e ensaio; João Alfredo de Freitas, bacharel que enveredou pelo conto, legando ao Piauí ensaios folclóricos, crítica literária e estudos científicos; Amélia de Freitas Beviláqua⁶⁸, contista e romancista reconhecida na vida literária carioca, que produziu, ao longo da carreira, mais de vinte livros. Outros filhos se dedicaram, ou às letras jurídicas, ou a outras profissões, no primeiro caso, Vitor Manuel de Freitas, e nos demais, Thomaz Aquino de Freitas, capitão de mar da Marinha de Guerra, e Teófilo de Freitas, fiscal dos serviços públicos de Pernambuco.

Os laços de parentesco estabelecidos entre piauienses em Recife também eram indiretos, circunstância que se reproduzirá, nas três primeiras décadas do século XX, na vida política e cultural do circuito literário teresinense. Leônidas Benício Mariz e Sá, por

⁶⁶ **Apêndice D:** Produções de João Pinheiro em periódicos piauienses (1901-1933).

⁶⁷ Alarico foi amigo de Leonardo Mota, folclorista cearense, autor de importantes livros de pesquisa acerca das narrativas e cantares populares, como *Viroleiros do norte* (1925) e *Sertão alegre* (1928). A relação entre esses dois nomes da cultura popular foi retratada inúmeras vezes por Alarico da Cunha em suas crônicas e artigos, *Sertão alegre (A Praça)*, ano 2, n. 52, 1 nov. 1928, p. 1) e *As observações do matuto (Almanaque da Parnaíba)*, ano 6, 1929, p. 65-69), bem como em entrevista concedida pelo cearense ao *Diário de Pernambuco*, sob o título “Mosaico alegre...” (*Diário de Pernambuco*, ano 112, n. 276, 3 out. 1937, p. 3). **Apêndice E:** Produções de Alarico da Cunha em periódicos brasileiros (1901-1934).

⁶⁸ **Apêndice F:** Produções de Amélia de Freitas Beviláqua em periódicos brasileiros (1902-1930).

exemplo, era cunhado do ensaísta e poeta João Crisóstomo da Rocha Cabral, autor da tese da “Vis poética na literatura piauiense”.

Ainda sobre Leônidas e Sá, originário do circuito literário teresinense, é importante inferir que editou em Belém, no Pará, no ano de 1891, um ano antes de sua formatura, o seu primeiro livro (na realidade, um livreto), o poema nacionalista *O seringueiro* e, mais tarde, no ano em que se torna bacharel, o livro de crítica *Filolôtera* e o romance de costumes *A Bela*, publicado inicialmente em formato de folhetim na imprensa carioca. Mais tarde, leva a lume o segundo livro de crítica, *Palíngenesia*, em 1893, e o poema *Vingança*, em 1889. Ainda na capital de Pernambuco, foi redator do *Jornal do Recife* e dirigiu em 1889 a *Revista do Norte*, ao lado de Arthur Lemos, tendo contado com a colaboração de Clóvis Beviláqua e Tobias Barreto. Nela, publicou sonetos, como “O Tempo”⁶⁹, “Amizade”⁷⁰, “Minha partida”⁷¹, e artigos, a citar “Filosofia nova: o problema da vida”⁷².

Outros dois piauienses editar livros em Recife, nesse mesmo recorte histórico, foram: Joaquim Ribeiro Gonçalves, *Os mártires da Vitória* (1880), com a colaboração, em prefácio, de outro piauiense que já havia conquistado a vida literária no Maranhão e cursava Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife, Constantino da Costa Pereira; e João Licínio de Miranda Barbosa, contista na linha do colega João Alfredo de Freitas, com a obra *Esmaltes*, em 1892. Junto com Abdias Neves, esses dois outros autores piauienses representam nesses recuados anos e, fora de ordem, a tríade naturalista do Piauí, que se projetou inicialmente em conto e chegou à envergadura de um romance, *Um manicaca*.

A forte atuação desses piauienses na imprensa pernambucana, na segunda metade do século XIX, portanto, é um fato incontestável, sobretudo em periódicos importantes como *Jornal do Recife* e *Diário de Pernambuco*, bem como outros veículos ligados a agremiações literárias ou de cultura científica, como *O Ateneu Pernambucano*. Foi neste periódico que surgiram as primeiras manifestações do regionalismo sertanista piauiense, quando José Coriolano e José Manuel de Freitas iniciaram, em 1857, uma série de colaborações poéticas em periódicos. Esses primeiros trabalhos se caracterizam pela forte retratação ufanista, presa aos ditames da primeira geração romântica brasileira, cujos acentos nacionalistas se fazem presentes pela dívida que os poetas atribuíam a figuras como Gonçalves de Magalhães. O primeiro, por exemplo, em “O Brasil”, cujas imagens às vezes parecem parafrasear a “Canção do exílio”, define a exaltação do espaço brasileiro em sua primeira estrofe: “Nesta terra dos ‘Andradas’ / Tudo é belo e primoroso / Tudo é grande e

⁶⁹ “O Tempo”, *Revista do Norte*, ano 3, n. 14, 20 jun. 1891, p. 182.

⁷⁰ “Amizade”, *Revista do Norte*, ano 3, n. 13, 15 jul. 1891, p. 220.

⁷¹ “Minha partida”, *Revista do Norte*, ano 3, n. 16, 30 ago. 1891, p. 294.

⁷² “Filosofia nova: o problema da vida”, *Revista do Norte*, ano 3, n. 14, 30 jul. 1891, p. 244.

precioso, / Tudo é nela especial! / Eu creio que foram fadas / Quem descobriram tal terra!
/ A tradição, talvez, erra / Quando diz que foi ‘Cabral’” (CORIOLANO, 1857, p. 93).

Além disso, essa primeira fase do poeta pode se caracterizar, tanto por esses traços, como também por um arrebatamento romântico passional que beira o pessimismo da segunda geração romântica brasileira. Essa tendência, latente em Coriolano, talvez explique os “gemidos” do título de seu livro póstumo, produções que fogem do regionalismo em *Impressões e gemidos*, muito embora seja importante destacar que, mesmo em face desse deslocamento, em uma circunstância ou outra as imagens locais sempre surgem na produção dos poetas piauienses, sendo raros os casos em que o intimismo não ceda ao *topos* da “vis poética”, tão presente.

José Manuel de Freitas, por sua vez, parece ter sido o primeiro a lançar o olhar para a terra natal com maior lirismo, poetizando sua saudade em notas de exaltação do espaço – traço que mais tarde será admitido por toda a gama de escritores do período que se inscreverá nessa primeira tendência. É o que se verifica em “Jerumenha”, conjunto de nove décimas que sintetizam o estado de espírito do escritor em relação às imagens do espaço que se sobrepõem na memória:

Flor mimosa das campinas,
Berço amado, onde eu nasci;
Quem te deu tão belo assento
Nas várzeas do – Piauí? –
Quem te deu esta beleza,
Que ostentas com singeleza
Ao despontar da manhã?
Quem assim fez-te ridente,
Tão formosa e tão nitente,
Como virgem mui louçã!?

Outros traços de grandeza
Que não seja a natural;
Não se encontram no teu solo,
Neste meu berço natal,
Mesmo assim és qual a rosa,
Entre espinhos mui cheirosa
E rica de adoração!
Imperas como princesa,
Num trono, que a natureza
Deu-te no meu coração (FREITAS, 1857c, p. 94).

Em sua fabulação regional, os escritores piauienses oitocentistas, fortemente ligados aos traços do romantismo brasileiro, acabam por lidar com dois planos: um metaempírico, vinculado à religiosidade e a credices; e outro empírico, ligado, em especial, às experiências do homem sertanejo com a natureza e seus pares, de onde se depreendem os

tipos e os costumes – há casos, inclusive, que em postura panteísta esses dois aspectos se entrecruzam, sendo Deus o criador de toda a natureza, de tudo aquilo que inspira emoção, circunstância essa traduzida em “Grandeza de Deus”, de Coriolano, onde se evidenciam alguns arquétipos que permearão essa tendência poética e a descrição do espaço se mistura ao lirismo do poeta, carregada de intertextos: “A terra nos seus verdes atavios, / A flor no seu perfume, o sol nas suas cores, / As aves em seu canto deleitável, / O céu no seu azul que se marcheta / De milhões de prodígios luminosos, / Quando a noite desdobra sobre a terra / Seu manto de mistério a todos grato!” (CORIOLANO, 2015, p. 67).

José Coriolano foi um dos primeiros piauienses a pertencer ativamente à vida literária recifense. Membro da Sociedade Acadêmica Ateneu Pernambucano (integrando comissão especial ligada à poesia), colaborou com o órgão de divulgação da instituição, o periódico científico e literário *O Ateneu Pernambucano*, que circulou entre os anos de 1856 e 1863⁷³. Nessas páginas, envereda pela crítica literária, em 1857, quando ensaia, em caráter inicial, estudo acerca do livro *Exercícios poéticos*, do poeta baiano Francisco Muniz Barreto. Isso basta para classificá-lo como o primeiro piauiense a escrever crítica literária. No que se refere ainda às suas colaborações na imprensa periódica de Pernambuco, há registros de participação em outros títulos: *Arena*, *Revista Acadêmica*, *Íris* e *O Ensaio Filosófico Pernambucano*⁷⁴, todos de Recife.

Não se pode afirmar com precisão até quando a vida literária pernambucana foi o *locus ideale* para os piauienses. As fontes consultadas, porém, demonstraram que até 1930 ainda existia a Colônia Piauiense e, ligada direta e indiretamente a ela, uma série de escritores do Piauí continuava a atuar em Recife. É o caso dos poetas Otávio de Moraes, Benedito Pestana e José Augusto de Souza⁷⁵, este que assinava produções literárias em revistas e jornais sob o pseudônimo “Aires Palmeira”, tendo sido revisor do *Diário de Pernambuco* e redator em *A Notícia* e *A Gazeta*.

⁷³ Nesse periódico, publicou poesias: “A virgem do Crateús”, *O Ateneu Pernambucano*, ano 1, n. 3, set. 1856, p. 31; “Solidão”, *O Ateneu Pernambucano*, ano 2, n. 2, jun. 1857, p. 28-29; “O Brasil”, *O Ateneu Pernambucano*, ano 2, n. 3, jul. 1857, p. 29-30; “D. Clara”, *O Ateneu Pernambucano*, ano 3, n. 1, jun. 1858, p. 14; artigos “O papa é infalível na canonização dos Santos”, *O Ateneu Pernambucano*, ano 2, n. 1, mai. 1857, p. 20-23; “Um passeio às dez horas nas ruas do Recife”, *O Ateneu Pernambucano*, ano 2, n. 2, jun. 1857, p. 10-12; e crítica literária: “O senhor Francisco Muniz Barreto – como poeta”, *O Ateneu Pernambucano*, ano 2, n. 3, jul. 1857, p. 3-6.

⁷⁴ Nesse periódico, há registros do artigo “O homem é bom ou mau segundo a educação que recebe”, *O Ensaio Filosófico Pernambucano*, ano 1, n. 2, set. 1857, p. 1-5; e do poema “Qual a causa do mal?”, *O Ensaio Filosófico Pernambucano*, ano 2, n. 5, ago. 1859, p. 13-14.

⁷⁵ Há poucas informações sobre esse poeta. Seu falecimento ocorreu em 21 de maio de 1926, em Recife.

2 O PROBLEMA DO ALFABETISMO NO PIAUÍ

Se o analfabetismo é um dos problemas mais graves para a constituição de um campo literário, sua realidade e persistência precisam ser compreendidas a fim de se localizar as razões do fraco desenvolvimento das letras piauienses nas três primeiras décadas do século XX. A leitura da história da educação no Piauí demonstra que a herança oitocentista de políticas desastrosas contribuiu de modo significativo para o desenho desse quadro. Assim como as outras unidades federativas brasileiras, o Piauí não diferia quanto a esse problema, porém sua condição como um dos estados mais pobres o levava a apresentar índices deprimentes e os desdobramentos mais sufocantes para os homens de letras.

De 1815, quando se pensou em criar em Oeiras e nas então vilas de Campo Maior e São João da Parnaíba as primeiras cadeiras de letras no espaço piauiense, ao fim do século XIX, o Piauí passou por inúmeros governos, e várias políticas e criação de instituições de ensino que não conseguiram de maneira satisfatória formar uma comunidade letrada. Tal circunstância não será resolvida no recorte aqui analisado, apesar dos esforços iniciais que, sem dúvida, serviram de ponto de partida para a progressiva mudança de um *habitus*⁷⁶ até então indiferente à cultura literária.

Dito isso, não se pode analisar o período sem compreender as condições que levaram o Piauí a formar um campo literário com tão poucas condições de impor a sua voz no cenário nacional e de repercutir em seu próprio espaço. Essa é razão que leva Antonio Candido a correlacionar, dentro de uma conjuntura social grafocêntrica, o analfabetismo à debilidade cultural, cujas conseqüências resultam em

falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); inexistência, dispersão e fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais (muito menor que o número já reduzido de alfabetizados); impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas especializadas, geralmente realizadas como tarefas marginais ou mesmo amadorísticas; falta de resistência ou discriminação em face de influências e pressões externas (CANDIDO, 2011, p. 172).

⁷⁶ Segundo Bourdieu (2005, p. 191), *habitus* seria um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”, não se excluindo “escolhas” e “vocações”, operadas de maneira inconsciente, “produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas” (BOURDIEU, 2005, p. 202).

Como será observado ao longo dos capítulos seguintes, o caso piauiense é só um dos muitos que ilustram o vínculo dos problemas expostos pelo teórico brasileiro, em que o analfabetismo não pode deixar de ser colocado no centro das discussões quando se trata de entender a formação de um suposto sistema literário. Afinal, é ele o “traço básico do subdesenvolvimento no terreno cultural”⁷⁷, embora ainda seja esse um ponto relativamente virtual que não leva a uma resolução segura para o problema da falta de consumo de livros literários, pois nem sempre o aumento da alfabetização representa “proporcionalmente o número de leitores da literatura” (CANDIDO, 2011, p. 174).

Dados do analfabetismo brasileiro são antigos e encarados com certa preocupação pela massa de intelectuais que compunha a elite literária brasileira em fins do século XIX e início do século XX. Olavo Bilac, em resposta ao inquérito elaborado por João do Rio para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, já informava que “o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto” (RIO, 1905, p. 3); e mais adiante, em tom de denúncia:

o que dói, o que desespera, é que toda a gente culta do Brasil tem a consciência disto, e que, há mais de um século, esta verdade, anunciada, proclamada, escrita, em todas as tribunas, em todos os livros, em todos os jornais, ainda não achou governo que a servisse em terreno prático⁷⁸.

Para uma ideia mais clara sobre o quadro que se desenhava nos campos de produção e reprodução das letras desse período, é ainda o inquérito que demonstra Bilac como aquele, entre os literatos brasileiros, que mais vendia livros no país, uma média anual de 4 mil volumes – estimativa esta, sem dúvida, superestimada, e crítica, se avaliada a partir do discurso daquele jornalista carioca, expondo o fato como *uma realização*, o “que até então era o impossível”⁷⁹.

Tomando esse número com base somente na demografia da cidade do Rio de Janeiro de 1900, por exemplo, cuja estimativa era de 811.443 habitantes⁸⁰, notar-se-á que, em especulação de que todos os leitores de Bilac residissem ali, o número seria ínfimo, atingindo somente 0,49% da massa residente de leitores do livro do poeta “mais popular”. Nicolau Sevcenko (1999, p. 88) entende esse caso como um recorde para a época, bem como o caso singular do próprio João do Rio que, com o livro *As religiões do Rio* (1904),

⁷⁷ Idem, p. 173.

⁷⁸ Idem, p. 9.

⁷⁹ Idem, p. 4.

⁸⁰ Segundo dados do IBGE: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> (acessado em 25 maio 2017).

vendeu “8.000 volumes em seis anos” quando, na realidade, tais estimativas deviam estar na casa dos 1.000 exemplares para a poesia e 1.100 para a prosa.

É possível que esses números se modifiquem e ganhem alguma progressão se se acrescentasse à régua de medição a importância da imprensa na difusão das letras e na captação de leitores no Brasil, fato há muito anunciado pelos próprios escritores, como Bilac: “O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal” (BILAC *apud* RIO, 1905, p. 10), e a razão não era outra (e aqui se chama a atenção para a estimativa anteriormente apontada), “o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade”⁸¹. O poeta reconhece o periodismo como o meio pelo qual os escritores brasileiros poderiam se fazer lidos e conhecidos, mesmo diante da dura realidade do analfabetismo, que obrigava aos proprietários de folhas diárias (oito ao todo, no tempo da entrevista) a trabalharem com tiragens reduzidas: “Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa”⁸², o que levava à conclusão: “o público não lê. E por que não lê? Porque não sabe!”⁸³. 150 mil exemplares é uma estimativa otimista e bastante elevada quando contrastada com a de Samuel Oliveira, que estimou, no mesmo período, “não dão uma tiragem de 50.000 exemplares” (OLIVEIRA *apud* SEVCENKO, 1999, p. 89).

Tomando, porém, a estatística de Bilac como válida, na mais positiva das hipóteses, e de que todos os 150 mil exemplares fossem comprados, compartilhados e lidos, abrangesse 18,48% da população do Rio, o que ainda é um número baixo em relação ao número de habitantes naquele ano. O fato é confirmado por Félix Pacheco, também em inquérito a João do Rio, e que na época era redator de um dos mais importantes veículos de imprensa brasileira, o *Jornal do Comércio*: “estamos num país de analfabetos, onde a circulação das grandes folhas é verdadeiramente irrisória” (PACHECO *apud* RIO, 1905, p. 174), daí porque, para Rui Barbosa, o público brasileiro sofria de “dispepsia literária” (BARBOSA *apud* SEVCENKO, 1999, p. 88).

Em um país com tão poucos leitores – em 1900, por exemplo, somente 33,1% da população sabia ler⁸⁴ –, há razões para se compreender por que “a indigência era um

⁸¹ Idem.

⁸² Idem, p. 11.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Segundo quadro apontado por Machado Neto (1973), com base em dados obtidos do IBGE: 33,1% da população brasileira equivaleria a 4.448.681 leitores, de um total de 13.422.259. O interessante a se observar, nesse mesmo quadro, é que, vinte anos depois, em 1920, a porcentagem do número de leitores diminuiu para 30,9%, de um total de 24.139.299 habitantes.

espectro constante a assombrar a imaginação dos escritores” (SEVCENKO, 1999, p. 91) e que, por essa razão, eles se tornavam reclusos e admitiam em seus discursos perspectivas bastante negativas à sua sorte no país. Sintomático foi o desabafo de Bilac, ao fim da entrevista, em conselho a um jovem escritor: “Ama a tua arte sobre todas as coisas e tem a coragem, que eu não tive, de morrer de fome para não prostituir o teu talento” (RIO, 1905, p. 12). Esse “prostituir” estava ligado às atividades que os escritores exerciam como “escreventes” para sobreviverem (para se utilizar aqui da ideia de Barthes), quase sempre em repartições burocráticas ou políticas – como era o caso dos intelectuais piauienses que estavam relacionados diretamente ao polo político, Teresina – quando não nas colunas improvisadas de um jornalismo corriqueiro, como também observa Sevcenko (1999, p. 100), em relação aos primeiros anos do século XX, especialmente com o surgimento do “novo jornalismo”:

O jornalismo, impondo uma vigorosa padronização à linguagem e empregando praticamente todos os homens de letras nas suas redações, acabou necessariamente exercendo um efeito geral negativo sobre a criação artística. Tendendo ao sufocamento da originalidade dos autores e contribuindo em definitivo para o processo de banalização da linguagem literária, suas baixas remunerações exigiam ainda uma facúndia e prolixidade tal dos escritores, que impedia qualquer preocupação com o apuro da expressão ou do estilo.

Portanto, sem um mercado de livros favorável, e “afastados do mundo político e das esferas de prestígio social, esses autores não possuíam igualmente uma base material segura em que pudessem sustentar a sua pretendida independência” (SEVCENKO, 1999, p. 91). Por razão congênere, Júlia Lopes de Almeida, em 1910, também opina a respeito da falta de profissionalismo que assolava o Brasil e suas letras: “Escrever, portanto, para quê? Para ganhar dinheiro? Mas esta ideia faria rir a um xim de louça, e dos mais sisudos, na certeza de que em qualquer outra ocupação se pode ganhar infinitamente mais dinheiro do que em escrever para o público” (ALMEIDA, 1910, p. 1), considerando, no país, o ofício do escritor como uma “estranha mania de se fazer literatura para o público, em um país em que o público não lê...”⁸⁵.

⁸⁵ Idem.

2.1 Disposição e análise dos dados piauienses

Se, no Rio de Janeiro, onde havia o menor número de analfabetos do Brasil, nem mesmo a imprensa conseguia abranger 1/5 de sua população, quais números demonstrariam as outras unidades federativas da nação?

Números mais precisos do analfabetismo postos à conferência, em Teresina, podem ser vistos nas páginas de *A Imprensa*, que expusera, a partir do levantamento de Bulhões Carvalho, do Ministério da Agricultura, e com certo grau de otimismo, o esforço do país no combate a esse problema. Elencam-se, por exemplo, dados que demonstram redução em termos gerais, entre analfabetos de todas as idades, conforme a seguinte progressão: em 1870, 84,2%, com queda para 75,5% em 1920. Já a população maior de quinze anos, essa mesma queda, em 1900, foi para 65,3%, e 64,9% em 1920.

Com relação aos dados reais por estado, o *Anuário Estatístico do Brasil*, de 1936, informava que o Piauí, em 1920, era o estado de maior número de analfabetos, 88,1% de sua população, diante do quadro de menor número, o Distrito Federal (Rio de Janeiro), com 38,7%. Seguido do Piauí, ainda na casa dos 80%, vinham os estados da Paraíba, com 86,8%, Alagoas, 85,3%, Goiás, 84,7%, Maranhão, 84,2%, Sergipe, 83,4%, Rio Grande do Norte, 82,3%, Pernambuco, 82,2%, Bahia, 81,6% e Ceará, 81,4%. Os números ainda apontam para certa disparidade entre o Distrito Federal e o estado brasileiro com o menor número de analfabetos: o Rio Grande do Sul⁸⁶, 61,2%, enquanto no Rio de Janeiro o número era de 38,7%. O restante das unidades federativas brasileiras estava na casa dos 70%.

Em 1925⁸⁷ *A Imprensa* dá nota, em sua edição de número 36, de 10 de novembro, sobre o quadro envolvendo as capitais brasileiras, que apresentava algumas diferenças em relação aos dados anteriores. Belo Horizonte era o centro administrativo com o menor número de analfabetos: 66% de sua população sabia ler e escrever, ultrapassando em alguns pontos o próprio Distrito Federal, com seus 61,3% e que, se excluído desta análise, põe em

⁸⁶ Data de 17 de outubro de 1925, nova nota em *A Imprensa* dando conta da instrução no Rio Grande do Sul. Segundo o informe, que coloca esse estado como o primeiro entre os estados brasileiros relativamente alfabetizados, informações do próprio governador, Antônio Augusto Borges de Medeiros, dão conta da situação das escolas primárias, cujas matrículas teriam atingido o número de 180.937, com uma frequência de 155.819. Resultado, pois, de políticas públicas em torno do combate ao analfabetismo, teria o Rio Grande do Sul despendido a soma de 5.825:747\$000, além de 2.000 contos entre os seus municípios, que somaram, ao todo, o custo de 8.501:302\$000. Dos estados brasileiros, fora o Rio de Janeiro, era o único que merecia citação em um periódico piauiense, talvez por questões de ordem primária em comparação direta às políticas públicas do Piauí, que na época não se mostravam tão transparentes em relação a gastos e aplicação de verbas públicas em setores essenciais da sociedade.

⁸⁷ Nesse mesmo ano, Berilo Neves estimaria, a partir de dados colhidos junto a órgãos competentes, que o número de analfabetos no Brasil girava em torno de 80% de sua população (NEVES, 1925).

segundo lugar Curitiba, do Paraná, com 59%, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com 58,5%. Bem próximo vinha São Paulo, com 41,7%, com o quarto lugar. Em quinto, Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro, na época, com 43,9%. No Nordeste, Salvador representava a capital com o menor número de analfabetos, porém a sexta da federação: 44,1% de sua população lia e escrevia. Ainda nessa porção do país, São Luís representava a sétima capital com o menor número, somando o total de 46,7%, seguido de Recife, com 48,5%. Vitória, no Espírito Santo, era a nona e a última capital com o menor número de analfabetos, 48,8%, porque as demais capitais brasileiras ultrapassavam a marca dos 50%, sendo Teresina a capital brasileira com o maior contingente, somando 83,6% de sua população⁸⁸.

Dados colhidos no *Anuário estatístico do Brasil*, que apontam esse recenseamento de 1920, podem ainda ser distribuídos com mais detalhe na seguinte tabela, que ajuda a interpretar o problema do analfabetismo por faixas etárias, de modo geral no Piauí, e em Teresina, de maneira mais específica:

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO PIAUIENSE EM 1920 SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO E A IDADE												
UND	TOTAL				LEEM E ESCREVEM				ANALFABETOS			
	Até 6 anos	7-14 anos	15 e mais anos	Soma	Até 6 anos	7-14 anos	15 e mais anos	Soma	Até 6 anos	7-14 anos	15 e mais anos	Soma
PI	130.404	144.864	333.735	609.003	310	10.253	62.379	72.942	130.094	134.611	271.356	536.061
THE	10.983	13.115	33.447	57.500	42	1.696	7.726	9.464	10.896	11.419	25.721	48.036

Essa era a realidade com que se deparava o Piauí e da qual se envergonhavam os próprios editores do jornal que as divulgou, quando a manchete expressava a exclamação “Uma estatística que nos deprime”⁸⁹. Ora, se a situação em 1920 assim se desenhava na capital piauiense, que contava com o maior número de escolas e o mais qualificado corpo docente do estado, há de se avaliar as outras cidades do Piauí. Talvez isso explique o fato de, no decorrer das edições de *A Imprensa*, a pesquisa não ter encontrado um anúncio sequer da comercialização de livros ou artigos congêneres, embora existisse, em Teresina, já, livrarias e casas do ramo, como a Livraria Santos – esta, às vezes, que aparece em anúncios nesse jornal (do número 26 em diante), oferecia a preço de dúzia e unidade lâminas para barbear da marca “Gillette”⁹⁰; e na edição de número 33 em diante, apresentava a venda do *Almanaque das Senhoras e Lembranças*, ao preço de 3\$000 – único

⁸⁸ A posição do Piauí no *ranking* do analfabetismo no Brasil não era nova. No recenseamento de 1906, divulgado pela Diretoria Geral de Estatística, em 1916, já apontava 82,7% da população piauiense como analfabeta, pouco abaixo da paraibana, com 83,2%, seguida de Alagoas, com 80%.

⁸⁹ *A Imprensa*, ano 1, n. 31, 10 nov. 1925, p. 2.

⁹⁰ Cf. “Lâminas para ‘Gillet’”, *A Imprensa*, ano 1, n. 26, 15 out. 1925, p. 1.

objeto livresco que a empresa se propunha a anunciar nas páginas do jornal. Seria este o caso de, na classificação de Rolf Engelsing⁹¹, entender o período como um momento em que os leitores, em sua maioria, eram “intensivos”, ou seja, por possuírem poucos livros, geralmente a Bíblia, alguns almanaques e livros esparsos, liam-nos repetidas vezes, de modo que a matéria de tais produtos se tornava profundamente impressas em suas consciências?

A escassez do material estatístico no Piauí, infelizmente, não permite que se vá além dessa especulação, posto não terem sobrevivido aos tempos hodiernos planilhas da venda de livros em órgãos oficiais nem mesmo registros de leitores em bibliotecas públicas. A hipótese, porém, é confrontada quando se admite a existência de folhas periódicas, como jornais e revistas, que, desde fins do século XIX e início do século XX, eram uma realidade, embora com pouquíssimo impacto em sua população: dados estatísticos de 1934 demonstram que, na capital, Teresina, apesar de contar com oito folhas periódicas, a maioria sequer ultrapassava a tiragem de 1.000 exemplares; ou seja, em uma perspectiva positiva e, claro, irreal, de que todos os exemplares fossem distribuídos, compartilhados e lidos, quantos chegavam às mãos de leitores? Seguindo a progressão numérica dos dados censitários do estado e acreditando que nesse ano Teresina possuía um pouco mais do que 60.000 habitantes, chega-se ao pequeno número 13%⁹². Ainda assim, na classificação de Engelsing, englobar-se-ia com maior propriedade o leitor piauiense do tipo “extensivo”, por contar, já, com alguma diversidade de suportes que iam além do livro e dos almanaques. Apesar de atraente, essa visão esquemática, observa Darnton, peca ao enxergar a leitura de maneira linear, quando ela, na realidade, incorpora uma série de funções e objetivos que têm relação direta com os níveis tanto de entretenimento quanto de instrução:

A leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir (DARNTON, 1992, p. 212).

Em tradução à realidade piauiense, firmada com o advento da imprensa, é possível pensar a leitura em tipos: a política, a religiosa, a literária e a instrucional, parte da qual se dá por meio de anúncios que se espalham inicialmente em letreiros com tipos garrafais ou

⁹¹ Ref. “Die Perioden der Lesergechichte in der Neuzeit. Das statistische Ausmass und die soziokulturelle Bedeutung der Lektüre”, citado por Robert Darnton em “A história da leitura” (1992).

⁹² **Apêndice G:** Síntese do contingente populacional de Teresina (1872-1929).

ainda por meio da xilogravura, complementando o surgimento de outro raro e *estranho* objeto no Piauí: o livro. A fim de se entender como esse processo ocorreu, passa-se agora a analisar o aparecimento de bibliotecas e livrarias que, somadas às instâncias de ensino, completam o panorama acerca da circulação de objetos simbólicos como a literatura.

2.1 O reivindicar das bibliotecas

Os primeiros passos de criação de uma biblioteca pública em Teresina se deram em 11 de outubro de 1874, como parte dos esforços da Sociedade Promotora de Instrução Popular, criada no governo de Adolfo Lamenha Lins. Essa importante casa de leitura recebeu o nome de “Biblioteca Popular”. O dado é informado por Clodoaldo Freitas, em sua longa série “História de Teresina”, assinada no *Diário do Piauí*. Dos feitos do governo em favor da Educação estava, ainda, a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros⁹³, instalada em Parnaíba, como parte de “um conjunto de dezoito Companhias instituídas na Corte e em dezessete províncias do Império durante o período de 1840 a 1875” (CASTRO, 2013, p. 25). A escolha de Parnaíba para sede ligava-se a “sua localização geográfica, pela movimentação marítima e fluvial e pelo fato de a cidade já sediar a Capitania do Porto há dezoito anos”⁹⁴.

Informa Clodoaldo Freitas que a “Biblioteca Popular” contava com apenas 1.000 volumes, que foram doados pelo governo e por particulares⁹⁵. A fim de dar manutenção ao prédio e aos seus consequentes serviços, Lamenha destinou a verba anual de 240\$000, quantia esta rebaixada em 200\$000 no ano de 1882, na reabertura do prédio, por força da lei nº 1.066, de 16 de junho, no governo de Miguel Joaquim de Almeida Castro. Dos prédios em que a biblioteca estava instalada, um deles – em um dos salões do edifício do Tesouro Provincial – era aberto ao público apenas às quintas-feiras e domingos, das seis da tarde às nove da noite. Apesar de livre para consulta pública, é importante destacar que as

⁹³ Decreto nº 5.309, de 18 de junho de 1873.

⁹⁴ Idem, p. 36.

⁹⁵ Em sua edição de 22 de outubro de 1874, o jornal *Oitenta e Nove*, de Davi Moreira Caldas, dá nota já da existência de mais de 1.000 volumes, que foram doados pelos seguintes senhores: Odorico B. de Albuquerque Rosa (142 volumes), Manoel Pinheiro de M. Osório (140 volumes), Simplício de Sousa Mendes (100 volumes), Polidoro César Burlamaqui (100 volumes), Adolfo Lamenha Lins (80 volumes), Antônio Gentil de Sousa Mendes (34 volumes), Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco (30 volumes), Davi Moreira Caldas (28 volumes), Constantino Luiz da Silva Moura (23 volumes), Albano A. de Moraes Castro (20 volumes), padre Mamede Antônio de Lima (14 volumes), Francisco Parentes (13 volumes), José de Araújo Costa (12 volumes) e Barão de Gurgueia (12 volumes). Consta ainda que outros 100 volumes foram remetidos pelo Ministério do Império e perto de 100 pela Secretaria da Presidência. Era bibliotecário J. J. da Silva Melo. Ainda no ano de 1874 é apresentada estatística de consultas da biblioteca, do mês de outubro: total de consultas, 328 volumes, dos quais 125 eram de literatura, 29 de história e 10 de ciências.

condições do Piauí possibilitava o usufruto do acervo a apenas um grupo de leitores privilegiados.

A aferição nos registros censitários da época ajuda a ilustrar o diminuto público que frequentava a biblioteca de Teresina: em 1890, por exemplo, oito anos após a sua implantação, o estado do Piauí possuía uma população de 267.609 habitantes, dos quais 31.593 estavam na capital. Desse número, somente 3.559 sabiam ler e escrever, ou seja, 11,2% de seus habitantes. É curioso observar que esse número, de 1872 para 1890, tenha diminuído: dados da *Sinopse estatística do estado*, publicada pela Imprensa Oficial do Estado do Piauí em 1938, demonstram uma relativa queda: em 1872, a população de Teresina era de 21.692 habitantes, dos quais 5.019 sabiam ler e escrever, ou seja, 23,13%, 11,93% a mais do que em 1890. Esse fenômeno ocorre também em nível de estado: em 1872, o Piauí possuía 211.822 habitantes, dos quais 27.772 sabiam ler e escrever, ou seja, 13,11% da população; já em 1890, dos 267.609 habitantes, 26.527 liam e escreviam, montando em 9,91%. Que explicaria essa queda de 3,2% em nível estadual, e 11,93% em Teresina?

O dado fica ainda mais confuso caso se avalie que, no governo de Manuel do Rego Barros Sousa Leão (1870-1872), foram criadas escolas noturnas em várias cidades, inclusive em Teresina. Como dito, no governo de Adolfo Lamenha Lins foi fundada a Sociedade Promotora da Instrução Popular, que instalou a Companhia de Aprendizes Marinheiros em Parnaíba; além disso, no governo de Firmino de Sousa Martins, foi instalada a escola noturna de Teresina e, no de Viveiros de Castro, criam-se bibliotecas e museus escolares. Os dados indicam duas vias: ou as políticas públicas em prol da instrução não obtiveram sucesso nos governos provinciais, ou os dados da *Sinopse* estão equivocados.

Ainda a respeito da evolução histórica da biblioteca em Teresina é válido observar alguns aspectos: se, no ano de sua criação, ela contava com apenas 1.000 volumes, em 1882, quatro anos após sua inauguração, seu acervo não apresentava grandes progressos: 575 volumes de livros encadernados e 788 brochados, um ganho de apenas um pouco mais de 300 livros somados aos títulos originais. Eram, no entanto, mais livros para menos leitores. Alguns anos depois, no governo provincial de Antônio Jansen de Matos Ferreira, por força da lei nº 1.157, de 29 de outubro de 1886, a biblioteca sofre outro corte orçamentário, passando a contar com apenas 100\$000 anuais. A sequência depressiva dos gastos públicos com o trato instrucional e acervo livresco na sede do poder executivo piauiense é uma prova da desatenção dispensada pelo poder público com a instrução estadual, reflexo direto da cultura do analfabetismo que imperava no Piauí, de maneira crônica.

Como demonstra A. Tito Filho, em sua síntese dos *Governos do Piauí* (1975), do governo de Adolfo Lamenha Lins (1873-1874) ao governo de Antônio Jansen de Matos Ferreira (1886-1887), passaram-se treze anos: outros 29 governantes, e nenhum deles aplica esforços em favor da biblioteca pública de Teresina. O período ocioso muda apenas no governo de Francisco José Viveiros de Castro (1887-1888). Uma rápida leitura sobre a biografia de Viveiros de Castro ajuda a compreender a atenção voltada para esse tipo de feito: na fase áurea da Faculdade de Direito do Recife, estivera em contato com os intelectuais e escritores maranhenses que, de alguma maneira, eram ligados ao grupo dos literatos que participaram da vida literária piauiense, como Higino Cunha. Viveiros de Castro, ao ascender ao poder, dedicara atenção à causa da formação cultural.

Em seu balancete de governo, Raimundo José Vieira da Silva, o 108º governador provincial do Piauí, registrou a existência de 1.499 livros na biblioteca, dos quais 569 eram de encadernados e 930 em brochura, “compondo-se estes livros de literatura nacional e estrangeira, tratados práticos de artes e ofícios, agricultura, história, medicina, revistas e outras publicações úteis” (FREITAS, 1912b, p. 1)⁹⁶.

Já em referência ao século XX, Clodoaldo Freitas informa sobre um segundo período em que a biblioteca estivera entregue à sorte por vinte anos, logo após o advento da República, quando livros ficaram “metidos em estante empoeirada no liceu”⁹⁷. Então, assume o governo outro intelectual, o poeta e bacharel em direito Anísio Auto de Abreu, 15º governador republicano, que rendeu especial atenção à causa do livro, promovendo sua existência como das “grandes divulgadoras das ideias, noções de que carecemos para poder com vantagem retirar das riquezas inativas que nos cercam, todos os resultados que prometem para o progresso material e moral do país” (ABREU *apud* FREITAS, 1912b, p. 1), como informara em sua mensagem do poder executivo, de 1909.

É curioso observar essa citação à biblioteca do Liceu, quando, em 15 de julho de 1909, em editorial à revista literária *Alvorada*, Zito Batista⁹⁸ reclama da morosidade que assolava Teresina, privada de aparelhos básicos de formação intelectual e lazer, como clube literário, jornal diário e *biblioteca pública*: “não temos nada, finalmente, que facilite a nossa educação artística, desenvolvendo o nosso gosto pelas letras”⁹⁹. O assunto é retomado pela

⁹⁶ Um importante parêntese, a título de curiosidade: ainda quanto ao que compete a esse período, é válido dar atenção aos rastros deixados por Abdias Neves no romance-documento *Um manicaca*, acerca da estrutura social teresinense em fins do século XIX. Na obra, há uma alusão ligeira da chegada de livros na capital via Pará, quando no quarto capítulo aponta o sócio de Araújo, Luís Borges, como leitor de livros que vinham daquele estado.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ **Apêndice H:** Produções de Zito Batista em periódicos brasileiros (1906-1926).

⁹⁹ “Alvorada”, *Alvorada*, ano 1, n. 1, 15 jul. 1909, p. 1.

revista em sua edição de número 6, de 30 de setembro de 1909, mais especificamente no texto “Interesse geral”, cujo teor, do princípio ao fim, era de reivindicação, com algumas doses de exagero: “Teresina é, hoje, uma das poucas cidades do Brasil que não possuem ainda uma biblioteca pública. É uma falta gravíssima, todos nós sabemos”¹⁰⁰.

Em 1912, enquanto publicava a “História de Teresina” no *Diário do Piauí*, Clodoaldo Freitas deixava evidente que a ausência de uma estrutura bibliotecária ainda era uma realidade: afinal, “não temos uma capaz de servir suficientemente ao público” e “a única que possuímos, é a mantida pela digna e operosa Associação Comercial desta capital, que, não dispondo de farta coleção e abrindo-se apenas em horas determinadas do dia, nem todos se podem dela aproveitar” (FREITAS, 1912c, p. 1). A observação do colunista é ainda mais grave: “Dizemos que esta é a única existente no estado, porque a do liceu, desfalcada e incompleta, é de obras puramente didáticas e limitada ao curso das humanidades”¹⁰¹. O escritor encerra a seção informando sobre sua vontade de fundar, a partir de uma sociedade particular, uma biblioteca, ou de mesmo no Liceu organizar a que lá era existente, em departamentos, criando uma *Children’s room*, com obras, magazines e revistas apropriadas à leitura das crianças.

A ideia de Clodoaldo, tudo indica, não frutificara, porém, posteriormente em Parnaíba, nos anos de 1950, surge uma biblioteca dedicada ao gênero infantil, de propriedade de Benedito dos Santos Lima (o Bembém), fundador do *Almanaque da Parnaíba*. Essa biblioteca, mantida pela Sociedade de Manutenção da Biblioteca da Criança (SOMBIC), foi a segunda biblioteca instalada na cidade, sendo a primeira a Biblioteca Pública Municipal, fundada em 19 de abril de 1942, na gestão do então prefeito Mirocles Veras. A de Bembém, que contava inicialmente 243 livros de seu acervo pessoal, estava localizada “na praça da Graça, no quarteirão da Igreja Catedral” (SANTOS, 1993, p. 30). Antes de 1942, o registro mais antigo de Parnaíba que remeta a um ambiente voltado para o hábito da leitura é de 1911, quando existia um “Gabinete de boas leituras”, mantido pela Sociedade São Vicente de Paula.

O tempo em que ocorria o reclamo de Clodoaldo Freitas era o do governo de Antonino Freire, que dedicara atenção, não apenas à causa do livro de consulta pública, como às letras de modo geral. Dentre as ações que promoveram os trabalhos e os homens de letras, estava a criação e a manutenção do jornal *Diário do Piauí*, possibilitando que parte dessas produções fosse levada a lume, bem como que se registrassem fatos da vida literária piauiense, especialmente aqueles ligados à Teresina. Além disso, foi em seu governo que se

¹⁰⁰ “Interesse geral”, *Ahorada*, ano 1, n. 6, 30 set. 1909, p. 5.

¹⁰¹ Idem.

abriu crédito especial para a aquisição de livros com o intuito de criar a biblioteca pública do estado, fato que ocorreu em 16 de setembro de 1911, via decreto n. 493. Como informa Socorro Magalhães, nesse ano, “o Estado passou a contar não só com a biblioteca pública, mas com um complexo cultural, abrangendo também o Arquivo Público e o Museu do Piauí, cuja direção foi confiada a Clodoaldo Freitas” (MAGALHÃES, 2016, p. 46).

Dados colhidos na *Mensagem apresentada à câmara legislativa no dia 1º de junho de 1913*, do recém-empossado governador do Piauí, Miguel de Paiva Rosa, confirmam, em parte, a informação do “complexo cultural”, e dão conta da ocupação, de fato, de Clodoaldo no cargo no ano de 1913, posterior, pois, ao reclame. Parecia o chefe de estado piauiense ter deixado nas mãos do escritor a missão de mudar um quadro, reconhecido pela sua própria Mensagem: “Ainda não foi possível ao governo dar à biblioteca pública o desenvolvimento compatível com a nossa civilização. A primeira necessidade a satisfazer, seria dar-lhe prédio próprio e definitivo”. Apesar dessa observação, o governador reconhecia: “as finanças do Estado me obrigam a adiar toda despesa que não for de natureza urgente e imediata e neste número não considero a biblioteca” (ROSA, 1913, p. 24, grifo nosso). Essas palavras reforçam o que se tem dito aqui acerca da pouca atenção dada pelos dirigentes do Piauí no que se refere a políticas públicas eficientes com a causa dos bens simbólicos piauienses, ainda quando, junto com a biblioteca, no mesmo ano, “o arquivo público [se encontrava] *mal instalado e separado da biblioteca*”¹⁰².

Além de a biblioteca estar separada do arquivo público, a Mensagem não faz menção a um *complexo cultural* que abrangesse o museu do Piauí, e a razão não era outra: o arquivo funcionou sem autonomia, como uma simples seção. O *Almanaque Laemmert*, do Rio de Janeiro, referente ao ano de 1930, demonstra funcionamento em conjunto, dirigido por Anísio de Brito Melo, servindo a uma população de 66.160 habitantes, com início operacional em 1º de janeiro de 1927, quando se organizou a repartição em duas seções: manuscritos e impressos.

Se, até 1889, a biblioteca contava com 1.499 livros, ela chega em 1930 somando 6.353 volumes, diminuto aumento levando em consideração quatro décadas de distância e a consequente defasagem do acervo. Ainda em relação ao “complexo”, somente em 1934 é que se cria, oficialmente, o Museu do Piauí, no governo de Landri Sales Gonçalves (1931-1935). E, no governo seguinte, o de Leônidas de Castro Melo (1935-1945), fala-se em um complexo cultural englobando biblioteca, arquivo público e museu, quando se constrói a Casa Anísio Brito, que até hoje salvaguarda parte da memória piauiense.

¹⁰² Idem, p. 24-25, grifo nosso.

Um apanhado geral do número de bibliotecas públicas e privadas realizou o Ministério da Agricultura do Brasil, divulgando o resultado no *Anuário Estatístico do Brasil*, referente aos anos compreendidos entre 1907 e 1912. Quanto ao Piauí, constatou-se a existência de sete bibliotecas, todas localizadas em Teresina: duas do estado e cinco particulares. Em ordem cronológica de fundação: Liceu Piauiense (1º de março de 1897 – do estado), Sociedade Estímulo Caixeiral (1º de janeiro de 1905 - particular), Gabinete de Leitura João Cabral (janeiro de 1908 – particular, da Associação Comercial, comentada por Clodoaldo Freitas), Biblioteca João Gaioso (15 de julho de 1910 – particular, da Loja Maçônica Caridade 2ª), Pia União das Filhas de Maria (17 de março de 1912 – privada), Biblioteca Pública do Estado (30 de junho de 1912) e Sociedade de Agricultura (fundação desconhecida e já extinta em 1912). Juntas, em cada ano, disponibilizavam a seguinte quantidade de livros: em 1907, 1.588; 1908, 2.138; 1909, 2.197; 1910, 2.588; 1911, 1.663; 1912, 2.547.

2.3 O comércio do livro

No que se refere ao comércio do livro, o registro mais antigo que se tem a respeito desse segmento, em Teresina, remete aos anos de 1870, quando existia a Livraria Miguel Borges, então localizada na Rua Paissandu, anunciada nas páginas do jornal *Oitenta e Nove* (1873), de Davi Moreira Caldas. Em sua edição de número 22, de 24 de abril de 1874, por exemplo, essa empresa surge oferecendo a venda dos seguintes livros: *Jesus Cristo*, “com 15 gravuras coloridas, por 1:200”¹⁰³, *História sagrada pitoresca* (16:000), *O reino de Flora* (6:000), *Ensino infantil*, “contendo 18 quadros ricamente coloridos”¹⁰⁴ e *Imagens de Jesus Cristo* (6:000). Nesse mesmo anúncio, há a oferta do livro de um piauiense, o poeta José Manuel de Freitas, cujo assunto versava sobre a reforma judiciária. No que se refere aos livros literários, a livraria dispunha de *Eneida*, de Virgílio.

Em Parnaíba, por sua vez, a negociação de livros remete ao final do século XIX, retratada por Humberto de Campos, em suas *Memórias*. Paulino Bastos era o nome do comerciante que se dispôs naqueles anos a trabalhar esporadicamente com tal gênero, em geral, “obras escolares: cartas de ABC, tabuadas, aritméticas de Trajano, gramáticas de João Ribeiro” (CAMPOS, 1948, p. 355). Anúncio coletado no periódico *Nortista*¹⁰⁵ demonstra

¹⁰³ “Livros novos”, *Oitenta e Nove*, ano 2, n. 22, 24 abr. 1874, p. 4.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Livros religiosos. *Nortista*, ano 1, n. 32, 10 ago. 1901, p. 4.

alguns dos livros comercializados pela empresa, de caráter religioso. Mais tarde, a Paulino Basto & Filho ampliaria seu tino comercial, tornando-se tipografia.

Outra empresa concorreria no comércio de livro em Parnaíba, fundada quando “dois moços do comércio, Luiz Dourado e Zenóbio Raposo, resolveram explorar, heroicamente, a venda de livros”; assim, “iniciaram um serviço de importação das livrarias do Rio de Janeiro e do Maranhão, formando a firma Dourado, Zenóbio & Cia. Mediante pequena comissão, encarregavam-se de pedir, com pagamento à vista, as obras que o freguês escolhesse” (CAMPOS, 1948, p. 356-7).

É ainda Humberto de Campos quem revela trechos de uma sociedade parnaibana em processo de incorporação da literatura em seus costumes. Para o autor, eram poucos os livros que circulavam em Parnaíba, no final do século XIX:

Poder-se-iam contar, talvez, em 1898 e 1899, os romances e demais livros de recreio existentes na cidade, levados do Maranhão ou do Pará por algum viajante afortunado. *Os Apóstolos*, *O Mártir do Golgota* e a *História de um beijo*, de Peres Escrich; alguns volumes de Alexandre Dumas, de Ponson, de Richebourg e Júlio Verne, formavam uma pequena coleção para mulheres, que as moças e senhoras liam e reliam, e, não raro, ensopavam de lágrimas comovidas. Dois ou três rapazes possuíam escondidamente as suas dezenas de volumes, mas não os emprestavam a ninguém. O gosto das letras era, em suma, tão clandestino como os amores dos homens casados. Existia, mas secretamente. Ninguém falava dele¹⁰⁶.

Pelos títulos elencados, fica fácil observar o perfil dos poucos leitores que havia na cidade, cuja atenção não parecia residir, de fato, no objeto literário, mas nas leituras de caráter religioso e instrutivo; exceção para “alguns volumes” dos conhecidos Verne e Dumas, além dos hoje poucos lembrados Ponson du Terrail e Émile de Richebourg.

Tudo indica que, no ano de 1907, havia apenas uma livraria no Piauí, a Libro Papelaria Veras, de propriedade do parnaibano J. Campos Veras, como demonstra o poeta Pedro Brito, em texto de análise à obra de estreia de Jônatas Batista, *Sincelos*: “seu trabalho gráfico foi executado por uma livraria nossa, *a primeira e única do Piauí?*” (BRITO, 1907, p. 1).

No ano de 1918 ver-se-á como casa de comércio de livros em Teresina o Centro Elegante, cujos anúncios se espalham pela imprensa, divulgando livros, dentre os quais os de escritores nacionais e estrangeiros. Anúncio colhido na revista *Chapada do Corisco*, número 1, de 11 de maio, por exemplo, traz a seguinte mensagem: “Está recebendo diariamente as melhores novidades literárias do mundo inteiro”¹⁰⁷. Além dos livros de

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Op. cit., p. 11.

ordem literária, essa casa comercial também se especializava em produtos didáticos, dos graus primário e secundário, bem como livros religiosos. Estava sediada na Praça Saraiva.

De 1918 a 1922, o comércio do livro em Teresina deu um salto significativo. Nota publicada no jornal *O Arrebol*, de 2 de abril de 1922¹⁰⁸, registra na capital piauiense a existência de cinco casas comerciais identificadas como “livrarias”: “A Renascença”, a “Freire & Cia” e a “Joaquim Santos”, localizadas na Rua Álvaro Mendes; a “A. Carvalho”, instalada na Rua Senador Teodoro Pacheco; e a “João Castro Lima”, na Praça Saraiva – duas a mais do que no ano anterior, que contava com a “Tersandro Pereira Paz” e “A. Carvalho & Cia”. Em 1929, porém, o comércio livreiro fica reduzido a apenas uma casa, tanto em Teresina como em Parnaíba: a primeira, dirigida pelo empresário Joaquim Santos, a segunda, a Livraria Universal; ampliando no ano seguinte: em Teresina, a Freire & Cia, a Gráfica Piauiense, a Joaquim Santos e a Venâncio Albuquerque, que também ofereciam os serviços de papelaria e oficina tipográfica; e em Parnaíba, além da Universal, a Papelaria Basto, que também exercia essa e outras funções no setor de impressões.

Não tendo sido esta a intenção do capítulo, que na realidade é uma espécie de esboço à história da leitura no Piauí, compreende-se que uma pesquisa mais profunda a respeito não poderia se omitir de observar algumas fases, facilmente identificáveis: 1ª) a leitura de livros didáticos e religiosos, trazidos geralmente por agentes de outro ramo que não o livresco (comerciantes de um ramo congênere, como a papelaria); 2ª) a leitura de periódicos eminentemente políticos, a começar no terceiro quartel do século XIX, e que no Piauí parece ter sido a bandeira de muitos partidos que se digladiavam às cegas de um público leitor quase inexistente – além disso, a existência de jornais políticos parece corresponder, junto com os religiosos, aos primórdios do periodismo piauiense; 3ª) a leitura de revistas e jornais de cunho literário e cultural, que começam a surgir nos primeiros anos do século XX, embora algumas folhas periódicas tenham dedicado especial atenção às manifestações literárias antes desse período, em certa condição isolada. É possível ainda, que em algum momento, entre a primeira e a segunda fases, o hábito da leitura tenha sido compartilhado de maneira social, como forma de entretenimento, uma prática oralizada – valendo-se de dados que mostram o Piauí, nos anos de 1920, com 88,1% de sua população ainda analfabeta –, e um bom rastro disso está no advento dos cafés, que se espalham como hábito em Parnaíba e Teresina, especialmente no primeiro quartel do século XX.

¹⁰⁸ “Informador d’O Arrebol”, *O Arrebol*, ano 8, n. 14, 2 abr. 1922, p. 6.

3 O CAMPO DE *REPRODUÇÃO* ERUDITA: DOIS POLOS, DOIS CIRCUITOS LITERÁRIOS

Ao analisar o campo literário na França do século XIX, Pierre Bourdieu compreendeu a existência de dois subcampos de produção, um erudito e outro comum à indústria cultural. Enquanto o primeiro buscava inovar e, com isso, alcançar certa distinção em relação ao meio e sua recepção, afinal “tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos” (BOURDIEU, 2005, p. 105), o segundo, subordinado a uma estrutura social, procurava identificar-se com os códigos estéticos e de conduta já incorporados e aceitos pela sociedade que o recebe e espera dele essa conformação. São, portanto, duas experiências literárias distintas, que se operam dentro de um mesmo campo e, pelas razões colocadas, são opostas. Por causa congênere, Franco Moretti, ao explicar a dinâmica da evolução literária, informa que

sempre que a história literária tem de explicar uma inovação bem-sucedida, precisa estar consciente de que trata de dois fenômenos distintos, não de um só. As inovações são, com maior frequência, malsucedidas e os sucessos, não inovadores; o que conta para as primeiras não se aplica necessariamente aos segundos; e, se acontecem juntos, ótimo, mas na verdade eles são dois (MORETTI, 2007, p. 314).

Em 1925, ao discorrer sobre a obra *L'Art au point de vue sociologique* (1889), do filósofo francês Jean-Marie Guyau, Ortega y Gasset destacou esse mesmo problema que compõe a arte de inovação, afastando-a de dois termos que poderiam defini-la de maneira preliminar: o não ser popular e o impopular. Na visão do espanhol, “El estilo que inova tarda algún tiempo en conquistar la popularidad; no es popular, pero tampoco impopular”¹⁰⁹ (GASSET, 1966b, p. 354), isso porque por mais inovadora que seja uma obra, a fim de que ressoe no tempo “é preciso que, desde o começo, ela estabeleça algum tipo de comunicação com os primeiros destinatários” (ZILBERMAN, 1989, p. 100).

No fundo, há uma lógica de mercado que, da parte dos eruditos, é, em alguma medida, quebrada, e da parte dos escritores de massa é condicionada, constituindo, por isso, um “grande público”, vinculado à necessidade de gerar ganhos pecuniários aos produtores. Contrários a isso, os literatos inscritos no subcampo de produção erudita, na sua conduta de (re)formulação contínua de códigos¹¹⁰, buscam, antes de tudo, um espaço

¹⁰⁹ Tradução: “O estilo que inova leva algum tempo para conquistar a popularidade; não é popular, mas também não é impopular”.

¹¹⁰ Isso não significa que a arte dos “artistas eruditos” gozasse, de fato, de uma autonomia em sentido *stricto* ou pleno. Na realidade, esses escritores estabeleciam relações com a burguesia de maneira diferente: “Era preciso ser burguês e dispor, portanto, dos recursos necessários a fim de poder resistir à solicitação direta da

fechado em si mesmo, inverso ao dos segundos, então representantes da “arte burguesa” ou “arte comercial” e cujo raio de abrangência contempla uma audiência afeita a um sistema de códigos que não depõem contra o que Even-Zohar (1990) vai chamar “repertório”¹¹¹ e Jauss (1994, p. 28) “horizonte de expectativa”, ou seja, “a obra que surge não se apresenta como novidade absoluta num espaço vazio, mas, por intermédio de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas”, em outras palavras, “desperta a lembrança do já lido”¹¹², possui o que Francesco Orlando vai chamar de “taxa de figuralidade baixa”, sintetizadora de uma “linguagem comunicante”¹¹³. Escapando a essa lógica, “El arte joven, con sólo presentarse, obliga al buen burgués a sentirse tal y como es: buen burgués, ente incapaz de sacramentos artísticos, ciego y sordo a toda belleza pura”¹¹⁴ (GASSET, 1966b, p. 355).

Para Jauss, o caráter artístico de uma obra (a “belleza pura” kantiana, que Gasset defende; o “valor do capital simbólico”, de Bourdieu) pode ser definido segundo seu efeito: quanto mais ela atende a um horizonte de expectativa, mais próxima está de uma “arte culinária ou ligeira” e, portanto, “nula pela repetição”¹¹⁵; quanto menos, provocando, por isso, um efeito de *estranhamento* (como querem os formalistas russos), logo propositiva, mais artística ela será, capaz de reformular o horizonte de expectativa: “É nessa segunda mudança de horizonte que se situa particularmente a classicidade das assim chamadas obras-primas” (JAUSS, 1994, p. 32). A esse efeito, o teórico chama de “distância estética”, a qual corresponde à que existe entre a obra e o que os leitores esperam dela, modificando sua escala de valores.

É claro que não se pode ter desse esquema a ideia fechada de que toda variação encetarà em algum momento sucesso, de modo a ser mais cedo ou mais tarde incorporada

demanda e esperar pelas remunerações materiais e simbólicas *necessariamente adiadas* (algumas vezes tal espera se prolongava até os últimos anos da vida e mesmo além) que o mercado de bens simbólicos está em condições de oferecer aos artistas que se recusam a curvar-se às exigências imediatas do público burguês” (BOURDIEU, 2005, p. 200). É o que também defende Peter Bürger (2008, p. 100-101): “A autonomia da arte é uma categoria da sociedade burguesa. Ela permite descrever a ocorrência histórica do desligamento da arte do contexto da práxis vital, descrever o fato de que, portanto, uma sensibilidade não comprometida com a racionalidade-voltada-para-os-fins pode se desenvolver junto aos membros das classes que, pelo menos temporariamente, estavam livres da pressão da luta cotidiana pela sobrevivência”. O sociólogo francês ainda liga esse tipo de conduta artística a um perfil distinto, de “burguês transviado”, “ou seja, em ruptura com as normas e valores de sua classe e sobretudo com as oportunidades de carreira objetivamente vinculadas à sua posição” (BOURDIEU, 2005, p. 201).

¹¹¹ Assim, “el repertorio literario es el agregado de reglas y unidades con las que se producen y entienden textos específicos [...]. Un ‘repertorio’, por tanto, puede ser el conocimiento compartido necesario tanto para producir (y entender) un ‘texto’, como para producir (y entender) varios otros productos del sistema literario” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 38).

¹¹² Idem.

¹¹³ *Apud* MORETTI, 2007.

¹¹⁴ Tradução: “A arte jovem, apenas por se apresentar, força o bom burguês a se sentir como é: bom burguês, uma entidade incapaz de sacramentos artísticos, cego e surdo a toda beleza pura”.

¹¹⁵ Como quer Ortega y Gasset (1966b).

a um sistema de normas e tornar-se modelo. Afinal, como observa Moretti (2007, p. 314), há “uma história transbordante de obras tão ‘distantes’ quanto possível das expectativas de sua época mas que não são valiosas nem influentes”. Seria esse um ponto cego na teoria de Jauss? Em termos de *práxis*, talvez; relacionado, porém, a uma visada ideal, própria da teoria, não: a formulação do teórico alemão não desacredita que os critérios de valor se modifiquem, tanto positiva como negativamente, afinal, o termo *valor* é de fato transitivo, e “significa tudo aquilo que é considerado valioso por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos” (EAGLETON, 2006, p. 17). Logo, como atribuir à permanência de um determinado produto que tenha encetado distância estética a condição de “não comunicante”, sem jamais ser decodificado a ponto de se tornar “influente”, quando “a história ainda não terminou?”¹¹⁶. A situação é aporética e o risco não existe apenas para aquele que desacredita nesse possível *modus operandi*, mas também para aquele que o credita, afinal, é possível que a operação nem mesmo flua. Sabe-se, porém, e esse é um dos aspectos de defesa de Ortega y Gasset, de um forte ponto de diferenciação entre as artes de inovação e as que sustentam o *status quo*: “la disyunción [das primeiras] se produce en un plano más profundo que aquel en que se mueven las variedades del gusto individual”¹¹⁷ (GASSET, 1966b, p. 355), e discorrendo acerca da recepção dos dois modos aqui apontados, interpreta: “No se trata de que a la mayoría del público *no le guste* la obra joven y a la minoría sí. Lo que sucede es que la mayoría, la massa, *no la entiende*”¹¹⁸, por não dispor dos códigos necessários e, por essa razão, tal estrutura “divide al público en estas dos clases de hombres: los que lo entienden y los que no lo entienden”¹¹⁹.

Aplicada a ideia de Jauss à análise de Bourdieu, o que procuram os literatos do subcampo de produção erudita, os “artistas puros”, ao reformular códigos, é mais do que a distinção de seu meio, mas, também, tornar suas produções obras-primas, aspirantes a classicidade. Nesse ponto, Bourdieu discorre a respeito da “arte pura”, “resultado inevitável do esforço por esvaziar o discurso de todo o impensado social, ou seja, desde os automatismos da linguagem até as significações reificadas que veicula” (BOURDIEU, 2005, p. 197), circunstância que, vista como impossível por Gasset (1966b, p. 359), não impede que se observe “una tendencia a la purificación del arte”.

¹¹⁶ Idem, p. 18.

¹¹⁷ Tradução: “a disjunção [das primeiras] ocorre em um nível mais profundo do que aquela em que as variedades de gosto individual se movem”.

¹¹⁸ Idem. Tradução: “Não é que a maioria do público não goste do trabalho jovem e a minoria sim. O que acontece é que a maioria, a massa, não o entende”.

¹¹⁹ Idem. Tradução: “divide o público nesses dois tipos de homens: aqueles que entendem e aqueles que não entendem”.

Se o rompimento estético, traço que diferencia uma obra propositora (“artística”) de uma reprodutora (“comercial”), leva a uma redução do público, porque não preparado para os novos códigos, naturalmente essa lógica desencadeia um problema: “A revolução simbólica pela qual os artistas libertam-se da demanda burguesa recusando reconhecer qualquer outro mestre que não sua arte tem por efeito fazer desaparecer o mercado” (BOURDIEU, 1996, p. 100). Assim,

à medida que a autonomia da produção cultural aumenta, vê-se aumentar também o intervalo de tempo que é necessário para que as obras cheguem a impor ao público (a maior parte de tempo contra os críticos) as normas de sua própria percepção, que trazem consigo. Essa defasagem temporal entre a oferta e a procura tende a tornar-se uma característica estrutural no campo de produção restrita: esse universo econômico propriamente antieconômico que se instaura no polo economicamente dominado, mas simbolicamente dominante, do campo literário¹²⁰.

O sociólogo, com isso, define a distinção de dois campos, um material e outro simbólico, que podem ser facilmente aplicados aos dois tipos de escritores que aqui se tem definido. Ao campo material estão inscritos os literatos de expressão ligeira, culinária, ao segundo, os que compõem o subcampo de produção erudita, cujas obras “de arte ‘puras’ são acessíveis apenas aos consumidores dotados da disposição e da competência que são a condição necessária de sua apreciação”¹²¹. Tais consumidores acabam sendo os próprios integrantes desse campo fechado de “arte pela arte”, daí porque a lógica da (re)formulação constante de códigos acaba alcançando uma audiência diminuta, onde produtores produzem para outros produtores e sucessivamente: “A arte pela arte, isto é, a arte para o artista, a arte em que a arte do artista constitui a única matéria e cujo único destinatário é a comunidade artística, constitui uma arte para nada, sobre nada” (BOURDIEU, 2005, p. 196), resultando, por essa circunstância, em um “discurso socialmente utópico”. Logo, “quanto mais a produção artística obedece exclusivamente às exigências internas da comunidade artística, tanto mais as obras oferecidas excedem as capacidades de recepção dos consumidores potenciais”¹²², porque “o acesso à obra de arte requer instrumentos que não são distribuídos universalmente. E, conseqüentemente, os detentores destes instrumentos asseguram para si mesmos os lucros da distinção, lucros tanto maiores quanto mais raros forem estes instrumentos” (BOURDIEU, 1983, p. 10). Essa lógica, não por acaso, também foi observada por Ortega y Gasset (1966b, p. 359), ao considerar: “un

¹²⁰ Idem, p. 101.

¹²¹ Idem, p. 169.

¹²² Idem, p. 198.

objeto que sólo puede ser percibido por quien posea ese don peculiar de la sensibilidad artística. Será un arte para artistas, y no para la masa de los hombres; será un arte de casta, y no demótico”¹²³. Importante destacar que o filósofo emprega as expressões “sensibilidade artística” e “sensibilidade estética” como termos sinonímicos¹²⁴, o que o leva a ampliar um pouco a circunstância de recepção do novo objeto simbólico quando infere que:

Esta nueva sensibilidad no se da sólo en los creadores de arte, sino también en gente que es sólo público. Cuando he dicho que el arte nuevo es un arte para artistas, entendía por tales, no sólo los que producen este arte, sino los que tienen la capacidad de percibir valores puramente artísticos¹²⁵ (GASSET, 1966b, p. 364).

Isso, logicamente, acabaria por explicar e confirmar a gênese e a lógica, respectivamente, de uma “história artística”, como ainda infere Bourdieu em relação às relações internas dos campos artístico e literário, onde “os artistas e os seus produtos se acham objetivamente situados, pela sua pertença ao campo artístico, em relação aos outros artistas e aos seus produtos” (BOURDIEU, 1989, p. 72), levando em conta aqui os tipos específicos de “artistas” que se desdobram antagonicamente a par dos diferentes olhares que lançam para a tradição, daí que “as rupturas mais propriamente estéticas com uma tradição artística têm sempre algo que ver com a posição relativa, naquele campo, dos que defendem esta tradição e dos que se esforçam por quebrá-la”¹²⁶.

É curioso observar que no campo intelectual não estrito algo muito parecido ocorre, como demonstra Thomas Sowell ao analisar a conjuntura que distingue o produtor de ideias daqueles que simplesmente as traduzem, as interpretam ou as reproduzem, inscritos estes no que denomina *Intelligentsia*:

dentre todos os que exercem ocupações mentalmente exigentes, a linha demarcatória que separa os mais propensos a serem vistos como intelectuais de outros menos propensos a receberem o título divide aqueles cujas ideias estão fundamentalmente sujeitas a critérios internos de verificação de outros cujas ideias estão fundamentalmente sujeitas ao crivo externo da verificação empírica (SOWELL, 2011, p. 23).

¹²³ Tradução: “um objeto que só pode ser percebido por quem possui esse dom peculiar de sensibilidade artística. Será uma arte para artistas, e não para a massa de homens; será uma arte de castas, e não demótica”.

¹²⁴ Em suas discussões, ainda em *La deshumanización del arte* (1925), Ortega y Gasset encontrará um termo que tentará definir essa “nova sensibilidade”: ultraísmo, equivalente a radical, revolucionário.

¹²⁵ Tradução: “Essa nova sensibilidade não está apenas nos criadores da arte, mas também nas pessoas comuns. Quando eu disse que a nova arte é uma arte para artistas, eu entendi por isso, não apenas aqueles que produzem essa arte, mas aqueles que têm a capacidade de perceber valores puramente artísticos”.

¹²⁶ Idem.

O economista estadunidense, ao analisar esse campo, aponta um problema social que merece ser avaliado em relação ao campo literário, e consiste exatamente no fato de que um critério puramente interno “pode blindar as ideias, protegendo-as das verificações e dos *feedbacks* do mundo externo, instituindo, assim, a permanência de métodos de validação meramente circulares”¹²⁷, ou seja, distanciam-se de uma realidade empiricamente verificável. Assim, o que há no campo artístico não parece resultar de uma verificação, mas, nas instâncias estritas e específicas, de uma imposição.

Observa-se assim, na lógica do campo literário, um fato que merece ser destacado em correlação a esse estado de plausibilidade do campo intelectual: toda obra que fere os códigos do sistema de normas então aceitos, com o tempo pode ser traduzida, geralmente por críticos que decodificam as inovações estéticas a um novo público – reconfigurando o “horizonte de expectativas” –, e incorporada à tradição, tornando-se, por isso, modelo; isso a faz perder o seu efeito de propositura e choque. Nesse caso, o que era distinto torna-se semelhante, ferindo a lógica do subcampo de produção erudita, cujo *modus operandi* é a (re)invenção, daí o motivo desse círculo fechado de intelectuais ser um *continuum*, em que a reformulação dos códigos estará sempre na vanguarda de um sistema:

a lógica da dissimulação que singulariza o campo intelectual e artístico, compele escritores e artistas a romper continuamente com as normas estéticas vigentes, as únicas normas efetivamente dominadas pelos consumidores potenciais, com exceção dos outros artistas predispostos a compreender ao menos (não tanto as novas obras produzidas com o novo enfoque) a intenção da ruptura com as normas estabelecidas (BOURDIEU, 1983, p. 198).

Nesse sentido, os autores inscritos nesse subcampo, porque não encontram nem almejam audiência fora de seu círculo restrito¹²⁸, “constituem-se ‘sociedades de admiração mútua’, pequenas seitas fechadas em seu esoterismo e, ao mesmo tempo, surgem os signos de uma nova solidariedade entre o artista e o crítico”¹²⁹.

Propor novos códigos, como querem esses escritores, na tradução de Chklovski (1973, p. 45) seria dotar a arte da sensação de visão primeira, diferente da de reconhecimento, como o faz a “arte comercial”, afinal, “o procedimento da arte é o procedimento da singularização dos objetos e o procedimento consiste em obscurecer a forma, aumentar a dificuldade e a duração da percepção”.

¹²⁷ Idem, p. 24.

¹²⁸ Esse aspecto é também identificado por Ortega y Gasset (1966b, p. 355), quando analisa que “el arte nuevo, por lo visto, no es para todo mundo, como el romántico, sino que va desde luego dirigido a una minoría especialmente dotada”.

¹²⁹ Idem, p. 107.

Tais perspectivas, construídas com um olhar sobre o objeto literário europeu, podem ser assimiladas quando aplicadas aos bens simbólicos advindos desse continente. No Brasil do século XIX e início do século XX, porém, essa visada se torna um problema, porque, salvo Machado de Assis, os escritores brasileiros não se comportavam à lógica da proposição na arte das letras (sensação de “visão primeira”), pois que, na realidade, eram tradutores ou *reprodutores* (sensação de “reconhecimento”) dos ganhos estéticos que se operavam na Europa, em especial na França, como também observa Roberto Schwarz (2012, p. 29): “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura”, logo, “o escritor pode não saber disso, nem precisa, para usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação”¹³⁰.

A ideia desse crítico se radica, inclusive, na história da chegada do gênero romance no país, que “existiu no Brasil, antes de haver romancistas brasileiros”¹³¹, daí porque “nossa imaginação fixara-se numa forma cujos pressupostos, em razoável parte, não se encontravam no país”¹³². Somava-se a esse problema o que afirmava o romancista piauiense Francisco Gil Castelo Branco, em 1880, em relação ao movimento editorial no Rio de Janeiro: “os nossos editores desprezam os escritos dos seus compatriotas e cuidam tão somente em traficar com indigestas traduções de brochuras francesas” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 31-2).

Não podia ser diferente quando a cultura brasileira do período era ainda essencialmente francófila e que, num arroubo de continuidade aos anos de 1950, pode ser sintetizada na metáfora que Benjamin Moser propôs a partir da análise do tipo brasileiro como “costeiro”, que Sérgio Buarque de Holanda entendia sinonímico de “alienado”, ou seja, “apegando-se à praia, nariz voltado para a Europa, costas voltadas para o interior, o Brasil permaneceu colonial, mais sintonizado com Paris do que com o seu próprio quintal” (MOSER, 2014, p. 13).

Essa condição de submissão simbólica a que estavam atrelados os intelectuais, no entanto, não exclui de todo que em terras brasileiras, ao seu modo, tenha existido um tipo específico de subcampo de produção erudita, ou antes um “campo de *reprodução* erudita” cuja característica mais saliente se relaciona a dois pontos que formam a sua base: a vinculação a estruturas de poder (essencialmente política e econômica) e à constituição de

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem, p. 35.

¹³² Idem.

capelinhas de elogio mútuo¹³³. Não se constitui nesse último ponto, porém, um caso de distinção por questões de ordem simbólica (na realidade, tudo indica, os brasileiros queriam ser lidos e reclamavam na imprensa esse direito, culpando muitas vezes as más políticas de atenção ao ensino¹³⁴). Ocorre por mera consequência do período e espaço a que estavam inseridos, afinal, o país encontrava-se mergulhado no grave problema do analfabetismo, condição que impelia os intelectuais a formar, quase que naturalmente, um grupo potencial (porque escritores) dentro de um círculo privilegiado de leitores.

Quanto às relações com o poder, e aqui a circunstância a que estava submetido o espaço piauiense é bem sintomático, os escritores inseridos nesse campo de *reprodução* operavam de maneira muito diversa da dos que pertenciam ao subcampo francês de produção erudita. Ao invés de se afastarem das estruturas indutoras da *práxis vital*, como quer Bürger (2008), na realidade a elas se vinculavam por questões de ordem prática, sendo a mais proeminente a subsistência.

Pensar o subcampo erudito brasileiro é entender as limitações bem como as escolhas no campo estético a que estavam expostos esses intelectuais, observando, ainda, características não aplicáveis (como a proposição ou o *continuum* de (re)significação de códigos) e outras comuns e possíveis (o círculo fechado de produtores para produtores). No caso, o que havia no Brasil era um subcampo de produção erudita *por reconhecimento* ou de “*reprodução* erudita”. Desse modo, o campo literário brasileiro seria um tradutor da “arte comercial” que se operava além-mar.

3.1 A especificidade do campo piauiense

No Piauí, em que o problema do analfabetismo era o mais grave da nação, até por volta dos anos de 1930, o campo de reprodução erudita lança luz sobre a real situação a que estavam acometidos os intelectuais que produziam literatura no estado, acentuando ainda mais a sua falta de autonomia e depondo contra a tese de que em terras piauienses, nas primeiras décadas do século XX, tenha se formado um sistema literário, como quer

¹³³ Segundo Brito Broca (1993, p. 11), as *capelinhas literárias* “se multiplicaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, sob o rótulo cada vez mais abusivo de geração, tecendo fios de uma tediosa política literária”.

¹³⁴ Marisa Lajolo e Regina Zilberman, ao observarem o problema da língua como modelo nacional, no que se refere à produção de livros para crianças nas primeiras décadas do século XX, atentam para os reclames de três escritores parnasianos brasileiros: Olavo Bilac, Francisca Júlia e Coelho Neto. Questionando-se da missão de prover a infância de livros adequados, em linguagem correta, deixam entrever essa mesma lógica, aqui defendida, a respeito da relação do escritor brasileiro e seu público: “por mais indiferente que o escritor desejasse ser, ele não podia fugir à luta literária, que se caracterizava pela busca e sedução de um público consumidor. O distanciamento, atributo do artista moderno, ainda quando este carrega as vestes neoclássicas do parnasianismo, podia ser útil como tema literário, nunca como *performance* profissional” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 43).

Socorro Magalhães (2002, p. 115), coadunada por Teresinha Queiroz (2017)¹³⁵, quando creditam, nesse tempo, haver um “desenvolvimento sociocultural”, cujos aparelhos de transformação seriam “escola, imprensa, produção literária e aparelho tipográfico”. Como observa Magalhães (2002, p. 115):

No Piauí a convergência dessas instâncias permitiu não apenas a habilitação dos indivíduos para o exercício da leitura e da escrita, mas também concedeu viabilidade material à literatura, criou mecanismos de incentivo à prática de leitura e à divulgação de obras literárias, possibilitando a constituição de um público de leitores para a recepção da literatura piauiense, que começava a ser projetada.

Alguns pontos dessa citação, no entanto, devem ser questionados e apresentados preliminarmente, posto omitirem os graves desdobramentos do analfabetismo: 1º, se no ano de 1920 o número de analfabetos no estado era o maior do Brasil, constituindo nada mais do que 88,1% de sua população, como pensar que 11,9% de leitores fossem capazes de constituir um público leitor competente ao ponto de conformar um sistema literário? 2º, dos títulos publicados nesse período, de autores ligados direta ou indiretamente ao Piauí, somente 25 foram publicados em Teresina e 1 em Parnaíba. Além disso, como demonstrou a pesquisa em fontes primárias, sobretudo notas rápidas de publicação em jornais, as obras literárias impressas, porque custeadas pelos próprios autores, não ultrapassam o número de 200 exemplares. Boa parte, na realidade, ficava na casa dos 100, e, com um número tão baixo, não há mecanismo de divulgação que abranja a população leitora existente.

Ademais, as obras impressas no Piauí eram produzidas em tipografias de jornais e demandavam, por essa razão, alto custo: de 1900 a 1910, por exemplo, dos dez livros confeccionados, quatro saíram pelas oficinas da Tipografia Paz, quatro, pela Libro Papelaria Veras (mais especializada que as tipografias nesse quesito de impressão), um pela Tipografia de *A Notícia* e um pela Tipografia da *Gazeta*; de 1911 a 1920, por sua vez, dos sete impressos, cinco foram pela Tipografia Paz, um pela Imprensa Oficial e outro pela Tipografia *Piauí*; de 1921 a 1930, dos nove impressos (oito em Teresina e um em Parnaíba), dois são impressos pela Papelaria Piauiense, dois pela Tipografia *Piauí*, um pela Imprensa Oficial, um pela Tipografia *O Arrebol*, e três de procedência não identificada.

¹³⁵ Em sua resenha “Formação do sistema literário piauiense”, Teresinha Queiroz (2017, p. 52-53, grifo nosso) chega a afirmar que “a literatura piauiense já reunia, desde o início do século XX, as condições para a formação de um sistema, porquanto se constatava a impressão das obras em tipografias da capital, Teresina – Libro-Papelaria Veras e Tipografia Paz – além da existência de um público de leitores disposto não apenas à leitura das obras, mas também ao exercício da crítica literária”. Essa pesquisadora, porém, omite que esse “público de leitores” era diminuto e essa crítica, guardadas as polêmicas, era cordial e amadorística, sem ressonâncias.

O alto custo de produção dessas obras no Piauí obrigava os escritores, quando não arcavam sozinhos com as despesas, a recorrerem a estratégias. Uma delas consistia em enviar os manuscritos ao Rio de Janeiro, onde, sob a tutela de Félix Pacheco, eram impressas às expensas do *Jornal do Comércio*, empresa jornalística de que esse poeta era sócio e um de seus dirigentes. A outra consistia em submeter o manuscrito a agremiações literárias fundadas no estado, que custeavam, com o apoio financeiro de seus sócios, a publicação das obras: foi o que ocorreu, por exemplo, a Abdias Neves, que teve sua obra de versos, *Velário*, publicada em homenagem, *post-mortem*, pelo Cenáculo Piauiense de Letras¹³⁶.

Vale lembrar que instituições como o Cenáculo não contavam com o apoio do poder público, e que sua existência estava vinculada ao pagamento mensal de seus sócios. Era com essas arrecadações que os membros mantinham a “corporação literária” (como era denominada entre os membros), que ainda recorria à promoção de eventos literários com o intuito de arrecadar fundos¹³⁷. Logo, pode-se depreender o pouco recurso que angariavam para a publicação de obras literárias, incidindo diretamente em uma baixa tiragem, em geral distribuída a um grupo seletivo. Esse público restrito já era conhecido no campo literário piauiense desde as primeiras décadas do século XX. Não por acaso, em 1918, ao publicar o primeiro número da *Revista da Academia Piauiense de Letras*, os redatores deixaram *ipsis litteris* na “Advertência” do órgão de divulgação que “a fundação da Academia de Letras e a publicação desta Revista visam chamar a atenção dos entendidos para o estudo de quanto nos possa interessar, de seus homens, de suas coisas, tanto quanto estiver ao alcance das nossas forças”¹³⁸. Essa passagem deixa entrever pelo menos dois problemas de que tinham consciência os homens de letras do Piauí: a falta de recursos para o trabalho editorial e a necessidade de constituição de um público esclarecido, alfabetizado, afeito aos ganhos simbólicos e científicos.

Não podia ser mesmo diferente. Se, em 1920, o número de habitantes no Piauí era de 609.003, e somente 11,9% sabiam ler, isso equivaleria a 72.471 leitores. Considerando que um autor pudesse imprimir não 200, mas 300 exemplares, qual seria o alcance de sua produção? Uma análise irreal, por exemplo, creditando um livro por leitor, sem compartilhamento de leitura, resultaria em apenas 0,41% dessa população especializada, e

¹³⁶ A resolução de apoio à publicação do livro *Velário*, de Abdias Neves, encontra-se no Projeto nº 13, de 16 de setembro de 1928, do livro de projetos do Cenáculo Piauiense de Letras (em manuscrito), hoje salvaguardado pela Academia Piauiense de Letras.

¹³⁷ Essa prática não era nova, há ocorrências da ideia ainda nos primeiros anos do século, inclusive entre os escritores que primeiro pensaram a constituição de uma Academia de Letras no Piauí.

¹³⁸ “Advertência”, *Revista da Academia Piauiense de Letras*, ano 1, n. 1, 1918, p. 3.

0,04% da total. Essa equação poderia ser também empregada para os periódicos, que nesse mesmo período, raríssimos, alcançavam o número de 1.000 exemplares. Ainda no ano de 1920, segundo Cláudio Bastos (1993), foram fundados sete jornais no estado; apostando que todos eles dessem abertura para a literatura e somassem 7.000 exemplares (acreditando que todos os seus exemplares fossem realmente distribuídos e lidos), mesmo assim, o alcance para a população seria mínimo: 1,14%.

Apesar de o cálculo desprezar o compartilhamento de um produto entre diferentes membros de uma mesma sociedade, acredita-se que, nisso incorrendo, o alcance ainda permaneceria diminuto, como se pode depreender das folhas eminentemente literárias. O *Arrebol*, por exemplo, em sua terceira fase, tinha uma tiragem reduzida de 1.200 exemplares, e ainda assim era distribuída em Teresina, sua sede, e em outras localidades, como Parnaíba e cidades fora do estado: que parcela de leitores ela mantinha em seu próprio espaço?

Esse problema visto no Piauí pode ser percebido inclusive na própria tese de Antonio Candido, formulada para o Brasil dos séculos XVIII e XIX, e que serviu de base à crítica piauiense. Como observa Luís Augusto Fischer (2015, p. 86):

um sistema depende, entre outras coisas, da existência de público para fazer girar a roda literária, mas o Brasil tinha escassíssimos leitores, com aquele constrangedor índice de menos de 20% de alfabetizados e a sombra da escravidão, cuja mera existência tira parte da força histórica que é o sistema literário [...] Um sistema que supõe entre seus critérios a leitura mas que não conta com leitores – o que dificulta aceitar a afirmativa de que estivesse havendo uma “interação intensa e aprofundada entre autores, obra e público” –, pode ele estar formado, em suma?

Trazendo a discussão para o Piauí do recorte histórico empreendido, uma prática depõe ainda mais contra o argumento do sistema literário piauiense e reforça a tese aqui apresentada de campo de reprodução erudita: era comum entre os intelectuais do Piauí, bem como de outras partes do Brasil, a distribuição de suas obras entre amigos, geralmente outros produtores e críticos (às vezes vinculados a folhas periódicas, como forma de alcançar comentário elogioso). Estes, a propósito, não podem ser contabilizados no que se refere ao público leitor por serem especializados, estarem dentro do campo como agentes produtores, o que os tornava uma parcela ainda mais diminuta – logo, não representavam o leitor médio recém-formado e consumidor, simplesmente. Não fugia o Piauí à regra latino-americana, cujo contingente de leitores era muito reduzido, e “en los hechos corresponden

a la estructura de los mismos transmisores de la cultura: profesores, maestros, algunos funcionarios y algunos profesionales”¹³⁹ (RAMA, 1972, p. 26).

O que ocorreu no espaço piauiense, portanto, foi o mesmo que ocorrera em Minas Gerais no século XVIII, onde “se criou uma espécie de ‘autopúblico’, em que os mesmos criadores eram os leitores, eles e poucos mais, num país escassamente povoado, do ponto de vista da colonização branca litorânea, e com domínio de escravos sobre o total da população” (FISCHER, 2015, p. 86). Aliás, antes de 1930 essa realidade era uma constante no Brasil, daí a razão de Candido (2011, p. 220) sustentar ser impossível “falar em socialização ou coletivização da cultura artística e intelectual, porque no Brasil as suas manifestações em nível erudito são tão restritas quantitativamente que vão pouco além da pequena minoria que as pode usufruir”.

Ao falar da chegada de livros em Teresina, no ano de 1913, anunciados pela Tipografia Paz, é Socorro Magalhães (2002, p. 121, grifo nosso) quem ajuda a reforçar essa espécie de “causalidade circular”¹⁴⁰ refletida no Piauí: “A aquisição de livros e *a consequente prática de leitura restringia-se ao pequeno grupo de intelectuais*, formado por estudantes, professores ou profissionais liberais, familiarizado com a cultura impressa e preparados para o consumo de criações intelectuais e artísticas”, e mais adiante afirma:

a leitura, na sociedade piauiense nas primeiras décadas do século XX, permaneceu como uma *prática restrita a pequenos grupos elitizados*, formados predominantemente de pessoas do sexo masculino, de famílias mais abastadas, se não portadores de curso superior, pelo menos afeitos ao uso da palavra escrita, pelo exercício de funções próprias a esse universo, como as de jornalista e poeta¹⁴¹.

Outro ponto que reforça a tese é o fato de que, “embora nesse período tenham surgido vários jornais e revistas de caráter estritamente literário, esses periódicos tiveram vida efêmera, *circulando mais nas rodas de literatos e bacharéis*”¹⁴², isso porque, segundo nota publicada na edição de 16 de abril de 1923 do jornal *O Arrebol*, publicado em Teresina, “Nós piauienses poucas vezes sabemos dar valor a dedicação e amor de *alguns jovens* conterrâneos que, *de encontro às condições materiais do meio, lutam no nobre afã de manter em nosso*

¹³⁹ Tradução: “de fato, correspondem à estrutura dos mesmos transmisores da cultura: professores, mestres, alguns funcionários e alguns profissionais”.

¹⁴⁰ Termo caro a Pierre Bourdieu (2005, p. 115-116) que explica o mecanismo fechado de um grupo restrito de intelectuais detentores de certos códigos culturais, “na busca da ‘originalidade’ (que se faz acompanhar pela ideologia do ‘gênio’ desconhecido ou maldito)”.

¹⁴¹ Idem, p. 122-123, grifo nosso.

¹⁴² Idem, p. 126, grifo nosso.

meio social um jornal puramente literário”¹⁴³. Mais tarde, ao aludir à existência de dez anos dessa folha, o editorial de 15 de novembro do mesmo ano assim se refere à realidade do circuito teresinense em relação às letras: “Nessa luta gigante que encetamos [de manter o periódico por dez anos], sempre tivemos em mira, incitar e facilitar o nosso desenvolvimento intelectual, *que sempre retardado e efêmero, escabuja-se num indiferentismo que desconsola*, estiolando as mais nobres aspirações”¹⁴⁴.

Se a indiferença e o número de analfabetos no estado nos anos de 1920 eram circunstâncias prejudiciais, e a prática da leitura estava restrita a um grupo privilegiado de leitores, como crer que tenha existido, nesse período, um “desenvolvimento sociocultural”? Aliás, esse é um dos pontos falhos dos espaços a que estavam inseridos os escritores piauienses, pois se, como quer Moriconi (2006, p. 150, grifo nosso), “o conceito de literatura no circuito de mercado é intuitivo e subentendido por *quem produz*, por *quem vende* e por *quem compra*”, os pouquíssimos exemplares, a distribuição dos objetos entre amigos e a falência de órgãos de imprensa frente ao número de analfabetos depõem contra um circuito consolidado, senão em princípios de formação, em que a literatura, antes de produto consumível e mercantil, servia a fins específicos de entretenimento restrito e de aspiração a instrumento. Talvez por isso a tese que Ángel Rama lance luz sobre esse fenômeno como algo próprio da América Latina e ajude a explicar certos aspectos dos piauienses em seu espaço, que não eram diferentes: “Aun el escritor que potencia más el individualismo funciona siempre dentro de un determinado grupo social”¹⁴⁵, daí porque “la elite es el primer conglomerado social en que un creador se integra”¹⁴⁶ (RAMA, 1972, p. 17), seja ela econômica ou política – as que detinham, à sua maneira, os códigos capazes de decifrar os produtos literários.

Esse aspecto é um dos que ajuda a entender a não autonomização da arte literária em terras piauienses, que não podia mesmo andar diferente da tendência brasileira, posto a produção de textos estar conformada e dependente do gosto e das estruturas sociais presentes, embora diminutas, seletas e que, no máximo, poder-se-ia atribuir como “crescentes”, como faz crer Felton Castelo Branco, membro da Academia Piauiense de Letras, que em 1923, saudando a iniciativa do poeta Antônio Prado de Moura em manter em Teresina, com todas as dificuldades, o jornal *O Arrebol*, comenta esse estar “rompendo

¹⁴³ “Homenagem ao ilustre jovem Antônio Prado de Moura”, *O Arrebol*, ano 9, n. 33, 16 abr. 1923, p. 1, grifo nosso.

¹⁴⁴ “O Arrebol: o espírito do futuro está onde está o coração da mocidade”, *O Arrebol*, ano 10, n. 51, 15 nov. 1923, p. 1, grifo nosso.

¹⁴⁵ Tradução: “Mesmo o escritor que aprimora ainda mais o individualismo sempre trabalha dentro de um determinado grupo social”.

¹⁴⁶ Tradução: “a elite é o primeiro conglomerado social em que um criador integra”.

todos os *obstáculos próprios do acanhado meio em que vivemos*¹⁴⁷, por essa razão, “tem sabido manter o seu jornalzinho numa *esfera de simpatia sempre crescente*”¹⁴⁸. Além disso, a vinculação desses escritores a agremiações (“Bando Literário Romeiros do Futuro”, “Arcádia dos Novos”, “Cenáculo das Letras Piauiense”), ou mesmo à fundação da Academia Piauiense de Letras, é um forte índice dessa característica, sendo, nesse sentido, o inverso do que se opera no campo de produção erudita, propriamente dito.

Ao mesmo tempo, custa a surgir no Piauí, de maneira efetiva, a figura do crítico literário, e a razão não era outra: se a sua função, como leitor profissional, era levar avaliações a um público alfabetizado, mas não inserido no diálogo polido e intelectualizado das elites, o que esperar de sua atuação em um estado cuja maioria de habitantes era constituída por analfabetos? Que papel teria esse personagem senão o de atribuir juízo a produtos que não fossem produzidos e recebidos por seus próprios pares?¹⁴⁹ Não é nenhuma novidade que um público real de leitores no Brasil só surgiria depois dos anos de 1930, tempo este em que a produção do livro, pelo menos no eixo centro-sul, conquistou mercado. A propósito, é esse outro argumento que reforça a razão de as letras no Piauí não terem sido objeto para profissionalização dos escritores que residiam no estado e colaboravam com a imprensa. Auferir lucros com o periodismo piauiense não advinha de uma atuação propriamente literária, antes se relacionava ao partidarismo político ou aos ganhos comerciais, que elegiam os bastiões intelectuais de combate para o digladio nas páginas dos jornais; ou quando, por ventura, e a serviço indireto do mesmo vezo político, um ou outro intelectual assumia a chefia de uma folha e fazia dela um ganha-pão.

Essa era uma realidade constante entre os literatos inscritos no circuito de Teresina; os de Parnaíba, por sua vez, estavam ligados, de alguma forma, ao mecenato comercial, que mantinha, por meio de anúncios publicitários, a atuação dos intelectuais na imprensa, já que tornava possível a existência de jornais e revistas. Nesse caso, por trás do apoio havia o interesse corporativo de levantar bandeiras de combate a políticas de melhoria na infraestrutura do norte piauiense que estavam ligadas diretamente ao desenvolvimento comercial.

¹⁴⁷ “Avante?”, *O Arrebol*, ano 9, n. 28, 24 jan. 1923, p. 2, grifo nosso.

¹⁴⁸ Idem. Ao tomar posse na Academia Piauiense de Letras, em 13 de outubro de 1921, Armando Madeira Brandão, advindo do circuito literário parnaibano, também confirma o indiferentismo do público do estado no que se refere aos produtos simbólicos, ao reconhecer a diferença do Piauí em relação a “outros Estado do Brasil, alguns mais bem aquinhoados nos proventos da civilização” (BRANDÃO, 1924, p. 62-62).

¹⁴⁹ Esse papel duplo da crítica é citado por Fischer (2009, p. 59): “A crítica se dirige ao público leitor, como um esforço de esclarecimento (não pedagógico, não diretivo, de preferência), mas também ao artista criticado, ao escritor enfocado, como uma forma de avaliação, de mensuração da realização concreta daquele objeto artístico ou cultural que está sendo criticado em relação aos parâmetros de excelência já praticados na área em questão, isto é, em relação à tradição em que aquele objeto se inscreve”.

A partir disso, já se podem analisar os diferentes tipos de valor que a literatura incorpora nesses espaços, e que exige lançar um olhar para a sua formação no Piauí, estruturada basicamente em dois circuitos literários distintos: cada um vinculado a estruturas de poder. No caso de Teresina, o poder era eminentemente político; no de Parnaíba, comercial – ambos com suas próprias lógicas de mercado que validavam a arte literária não apenas como produção comunicante de entretenimento, mas também como instrumento. Da leitura desse ponto é possível identificar, ainda, diferentes níveis no que se refere ao exercício nas letras: enquanto a produção de entretenimento possui um baixo grau de visibilidade, porque pautada na função expressiva da linguagem (simplesmente literária), a produção que faz das letras um instrumento possui um maior grau de visibilidade, porque, em alguma medida, representa projetos, anotações técnicas e viços ideológicos, daí a sua função estar relacionada ao ato conativo, deliberadamente retórico (no sentido produtivo da palavra). A esse nível pertencem as conferências (especialmente em manifestação declamatória) e as polêmicas literárias, que muito se aproximam do circuito que Italo Moriconi (2006) vai chamar de “crítico ou universitário”, não pelo viés da autoria *en soi*, mas pelas operações que se processam dentro de seu campo, em que a “consagração de uma obra ou carreira [...] depende em grande parte do apoio obtido junto a algum setor da crítica estabelecida” (MORICONI, 2006, p. 156). Evidente que a leitura desses níveis de produção pode sofrer variações de uma sociedade para outra, no caso da brasileira, e especialmente da piauiense na primeira metade do século XX, mas a sua aplicabilidade não encontra tantas dispersões que possam inviabilizar a análise nesses termos.

A observação desses circuitos com seus próprios *modi operandi*, dentro de uma estrutura maior que é a manifestação literária no Piauí, ajuda a compreender as estruturas que existiam por trás de cada polo. Não é por acaso que

O circuito é a estrutura de circulação dos textos. Trata-se de uma noção panorâmica, visando demarcar terrenos no plano histórico-situacional. Os circuitos determinam as molduras, os *frames* discursivos a partir dos quais se pode analisar mais de perto cada obra ou trajetória autoral em particular (MORICONI, 2006, p. 152).

Ora, se for levado em conta que o literário de um texto é, de fato, efeito do circuito em que está inserido um determinado autor, não se pode negligenciar que “O literário é

mais atributo do circuito que do texto. Nesse sentido, a noção de circuito assimila perspectivas da estética da recepção e da sociologia da literatura e da vida literária”¹⁵⁰.

A contrapelo de tudo isso, e procurando adotar uma postura menos ofensiva em relação aos embates políticos que surgiram no circuito teresinense, o crítico no Piauí parece surgir com a função de promover as letras piauienses não dentro do campo literário piauiense, mas para fora de seus limites, lançando discussões acerca do lugar da literatura de autores do Piauí na literatura nacional – e um primeiro índice está nos ensaios e nas críticas construídas a partir de nomes piauienses já celebrizados fora do campo de produção e cujas vidas literárias haviam conquistado outras praças como a do Rio de Janeiro, a República das Letras do Brasil, como Félix Pacheco, Da Costa e Silva, Amélia de Freitas Beviláqua, Francisco Gil Castelo Branco e Berilo Neves.

3.2 A configuração dos circuitos literários piauienses

É possível interpretar a formação intelectual e cultural piauiense a partir de polos, cujas constituições permitiram o surgimento de circuitos literários ou mesmo culturais distintos. No caso aqui em específico, olha-se para a cidade de Parnaíba e para a capital Teresina, nas três primeiras décadas do século XX, período que se apresenta como mais nítido quanto a essa questão. A primeira, localizada ao norte; a segunda, ao centro-norte.

A identificação dessas duas cidades como núcleos dos circuitos se deve tanto por suas formações políticas quanto sociais e econômicas, concentrando em seus espaços, ao longo dos anos investigados, atividades intelectuais nas letras por meio, em especial, da imprensa, bem como por sua relativa vida literária em espaços públicos e privados, resultado, ainda, da convergência de escritores de outras regiões e cidades circunvizinhas, atraídos por condições específicas que cada campo oferecia. Em termos geográficos, é ainda válido entender a configuração literária piauiense desse momento a partir de uma estrutura antitética, o litoral e o interior. Teresina, ao centro-norte e no interior, por sediar os três poderes; Parnaíba, ao norte e no litoral, por ser o empório mercantil piauiense pelo menos desde o século XVIII, que experimentou ao longo de sua história dois distintos ciclos econômicos: um relacionado à comercialização do charque e outro impulsionado, sobretudo, pela cera de carnaúba, que fez a fortuna de muitos donos de empresas na primeira metade do século XX e atraiu, como em nenhum outro recorte histórico, jovens de diversos estados do Nordeste, cujas ambições estavam ligadas aos ganhos com a vida no

¹⁵⁰ Idem.

comércio. Renato Castelo Branco (1981, p. 27), ao analisar esses momentos distintos, observa a existência de dois importantes sobrados como símbolos de cada época:

A Casa Inglesa dos Castelo Branco Clark e a Casa-grande dos Dias da Silva representam [...] duas épocas diferentes da história de Parnaíba. A Casa-grande, como centro de um império agropastoril, cujo chefe encarnava incontestável poder político. A Casa Inglesa, como centro comercial e exportador, cujos filhos se distinguiram na diplomacia, na ciência, na vida empresarial.

O certo é que, dos dois períodos, o segundo foi o que mais atraiu jovens para a cidade. E foi nessa leva migratória que o Piauí, mais especificamente Teresina, incorporou intelectuais que fizeram desse espaço, antes unicamente político, um polo literário, cuja sociedade facilmente vivenciou ao longo das três primeiras décadas do século XX certa organização nos sistemas escolar, político e cultural, além de uma vida literária em cafés, clubes e grêmios estudantis literários. O mesmo ocorre a Parnaíba, porém com uma vida literária mais tardia, absorvida que estava nos ganhos comerciais. A sua não vinculação direta com o jogo político, operado na capital, permitiu, no entanto, o aparecimento de uma conjuntura literária distinta, onde os intelectuais não reproduziam os ditames ou mesmo a velha estrutura das elites agropastoris, que desde o século XIX operacionalizava interesses em Teresina. Essas circunstâncias, resultantes de localização espacial comum a várias cidades brasileiras, levaram a formações específicas:

Os principais centros urbanos pontilham o território brasileiro predominantemente nas imediações do mar e funcionam, relativamente ao resto do país, como ‘nós culturais’, pontos de condensação, de irradiação e de difusão de novos padrões de comportamento e de outro tipo de vida (FERNANDES, 1979, p. 123).

A migração de jovens que se viram atraídos por esses pontos rentáveis e culturais, importante salientar, é um dos aspectos que diferencia o circuito parnaibano do teresinense, já que o seu “núcleo duro” é constituído por intelectuais e escritores tanto empregados de firmas comerciais, geralmente sem vinculação parental com os empresários, como por comerciantes médios, e até mesmo jornalistas amadores, que também tinham nas letras um exercício criativo¹⁵¹. Teresina, por sua vez, concentrava uma pequena burguesia formada por uma elite de homens de formação superior dependente da máquina administrativa pública, que empregava em suas repartições, em nível mais próximo, tanto

¹⁵¹ **Apêndice I:** Escritores inscritos no circuito literário do norte piauiense (1900-1930).

pais quanto filhos; e em nível secundário, colegas, amigos, agregados familiares e primos distantes.

Essa configuração social não deixou de se refletir em instituições de fomento cultural. Um dos fortes índices, característico desse circuito, é a Academia Piauiense de Letras. Dos dez fundadores, seis eram parentes: Hígino Cunha e Edison Cunha, pai e filho; Clodoaldo Freitas e Lucídio Freitas, pai e filho; Celso Pinheiro e João Pinheiro, irmãos; Jônatas Batista, neto de Davi Moreira Caldas (um dos mais importantes jornalistas piauienses do século XIX), era genro de Hígino Cunha, casado com Durcila Cunha, desde 1907; mais tarde, o poeta Zito Batista, irmão mais novo de Jônatas Batista, entraria para o time dos acadêmicos, ocupando a cadeira de número 16. Algo parecido ocorre a Alarico da Cunha, proveniente do circuito literário parnaibano, que também ingressa na Academia: era ele primo de Edison Cunha e sobrinho de Hígino Cunha. Com a morte do primeiro ocupante da cadeira 8, Antônio Chaves, quem assume é Breno Pinheiro, irmão dos fundadores João e Celso Pinheiro.

Não se quer dizer aqui que o circuito literário teresinense se constituía apenas por meio de vínculos parentais, cujas raízes estavam fincadas nas relações estabelecidas com o poder político. Todavia não se pode omitir que parte dos intelectuais que se vinculava ao circuito de Teresina, direta e indiretamente, vinda de localidades do sudeste e sudoeste piauiense, também advinha de uma elite política agropastoril que, por uma ou outra razão, em um ou em outro tempo, manteve ou mantivera vínculos com o estado. Não era essa, porém, uma regra; há exemplos de escritores, alguns de reconhecimento nacional, que migraram por tempo abreviado para a capital do Piauí e fizeram nome, *a posteriori*, nas letras brasileiras ao se transferirem, por exemplo, à República das Letras do Brasil, como é o caso de Da Costa e Silva. O mesmo, porém, não se pode afirmar do poeta Félix Pacheco, outro migrante, o qual contou com a forte influência de seu pai, Gabriel Luís Ferreira, político de carreira que no século XIX foi deputado federal e governador do Piauí.

Um circuito literário, como aqui se entende, apesar de compor um sistema fechado de produção, circulação e recepção, admitindo certa autonomia, é formado por um núcleo e suas respectivas adjacências (cidades, vilas, povoados etc.) que, embora não se integrem diretamente àquele, coparticipam de sua constituição ao estabelecer vínculos permanentes e/ou fluxos intercambiais, especialmente nas esferas da cultura. Nesse caso, a medição da intensidade de um envolvimento intelectual pode ser sondada pelo conjunto de rastros de sua própria atividade, difundida pelos aparelhos promotores de arte e instrução do circuito. Isso porque, em contato com o centro, os migrantes advindos das localidades

circunvizinhas rapidamente se integram à vida literária do circuito específico, incorporando tanto os projetos estéticos como ideológicos do grupo dominante a tal ponto que se tornam, em convergência, parte da própria formação literária do espaço, síntese de suas participações na vida social e espiritual do núcleo em questão. As duas condições anteriores, portanto, sobrepõem-se ao registro de nascimento, que não deve ser tomado como condição *sui generis* para a constituição da literatura de um local específico, como estabelecera Antonio Candido (2010), salvo o registro que fundamenta a ideia de tradição, como ocorrera aos escritores deslocados.

Os migrantes podem ser fixos ou flutuantes, e neste caso, atuam como agentes de intercomunicação entre circuitos distintos, papel desempenhado ainda pelos produtos deles advindos que alcançam audiência muito além de seus limites. Esses não devem ser tomados a partir da geografia de um mapa político, mas intelectual, como diferenciava Valéry Larbaud, cujas fronteiras eram mais estáveis que o primeiro e, no caso do Piauí, seus fluxos nem sempre obedecem ao desenho das mesorregiões. Há claros exemplos de intelectuais que migraram de um circuito a outro¹⁵², bem como de órgãos literários que mantiveram fluxo de correspondência entre editores responsáveis por suas distribuições em um ou outro circuito, agindo mesmo como representantes de determinadas marcas. É o caso do poeta Herculano Santos, maranhense que atuou como correspondente telegráfico em São Luís de jornais piauienses, e mantinha constante troca de artigos e comunicação com outros escritores provenientes dos circuitos nortista¹⁵³ e centro-nortista¹⁵⁴ do Piauí. Aliás, era esse escritor um dos que abria espaço, nas páginas ludovicenses, aos literatos piauienses, fazendo-os conhecidos em títulos como o *Diário de São Luís*.

Herculano Santos, até onde se sabe, nem sempre atuou como correspondente. Antes de emigrar para o Maranhão, participou da vida literária parnaibana. Correspondência de 1924, que o poeta Oliveira e Ferres enviara àquele escritor, dá conta da experiência deste no norte do Piauí, bem como seu envolvimento com a classe do proletariado, talvez a mais organizada do Piauí¹⁵⁵, mantenedora de associações e veículos de imprensa:

¹⁵² Alguns exemplos estão em Davi Moreira Caldas, originário do circuito teresinense, que no final do século XIX, devido a ocupações de ofício, se transfere para Parnaíba, bem como João Pinheiro, este por afazeres de ordem comercial. Já no século seguinte, estarão os dois de volta a Teresina.

¹⁵³ P. ex. Benú da Cunha e Oliveira e Ferres.

¹⁵⁴ P. ex. Antônio Prado de Moura e Antônio Neves de Melo.

¹⁵⁵ Associação Comercial de Parnaíba, fundada em 24 de dezembro de 1917; União Caixeiral, fundada em 28 de abril de 1918; Centro Operário Beneficente Parnaibano, fundado em 7 de setembro de 1927.

Em Parnaíba, congregados pelo mesmo sentimento [do longo convívio intelectual das grandes cidades, alheio à cultura dos que trabalham protegidos pela beleza da Arte], vencendo as vicissitudes que se nos deparavam a cada passo, lutando por uma causa patriótica – qual a de manter a tradição de maranhenses que somos, vi que no meio daquela azafama de trabalhos, buscavas, nas tuas aspirações de moço, o viso ideal para receber as emanações cristalizadas do teu talento (FERRES, 1924, p. 2).

Logo, o pertencimento a um circuito em específico não implica tão somente uma vinculação espacial, mas, também, ideológica, ou ainda por identificação íntima. Isso explica a manutenção de princípios, lutas ou mesmo formações de vária ordem, mesmo seus agentes estando afastados. É também esse o caso de Armando Madeira Brandão, poeta parnaibano que iniciou a carreira profissional no comércio, como caixeiro, *a posteriori* formando-se em Direito no Ceará, em 1907, e, de volta ao estado, convidado a ocupar a cadeira de número 28 da Academia Piauiense de Letras, diante de tantos intelectuais ligados tão somente ao funcionalismo ou às profissões liberais, ter se identificado não como bacharel, como era praxe nos discursos de posse do sodalício, mas comerciante, sendo a carreira de advogado um “incidente”: “A recepção de um comerciante nesta Academia de Letras é de certo, o fato mais extraordinário da história das academias” (BRANDÃO, 1924, p. 62), e afirmando-se mais um “homem prático”, porque ligado aos ofícios de capital, conclui em tom de assertiva: “creio que serei sempre entre vós um estranho”, afinal, “não é da índole das sociedades literárias o estudo das coisas prosaicas, o convívio dos algarismos, a aridez dos quadros estatísticos, a insipidez dos documentos mercantis”¹⁵⁶. Esse acento de diferenciação entre o escritor do circuito parnaibano e o do circuito teresinense é também confirmado por Cristino Castelo Branco, que, aproveitando o termo empregado por seu confrade, antepõe o tipo “prático” ao “de espírito”, este representante dos “homens de pensamento, mesmo os provincianos, e de estatura menor, como nós outros, longe daqueles cimos da intelectualidade indígenas [que] quase nunca se entregam à vida do comércio” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 73).

Armando Madeira e Alarico, portanto, ao ingressarem na Academia, e denunciarem esse espírito, encarnam o perfil do circuito literário nortista, onde a literatura é tomada não como um fim ou como instrumento de cooptação, mas mais próxima ao entretenimento e ferramenta de denúncia em favor da classe comercial. Não que os escritores inseridos nesse espaço não fossem também cooptados pelas instâncias do poder econômico, mas há de ser

¹⁵⁶ Idem, p. 64. Ao tomar posse da cadeira 28 da Academia Piauiense de Letras, Armando Madeira Brandão era uma das figuras mais insignes do comércio parnaibano, representando a classe mercantil como presidente da Associação Comercial de Parnaíba, então uma das instituições capitalistas mais importantes do estado, reunindo alguns dos mais ricos empresários do Piauí.

levada em consideração a graduação dessa empresa, que nos dois circuitos é muito distinta e em geral sem grandes antagonismos ou correntes críticas em disputa dentro do mesmo espaço, como era a prática no circuito literário centro-nortista. Em geral, os escritores concentrados em Parnaíba comungavam dos mesmos ideais e entendiam suas lutas como campanhas cívicas – o que não deixava de ser um ideal nacionalista.

Ao se admitir Parnaíba como centro do circuito literário do norte do Piauí, observam-se ainda as suas relações produtivas com outras cidades próximas, inclusive de outros estados, como Viçosa¹⁵⁷, no Ceará, São Bernardo, no Maranhão, e a então vila de Amarração, no extremo norte do estado. Isso explica a integração de intelectuais dessas localidades em periódicos parnaibanos, como o *Nortista*, a exemplo do político e poeta João Vieira Pinto. A história desse escritor, a propósito, se confunde às lutas cívicas e comerciais que se deram ao longo do século XX na cidade, e que absorviam parte dos homens de letras que estavam inclusos naquele circuito de ideias e de motivações econômicas, a citar R. Petit¹⁵⁸ e, o já referido, Herculano Santos, que difundia os ideais em periódicos maranhenses: de 1923 a 1924, por exemplo, assinou no *Diário de São Luís* um conjunto de textos sob o título “Palestras operárias”, chegando a discorrer na coluna de algumas dessas questões, sendo uma delas a construção do porto marítimo.

A atuação de João Vieira Pinto¹⁵⁹, por sua vez, é facilmente analisada ao longo das páginas de imprensa que saíam de Parnaíba e percorriam diferentes caminhos do espaço piauiense, principalmente até a metade do século XX. Os posicionamentos e labutas desse autor, hoje, são encontrados em vários jornais, nas edições do *Almanaque da Parnaíba*, bem como no *Livro do Centenário de Parnaíba* (1945), cujo ensaio “O esforço parnaibano na campanha Pró-Porto de Luiz Correia” remete a um desses pontos fundamentais de suas ideias, bem como à integração dos diferentes espaços em torno de um mesmo objetivo. Mais tarde, principalmente nos anos de 1920, outros intelectuais do extremo norte se integram ao circuito de letras de Parnaíba, como os sonetistas J. Dutra e Baltazar Mavignier, ambos colaboradores do *Almanaque da Parnaíba*.

Em uma análise meramente econômica, é possível admitir que o fato de Parnaíba ter experimentado dois ciclos econômicos profícuos e se mantido como cidade tipicamente comercial acabou criando condições privilegiadas à sua própria formação como cidade, e,

¹⁵⁷ Apesar da estrada carroçável que liga Parnaíba e Viçosa ter sido inaugurada somente em 21 de abril de 1928 (“Inauguração da estrada Parnaíba-Viçosa”, *O Ceará*, ano 3, n. 864, 27 abr. 1928, p. 4), a relação entre as duas cidades, pelo o que compete o fluxo de intelectuais, já era uma constante. De Viçosa, por exemplo, dois poetas fixaram residência em Parnaíba: Lívio Pacheco e Francisco Aires.

¹⁵⁸ **Apêndice J:** Produções de R. Petit em periódicos parnaibanos (1910-1930).

¹⁵⁹ **Apêndice K:** Produções de João Vieira Pinto em periódicos brasileiros (1901-1929).

embora tardiamente, seu conseqüente fluxo de trocas simbólicas com outras regiões do estado e regiões circunvizinhas. Isso se deu porque

A primitiva indústria do charque, a navegação, o apogeu na exploração, industrialização e a exportação da cera de carnaúba foram capazes de produzir uma riqueza que, ali instalada, colocava a cidade de Parnaíba de portas abertas para o mundo, criando uma sociedade onde os contatos com pessoas de outras regiões do país e até do estrangeiro vai permitir surgir uma cidade com um sentido de autonomia extremamente elevado, liberta do isolacionismo que o sertão impunha ao restante da Província (MENDES, 2001, p. 12).

Esse isolacionismo do restante da Província é confirmado por Felipe Mendes, em ensaio sobre a formação econômica do Piauí, onde destaca a situação em prisma ainda mais ampliado: “Junto com as fazendas, instalou-se no Piauí uma civilização rural, marcada pelo isolamento físico, político, econômico e cultural” (MENDES, 1995, p. 60)¹⁶⁰. Foi esse aspecto, ainda, que fez com que, contrariando a elite rural, Oeiras deixasse de ser a capital do Piauí em 1852¹⁶¹, fundando-se Teresina às margens do rio Parnaíba, a nova sede do governo, capaz de integrar as principais regiões da província pela via fluvial¹⁶²:

A mudança da capital tinha como objetivo possibilitar o crescimento econômico, a prosperidade financeira e a modernidade política de toda região. A transferência fazia parte da estratégia criada para estabelecer um eixo espacial que ligasse a Província de norte a sul, tendo como diretriz a via de transporte natural – o rio Parnaíba – e Parnaíba como porto de escoamento para o oceano de suas atividades produtoras (REGO, 2013, p. 53).

Isso, porém, não mudava de pronto a realidade que ainda experimentava o Piauí: elevada à categoria de cidade em 1844, “Parnaíba nascera sob o mercantilismo e já ingressava no capitalismo, o restante do Piauí permanecia sob o regime feudal e

¹⁶⁰ Esse aspecto é também descrito pelo romancista oeirense O. G. Rego de Carvalho, em *Como e por que me fiz escritor*, que comenta ser Oeiras, a primeira capital do estado, rodeada por morros e que a circunstância de isolamento acabou incidindo, até os anos de 1930 e 1940, em costumes patriarcais: “os casamentos eram feitos em família, intrafamiliares. [...] Não fiquem vocês pensando que os primos se casavam com as primas porque gostassem mais das primas do que das outras, mas havia como que uma imposição patriarcal nesse sentido, para conservar os bens da família, para que esses bens da família se mantivessem dentro da própria família, não se dispersassem” (CARVALHO, 2014, p. 20).

¹⁶¹ Como comenta Junia Napoleão Rego (2013, p. 52): “A situação geográfica de Oeiras comprometia de forma significativa a realização da função de coordenação e administração dos interesses das demais vilas e povoados do Piauí, bem como do desenvolvimento geral da Província. Oeiras possuía modestas instalações, não contava com prédios próprios para o estabelecimento de repartições públicas, e faltavam até mesmo órgãos indispensáveis”.

¹⁶² Joaquim Nogueira Paranaguá, em *Do Rio de Janeiro ao Piauí, pelo interior do país* (1905, p. 204) comenta que “Os motivos que o levaram [José Antônio Saraiva] a transferir a capital da cidade de Oeiras, à margem do riacho da Mocha, para o local em que se acha, foram: falta de água e dificuldades de comunicação com o governo central”.

patrimonialista, submetido ao patriarcado dos latifundiários ou aos seus representantes, a burocracia estatal”¹⁶³.

Essa configuração piauiense legou diferentes formações culturais: em síntese espacial é possível enxergar que do sudoeste ao centro-norte (Teresina sendo o seu limite), as localidades se mantiveram, em alguma medida, sob o regime “feudalista”. Ao norte, especialmente a sua porção extrema, as sociedades nela inseridas vivenciavam algum surto mercantilista. Por essa razão, em Parnaíba os intelectuais se viam atraídos pela iniciativa privada e raramente dispensavam energia criativa a partidarismos políticos, como ocorria na capital. O próprio surgimento da imprensa, bem como a cronologia dos jornais que foram fundados em seu espaço ajuda a confirmar esse fato: a começar pela primeira folha criada, *Eco Parnaibano* (1863), com forte tendência comercial; a seguir, uma série que pelo título denuncia o programa de suas existências no século XIX: *O Comércio da Parnaíba* (1864), *O Comercial* (1889), 1ª fase, *O Comercial* (1899), 2ª fase, fora outros que admitiam o caráter noticioso e comercial, como *O Parnaibano* (1880) e *A Parnaíba* (1898). Essa tendência será mantida ao longo do século XX¹⁶⁴.

Na capital, porém, o caminho era diferente, quase sempre ligado às esferas da política estadual, que apadrinhavam os escritores em suas repartições – é o que se pode ver, por exemplo, no exercício da imprensa, que “manteve-se durante as três primeiras décadas do século XX, dependente financeiramente de verbas governamentais ou de partidos políticos”¹⁶⁵ (MAGALHÃES, 2016, p. 48). Seguiu Teresina, sede administrativa, a mesma tendência que configurava o exercício intelectual nos grandes núcleos ou capitais federais em face dos graus de entendimento ou mesmo envolvimento com os ciclos de poder, especialmente políticos, daí porque entende Sergio Miceli não haver no Brasil, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político:

o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas modalidades, vão depender quase que por completo das instituições

¹⁶³ Idem, p. 74.

¹⁶⁴ **Apêndice L:** Cronologia de fundação dos periódicos parnaibanos (1863-1930).

¹⁶⁵ A esse respeito, Socorro Magalhães toma a experiência de Teresina como uma regra para a “imprensa piauiense”, fato que, como se pode depreender, não funciona para Parnaíba, o polo econômico do estado, em que a imprensa, desde o seu nascedouro, e em quase toda a primeira metade do século XX, dependeu não da política, mas das verbas que advinham do comércio, por meio de anúncios publicitários ou mesmo associações congêneres e, até, comerciantes que imprimiam, às suas expensas, seus órgãos de divulgação, geralmente *house organs*. Esse olhar metonímico da crítica pode ser interpretado, em acordo com Luís Augusto Fischer (2015, p. 61), como próprio de uma postura *urbanofílica* que assola as histórias de literatura, “que operam no primeiro termo, a cidade grande, o Centro, ficando o restante relegado à condição de [...] regionalismo, quer dizer, de coisa considerada liminarmente como menor, de alcance acanhado, sem percepção de totalidade”.

e dos grupos que exercem o trabalho de dominação (MICELI, 2001, p. 17).

Note-se que a citação de Miceli serve de indicativo a uma estrutura de dominação a que não estavam excluídos os intelectuais relacionados ao circuito parnaibano, já que seus vínculos com o poder político, embora não se estabelecessem de forma direta, eram firmados indiretamente, a partir de uma elite comercial que, em alguma medida, disputava com os mandatários da máquina governamental certo regime de políticas favoráveis aos seus próprios interesses e, por essa razão, representava, sim, uma espécie de poder paralelo ao político, o econômico. Esse tipo de vínculo entre escritores e estruturas de dominação é entendido por Ángel Rama como um fenômeno que, na América Latina, não estava relacionado tão somente ao exercício literário, mas também a todas as atividades artísticas e, por condições históricas e econômicas, ganhava contornos mais amplos e rigorosos, representando “casi ley cultural del continente, la cual [...] nadie (salvo esas poquísimas excepciones que no afectan el cuadro general) vive de su trabajo creador, y que, cuando ello a ocurrir, es en general luego de cumplida toda una carrera”¹⁶⁶ (RAMA, 1972, p. 10).

As vinculações diretas e indiretas desses dois circuitos com tais estruturas também ajudam a explicar a razão das cidades de Parnaíba e Teresina serem seus núcleos: afinal, eram elas (como “centros urbanos”) que ofereciam oportunidades e alguma estabilidade financeira aos escritores e, em medida variada, difusão de ideias por meio de uma imprensa cada vez mais comum em seus cotidianos. Além disso, são ainda fortes índices de que o exercício literário não era operado de maneira autônoma e, conseqüentemente, estava disposto a certas limitações dentro do campo literário piauiense, fato que se torna mais evidente quando o estado ainda não dispunha de estruturas básicas que viabilizassem essa autonomia, como casas editoras, agentes literários e um público consumidor considerável.

Um parêntese aqui, porém, merece ser aberto para explicar uma característica peculiar aos circuitos, que contrasta com essa lógica não autônoma: a constituição de agremiações literárias, que respondem em cada circuito como instâncias de consagração, condição necessária, segundo Bourdieu, ao processo de autonomia – e que poderia ser o indicativo mínimo da progressiva reestruturação do campo a essa tendência. Observa-se, no entanto, que tais instâncias ocupam funções distintas em cada espaço: no teresinense, as principais estão vinculadas às estruturas do poder político – e para essa constatação basta

¹⁶⁶ Tradução: “lei quase cultural do continente, que ninguém (exceto [...] as poucas exceções que não afetam o quadro geral) vive de seu trabalho criativo e que, quando isso acontece, geralmente é após cumprida toda uma carreira”.

notar os vínculos diretos e indiretos dos membros da Academia Piauiense de Letras em cargos públicos comissionados, do ano de sua fundação ao fim do recorte aqui estudado.

Um segundo ponto seriam os editores de folhas periódicas, que respondem pela publicação de parte considerável dos trabalhos literários quando não havia meios de produção de livros propriamente ditos. No Piauí, esses agentes mediadores entre a produção e o público, devido às circunstâncias a que estavam inscritos, principalmente de ordem financeira, não possibilitavam que o trabalho com as letras se realizasse de forma profissional, senão de maneira amadorística e em regime de colaboração. Os trabalhos relacionados à folha estavam subordinados, por um lado, e indiretamente, à pasta administrativa de algum órgão público; por outro, quando o ganho pecuniário advinha diretamente dessas folhas, se devia tão somente porque os escritores admitiam o papel de editores, fundando órgãos às vezes literários, às vezes mistos (entre noticiosos, humorísticos e políticos). No primeiro caso, é o que se analisa a partir da cronologia da imprensa piauiense, suas existências eram efêmeras, apontando para a fraca recepção¹⁶⁷.

É claro que o problema da autonomia é polêmico, envolvendo teses que reconhecem o processo como resultado da própria imaginação do artista e não de um deslocamento da arte de sua relação com as estruturas sociais. Pensa-se o termo como Peter Bürger (2008), ou seja, como um conceito descritivo, indicativo de uma cristalização do subsistema social arte. Assim, as vinculações dos escritores com os campos de poder (político, econômico e até mesmo religioso) demonstra que o produto estético, criativamente elaborado, resulta de uma filtragem, servindo muitas vezes como instrumento de propagação de ideologias; configuração esta ligada a fatores extraestéticos. Nesse caso, a ideologia de grupos age como fio condutor da produção, podendo, inclusive, ser o seu fundamento, não no sentido de o literato produzir por demanda “para um” *cliente*, como refere Arnold Hauser (1951) quanto a certo período transicional – e que culmina no “coleccionador de arte” –, mas, no caso aqui analisado, “por um” viés partidário. A produção, logicamente, adquire uma característica instrumental ao invés de particular (desprovida de finalidades como quer a estética kantiana) – e um forte índice dessa asserção reside no interesse do público (a quem se dirige e aquele que se defende) não estar vinculado a técnicas de composição, mas tão simplesmente às construções lógico-discursivas, sintetizadoras de ideias e argumentos persuasivos; em suma, produtos retóricos.

¹⁶⁷ **Apêndice M:** Cronologia de fundação dos periódicos piauienses (1832-1930).

Dessa forma, se na porção litorânea era o poder econômico de uma elite mercantil que exercia, até certo ponto, influência sobre o exercício literário – que por suas lutas comerciais devia se engajar – no centro-norte, além do poder político exercido pela máquina do estado que abrigava grande parte dos escritores, havia ainda um terceiro poder, representado pela Diocese piauiense, detentora de um dos órgãos de imprensa mais radicais do período, com abertura ao literário e, principalmente, à polêmica, *O Apóstolo*, que exerceu pressão contra os intelectuais piauienses ou a eles ligados pelo espaço, em geral aos que estabeleciam vínculos com a maçonaria, daí a sua luta pela manutenção dos ditames de ordem e regulamentação social.

Autonomia, portanto, não parece ser o conceito ideal para se analisar a atividade literária operante no Piauí das três primeiras décadas do século XX, sendo, talvez, mais produtivo pensar na ideia dicotômica de graus de liberdade de produção e de sujeição estrutural, que, no caso dos circuitos aqui em análise, variam. Se, por um lado, esses intelectuais tomavam as regras de seus predecessores como ponto de partida para suas construções, não instando a ruptura por estarem configurados como um campo de reprodução erudita, por outro, é observável que parte desses mesmos sujeitos, ligada ao circuito teresinense, não possuía a mesma liberdade produtiva parnaibana. Mantinha-se de alguma maneira vinculada às guerras ideológicas da política, acentuadas na segunda metade do século XIX, e ainda com resquícios no século XX, em que “A virulência prepondera sobre o debate público” (RÊGO, 2001, p. 78) – contendas que, inclusive, geravam inimizades entre famílias ou mesmo grupos partidários. Porque a estrutura varia de circuito para circuito, a intriga política não parece se reproduzir entre os intelectuais que estavam inscritos em Parnaíba, que, no recorte histórico da pesquisa, em geral se uniam em torno de um ideal mercantil ou sob a rubrica de “lutas cívicas” ou do “progresso” – este último muito próximo à concepção realista queirosiana.

Não se quer dizer aqui que, nesse espaço, não tenham existido contendas “virulentas”. Todavia, antes do partidarismo, elas eram de outra ordem: “As profundas inimizades que eu conheço em Parnaíba, entre famílias dali, não são de ordem política. Têm causas outras, raízes diversas, que não os motivos de ordem apenas partidária” (CORREIA, 1912, p. 1), revelou o colunista e poeta Luiz Antônio de Moraes Correia, no artigo “Parnaíba”, publicado no jornal *Diário do Piauí*, de 20 de novembro de 1912. Essa fala é uma das mais balizadas para a constatação da ideia, visto que a família Correia mantivera tradicionalmente vínculos com a política nessa porção do estado, a começar com Francisco Severiano de Moraes Correia Filho, Jonas de Moraes Correia e Constantino

Correia (seus irmãos), que foram intendentess nas duas primeiras décadas do século XX, alguns dos quais conhecidos *coronéis* na história da cidade. Mais ainda, o próprio Luiz Antônio de Moraes Correia, também *coronel*, exerceu essa função pública por longos sete anos, no período de 1º de janeiro de 1905 a 31 de dezembro de 1912, quando então migrou para o circuito de Teresina, a convite do governo do estado (governador Antonino Freire) para exercer o cargo comissionado de chefe de polícia (“secretário de estado da polícia”).

Soma-se a esse discurso o relato de Renato Castelo Branco, no livro *Tomei um Ita no norte* (1981). Dando conta das brigas entre famílias que ali existiam nos anos de 1920, o escritor comenta a rivalidade entre os Castelo Branco (liderados por Epaminondas Castelo Branco) com os Veras (liderados por Nestor Gomes Veras), bem como entre os Pires Ferreira e os Correia, cuja intriga chegava a episódios caricatos:

Do lado de minha família materna, os Pires Ferreira, a grande rivalidade era com os Correia. A tal ponto que, segundo a tradição, os Pires não usavam correias em suas casas, nem mesmo nas máquinas de costura. E os Correia não usavam pires, colocando as xícaras em pratos de sobremesa (CASTELO BRANCO, 1981, p. 58).

Humberto de Campos, em crônica publicada no *Diário Carioca*, de 24 de junho de 1934, também informa que a família Correia, nos primeiros anos do século XX, era rival da família Veras: “família Correia, inimiga tradicional da família Veras, isto é, dos meus tios, e de todos os seus parentes e aderentes” (CAMPOS, 1934, p. 6), e detalha as consequências da intriga: “Quando um Correia andava pela rua, ao chegar em frente à casa de um Veras descia a calçada e passava para o lado oposto. E nunca houve um Veras, que mesmo pela madrugada, com a cidade deserta, pisasse a pedra da calçada de um Correia”¹⁶⁸.

É notável, a partir dos discursos expressos anteriormente, que nesse circuito as intrigas encontravam fundamento, não em problemas de ordem filosófica ou política, como era em Teresina, mas estavam arraigadas a uma estrutura tradicional de disputa comercial de famílias, e que, em geral, não alcançavam a esfera pública da imprensa. Esse fato só se modificará nos anos de 1950, quando as famílias de Parnaíba disputarão espaços políticos e, por essa razão, as páginas de imprensa servirão de palco às suas contendas, a exemplo do que ocorreria, em 1958, entre Mendonça Clark (então candidato ao Senado Federal) e José de Moraes Correia; aquele utilizando como arma de combate o jornal *O Dia*, este, o *Estado do Piauí*, ambos periódicos de Teresina, índice de que a discussão extravasava os limites do próprio circuito nortista.

¹⁶⁸ Idem.

No período em estudo, no Piauí (isso se diz, Teresina), situar-se politicamente tinha um mesmo propósito: defender, direta ou indiretamente, os interesses de uma elite agropastoril, comum à estrutura político-social da América Latina, pois “os partidos colocam-se, explicitamente, ao lado dos grandes proprietários de terra e criadores de gado, defendendo e legitimando suas prioridades” (RÊGO, 2001, p. 88). A circunstância é historicamente compreensível, porque “com a independência e a instalação do império, a província foi governada por oligarquias rurais que sobreviveram e se impuseram até o fim da República Velha” (MARCHI, 2015, p. 61). Pierre Bourdieu chama esse tipo de ocorrência de reflexo de uma “dominação estrutural” sobre os literatos, cujos vestígios podem ser identificados na imprensa, em que diretores ou mesmo proprietários dessas folhas respondiam, muitas vezes, como elos entre o homem de letras e o poder:

Os diretores de jornais, frequentadores assíduos de todos os salões, íntimos dos dirigentes políticos, são personagens aduladas, que ninguém ousa desafiar, especialmente entre os escritores e os artistas que sabem, que um artigo [publicado em um periódico de prestígio] cria uma reputação e abre um futuro (BOURDIEU, 1996, p. 69-70).

Daí porque Miceli interprete o caso brasileiro como afirmativo dessa tese, já que, antes dos anos de 1930, “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais” (MICELI, 2001, p. 17). Foi por observar o fato de ninguém desafiar os dirigentes de jornal, porque eram eles os censores e, de alguma maneira, detentores de uma instância de consagração, que Coelho Neto, em resposta ao inquérito de João do Rio inferiu que “quanto à literatura que publicamos nos jornais, lembra os livros impressos no tempo do Santo Ofício. Não têm o visto da Inquisição, mas têm o visto do redator-chefe” (NETO *apud* RIO, 1905, p. 61).

Esse tipo de escritor seria classificado por Sevcenko (1999, p. 91) como “escritores-cidadãos” que, “afastados do mundo político e das esferas de prestígio social, [...] não possuíam igualmente uma base material segura em que pudessem sustentar a sua pretendida independência”. Tal relação estrita do literato com o poder é identificada por João Cezar de Castro Rocha como parte de circunstâncias históricas brasileiras, pois “dada a exiguidade do público leitor e devido à instabilidade da esfera pública, o homem de letras somente pôde firmar-se à sombra do Estado” (ROCHA, 2000, p. 220).

No Piauí, talvez o maior exemplo dessa dependência resida na figura dos dois principais nomes da literatura de Teresina no período, Higinio Cunha e Clodoaldo Freitas.

Bacharéis, ambos só exerciam efetivamente profissões no ensino particular ou mesmo na advocacia quando estavam no ostracismo partidário. Nessa circunstância, em muitos casos, voltavam à tribuna da imprensa para atacar diretamente os projetos políticos de seus adversários, respondendo, quase sempre, como porta-vozes de determinada ideologia política opositiva¹⁶⁹, que antepunha, de um lado, conservadores, de outro, liberais. É o caso de Clodoaldo, demitido do Liceu Piauiense em 1885, depois do declínio do Partido Liberal a que estava vinculado¹⁷⁰, situação que durou alguns anos, fazendo-o transferir-se para o Amazonas, em 1894, onde conseguiu o cargo de Inspetor Escolar, em Lábrea (QUEIROZ, 2011). Em 1903, tenta ser deputado federal pelo Piauí, mas não consegue, e somente então é escalado para professor da Faculdade de Direito do Pará, pela influência de seu amigo e correligionário Heitor Castelo Branco, então residente em Belém. Como comenta Teresinha Queiroz (2011, p. 129, grifo nosso):

A vida profissional de Clodoaldo Freitas está marcada pela instabilidade e pela insegurança. Além disso, ela só se torna compreensível à luz de sua acidentada participação política desde o Império. Ao voltar formado do Recife, os liberais no poder, já estava nomeado Promotor Público da Comarca de Teresina. No ano seguinte foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Valença, de onde foi posteriormente transferido para Teresina para completar o quadriênio. [...] *De 1866 a 1888, sem vinculação com o setor público em vista do ostracismo liberal, estabelece banca de advogado* [...] até ser nomeado em 1888 para o lugar de Juiz Municipal do Termo de Santa Filomena, por interferência de Coelho de Resende e de João Henrique Vieira da Silva, que fora seu colega no Recife.

É o que ocorre também com o poeta Felton Castelo Branco, “Formado aos vinte anos, em maio de 1894, quando então se achavam em oposição na política do Estado, os principais elementos com que contava, aceitou a promotoria de Barreirinhas, no vizinho Estado do Maranhão”¹⁷¹.

A partir da análise de uma vida tão acidentada com relações de dependência de cargos políticos, quase sempre conseguidos por intermédio de amigos, fato que se repete com Higino Cunha, não custa depreender desse processo o perfil cordial – para tomar emprestada aqui a visada de Sérgio Buarque de Holanda – que assumiam os intelectuais com a classe política piauiense, em que “a escolha dos homens que irão exercer funções

¹⁶⁹ Compreendendo esse modo como parte do jogo intelectual, Norberto Bobbio (1997, p. 73) analisa esse tipo de polêmica com uma metáfora: “existem intelectuais que aconselham o príncipe e outros que aconselham o inimigo do príncipe (que poderá se tornar, o que não é dito, o príncipe futuro)”, isso porque “a tarefa do criador (ou manipulador) de ideias é a de persuadir ou dissuadir, de encorajar ou desencorajar, de exprimir juízos, de dar conselhos, de fazer propostas, de induzir as pessoas às quais se dirige a adquirirem uma opinião sobre as coisas” (BOBBIO, 1997, p. 82-83).

¹⁷⁰ Em 1911, a vinculação política de Clodoaldo Freitas será com o Partido Republicano Conservador.

¹⁷¹ “Página de luto”, *Almanaque da Parnaíba*, ano 3, n. 3, 1926, p. 27.

públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias” (HOLANDA, 1995, p. 146). Daí o surgimento de uma estrutura baseada na existência do “homem cordial”, cuja formação na sociedade é “caracterizada pela hipertrofia da esfera privada e pelo primado das relações pessoais” (ROCHA, 1998, p. 25).

Exemplo dessa hipertrofia encontra-se na proteção política que tanto Clodoaldo quanto Higino recebiam dos mandatários do poder. No caso do segundo, caindo nas graças de Taumaturgo de Azevedo, governador do Piauí no período de 1889 a 1890 e rival dos piauienses que constituíam o grupo de Recife, foi nomeado juiz municipal de Amarante e, posteriormente, Procurador Seccional da República. Com a queda deste, retorna para Teresina como juiz municipal e mais tarde, no governo de Coriolano de Carvalho e Silva, é nomeado juiz da Comarca de Amarante e, em 1895, chefe de polícia. Rompendo com esse governante, se retira para o Amazonas, aliando-se ao então governador Eduardo Ribeiro, defendendo-o na imprensa e, logo depois, por razões outras, retira-se para a oposição, redigindo o jornal oposicionista *Estado do Amazonas*. Em 1900, já em Teresina, é nomeado pelo governador Arlindo Nogueira, como Procurador dos Feitos da Fazenda Estadual, bem como professor do Liceu Piauiense, “atividades em que se ocupará até à aposentadoria em 1925” (QUEIROZ, 2011, p. 128).

A característica de atuar e combater por um tino político, transplantada por esses intelectuais “cordiais” para o Piauí, é fruto de suas experiências junto à Escola do Recife, marcada pelo caráter polemista e combativo. Dos entrevistados de João do Rio, Clóvis Beviláqua é o primeiro que cita *ipsis litteris* o nome de um piauiense que ele tinha entre os seus “excelentes amigos” nessa época e os quais o ajudavam a manter o “culto da literatura amena e da crítica literária” (BEVILÁQUA *apud* RIO, 1905, p. 107) em Recife. Falava, pois, de Clodoaldo Freitas. O segundo piauiense a entrar para as páginas da então *Gazeta de Notícias* é Anísio de Abreu, lembrado por Souza Bandeira como um dos membros dessa Escola nos idos de 1880 e 1884, ladeado por outras figuras de respaldo como Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Graça Aranha, Arthur Orlando e Virgílio Brígido. A esse grupo intelectual ainda estava ligado o piauiense Coelho Rodrigues, cuja memória, como professor, é lembrada por meio do embate que travara com o então aluno Sílvio Romero, quando, em 12 de março de 1875, este, em defesa de sua tese na Faculdade de Direito do Recife, teria insultado a banca avaliadora. Segundo Ventura (1991, p. 127), Romero tentou inviabilizar a argumentação de Coelho Rodrigues, seu examinador, “afirmando que o conhecimento da causa pelo efeito exigira a utilização do obsoleto método metafísico. Ante

a réplica do arguidor de que a lógica não excluía a metafísica”, o sergipano então teria treplicado:

- A metafísica não existe mais, Senhor Doutor, se não sabia, saiba.
- Não sabia, recruta este.
- Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta.
- Foi o senhor que a matou?, pergunta-lhe então o senhor Doutor Coelho Rodrigues.
- Foi o progresso, foi a civilização, respondeu-lhe o bacharel Sílvio Romero, que, ato contínuo, se ergue, toma dos livros, que estavam sobre a mesa, e diz: – Não estou para aturar esta corja de ignorantes que não sabem de nada¹⁷².

O último nome ligado à Escola do Recife, embora fosse do Maranhão, estava firmado por laços afetivos ao Piauí: era Higino Cunha, que, diferente de Coelho Rodrigues, não encetou um debate direto, mas protagonizou com Clóvis Beviláqua uma cisão ideológica dentro do próprio grupo, cujo estopim estava, de um lado, no socialismo progressista de Higino Cunha, e de outro, no conservadorismo de Clóvis Beviláqua, expresso pelo seu projeto para o Código Civil brasileiro. A esse respeito, é ainda Ventura (1991, p. 154) quem informa, acerca de Higino da Cunha: “aderiu ao socialismo de Karl Marx, ao criticar a concentração do capital e pregar a transformação revolucionária da sociedade pela coletivização dos meios de produção”; enquanto Beviláqua “participou da elaboração do Código Civil, em que foram secularizados os direitos de propriedade”¹⁷³.

Em termos geográficos, os dois polos aqui analisados, ainda outra vez, representam dois circuitos distintos, espaços privilegiados no Piauí da manifestação literária propriamente dita nas três primeiras décadas do século XX, cujas diferenças são ditadas pelas formações sociais a que estavam inseridos os seus protagonistas. Tudo indica que essas circunstâncias apontadas não existiam às cegas para os intelectuais piauienses. O escritor Cristino Castelo Branco, por exemplo, chega a esboçar, a seu modo, a lógica que regia as esferas literárias piauienses, quando, analisando o perfil de Armando Madeira Brandão, legou metonimicamente a diferença que regia os circuitos do norte e do centro-nortista:

Prefiro notar a singularidade do bacharel ilustre, que nunca exerceu emprego público, e que foge da política como de uma mulher perdida incapaz de uma afeição sincera; prefiro encorajar o propagandista

¹⁷² Citado por Roberto Ventura em *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (1991), que por sua vez retirou da ata transcrita por Clóvis Beviláqua, em *História da Faculdade de Direito do Recife* (1927), p. 143-145.

¹⁷³ Idem.

incansável, convencido, flamejante, do porto de Amarração, embasbacando-me afinal diante do comerciante, do homem de negócios, unido ao homem de letras, num consórcio bem raro, bem difícil de ver-se num país de idealistas, de sonhadores, de políticos, de visionários incuráveis, como somos (CASTELO BRANCO, 1924, p. 72).

Do exposto, é possível que uma dúvida surja a partir da porção sudoeste e sudeste do estado: haveria um circuito formado por essas duas mesorregiões? Não fosse a fraca produção ou o pouco material legado em fontes primárias para o tempo contemporâneo, existiria, sim, um terceiro circuito, representado, talvez, pela antiga capital do Piauí, Oeiras. Todavia, o pouco que se sabe desse período concentra-se na produção de uns escassos escritores que dividiam a primazia de ilustrar folhas periódicas não literárias, como o *Correio de Oeiras*, ora com sonetos, é o caso de Ludgero Rêgo, ou crônica, como Raimundo Osório e Aristides Ferreira. Enquanto esses três nomes se mantiveram na antiga capital, outros três nomes advindos dessa cidade migraram para o circuito de Teresina e lá se fizeram lidos pelo seletor público leitor: Nogueira Tapetí, poeta, bacharel em direito, que, obedecendo ao perfil dos intelectuais do centro-norte, rapidamente se incorporou às estruturas do governo, cooptado inicialmente por Miguel de Paiva Rosa; bem como o poeta Pedro Brito, advogado provisionado que fez carreira na capital, e Manuel Saraiva de Lemos, jornalista fundador de folhas como *O Operário*.

A cidade de Amarante também contribuiu para os circuitos teresinense e parnaibano, posto que nos anos de 1910 dois importantes nomes de suas letras estiveram, de alguma maneira, ligados à capital piauiense: Da Costa e Silva e o sonetista Carvalho Filho, este último colaborador do jornal *Gazeta*, de Benedito Lemos; assim como Armando Madeira Brandão estivera vinculado à Parnaíba. No mais, preliminarmente é possível apontar como traço característico de um possível circuito literário sudoeste e sudeste o empréstimo de seus nomes à formação de outros circuitos: foi do seu espaço que saíram importantes figuras do meio literário, cultural e político, daí a razão de, na fundação da Academia Piauiense de Letras, dos dez membros, somente três serem teresinenses, Antônio Chaves¹⁷⁴, Lucídio Freitas e Edison da Paz Cunha, os dois últimos os mais novos entre os demais, 23 e 26 anos respectivamente; embora todos residissem nessa capital. Essa circunstância de endereço fixo será mantida no Cenáculo Piauiense de Letras, cujos fundadores, embora se originassem de outras cidades do Piauí, também, de modo geral, residiam em Teresina.

¹⁷⁴ **Apêndice N:** Produções de Antônio Chaves em periódicos brasileiros (1908-1929).

3.3 O circuito literário centro-nortista e seu envolvimento político

O envolvimento dos literatos com a política piauiense é um capítulo que merece destaque no campo da vida literária, e tem relação direta com os intelectuais que estavam inseridos no circuito literário centro-nortista. Começa no século XIX, quando os primeiros periódicos da província surgiram com fortes posicionamentos políticos, até à própria tomada de consciência que os homens de letras levaram para o campo da intelectualidade, com o respaldo de nomes que se notabilizaram não somente na produção de obras literárias como também contribuíram para a história política estadual. Esse foi o caso de Anísio Auto de Abreu, poeta que conquistou relativo espaço e audiência entre os seus conterrâneos, chegando ao cargo de governador.

O fundamento desses homens de letras, especialmente os bacharéis, com os setores sociais articulados com o poder advinha, em especial, da vinculação que admitiram, no princípio de suas formações, com as faculdades de direito, São Paulo (em menor grau), Olinda e Recife, que até a República Velha podem ser reconhecidas como as “instância[s] suprema[s] de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais” (MICELI, 2001, p. 115). Em outras palavras, esse tipo de preparação academicista visava, antes de tudo, a reprodução da classe dominante, “ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferia a legitimidade escolar” (MICELI, 2001, p. 115).

O Piauí, nesse caso, não tinha faculdade de direito, porém os patriarcas das elites rurais enviavam seus filhos a esses centros a fim de que eles, formados, retornassem às terras piauienses e, concentrados em Teresina, ingressassem na carreira política, defendendo os interesses de seus grupos. Tal circunstância não pertence somente ao Brasil, mas a um *modus operandi* comum às nações do ocidente, bem como a alguns países do Velho Continente, como observou Raymond Aron ao traçar o perfil intelectual de alguns, como a França – o tipo que se aproxima ao caso brasileiro. Assim, se motivações podem ser explicadas pelos partidarismos ideológicos, é possível ainda reconhecer que “as atitudes dos intelectuais também se explicam pela origem social de cada um” (ARON, 1980, p. 186).

E é nesse ponto que se encontra a razão de o circuito literário de Teresina manter certa vinculação com o fluido circuito sudoeste-sudeste, formando uma espécie de burguesia constituída por profissionais, *em tese e formação, liberais*¹⁷⁵, que constituía, em

¹⁷⁵ Essa denominação é um tanto problemática quando avaliada a relação que esses intelectuais estabeleciam com o poder. Em tese, suas formações permitiam esse exercício *pour soi*, no entanto não havia no circuito

grande medida, o bloco do Partido Republicano Conservador, fundado em Teresina no ano de 1891 e refundado em 1910. Entre os integrantes desse grupo político, havia algumas figuras conhecidas no meio literário piauiense, como Matias Olímpio, João Gabriel Batista, Antônio Ribeiro Gonçalves, Abdias Neves, José Euclides de Miranda e Clodoaldo Freitas, além de outros bacharéis que ascenderiam como chefes do executivo estadual, empregando em suas repartições os intelectuais, seus correligionários, a citar Antonino Freire da Silva, Arlindo Ferreira Nogueira e Miguel de Paiva Rosa.

Entender a configuração política piauiense ligada ao Partido Conservador é perceber, antes de tudo, os fortes vínculos que essa agremiação exerceu com as porções sudoeste e sudeste do Piauí, que durante muitas décadas do século XIX regeu os destinos políticos da província, antes mesmo do surgimento da atual capital, Teresina. Dos 61 presidentes de província que o Piauí teve de 1823 a 1899, 29 estavam vinculados a esse partido, enquanto 27 ao Partido Liberal, e outros nas primeiras décadas do século XIX ao Partido Moderado e ao Partido Democrático. Ao todo, e de maneira interrupta, o Partido Conservador governou o Piauí por 24 anos, enquanto o Partido Liberal esteve à frente do executivo por 22 anos. De 1848 a 1889 são eles os únicos partidos do Piauí nas circunstâncias de alternância bastante acidentada, vencidos períodos longos em que uma ou outra agremiação ditou as diretrizes políticas por mais de cinco anos, às vezes sete, como é o caso dos governos liberais de 1879 a 1886.

O envolvimento desses piauienses com o partidarismo político conservador e liberal tem ainda sua história associada à Faculdade de Direito de Recife, já que parte dos nomes ligados aos partidos piauienses, ora se vinculavam a uma ideologia ora a outra, todas nascidas no caldo cultural e político que representava a capital pernambucana, principalmente a partir da década de 1860. Um exemplo é a fundação, em 1887, do Clube Conservador Acadêmico, que se reunia no Cassino Pernambucano e na Sociedade Juventude, e divulgava suas principais ideias por meio do periódico *A Soberania*, de sua direção; entre os piauienses estavam Homero de Souza Mendes e Antônio Coelho Rodrigues.

literário teresinense meio de subsistência aos profissionais liberais a não ser aqueles vinculados às estruturas políticas, pelo menos que competisse às suas expectativas como bacharéis médicos ou engenheiros. Daí a cooptação desses sujeitos ao funcionalismo público, retirando-os daquela condição e inserindo-os em um corporativismo máximo chamado Estado. Para boa parte desses intelectuais, tal condição não representava uma estabilidade, afinal, os partidos estavam em constante alternância. Nessas circunstâncias, e um exemplo claro desse ciclo, se encontra em Clodoaldo Freitas e Higinio Cunha, homens de letras que retomavam suas primeiras ocupações liberais diante do ostracismo político que, porventura, os colocasse à margem da máquina pública.

Embora nenhum dos dois tenha se inserido na conjuntura política de seus estados de origem, mas ao Rio de Janeiro, suas influências, principalmente do segundo, foram sentidas na ramificação do partido que se estendeu ao Piauí. A vinculação do último a esse partido pode ser explicada por suas origens familiares: advindo da cidade de Picos, mesorregião sudeste piauiense onde se concentrava parte das elites agropastoris piauienses – e foi sob esse signo que ele fundou em Teresina, no ano de 1867, o jornal *O Piauí*, bem como editou a segunda fase do jornal *O Conservador*, em 1876.

Vencida essa análise, outra pode ser depreendida quanto ao envolvimento dos próprios piauienses e intelectuais no jogo político desse período. Dos 10 políticos do Piauí que assumiram a presidência da província, ora como titulares, interinos ou via nomeação por Carta Imperial, cinco eram do Partido Liberal e um do Partido Democrático, que tinha ideologia liberal; contra quatro do Partido Conservador.

Ainda em relação ao circuito sudoeste-sudeste piauiense, a maior parte de seus intelectuais, atraída por essa circunstância política, terminou por se concentrar na capital, em uma migração na qual muito lucrou o centro-norte em prejuízo do sudoeste-sudeste, que se viu desfalcado. Isso ajuda a explicar a origem dos bacharéis que operavam direta ou indiretamente em Teresina: ou provinham de relações parentais com os coronéis do espaço interiorano ou eram, em sua minoria, filhos de comerciantes instalados na capital. Por operação direta, quer-se dizer uma vinculação empregatícia no setor público no espaço teresinense; e indireta, em comarcas de cidades do sudoeste ou do sudeste piauienses, que eram regidas pelo centro judiciário e administrativo da capital.

Além disso, uma rápida olhada em suas biografias aponta alguns destinos parecidos, quando migravam para outras unidades da federação: filhos de coronéis do Piauí¹⁷⁶,

¹⁷⁶ Um balancete acerca dos laços parentais dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife pode ser conferido na *Lista geral dos estudantes inscritos nas aulas da Faculdade de Direito do Recife no ano de 1885*, publicada em Pernambuco nesse mesmo ano, onde se listam 16 estudantes piauienses e seus respectivos pais: José Teixeira de Sá (filho do major Artaxerxes Vieira de Sá), Alfredo Barbosa Ribeiro (filho de Belmiro Barbosa Ribeiro, rico fazendeiro em Amarante), Antônio Borges Ferreira Castelo Branco (filho de Manuel Thomaz Ferreira, rico fazendeiro em Alto Bonito e dono de sítio em Barras; um segundo filho de Manuel Thomaz escolherá Parnaíba como morada, integrando-se à vida literária do circuito nortista, o poeta Lívio Castelo Branco), João de Lavor Paes (filho do tenente Manuel Vicente de Lavor Paes), João Henrique de Souza Gaioso Almendra (filho do coronel Raimundo José de Souza Gaioso), Nathan Sérvio Ferreira (filho de José Sérvio Ferreira, médico em Oeiras), José Vicente de Figueiredo (filho de Francisco de Figueiredo Duarte, negociante e proprietário de terra em Campo Maior), Adolfo Fernandes Sá Antunes (filho do coronel Manuel Fernandes Sá Antunes), Benedito Martins de Carvalho (filho do tenente Hermogenes Ferreira de Carvalho), Raimundo Lustosa Nogueira (filho de Augusto Francisco Nogueira, vigário na freguesia de Parnaguá), Justino Augusto da Silva Moura (filho do juiz de direito José Luiz da Silva Moura), Raimundo José Nogueira e Francisco José Nogueira (filhos do capitão Antônio José Nogueira), Luiz Ferreira de Souza Martins e Cândido Ferreira de Souza Martins (filhos do capitão Pedro Amador José Ferreira) e César do Rego Monteiro (filho do major Benjamim do Rego Monteiro). O exemplo mais claro talvez resida em Jesuíno Lustosa da Cunha, advindo de uma das famílias mais poderosas do sul piauiense: era seu pai José Lustosa da Cunha (o Barão de Santa Filomena) e seu tio, João Lustosa da Cunha (o Marquês de Paranaguá, que governou as

geralmente se casavam com as filhas de coronéis de outros espaços, como Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo e Amazonas. Esse argumento ajuda também a explicar o envolvimento desses bacharéis, alguns escritores, em atividades públicas de outras províncias ou estados. Os dois aspectos indicados podem ser observados de modo sucinto na tabela seguinte¹⁷⁷:

ATUAÇÃO DOS BACHARÉIS PIAUIENSES ADVINDOS DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX					
	Origem	Bacharel	Política	Literatura	Outras
CIRCUITO NORTISTA	Barras	Sigismundo Antônio Gonçalves	Deputado (GO e PE), senador, presidente de província e governador (PE)	-	Jornalista
		Antônio Borges Ferreira Castelo Branco	-	-	Juiz de direito (MA)
		Gregório Taumaturgo de Azevedo	Governador (PI), prefeito (AC)	-	Militar
		Joaquim de Lima Pires Ferreira	Deputado e senador (PI)	-	Jornalista
		Fenelon Ferreira Castelo Branco	-	Poeta e crítico	Promotor público (PI)
	Buriti dos Lopes	Frederico Pires de Sampaio	Deputado (PI)	-	Promotor público, juiz de direito e desembargador (PI)
	Parnaíba	Manuel Pinheiro de Miranda Osório	Deputado (PI)	-	-
		Antônio Pires Ferreira Filho	Não localizado	-	Não localizado
	Pedro II	Francisco Alves Lima	-	Poeta	-
	Piripiri	Simplicio de Melo Resende	Deputado (PI)	-	Jornalista; promotor público; professor (PI)
CIRCUITO CENTRO-NORTISTA	Campo Maior	Antônio Borges Leal Castelo Branco	Deputado e presidente de província (PE)	-	Cientista (PE)
		Luiz Lopes Castelo Branco e Silva	-	Poeta	-
		Antônio José da Costa	Chefe de polícia (PI)	-	Jornalista; promotor público, procurador geral, desembargador (MA)
		Augusto Ewerton e Silva	-	Poeta	Professor; jornalista; promotor público,

províncias do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia, além de ministro da Justiça, de 1861 a 1866, e da Guerra, em 1878). Outro caso: José Rubem de Macedo, que atuou como juiz de direito em São Raimundo Nonato, era filho do tenente-coronel Manuel José Rubem de Macedo, um dos homens de posse dessa mesma localidade, onde exerceu o cargo de delegado de política e era ligado ao Partido Republicano Piauiense.

¹⁷⁷ A tabela toma como recorte os anos entre 1832 e 1898, período em que os bacharéis piauienses se formaram em Pernambuco e atuaram no Piauí e outras regiões até por volta dos anos de 1930, sendo raros os casos de nomes que tenham ultrapassado essa data e exceções os que alcançaram a segunda metade do século XX. Além disso, não se consideram aqui os nomes cujas origens de nascimento não foram localizadas. Mais uma vez: as cidades componentes de cada circuito não obedecem à geografia geopolítica, mas a dos deslocamentos intelectuais.

CIRCUITO SUDESTE-SUDESTE					juiz de direito, desembargador (PI)
		Torquato Rufino Jorge de Souza	-	-	Juiz de direito; jornalista; professor (CE)
	Castelo do Piauí	José Lourenço de Moraes e Silva	-	-	Desembargador (PI)
		João Licínio de Miranda Barbosa	-	Prosador	Promotor público, juiz de direito (MA e AM)
	Crateús (enquanto Piauí)	Manuel Ildefonso de Souza Lima	Vice-presidente de província (PI)	-	-
	Independência (enquanto Piauí)	Antônio Pacífico de Lima	-	-	Promotor público (CE)
	José de Freitas	João H. de Souza G. Almendra	Deputado (PI)	-	Promotor público, juiz de direito (PI)
	Teresina	Helvídio Clementino Aguiar	Político (não identificado o cargo)	-	Jornalista; médico (PI)
		Teodoro Alves Pacheco	Senador e vice-governador (PI)	-	-
		João Alfredo de Freitas	-	Contista e folclorista	Promotor público (MA)
		Luiz Evandro Teixeira	Secretário de polícia (PI)	-	Promotor público, juiz de direito, (PI e MA)
		Anísio Auto de Abreu	Deputado, senador, governador (PI)	Poeta	-
		Leônidas Benício Mariz e Sá	-	Poeta, folclorista	Professor (AM)
		Arquelau de Souza Mendes	-	Poeta, contista	Jornalista; professor; procurador geral, juiz de direito
		Abdias da Costa Neves	Senador (PI)	Romancista, poeta	-
		Flaviano Flávio Batista	Intendente (AC)	-	Juiz de direito (AC)
		Henrique José de Couto	-	-	Procurador público, juiz de direito; professor (PI)
		Heitor Gil Castelo Branco	Deputado, senador (PI)	-	Professor, jornalista; procurador da República (PI)
		Landelino José Batista	-	Prosador	Professor (PA e RJ)
		Miguel de Paiva Rosa	Governador (PI)	-	Professor; jornalista, procurador regional, juiz de direito (PI)
União	César do Rego Monteiro	Senador, governador (AM)	Poeta, prosador	Desembargador (AM)	
Amarante	Taumaturgo Sotero Vaz	Secretário de governo (AM)	Poeta	Juiz de direito (AM)	
Jaicós	Marcos Antônio de Macedo	Presidente de província (PI)	-	Cientista do direito	
Jerumenha	José Manuel de Freitas	Presidente de província (PI, PE e MA)	Poeta	Juiz de direito, desembargador (PE)	
	Jesuíno José de Freitas	-	-	Juiz de direito, desembargador (PI)	
	Elizeu de Souza	Senador, presidente de	-	-	

	Martins	província (RN e ES)		
Oeiras	Francisco de Souza Martins	Presidente de província (BH e CE)	-	-
	Casimiro José de Moraes Sarmiento	Presidente de província (RN e CE)	-	Tradutor; juiz de direito (PE)
	Antônio de Souza Martins	-	-	Procurador geral; ministro do STF
	Deolindo Mendes da Silva Moura	Deputado (PI)	-	Jornalista
	Polidoro César Burlamaqui	Deputado (PI)	-	Jornalista
	Leônidas César Burlamaqui	Não localizado	-	Não localizado
	João Gabriel Batista	Partido Republicano Conservador (PI)	Dramaturgo	Promotor público, juiz de direito e desembargador (PI)
	Álvaro de Assis Osório Mendes	Deputado, governador (PI)	-	Juiz de direito (PI)
	Jaime de Albuquerque Rosa	Deputado (PI)	-	-
	Clodoaldo Freitas	Junta governativa, chefe de polícia (PI)	Prosador, poeta	Juiz de direito, desembargador (PI)
	Cândido Ferreira de Souza Martins	Vice-governador (PI)	-	Juiz de direito (PI)
Parnaíba	Antônio Coelho Rodrigues	Deputado, senador, prefeito (DF)	-	-
	Elias Firmino de Souza Martins	Deputado (PI)	Prosador, biógrafo, ensaísta	-
Regeneração	Joaquim Ribeiro Gonçalves	Senador, vice-governador (PI)	Poeta	Jornalista
Santa Filomena	Caio Lustosa da Cunha	-	-	Juiz de direito (PI e MA)
	Firmino Modesto Soares	-	-	Promotor público (PI)
São Raimundo Nonato	José Rubem de Macedo	-	-	Juiz de direito (PI)
Valença	Enéas José Nogueira	Deputado (PI)	-	-
	Agésilau Pereira da Silva	Deputado, presidente de província (AM)	-	Jornalista
	Arlindo Francisco Nogueira	Deputado, governador (PI)	-	Promotor público (PI), juiz de direito (PA e PI)
	Gabriel Luiz Ferreira	Governador (PI)	Poeta	Professor; jornalista

A influência do circuito mais interiorano do Piauí na política piauiense, ou ainda na de outras regiões brasileiras, exercida pelos bacharéis, pode também ser avaliada quantitativamente: dos mais de 143 piauienses arrolados nesta pesquisa, com formação na Academia Jurídica de Olinda e na Faculdade de Direito do Recife no século XIX, 48 exerceram funções no executivo ou no legislativo, e a maioria no poder judiciário. Por falta de dados mais precisos, mesmo em fontes primárias e instituições de salvaguarda, não foi possível localizar a origem de nascimento de parte significativa dos bacharéis investigados, embora tenha sido possível depreender suas atuações concentradas nas cidades do sudoeste

e sudeste piauiense, bem como de outras unidades federais do país. Além disso, das biografias e dos dados localizados, identificou-se que 26 dos bacharéis vinham dessas mesmas regiões, enquanto 23, do centro-norte, e 10 do norte¹⁷⁸.

Em termos de vivência política, os dados sofrem alguma mudança. Do norte, saíram seis políticos, todos com atuação no Piauí; do centro-norte, treze, dez ligados à província e outros três a Pernambuco, Acre e Amazonas; e do sudoeste e sudeste, vinte políticos, dos quais catorze estavam vinculados ao Piauí, enquanto dois ao Amazonas, um ao Rio Grande do Norte e Espírito Santo, um à Bahia e Ceará, um ao Rio Grande do Norte e Ceará, e um ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ao lançar o olhar para os chefes do executivo, os números são os seguintes: enquanto do circuito nortista saiu apenas um governador do Piauí (Gregório Taumaturgo Azevedo, de Barras), do circuito centro-nortista saíram dois (Anísio Auto de Abreu e Miguel de Paiva Rosa, ambos de Teresina), e do circuito sudoeste-sudeste, cinco (Marcos Antônio de Macedo, de Jaicós; José Manuel de Freitas, de Jerumenha; Álvaro de Assis Osório Mendes, de Oeiras; Arlindo Ferreira Nogueira e Gabriel Luiz Ferreira, ambos de Valença).

Afora os bacharéis, o regime de alternância de presidentes de província no Piauí obedece a um fato mais acentuado com relação aos destinos políticos por região. Excetuando-se os períodos administrados por indivíduos de regiões externas ao Piauí ou de origem não identificada, o quadro fica assim desenhado: dois do circuito nortista (Francisco de Miranda Osório, que embora fosse de Oeiras atuou a maior parte da vida e dos negócios em Parnaíba; e José Amaro Machado, de Batalha); três do circuito centro-nortista (Raimundo de Arêa Leão, de Alto Longá; Augusto Castelo Branco, de Campo Maior; e João da Cruz e Silva, de Teresina); e cinco do circuito sudoeste-sudeste (Marcos Antônio de Macedo, de Jaicós; José Manuel de Freitas, de Jerumenha; Manuel de Sousa Martins, Simpício de Sousa Mendes e Polidoro César Burlamaqui, os últimos três de Oeiras).

O circuito literário de Parnaíba também mantinha no meio político os seus representantes, todavia o número de deputados e senadores que acumulara até por volta da década de 1920 era muito pequeno em relação aos demais circuitos aqui mencionados. Em 1927, por exemplo, o quadro de deputados estaduais era assim constituído: dos 24 parlamentares, somente dois advinham de Parnaíba, o empresário e jornalista Francisco de Moraes Correia e o poeta e empresário Nestor Gomes Veras, enquanto nove tinham origem em Teresina, e outros nove de cidades que pertenciam ao circuito mais interiorano, todavia vinculadas à capital piauiense por razões políticas: Picos, Amarante, Floriano,

¹⁷⁸ Não foram considerados os piauienses que se formaram pela Faculdade de Direito de São Paulo, que nesse mesmo período representam um número exíguo, apenas seis bacharéis.

Jaicós, Altos, União, São Raimundo Nonato, Jerumenha e São João do Piauí. Essa configuração sofreria mudança somente em 1929, quando dois parnaibanos ocupam a liderança da Assembleia (“Congresso Estadual”): presidente, Epaminondas Castelo Branco; vice-presidente, Francisco de Moraes Correia, não por acaso, dois nomes conhecidos da política do norte, sendo o primeiro um de seus “coronéis”, aliados a outro nome que compunha o mesmo circuito e projeto ideológico, João Vieira Pinto, de Amarração.

Em termos de *patente*, quase todos os deputados estaduais do Piauí desse ano eram coronéis, excetuando-se aqueles reconhecidamente “doutores” ou “capitães”, representantes, em suma, das estruturas de poder de suas terras, cuja maioria estava vinculada direta ou indiretamente¹⁷⁹ ao circuito de Teresina. Assim, eram estes os coronéis ligados ao circuito centro-norte: Constâncio de Carvalho Souza (Jaicós), Ângelo Acilino de Miranda (São Raimundo Nonato), Benedito José do Rego Filho (União), Joaquim Antônio de Noronha (Teresina), Enéas da Rocha Carvalho (Teresina), Manoel Clementino de Carvalho (São João do Piauí), Vicente José da Fonseca (Jerumenha), Josino José Ferreira (Teresina), João Ribeiro Gonçalves Filho (Amarante), Joaquim das Chagas Leitão (Picos), Thomaz Rebelo de Oliveira Castro (Piripiri), José Pires Ferreira Neto (Teresina) e José Martins de Castro e Silva (Valença). Destaca-se que alguns dos nomes aqui expostos, e outros associados à política direta ou indiretamente, eram proprietários de folhas periódicas, espaço onde divulgavam suas ideias e projetos, convocando ainda literatos para as suas redações e defesas, o que implicava no envolvimento direto destes no campo da política piauiense.

Se a imprensa era um elemento para a manutenção dos homens de letras na política (como se nota na tabela anterior), pois permitia, por meio dela, a defesa de ideias e o combate aos opostos, a formação no meio jurídico era uma condição também levada em conta quando na inserção desses intelectuais em um centro administrativo, como Teresina, ponto de convergência de grupos políticos financiados por elites rurais que visavam a tomada de poder, sintoma este de “las burguesias accidentales [que] no han hecho más que imitar las maneras inventadas por las viejas aristocracias feudales. Los ‘derechos del hombre’ son franquías y nada más”¹⁸⁰ (GASSET, 1963, p. 426). Essa percepção do filósofo espanhol com relação a alguns povos do ocidente muito dialoga com o perfil também identificado por Sérgio Buarque de Holanda em relação à formação político-social do Brasil, afinal, “la cuestión está en el predominio de lo privado sobre lo público, o

¹⁷⁹ Entende-se a vinculação indireta quando migram de seu circuito originário, ou seja, o sudeste e sudoeste piauiense.

¹⁸⁰ Tradução: “as burguesias acidentais [que] não fez nada além de imitar os caminhos inventados pelas antigas aristocracias feudais. Os ‘direitos do homem’ são franquias e nada mais”.

viceversa”¹⁸¹ (GASSET, 1963, p. 426). Dessa maneira, é característica comum a esse circuito a inter-relação entre bacharelismo, política e imprensa, sendo que o primeiro elemento diferenciava esse espaço do circuito nortista. A relação bacharelismo e política é também analisada por Sérgio Miceli (2001, p. 118):

Ao longo da República Velha, os estudantes dos cursos jurídicos tinham não apenas a pretensão mas também a possibilidade objetiva de ingressar nas carreiras ligadas ao trabalho político e intelectual ou, então, de ser convocados para os escalões superiores do serviço público, no âmbito seja das administrações estaduais, seja do governo federal.

Esse envolvimento ou mesmo essa escalada ao serviço público, no Piauí, são facilmente notados ainda nas primeiras décadas do século XX, cargos que são ocupados tanto no alto escalão como em escalões mais baixos, não menos prestigiosos, como o de professor no Liceu Piauiense ou na Escola Normal – tempo em que estar vinculado ao magistério representava uma condição privilegiada no *status* social.

Dessa maneira, além de Anísio de Abreu, outros intelectuais estavam atrelados ao poder, a citar os poetas Zito Batista, Lucídio Freitas e Cristino Castelo Branco¹⁸². O primeiro desses três, em 12 de setembro de 1911, foi nomeado pelo então governador do Piauí, Antonino Freire, ao cargo de escriturário da Imprensa Oficial. Esse mesmo governador, em 21 de fevereiro de 1912, nomeia Lucídio, então acadêmico de direito, como promotor da comarca de Amarante, após exonerar Luiz de Moraes Rego Filho. Nesse mesmo ano, agora no governo de Miguel de Paiva Rosa, o escritor é nomeado para o cargo de professor interino na disciplina de História Universal e do Brasil no Liceu Piauiense. Ainda nessa portaria está a nomeação do escritor Júlio Emílio de Paiva Rosa (irmão do governador), para a cadeira de História Natural, na Escola Normal. Já Cristino é também nomeado promotor público, em Campo Maior e, posteriormente, em Jaicós, pelo mesmo governo e ano, que ainda o nomeou, junto com Lucídio, ao cargo de professor. Estas duas últimas nomeações foram fortemente criticadas pelo jornal *O Apóstolo*, principalmente a de Lucídio, que na época contava 18 anos de idade, e Cristino, 20. A nota, intitulada “No Liceu”, de 12 de maio de 1912, se refere ironicamente ao fato como “Tudo acanhado” no governo, que “teve o cinismo de nomear lentes do liceu a crianças sem compostura”¹⁸³. Mais adiante, é ainda o jornal que narra o que ocorrera aos novos

¹⁸¹ Tradução: “a questão está na predominância do privado sobre o público, ou vice-versa”.

¹⁸² Cristino Castelo Branco esteve envolvido com o poder político até o final do recorte histórico a que se propõe esta tese. Em dois governos consecutivos, por exemplo, foi Diretor Geral da Instrução Pública, os de Matias Olímpio de Melo (1924-1928) e de João de Deus Pires Leal (1928-1930).

¹⁸³ “No Liceu”, *O Apóstolo*, ano 5, n. 259, 12 mai. 1912, p. 3.

professores, os quais não foram bem recepcionados pelos alunos daquela instituição: Lucídio, “expulsaram [...] debaixo de uma tremenda vaia”¹⁸⁴, e Cristino, “azucrinaram-lhe os ouvidos com uma bomba inocente, fazendo-o molhar as calças e correr em busca do coronel Cazuzu Avelino, diretor de instrução pública, pedindo providência”¹⁸⁵.

Benedito Nogueira Tapetí, importante poeta de Oeiras, sudeste piauiense, e já bacharel em direito, no governo de Miguel de Paiva Rosa também foi nomeado promotor público em sua cidade, em 5 de março de 1912, fato comentado em *O Apóstolo* com ironia: “Tapetí escreve ao Lucídio queixando-se da sorte. Tapetí não cabe em Oeiras. Tapetí é um herói. Paris seria talvez o único meio, onde Tapetí bateria suas asas de gênio”¹⁸⁶. A reivindicação do escritor era movida pela necessidade que tinha de estar no circuito literário teresinense, espaço de que não queria ter se afastado, nem mesmo para servir como promotor onde nascera. A queixa surtiu efeito: mais tarde foi nomeado, no lugar de Lucídio Freitas, para “delegado-geral de Teresina, com serventia no gabinete governamental” (TITO FILHO, 1990, p. 7) e, em 1915, para o cargo de professor de filosofia no Liceu Piauiense.

Ainda dentro desse tópico, há o clássico exemplo de nomes como os dos poetas Areolino Antônio de Abreu (12º governador republicano do Piauí) e do escritor Matias Olímpio (19º governador republicano do Piauí), fora outros que, embora não se notabilizem na literatura, envolviam-se com a elite intelectual do Piauí, empregando-a em suas repartições. Cite-se o poeta e escritor Edison Cunha, que em 12 de setembro de 1911 foi nomeado pelo governador Antonino Freire para o cargo de 2º escriturário, chefe da 2ª seção da secretaria de governo, ao salário de 2:700\$000. Mais adiante, em 15 de outubro de 1911, é a vez da nomeação do poeta Antônio Chaves, como 2º escriturário da secretaria de fazenda do Governo. De Parnaíba, Luiz de Moraes Correia também foi contemplado pelo governo de Antonino Freire, quando empossado, em 24 de outubro de 1911, a secretário do estado de polícia, cargo que ocupou em Teresina.

O quadro anteriormente apontado de nomeações a cargos distintos e de promotores públicos no governo de Antonino Freire constrói a imagem de que o chefe do executivo piauiense parecia ter um projeto bastante definido a respeito do espaço a ser conferido aos intelectuais do Piauí. Afinal, ao longo de toda a sua administração cuidou para que tivesse à sua volta o serviço dos mais importantes nomes da *intelligentsia* do estado, especialmente daqueles que eram bacharéis por formação e literatos por afinidade.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ “Notas e comentários”, *O Apóstolo*, ano 6, n. 272, 6 out. 1912, p. 1.

Seguindo a mesma conjuntura de nomeações políticas, o escritor e crítico João Pinheiro foi, durante os anos de 1930, diretor do Liceu Piauiense, cargo de confiança da instrução pública do estado, embora fosse professor concursado na casa. Mesmo caso do escritor e poeta Mário José Batista, inspetor de ensino pelo menos desde os anos de 1910 que, segundo pesquisa, perdurara por anos a fio, visto que em 1925 ainda há notícias de sua ocupação nessa repartição.

O estreitamento dos intelectuais com o poder se mantém ao longo do período. Em campanhas para a eleição do 16º governador republicano, Miguel de Paiva Rosa (1912-1916), que assumiria logo após a saída de Antonino Freire, uma nota de 14 de novembro de 1911, do *Diário do Piauí*, dá notícia do cortejo e dos flertes que os intelectuais piauienses reservavam ao novo nome, cotado vencedor na eleição: “Realizou-se, anteontem, em casa do excelentíssimo senhor doutor Miguel de Paiva Rosa, candidato ao cargo de governador do estado, no próximo quadriênio, importante e concorrida reunião política”¹⁸⁷. Mais adiante, cita entre os nomes presentes: “fizeram-se ouvir os seguintes oradores: coronel Josino José Ferreira, doutor Higino Cunha, senhor Zito Batista, doutor Mário José Batista e padre Moisés dos Santos”. Intelectuais de Parnaíba, segundo maior colégio eleitoral do estado, ligados ao Partido Republicano Conservador e assistidos na ocasião da eleição (14 e 15 de novembro de 1911) pelo então vice-governador Manuel da Paz, também apoiaram a eleição de Miguel Rosa¹⁸⁸. Dentre eles figuram os escritores José Pires de Lima Rebelo e José Euclides de Miranda, o poeta e dramaturgo Luiz de Moraes Correia¹⁸⁹ e seus irmãos, Jonas de Moraes Correia, que na época ocupava o cargo de intendente municipal, e Francisco de Moraes Correia. De Amarração, associou-se também ao grupo o poeta, cronista, político e jornalista João Vieira Pinto. Dentre os intelectuais que mais tarde comporiam o quadro do primeiro escalão do governo de Miguel de Paiva Rosa, estavam o poeta Luiz de Moraes Correia (fazenda) e o poeta e prosador Fenelon Castelo Branco (polícia).

O desenho esboçado até aqui não ditou somente a tônica da República Velha no Piauí, mas regeu, com algumas mudanças, o *modus operandi* na Era Vargas. A diferença estava em que o estado contava com a sua Faculdade de Direito, em Teresina, e, em obediência aos padrões relacionais dos anos anteriores, “a imensa maioria dos bacharéis ali

¹⁸⁷ “Várias Notícias”, *Diário do Piauí*, ano 1, n. 189, 14 nov. 1911, p. 1.

¹⁸⁸ Miguel de Paiva Rosa vence em Parnaíba com um total de 844 votos.

¹⁸⁹ A respeito da atuação de Luiz de Moraes Correia no pleito que elegeu Miguel Rosa, consta um discurso que teria proferido em Teresina, no Teatro 4 de Setembro, no dia 17 de setembro de 1911, ao qual uma nota do dia 18 de setembro de 1911, do *Diário do Piauí*, n. 191, assim se refere: “O doutor Luiz de Moraes Correia, em nome do partido republicado conservador de Parnaíba e como representante deste, fez brilhantíssimo discurso em que, num estilo apurado e sonoro, saudou o eleitorado” (op. cit., p. 1).

formados pegava o diploma e ia buscar padrinho para obter uma nomeação para um cargo público no governo estadual” (MARCHI, 2015, p. 63). Logo, “a maioria dos bacharéis formados iria compor os quadros públicos de governo, ou seja, fazer parte da burocracia do Estado, renovando uma ‘elite’ burocrática no poder” (MELO, 2019, p. 5).

Vê-se, pois, que no Piauí a relação dos literatos com o estado era uma via de mão dupla: para o escritor, que encontrava sustento, e para os homens do poder e suas atuações, que eram consagrados ou pelo menos legitimados. Afinal, podiam ter consolidadas, por meio do discurso intelectual, quase sempre de retórica espetaculosa, suas políticas governamentais, bem como podiam contar com um time de defesa e propaganda contra os desafetos do governo.

Se em Parnaíba parte dos intelectuais era constituída por nomes que tinham ligação direta e indireta com o comércio, em geral só com o ensino básico ou técnico, os letrados de Teresina formavam uma classe com formação superior: advogados, engenheiros, médicos, padres e professores¹⁹⁰. O papel desempenhado por esses homens na capital piauiense do período republicano é exatamente o mesmo que desempenhavam os letrados do mundo urbano colonial brasileiro, cujo grupo formou, como observa Fischer (2015b, p. 7), “uma ‘frondosa burocracia’, em suas boas palavras, e cultivava uma língua que ao mesmo tempo celebrava o poder colonial e mantinha afastada a linguagem da gente comum”.

Exemplos dessa língua, que em sentido lato legitimava os mandatários do poder, (agora, tomada em sentido *stricto* um *habitus*), podem ser encontrados nas vastas escolhas de espaço e discursos dos literatos piauienses, geralmente impolutos, que, no campo da literatura ainda estavam presos a modelos tradicionais e carregados de obscuros preciosismos, às vezes enriquecidos por intertextos que exigiam do leitor o mínimo de formação para decifrá-los. Aliás, é essa uma das características dos intelectuais inscritos no campo de reprodução erudita, utilizar, para distinguirem-se da massa, de códigos dificilmente decodificáveis por quem estivesse fora de seu circuito. É o que se pode depreender dos discursos de recepção de Lucídio Freitas, cheios de duras correlações a referências alemãs e francesas vencidas pelo tempo. Em 4 de agosto de 1918, por exemplo, ao receber como sócio efetivo da Academia Piauiense de Letras o médico Benjamim de Moura Batista, e ao discutir a imortalidade simbólica, o poeta vincula, na teia de sua enunciação, os nomes como Georg Büchner, Édouard Schuré, Rudolf von Ihering, James

¹⁹⁰ **Apêndice O:** Escritores inscritos no circuito literário do centro-norte piauiense (1900-1930).

Bryce, Friedrich Nietzsche e François Élie Jules Lemaître. Dos ficcionistas, elege como ilustrativos Jonathan Swift, Thomas Carlyle e Charles Dickens.

Outro exemplo se encontra na carta empolada que o mesmo acadêmico remetera a Nogueira Tapetí via imprensa, em 1912, ilustrada no seguinte trecho: “A vida é isto, meu amigo. É a opressão, é a ignomínia. É a podridão de Locusta ou o misticismo celeste de Santa Teresa ou a latrina de Vanderbilt custando aldeolas de miseráveis” (FREITAS, 1912b, p. 1), em paráfrase direta, e não anunciada, a Guerra Junqueiro. Exemplos mais incisivos são o do padre Manuel Otaviano, que publicava no jornal *O Apóstolo*, em 1910, soneto em latim; e a polêmica filológica travada, nesse mesmo periódico e no jornal *Diário do Piauí*, entre Abdias Neves¹⁹¹ e o padre Cícero Portela Nunes, sobre problemas de latim¹⁹². Esse tipo de enunciação identifica-se também com o perfil do “homem cordial”, de que se tem dito que o sujeito investido socialmente dessa *persona* “precisa vestir a farda de teorias enunciadas em alguma ‘língua de civilização’, e quanto menos acessível o idioma, melhor será o efeito. De igual modo, quanto mais hermética a formulação, melhor será o resultado” (ROCHA, 1998, p. 191); era esse, aliás, um dos passaportes de posição ainda mais restrita dentro do campo, capaz de impor, nele, uma maior distinção.

Teresinha Queiroz (2011, p. 57, grifo nosso), comenta que tal “distinção” estaria relacionada diretamente a uma elite cultural piauiense no século XX: “Assim como o *dar-se às letras*, à poesia, o dar-se à música era sinal de *distinção*, desde que o acesso a ela significava cultura, civilidade, refinamento, *elitização*”; discurso também corroborado por Socorro Magalhães (2016, p. 39, grifo nosso), que soma a essa perspectiva a ausência de aparelhos promotores da leitura como as bibliotecas e livrarias: “a falta de bibliotecas públicas e escolares, bem como de livrarias, contribui para que *a leitura se tornasse uma prática restrita a uma pequena elite privilegiada* pelo benefício da educação formal ou mesmo daquela recebida informalmente através de influências familiares”.

Ora, se o ato da leitura estava restrito a uma pequena elite, o que dizer de uma leitura especializada, como a literária, que se dava em boa parte por meio dos periódicos literários? E é isso o que aponta Magalhães, reforçando a especificidade do campo literário piauiense: “As publicações mais especificamente literárias, destinadas a um público ainda mais restrito, eram as revistas literárias, que aglutinavam jovens intelectuais com pretensões à carreira de escritor”¹⁹³. Talvez por essa razão os homens de letras que pertenciam ao circuito teresinense não se concentrassem apenas em suas limitações geográficas, mantendo

¹⁹¹ **Apêndice P:** Produções de Abdias Neves em periódicos brasileiros (1896-1918).

¹⁹² P. ex. “Nos domínios da gramática”, de Cícero Nunes (*O Apóstolo*, ano 6, n. 264, 11 ago. 1912, p. 1-2).

¹⁹³ Idem, p. 64.

contatos ou mesmo trocas simbólicas entre escritores de outros espaços, como Recife e São Luís.

Abdias Neves, Higino Cunha, Poncion Caldas e João Pinheiro, por exemplo, pelo menos desde os primeiros anos do século XX, foram colaboradores de *A Revista do Norte*, publicada na capital do Maranhão. Diferentemente de sua prática no Piauí, em páginas ludovicenses o autor de *Um manicaca* (livro este àquela época ainda inédito e cujos trechos vinham sendo divulgados nesse periódico), dedicava-se à arte poética, divulgando poemas dos mais variados, optando em especial pelo soneto¹⁹⁴, produções que já haviam sido divulgadas anteriormente na imprensa de seu estado. Quanto às colaborações de Higino Cunha para as páginas de seu estado natal, a pesquisa não identificou se elas eram republicações de textos divulgados anteriormente nas páginas periódicas piauienses; sabe-se, porém, que, assim como o primeiro, o escritor preferiu demonstrar sua veia poética em São Luís, divulgando poesias relativamente longas, em geral no formato de quartetos, com pompas de erudição a começar pela escolha de epígrafes em italiano, como se observa em “Ideal”¹⁹⁵, com recorte de versos de Dante: “Nel ciel, che più dela sua luce prende, / Fu’ io; e vidi cose, che ridire / Né as, nè può qual di lassù discende;”¹⁹⁶, relativo ao segundo terceto do canto do livro “Paraíso” da *Divina Comédia*. A citação do trecho do poeta italiano não vinha à toa; analogicamente Higino compreendia essa luz como provinda do ideal, “oásis de ouro, / Que se perde no seio do infinito, / Foco de esp’rança, esplêndido tesouro, / Vago gemer de um coração aflito” (CUNHA, 1902, p. 74).

Poncion, eminentemente poeta, ao contrário dos dois outros, não divulgaria outro gênero literário senão a sua própria poesia, publicando sonetos que estavam, segundo se constatou, inéditos, a citar “Esperança louca”¹⁹⁷ e “Amor e fé”¹⁹⁸. O mesmo faz João Pinheiro, com sonetos aparentemente inéditos¹⁹⁹, embora sua produção seja mais variada, produzindo contos, crônicas e ensaios folclóricos.

Neves, Cunha, Caldas e Pinheiro dividiam espaço com outras figuras de respaldo das letras maranhenses, como o crítico Fran Pacheco, o poeta Luiz Carvalho (que residiu entre o século XIX e XX em Parnaíba), o romancista Aluísio Azevedo, o cronista Humberto de Campos e o dramaturgo Arthur Azevedo, bem como o pernambucano

¹⁹⁴ P. ex. “Andaluz”, *A Revista do Norte*, ano 2, n. 25, 1 set. 1902, p. 12-13; “O tigre”, *A Revista do Norte*, ano 2, n. 27, 1 out. 1902, p. 34.

¹⁹⁵ “Ideal”, *A Revista do Norte*, ano 2, n. 32, 16 dez. 1902, p. 74; “A locomotiva”, *A Revista do Norte*, ano 3, n. 70, 16 jul. 1904, p. 175-176.

¹⁹⁶ Tradução: “No céu onde sua luz mais aparece, / Fenômenos vi que referir, tornando, / Não sabe ou pode quem à terra desce;”.

¹⁹⁷ “Esperança louca”, *A Revista do Norte*, ano 2, n. 32, 16 dez. 1902, p. 79.

¹⁹⁸ “Amor e fé”, *A Revista do Norte*, ano 2, n. 34, 16 jan. 1903, p. 96.

¹⁹⁹ “Vem!”, *A Revista do Norte*, ano 2, n. 35, 1 fev. 1903, p. 104.

Medeiros e Albuquerque, o baiano Rui Barbosa, o sociólogo sergipano Manuel Bonfim e outros piauienses que estavam fora do campo literário piauiense, a citar Jonas da Silva e Taumaturgo Vaz, instalados no Amazonas, e Amélia de Freitas Beviláqua, que residia no Rio de Janeiro. Citam-se ainda as colaborações, em soneto, de Adalberto Peregrino, poeta potiguar que mais tarde, em 1912, morando em Teresina, travaria uma das mais escandalosas polêmicas com os membros do clero piauiense ao publicar o poemeto, em formato de livro, *Ode a Satã*.

A Revista do Norte, como um veículo de divulgação de textos dos escritores piauienses, foi um dos suportes que chegou a ter representação comercial e distribuição em pelo menos duas cidades piauienses, a partir de sua edição de número 12, de 16 de fevereiro de 1902. Isso talvez explique o engajamento dos escritores do estado com o periódico maranhense: em Parnaíba era representada por Antônio Ildefonso de Araújo, e em Teresina agenciada pela firma Manuel da Paz & Monteiro.

3.4 O circuito literário nortista e suas relações comerciais

Estudar a vida literária piauiense em observância aos dois polos aqui propostos, econômico e político, não é uma escolha aleatória, muito menos isolada, como se cada um deles representasse pequenas ilhas no grande arquipélago do Nordeste. Pelo contrário, e como se tem defendido, sendo polos significativos na constituição do Piauí como unidade federativa em organização cultural, social, econômica e política, é uma questão relevante compreendê-los a partir de suas relações interurbanas e interestaduais. Nesse sentido, mais do que uma análise do entrelace entre esses dois circuitos, é possível identificar seus intercâmbios comerciais e culturais com outras cidades e estados vizinhos, a fim de ampliar o campo de visão e possibilitar uma leitura crítica acerca da formação mesma das cidades aqui circunscritas, cujas sociedades são constituídas pelo constante fluxo de trocas simbólicas que se opera em seu seio. É por essa razão que Braudel afirma em “História e ciências sociais: a longa duração”, que “toda cidade, sociedade em tensão com suas crises, suas panes, seus cálculos, deve ser recolocada no complexo dos campos próximos que a rodeiam, e também no dos arquipélagos formados pelas cidades vizinhas” (BRAUDEL, 2011, p. 103).

Exemplos de que o fluxo de trocas culturais, desde o século XIX, promoveu as letras no Piauí é evidente, especialmente com relação ao vizinho estado do Maranhão, com destaque quatro cidades, Flores (hoje, Timon), Matões, Brejo e Caxias. Foi da primeira que figuras que alcançaram o mais alto prestígio literário, político e intelectual do estado se

deslocaram para terras piauienses, como, do lado de Teresina, Higino Cunha, fundador da Academia Piauiense de Letras, e Raimundo Sobreira Cardoso, fundador do Cenáculo Piauiense de Letras; e do lado de Parnaíba, o poeta Alarico da Cunha; das demais localidades, Oliveira e Ferres, Herculano Santos²⁰⁰, Benú da Cunha e Luiz Carvalho, todos com passagem por Teresina, excetuando-se o último.

No circuito literário parnaibano, Alarico era considerado em sua época a “alma de Parnaíba”²⁰¹ – um dos mais insígnies homens de letras e cultura do norte piauiense, sendo para o litoral o que fora Higino para capital piauiense, uma espécie de mestre de toda uma geração. Não fundou a APL, como seu primo Edison Cunha ao lado do pai, Higino, porém, posteriormente, se tornou membro, o segundo ocupante da cadeira de número 6, após a morte do poeta satírico Baurélio Mangabeira (Benedito Aurélio de Freitas).

É válido observar que parte desses intelectuais vindos de outras localidades fixou residência em Teresina por um tempo, atraída, em geral, pela estrutura educacional representada pelo Liceu Piauiense, ou política, e posteriormente se transferiu para Parnaíba, interessada, de sobremaneira, pela atividade comercial que ali se operava. Nesse caso, talvez seja Alarico o exemplo mais significativo, posto ter abandonado o ensino de humanidades nessa instituição e migrado para o litoral com o claro objetivo de progredir no comércio. Isso se deve à propaganda da cidade, pelo menos desde o século XIX, nas terras vizinhas, fama que se espalhava não apenas no Piauí, como também nos estados do Ceará, do Maranhão, do Pará e do Rio Grande do Norte, bem como em cidades mais distantes, a citar Recife.

Essa história propagandística, apesar de iniciada nos recuados anos do século XVIII, será firmada na segunda metade do século XIX, quando Parnaíba assistirá a um fluxo intenso de trocas comerciais e simbólicas em seu espaço:

a partir de 1860 Parnaíba consolida-se como principal entreposto comercial do Piauí e como importante centro do comércio internacional, graças ao espírito empreendedor de suas lideranças empresariais, estimulado certamente por ter a oportunidade do contato com o *resto do mundo* (MENDES, 1995, p. 73, grifo nosso).

²⁰⁰ Colaborou com inúmeros periódicos do circuito literário do norte piauiense: *Almanaque da Parnaíba*, *O Popular*, *O Artista*, *A Tribuna* etc. Em 1923, residindo em São Luís, no Maranhão, faz parte do circuito literário do estado vizinho, publicando em diferentes periódicos da capital maranhense, onde atuou como correspondente dos jornais piauienses *O Arrebol*, de Teresina, e *A Tribuna*, de Parnaíba, bem como auxiliar tipográfico do *Diário de São Luiz*.

²⁰¹ Segundo relato de sua filha, a poetisa Sonita Cunha.

A consolidação como entreposto comercial do Piauí²⁰² pode ser confirmada por meio de dados da instalação de importantes instituições na cidade. Em 1844, antes da vila de São João da Parnaíba ser elevada à categoria de município – fato que ocorrerá em agosto daquele ano –, é instalado em seu território o vice-consulado português, tendo sido seu primeiro representante o comerciante Paulino Basto, que já residia na vila desde 1828. Na década seguinte, em 1855, é criada a Capitania do Porto²⁰³, afinal, os movimentos marítimos ali já se amplificavam: “Grandes veleiros entravam regularmente em Amarração, estabelecendo movimentado intercâmbio comercial com praças estrangeiras, intercâmbio esse que tomou grande vulto, anos mais tarde, ao ponto desta cidade ser designada, nos países de além-mar, pelo nome de *Norte do Brasil*” (BACELAR, 1945, p. 325). Prova isso nota do jornal *Observador*, do Maranhão, reproduzida pelo periódico *O Cearense*, de Fortaleza, de 20 de abril de 1858, informando que para o porto de Parnaíba “já hoje se dirigem alguns navios da Europa”²⁰⁴.

Mais tarde, em 1864, há notícias da existência de um vice-consulado francês, que ficava a cargo de José de Miranda Osório²⁰⁵ – sua fundação, porém, é de 19 de março de 1863²⁰⁶. Por essa época, no exercício de 1865 a 1866, a Alfândega de Parnaíba havia rendido aos cofres públicos uma receita de 131:836\$953, de um total de 206:862\$726 que arrecadou toda a província, ou seja, a receita proveniente do porto parnaibano representava mais de 63% do montante. Há indícios que esse órgão tenha mantido o mesmo quadro de arrecadação: em 1900, por exemplo, com um acúmulo de 145.839\$073, era a 13ª alfândega brasileira, ultrapassando, em termos de renda, as de Santa Catarina, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, dentre outras²⁰⁷.

Segundo relato do Inspetor da Alfândega de Parnaíba, nesse mesmo tempo a cidade possuía 178 casas térreas, 10 sobrados e 4 armazéns. É de se deduzir a intensa atividade comercial que já se operava, ainda quando, mais tarde, em 1874, o *Jornal do Recife*²⁰⁸ dá notícia de existirem na cidade duas grandes casas estrangeiras importadoras, que, pela existência de um vice-consulado francês, deduz-se ser a Naeff Nadler & Co. e a outra

²⁰² Nessa época a população piauiense estava estimada em 206.000 habitantes.

²⁰³ Em Teresina, uma agência da Capitania dos Portos vai ser criada somente em 1919.

²⁰⁴ “Piauí”, *O Cearense*, ano 12, n. 1.117, 20 abr. 1858, p. 3. *O Cearense* foi um jornal que circulou em Parnaíba, representado por Francisco da Costa Fernandes.

²⁰⁵ “Seção central”, *Gazeta Oficial do Ceará*, ano 2, n. 149, 25 mai. 1864, p. 1.

²⁰⁶ Segundo informa Correia e Lima (1945, p. 251): “O senhor Moise Marc Desiré Jacob, que chegou a esta cidade em 1866, exerceu o cargo de Agente Consular durante vários anos, sendo substituído, após seu falecimento, em 9 de janeiro de 1927, pelo senhor Roland Gabriel Jacob”.

²⁰⁷ “Alfândegas”, *Nortista*, ano 1, n. 12, 23 mar. 1901, p. 4.

²⁰⁸ “Jornal do Recife: Piauí”, *Jornal do Recife*, ano 16, n. 191, 25 ago. 1874, p. 3.

pertencente ao inglês Paul Robert Singlehurst, a Singlehurst Nicholson & Cia²⁰⁹, segundo proprietário da “Casa Inglesa”, fundada no ano de 1849²¹⁰. Esse proprietário, nos anos de 1870, mantinha negócios também na província do Ceará. Seu interesse maior recaía na exportação do algodão, afinal, nessa época, a “Inglaterra constituiu, em termos de mercados consumidores, o grande comprador não só da produção cearense, mas de toda a cotonicultura brasileira, no decorrer do século XIX” (TAKEYA, 1994, p. 123); mercado esse dividido com a França. Dados de 1907 apontam que nos primeiros anos do século XX esse insumo continuou em destaque no Piauí: o jornal *O Apóstolo*, de Teresina, de 30 de junho, aponta que no ano de 1906 foram exportados 1.662.720 quilos, seguidos dos 1.138.135 da borracha de maniçoba²¹¹.

Em relação às instituições de Parnaíba, na ausência de um vice-consulado britânico, que só seria fundado em 1913, quem respondia pelos assuntos de interesses da Grã-Bretanha na província era o próprio Paul Robert Singlehurst. Posteriormente, com a sua morte, tal função foi exercida por James Frederick Clark, então agente da Lloyd e o terceiro proprietário da “Casa Inglesa”.

Por esse tempo a praça comercial de Parnaíba, como se tem dito, porque mantinha vínculos comerciais por meio de suas firmas estrangeiras, não passava despercebida das capitais de outras províncias, como a do Maranhão, o que provam as referências de inúmeros periódicos da capital ludovicense, bem como do Ceará. Em 26 de maio de 1871, o jornal *O Cearense*, um dos principais que circulava a cidade de Fortaleza, em sua seção “Correspondência do cearense”, dá nota da posição de Parnaíba em relação ao circuito em que estava inserida, inclusive com relação ao restante da província piauiense, reclamando para a cidade a instalação da capital provincial que, na visão dos redatores, era o “único ponto na província digno de ser condecorado com tão pomposo título: se tal chegar a realizar-se, em breve estará o Piauí em linha de província, e prosperará como têm prosperado as outras, cujas capitais são no litoral”²¹².

A presença estrangeira em Parnaíba é um forte índice de sua atração como centro comercial exportador e importador e isso explica o motivo de, após quase vinte anos da instalação de Teresina, reivindicar-se a transferência da capital piauiense para o litoral. Censo brasileiro realizado no Piauí em 1872 registra o número de indivíduos de outras

²⁰⁹ Segundo ainda relato do Inspetor da Alfândega de Parnaíba, de 1866.

²¹⁰ Junia Napoleão do Rego (2003, p. 35) comenta acerca do primeiro proprietário da Casa Inglesa: “Casa Inglesa de Parnaíba, da casa Andrew Miller & Cia. Fundada em 1849, logo se tornou ativa exportadora/importadora de especial grandeza no período imperial. Posteriormente, a casa comercial passou a ser Singlehurst Nicholson e Co. e, em seguida, vendida ao inglês James Frederick Clark”.

²¹¹ “Exportação piauiense”, *O Apóstolo*, ano 1, n. 7, 30 jun. 1907, p. 3.

²¹² “Correspondência do cearense”, *O Cearense*, ano 25, n. 60, 26 mai. 1871, p. 3.

nacionalidades que residiam em Parnaíba: 1 alemão, 2 dinamarqueses, 2 espanhóis, 10 ingleses, 4 paraguaios, 26 portugueses e 2 suíços – um destes era Gustave Habisreutinger, como se pode depreender de poesia dedicada por Davi Moreira Caldas, “O canto do suíço”²¹³, datada de Parnaíba em 1º de novembro de 1866²¹⁴. Acerca desse período comenta Junia Napoleão Rego (2013, p. 62-63):

Parnaíba, principal centro comercial importador e exportador do Piauí, além de propiciar a integração interna da Província, também integrou a Província ao comércio nacional e internacional. Por aí se fazia o escoamento da produção das riquezas do Piauí de forma mais efetiva, rápida, eficiente e barata, e através de Parnaíba viria, do restante do Brasil e do mundo, o progresso. [...] sem Parnaíba na ponta do delta, fazendo a conexão da produção do Interior com o seu porto do mar, não teria sido possível o desenvolvimento econômico, político, social e cultural tão almejado para o Piauí.

Se Parnaíba era a maior cidade comercial piauiense e no ano de 1866 a província contava com 412 casas de negócios, quantas dessas estavam instaladas na cidade? Apesar de não haver documentos que precisem um número, a lógica de mercado do passado não parece diferir da de hoje, ainda mais quando a cidade cumpria o papel de mediadora do fluxo exportador e importador que se operava entre as praças de fora com as do Piauí. Assim, é possível que houvesse uma concentração significativa de firmas comerciais onde existisse uma maior movimentação econômica e representativa, estendendo-se em braços filiais em pontos estratégicos ao longo das cidades ribeirinhas do rio Parnaíba. Por escassez de material, não foi possível montar um quadro de empresas que se instalaram em Parnaíba nesse século XIX, com exceção daquelas citadas, de maneira muito diminuta, por ensaístas que residiram na cidade no século seguinte.

Dado importante ainda acerca da estrutura social de Parnaíba, que a colocava no rol das cidades que seguiam uma tendência moderna, pode ser observado a partir de um importante fato que ocorre em 18 de abril de 1877, quando, em obediência à lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, realizou-se a primeira manumissão na cidade, libertando oito escravos, dos quais três do sexo feminino e cinco do masculino, logo após audiência especial dirigida pelo então juiz dos órfãos, José Félix de Sampaio. Nota de 2 de maio desse

²¹³ “O canto do suíço”, *O Cearense*, ano 22, n. 2.550, 25 jan. 1868, p. 2-3.

²¹⁴ A partir desse rastro, acredita-se que os dois suíços que residiram em Parnaíba sejam George Jacob e Gustave Habisreutinger, sócios da Habisreutinger & Cia que, mais tarde, 1875, se instalaram em Aracati, no Ceará (TAKEYA, 1994), razão de a poesia de Davi Moreira Caldas ter sido reproduzida em um jornal cearense. Denise Takeya, todavia, informa esses comerciantes como de origem francesa. Pelo sobrenome, porém, constata-se que apenas George Jacob tinha essa origem, sendo Gustave Habisreutinger originariamente suíço. Isso talvez explique o motivo do poeta piauiense ter dedicado sua poesia no singular.

mesmo ano, publicada no jornal *A Imprensa*²¹⁵, de Teresina, notícia que esses escravos receberam alforria após o pagamento de indenizações a seus respectivos proprietários, que eram: Francisco Xavier Passos, Francisco Severiano de Moraes Correia Filho, José Francisco de Miranda Filho, Manoel Machado Balduino, Ângela do Monte Serrate, Virgulino Alves Ribeiro Franco, Manoel Rodrigues de Sampaio e Pedro Brito Passos Neto, que receberam ao todo a quantia de 2:736\$194 réis. Por essa época, o Piauí possuía em média 24.136 escravos.

Esse fato foi também confirmado por Lauro Brasília que, em 1881, publicou em Lisboa, no periódico *A Ilustração Universal*²¹⁶, artigo em que destaca o trato dos parnaibanos com o regime de escravidão: “A causa da liberdade dos escravos é pelos habitantes da cidade abraçada satisfatoriamente. A poderosa influência do espírito de caridade estabeleceu no ano passado duas sociedades libertadoras, que apresentam já preciosos frutos de abolicionismo” (BRASÍLIO, 1884, p. 170); e mais adiante: “também outras filantrópicas manifestações particulares, quer com cláusulas, quer sem elas, têm ocorrido para aumentar o número de alforriados”²¹⁷, circunstâncias que levavam aos seguintes números: “está, até hoje, libertado um terço da totalidade dos cativos deste município. Dentro em pouco, certamente, no termo da Parnaíba terá desaparecido a condição servil de sobre aqueles [sic]”²¹⁸.

Com uma infraestrutura ainda precária, Parnaíba, nos anos de 1880²¹⁹, demonstrava alguma preocupação com o modo de receber os viajantes que chegavam à cidade via porto; assim, não tardaram a surgir os primeiros empreendimentos hoteleiros, como o de Joaquim Antônio dos Santos, o Hotel do Comércio²²⁰, fundado em 1887, situado na então principal artéria do município, a Rua Grande²²¹. Esse hotel é um importante rastro do fluxo de visitantes que se via atraído pela cidade, pois, antes dele, o que existiam eram repúblicas, que proliferaram no decorrer das primeiras décadas do século XX.

Outro fato que demonstra a importância de Parnaíba como entreposto comercial do Piauí é dado no ano de 1891, quando os comerciantes que estavam envolvidos com os negócios na cidade reivindicam, junto ao Ministério da Fazenda, a instalação de uma caixa

²¹⁵ “Noticiário: Parnaíba”, *A Imprensa*, Teresina, ano 12, n. 505, 2 mai. 1877, p. 4.

²¹⁶ “Nas terras de Santa Cruz: Parnaíba”, *A Ilustração Universal*, Lisboa, ano 1, n. 21, 28 jun. 1884, p. 170.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Segundo Lauro Brasília (1884), em 1881 funcionava na cidade, além dos vice-consulados francês e português, o vice-consulado da Bolívia.

²²⁰ Em 1891 haverá em Parnaíba outro “Hotel do Comércio”, propriedade de Raimundo José de Moura, localizado no largo da Matriz. Não se sabe, porém, se esse estabelecimento era uma continuação do que fora inaugurado em 1887, afinal, em anúncio do jornal *O Patriota*, desse ano, aparece com o nome desse proprietário e em outro endereço.

²²¹ “Hotel do Commercio”, *Gazeta do Norte*, ano 8, n. 154, 14 jul. 1887, p. 2.

filial do Banco Emissor do Norte²²² – nessa mesma época, outras duas seriam criadas no Brasil: nos estados do Amazonas e do Maranhão. Tudo indica, porém, que essa agência não se instala, pois que em 1901 os comerciantes tornam a reivindicar o pedido, desta vez ao Banco de Pernambuco, ao que justificavam: “Grandes recíprocas serão as vantagens resultantes da criação pedida, pois a Parnaíba é uma praça comercial adiantada e cada vez desenvolvendo-se mais, o que se já se ressentia da falta de um estabelecimento bancário”²²³.

A partir do ano de 1894, o papel da cidade como centro comercial piauiense é substancialmente ampliado quando, no governo de Emídio Adolfo Vitória da Costa, instituiu-se a lei n. 41, de 17 de julho, concedendo incentivos fiscais para todo aquele que se utilizasse do rio Parnaíba como via de transporte, autorizando ainda a subvenção anual de 24 contos de réis, pelo período de 5 anos, à empresa que implantasse a navegação nessa via fluvial. Mais adiante, em 1904, institui-se a lei n. 359, de 18 de julho, estabelecendo subvenção à empresa que criasse a linha Floriano-Parnaíba.

Embora sua extração fosse conhecida desde os anos de 1880, não aproveitada no Piauí, é somente nesse cenário de início de século que surge a exploração da cera de carnaúba, principal produto de exportação que afluía por Parnaíba e responsável por uma transformação econômica sem precedentes, tornando a cidade em um dos empórios mais importantes do Nordeste. Ao lado da cera, a borracha de maniçoba era outro produto piauiense valorizado para a exportação. Em 26 de dezembro 1908, por exemplo, em artigo não assinado intitulado “O Piauí na exposição”, publicado no jornal *O Piauí*, de Teresina, informa o redator com um ar bastante otimista:

A exportação da cera de carnaúba e da borracha de maniçoba, produtos de que existem belos tipos de amostras na exposição piauiense, quer da nativa, quer da cultivada, vem aumentando de ano para ano, sendo a porcentagem de exportação (23,4%) para a cera de carnaúba, e (42,6%) para a borracha de maniçoba, e tudo faz crer que continuará em crescendo, maximé sendo a maniçoba do Piauí a melhor cotada nos mercados estrangeiros²²⁴.

Até por volta de 1912 a borracha de maniçoba seguia como o principal produto exportado pelo estado, fato que mudaria no ano seguinte, quando ocorre uma “profunda crise econômica e financeira para o Piauí. A degradingolada das exportações da maniçoba e a falência do Estado, como pagador” (QUEIROZ, 2011, p. 33).

²²² “Notícias financeiras”, *Jornal do Recife*, ano 34, n. 72, 2 abr. 1891, p. 2.

²²³ “Agência bancária”, *Nortista*, ano 1, n. 6, 9 fev. 1901, p. 2.

²²⁴ “O Piauí na exposição”, *O Piauí*, Teresina, ano 18, n. 988, 26 dez. 1908, p. 1-2.

No decorrer dos anos seguintes, porém, o extrativismo e a exportação da cera de carnaúba seguiram e aos poucos serviram como uma espécie de redenção econômica piauiense. Para se ter uma ideia, dados computados no livro *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas* (1995) registram a produção dessa matéria-prima, de 1939 a 1949, como responsável por 70% da receita do estado. A valorização da cera de carnaúba, portanto, foi uma constante que nos anos de 1910 alcançou já uma política de preço bastante favorável, em pouco menos de sete anos: em 1911, 15 quilos desse gênero, despachados, saíam pelo valor de 23\$000 réis, e logo em 1918, em pleno período de guerra mundial, mais do que dobra, alcançando a cifra de 58\$000, uma valorização de pouco mais de 152%. Nesse mesmo ano, a maniçoba já não era mais exportada. Assim, a cidade de Parnaíba, impulsionada pelos lucros advindos de inúmeros produtos e, posteriormente, a cera de carnaúba e o algodão em pluma, experimentou várias mudanças:

Acompanhando esse desenvolvimento econômico a cidade de Parnaíba vai formando uma infraestrutura compatível com os novos tempos: uma linha de bonde (26 de maio de 1891); o telégrafo (5 de outubro de 1892); a Santa Casa de Misericórdia (26 de abril de 1896); vice-consulado Britânico (1913); a agência do Banco do Brasil (4 de junho de 1917); um corpo de polícia do Tiro de Guerra (24 de janeiro de 1917); uma Associação Comercial (1º de fevereiro de 1917); linha aérea da “Nirba Line” utilizando hidroaviões (1930) dentre outros empreendimentos (MENDES, 2001, p. 74).

Infelizmente, há uma lacuna nos registros historiográficos que deem conta dos movimentos culturais que se operaram em Parnaíba na segunda metade do século XIX, salvo notícias esparsas em jornais de Teresina ou do Ceará, e um ou outro periódico, como *A Pátria*, que resistiram às intempéries. Mesmo esse periódico não possui mais que uma edição, como consta na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Há, no entanto, relatos memorialísticos de importantes intelectuais que chegaram a Parnaíba nos primeiros anos do século XX e que servem de aporte a este estudo, como os de Alarico da Cunha (“Parnaíba há quarenta anos”), João Campos (“Parnaíba em 32 anos”), bem como o relato de viagem de Joaquim Nogueira Paranaguá. Salvo suas limitações de foco, eles ajudam a traçar um pouco do perfil cultural que a cidade admitia naquela época.

Em 1905, por exemplo, a fama de Parnaíba como empório comercial era matéria comentada por viajantes que percorriam o estado e as principais cidades piauienses e observavam suas qualidades. Joaquim Nogueira Paranaguá, político e escritor piauiense, em sua passagem pela cidade, comenta os produtos que moviam a economia parnaibana, destinados à exportação:

gado vacum, cavalari, ovino, caprino, suíno e aves domésticas; couros espichados, salgados, peles miúdas, sola, crinas, chifres, carne seca ou de vento, sebo, queijos, requeijões, manteiga, borracha, resina de jatobá e outras; algodão, fumo, cera de carnaúba, velas, chapéus e outros produtos de carnaubeiras; fibras vegetais diversas e apreciados doces de bacuri, buriti, cajuí, murici, e muitos outros, verdadeiramente deliciosos. Além dos gêneros citados, exporta cereais, farinha de mandioca, polvilho, madeira de construção e de tinturaria, e preciosas penas (PARANAGUÁ, 1905, p. 209-210).

O dado é confirmado por Junia Rego (2013, p. 41), quando informa que os galpões portuários do Porto das Barcas de Parnaíba serviam para armazenar os produtos que chegavam do interior para exportação: “o charque, os couros, as peles, algodão, arroz, e, mais tarde, sacos de cera de carnaúba, amêndoas de babaçu, de tucum, e outros produtos”.

Uma noção da atividade comercial que se operava em Parnaíba em 1912 dá João Campos, ao lembrar o ano que chegara pela primeira vez a cidade. Seu discurso, além de cuidar de questões de infraestrutura, tratava de relatar o intenso movimento comercial que se operava e lega rastros do polo econômico que vinha se solidificando desde o século XIX: “Nas ruas, tudo revelava atividade e trabalho, como se a ociosidade temesse ombrear-se com os que por ali transitavam preocupados com os seus negócios” (CAMPOS, 1945, p. 318). Nesse mesmo tom, Alfredo Barros, ao descrever Parnaíba em 1910, publicando suas impressões sob o título “Aspectos parnaibanos”, no jornal *O Monitor*, de Teresina, e republicadas no hebdomadário *Semana*, de Parnaíba, também atenta para a estrutura e organização do comércio dessa cidade em relação a outras praças:

o comércio de Parnaíba [...] é o mais inteligente e bem organizado do Estado. Farto de recursos, não se cinge mais ao ramerrão de comprar por um e vender por dois. Emancipou-se dessa velha prática que nos legaram os colonizadores lusitanos, e que, infelizmente, é ainda dotada em muitos dos nossos mercados (BARROS, 1911, p. 1).

Observa o cronista como principal diferença o fato de o comércio parnaibano ter diminuído o número de intermediários e os inúmeros embarques e desembarques de mercadorias em portos diversos, instalando assim uma linha mais direta com os receptores. Isso, além de ter barateado o escoamento dos produtos, os mantinha mais conservados, sem avarias. Em Parnaíba, na época, os produtos eram embarcados “diretamente, ou com um intermédio apenas; evitando as despesas preditas, e os prejuízos, quase inevitáveis, ocasionados pelas transmutações das vias de transporte, a que estão sujeitas as mercadorias

procedentes da capital maranhense”²²⁵. Barros chega a comentar o quanto era rendoso transportar, por isso, as mercadorias via rio Parnaíba, ao invés de Itapecuru, no Maranhão, “que além do frete fluvial, sobrepõe-se o da estrada de ferro, não pouco oneroso”²²⁶.

Atendo-se às casas exportadoras e importadoras, bem como às de consignações e comissões, o cronista ainda lega vestígios a respeito de sua estrutura:

Existem nesta cidade muitos estabelecimentos mercantis, diversos escritórios especialmente de comissões e consignações. Destacam-se, entretanto, cinco casas aviadoras de largas e avultadas transações. Algumas destas se cingem exclusivamente à importação e venda de mercadorias. Outras, ao contrário, se ocupam somente de exportação²²⁷.

Além disso, é apontada a existência de duas companhias de navegação particulares: “Uma que faz o transporte daqui para Amarração e vice-versa, e outra que navega deste porto ao Uruçuí e escalas, seiscentas milhas rio Parnaíba acima”²²⁸. E mais adiante fala do perfil dos comerciantes que faziam parte dessa realidade, como uma classe ilustrada. Isso reforça o que as fontes primárias têm apontado a respeito desse mesmo período, cujo índice maior reside em dois aspectos: parte dos intelectuais constituintes da seleta de literatos que residiam em Parnaíba tinha ou teve no decorrer de suas vidas alguma conexão com o comércio, geralmente como caixeiros ou mesmo comerciantes, que ao longo do período fundaram periódicos literários. Isso vai ao encontro do que afirma Ángel Rama (1998, p. 114):

En aquellas ciudades donde el progreso económico había distendido a la sociedad, acrecentado el número potencial de consumidores, proveyéndolos de recursos suficientes, se presenciaria una sostenida actividad intelectual para proveer a ese público de ideas y de objetos culturales, desarrollando mensajes educativos que no sólo no pasaban por los órganos del poder sino que se enfrentaban a ellos²²⁹.

O número de escritores que vivia em Parnaíba no século XX e tirava seu sustento do comércio era significativo em relação ao número de habitantes que a cidade possuía. De um período que compreende os anos de 1900 a 1930, por exemplo, o contingente ultrapassa a casa dos 40, entre ensaístas, poetas, cronistas, contistas e dramaturgos, com

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Tradução: “Nas cidades em que o progresso econômico havia desenvolvido a sociedade, aumentado o número potencial de consumidores, fornecendo-lhes recursos suficientes, seria testemunhada uma atividade intelectual sustentada para fornecer ao público ideias e objetos culturais, desenvolvendo mensagens educacionais que não apenas não passavam pelos órgãos do poder, mas os enfrentavam”.

predominância aqueles dedicados à arte do verso. É claro que muitos desses nomes foram, com o tempo, largando o cargo no comércio que ocupavam inicialmente, alcançando outros postos de importante envergadura, como Alarico da Cunha, que chegou à cidade em 1904 para ser caixeiro na firma do empresário Joaquim Antônio dos Santos²³⁰ e em 1913 já ocupava o cargo de vice-cônsul de Portugal.

No ano de 1905 o poeta e um dos futuros membros da Academia Piauiense de Letras, Armando Madeira, também era caixeiro, função que exercia na firma de seu tio, Benedito Madeira Brandão, esposo da poetisa Luiza Amélia de Queiroz, a primeira escritora piauiense. Comerciantes outros que enveredaram pela escrita também foram os poetas Raimundo Petit, vindo de Belém do Pará, um dos mais prolíficos poetas do período com atuação na imprensa parnaibana, tendo fundado em 1911 o jornal *Auras do Norte*, cujo expediente admitia a crítica, a notícia e a literatura; outros nomes seriam os sonetistas Jesus Martins, Nestor Gomes (que também enveredou pela política) e José Dutra, além do agente comercial o poeta Antônio Otávio de Melo, o farmacêutico e poeta Benú da Cunha, e o mecânico e poeta Francisco Aires.

Apesar da desvinculação direta ao partidário político, a estrutura social dos intelectuais desse circuito, tão ligada às causas mercantis, os levava muitas vezes a se organizarem em sociedades para defenderem a causa comercial, misturando-se aos empresários. Um exemplo ocorre em 1918, quando se funda a *União Caixeiral*, instituição que no seu quadro societário contou com a integração de alguns homens de letras, como Alarico da Cunha, que foi 1º secretário, e José Dutra, 2º secretário, mais tarde o primeiro se tornaria presidente, substituindo o empresário Antônio do Monte Furtado.

O número de intelectuais ligados às letras em Parnaíba não difere muito dos que estavam instalados no circuito literário de Teresina, que no mesmo período somava algo próximo de 60, cujas ocupações variavam, entre médicos, bacharéis, farmacêuticos, professores, dentistas, jornalistas e políticos, com predominância os ligados ao exercício jurídico.

Herdando o desenvolvimento econômico de décadas anteriores, o século XX, portanto, chega para Parnaíba como uma constante, cuja diferença quanto ao século anterior estava justamente no incremento literário e cultural que a cidade ia incorporando

²³⁰ “Eu era um dos passageiros, que havia suspenso os meus estudos no Liceu Piauiense, a fim de embarcar nas lides de Mercúrio nesta comercialíssima Parnaíba, atendendo a um chamado do meu velho amigo e parente Tenente Cândido de Assunção para colocar-me no escritório comercial de seu chefe coronel Joaquim Antônio dos Santos, então agente da Companhia de Navegação a Vapor no rio Parnaíba, do Lloyd Brasileiro, da The Booth Steamship Company Limited, da Hamburg – Amerika Linie e Hamburg Sulamerikanische Danpfschiffanct – Gesellschaft, além de banqueiro e grande exportador e importador por consignações” (CUNHA, 1944, p. 1).

em seu *modus vivendi*, como a leitura de jornais e a publicação de variadas poesias, estudos de cunho historiográfico e ensaios folclóricos sobre a cidade – há toda uma atmosfera de valorização e exaltação do espaço, otimismo que se mistura ao crescimento comercial. Em elogio à Parnaíba, no ano de 1946, o então bispo D. Felipe Conduru Pacheco, observando a projeção da cidade desde os primórdios até as primeiras décadas do século XX, chega a denominá-la de “núcleo promissor da intensa vida para o Brasil” (PACHECO, 1946, p. 12), e mais adiante: “Região-chave de todo o Piauí, laço de união entre as faixas litorâneas cearense e maranhense”²³¹. Tais palavras são um índice da importância, também econômica, que vinha se definindo ao longo dos decênios de fundação da cidade, tornando-se mais evidente quando em 1917, depois de muitas lutas e campanhas cívicas, e já contando com uma pequena linha ferroviária que facilitou significativamente o escoamento de produtos para o porto, é instalada a primeira agência bancária do Banco do Brasil no estado, enquanto a capital, Teresina, só teria a sua no ano de 1921.

Era um tempo, porém, em que Teresina se consolidava como centro administrativo: “crescia sua influência comercial em virtude de sua melhor localização, inclusive por exercer influência sobre vastas áreas do Maranhão” (MENDES, 1995, p. 74). Logo mais, em 1927, surge o Banco do Estado do Piauí. A instalação dessas agências em terras piauienses se relacionava diretamente às atividades de entreposto comercial que exercia Parnaíba por meio de seu litoral, ou seja, “só se tornaram possíveis com a integração maior do Piauí ao mercado internacional, via exportação de cera de carnaúba e do babaçu” (QUEIROZ, 2011, p. 27).

No que se refere à relação de trocas simbólicas, não foram poucos os poetas que residiam em Parnaíba e renderam homenagens à cidade de Teresina. O poeta Lívio Castelo Branco, por exemplo, na edição de 1926 do *Almanaque da Parnaíba*, lança um conjunto de dois sonetos a cantar a capital teresinense de sua infância, “Doce berço da minha mocidade, / Para a gente viver quando em criança, / E quando ausente para ter saudade!...” (CASTELO BRANCO, 1926, p. 29). Benedito da Cunha, o “Benú da Cunha”, que também fez parte do circuito literário parnaibano, advindo de Matões, no Maranhão, residiu, nos primeiros anos do século XX, em Teresina, ocasião em que colaborou com importantes órgãos de imprensa, como *Andorinha*, *Borboleta* e *Gazeta*, em produções que respondiam pelo gênero do soneto.

É ainda nos primeiros anos do século XX que os escritores de Parnaíba experimentam, com maior intensidade, a vida boêmia e literária, dividindo-a, ainda, com o

²³¹ Idem, p. 16.

exercício da imprensa. Neste, dispunham de pouca audiência, devido ao contingente de analfabetos que assolavam as terras piauienses, daí a necessidade de dar assistência à segunda, a fim de conquistar, em suas práticas diurnas e noturnas nos “botecos” e cafés, não apenas a aceitação de seus pares como também angariar o prestígio do meio, o grande capital simbólico da época. Em uma esfera mais formal, surgem alguns ciclos de conferências, que também serão comuns em Teresina, sintoma das agitações do restrito campo erudito que se formara, cujos resultados se refletiram na fundação de grupos educacionais, associações de letras e criação e manutenção de órgãos de imprensa. Em geral, eram eventos que reuniam a casta de homens públicos e intelectuais em torno de celebrar assuntos em voga ou mesmo que compraziam às discussões literárias ou históricas.

Em Parnaíba, por exemplo, essas conferências ganhavam corpo quando homens de letras, que residiam no Rio de Janeiro, em excursão pelo estado, passavam pela cidade natal e deixavam nela as suas contribuições tanto na imprensa, ou ainda quando intelectuais de outros estados, em passagem pelo Piauí, eram convidados a ministrar palestras em recintos especiais (como o Cine Teatro Éden ou o Palace Hotel) aos homens que compunham a elite intelectual da região.

4 INTELLECTUAIS VÃO À IMPRENSA

Apesar de o conceito ser amplo, geralmente definido em dois grupos, os humanistas²³² e os cientistas, antepondo ainda vanguardistas e tradicionalistas, toma-se aqui o termo “intelectual” como o indivíduo ligado à escrita ou, mais precisamente, ao campo literário, “a demonstração, no nível das escrituras, dos símbolos, da criação de novos valores [que] existem como matéria-prima da realidade social” (GONZALES, 1982, p. 110); indivíduo que Thomas Sowell (2011, p. 17) classificou dentro de uma categoria prática, “composta por pessoas cujas ocupações profissionais operam fundamentalmente em função das ideias”, isso porque, “uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever” (BOBBIO, 1997, p. 67); mais ainda: “alguém cujos instrumentos de trabalho não são as máquinas, mas ideias”²³³.

Pensar até que ponto os intelectuais no Piauí criaram *novos* valores para transfigurar o mundo por meio do pensamento ou da criação artística é perceber o campo não de modo amplo – participante, por exemplo, de uma cadeia nacional –, mas de maneira restrita, centrado em circuitos muito específicos. Tal estreitamento tem por fim vislumbrar o papel que exerceram em um meio social nada afeito aos ganhos estéticos e somente disposto aos bens simbólicos depois de um longo período de conquistas educacionais e culturais. O processo se inicia no final do século XIX e percorre toda a primeira metade do século XX, tendo se transformado, sobremaneira, depois dos anos de 1930. Assim, se os homens de letras inseridos nessa realidade ainda amorfa não operaram de maneira definitiva essa reconfiguração de valores, foram eles, sem dúvida, os responsáveis por iniciar o processo, numa tomada de consciência de, pelo menos, configurar um sistema cultural e literário no Piauí. Os produtos deles derivados – e vencidas as barreiras que solapavam o seu consumo – encontraram depois audiência e se incorporaram naturalmente à tradição, numa fase de continuidade, fenômeno que Candido (1987) observa como “causalidade interna”, embora aqui os exemplos não estejam atrelados a produções nacionais, mas piauienses.

Não se podia, pois, esperar muitas transformações da parte dos piauienses, cujo espaço geográfico, político e econômico era bastante desfavorável em relação aos circuitos nacionais de maior projeção como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. No período da República Velha, não proporcionaram a profissionalização do trabalho intelectual, muito

²³² Aqui se classificam tanto os escritores que enveredam para os estudos das ciências do espírito como os literatos, produtores de arte; afinal, esta, como observa Ortega y Gasset (1966a, p.191), é também “una explicación habida entre el hombre y el mundo, una operación espiritual tan necesaria como la reacción religiosa o la reacción científica”.

²³³ Idem, p. 68.

embora, antes de uma estagnação ou esterilidade literária, se tenha criado neles “condições sociais favoráveis [...], sobretudo em sua forma literária, e um campo intelectual relativamente autônomo” (MICELI, 2001, p. 16).

A correlação do intelectual com a imprensa, apesar de esse suporte não representar, no Piauí desse período, um ganho seguro para a profissionalização dos homens de letras, como o fora no século XIX nos principais centros brasileiros, pelo menos proporcionou, em termos modernos²³⁴, que as ideias desses sujeitos se difundissem no meio, alterando em algum ponto as condições que o espaço até então experimentava. Esse impacto, é necessário destacar, ocorreu de duas formas: direta, quando da leitura de um texto; e indireta, quando o conteúdo deste chega aos ouvidos da população em sua grande parte analfabeta, podendo ainda ser reverberado em diferentes rodas sociais, cidades circunvizinhas ou mesmo outros circuitos.

Sabendo já que no espaço literário piauiense se configurou a existência de um campo de reprodução erudita, os intelectuais piauienses nele inscritos não foram aqueles que transformaram códigos estéticos, como se espera do modelo europeu, mas, para o seu meio, se tornaram responsáveis por “derrubar estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação” (SAID, 2005, p. 10). Em outras palavras, esses homens de letras marcharam contra o senso-comum da época, incorporando na estrutura social, da parte de Teresina, os valores filosóficos de correntes que estavam em voga, tendo como ponto de partida a Escola do Recife. E em relação aos dois polos, promoveram uma reestruturação de imagens e linguagem, diferindo dos cantadores de moda e dos contadores de história de então, cuja matéria muitas vezes se originava do imaginário social e religioso do povo piauiense.

Esse olhar não era vago para os homens de letras no Piauí, que reconheciam certo papel do escritor no campo social, pelo menos em termos de ideário. Ao trocar o termo “intelectual” por “literatos cerebrais”, Cristino Castelo Branco chega mesmo a declarar, em sessão do ano de 1921 na Academia Piauiense de Letras, que estes “são apontados agora, mesmo pelo vulgo, como valores sociais, de grande relevância, infundindo respeito, recebendo homenagens” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 72), isso porque “os povos

²³⁴ Norberto Bobbio (1997, p. 121) compreende que “a moderna camada dos intelectuais está associada à formação de uma sempre mais vasta opinião pública por intermédio da imprensa, tanto que o fenômeno da opinião pública e o fenômeno da camada dos intelectuais no sentido moderno da palavra nascem simultaneamente, e a acrescida influência destes avalia-se habitualmente pela formação de um público sempre mais amplo em condições de exprimir e fazer valer a própria opinião”.

compreenderam, ou vão compreendendo, que os homens de letras é que dão lustre e glória à civilização”²³⁵.

Há, porém, no Piauí, uma contradição quanto ao campo em que atua o intelectual, tal como observado por Edward Said em análises sobre o tema. Nele os homens que exercem esse papel, apesar de se utilizarem de veículos públicos como o jornal ou as revistas especializadas, não se dirigem a um público amplo, antes eles se encerram em um círculo restrito, de onde emerge, de fato, a sua plateia natural. Importante destacar que isso ocorria não porque os intelectuais piauienses execrassem a participação da “massa” em seu círculo, como faz ver John Carey (1993) em relação ao campo literário modernista britânico. Devia-se ao analfabetismo, que não permitia se formasse outro público senão aquele detentor da leitura e, neste, dos códigos literários – o que tornava a fatia de apreciadores da arte literária ainda mais restrita. A razão disso, atrasada no espaço piauiense, como se tem dito, não foge ao que ocorria no século XIX em algumas nações da América Latina, em que “la debilidad cultural que durante un siglo caracterizó el medio social, diluyendo la existencia de un público consumidor específico, transformó a los mismo intelectuales en productores y consumidores simultáneos”²³⁶ (RAMA, 1972, p. 18).

Em Teresina, os intelectuais que pertenciam a esse campo, como se tem demonstrado, se incorporaram às estruturas de poder e nela e por ela se digladiavam nos jornais em nome da *democracia*²³⁷, já problemática e multifacetada, numa clara tentativa de impor ao seletor público consumidor uma voz autorizada – e, nele, inculcar seu prestígio. Até mesmo quando exerciam apenas atividades literárias, geralmente em revistas ou folhas específicas, estas serviam como pretexto para demonstrar erudição e se fazerem vistos no campo, passaporte ao círculo político, que em geral cooptava os mais talentosos ou os mais polemistas. Nesse sentido, os intelectuais da situação pregavam a continuidade dos códigos de conduta públicos instaurados por um regime de governo a que pertenciam, enquanto os intelectuais de oposição reclamavam a reestruturação dos planos e a descontinuidade dos projetos de estado.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Tradução: “a fraqueza cultural que caracterizou o ambiente social durante um século, diluindo a existência de um público consumidor específico, transformou os mesmos intelectuais em produtores e consumidores simultâneos”.

²³⁷ Atribuindo os conflitos partidários a disputas de discursos e não de verdades, Ortega y Gasset (1966d, p. 81) chega a afirmar que, nessas circunstâncias, “No hay una verdad ni una justicia; hay sólo lo que al partido convenga, y ésa será la verdad y la justicia – se entiende que habrá otras tantas cuantos partidos haya”, isso porque, guiados por ideologias, os sujeitos inscritos nessas refregas muitas vezes não percebem que “Una *ideología* es, pues, la falsificación de la verdad que el hombre comete no deliberadamente (no como impostura), sino inexorablemente, por estar adscrito a una clase” (GASSET, 1966d, p. 82).

Um exemplo disso é dado pelo jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, que em sua edição de 30 de maio de 1909 dá nota do envolvimento de alguns membros da futura Academia Piauiense de Letras, a principal instância de consagração do Piauí do recorte, que, em conjunto com representantes piauienses do Congresso Nacional, dirigiram telegrama ao então governador do estado, o poeta Anísio Auto de Abreu, “lembrando o nome do nosso colega Félix Pacheco, secretário da redação do *Jornal do Comércio*, para ocupar na Câmara dos Deputados a vaga deixada pelo senhor Ribeiro Gonçalves”²³⁸; o que obteve sucesso.

Ainda em 1909, o poeta Félix Pacheco se torna deputado pelo Piauí, tomando posse em 31 de agosto. Mais tarde, em 14 de setembro do mesmo ano, é o jornal carioca *A Imprensa*²³⁹ que informará do flerte desses intelectuais com as estruturas do poder: em banquete oferecido, em Teresina, ao governador Anísio Auto de Abreu e ao deputado Félix Pacheco estiveram presentes, em discursos elogiosos, o poeta Valdivino Tito, bem como os escritores Higino Cunha e Abdias Neves, os dois últimos da futura APL.

Assim como aconteciam nas polêmicas literárias, os embates ideológicos que surgem da contenda política piauiense, tendo como palco a imprensa, quase sempre migravam da esfera propriamente ideária para os embates e conflitos de ordem pessoal, resultando disso atentados, empastelamento e refregas judiciais. Há casos no século XIX, inclusive, de pancadaria em igreja, onde funcionavam colégios eleitorais²⁴⁰. Além dos embates políticos, o circuito literário de Teresina se reservava outra peculiaridade: os conflitos que surgiam por questões religiosas, entre maçons e clero, ambos representados por periódicos que dividiam a atenção do seletor público leitor. Essa contenda, que nasce de querelas religiosas, com o tempo migra para os embates políticos, quando em 1909 os padres instalados em Teresina fundam o Partido Católico²⁴¹ e iniciam franca oposição ao governo piauiense representado por Anísio Auto de Abreu, bem como ao deputado Félix Pacheco, “por ter assinado a emenda que suprime a legação brasileira no Vaticano”²⁴².

Os intelectuais de Parnaíba, por sua vez, aparentemente mais liberais, na realidade questionavam a estrutura do governo, via de regra sem vezos políticos, mas em favor das campanhas em favor dos melhoramentos na infraestrutura que viabilizassem mais precisamente o comércio piauiense na porção norte. Daí seus inúmeros reclames na imprensa, muitas vezes denunciando o estado de apatia dos governos em relação a essas

²³⁸ “Notas”, *Gazeta de Notícias*, ano 35, n. 150, 30 mai. 1909, p. 5.

²³⁹ “Telegramas: Teresina”, *A Imprensa*, ano 6, n. 631, 11 set. 1909, p. 3.

²⁴⁰ “Noticiário: Parnaíba”, *O Cearense*, ano 17, n. 1.606, 25 set. 1865, p. 1-2.

²⁴¹ Antônio Ferraz era o candidato a prefeito desse partido, em Teresina.

²⁴² “Telegramas: Teresina”, *A Imprensa*, ano 6, n. 649, 29 set. 1909, p. 5.

reivindicações tão urgentes ao desenvolvimento econômico do Piauí. Nesse sentido, os intelectuais desse circuito mantiveram o papel de “universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, [deram] maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação” (SAID, 2005, p. 53), mas a dor de que se ressentiam os parnaibanos era da impossibilidade de “progredir” no comércio, limitado – é o que defendiam – pelas insípidas estruturas do poder político. A maneira que encontraram para se fazerem ouvidos foi por meio da imprensa, legando, principalmente ao longo do século XX, inúmeros artigos de caráter opinativo e técnico, como meio de sensibilizar os governantes, tanto da capital como da federação.

Assim, as mais recuadas reivindicações que se tem notícia desse tempo, via imprensa, foram impressas pelo jornal *Nortista*, dirigido por Francisco de Moraes Correia, que por longas edições tratou, em 1901, de abordar assuntos de interesse comum aos homens de negócios instalados em Parnaíba, sob o título “Pelo Piauí”. Dentre as campanhas levantadas à luz dessa coluna estavam a anexação do território de Tutoia (pertencente ao Maranhão) ao Piauí, os necessários serviços de dragagem na barra de Amarração e no rio Parnaíba, a manutenção da Alfândega e dos Correios, e a instalação de faróis em lugares estratégicos do litoral piauiense, além do já instalado na praia da Pedra do Sal, então em condições degradadas. O tom que essa coluna imprime ao longo das edições chega a extravasar os limites da reivindicação, por adotar a postura de denúncia. Na edição de 26 de outubro, por exemplo, os redatores, ao aludirem ao conjunto de textos já lançados, afirmam:

falamos do abandono com que correm os nossos negócios perante o governo federal; mas como sempre triunfam as causas justas, anima-nos a esperança de que ainda poderemos merecer maiores considerações por parte de quem só nos enxerga para a execução de impostos ou para a supressão dos poucos melhoramentos que possuímos, a título de se fazer economia na despesa da República²⁴³.

O exercício desses homens de letras na imprensa, tanto em um circuito como em outro, portanto, é o resultado da dupla função que a *Intelligentsia* encarna: a de escritor e a de escrevente, para tomar aqui emprestada a distinção de Roland Barthes. Nesse caso, as atuações é que definem os perfis. Ao se ocuparem com folhas eminentemente literárias, centralizando trabalhos em objetos simbólicos (poemas, contos, crônicas e, quando em metalinguagem, ensaios e críticas), a postura desses indivíduos é própria da primeira função, presa unicamente a “normas técnicas (de composição de gênero, de escritura) e

²⁴³ “Pelo Piauí: interesses gerais”, *Nortista*, ano 1, n. 43, 26 out. 1901, p. 1.

normas artesanais (de labor, de paciência, de correção, de perfeição)” (BARTHES, 2011, p. 33). Em paga disso, a literatura se torna um fim em si mesma, e não um instrumento, como é o caso da segunda função apontada, a de escrevente. Nesta as letras são utilizadas transitivamente, cujo fim se resume em atos conativos: doutrinar, combater e/ou ensinar. O trabalho, em virtude disso, pode não passar de uma codificação ideológica, refletindo não uma ocupação *en soi*, mas a consequência de vinculações práticas de trabalho que, *pour soi*, sustentam o ofício criativo com as letras²⁴⁴.

Pari passu às duas funções, aparecem dois níveis: um subjetivo, outro objetivo. Quando correlacionadas às esferas de poder, essas funções guardam finalidades específicas dentro do campo: como escritores, somente em um nível muito superficial o objeto criado pode ser visto como um fim em si mesmo, todavia, em outros estratos, o intento se vincula ao ganho de audiência e, conseqüentemente, à cooptação; cooptados, podem ainda atuar literariamente (variando de circuito para circuito), mas encarnam, sobretudo, a função de escreventes, em defesa de um projeto – e é nesta circunstância que o intelectual, a serviço de uma estrutura, “propõe à sociedade o que a sociedade nem sempre lhe pede” (BARTHES, 2011, p. 37). Não por acaso, Raymond Aron reconheceu que a situação da *Intelligentsia*, em quaisquer que sejam os tempos, pode ser definida por suas relações com as instâncias de poder, em especial as classes dirigentes (proprietários rurais e ricos mercadores, por exemplo).

Admitidas essas realidades, e os casos de Teresina e de Parnaíba, seria viável pensar os intelectuais piauienses que atuaram nesses circuitos de acordo com o que formulara

²⁴⁴ Por observar circunstâncias como essa, em que os escritores se tornam dependentes de atividades em outra esfera, externas à literatura, que Bernard Lahire (2009, p. 9) prefere discorrer sobre “jogo literário” em vez de “campo literário”, posto aquele designar “um campo secundário, muito diferente de campos seus aparentados em termos do seu funcionamento – nomeadamente campos acadêmicos e científicos –, que dispõem de meios econômicos para converter os indivíduos que aí participam em agentes permanentes, levando-os assim a colocar o essencial da sua energia ao seu serviço”. Nesse sentido, ao campo literário estariam vinculados apenas aqueles intelectuais da “arte pura”, advindos da burguesia e não dependentes de outros ofícios senão o de “criar”; ao “jogo literário” os demais, e aqui, os vinculados às estruturas e componentes da *Intelligentsia*, que precisam a todo instante migrar para fora do campo a fim de exercerem a sua “segunda atividade”, a de subsistência: “Os escritores vivem grandes frustrações, sendo obrigados a adormecer as suas disposições mais solidamente constituídas, e a fazer face a uma pluralidade problemática de investimentos, pelo que os seus envolvimentos literários, paraliterários e extraliterários entram em concorrência, e por vezes mesmo em contradição” (LAHIRE, 2009, p. 2). A perspectiva desse sociólogo francês ao elaborar o tipo “escritor de segunda atividade” em muito se aproxima ao termo “escritor proletário” também pensado por Bourdieu. Ainda nessa circunstância, para Dominique Maingueneau (2001, p. 39) essa “segunda atividade” de que fala Lahire está dentro das “profissões tópicas” de que os escritores se valem para a sua própria subsistência: “O escritor relaciona-se com o dinheiro de duas maneiras. Há o dinheiro que permite viver enquanto ele se consagra à escrita; há igualmente o dinheiro que se obtém eventualmente com a escrita. Diferentemente das profissões ‘tópicas’, as que proporcionam uma renda previsível a uma posição determinada do aparelho social, o dinheiro tirado da criação está sujeito ao acaso”. A esse grupo de escritores talvez fosse o caso de se pensar, de fato, em, pelo menos, uma “condição literária”, de perspectiva intermitente, construída “nesta partilha de si – do seu tempo e dos seus investimentos sociais literários e extraliterários” (LAHIRE, 2009, p. 4).

Antonio Gramsci: os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos? Guardadas as especificidades que impõem à tradução teórica aferição sobre as circunstâncias do espaço, das realidades e do contexto em estudo, poder-se-ia interpretar que ao primeiro estariam inscritos os que pertenciam ao polo político, ou seja, “professores, clérigos e administradores, que, geração após geração, continuam a fazer a mesma coisa” (SAID, 2005, p. 19-20); os de Parnaíba pertenceriam ao segundo tipo, por estarem “ligados a classes ou empresas, que os usavam para organizar interesses, conquistar mais poder, obter mais controle”²⁴⁵. Esses tipos são resumidos por Edward Said nos seguintes termos:

os intelectuais orgânicos estão ativamente envolvidos na sociedade; isto é, eles lutam constantemente para mudar mentalidades e expandir mercados; ao contrário dos professores e clérigos, que parecem permanecer mais ou menos no mesmo lugar, realizando o mesmo tipo de trabalho ano após ano, os intelectuais orgânicos estão sempre em movimento, tentando fazer negócios (SAID, 2005, p. 20).

Logo, aos intelectuais de Teresina só existiam três alternativas, todas atreladas ao poder político: trabalhar na imprensa como propagandistas de ideias partidárias, lecionar em instituições mantidas pelo erário ou servir, por nomeação ou concurso, em funções públicas, compatíveis ou não com suas formações, como promotores, juizes, secretários etc. Os de Parnaíba, por sua vez, porque vinculados a grupos empresariais – e, de uma forma ou de outra, presos às suas estruturas –, lutavam, como dito, por mudanças na infraestrutura do estado, especialmente ligadas ao comércio. Sintomáticas foram as campanhas em que se empenharam, como aquelas que foram seu principal mote: construção do porto de Amarração, os melhoramentos no rio Parnaíba e a instalação de vias ferroviárias interligando Parnaíba e Amarração às principais cidades do Piauí. Dentre os intelectuais que lutaram nessas campanhas encontravam-se os nomes dos poetas Armando Madeira, R. Petit, João Vieira Pinto, José Pires de Lima Rebelo e José Euclides de Miranda²⁴⁶, os quais levaram tais problemas para a imprensa piauiense. O primeiro, inclusive, reuniu todos os textos em um volume intitulado *Interesses piauienses* (1920).

A publicação desse livro, apesar de síntese dos posicionamentos críticos já lançados na imprensa, pode ser visto como um marco na luta pelos interesses comerciais desse circuito; afinal, a partir dele intelectuais de outros espaços, inclusive de Teresina, demonstrariam simpatia à causa parnaibana. É o que ocorre ao poeta Cristino Castelo

²⁴⁵ Idem, p. 20.

²⁴⁶ Cf. “Em prol do bloco do norte”, *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, n. 6, 1929, p. 31.

Branco, membro da Academia Piauiense de Letras, que, após a leitura do livro de Armando Madeira, ficou convencido pela ideia, encarnando o mesmo espírito progressista:

Temos ali, em Amarração, aquele marulho harmonioso do mar, investindo suavemente sobre as dunas ameaçadoras, uma dupla expectativa: o progresso que nos chama, a grandeza futura que nos acena, a liberdade econômica que nos convida a tomar o nosso lugar no banquete da civilização, a opulência do nosso comércio, a felicidade futura das gerações piauienses; e nas dunas movediças, naquelas areias alvinitentes e eternas, o inimigo a vencer, o perigo a conjurar, uma trincheira a demolir. [...] Façamos o nosso porto, quanto antes, do contrário seremos aniquilados, destruídos ou abandonados (CASTELO BRANCO, 1924, p. 76-77).

Se os dois tipos de intelectuais aqui esboçados se diferenciam quanto aos seus perfis e formação, em um ponto, porém, eles se igualam: ambos serviam a interesses de grupos dominantes, um político e outro comercial. Daí o motivo de Gramsci (1978) denominá-los “caixeiros”. Os vinculados aos políticos são, antes, subordinados indiretamente às elites agropastoris, que dominavam os destinos da política piauiense:

ligados à massa social campestre e pequeno-burguesa da cidade (especialmente dos centros menores) não ainda elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, notários, etc.) e por esta mesma função tem um grande papel político-social, porque a mediação profissional é dificilmente separável da mediação política (GRAMSCI, 1978, p. 350).

Por outro lado, os relacionados ao comércio, os “intelectuais urbanos”, se subordinavam diretamente às empresas responsáveis pela importação e exportação de produtos no Piauí, e “cresceram juntamente com a indústria e estão ligados à sua sorte”²⁴⁷. Como se percebe, esses tipos de relação que os intelectuais estabeleciam com as esferas do poder acabavam por determinar as suas operações dentro dos circuitos. Daí a razão de Bourdieu (2005, p. 190) afirmar que o campo intelectual, por mais tendenciosa que seja a sua autonomia, “é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo do poder”. Esse ponto é de extrema relevância ao método empreendido porque a partir dele é possível entender

não como tal escritor chegou a ser o que é, mas o que as diferentes categorias de artistas e escritores de uma determinada época e sociedade deviam ser do ponto de vista do *habitus* socialmente construído, para que

²⁴⁷ Idem, p. 349.

lhes tivesse sido possível ocupar as posições que lhes eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual e, ao mesmo tempo, adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a estas posições (BOURDIEU, 2005, p. 190).

O esforço empreendido até aqui para entender a configuração desses intelectuais piauienses, todavia, não pode se eximir de mais uma circunstância que, em medida proeminente, altera um pouco a interpretação: o fato de eles, tanto de uma parte como de outra, estarem ligados a círculos restritos de produção e recepção, além, é claro, de serem reprodutores de conhecimento e não propositores, como é de se inferir da postura intelectual. Os homens de letras do Piauí desse período representariam um tipo específico de intelectual, que, em tradução enxuta proposta por Thomas Sowell, formaria, antes, a *Intelligentsia* piauiense, ao invés da intelectualidade em si. Esta repousaria em uma categorização homogênea apenas em um campo ideal²⁴⁸ (e em certo ponto utópica), posto que os indivíduos que assim se configuram, constituem-se de maneiras distintas. Uma ideia sumária da pluralidade de tipos e circunstâncias no campo intelectual, que desfaz todo e qualquer olhar para o mito da “categorização homogênea” é o que apresenta Norberto Bobbio:

[Os intelectuais] jamais são representados por um partido (pode existir em uma sociedade um partido de intelectuais, mas nunca o partido dos intelectuais), os intelectuais jamais são, salvo no caso de sociedades teocráticas, os depositários de um único corpo de doutrinas: segundo as ideias que sustentam e pelas quais se batem, são progressistas ou conservadores, radicais ou reacionários; segundo as ideologias que defendem, são libertários ou autoritários, liberais ou socialistas; segundo a atitude diante das próprias ideias que sustentam, são céticos ou dogmáticos, laicos ou clericais (BOBBIO, 1997, p. 116).

Por essa razão, quanto ao intelectual, que se transmuta no tempo, nos espaços e nas crenças, “não é possível alcançar uma definição restritiva o suficiente para tornar plausível um juízo de absolvição ou de condenação global” (BOBBIO, 1997, p. 9) no que se refere aos seus atos a favor das instâncias de poder ou mesmo de consagração a que está submetido.

²⁴⁸ Abordando de maneira muito sucinta e livre essa perspectiva da conduta ideária do intelectual, Norberto Bobbio (1997, p. 79) a caracteriza “por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de ‘o elevado rumor da história do mundo’, mas, ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem”; por essa razão, “a primeira tarefa dos intelectuais *deveria* ser a de impedir que o monopólio da força [do Estado] torne-se também o monopólio da verdade” (BOBBIO, 1997, p. 81, grifo nosso), ou ainda, “agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais” (BOBBIO, 1997, p. 82).

A distinção apontada por Sowell entre o intelectual propriamente dito e os indivíduos que compõem a *Intelligentsia*, embora também intelectualmente, é encontrada em Norberto Bobbio, que nomeia os primeiros de “casta” e os segundos, “centros de irradiação”, “muitas vezes concorrentes entre si” (BOBBIO, 1997, p. 11). Seriam as “castas” os chamados *maîtres penseurs*, a “elite intelectual” de Ortega y Gasset, responsável pelos destinos da sociedade e, portanto, por educar as massas²⁴⁹, argumento também defendido por Rousseau, tomando essa circunstância de distinção por “vontade geral”, que devia ser interpretada por um pequeno grupo formado unicamente pelas elites.

Em outras palavras, seriam os intelectuais propriamente ditos aqueles sujeitos que se encontram em uma situação privilegiada de bastidores (muitas vezes desvinculados dos espaços em que suas ideias também surtem efeito), enquanto os membros da *Intelligentsia*, apropriando-se dessas ideias se posicionam no *front*, cujo palco, no Piauí do período estudado, são os periódicos. As instâncias de poder, como se percebe, precisam tanto dos serviços do intelectual propriamente dito como da *Intelligentsia*, e nessa guerra, o discurso vencedor leva o trunfo: a dominação. Em tese, somente o segundo tipo seria passível de compor a porção dominada da classe dominante.

Se a “irradiação” das ideias é um papel reservado à *Intelligentsia*, essa sua circunstância funcional ajuda a entender a classificação que aqui se empreende do intelectual piauiense. Afinal, o calor das disputas (políticas, religiosas e literárias) são aspectos vestigiais de seus traços definidores – no campo do pensamento, é esse grupo, por influência direta e indireta, que “geralmente divide as pessoas entre os que são a favor das ‘mudanças’ e os que favorecem a manutenção do *status quo*” (SOWELL, 2011, p. 163). Em se tratando do circuito teresinense há um ponto ainda peculiar, explanado rapidamente no capítulo anterior, que merece mais um detalhamento: a migração do homem de formação liberal para as estruturas de poder. Essa circunstância o retira de uma postura eminentemente intelectual, em certa medida livre, e demonstra mais uma vez a complexidade do tipo piauiense que, cooptado por governos ou partidos, perdia o que Ortega y Gasset (1965, p. 693) chama “lo más personal de la persona”²⁵⁰, ponto nevrálgico à profissão liberal, “prototipo de la actuación individual”²⁵¹ (GASSET, 1965, p. 695).

Essa, porém, é uma questão que deve ser avaliada sob o ponto de vista histórico, social e econômico: assim como a formação de um círculo restrito de produção e recepção literária se deu por fatores muito específicos como o analfabetismo, o mesmo pode ser

²⁴⁹ Ref. *La rebelión de las masas* (1966), de José Ortega y Gasset.

²⁵⁰ Tradução: “o mais pessoal da pessoa”.

²⁵¹ Tradução: “modelo do desempenho individual”.

conferido ao aspecto genuinamente profissional; parte do mesmo problema a impossibilidade dos escritores se valerem da imprensa como meio de subsistência, bem como o fato de não angariarem clientes o bastante para o livre exercício de suas atividades de formação. Higino Cunha, por exemplo, exerceu parte da advocacia, quando fora do governo, de maneira gratuita ou, quando pago, com dificuldades para receber os honorários, como ele mesmo informa em seu livro de memórias:

eu estava encarregado da defesa do capitalista Antônio da Rocha Santos, negociante em Caxias, processado e pronunciado no juízo federal do Piauí pelo crime de passar moeda falsa. Mas *ninguém pode imaginar as dificuldades que encontrei para obter qualquer dinheiro do meu constituinte*, com quem tinha contratado a causa por Rs. 2:000\$000 (CUNHA, 2011, p. 80, grifo nosso).

Nas três primeiras décadas do século XX, e até antes, a concorrência de mercado entre os profissionais liberais mais capacitados e os menos preparados, fato que também poria em crise esse sistema²⁵², inexistia no Piauí. Obrigava a maior parte desses indivíduos diplomados a encontrar outras vias de sustento, mesmo reconhecida por seus talentos na advocacia, na engenharia ou na medicina – as três formações mais prestigiadas do período. Em suma, os lucros que auferiam desses conceitos superiores eram mais associados ao capital simbólico do que ao prático. Eram eles, no entanto, que davam acesso à burocracia estatal ou ainda às tribunas da imprensa, que em muitas circunstâncias se confundiam, resultando em mais um exemplo de “burocratización de la inteligencia” (GASSET, 1965, p. 696).

Tem-se comentado a dificuldade de estabelecer um padrão do tipo esperado de intelectual, ou daquele idealmente construído, quando esses indivíduos desempenham funções distintas a ponto de se antagonizarem, bem como exercerem papéis na sociedade cujos graus de atuação vão da proposição à reprodução ou interpretação. Enxergou isso também o sociólogo germano-americano Lewis A. Coser, quando em *Men of ideas* (1965) esboçou uma tipologia. Segundo ele, a complexidade dos muitos modos pode ser resumida em quatro grupos, respeitando os seus consequentes desdobramentos: o primeiro estaria relacionado ao intelectual que está no poder, em que “o chefe revolucionário é também o mestre da ideologia, o criador ou o intérprete da doutrina” (BOBBIO, 1997, p. 104), circunstância admitida como rara, mas que levou à ascensão regimes totalitários; no

²⁵² Segundo Ortega y Gasset (1965, p. 694), essa crise seria impulsionada pela própria sociedade, responsável pela hierarquização dos profissionais: “dentro de la profesión liberal misma los menos dotados buscarán apoyo en el Estado para que este regimiente la profesión, de modo que todos los que la ejercitan queden colocados socialmente, y esto significa, económicamente, al mismo nivel”.

segundo tipo estaria o intelectual que exerce influência sobre o poder, estando fora dele; um terceiro grupo seria formado por intelectuais que desempenham a função de legitimar o poder constituído, “contribuem com escritos e discursos para a chamada fábrica de consenso” (BOBBIO, 1997, p. 113); ainda nesse tipo é possível pensar aqueles que, não estando no lado vencedor, lutam pela derrocada deste, investindo na constituição de outro, quando em postura opositiva; e em quarto estariam os que adotam atitudes permanentemente contrárias aos regimes, “são por vocação os antagonistas do poder, seja qual for a forma assumida pelo poder, porque o poder – sob qualquer forma – é instrumento de opressão, de não-liberdade, de domínio cego e arbitrário” (BOBBIO, 1997, p. 104).

Em sua maioria, os intelectuais piauienses de que se ocupa esta análise se encaixam no terceiro tipo elencado anteriormente, posto, muitas vezes, agirem como “porta-vozes” de uma estrutura de poder organizada, “cuja tarefa principal é a de usar a própria razão para sentenciar que o chefe [*in dulce*] tem sempre razão” (BOBBIO, 1997, p. 104) – traduzindo aqui “chefe” não apenas um gestor como também um conglomerado de empresas comerciais ou oligopólios rurais. Muitas vezes, o gestor é também o próprio porta-voz das duas últimas estruturas, por elas colocado.

Formados em especial pela Faculdade de Direito do Recife, liderada pela figura de Tobias Barreto, parte significativa dos escritores piauienses, ao retornar para o Piauí, adotou uma postura *sui generis* com relação às ideias apreendidas no Recife: não apenas as reproduziram como também as traduziram no espaço local – isso os coloca em uma circunstância muito específica, entre o ser intelectual e o pertencer à *Intelligentsia*, grupo este formado, em grande medida, por sujeitos cujas atuações na sociedade permitiam, de maneira muito privilegiada – e em modos e níveis distintos –, a difusão de ideias: “jornalistas, professores, funcionários públicos, burocratas” (SOWELL, 2011, p. 7). Embora em outro ponto a lógica conduzida tenha levado a este sentido, não se quer aqui distinguir o modo intelectual pela dicotomia *verdadeiro* e *falso* de Sartre²⁵³, que atribui ao primeiro tipo o revolucionário e ao segundo, o reacionário (mantenedor de um *status quo*), ainda quando essas camadas parecem muito flutuantes.

Em termos de função, entende-se o papel dos piauienses do período em estudo, na realidade, como intérpretes de ideias alheias, espécie de *rewriters*, sendo a imprensa o veículo de excelência para as suas distribuições. Com isso, acredita-se no desempenho de duas operações distintas no campo da intelectualidade: a dos criadores (também admitidos como

²⁵³ Ref. *Em defesa dos intelectuais* (1994).

propositores, sujeitos ligados ao dissenso) e a dos transmissores ou reprodutores (reconhecidamente tradutores de juízos ou de imagens, logo, articulados, de algum modo, ao consenso, embora com uma ou outra adaptação – são estes os cooptados pelas estruturas de poder)²⁵⁴.

Talvez resida aqui o princípio formativo do campo de reprodução erudita de que esta tese se ocupa. Em uma sociedade pouco afeita ao estudo, o público, nessa circunstância, pouco perde, apesar de acessar o cerne das questões de maneira enviesada ou, antes, indiretamente. Higinio Cunha, por exemplo, foi um dos fortes intérpretes de Karl Marx, sendo inclusive uma das cisões no grupo de Tobias Barreto com relação ao socialismo. Ser intérprete de ideias que viabilizem, por exemplo, a legitimidade de determinadas estruturas dominantes, é, em última medida, mais uma função que coloca o intelectual, atrelado a essas realidades, em uma postura ambivalente: entre os círculos do poder e da “massa”, situação que será alterada em menor ou maior grau de acordo com os níveis de engajamento e de dependência material dos intelectuais²⁵⁵, constituindo o que Bourdieu classifica como “fração dominada da classe dominante”.

Além disso, o ato de interpretar o alheio, geralmente vindo de outros espaços e, quiçá, tempos, traz consigo, como grande problema, a sua adequada aplicação ao espaço em específico, conduzindo o aparato de ideias, originariamente deslocado, a um campo cujo funcionamento poderá residir tão somente na abstração, quando não correlacionado aos fatos reais ou empíricos.

Outro argumento que depõe contra a formação de uma classe intelectualizada moderna e propositiva de ideias no Piauí é o fato de que os sujeitos nela inseridos não gozavam de uma característica admitida como fundamental ao exercício da influência do intelecto: a liberdade, que Ortega y Gasset de alguma forma vinculou a uma postura individual guiada, sobretudo, pela “vocação”, “No se es intelectual para los demás, con este o el otro propósito, a fin de ganar dinero, de lucir, de sostenerse em el piélagro proceloso de la colectividad. Se es intelectual para sí mismo, a pesar de sí mismo, contra sí mismo, irremediavelmente”²⁵⁶ (GASSET, 1964b, p. 508).

É claro que essa liberdade é relativa e todos os indivíduos (não se excetuando os intelectuais), mesmo vivendo em uma sociedade democrática, estão condicionados por

²⁵⁴ Norberto Bobbio (1997) atribui ao primeiro tipo o “ideólogo”, que fornece princípios-guia (ideias, valores, concepções de mundo); ao segundo, o *expert*, que fornece os “conhecimentos-meio”.

²⁵⁵ É o que também conclui Bernard Lahire (2009, p. 6): “Os universos de produção cultural diferenciam-se [...] segundo o grau de profissionalização ou de institucionalização”.

²⁵⁶ Tradução: “Não se é intelectual para os outros, com este ou outro propósito, a fim de ganhar dinheiro, mostrar-se, sustentar-se no processo da comunidade. É-se intelectual para si mesmo, apesar de si mesmo, contra si mesmo, irremediavelmente”.

estruturas ou mesmo “demônios internos e sedento[s] da aprovação de um público inconstante” (LILLA, 2017, p. 180). Todavia, toma-se aqui como problemática a situação em que não há opções e escolhas, e as instâncias de poder, em cada campo ou circuito, agem de maneira monocrática. Nesse ponto, o percurso parece ser o inverso do que se espera, idealmente, da operação intelectual: não são os intelectuais que fundamentam os projetos políticos, mas são eles que contribuem para suas legitimações, posto que “são as forças políticas que se dirigem insistentemente aos intelectuais. [...] São os próprios partidos que o reconhecem” (BOBBIO, 1997, p. 85). Os termos “forças políticas” e “partido”, empregados pelo filósofo italiano, podem ser interpretados de forma mais ampla, inserindo em seu contexto o poder econômico, quando se pensa o caso piauiense das três primeiras décadas do século XX.

Tanto ao norte como ao centro-norte os intelectuais do Piauí estavam envolvidos com estruturas de poder, e suas folhas de imprensa, ligavam-se aos seus mantenedores, tanto direta como indiretamente. Tentativas houve de se tentar fugir dos braços da influência política ou comercial, como a criação de veículos que seriam supostamente mantidos com o apoio de assinaturas, mas todas elas foram vencidas porque o número de leitores era inferior ao mínimo de que se necessitava para a existência de um periódico.

Estar preso a vínculos de poder fez a intelectualidade do passado, segundo Paul Johnson (1990). Essa circunstância, como se percebe, não se coaduna ao tipo intelectual da modernidade, de “espírito livre”, que passou a representar o oposto dos que antecediam esse século, voltando-se contra dogmas e submetendo as religiões a análises críticas; postura comum ao intelectual “ultraísta”, engajado. E é aqui que os conceitos se misturam quando se trata de entender os piauienses. A guerra instituída contra o clero é um aspecto que faz jus a esse tipo de intelectual, revelando uma estrutura aparentemente distinta da política, no caso a maçonaria, mas ela em algum ponto também se entrecruza com a política e passa a fundamentar suas bases processuais. Por essa razão, a postura à qual os intelectuais piauienses se inscreviam não parece residir de forma clara em uma das duas apontadas como revolucionária ou reacionária, e a razão disso é que, como tradutores, suas atuações eram relativamente passivas às ideias consumidas. Tal condição, inevitavelmente, blinda-os de uma categorização fechada, salvo o olhar para a constituição de uma *Intelligentsia*, que nesse ponto pode operar nessas circunstâncias de mediação e reprodução.

Os integrantes dessa *Intelligentsia* piauiense que residiam no circuito de Teresina nesse ponto não diferiam do que ocorria na Europa, onde “Professores eminentes, poetas inspirados e jornalistas influentes mobilizaram seus talentos para convencer quem quisesse

ouvir de que os tiranos modernos eram libertadores” (LILLA, 2017, p. 171). Esse tipo de atuação não era diverso do que ocorria no circuito de Parnaíba, cuja estrutura de poder era ligada à classe comercial.

O emprego do talento em prol de um projeto de poder era cumprido com alguma margem de tranquilidade, aliás, o entendimento dessa questão abre margem para outro ponto que pode ser atribuído ao olhar *sui generis* do intelectual do estado piauiense: o impacto social de ideias que, em tese, deveriam exercer influência sobre ações. A própria estrutura discursiva de seus textos, quando em crônica ou artigos de opinião, demonstra a fragilidade do ato genuinamente intelectual – porque atrelados a estruturas, geralmente agiam de forma passiva ou, em sendo críticos, em favor de um projeto externo às suas cogitações.

No período estudado, não há na imprensa ideias que proponham mudanças radicais nos paradigmas; há, quando muito, adaptações e reestruturações, no meio de uma gama de textos historiográficos, às vezes de tom confessional, outras como sínteses de um relatório produzido às expensas públicas ou a partir de dados “oficiais”. Somente vez por outra o debate migra para a denúncia, apontando erros e problemas administrativos, mas esses são geralmente colocados na conta dos adversários políticos, por vezes com sua gênese no passado – e nisso fica, sem proposições que alterem o quadro²⁵⁷.

A fragilidade desse tipo de posicionamento advém, segundo também demonstra Sowell em relação à *Intelligentsia*, à falta de conhecimento mundano, em outras palavras, ao contato com as informações factuais, à experiência. Advindos de famílias abastadas, os intelectuais do circuito teresinense, apesar de demonstrarem alguma preocupação, não eram sensíveis ao analfabetismo, daí não terem se enredado com tanta profundidade no

²⁵⁷ Esse quadro se desenha de maneira objetiva quando excluídos os periódicos que noticiavam tão somente fatos baseados em fontes anônimas, em postura que muito os aproximava de mexericos; nesse caso, os jornais, ao reproduzirem fofocas (geralmente na capa de suas edições, com títulos garrafais), acabavam por potencializá-las no meio. O curioso é que, tomando tais ocorrências como notícias, parte desses periódicos discorria sobre os assuntos em seus editoriais, como forma, talvez, de legitimar as descrições. Muitas vezes revestidos sob o rótulo de “boato”, tais falatórios se tornavam matéria para a produção de inúmeros cronistas, a citar Antônio Neves de Melo, em série assinada “Notas a esmo”, do jornal *O Arrebol*, de Teresina, iniciada no penúltimo ano da folha, em 1924. Nela o autor não apenas se ocupa com os fatos mundanos de Teresina como também em reproduzir as reações do público no que se referia às publicações de tais notas no periódico – tal *modus operandi* imprimia em todo o ocorrido uma espécie de retroalimentação, em que desafetos são cada vez mais instigados e outros personagens, gratuitamente, vão se integrando à refrega. É possível compreender a atenção dada à boataria e seus desdobramentos a partir do reclame de Jônatas Batista, em 1909, na revista *Ahorada*, a respeito da falta de assunto na capital piauiense que merecesse comentário, restando-lhe, muitas vezes, ater-se a assuntos de outros espaços e ordem. Analisando a conjuntura cultural e social de Teresina, expressa principalmente nos periódicos entre 1909 e 1925, o quadro parece não ter mudado de modo significativo. O reclame de Jônatas Batista, por exemplo, parece ecoar no texto inaugural da coluna de Antônio Neves de Melo, que assim se expressa: “Teria de acontecer o que fatalmente aconteceu. Ainda é tão diminuto o nosso movimento social, que o maior prazer é falarmos de tudo e de todos: qualquer sensoria toma as proporções de um escândalo” (MELO, 1924, p. 1).

assunto a ponto de inferirem providências decisivas ao problema. Seus discursos se prendiam à esfera ideária e descritiva. O mesmo pode ser visto na quantidade de cargos que acumulavam no decorrer de suas relações com o estado – Lucídio Freitas, por exemplo, como visto no capítulo anterior, com apenas 18 anos foi nomeado professor na mais importante instituição de ensino no Piauí de então, o Liceu, e foi enxotado pelos alunos que não aceitaram a inexperiência: “A exaltação que os intelectuais fazem da ‘razão’ dá-se, frequentemente, em detrimento da experiência, permitindo que tenham uma impetuosa confiança sobre assuntos sobre os quais têm pouco ou mesmo nenhum conhecimento ou experiência” (SOWELL, 2011, p. 58).

Esse ponto parece muito claro na coluna “O Piauí Intelectual”, organizada por Lucídio Freitas. Admitida como um diagnóstico da situação intelectual piauiense nos primeiros anos do século XX, não passou da diagnose, tanto pelos vinte entrevistados do colunista como por ele próprio. Parte dos escritores e “homens de saber” consultados foi incisiva em apontar os problemas que experimentava a sociedade piauiense, demonstrando nesses as razões de seu atraso, mas seus discursos não migravam da denúncia para a ideia de mudança, afora uma porção que se abstinha em responder questões porque colocavam em xeque seus envolvimento partidários.

Outro aspecto que merece ser analisado aqui é as diferenças entre retórica e conviência, que bem aponta esse caráter passivo e, de certa maneira, utopista dos intelectuais em relação às suas próprias preferências e atitudes. Em 11 de abril de 1912, no primeiro texto que compôs à coluna anteriormente citada, Lucídio Freitas reflete sobre os jogos de interesse no jogo político. O discurso, com ares de polêmica e denúncia, afirma a política como “a arte de sugar os cofres públicos, de achincalhar o povo, de *proteger os amigos, rindo e cantando ao som da guitarra de ouro, a solfa dos interesses privados*”²⁵⁸. O exame acurado do período demonstra que o reclame do escritor não passou de um exercício retórico, afinal, além de se envolver efusivamente com a classe política (em bailes, reuniões e homenagens), pelo menos desde 1911 o próprio Lucídio era um dos “protegidos” do poder político, ocupando cargos comissionados do estado: em 22 de março de 1911, por exemplo, fora nomeado, em Teresina, oficial recenseador. Mais tarde, nove dias após o reclame na imprensa, em 20 de abril de 1912, enquanto cursava ciências jurídicas no Recife, foi nomeado professor, em regime interino, das disciplinas “História Universal e do Brasil”, do Liceu Piauiense. Em 1913, no governo de Miguel de Paiva Rosa, em 12 de julho, foi novamente nomeado para a referida cadeira, dessa vez substituindo o pai, Clodoaldo

²⁵⁸ “O Piauí Intelectual”, *Diário do Piauí*, ano 2, n. 75, 11 abr. 1912, p. 1, grifo nosso.

Freitas. Ainda nesse ano, em 10 de agosto, o governo o nomeia delegado geral de polícia, substituindo José Euclides de Miranda, que pede exoneração.

Toca-se nesse ponto porque ele lança luz acerca do real papel que esses intelectuais exerceram na sociedade, e que deve ser entendido por aquilo “que eles fazem e não o que dizem fazer ou pensam estar fazendo” (SOWELL, 2011, p. 441). A conivência, não por acaso, é só mais um índice da postura passiva e não engajada ou transformadora do meio, característica que aqui se tem defendido como própria dos homens de letras piauienses do período em estudo. Assim, fica bem definido que a *Intelligentsia* nessa porção do estado constituía um grupo específico de intelectuais, entre outros tantos que possivelmente existissem. A condição peculiar a que estavam inseridos, bem como as especificidades diante de sua realidade social, permitiam que refletissem exatamente os interesses a que serviam, misturando-se, quando muito, à própria estrutura hierárquica da sociedade com suas oligarquias.

Em outras palavras, não deixa a *Intelligentsia* do circuito teresinense de ser um fenômeno burguês antagônico da formação da *Intelligentsia* do espaço parnaibano, esta organizada por um tipo específico de intelectual, o proletarizado, diretamente desvinculado da política, embora a serviço da classe comercial. As vinculações e o *modus operandi* de cada um desses grupos, em seus circuitos específicos, impedem ainda que se possa classificá-los como líderes ou, antes, homens ilustrados “cujos profundos *insights* podem libertar as pessoas das restrições desnecessárias da sociedade” (SOWELL, 2011, p. 127), senão em condições muito específicas, de forma indireta, e como desdobramentos ou respingos das benesses conquistadas por uma classe produtora ou comercial diretamente.

Há dois casos no Piauí, no entanto, que merecem atenção, por fugirem a essa regra: Davi Moreira Caldas e Anísio Auto de Abreu. O primeiro se tornou um dos mais tenazes defensores da República, veiculando essa ideia em jornais antes mesmo do advento de 1889. Apesar de em 1859 ter fundado o jornal científico e literário chamado *O Arrebol*, em sua primeira fase, foi somente nas páginas de *O Amigo do Povo*, de 1868, que suas primeiras críticas foram divulgadas de maneira mais incisiva. O ápice de sua crença na República reside sem dúvida na fundação do jornal *Oitenta e Nove*, de 1873 – folha que, pelo título, parecia antever a mudança estrutural brasileira, circunstância que celebrizou Davi Moreira Caldas como “O profeta da República”. Seu perfil, certa vez, fora traduzido em obituário publicado no jornal *A Imprensa*, de 1878, que dá conta de um discurso proferido, nesse

mesmo ano, pelo padre Germano, em Teresina: “Nunca se curvou a servir ao jugo do poder”²⁵⁹.

Anísio, filho de um político de carreira²⁶⁰, foi outro intelectual de força transformadora do período. Imprimiu em seu espírito um ideal de verdadeira mudança, pelo menos desde que estivera inscrito na Faculdade de Direito do Recife, onde em diversas ocasiões demonstrou posicionamentos em favor da abolição da escravatura, contrariando o próprio pai, proprietário de escravos até a década de 1870. Por esse ímpeto libertário, Castro Alves tornara-se a sua maior inspiração, influência impressa no poema “O escravo”, que intertextualiza o “Navio negreiro” do poeta baiano, como se depreende logo na primeira estrofe: “Assim como o lenho nos mares bravios / Agita-se, ao sopro de uma onda raivosa, / A frágil choupana no escuro das selvas, / Vacila, trememente, convulsa, medrosa” (ABREU *apud* PINHEIRO, 2014, p. 109).

Ainda dentro desse espírito reivindicatório de liberdade étnica, elaborou, em parceria com César do Rego Monteiro, o ensaio, publicado em opúsculo, intitulado *Micógrafo*, de 1882, e logo após *Carta ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira*, em 1883²⁶¹. O nome de Anísio de Abreu está entre os mais de 200 signatários do Clube Abolicionista de Pernambuco, na década de 1880, dentre os quais os dos também piauienses Benedito Martins de Carvalho, Luiz Ferreira de Souza Martins, Antônio Borges Ferreira Castelo Branco, João Alfredo de Freitas, Luiz Evandro Teixeira, Firmino Modesto Soares, Joaquim Ribeiro Gonçalves, e o maranhense, ligado ao circuito de Teresina, Higinio Cunha.

Seguindo o ideal revisionista, Anísio de Abreu ingressou *a posteriori* na política e nela viu uma maneira de transformar a sociedade, enquanto deputado federal. Mensagem apresentada à câmara legislativa do estado do Rio Grande do Norte, do então governador potiguar, Augusto Tavares de Lira, destaca as reformas eleitorais empreendidas em 1902, em nível federativo, a partir de projeto proposto por Anísio Auto de Abreu na Câmara dos Deputados em favor do voto popular: “A Câmara reconheceu-o e proclamou-o, adotando o projeto do ilustre deputado piauiense como emenda ao que reorganizava o Distrito Federal. Estava dado o primeiro passo para a reforma” (LIRA, 1906, p. 13), que lutaria contra o regime da política oligárquica dos estados brasileiros.

²⁵⁹ “Missas fúnebres”, *A Imprensa*, ano 13, n. 532, 13 fev. 1878, p. 2.

²⁶⁰ Capitão Manuel Joaquim de Abreu, que exerceu o cargo de vereador em 1869 e a presidência da Câmara Municipal de Teresina em 1870, pelo Partido Liberal; e em 1873 o cargo de juiz municipal e do comércio, como primeiro suplente, ainda na capital piauiense.

²⁶¹ Além de Anísio, Pedro Regalado Epifânio Batista, outro intelectual piauiense ligado à Faculdade de Direito de Recife, enveredou em campanhas pró-abolição, integrando-se, em 1888, no grupo que liderou esse movimento no Amazonas.

Esse feito no legislativo rendeu comentários da imprensa, tornando Anísio uma figura conhecida no Brasil: em sua edição de 5 de fevereiro de 1902, o jornal carioca *Correio da Manhã*, comentando matéria de *A Notícia*, assim referencia a atuação do piauiense: “*A Notícia* deu-nos [...] a esperança de que um deputado do norte, que, pelas indicações da colega, parece ser o senhor Anísio de Abreu, apresentará no primeiro dia da sessão ordinária deste ano, se na extraordinária não for permitido, uma reforma eleitoral completa e radical”²⁶², e mais adiante, em tom de otimismo, conclui: “É o caso de dar parabéns à nação pelo empenho com que os que figuram de seus representantes cuidam de restituir-lhe o direito de se governar, exercer a sua soberania, manifestando livremente a sua vontade nas urnas”²⁶³. Um ano antes Anísio já havia se posicionado a favor do divórcio na Câmara dos Deputados, colocando-se contra o seu colega, Clóvis Beviláqua, autor do Código Civil, à época em discussão. Nesse pleito, seguia o voto piauiense outra importante figura das letras brasileiras, o crítico e então deputado Sílvio Romero, representando Sergipe. No campo das letras jornalísticas, foi ainda Anísio autor do projeto da liberdade de imprensa e do anonimato²⁶⁴.

O ímpeto reformista de Anísio o levou a empreender, desde o final do século XIX, transformações no Brasil (como o projeto de reforma do ensino de 1894) e, em seu estado de origem, enquanto governador, promover mudanças revolucionárias em todos os setores públicos. Como administrara o Piauí com certa liberdade de ação, era “um isolado no nosso meio político, sem clientela pessoal, nem vaidade oligárquica e sem predomínio egoístico de família” (ABREU *apud* CUNHA, 1920, p. 73), daí porque “assumia o Governo, não para cobrar impostos e pagar funcionários, mas para fazer administração”²⁶⁵. Essa liberdade permitiu que Anísio, em tão pouco tempo de mandato, 1º de julho de 1908 a 6 de dezembro de 1909, intervisse em quase todos os setores do estado piauiense:

A exposição nacional, os impostos interestaduais, a justiça, o júri, a polícia, a secretaria da fazenda, as obras públicas, as estradas de ferro, a instrução pública, a biblioteca, as eleições, a higiene e a salubridade, a ordem pública, a polícia militar, a assistência e caridade, o asilo de alienados, os convênios, a situação econômica e financeira, a secretaria de governo, tudo ali se patenteia sob novos aspectos, oferecendo aos pósteros um vasto repositório de informações e ensinamentos fecundos (CUNHA, 1920, p. 75-6, grifo nosso).

²⁶² “A política: reforma eleitoral”, *Correio da Manhã*, ano 2, n. 236, 5 fev. 1902, p. 1.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Cf. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)* (2015), organizado por Alzira Alves de Abreu.

²⁶⁵ Trecho de um de seus discursos, reproduzido pela revista carioca *Fon Fon*, ano 3, n. 2, 9 jan. 1909, p. 9.

Espírito combativo e reformista, impulsionado por uma liberdade de ação revolucionária são ingredientes que se espera de um intelectual em termos modernos. Não foi por acaso que Monsenhor Chaves, na síntese biográfica que produziu acerca desse escritor piauiense, tenha-o definido como um “espírito inteiramente aberto a tudo aquilo que lhe parecia novo, moderno, arejado [por isso] investia contra ideias e instituições que lhe pareciam paradas, mofadas, esclerosadas” (CHAVES, 2013, p. 556). Chaves vai um pouco além, chega a afirmar o poeta como “uma das maiores e mais agudas inteligências que o Piauí já possuiu”²⁶⁶. Isso talvez explique o motivo de Anísio, em 1912, ter sido a personalidade morta mais lembrada na coluna “O Piauí Intelectual”, de Lucídio Freitas.

O caráter transformador de Anísio pode ser compreendido ainda por sua condição social: nascido em Teresina, filho de um comerciante que ingressaria na política (portanto, sem vinculações diretas de tradição com as instâncias de poder do sudoeste e sudeste piauiense), o escritor e político não parecia preso, por laços familiares ou mesmo de camaradagem, às elites agropastoris que comandavam, de alguma maneira, os destinos políticos do Piauí.

Quer-se com isso então demonstrar aqui que os escritores no Piauí, especialmente nas três primeiras décadas do século XX, de uma forma ou de outra fizeram de suas letras instrumentos, direta ou indiretamente. Tal circunstância se acentua em graus distintos de acordo com os circuitos a que estavam inseridos.

Ao analisar a conjuntura dos intelectuais com o poder a partir da metade do século XX, Edward Said, no ensaio “O papel público dos escritores e intelectuais”, declara o que poderia ser visto não apenas no recorte por ele analisado, como também nos envolvimento dos homens de letras em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, ou seja, “a ideia de um intelectual que não seja movido por uma paixão por cargos, nem pela ambição de atrair a atenção de alguém no poder, é difícil de sustentar por mais de um ou dois segundos” (SAID, 2007, p. 152), isso porque “o lucro e a celebridade são estimulantes poderosos”²⁶⁷.

Traduzindo essa última sentença para o caso dos literatos que se envolveram com a política no Piauí, poder-se-ia entender o “lucro” como a moeda de troca necessária à sua própria subsistência, principalmente em uma terra onde havia poucas opções de ganhos pecuniários aos homens de formação. Eis aí, talvez, o princípio crucial que mantinha essa *Intelligentsia* atrelada ao poder político, que os inseria na vida pública, tanto como

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

funcionários como agentes de divulgação de ideias e projetos via imprensa (em geral, financiada por partidos).

Nesse ponto, o caso de Teresina é singular no que se refere ao de Parnaíba. Bacharéis que ingressavam nesse circuito de letras não tinham grandes opções para o ganha-pão a não ser na política – todas as demais atividades exercidas – quais sejam o jornalismo ou mesmo o professorado –, tinham, de alguma maneira, conexão com os braços do governo, ou, no mínimo (é o caso da imprensa), serviam para “atrair a atenção de alguém no poder”. A alternativa aos escritores desse circuito, caso fugissem da regra, era ingressar em grupos políticos de oposição, levantando bandeiras partidárias, digladiando-se publicamente, cujos rastros mais claros, hoje, se encontram nas páginas dos jornais vinculados aos partidos políticos de outrora.

É claro que, com uma estrutura cerrada no partidarismo político, cujo *modus operandi* exigia um gasto de energia em questões que não competiam ao exercício literário, o resultado não podia ser outro a não ser uma produção ligada ao ofício. A literatura não era colocada nem mesmo em segundo plano, mas em terceiro, muitas vezes material raro nessas folhas, que geralmente o utilizavam para fechar lacunas, fruto de sua pouca iniciativa autônoma.

Não se pode, portanto, e como se tem dito, pensar no perfil desses intelectuais desligados do ato político, nem mesmo quando fundaram a Academia Piauiense de Letras, como faz crer Celso Barros Coelho (2018, p. 35) acerca das transformações que atravessava o Brasil nos anos de 1910 e que parecem ter se refletido no espírito dos piauienses: “Não era [...] só o ideal literário que inspirava a ação dos fundadores. Era também a motivação política, o forte sentimento patriótico”. Pensar esse “sentimento patriótico” é avaliá-lo em correlação às crenças da época que não separavam o exercício intelectual das esferas dominantes e dirigentes de destinos políticos e econômicos, cuja bandeira “cívica” estava traduzida nos ideais de “progresso” e democracia.

Diferentemente dos intelectuais de Teresina, os de Parnaíba, porque ligados mais ao comércio do que à política, por mais que migrassem para a formação bacharelesca, ao retornarem ao circuito reassumiam suas posturas no quadro comercial e, ao lidarem com as letras, por estarem relativamente afastados das esferas do poder público, atendiam a uma maior autonomia no circuito de letras. Aliás, a própria história de sua imprensa não acumula tantos jornais vinculados a partidos políticos como ocorrera na capital; antes, suas folhas eram tendentes à política, mas em geral abordavam assuntos gerais. Caracterizadamente noticiosas, estavam ligadas a questões comerciais, foco que talvez

tenha atraído a maior atenção dos homens que ali estavam inscritos, bastando citar em diferentes anos a fundação dos seguintes periódicos: *Popular* (1902), “Órgão da Farmácia Popular de Júlio Rosa”; *Cidade de Parnaíba* (1912), político, comercial e noticioso; *Jornal do Comércio* (1914); *Boletim Mensal* (1917), órgão da Associação Comercial de Parnaíba; *A Propaganda* (1920), “Órgão do Comércio Piauiense”; *O Trabalho* (1920); *Almanaque da Parnaíba* (1923), literário e comercial; *Palace Journal* (1926), *house organ* do Palace Hotel; *A Tela* (1926), *house organ* do Cine Teatro Éden; *A Praça* (1927), “Órgão da Associação Comercial dos Varejistas”; *A Propaganda* (1929), 2ª fase; *O Comércio* (1930); *Aljava* (1936), “Síntese dos Acontecimentos Locais”²⁶⁸ etc.

Resta explicar o segundo ponto da citação de Said, quando se refere à “celebridade”. No campo literário, ela respondia, sem dúvida, pelo “prestígio”, capital social construído a partir de uma estrutura de intercâmbios intelectuais, que Paul Valéry denominaria, em 1939, “economia espiritual”, cujo valor, o “espírito”, teria seu preço variado de acordo com a “cotação”, ou seja, a opinião pública, inscrita em jornais, especialmente. Ser e manter uma postura intelectual, a *persona*²⁶⁹, em geral por meio da imprensa, era um ato necessário a esse jogo de angariações, como forma de se fazer reconhecido e cooptável pelo campo do poder. Daí o motivo de tantos intelectuais terem fundado folhas políticas, noticiosas e, até, literárias, muitas das quais efêmeras por extinção ou por fusão a outros periódicos de existência mais duradoura, ligados a grupos políticos, que absorviam essas iniciativas, bem como seus intelectuais. Surge, então, o “escritor funcionário público”, e o exercício das letras como uma espécie de autopromoção.

4.1 “O Piauí Intelectual” de Lucídio Freitas

Pode-se dizer que o diagnóstico da vida literária piauiense, no século XX, tem início em 1912, quando Lucídio Freitas, por meio do jornal *Diário do Piauí*, criou a coluna “O Piauí Intelectual”, fortemente influenciada por sua congênere “O Momento Literário”, no Rio de Janeiro, assinada por João do Rio (Paulo Barreto) no jornal *Gazeta de Notícias* (final do século XIX) – ideia essa tão logo copiada por jornais de outros estados brasileiros –, cujos escritos foram reunidos em formato de livro pela H. Garnier no ano de 1905.

Diferentemente de João do Rio, que dividiu o inquérito enviando cartas aos escritores que não residiam no Rio de Janeiro (ou eram reservados), entrevistando os

²⁶⁸ Essa síntese estava geralmente relacionada às questões comerciais da cidade, assunto que de fato se ocupava a folha.

²⁶⁹ Ref. “Persona e sujeito ficcional”, de Luiz Costa Lima (1991).

demais, Lucídio empregou apenas o método das correspondências, encaminhando perguntas por escrito tanto aos intelectuais que residiam em Teresina como em cidades distantes. Quanto ao número de questões, os dois não diferem: cinco, embora João do Rio tenha intercalado várias perguntas dentro de um mesmo quesito.

O questionário de Lucídio Freitas não segue exatamente o de João do Rio, embora dialogue em uma das formulações, a quinta, em que questiona a possibilidade de o Piauí estar atravessando um momento estacionário. Assim o piauiense organizou seu inquérito: 1ª) Intelectualmente, qual o mais notável dos piauienses mortos? Por quê?; 2ª) Que papel representa o Piauí no atual momento literário do país?; 3ª) Quais os tipos mais representativos do Piauí Intelectual?; 4ª) É promissora a nova geração? Quais os seus principais representantes?; e 5ª) Atravessamos uma época de estacionamento intelectual?

Outra diferença merece ser destacada: a maneira como os colunistas desenvolvem o inquérito. Enquanto João do Rio corre o texto de maneira natural, intercalando, em tom de narrativa, as perguntas e as respostas de seus entrevistados, em um estilo que muito lembra, hoje, o jornalismo literário. Lucídio Freitas, por sua vez, mantém um estilo mais direto: após rápido comentário acerca do contato que efetivara com o entrevistado, às vezes traçando um *release* biográfico e rápidos elogios cordiais, transcreve o conteúdo elaborado por seu interlocutor *ipsis litteris*, sem quaisquer interferências a não ser, de quando em vez, um comentário objetivo ou irônico ao final e a respeito do traslado.

O método, portanto, tinha algo do de João do Rio, e Lucídio não escondia essa característica. Em 11 de abril de 1912, anunciando a coluna aos leitores, informa: “À maneira do que se tem feito ultimamente em todo o mundo culto, resolvi abrir um inquérito literário sobre os intelectuais piauienses. Se o sistema nada tem de original, tem muito de interessante” (FREITAS, 1912, p. 1). O objetivo do jovem escritor não era outro senão divulgar os talentos literários do Piauí – sina essa que o levará a fundar a Academia Piauiense de Letras. É o próprio escritor quem, na abertura do inquérito, pratica uma espécie de história das histórias da literatura piauiense, citando os poucos trabalhos que se ocuparam, até aquela data, com o tema, daí a urgência em lançar na contemporaneidade a coluna, a fim de somar novos dados e instigar outras produções congêneres.

Em sua listagem, o primeiro livro a abordar o objeto literário piauiense foi o de seu pai, Clodoaldo Freitas, quando em 1903 publicou *Vultos piauienses*, biografando dez personalidades piauienses, dentre as quais literatos. Logo depois, surge o trabalho biográfico que Abdias Neves dedicou à figura do poeta romântico Licurgo de Paiva e do escritor Poncion Caldas, filho do também poeta Davi Moreira Caldas; seguido da biografia

que Matias Olímpio escreveu sobre o poeta Hermínio Castelo Branco. Depois desses três, Lucídio Freitas é categórico em afirmar que não havia outros acerca da história da literatura no estado.

Apesar de preocupado com a causa das letras, é válido destacar o título genérico da coluna, “O Piauí Intelectual”. Ele indica como se admitia esse tipo, quase sempre vinculado a profissões liberais ou ao estado (o intelectual “proletaróide”, na acepção de Pierre Bourdieu) – nunca aquele sujeito que se dedicava por inteiro a algum ramo de estudo propriamente dito, em caráter permanente. Entre as categorias possíveis de sondagem estão magistrados, políticos, médicos, sociólogos, diplomatas, padres, militares, jornalistas, engenheiros e professores. Em galho secundário dessas atividades, os poetas e os prosadores, sendo a poesia o gênero de maior atividade literária entre os intelectuais piauienses.

Essa concepção de o homem intelectual, encontrada nas primeiras décadas do Piauí, parece advir de um modelo tradicional que se configurou no Segundo Reinado brasileiro, quando “As escolas de direito, medicina e engenharia formaram letrados, técnicos e burocratas e forneceram quadros para o aparelho administrativo e político” (VENTURA, 1991, p. 122). Nesse quadro, “Os cursos de medicina ou engenharia foram importantes na formação da elite, mas a formação jurídica era preferida por aqueles que pretendiam se dedicar às letras, quer como críticos, quer como escritores”²⁷⁰.

Os padres, em alguma medida, podiam pertencer a uma classe intelectual – como exigia a formação e postura do clérigo. Os homens de letras, porém, ficavam dela excluídos. Obrigava-se a literatura a ser uma espécie de atividade paralela ou secundária em relação à própria atividade profissional (e aqui, é evidente, não se reconhece profissionalismo do homem de letras a não ser que exerça o seu ofício na imprensa), algo muito próximo à “vida dupla” do escritor, de que discorre Bernard Lahire. Tal aspecto é explicado por Ángel Rama como sendo reflexo do estado de sub ou semidesenvolvimento socioeconômico comum aos países da América Latina:

Se voltarmos os olhos para o século XIX, veremos que são os profissionais universitários (primeiro os advogados, depois os médicos) que tomam a dianteira, dentro das atividades intelectuais, na conquista do *status* de especialização, substituindo a exclusividade que os setores clericais ostentaram durante a Colônia (RAMA, 2001, p. 50).

²⁷⁰ Idem.

Essa realidade, como se percebe, não foi experimentada apenas no Piauí. No Brasil, para citar apenas dois exemplos, um da prosa e outro da poesia, Machado de Assis, a mais importante figura literária brasileira do século XIX, exercia o trabalho de escritor paralelo ao de burocrata, como funcionário público, diretor-geral de contabilidade do Ministério de Viação e Obras no Rio de Janeiro; e Olavo Bilac, talvez o poeta brasileiro mais popular do período, desempenhou a função de inspetor de ensino e era jornalista. Na América Latina, escritores que tiveram segurança e tempo para se dedicar ao exercício da escrita literária quase sempre estiveram ligados à diplomacia, daí porque Albert Blest Gana, romancista chileno, fosse, para Ángel Rama, uma exceção no século XIX, ao que se pode acrescentar o nome do crítico, poeta e ensaísta argentino Martín García Mérou, que rendeu interessantes observações à historiografia das letras literárias por onde passou, inclusive ao Brasil²⁷¹. O estado de exceção, porém, modifica-se com a chegada do século XX, quando “serão mais frequentes as carreiras contínuas, profícuas, em que se abre para o romancista a instância da maturidade, a possibilidade de alcançar um domínio habitual de seus meios expressivos” (RAMA, 2001, p. 53).

Com relação aos piauienses, há o caso de Félix Pacheco, que fez parte da *coterie* literária liderada por Cruz e Sousa, desde fins do século XIX, ao lado de outros poetas simbolistas como “Carlos D. Fernandes, Tibúrcio de Freitas, Nestor Vitor, Maurício Jubim, Cláudio Toussaint, Saturnino de Meireles” (MACHADO NETO, 1973, p. 131). Este dado também é confirmado por Massaud Moisés (1973), acrescentando, porém, que com a morte do poeta fundador do simbolismo brasileiro, 1898, Félix Pacheco manteve-se fiel ao mestre em um dos dois grupos que se desintegraram do principal, tornando-se um dos articulistas da revista *Rosa Cruz* (1901-1904), ao lado Saturnino de Meireles, Maurício Jubim, Carlos D. Fernandes, dentre outros.

O certo era que, de um jeito ou de outro, os homens que compunham a elite intelectual piauiense centrada em Teresina, e mesmo aqueles especificamente ligados às letras, estavam em posições privilegiadas no âmbito social, geralmente na classe média, porque só a partir delas podiam ter condições financeiras para conseguir uma formação. Aliás, a tendência de os intelectuais piauienses vincularem-se a classes dominantes, seja política ou comércio-industrialmente, é uma das razões que explica o motivo de Teresina e Parnaíba representarem os polos culturais do estado no período aqui estudado. Não significa que em outras cidades não tenham surgido intelectuais que fizeram carreira fora, mas os seus casos, quando não integrados aos circuitos aqui descritos, são raros e isolados.

²⁷¹ *El Brasil intelectual* (1900).

A escolha dos nomes entrevistados da coluna representa um primeiro juízo de Lucídio Freitas acerca dos nomes representativos da intelectualidade piauiense de seu tempo, nem sempre constituída por literatos. Dos vinte escolhidos, onze tinham essencial incursão pelas letras: Clodoaldo Freitas, Luiz de Moraes Correia, Higino Cunha, Valdivino Tito, Abdias Neves, Arimatéa Tito, Zito Batista, Fenelon Castelo Branco, Eudócio Neves, Mário José Batista e Antônio Chaves. O restante era formado por José Euclides de Miranda, Josino Ferreira, Odilo Costa, Nilo Brito, Otávio Falcão, Luiz e Silva, Honório Parentes, Francisco Parentes e Corinto Andrade.

A coluna aqui referida ajuda a observar o primeiro grupo de intelectuais que se reunia especialmente na capital e que de alguma maneira comungava das mesmas opiniões. Serão grupos como este que, ao longo do século XX, fundarão periódicos e agremiações de cunho literário. Sempre com vistas à fundação de uma agremiação oficial, instância de consagração maior que distingue dentro do campo literário os nomes mais importantes e significativos daqueles que habitariam sua margem, a estrutura do inquérito de Lucídio Freitas estava organizada em dois blocos: um de perguntas sobre homens ilustrados ainda vivos e outro, dos que já haviam falecido; em outras palavras, sairiam daí os *insights* ou as confirmações dos nomes que na eventualidade da criação de uma academia de letras ocupariam, como mais cotados, as suas cadeiras e teriam sugestionados os seus patronos – não por acaso, os dez escolhidos no ato da fundação estavam entre os intelectuais piauienses mortos mais lembrados entre os inquiridos, com exceção o jovem poeta Alcides Freitas, que, com advento de sua morte, posterior ao inquérito, fora escolhido pelo irmão, Lucídio, como patrono.

Nesse ínterim, e de acordo com os entrevistados, quatro personalidades foram levantadas entre os vivos que mais simbolizavam o estado intelectual do Piauí: dois residentes em Teresina, o romancista e poeta Abdias Neves e o escritor Clodoaldo Freitas; e dois eminentemente poetas, que haviam conquistado espaço em outras terras, Da Costa e Silva, no Rio de Janeiro, e Jonas da Silva, no Amazonas. Cada um dos quatro foram lembrados por 15 dos 20 entrevistados. Depois desses, somente dois outros alcançaram números expressivos, o poeta Félix Pacheco, residente no Rio de Janeiro, e Matias Olímpio, morando na capital. Esses dois últimos somaram, cada qual, 14 votos de lembrança. É válido salientar que, nesse nível, são os literatos que ocupam maiores posições no ranking.

Embora a literatura não representasse, para nenhum deles, uma atividade prioritária de vida (isso não vai ocorrer nem em nível nacional no mesmo período), as produções

literárias seguiam um ritmo paralelo às suas ocupações, em especial para nomes como Félix Pacheco e Clodoaldo Freitas, cujas forças produtivas eram as mais destacadas. O primeiro, por exemplo, legou mais de 80 títulos entre livros e folhetos, nos mais diferentes gêneros: discurso, poesia, crítica, tradução, ensaio, conferência e carta, e na imprensa carioca, no período de 1901 a 1929, ultrapassou o número de 30 títulos, publicando prioritariamente sonetos. Quanto à produção do segundo, seus trabalhos podem ser conferidos pelo levantamento realizado por Teresinha Queiroz (2011) que, em síntese, deu conta dos seguintes números: de 1892 a 1915, cinco livros publicados, e mais de 780 artigos, sem descontar os seriados, publicados na imprensa no período de 1887 a 1923.

No que se refere aos nomes já falecidos, é o poeta Anísio Auto de Abreu, com 14 votos, quem mais se destaca, acompanhado apenas do jornalista Davi Moreira Caldas, recordado por dez dos vinte entrevistados. Aqui, mais uma vez, as personalidades inscritas nesse nível tinham relação, embora indireta, com a literatura, posto terem sido poetas, a par de suas respectivas ocupações: jornalistas, juristas e políticos.

Se ao todo foram lembradas 150 personalidades, entre 110 vivas e 40 mortas, é expressiva a elite intelectual, em que seis nomes são elencados como mais citados e representantes para o caso dos vivos; para os mortos, 5% de todos os citados. Desse total, de 25 dos vivos não foi possível identificar a ocupação, bem como de dois dos mortos, além disso, as referências genéricas dadas pelos próprios entrevistados ampliam esse contingente quando denominam os lembrados com título de “doutor”. Assim, cinco foram os “doutores” vivos; um, morto. O que somam não identificáveis trinta dos vivos e três dos mortos – contingente que não será levado em conta na análise seguinte, que observará oitenta nomes vivos e trinta e sete mortos.

A fim de ilustrar as profissões liberais correlacionadas às letras, parte-se para suas análises quantitativas, que ajudam a definir as escolhas dos homens de letras no Piauí. A leitura dos lembrados na coluna, que levou em consideração as profissões cumulativas, aponta que o bacharelado em direito seguia a tendência nacional: dos 80 nomes vivos, 34 tinham carreira jurídica, contra 33 jornalistas, 21 políticos, 18 professores, 11 médicos, 5 engenheiros e 3 militares. Em relação aos mortos: 12 políticos, 9 advogados, 9 jornalistas, 5 magistrados, 5 padres, 5 médicos e 1 militar. Não esquecer aqui que muitos bacharéis tinham passagem tanto na política quanto no jornalismo.

No que compete ao exercício literário, admitir-se-ão os nomes anteriormente excluídos: dos 110 vivos, 33 eram poetas, 23 eram prosadores e 2 eram dramaturgos. Da parte dos 40 mortos, 17 eram poetas e 4 eram prosadores. Embora já nessa época o

número de escritoras piauienses fosse, vencidas as dificuldades, significativo, principalmente após o advento das revistas literárias femininas como *Borboleta*, de 1906, o número de mulheres lembradas como representantes da literatura piauiense é diminuto, apenas três, duas vivas e uma morta. Das vivas, a romancista Amélia de Freitas Beviláqua foi a mais lembrada entre as escritoras: seis, dos vinte entrevistados, citaram o seu nome, contra um, que recordou apenas o nome da escritora Maria Amélia Rubim. Dos mortos, somente o nome da poetisa Luiza Amélia de Queiroz desponta na lista, lembrada por dois dos entrevistados.

A segunda questão (“Que papel representa o Piauí no atual momento literário do país?”) ajuda a entender a nascente tomada de consciência que ia surgindo entre os intelectuais: dos vinte entrevistados, apenas sete acreditavam ser positivo o papel, contra nove, que enxergavam a produção literária piauiense ainda aquém de representatividade nacional. Os outros quatro restantes mantiveram-se a meio-termo em suas respostas. Observe-se que os 45% que responderam pela negativa eram constituídos, em grande parte, por literatos (seis entrevistados), enquanto dos 35% que acreditavam no papel de destaque, somente três entrevistados tinham relação com as letras: Clodoaldo Freitas, Luiz de Moraes Correia e Fenelon Castelo Branco.

Dentre os entrevistados que se colocaram a meio-termo, havia somente um literato, o poeta Eudócio Neves. A julgar que a tomada de consciência das letras piauienses partia de seus próprios artífices, e sendo eles que possuíam conhecimento de causa por excelência, deduz-se que a maioria não acreditava nessa representatividade. Mais tarde, essa constatação será confirmada na fundação da Academia Piauiense de Letras: tanto Lucídio como Fenelon Castelo Branco deixam entrever em seus discursos a vontade de impor ao Brasil a voz literária do Piauí, um dos argumentos, aliás, que serviu de motivação para se criar a própria APL em 1917 – daí porque em 1912, no ano da coluna, essa tomada de consciência ainda não havia se firmado. Acreditavam os entrevistados estar na “nova geração” o compromisso de consolidar as letras piauienses, como demonstra o resultado do quarto questionamento (“É promissora a nova geração?”): dos 20 entrevistados, 16 apostaram que sim, contra 1 (Valdivino Tito) que não cria nessa promessa e 2 (Clodoaldo Freitas e Eudócio Neves) que se colocaram em meio-termo.

Aqui já é possível observar, na análise de Clodoaldo Freitas, a descrença na “causalidade interna”, pois, se na segunda questão, ele considerava como representativas as letras piauienses no *atual momento* literário nacional, essa visão era desfeita com relação à nova geração, incapaz até então de dar continuidade à *tradição*, pois que “se aparelha para

ainda realçar o nome piauiense” (FREITAS, 1912a, p. 1). A resposta da quinta questão (“Atravessamos uma época de estacionamento intelectual?”), porém, demonstra nesse intelectual certa contradição, já que votara pela negativa. Como não atribuir juízo sobre a promessa de uma nova geração, que ainda precisava mostrar a que veio, e não estar estacionado intelectualmente? Nesse ponto, aliás, os entrevistados só não foram unânimes em negar o estacionamento porque dois se abstiveram: Odilo Costa e Otávio Falcão.

4.2 Os periódicos literários

A análise dos periódicos aqui destacados recorreu aos centros de memória piauiense e nacional. Embora não represente o todo do período, que vai de 1900 a 1930, é uma parte considerável que ajuda a compreender características peculiares de cada decênio, com seus respectivos horizontes de leitura. Não foi possível dar conta de todos os periódicos envolvidos porque muitos deles não foram preservados e não constam em centros como o Arquivo Público do Piauí e a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional brasileira.

A leitura, porém, permitiu chegar a algumas conclusões que indicam pontos importantes ao entendimento do ambiente literário que se formou no Piauí, em especial àquele que se relaciona diretamente a veículos de divulgação do objeto literário propriamente dito. Se para Candido (2012) um “mecanismo transmissor” é essencial para a constituição do sistema literário, que impacto o periodismo teve na sociedade piauiense no século XX?

Nos 30 primeiros anos do século XX, dos 308 periódicos fundados, somente 33 se ocuparam estritamente com a causa literária, e do restante, 73 divulgavam a literatura de maneira muito esporádica, quase sempre para fechar lacunas de diagramação, e 202 centravam-se em causas outras, como a política, o noticiário, a religião, o anticlericalismo, o esporte, o comércio, o humor e o espiritismo. Apesar dos dois primeiros decênios não legarem sequer 50% do periodismo à literatura, o número de folhas eminentemente literárias foi uma constante, de 12 nos anos de 1900 e 12, nos de 1910, concentrados, sobretudo, em Teresina. O último decênio, porém, representa uma fase de declínio, já que somente 7, dos 95 periódicos fundados nos anos de 1920, eram literários, enquanto outros 21 apenas admitiam em suas páginas a literatura. Somados os “literários” e os “mistos”, não representam 30% do periodismo do período.

Esse dado mais se acentua quando somado ao número de habitantes e indivíduos alfabetizados no Piauí do período. Se ao final dos anos de 1920 o estado piauiense contava

com um contingente populacional de 786.000 habitantes e durante todo esse decênio foram fundadas 28 folhas que de alguma maneira davam abertura ao objeto literário, qual seria o resultado de sua recepção? Apesar de se ter uma ideia de que parte significativa dessas folhas teve uma existência efêmera, não se pode precisar o tempo em que duraram, a ponto de um jornal ou revista resistir por dois ou três anos – o próprio acúmulo de fundação de órgãos em curto espaço de tempo parece testemunhar contra a empresa jornalística. Sabe-se, porém, de suas baixas tiragens, muitas sequer chegando à marca dos 500 exemplares e raros aos 1.000 ou 1.200.

Estimando-se por alto, a fim de ilustrar e lançar luz sobre o problema, tomar-se-á aqui o contingente populacional do ano de 1920, de 609.003 habitantes, e o acúmulo de periódicos literários e mistos (que davam atenção à literatura apesar de centralizar outros assuntos), o que chega ao número de 28. Somado a isso, atribuir-se-á uma tiragem de mil exemplares para cada folha, num total de 28 mil exemplares por edição, que atingiriam apenas 4,5% da população, levando-se ainda em conta que todos os habitantes piauienses fossem alfabetizados.

Falou-se aqui com destaque do último decênio porque parece ser este o ponto de chegada para a tese que se construiu em torno da formação de um sistema literário piauiense. Assim, é possível, por meio dos dados, identificar que não apenas o número de analfabetos inviabilizava o sistema como também o número de mecanismos transmissores do objeto literário, que, mesmo nas cidades-sede dos circuitos literários aqui evidenciados, se mostram insignificantes: Teresina, por exemplo, em 1920 possuía 57.500 habitantes, destes, 48.036 não sabiam ler nem escrever, ou seja, apenas 16,3% da população estava alfabetizada. Nos anos de 1920 surgiram 5 folhas literárias na capital e 6 mistas, somando 11 periódicos que davam espaço à literatura. Acreditando que todos tenham existido concomitantes ao longo dos dez anos e somassem juntos 11 mil exemplares, atenderiam somente a 19% da população, descartados os compartilhamentos.

NÚMERO E PORCENTAGEM DE PERIÓDICOS FUNDADOS NAS CIDADES DE OEIRAS, TERESINA, PARNAÍBA, AMARANTE E FLORIANO NOS ANOS 1900, 1910 E 1920

ANO	CIDADES	TOTAL	LITERÁRIO	MISTO	DEMAIS ASSUNTOS
ANOS 1900	OEIRAS	2	1 (50%)	1 (50%)	-
	TERESINA	67	9 (13,4%)	16 (23,8%)	42 (62,6%)
	PARNAÍBA	11	1 (9%)	4 (36%)	6 (54%)
	AMARANTE	11	1 (9%)	3 (27%)	7 (63%)
	FLORIANO	1	-	-	1 (100%)
ANOS 1910	OEIRAS	-	-	-	-
	TERESINA	55	9 (16%)	17 (30,9%)	29 (52,7%)
	PARNAÍBA	35	1 (2,8%)	8 (22,8%)	26 (74,2%)
	AMARANTE	7	1 (14%)	-	6 (85%)
	FLORIANO	5	2 (40%)	1 (20%)	2 (40%)

ANOS 1920	OEIRAS	-	-	-	-
	TERESINA	49	7 (14,2%)	6 (12,2%)	36 (73,4%)
	PARNAÍBA	29	1 (3,4%)	8 (27,5%)	20 (68,9%)
	AMARANTE	4	-	-	4 (100%)
	FLORIANO	8	-	3 (37,5%)	5 (62,5%)
	TOTAL CIDADES	284	33 (11,6%)	67 (23,5%)	184 (64,7%)

A atenção ao objeto literário, portanto, não era uma constante no Piauí e pouco impacto tinha sobre a sua população alfabetizada que, no geral, estava mais preocupada com os afazeres de ordem política e comercial. Em Parnaíba, a pequena existência de folhas ocupadas com as letras criativas é evidente ao longo das três primeiras décadas do século XX. Nos anos 1900, somente 1 era literária e 4 eram mistas; nos anos de 1910, 1 era literária e 8 eram mistas; e nos anos de 1920, 1 era literária e 8 eram mistas, o que representava uma constante mínima, neste último período, ao gráfico negativo que constituía o Piauí.

A tabela anterior ajuda ainda a observar um fato que ocorre com Oeiras: de única cidade piauiense que admitia o periodismo nos anos de 1832 a 1852, nos anos de 1910 a 1920 não fundou um jornal sequer, permanecendo sem publicação até 1938, quando então surge o jornal político *O Fanal*.

No decorrer das análises seguintes será possível observar uma característica que distingue os dois circuitos literários aqui em estudo: a presença de anunciantes nos periódicos estritamente literários. Não há no circuito parnaibano um só jornal ou revista que não tenha recorrido ao apoio comercial, enquanto em Teresina, importantes veículos de imprensa literária como *Andorinha*, *Borboleta*, *Litericultura* ou mesmo a *Revista da Academia Piauiense de Letras*, porque dispunham do mecenato político, dispensaram essa condição fundamental a tantas marcas congêneres fora do circuito político. Não foi por acaso que as duas últimas foram impressas, inicialmente, pela Tipografia Paz, empresa responsável, nos anos de 1910, pelos trabalhos gráficos de interesse do governo do estado, inclusive pela impressão do jornal *Diário do Piauí*.

A respeito dos horizontes de leitura que os periódicos aqui analisados legam para o presente estudo, nota-se que os anos de 1900 registram um maior número de nomes, entre escritores brasileiros e de outras nações, quase sempre citados e, a maioria das vezes, publicados nas folhas piauienses, em trechos de prosa ou de trabalhos poéticos, centrados geralmente em sonetos. Assim, foi possível arrolar nesse período 42 personalidades literárias, das quais a de Coelho Neto é destacada de sobremaneira entre os anos de 1900 e 1920, tanto nos periódicos de Parnaíba como de Teresina. Outros nomes citados em mais

de um título seriam Arthur Azevedo, Augusto dos Anjos, Cruz e Souza, Guerra Junqueiro, Segundo Wanderley, Olavo Bilac, Rui Barbosa e o romancista Victor Hugo.

Maiores promotoras do horizonte de leituras dos anos de 1900 foram as folhas *O Apóstolo*, de Teresina, e *Nortista*, de Parnaíba. A primeira divulgou os nomes de nove escritores, oito nacionais (Afonso Celso Júnior, Bernardino Lopes, Jônatas Serrano, Luiz Guimarães Júnior, Segundo Wanderley, Medeiros e Albuquerque, Rui Barbosa e Vespasiano Ramos) e um estrangeiro (Manuel Maria do Bocage). *Nortista*, por sua vez, publicou em suas páginas nada mais que quinze escritores de reconhecimento literário, dez brasileiros (Afonso Celso Júnior, Aldina Correia, Arthur Azevedo, Augusto dos Anjos, Castro Alves, Coelho Neto, Fagundes Varela, Segundo Wanderley, Raimundo Correia e Rui Barbosa) e cinco estrangeiros (Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão e Victor Hugo). Nos anos de 1910 o número de figuras literárias se reduz para 16, todas de origem nacional, e nos anos de 1920, sobe para 24 o número de prosadores e poetas divulgados, 22 brasileiros e 2 estrangeiros²⁷².

É curioso que de todos os periódicos e edições consultados o nome de Machado de Assis só apareça, e de maneira indireta (na reprodução de um conto: “Entre santos”²⁷³), em 1925, no jornal *O Arrebol*. Isso talvez se explique porque antes de 1930 o nome do maior escritor brasileiro do século XIX ainda não houvesse se tornado um ícone de nacionalidade. Isso só ocorreria a partir dos anos de 1930, como comenta Hélio de Seixas Guimarães (2017), ao compreender a consagração do escritor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* a partir de fases, como a de “escritor de exceção” (anterior ao Estado Novo), de “mito nacional” (a partir de políticas do Estado Novo) e, *a posteriori*, a de internacionalização de sua obra, com as primeiras traduções aparecidas nos anos 1950. Diz o pesquisador, quanto à segunda fase, que responderia a: “o enorme investimento feito pelo Estado Novo, que a partir do final da década de 1930 transforma o escritor de exceção em homem representativo, brasileiro exemplar e mito nacional” (GUIMARÃES, 2017, p. 19).

Comentando ainda um posicionamento de Carlos Drummond em *A Revista*, no ano de 1925, a respeito da obra de Machado, considerando-o único no século XIX a se “desviar da orientação que deve seguir a mentalidade do meu país, para a qual um bom estilo é o mais vicioso dos dons, e a aristocracia um refinamento ainda impossível e indesejável” (ANDRADE *apud* GUIMARÃES, 2017, p. 86), o pesquisador chega à conclusão que muito ajuda a explicar o motivo da alusão ao nome do romancista ter se dado, antes de 1930, de

²⁷² **Apêndice Q:** Horizontes de leitura dos escritores na imprensa piauiense (1900-1930).

²⁷³ “Entre santos”, de Machado de Assis, *O Arrebol*, ano 11, n. 84, 26 jul. 1925, p. 1.

maneira tão enviesada e indireta (sendo o caso dos periódicos piauienses apenas um sintoma): “Foram pouquíssimos os jovens da década de 1920 que tiveram coragem de vir a público dizer o que Drummond disse, tentando assimilar em público a presença ao mesmo tempo indigesta e incontornável de Joaquim Maria” (GUIMARÃES, 2017, p. 87), não fugindo desse saldo nem mesmo os modernistas, com exceção de Oswald de Andrade – talvez porque, de todos desse movimento, imprimisse uma alma mais cosmopolita e sensível às mudanças, transformações e até mesmo provocações.

Como a imprensa é um suporte privilegiado a esse tipo de pesquisa, por dar acesso aos momentos enunciativos de cada escritor, bem como salvaguardar o panorama histórico muitas vezes negligenciado nos livros de história, cabe efetuar uma exposição sumária e cronológica de alguns dos periódicos eminentemente literários surgidos nesse período. Apresentar-se-ão respectivamente seus raios de abrangência e intercâmbios simbólicos, articuladores e respectivos colaboradores, não dispensando o olhar para os horizontes de leitura que reservava cada folha, e a divulgação de ocorrências literárias que interessam a este estudo, a fim de melhor entender o perfil dos homens de letras inseridos em cada um dos circuitos aqui analisados.

4.2.1 Nos anos de 1900

No século XX, o periodismo piauiense estritamente literário foi inaugurado em 1901, quando se publica o jornal *O Livro*, hebdomadário dirigido por Antônio Lemos e impresso na tipografia do jornal *O Correio*, dos poetas Benedito Lemos e Poncion Caldas. No ano seguinte surge *A Pena*, órgão de divulgação da Oficina Literária José Coriolano, produzido nas oficinas tipográficas do jornal *O Piauí*. Ainda em 1902, surgiria em Parnaíba o primeiro veículo de imprensa literário desse século na cidade, *O Parnaso*, dirigido por J. Campos Veras, jornalista que mais tarde fundaria a mais sofisticada empresa de impressão gráfica do Piauí no período, instalada em Teresina, a Libro Papelaria Veras. No ano de 1903, o Grêmio Literário Esperança, fundado pelos poetas Da Costa e Silva, Arimatéa Tito e Celso Pinheiro, lança, ainda na capital piauiense, o seu periódico: *Esperança*. Iniciava-se, assim, um período de fundação de agremiações literárias, cada qual com o seu próprio veículo de divulgação. Essa fase pode ser entendida como um ensaio à fundação da Academia Piauiense de Letras, já que reúne ao longo do período parte importante dos nomes que criariam essa instituição.

Em 1904 é a vez do Bando Literário Romeiros do Futuro, que funda o jornal *O Arrebol*, então dirigido pelos poetas Raul Nei, Jônatas Batista e Mário Correia Lima. Entre os seus colaboradores estavam Poncion Caldas, Mário José Batista, Zito Batista, Celso Pinheiro, Antônio Chaves, Benedito da Cunha (Benú da Cunha) e Da Costa e Silva. No mesmo ano surge o jornal *1º de Abril*, também de cunho literário.

Em 1905 é lançada em Teresina a revista *Andorinha*, do Clube Literário 12 Outubro. Tal instituição tinha entre os seus sócios os nomes de Esmaragdo de Freitas (que foi seu presidente), Benedito Pestana, Joaquim Antônio de Santana, Joaquim Virgílio dos Santos, Raimundo Cunha, Pedro Adalberto da Cunha – sendo essa a sua diretoria em outubro de 1905. Outros nomes estavam ainda integrados ao clube: Augusto dos Santos Brito, Elisa Couto do Nascimento, Francisco de Moraes Fonteneles, Raimundo Gentil da Silva Santos, Durcila Cunha, Maria Amélia de Souza Duarte, Maria Alice da Cunha, Maria da Ressurreição Leal, bem como uma lista extensa de sócios efetivos que os anais do tempo não consideraram como representativos da manifestação literária no estado.

É válido, porém, acentuar que desde o primeiro número da revista, *Andorinha* contou com a colaboração de nomes os quais de alguma maneira já haviam se consagrado no meio cultural piauiense, detentores que eram de prestígio e capital social, como Abdias Neves, João Pinheiro, Matias Olímpio, Da Costa e Silva, Zito Batista e Pedro Brito. Além de dar vazão a trabalhos inéditos, era parte constituinte do veículo a republicação de textos de importantes autores das letras piauienses, valorando com isso seus nomes e produções. Nesse sentido, foram elencados escritores como Luiza Amélia de Queiroz, Félix Pacheco e Teodoro Castelo Branco, demonstração da ideia de tradição literária despertada sobretudo nesse período.

A leitura dos periódicos literários que circularam as principais cidades piauienses ao longo da primeira metade do século XX parece confirmar um dado que já vinha sendo anunciado no século XIX e mantido por *Andorinha*: o gosto dos piauienses pela forma do soneto, que no estado parece resistir mesmo decorridas décadas após a Semana de Arte Moderna, que de alguma maneira acabou por decretar a morte de muitas formas fixas de outrora. O prestígio que o soneto exercia sobre os intelectuais piauienses era tanto que a eles estava geralmente reservada a capa de jornais e revistas: e *Andorinha* não era exceção. Em Parnaíba, o mesmo aconteceria. Jornais como *Semana* ou mesmo o *Nortista* consagrariam suas páginas principais à arte de Petrarca. Seguia, pois, o Piauí, a senda do jornalismo francês do século XIX, em que “a literatura era bem-vinda ao interior da prática textual do jornalismo” (BULHÕES, 2007, p. 29). Isso explica o fato de tantos jornais

piauienses, mesmo aqueles de cunho político, terem em um ou outro momento dedicado espaço às produções literárias, ora reproduzindo autores consagrados ora da própria terra. Aliás, a militância do escritor no campo político não deixava mesmo nada a dever a esse modelo francês.

Havia, ainda, espaço para o charadismo, exercício linguístico que, herdado do século XIX, ainda mantinha acesa a sua chama no Piauí. Em Parnaíba o charadismo, apreciado no século XX em jornais como *Nortista*²⁷⁴, *Semana* e no *Almanaque da Parnaíba* deu origem a um grupo formado em torno deste periódico, fundado em 1923, constituído por poetas e escritores dos mais diferentes estilos, bem como entusiastas de áreas distintas, como do comércio, a citar Benedito dos Santos Lima, que costumava assinar suas charadas sob o pseudônimo de H. Chado e H. Picote.

O gosto pela charada era tanto entre os intelectuais piauienses que há casos em que os homens de letras levavam a termo o exercício enigmático, matriculando-se em órgãos específicos para tal, como indica Benjamim Santos acerca de Benedito dos Santos Lima: “Em junho de 1932 diplomou-se pela Academia Charadística Luso Brasileira (matrícula 428), onde registrou o pseudônimo de Bembem” (SANTOS, 1993, p. 46). Outros integrantes desse grupo, como o poeta Francisco Aires, que também assinava sob o pseudônimo de “F. Serrano”, seriam escritores como Edison Cunha, Lívio Pacheco, Benú da Cunha (B. Despido) e Lincoln Guimarães, e os hoje desconhecidos no que se refere à produção literária, salvo às de ordem charadística (que englobava produções em verso): Joaquim Araújo, Benedito Freire, Joaquim Meireles (Piolho), Antônio Badaró e Jovelino Fontenele. É válido acrescentar, ainda em Parnaíba, a participação de mulheres nesse exercício, como a poetisa Francisca Montenegro, seguindo o rastro de sua predecessora²⁷⁵, Luiza Amélia de Queiroz, esta que desde o século XIX lançara inúmeros desafios charadísticos no *Almanaque de Lembranças Luso Brasileiro*. As colaborações de Montenegro com charadas para jornais não se restringiam ao circuito literário de Teresina, contemplavam títulos de outros estados, a citar o *Almanaque de Pernambuco*²⁷⁶.

Esse fato da vida literária piauiense, em que se tomava o exercício das letras de modo recreativo, embora sem excluir dele certa seriedade, é um fato que merece destaque pela insistência nos tempos e o caráter profissional que ganhou no decorrer das primeiras

²⁷⁴ De 1901, esse periódico registra, entre outros, os nomes de Francisco Correia, Armando Madeira (poeta), J. H. Guimarães (poeta), Canuto Veras e Felinto Souza (agente dos Correios) como apreciadores do gênero.

²⁷⁵ O *Almanaque da Parnaíba*, de 1947, revela, em obituário da poetisa, que ela era “discípula muito amada da notável poetisa D. Luiza Amélia, em cuja companhia começou, na sua mocidade, a dedilhar as primeiras cordas de sua lira candente e emotiva” (*op. cit.*, ano 23, 1947, p. 316).

²⁷⁶ Ref. “Logogrifo”, charada de Francisca Montenegro: *Almanaque de Pernambuco*, ano 4, n. 4, 1901, p. 11.

décadas do século XX, pelo menos em Parnaíba. Não se tem notícia, porém, de um grupo organizado de charadistas na capital, Teresina, em qualquer época, como parece evidenciar *Andorinha* em suas páginas, o que leva a crer que não passasse esse exercício de mera representação esparsa e sem a preocupação de formação coletiva, como de fato ocorrera ao Clube Literário 12 de Outubro – talvez fosse a charada apenas uma atividade nas letras anexa a essa agremiação.

Em Teresina surge na mesma época de *Andorinha* o jornal mensal feminino *Borboleta*, impresso na tipografia do *Piauí*, dirigido por Helena Burlamaqui, Maria Amélia Rubim e Alaíde Burlamaqui. Infelizmente nos arquivos pesquisados não foi possível precisar a data de sua fundação; estima-se, porém, o surgimento em torno de outubro de 1904, tendo sido as primeiras edições em manuscrito. Apesar de sua linha editorial ser de escrita feminina, contou com a colaboração de intelectuais do sexo masculino, como Jônatas Batista²⁷⁷, Daniel Paz, Abdias Neves, Esmaragdo de Freitas, Totó Rodrigues, Benú da Cunha e Antônio Bona (que pertencia a Campo Maior).

Até que apareça outro periódico no rol dos muitos que desapareceram ao longo da história piauiense, *Borboleta* pode ser considerado o primeiro jornal escrito e dirigido por mulheres do estado, e não *A Violeta*, como se pode concluir, apressadamente, da leitura de Celso Pinheiro Filho (1997, p. 106), que em sua *História da imprensa no Piauí* registra, por volta de 1864, o surgimento desse periódico como o primeiro jornal especializado da Província, então editado em Parnaíba, voltado “exclusivamente para senhoras”. Escassa, a nota não deixa claro se o dito jornal teria a participação de escritoras ou se seria apenas escrito por homens com temáticas que agradariam ao sexo feminino, como de fato ocorrera ao longo do século XIX no Piauí, inclusive com o jornal *A Borboleta*, o primeiro a surgir com esse nome no estado, editado em Teresina no ano 1888 e cuja epígrafe trazia a seguinte inscrição: “Mimo ao belo sexo”²⁷⁸. Impresso pela tipografia da *Imprensa*, *A Borboleta* se utilizava, inclusive, de um expediente anônimo, com subscritores masculinos, como Black Knight, Giovanni, Julio Fanny, Wartom e Alasius Mill, cujas produções centralizavam em um eu lírico masculino um olhar sobre a mulher.

A Violeta, infelizmente, foi um dos muitos jornais que os arquivos piauienses perderam (ou nunca guardaram), não restando uma só edição que comprove a sua própria existência, salvo comentadores. A leitura atenta dos periódicos do século XIX, porém, demonstra que seria bastante improvável, em pleno ano de 1864, a fundação, no Piauí, de

²⁷⁷ **Apêndice R:** Produção de Jônatas Batista em periódicos teresinenses (1902-1919).

²⁷⁸ Esse tipo de epígrafe só retornaria à imprensa piauiense em 1908, quando o poeta Jônatas Batista funda *O Escrínio*.

um jornal exclusivamente feminino, ainda mais em Parnaíba, e as razões que levam a esse raciocínio são as seguintes: primeira, não havia na cidade uma estrutura educacional (formal ou mesmo informal) que permitisse uma formação intelectual²⁷⁹, mais ainda de um corpo redacional literário feminino – o número de analfabetos coletado na *Sinopse estatística do estado do Piauí* (1938) demonstra isso. No gráfico que aponta, por exemplo, os principais dados demográficos do estado, os recenseamentos gerais, em data aproximada ao lançamento dessa folha (o ano de 1872), o Piauí tinha apenas 27.776 habitantes que sabiam ler e escrever, um pouco mais de 13% de sua população. Quantos desses 13% residiam em Parnaíba? E dessa fatia, quantos estavam aptos a produzir literatura? Além disso, dentro de margem minguada de produtores, qual parcela restava às mulheres?

A segunda razão reconhece a estrutura tipicamente patriarcal em que conviviam os homens do século XIX, ainda naquela porção do país, afastada dos grandes centros metropolitanos da federação e do mundo, onde, com exceções, a manifestação literária feminina muitas vezes era admitida como um caso à parte, a citar Luiza Amélia de Queiroz, cuja biografia é bastante obscura quanto à sua formação educacional, o que inviabiliza, por exemplo, compreender como, onde e quando a escritora adquiriu formação literária que a levou a dominar a arte do verso e a inaugurar a escrita feminina no Piauí, em 1875, com a publicação de *Flores incultas*; isso sem considerar um possível autodidatismo.

Vinda de uma cidade ainda mais atrasada que Parnaíba, Piracuruca, que assistiria ao surgimento do periodismo somente em 1915, quando se funda o jornal *Cidade de Piracuruca*, a formação de Luiza Amélia continua um mistério que só poderá ser respondido se observado o conjunto de iniciativas informais que infelizmente pouco ou nada deixaram de rastros a serem seguidos, salvo em um ou outro periódico que apresente anúncios sintéticos. Além disso, e aqui se apresenta uma terceira razão, não há registros na história da literatura de Parnaíba de outras escritoras que tenham competido no exercício da escrita com Luiza Amélia no século XIX, exceto Francisca Montenegro, e isso no final do século – esta não aparece como fundadora de órgãos de imprensa nas *Memórias* de Humberto de Campos, mas colaboradora de “jornaizinhos locais”. Mais tarde, no *Diário Carioca*, esse escritor maranhense confirmaria esse dado na crônica “O primeiro soneto”, em que relata uma experiência de juventude em Parnaíba, agora no início do século XX: “Por essa época, em Parnaíba, somente três pessoas escreviam versos: dona Francisca Montenegro, a *mais antiga e tenaz poetisa do Estado*, João Vieira Pinto, lavrador e salineiro para os lados de

²⁷⁹ Em geral, as matérias que se ofertavam nessa época em iniciativas informais eram de ordem prática.

Amarração, e Armando Madeira, guarda-livros de temperamento bizarro, que guardava com excessiva gravidade o segredo da sua inspiração” (CAMPOS, 1934, p. 6, grifo nosso).

Outra ideia da escassez de mulheres produtoras de literatura em Parnaíba dá Alarico da Cunha, quando na série “Parnaíba há quarenta anos”, escrita para o jornal *O Norte*, em 1944, rememora o ano em que chegara a Parnaíba, 1904, e tomara conhecimento de Francisca Montenegro como “substituta de Dona Luiza Amélia”. Seu relato acerca desse tempo, rico em detalhes dos mais variados aspectos (comercial, social e cultural), e que ocupa longas vinte edições do jornal, não menciona outros nomes femininos no campo das letras. E só não se conjuga ao de Humberto de Campos porque, além de citar a figura de Francisca Montenegro, alude à existência de Luiza Amélia, já àquela época falecida há 6 anos.

A atuação de Francisca Montenegro na imprensa com produções literárias, como se pode depreender a partir da leitura dos jornais da época, era algo que não se restringia apenas a Parnaíba, como visto em *Andorinha*, mas, tal qual a piracuruquense Luiza Amélia, cuja manifestação literária era deslocada, os versos dessa poetisa parnaibana alcançaram periódicos de outras partes do país, de Norte a Sul, como na revista *O Lírio*, de Pernambuco, fundada pela romancista piauiense Amélia de Freitas Beviláqua, onde publicou o soneto “Saudades!”²⁸⁰ e o poema “Trenos”²⁸¹; a revista carioca *O Beija Flor*, levando a lume o soneto “Consolatrix afflictorum”²⁸²; e o *Almanaque Literário e Estatístico*, do Rio Grande do Sul, onde publicou o poema “Saudades”²⁸³, conjunto de cinco quartetos em redondilha maior. Registros na imprensa dão conta da sua participação ainda em um periódico maranhense, a revista *A Renascença*, em 1911.

O dado que demonstra a penetração de Francisca Montenegro em outros circuitos, bem como na capital piauiense, é um indício da correlação que havia entre os dois polos do estado no campo de produção literária: Parnaíba e Teresina. Essa poetisa, a propósito, seguia a esteira das manifestações literárias femininas do Piauí e é muito possível que tenha concorrido ao empreendimento ou mesmo ao círculo de amizade das editoras de *Borboleta* – relação esta que se estendia a outros veículos de imprensa congêneres. *Borboleta* e *Andorinha*, contemporâneos, mantinham estreitos laços, o que demonstra a migração nas páginas de *Borboleta* de nomes femininos de *Andorinha* com uma ou outra participação, de ordem geralmente tímida, mas presente.

²⁸⁰ “Saudades!”, soneto de Francisca Montenegro, *O Lírio*, ano 2, n. 13, nov. 1903, p. 14.

²⁸¹ “Trenos”, poema de Francisca Montenegro, *O Lírio*, ano 3, n. 15, jan. 1904, s/p.

²⁸² “Consolatrix afflictorum”, soneto de Francisca Montenegro, *O Beija Flor*, ano 5, n. 10, mai. 1919, p. 148.

²⁸³ “Saudades”, poema de Francisca Montenegro, *Almanaque Literário e Estatístico*, ano 3, n. 3, 1891, p. 101.

No ano 1909, ainda na capital piauiense, surge um dos últimos periódicos dedicados às letras do primeiro decênio do século XX, *Alvorada*, cujo primeiro número é publicado em 19 de julho. Impresso pela Libro Papelaria Veras e posteriormente pela Tipografia Paz, sua distribuição era quinzenal, nos dias 15 e 30 de cada mês. Eram seus redatores os irmãos Zito Batista e Jônatas Batista; Antônio Chaves, Pedro Borges e Celso Pinheiro²⁸⁴; e, colaboradores, inúmeros nomes da intelectualidade literária piauiense, dentre os quais Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, João Pinheiro, Arimatéa Tito, Simplício Mendes, Maria Amélia Rubim, Baurélio Mangabeira, Eudócio Neves, Joel de Oliveira e a cearense Antonieta Clotilde.

Abstinha-se de assuntos políticos, o que inviabilizava um financiamento advindo dessa fonte, daí ter recorrido ao comércio e ao serviço de assinatura a fim de manter as suas páginas. Logo em seu primeiro editorial, a revista reclama a ausência no meio piauiense de periódicos preocupados com a causa literária, já que “As nossas gazetas, todas semanais abordam, de preferência, as questões políticas, econômicas, religiosas, etc., sem esquecer o noticiário vasto e inesgotável”²⁸⁵, e mais adiante: “É lamentável o estado, quase de completa inércia, em que temos vivido”²⁸⁶. Em igual tom, Jônatas Batista relata, na segunda crônica de sua série assinada para a revista, a procura de um assunto que ocupasse suas linhas: “Paro a pena, consulto as ideias e nada de notável, nada de importante encontro na carteira da minha imaginação que se prenda ao assunto que procuro”, e logo depois, “fico a dizer comigo mesmo, entediado da vida, revoltado contra tão inqualificável absurdo: Que coisa insípida! Teresina nada tem de novo que mereça as *bonras* de uma crônica” (BATISTA, 1909, p. 5).

Os reclames da folha e o de Jônatas Batista são um importante índice da efemeridade dos órgãos de imprensa eminentemente literários que já haviam sido fundados no Piauí, assim como também seus respectivos grêmios e associações, muitos dos quais não ultrapassavam a marca dos dois anos de existência – o próprio editorial anuncia a ausência, na capital, de um clube literário. Soma-se a esse dado a constatação do parco público leitor que o Piauí dispunha àquela época, reforçando a ideia do campo de reprodução erudita que se ia construindo ao longo das primeiras décadas do século XX, em que os jornais muitas vezes pareciam ser o veículo por excelência de comunicação estética entre os homens de letras que produziam e se faziam lidos mutuamente naquela porção de terra.

²⁸⁴ **Apêndice S:** Produções de Celso Pinheiro em periódicos teresinenses (1906-1926).

²⁸⁵ “Alvorada”, *Alvorada*, ano 1, n. 1, 15 jul. 1909, p. 1.

²⁸⁶ *Idem*, p. 2.

Dando audiência à publicação dos objetos literários que eram impressos no Piauí, *Alvorada* alude ao lançamento de *Poemas da mágoa*, de Antônio Chaves, confeccionado pela Libro Papelaria Veras. Em sua segunda edição, de 30 de julho de 1909, publica um artigo crítico de José Campelo, escritor e poeta com atuação literária em periódicos pernambucanos na primeira metade do século XX, membro da Sociedade Literária e Histórica Bernardo Vieira de Melo e do Centro Acadêmico do Recife. Nesse texto, o autor, depois de ressalvas acerca da obra em questão, se refere ao poeta piauiense nos seguintes termos, que bem resumem o perfil modesto que traçara acerca de Antônio Chaves: “é inspirado, espontâneo, sincero – requisitos próprios dum bom, dum legítimo poeta e que, sábia e pujantemente dirigidos, e cercados de sadios estudos, farão do cantor das mágoas de uma única mulher um grande poeta das dores universais” (CAMPELLO, 1909, p. 12-3).

Ainda acerca dessa obra, *Alvorada* deixa rastros de possíveis polêmicas literárias que os piauienses travaram com literatos do Ceará, embates que ocorreram via imprensa, e um deles, a que infelizmente esta pesquisa não pôde ter acesso em sua íntegra, envolve a publicação de *Poema da mágoa* e o jornal cearense *República*, que teria se referido ao livro como um produto “que não vale nada, é uma porcaria cheia de cacofatons”²⁸⁷.

Não era essa a primeira nem a última vez que os literatos piauienses protagonizariam refregas com intelectuais de estados vizinhos. Em 1902, por exemplo, o periódico literário, crítico e noticioso teresinense *O Dever*, manteria por certo tempo embate com o jornal *O Zéfiro*, de Caxias, no Maranhão.

É válido destacar que os títulos citados foram periódicos que declaravam seguir abertamente um programa literário e de fato o faziam, mas não foram os primeiros desse decênio a darem atenção às letras. Com um caráter mais crítico e noticioso do que literário, no ano de 1900 veio a lume o jornal semanário *O Corica*, lançado no mês de fevereiro, vinculado a um clube de mesmo nome. Infelizmente as casas de salvaguarda de arquivos consultadas não disponibilizaram nada além de uma edição deste jornal, em cuja nota-se a publicação de um soneto de autoria feminina: “Morrer!...”, de Mariana Luz²⁸⁸, poetisa de Itapecuru Mirim que, pela qualidade, em 1899, atraiu Coelho Neto à sua cidade, em visita deste pelas cidades do Nordeste.

Um ano depois surgia, em Teresina, o jornal *O Correio*, dirigido por Benedito Lemos. De caráter noticioso, abria espaço para divulgar os trabalhos de Abdias Neves e os poetas Pedro Brito²⁸⁹, Valdivino Tito, Nestor Veras e o próprio Benedito Lemos. Em sua

²⁸⁷ “Um conselho”, *Alvorada*, ano 1, n. 6, 30 set. 1909, p. 9.

²⁸⁸ Foi membro da Academia Maranhense de Letras, ocupou a cadeira 32. Nasceu em 1879 e faleceu em 1960.

²⁸⁹ **Apêndice T:** Produções de Pedro Brito em periódicos piauienses (1901-1919).

edição de número 10, por exemplo, de 21 de agosto de 1901, tratou de anunciar, para breve, o lançamento do romance *Um manicaca*, instigando os leitores a assinarem a obra, como meio de viabilizá-la. A estratégia, no entanto, o tempo tratou de mostrar, não deu certo, visto que o livro, depois de muitas idas e vindas, com promessas de impressão em Parnaíba e, posteriormente, em Teresina, pela Libro Papelaria Veras, só foi publicado, de fato, em 1909. O livro *Volatas*, de Pedro Brito, também é anunciado na edição de número 14, de 4 de outubro de 1901, obra que seria prefaciada por Higino Cunha. Divulgam-se ao longo das edições, o livro de versos, *Primeiros cantos*, desse mesmo poeta, o romance de costumes *Chiquita*, de João Pinheiro, e a coletânea poética *Primícias*, de Nestor Veras, impressa em Teresina pela Tipografia de *A Notícia*.

4.2.2 Nos anos de 1910

Os anos de 1910 são praticamente inaugurados com a publicação de algumas folhas literárias de curta duração, parte delas com feições de revista. Em Teresina, o primeiro periódico literário do período foi publicado no ano de 1911 sob o título *A Letra*. Era o órgão mensal de divulgação do Grêmio Literário Euclides da Cunha, do Liceu Piauiense, e tinha como diretores Afonso Cunha e Oliveira da Cunha.

O auge do decênio é o ano de 1912, que chega a acumular, assim como a Paraíba, 12 periódicos: 1 diário, 4 semanários, 5 quinzenários, 1 mensal e 1 de periodicidade irregular. Apesar da quantidade pequena de veículos de imprensa, os números piauienses ultrapassavam os dos estados de Sergipe, que dispunha de 11 periódicos; Goiás, 10; Mato Grosso, 7; e Acre, 2. Nos estados vizinhos, por sua vez, os números eram maiores: no Maranhão, 29 periódicos; e no Ceará, 42. Esses números revelam alguns índices que merecem ser colocados em conta: o baixo número de leitores reais, devido ao alto índice de analfabetismo, bem como a fraca indústria tipográfica que, no Piauí, sequer atendia a sua população e raramente imprimia um jornal com mais de quatro páginas.

As diferenças entre estados com maior aparelhamento sociocultural e que pelo menos desde o século XIX já dispunham de certo campo educacional organizado, se tornam ainda mais desproporcionais em relação ao Piauí. A começar por Pernambuco, que durante a metade do século XIX foi a República das Letras do Nordeste e para onde migraram muitos piauienses, no ano de 1912 o estado contava com nada mais nada menos do que 62 folhas periódicas, das quais 6 eram diárias e 26 semanais. No Rio Janeiro, outro *locus ideale* aos escritores, principalmente nas três primeiras décadas do século XX, nesse

mesmo ano existiam 94 periódicos, dentre eles 10 diários e 50 semanários. O maior número se encontrava em São Paulo, que nesse mesmo período acumulava isoladamente a alta cifra de 341 veículos de imprensa, e dentro dessa estatística, 37 diários e 177 mensários²⁹⁰.

Os reclames dos escritores que fundam nesse decênio a Academia Piauiense de Letras tinham, pois, fundamento: as letras praticadas no Piauí eram ínfimas diante do grande circuito nacional. A imprensa piauiense nesse ano de 1912 representava apenas 0,87% do que se produzia na nação. Não havia como ter representatividade, problema acentuado pela baixa tiragem de suas folhas. Além disso, se deficiente era a distribuição dentro do próprio Piauí, inexpressivas, para não dizer, invisíveis, eram as que saíam do estado e se faziam lidas por receptores sem vinculação de parentesco, amizade ou camaradagem. Provam isso as tiragens reduzidas das folhas piauienses: dos 12 periódicos que circulavam em 1912, somente 4 tinham uma tiragem entre 1.000 e 2.000 exemplares. O restante estava abaixo disso: 3, entre 500 a 1.000 exemplares; 3, entre 300 a 500 exemplares; 1, entre 200 a 300 exemplares; e 1, entre 100 a 200 exemplares. Já nessa época o Rio Janeiro tinha jornal com tiragem superior a 50.000 exemplares e São Paulo, 3 acima de 27 mil. Do Nordeste, somente o Ceará, a Bahia e Pernambuco contavam com jornais que ultrapassam os 10 mil exemplares: 1 do primeiro, 3 da segunda e 3 do terceiro.

Esses números se tornam ainda mais problemáticos quando avaliadas as especialidades dos periódicos então em circulação. Se o interesse do campo literário era, sobretudo, por aqueles veículos de difusão de suas competências, há registros de que entre 1907 e 1912, dos quinze títulos, somente um jornal era eminentemente literário – e não pertencia aos núcleos dos circuitos do norte ou do centro-norte, mas à cidade de Piri-piri – não por acaso, o periódico, fundado em 1910, tinha o nome dessa cidade. Assim, nesse recorte de seis anos, os periódicos assim se distribuíam por sete cidades, por data de fundação: Amarante (*A Cruz*, 1902; *Amarante*, 1908; *Tetêu*, 1909), Floriano (*O Popular*, 1912), Oeiras (*Correio de Oeiras*, 1909), Parnaíba (*Norte Piauí*, 1907), Piri-piri (*Piri-piri*, 1910), Picos (*O Aviso*, 1910), Teresina (*Piauí*, 1891; *O Norte*, 1899; *Gazeta*, 1904; *O Monitor*, 1905; *O Comércio*, 1906; *O Apóstolo*, 1907; *Diário do Piauí*, 1911).

Fora dessas estatísticas estavam outros, como *Auras do Norte*, publicado quinzenalmente em Parnaíba em 1911. Entre os seus fundadores encontravam-se o poeta paraense Raimundo de Araújo Chagas, o R. Petit, um dos mais prolíficos poetas do norte

²⁹⁰ Dados coletados no *Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912)*, de 1927, volume 3, organizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

do estado, e o sonetista J. Dutra²⁹¹. Era repórter Américo Ribeiro, tipógrafo responsável pela impressão de outras folhas parnaibanas, como *Semana*, em 1910, e *19 de Outubro*, de 1922; bem como pela direção de folhas de *O Popular*, em suas primeira, segunda, terceira e quarta fases, de 1912, 1914, 1915 e 1928, respectivamente. Outro importante nome das letras do circuito parnaibano fazia parte desse periódico, gerenciando a parte comercial, o poeta Oscar Lopes Franco. Organizados mesmo como empresa, esses literatos, que pouco contavam com o apoio propriamente comercial, criaram três modalidades de preços para assinantes, que podiam adquirir o veículo mensalmente, trimestralmente ou por meio de números avulsos.

Uma das inovações que trouxe para o circuito em que estava inserido encontrou inspiração das nascentes revistas ilustradas do Rio de Janeiro: a inclusão de charges com seus respectivos diálogos em legenda, geralmente contextualizados a questões de época²⁹². Desde o seu primeiro editorial, o sentimento de “progresso” parnaibano é uma marca que parecia ecoada do decênio passado, e que encontraria reverberação nos seguintes. Apesar de ricamente ilustrado com produções de cunho literário, entre sonetos e crônicas, a leitura desse periódico é prejudicada pelo uso excessivo de pseudônimos.

Foi nesse período que R. Petit ensaiou parte de sua prosa, por meio do gênero crônica, exercício literário incomum à sua produção, concentrada em especial na arte do verso, entre sonetos, cromos e trovas. Com crônicas também colaboraram outros nomes como F. Oliveira Nunes, que em 1909 fundou e dirigiu em Teresina o jornal literário *Aspirante*, bem como Tote Narciso²⁹³. Este escritor, como muitos outros, faz parte da leva de intelectuais que se viu atraída para Parnaíba, compondo o circuito literário parnaibano. Entre os escritores da cidade, aludidos desde a primeira edição, está Jonas da Silva²⁹⁴, cujos trabalhos poéticos também são lançados na folha, geralmente na capa²⁹⁵.

Aspectos do movimento literário desse circuito também aparecem, em forma de rastros, em textos, como o do autor das siglas “R. B.” (provavelmente o farmacêutico e jornalista Raul Bacelar, nessa época com 19 anos), que em “Pelas letras”, na edição de 14 de maio de 1911, assim se expressou: “Não há dúvida, que é sempre muito digno de

²⁹¹ “Meus versos”, *Auras do Norte*, ano 1, n. 23, 17 mar. 1912, p. 2.

²⁹² P. ex. “Última moda”, *Auras do Norte*, ano 1, n. 4, 28 mai. 1911, p. 1

²⁹³ “A mulher”, *Auras do Norte*, ano 1, n. 23, 17 mar. 1912, p. 2; “Honra ao mérito”, *Auras do Norte*, ano 2, n. 30, 20 abr. 1912, p. 3. Natural de Murici dos Portelas, Piauí, Antônio Narciso de Oliveira Castro foi jornalista, poeta, orador, político e contabilista. Fixou morada na cidade de Parnaíba por volta do ano de 1904. No campo da imprensa, fundou o jornal *O Lírio* e colaborou, com poemas, para a *Revista da Parnaíba*, editada e dirigida pelo jornalista Nelson Martins Chaves e Dr. José de Nicodemos Alves Ramos.

²⁹⁴ **Apêndice U:** Produções de Jonas da Silva em periódicos brasileiros (1900-1930).

²⁹⁵ “Vida anterior”, *Auras do Norte*, ano 1, n. 3, 14 mai. 1911, p. 1; “Anjo e Pantera”, *Auras do Norte*, ano 1, n. 5, 15 jun. 1911, p. 1.

elogios, esse desejo ardente, essa aspiração que os moços têm de aprender o caminho das letras, de se elevar no conceito mundial, sejam eles das plagas mais adiantadas, ou sejam mesmo deste meio atrasado em que vivemos” (B., 1911, p. 1). A análise do articulista põe em discussão a concepção que já inquietava os intelectuais nortistas acerca das letras que se manifestavam no sul, a lembrar aqui que nessa época o Brasil era dividido apenas nas duas porções. Assim, “R. B.” declara que a literatura nas “plagas mais adiantadas” se manifestava “impelida por uma força sobrenatural [...] porque o meio lhes convida a seguir os ilustrados na liça dos empreendimentos do saber”²⁹⁶, enquanto aos intelectuais do Norte se “exige sacrifício” e a razão não era outra senão o baixo índice de políticas públicas educacionais, como se demonstrou, bem como as discrepantes circunstâncias do meio que resultavam no alto número de analfabetos. Isso inviabilizava a constituição de um sistema literário capaz de dar audiência aos intelectuais que, para tanto, precisavam se afastar de seus circuitos literários de origem e interagir em outros: “Eis porque alguns filhos do Piauí, por mais vontade que tenham, ficam sempre em plano inferior aos seus semelhantes de outras regiões”²⁹⁷.

Não fugindo à característica que unifica as folhas literárias e noticiosas do circuito parnaibano, *Auras do Norte* também enveredou por questões de ordem urgente ao desenvolvimento do comércio parnaibano, a citar o reclame da estrada de ferro, a partir de:

um ramal que partindo de Amarração internar-se-á pelos municípios centrais e vai despertando com o seu estridente silvo as riquezas adormecidas em nossos sertões, semeando as relações comerciais muito estreitas devido a falta de transporte, e cooperando finalmente, para a riqueza e elevamento (sic) moral de um povo, que não pôde ainda, por falta de um melhoramento como este, arrebentar o círculo de ferro que o prendia (REIS, 1911, p. 3).

O assunto retornaria às páginas do jornal, quando na edição de número 30 o editorial anunciaria a dificuldade em “Manter um jornal, cujo ideal seja o cultivo e elevação das letras, em um meio, como o nosso, onde o saber constitui crime para os que sabem e ódio para os que são ignorantes”²⁹⁸.

Com relação às trocas simbólicas que se davam entre os órgãos de imprensa nos dois circuitos, tanto o de Parnaíba como o de Teresina, é possível acompanhar, ao ler as páginas dessa folha, a oferta do Grêmio Literário Euclides da Cunha, da capital, da revista *A Letra*, para os literatos que trabalhavam no norte. O mesmo se dará com o recebimento

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ “20 de abril de 1912”, *Auras do Norte*, ano 2, n. 30, 20 abr. 1912, p. 1.

do jornal *A Tarde*, mantido por alunos do Liceu Piauiense: Mário Araújo, Cid Campelo, João Marques da Costa, Cristóvão Veras, Herbet Parentes Fortes, Pedro Rodrigues da Cunha e Belino de Castro. Entre os colaboradores fixos da folha, advindos de Teresina, estavam os poetas Odorico Castelo Branco e Alcides Freitas, cujos trabalhos eram publicados sempre no gênero soneto.

No ano seguinte, anunciado em periódicos noticiosos da época, como *Diário do Piauí*, surge em Teresina, em 27 de janeiro de 1912, o primeiro número da folha literária *Cidade Verde*, dirigida pelo poeta Zito Batista. O jornal, cujo nome segue o cognome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto a Teresina, no primeiro número de sua publicação recusou seguir programa (como era de praxe); imbuiu-se, porém, do compromisso em manter em suas páginas o objeto literário, além de ser “neutro em questões políticas”²⁹⁹ – o que representava um avanço na imprensa de Teresina, muito afeita, à época, a periódicos que de alguma forma mantinham laços com o partidarismo político. Daí a urgência de sua publicação, destinada à propagação da cultura e dirigida a uma pequena parcela de homens alfabetizados, como o editorial do primeiro número reconhecia: “exclusivamente, à divulgação de pequenas páginas de arte, ao inteiro sabor do espírito educado de uma parte do nosso povo”³⁰⁰.

Desvinculada, pois, dos figurões políticos e, em alguma medida, dos grilhões congêneres do comércio afeito ao partidarismo, restava à folha contar com o apoio dos profissionais liberais. Assim, a revista, de modo bastante singular, dispôs de um corpo de apoiadores dos mais variados ramos do meio profissional, em geral advogados, dentistas e médicos, dentre os quais, nomes já conhecidos da intelectualidade piauiense e que também colaboravam com textos, como Valdivino Tito, Higinio Cunha, João Pinheiro, Clodoaldo Freitas e Matias Olímpio.

Teresina em 1912, assim como as principais cidades do Piauí, ainda guardava características fortes do período imperial, e um desses traços residia na denominação de ruas, a qual mantinha marcas identitárias de certas regiões da cidade que identificavam moradores e áreas povoadas. Antes das mudanças progressivas da nomeação de ruas e praças, que ocorrem ao longo do período republicano, eram comuns, na capital, nomes como Rua Bela, Rua da Glória, Rua Grande, Rua da Palma, Rua da Macaúba, Rua da Chapada etc. E tamanha era a força de suas significações que despertavam, para os editores de *Cidade Verde*, certa poeticidade, a ponto de em sua primeira edição lançarem concurso a respeito. O certame acabou movimentando a parte alfabetizada dos munícipes. A edição de

²⁹⁹ “Cidade verde”, *Cidade Verde*, ano 1, n. 1, 21 jan. 1912, p. 1.

³⁰⁰ Idem.

número 3 da revista (29 de fevereiro de 1912) dá notícia do resultado: de um total de 7.440 eleitores arregimentados em curto prazo de um mês, 1.956 elegeram a Avenida Frei Serafim como a principal, seguida da Rua Paissandu, com 1.944 votos; Rua da Glória, com 1.866 votos; e Rua Bela, com 1.525 votos. As demais citadas, Bairro do Barroão, Rua Grande, Rua São José, Praça Uruguaiana, Campo de Marte, Rua Davi Caldas e Rua Coelho Rodrigues juntos somaram 149 votos.

Ainda nesse ano foi publicada em Teresina a revista *Litericultura*, editada por Abdias Neves, Matias Olímpio e Simplício Mendes. Da mesma forma que *Cidade Verde*, angariou elogios no periodismo de então, a exemplo da nota publicada pelo *Diário do Piauí* noticiando a publicação do segundo volume da revista: “É uma publicação importante, atestando o elevado grau de cultura da nossa terra e o nosso apurado gosto e desenvolvido amor às belas causas da vida literária”³⁰¹. No lançamento da terceira edição da revista, esse jornal voltaria a anunciar a publicação com as seguintes palavras, deixando rastros de certo desenvolvimento do gosto pela leitura estética em Teresina: “Cada dia vai se desenvolvendo mais as simpatias do nosso público inteligente, em torno da esplêndida publicação, para cujo brilhantismo muito se há esforçado a intelectualidade de Teresina, representada pelos nossos melhores e mais finos homens de letras”³⁰². Mais adiante, a nota se refere a um trecho da vida literária piauiense, cujo produto, a *Litericultura*, vinha “marcando uma época de intenso e produtivo rumor literário, nesta terra, onde as coisas do espírito nem sempre são tratadas com o carinho de que necessitam para o seu pleno desenvolvimento”³⁰³.

A análise das páginas e subseqüentes edições de *Litericultura* demonstra que os articuladores da folha seguiram, em certa medida, o programa a que se propunham desde o primeiro número, “se destina exclusivamente à cultura das letras”³⁰⁴, antecipando em alguns anos a *Revista da Academia Piauiense de Letras*, que também manteria a linha, embora somasse à sua edição estudos em áreas outras, como a história e a geografia do estado.

Em 1912, a literatura, segundo os próprios redatores, ainda era um objeto de pouca penetração no meio, reforçando aqui a tese da classe restrita de consumidores de bens simbólicos de feição letrada: “Será um novo ensaio desse gênero de cultura, *que não tem frutificado em nosso meio, menos por falta de cultores aptos*, do que por falta de um ‘processus’ eficientemente sistemático”³⁰⁵. Dessa forma, a fim de seguir com a sina de cultores e

³⁰¹ “Litericultura”, *Diário do Piauí*, ano 2, n. 35, 15 fev. 1912, p. 1.

³⁰² “Várias Notícias”, *Diário do Piauí*, ano 2, n. 56, 14 mar. 1912, p. 1.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ “Litericultura”, *Litericultura*, ano 1, n. 1, 1 jan. 1912, p. 4.

³⁰⁵ Idem, grifo nosso.

promotores das *coisas de espírito*, os editores estabeleceram cinco critérios para os trabalhos a serem divulgados. Tais normas visavam, em primeiro lugar, não só a promoção da cultura, mas o desenvolvimento intelectual do meio, e aqui o periódico se revestia, como instrumento, da função de formador do gosto cultural letrado em uma sociedade pouco afeita a esse tipo de manifestação:

- I – As suas páginas estão franqueadas a quem quiser escrever de filosofia, ciências, artes e, em geral, de qualquer assunto que se relacione com o desenvolvimento intelectual e moral da coletividade.
- II – Ficará a critério da diretoria a aceitação ou rejeição dos artigos que lhe forem presentes.
- III – A inserção de qualquer escrito será feita sob a responsabilidade exclusiva do seu autor, que o firmará com o seu nome ou com o pseudônimo que adotar.
- IV – São inadmissíveis polêmicas de caráter pessoal, partidário ou sectário.
- V – A publicação de um escrito não implica a solidariedade da redação com os conceitos nele emitidos³⁰⁶.

Chama atenção o critério de número 4, procurando quebrar uma conduta que vinha sendo adotada pelo menos desde o ano de 1906 por periódicos teresinenses, que se digladiavam dentro do circuito literário, tais como *O Apóstolo*, *O Monitor*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Piauí* e *O Piauí*. Outro ponto curioso é a inserção de trabalhos de cunho jurídico, como jurisprudências (geralmente assinadas pelo então juiz de direito Augusto Ewerton e Silva) ou mesmo ensaios jurídicos, refletindo o bacharelismo que havia por trás dos que dirigiam a folha, além de ser essa uma das fortes características do circuito literário teresinense, composto em sua maioria por profissionais do direito. Com isso, nota-se que o periódico admitia os dois níveis de produção, a de entretenimento, concentrada em objetos literários propriamente ditos, e a de caráter eminentemente técnico. Essa consciência é inclusive definida em “Últimas notas”, publicadas na edição de número seis, referente a 1º de junho de 1912:

procuramos satisfazer do melhor modo a todos quantos nos dão a condescendência de nos ler. Para os eruditos, temos os artigos de ciência em que são encaradas momentosas questões e discutidos problemas de interesse geral; para os que se preocupam com questões de arte oferecemos o conto, o verso, a crônica, o estudo sobre nossos homens de letras³⁰⁷.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ “Últimas notas”, *Litericultura*, ano 1, n. 6, 1 jun. 1912, p. 62.

Quem inaugura a seção de artigos do periódico é Clodoaldo Freitas, com o começo da série “As tiranias sociais”³⁰⁸, bem como a seção de contos, sob o título “Os burgos”³⁰⁹, além disso, será por meio dessas páginas que o escritor publicará artigos com fortes características anticlericais, tão logo rebatidos na imprensa teresinense no jornal *O Apóstolo*, em réplicas assinadas pelo padre Melo Lula – trabalhos completamente ignorados por Clodoaldo, que não os treplica, fato, inclusive, reclamado pelo próprio clérigo na série “Palestras com o bacharel Clodoaldo”.

Assim como Parnaíba não estava isolada do que se produzia em outros circuitos literários, Teresina também mantinha vínculos de imprensa com veículos divulgadores de literatura em espaços que fugiam ao seu raio. Essa revista, por exemplo, em edição de 31 de outubro de 1912, referente ao seu número 10, registra na seção “Notas” o recebimento de publicações que corriam o circuito nacional, como a congênere *Ciências e Letras*, dirigida no Rio de Janeiro pelo casal Clóvis e Amélia Beviláqua; *A Lanterna* e *Livre Pensador*, hebdomadários anticlericais de São Paulo; *O Bonfim*, da Bahia; *Diário Oficial do Maranhão*, de São Luís; *Voz do Sertão*, de São João do Piauí, dirigido pelo escritor e jornalista Joaquim Vaz da Costa, que mais tarde se incorporará ao circuito literário teresinense.

Apesar de não dar publicidade a muitos trabalhos advindos do circuito literário parnaibano, a revista foi um elo entre os intelectuais dos dois polos, sendo o bacharel e jornalista Francisco de Moraes Correia o responsável por sua representação em Parnaíba, respondendo por questões comerciais.

Logo depois, em 15 de novembro de 1914, surge em Teresina o jornal quinzenário, *a posteriori* semanal, *O Arrebol*, cuja existência, segundo apontam as fontes consultadas, teria se prolongado (apesar de uma pausa de quatro anos) por mais de dez anos, findando suas atividades em 1925 – a última edição que se tem notícia data de 26 de julho. Era essa, porém, a terceira fase da folha: a primeira, de 1859, fora orientada pelo jornalista Davi Moreira Caldas; a segunda, como já dito, em 1904, pelo Bando Literário Romeiros do Futuro. A importância de sua terceira fase reside, sobretudo, na divulgação de textos de escritores que compuseram uma das instâncias alternativas de consagração das letras piauienses, a “Arcádia dos Novos”; bem como no diagnóstico social que, em 1925, Eudócio Neves efetuou a partir de um conjunto de crônicas intitulado “Sem pé nem cabeça”, bem como Antônio Neves de Melo, com as duas sequências “Palavras soltas” e “Notas a esmo”.

³⁰⁸ “As tiranias sociais”, *Litericultura*, ano 1, n. 1, 1 jan. 1912, p. 5-11.

³⁰⁹ “Os burgos”, *Litericultura*, ano 1, n. 1, 1 jan. 1912, p. 22-31.

Era proprietário do jornal o poeta Antônio Prado de Moura, conhecido na época como Pintassilgo. Em sua fundação o periódico contou ainda com a participação de Gabriel Soares, Eudócio Neves, Raimundo Oliveira e Genésio Gonçalves Galiza. Servindo como uma espécie de elo entre os circuitos literários aqui apontados, *O Arrebol*, nessa fase, reproduzia os trabalhos de alguns poetas advindos do espaço parnaibano, hoje esquecidos, como Lincoln Guimarães, uma das importantes figuras do charadismo no norte do Piauí, Oliveira e Ferres, João Ramos e Herculano Santos, este que, em 1924, morando em São Luís, no Maranhão, exercia a função de correspondente telegráfico da folha – período em que assinou a coluna “Crônicas de São Luís”.

Sendo Caxias do Maranhão sede de inúmeros poetas que se integravam ao circuito literário de Teresina, não seria diferente a sua representação em periódicos piauienses como o agora analisado, publicando produções de nomes que na época faziam as letras do seu estado. É o caso do sonetista Oliveira de Jesus³¹⁰, poeta de que os tempos hodiernos não herdaram informações. O caso se repete com o ludovicense Djalma Fortuna e o cearense Francisco Brillhante³¹¹, sonetista que por longos anos e edições ilustrou com seus poemas as páginas do jornal de Antônio Moura.

No último ano de sua distribuição, chegou a contar com um quadro de dez colaboradores: H. Filho, Salvino Oliveira, José G. de Almeida, Cinobelino Passos, Antônio Araújo, João Santos de Souza, Domingos Cordeiro Soares, Benedito Barros, Oliveira e Ferres e Miss Consoladora (escritora encoberta sob pseudônimo que a pesquisa não localizou, responsável pela “Seção feminina”). Até o último número de sua distribuição manteve seção folhetinesca assinada pelo pseudônimo “Caio Salústio” (real autoria não localizada), cuja matéria sempre versava sobre temas regionais, em especial a realidade sertanista, já tradicional da literatura piauiense desde o século XIX. Foi ainda em seu último ano que o periódico encetou polêmica com outro jornal piauiense, reavivando uma prática que acalorou o meio literário piauiense em fins do século XIX e início do século XX. Era seu desafeto a publicação *O Lince*, bissetimanal fundado em Teresina no ano de 1925, tendo como editores José de Vasconcelos, um dos antigos colaboradores de *O Arrebol*, e José

³¹⁰ “Tudo acabado”, *O Arrebol*, ano 4, n. 8, 28 abr. 1918, p. 2.

³¹¹ Francisco Brillhante era membro da Academia Polimática, fundada em março de 1922 em Fortaleza. E colaborador de importantes folhas periódicas cearenses, como *A Imprensa*, *A Ordem*, *O Debate*, *O Jornal*. Produziu uma série de poemas sob o pseudônimo “Franbri Cearense”. Foi amigo de Paulo Aragão, poeta e crítico literário cearense que gozou da convivência e da estima de escritores piauienses no circuito literário de Parnaíba, ilustrando por inúmeras edições as páginas do *Almanaque da Parnaíba*, na fase de Ranulfo Torres Raposo. Publicou *Arrebóis* (1917), *Antêlios* (1918), *Castelo em Ruínas* (1924), *Coisas do Ceará* (1924), *Evocações* (1924), *Legenda dos Santos* (1925), *Fragmentos de um Livro* (1932) e *Contos Regionais* (1933). Faleceu em Fortaleza, no Ceará, em 26 de abril de 1944.

Raimundo Castelo Branco Tito. A polêmica, ao que tudo indica, teria iniciado logo na primeira edição do jornal de Vasconcelos e Tito³¹².

Quanto aos vestígios da vida literária teresinense, o periódico ainda registra notícias acerca da publicação de livros de autores vinculados a esse circuito, como do próprio editor da folha, Antônio Prado de Moura, que em setembro de 1924 teria publicado a coletânea *Cancioneiro teresinense*, “coleção escolhida de valsas, tangos, foxtrotos e modinhas, cuidadosamente escritas pelo mesmo [sic.], na música de diversas peças aqui executadas pelas nossas bandas musicais”³¹³. Foi também *O Arrebol* que divulgou em Teresina a morte do poeta Anatole France, dedicando uma de páginas a noticiar o ocorrido, e nesse ponto reconhece, em 1924, a França como o ponto de partida da criação literária no mundo: “A literatura francesa sempre foi a geratriz de onde partiu todo o elemento formador das literaturas internacionais. No Brasil, essencialmente, o seu predomínio foi absoluto, empolgando a arte dos nossos mais cultos escritores”³¹⁴. Esse assunto tão em voga em países de cultura francófila como o Brasil da República Velha, é analisado por Pascale Casanova (2002), que sintetiza a ideia nomeando a França a República Mundial das Letras, dentro de uma configuração apontada por Valéry Larbaud (1936)³¹⁵, que reconhece não a estrutura de um mapa político, mas de um mapa intelectual do mundo, cujas fronteiras, diferentemente do primeiro, apresentam uma maior estabilidade e se transformam com muita lentidão. Assim, “sua geografia constituiu-se a partir da oposição entre uma capital literária (e portanto universal) e regiões que dela dependem (literariamente), e que se definem por sua distância estética da capital” (CASANOVA, 2002, p. 26).

Essa ideia ajuda a entender a primeira e a segunda partes do argumento de *O Arrebol*, demonstrando, por fim, a dependência do Brasil com relação à capital literária a que sua cultura esteve vinculada durante décadas. Sendo a França a República Mundial das Letras, Paris seria “a capital intelectual, árbitro do bom gosto [...] cidade idealizada onde pode ser proclamada a liberdade artística” (CASANOVA, 2002, p. 41). Foi nela que os escritores da América “descobriram-se” nacionais, a citar os primeiros românticos brasileiros; ou ainda Oswald de Andrade, do modernismo.

Seguindo a esteira dos periódicos literários, um grupo de escritores que residia em Teresina se reúne e funda, em 1918, *Chapada do Corisco*. São seus redatores os poetas Edison

³¹² Infelizmente não foi possível compreender a razão da polêmica. As edições de *O Lince* não existem nos centros consultados, e as edições de *O Arrebol* que comentam o assunto estão em um estado de resolução que prejudica a leitura, a citar a de 3 de maio de 1925.

³¹³ “Cancioneiro teresinense”, *O Arrebol*, ano 10, n. 61, 24 ago. 1924, p. 3.

³¹⁴ Ref. “Anatole France”, *O Arrebol*, ano 11, n. 69, 15 nov. 1924, p. 8.

³¹⁵ Ref. *Ce vice impuni, la lecture: domaine français* (1936).

Cunha e Pedro Brito e os prosadores Jônatas Batista e Luís Mendes Ribeiro Gonçalves. Se é possível falar de programa acerca desse periódico, já que eram os próprios redatores que se desvinculavam de um, é o primeiro editorial que o define: ser em “prol da Beleza, procurando sacolejar o espírito teresinense, obrigando-o a atender aos reclamos dos que passam pela vida acorrentados a um grande sonho de Arte e Perfeição”³¹⁶. A análise de suas páginas demonstra que esses conceitos abstratos se relacionavam a uma atividade literária imitativa, guiada por modelos e sem inovações de nenhuma espécie.

Chapada do Corisco tinha em seu quadro de colaboradores Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Lucídio Freitas, João Pinheiro, Baurélio Mangabeira, Celso Pinheiro, Fenelon Castelo Branco, Antônio Chaves, Esmaragdo de Freitas, Zito Batista, dentre outros. Com um time tão versátil, composto por poetas, prosadores e críticos, é, porém, sob o signo da poesia que os trabalhos da revista são iniciados: “Epopéia de Maio”, quintilhas decassílabas de Pedro Brito abrem a revista em alusão ao mês inaugural desse órgão. É válido destacar que, quando a revista vem a lume, já está fundada a Academia Piauiense de Letras, e o veículo, porque criado por membros desse sodalício, conta com a participação ativa dos intelectuais acadêmicos, então presididos por Clodoaldo Freitas.

É destaque na revista a coluna “Da Thebaida”, assinada por Jônatas Batista sob a rubrica de pseudônimo e inaugurada anos antes no *Diário do Piauí*. Eram sonetistas nessas páginas Mário Bento e Moraes Sarmiento. Clodoaldo Freitas também estreia quadro destacado na folha: assina a novela “Os bandoleiros”, na edição de número 2, de 25 de maio 1918.

O primeiro número também abriu espaço à memória dos autores piauienses desaparecidos, dentre os quais Alcides Freitas, falecido aos 23 anos em 1913. O necrológio, em forma de artigo de crítica à produção do autor, é assinado por Fenelon Castelo Branco e ocupa duas páginas. Dos tópicos levantados no texto, é clara a demonstração da tomada de consciência que imprimia no espírito dos intelectuais do estado a tarefa da formação de uma “literatura piauiense” a partir da tradição que ia se constituindo não apenas de seu passado distante como também próximo, formado, em especial, pelos nomes que vivenciaram os primeiros anos do século XX e deixaram produções consideráveis para a crítica, como Alcides Freitas: “legaste todo o fulgor desse espírito predestinado, todas as irradiações do teu talento, vazados nas produções assombrosamente belas que não são sempre lembradas e citadas pelos intelectuais patrícios” (CASTELO BRANCO, 1918, p. 7)

³¹⁶ “Editorial”, *Chapada do Corisco*, ano 1, n. 1, 11 mai. 1918, p. 1.

e na ideia de “continuidade”, como quer Candido, “e que certo constituirão uma glória para as gerações futuras que te hão de venerar o nome e a memória”³¹⁷.

Com a fundação da Academia Piauiense de Letras em 1917, cria-se, no ano seguinte, a *Revista da Academia Piauiense de Letras*, como forma de difundir os trabalhos que se realizavam no âmbito daquela instituição, bem como as produções literárias e históricas das personalidades ligadas às letras do estado e que tinham vinculação com o sodalício, conforme relata a “Advertência” de seu primeiro número: “difundir o gosto das boas letras e dos estudos de história e de geografia do Piauí, de que tanto carecemos”³¹⁸. Com uma média de 200 páginas, foi impressa inicialmente pela Tipografia do *Jornal de Notícias*, em Teresina.

O expediente da revista era geralmente dividido conforme reuniões preestabelecidas pela Academia, estando Fenelon Castelo Branco responsável, muitas vezes, pela correspondência do veículo. Vários foram os intelectuais engajados nos trabalhos literários desse órgão de divulgação acadêmico, não restrito apenas aos inscritos nesse silogeu – o maior número dos homens de letras, porém, pertencia ao circuito literário teresinense. É possível citar Higino Cunha, Lucídio Freitas, Clodoaldo Freitas, Nogueira Tapetí, Celso Pinheiro, Nei da Silva, Matias Olímpio, Abdias Neves, Benedito Aurélio de Freitas, João Pinheiro, Odorico Castelo Branco, Antônio Chaves, Zito Batista, Pedro Brito, Luiz Carvalho, Cristino Castelo Branco, Jônatas Batista; além dos literatos piauienses que estavam em outras partes, como Amélia de Freitas Beviláqua e Félix Pacheco, no Rio de Janeiro, e Jonas da Silva e Taumaturgo Vaz, no Amazonas.

Nos passos da revista *Litericultura*, que a antecedeu e reuniu basicamente os mesmos escritores, a Revista também dava atenção a peças de ordem jurídica e procurou registrar em suas páginas os trabalhos de autores piauienses há muito falecidos. Na seção “Páginas antigas”, divulgou, por exemplo, o poema “O Touro Fusco”³¹⁹, de José Coriolano de Souza Lima. Ainda no ritmo da primeira, essa revista manteve a seção “Folclore piauiense”, assinado não por Leônidas e Sá, como era o caso de *Litericultura*, mas por João Pinheiro.

4.2.3 Nos anos de 1920

Os anos de 1920 são marcados por um declínio nas letras piauienses, especialmente nas páginas de sua imprensa, quando poucos periódicos literários foram fundados e os que

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ “Advertência”, *Revista da Academia Piauiense de Letras*, ano 1, n. 1, jun. 1918, p. 3.

³¹⁹ “O Touro Fusco”, *Revista da Academia Piauiense de Letras*, ano 2, n. 2, 1919, p. 99-112.

existiam se mantinham com dificuldades. Quadro potencializado pelas consequências que surgem entre as duas grandes guerras, daí o sintomático editorial da edição de 21 de setembro de 1921, do jornal *O Arrebol*, que informa das dificuldades em se imprimir o periódico: “Vencendo obstáculos incalculáveis, provenientes do preço exorbitante do material tipográfico, mesmo assim vos apresentamos hoje inesperadamente a nossa modesta folha, a qual não vem no antigo caráter de circulação”³²⁰. A atmosfera de insegurança e crise arrolada pelo conflito mundial é lembrada no editorial de 15 de novembro de 1923, do mesmo periódico: “Quando da fundação de *O Arrebol* em 1914, numa situação imprevista e angustiosa, devido a guerra que rebentara no Velho Mundo, foi fundado este jornal. O frio pessimismo que abate a alma de todos os piauienses explodiu na expressão amarga de uma desilusão infinita: – Não durará...”³²¹, e mais adiante, exaltando os seus 10 anos de existência, “Duro, viveu, sentiu o perpassar do terrível cataclismo que submergiu a velha Europa, num mar de sangue, numa tempestade de ferro, assistiu ao desencadear-se dos mais tremendos vendavais político-sociais, que se sucederam neste começo de século”³²².

Analisados alguns anos de maneira isolada, essa década de crise nas letras traz consigo disparidades que valem a pena analisar. Em 1921, por exemplo, Parnaíba contava com pelo menos sete folhas periódicas: *O Imparcial*, do poeta e político Nestor Gomes Veras, *A Tribuna* (ainda em sua 3ª fase, iniciada em 1924), do coronel Epaminondas Castelo Branco, *O Trabalho* (fundado em 1920), do impressor e xilógrafo João Bezerra Leite, um dos idealizadores Sociedade União Progressista dos Artistas Mecânicos e Liberais de Parnaíba (fundada em Parnaíba em 24 de agosto de 1919), *O Artista*, órgão da sociedade anteriormente citada, *O Consolador*, redigido pelo polígrafo Alarico da Cunha e ligado ao Centro Espírita, e *A Boa Semente*, da igreja católica, dirigido pelo padre Melo Lula, que na década passada havia atuado na imprensa católica de Teresina; bem como outras cinco folhas foram fundadas nesse ano: *O Perdão*, redigido pelo poeta Thomaz Catunda, *O Marítimo*, *A Pátria*, editado pelo escritor Edison Cunha, e *A Campanha*.

Teresina também não ficava atrás, embora não representasse o mesmo número de folhas periódicas que circulavam no circuito literário nortista. Em 1921, na capital piauiense já vinham sendo publicados cinco jornais: *Gazeta* (ainda de sua 1ª fase, iniciada em 1904 por Benedito Lemos), *Jornal de Notícias* (em sua 2ª fase, iniciada em 1920), redigido por Miguel de Paiva Rosa, *O Nordeste* (em sua 2ª fase, iniciada em 1919 pelo poeta e dramaturgo

³²⁰ “A nossa homenagem”, *O Arrebol*, ano 6, n. 14, 21 set. 1921, p. 2.

³²¹ “O Arrebol: o espírito do futuro está onde está o coração da mocidade”, *O Arrebol*, ano 10, n. 51, 15 nov. 1923, p. 1.

³²² Idem.

Jônatas Batista), *O Piauí* (em sua 3ª fase, iniciada em 1916 por Celestino Filho e Luiz Nogueira), que servia para divulgação dos atos oficiais, e *O Porvir*, fundado em 1915 por alunos do Colégio Bento XV. Também foram fundados alguns periódicos que concorriam com os já citados, *A Voz do Norte*, de Firmino da Paz, *O Paladino*, *Correio do Piauí*, de Joel de Oliveira e Heráclito Araripe de Sousa, e *O Jornal*, de José Broxado Lapa. Ao todo, perfaziam 10 pelo circuito literário parnaibano; e 9 pelo teresinense.

Em questão literária, quem inaugura o período, no entanto, é o jornal *A Conquista*, de Parnaíba, mantido, em 1922, pelo Grêmio Literário Coelho Neto. Nesse mesmo ano passa a circular em Teresina a segunda fase do *Gente Nova*, veículo de divulgação da Arcádia dos Novos, então formada por João Gualberto da Silva, João Martins Moraes, Mardocheu Marques e J. C. Soares. No ano seguinte, o escritor Heitor Castelo Branco Filho lança, ainda na capital piauiense, o periódico literário mensal *A Pátria*. Todos de vida efêmera, nenhum deles, porém, pôde concorrer a uma das mais significativas investidas do período, o *Almanaque da Parnaíba*, anuário fundado em 1923 pelo comerciante Benedito dos Santos Lima. Em formato de livro, esse periódico se manteve ao longo do século XX, ainda hoje existindo sob os auspícios da Academia Parnaibana de Letras. Desde sua primeira edição se responsabilizou pela divulgação dos mais notáveis intelectuais que estavam envolvidos com as letras no norte do Piauí.

Síntese das produções literárias que até então se publicavam de modo esparso na imprensa parnaibana, além de contar com textos inéditos escritos especialmente para as suas páginas, a leitura das páginas do Almanaque revela a história do próprio comércio da cidade, refletido no crescente número de anúncios ao longo de suas edições. Isso ajuda a confirmar tanto o perfil intelectual do circuito como também o polo econômico que representava o município no que se referia ao restante do estado. Além disso, suas páginas trazem dados estatísticos que ajudam a interpretar a história educacional, da imprensa, da demografia e da vida associativa de Parnaíba.

Como nenhum outro órgão de imprensa desse decênio, o Almanaque foi, em suma, uma espécie de porta-voz dos literatos do circuito parnaibano, pois que suas edições não apenas se espalhavam pelo estado, como alcançavam outras praças do Brasil, às vezes do exterior. Nos anos de 1920, o quadro de colaboradores formado por Benedito dos Santos Lima, entre poetas, cronistas e contistas mostra um pouco do perfil dos homens de letras que estavam inseridos nesse circuito, em geral sem ensino superior e raros com formação técnica: Lívio Castelo Branco, antigo funcionário de fazenda e depois contador e guarda-livros da Casa Inglesa, que em 1917 fundou o jornal literário e noticioso *O Momento*,

Antônio Otávio de Melo, agente da Singer, Raimundo Petit, comerciante, Lívio Pacheco, funcionário público, Francisco Aires, mecânico, João Vieira Pinto, lavrador, Armando Madeira, caixeiro e, *a posteriori*, bacharel em direito, Roberto Lopes, padre, Jesus Martins, jornalista amador e comerciante, Benú da Cunha, farmacêutico, Edison Cunha, bacharel e professor, José Euclides de Miranda, delegado, Alarico da Cunha, caixeiro e, logo após, vice-cônsul português, Francisca Montenegro, normalista, Onesí Couto, normalista, e Oliveira e Ferres, funcionário público.

Apesar do pouco número de folhas fundadas, traz consigo um número significativo de nomes que compõem as suas páginas. Além disso, é nesse período que os primeiros ensaios da cultura popular do litoral piauiense são publicados, bem como as críticas literárias, que chegam ao circuito parnaibano com algum atraso. Alarico da Cunha é um dos nomes que encarna todos os formatos, desdobrados nos decênios seguintes: publica poesia, crônica, artigo, ensaios folclórico e histórico, bem como crítica literária. Foi, talvez, o primeiro escritor desse espaço a divulgar, em crítica³²³, a obra *A costela de Adão* (1929), de Berilo Neves, contista parnaibano de carreira no Rio de Janeiro.

É curioso observar que, de 1924 a 1930, a imprensa piauiense silenciou em relação à figura de Berilo Neves, com exceção dos periódicos que corriam a sua terra natal, Parnaíba, a citar o *Almanaque da Parnaíba*, inaugurando a seção de sonetos de sua primeira edição, de 1924, com o trabalho desse autor, “Madalena”; e um dos primeiros periódicos do século XX de Floriano, *O Popular*. Essa realidade de omissão que pesa sobre o seu nome, porém, não se refletiu na imprensa brasileira: em pouco tempo de lançado, *A costela de Adão* colecionou não apenas comentários do meio intelectual carioca, como também de diversos estados do Brasil: no Espírito Santo, em suas “Notas literárias”, publicadas em 1929 na revista *Vida Capixaba*, o crítico Oswaldo Santiago analisa a produção desse piauiense sob o título “Berilo Neves – um bandeirante do futuro”³²⁴. O mesmo ocorre ao crítico Carlos Madeira, que no mesmo periódico, em 1930, lança nota em sua coluna “Através dos prelos” acerca do livro de estreia do autor³²⁵. Outro exemplo é o do crítico paulista Fléxa Ribeiro, que ensaia a referida coletânea do piauiense em sua coluna “Literatura de Ficção”, no jornal *Correio Paulistano*, em 1929, sob o título “O livro de estreia do senhor Berilo Neves”³²⁶.

³²³ “A ‘Costela de Adão’, de Berilo Neves”, texto de Alarico da Cunha, *O Dia*, ano 3, s/n, 11 jun. 1929, s/p.

³²⁴ “Berilo Neves – um bandeirante do futuro”, texto de Oswaldo Santiago, *Vida Capixaba*, ano 7, n. 193, 19 set. 1929, p. 24-25.

³²⁵ “A Costela de Adão”, texto de Carlos Madeira, *Vida Capixaba*, ano 8, n. 208, 2 jan. 1930, p. 38.

³²⁶ “O livro de estreia do senhor Berilo Neves”, texto de Fléxa Ribeiro, *Correio Paulistano*, ano 75, n. 23.504, 17 mar. 1929, p. 3.

Discorre-se sobre a publicação de *A costela de Adão* porque ela marca uma fase importante para as letras em prosa do Piauí, posto ter se tornado um fenômeno de vendas e crítica, como nenhum outro autor e obra piauiense até então. Os jornais da época registram que a primeira edição desse livro se esgotou em menos de dois meses. Em agosto de 1930, já se encaminhava para a terceira; e em janeiro de 1931, para a quarta. Com pouco tempo de publicado recebeu elogio de grandes marcas da imprensa brasileira, ao que se pode citar: *O Paiz*³²⁷, *Crítica*³²⁸, *O Globo*, *O Jornal*³²⁹, *A Notícia*, *Atualidades*, *Jornal do Commercio*³³⁰, *A Vanguarda*, *A Esquerda*, *Jornal do Brasil*³³¹, *A Noite*³³², *A Ordem*, *Careta*³³³, *O Malho*³³⁴, *Light*, *Excelsior*, *Para Todos*³³⁵, *Brasil Contemporâneo*, *Gazeta de Notícias*³³⁶, *Automóvel Club*, *A. B. C.*³³⁷, *Revista da Semana*³³⁸, *Fon Fon*³³⁹, *Correio da Manhã*³⁴⁰, *A Manhã*³⁴¹, *Diário*

³²⁷ “A Costela de Adão”, *O Paiz*, ano 45, n. 16.209, 7 mar. 1929, p. 2; “Autores e livros”, texto de Carlos D. Fernandes, *O Paiz*, ano 45, n. 16.222, 20 mar. 1929, p. 1; “Culto de Eva”, texto de Jarbas de Carvalho, *O Paiz*, ano 45, n. 16.223, 21 mar. 1929, p. 3; “A Costela de Adão”, texto de Afonso Celso, *O Paiz*, ano 45, n. 16.250, 17 abr. 1929, p. 5; “Um prosador do universo de Wells”, texto de Jayme Cardoso, *O Paiz*, ano 45, n. 16.266, 3 mai. 1929, p. 1, 4; “A Costela de Adão”, texto de Cláudio de Souza, *O Paiz*, ano 45, n. 16.267, 4 mai. 1929, p. 7; “Adão desmascarado”, texto de Astrô Sintra, *O Paiz*, ano 46, n. 16.421, 5 out. 1929, p. 2; “A Costela de Adão”, *O Paiz*, ano 46, n. 16.475, 28 nov. 1929, p. 2; “Vida de arranha-céu”, texto de João de Minas, *O Paiz*, ano 46, n. 16.524, 16 jan. 1930, p. 1; “Um livro vitorioso”, *O Paiz*, ano 46, n. 16.741, 22 ago. 1930, p. 2; “Campo de joio: A Costela de Adão e Versos Alheios”, texto de Carlos D. Fernandes, *O Paiz*, ano 46, n. 16.770, 20 set. 1930, p. 1.

³²⁸ “A Costela de Adão”, *Crítica*, ano 1, n. 117, 5 abr. 1929, p. 3.

³²⁹ “Livros novos: A Costela de Adão”, *O Jornal*, ano 11, n. 3.180, 5 abr. 1929, p. 3; “Vida literária: Berilo Neves”, texto de Tristão de Athayde, *O Jornal*, ano 11, n. 3.248, 23 jun. 1929, p. 4; “A Costela de Adão”, texto de Acy Coelho, *O Jornal*, ano 12, n. 3.709, 14 dez. 1930, p. 2.

³³⁰ “Livros novos”, *Jornal do Comércio*, ano 102, n. 59, 10 mar. 1929, p. 6; “Livros novos: Berilo Neves, A Costela de Adão”, *Jornal do Comércio*, ano 103, n. 45, 21 fev. 1930, p. 4.

³³¹ “A Costela de Adão, de Berilo Neves”, *Jornal do Brasil*, ano 39, n. 76, 29 mar. 1929, p. 6; “Crônica literária: Berilo Neves”, texto de João Ribeiro, *Jornal do Brasil*, ano 39, n. 117, 16 mai. 1929, p. 8; “A Costela de Adão”, texto de Porto da Silveira, *Jornal do Brasil*, ano 39, n. 305, 21 dez. 1929, p. 6; “Bibliografia: A Costela de Adão”, *Jornal do Brasil*, ano 40, n. 227, 21 set. 1930, p. 9.

³³² “Livros novos: A Costela de Adão”, *A Noite*, ano 19, n. 6.219, 12 mar. 1929, p. 4; “Microlândia”, *A Noite*, ano 19, n. 6.241, 4 abr. 1929, p. 1.

³³³ “A Costela de Adão”, *Careta*, ano 21, n. 1.064, 10 nov. 1928, p. 16 (consta uma fotografia do autor); “A Costela de Adão”, *Careta*, ano 22, n. 1.111, 5 out. 1929, p. 20 (consta uma fotografia do autor, de perfil); “A Costela de Adão”, *Careta*, ano 23, n. 1.156, 16 ago. 1930, p. 13 (consta fotografia do autor, de perfil).

³³⁴ “A Costela de Adão”, *O Malho*, ano 27, n. 1.364, 3 nov. 1928, p. 36 (consta fotografia do autor); “A Costela de Adão: contos de Berilo Neves”, *O Malho*, ano 28, n. 1.390, 4 mai. 1929, p. 3; “O sucesso da Costela de Adão”, *O Malho*, ano 28, n. 1.424, 28 dez. 1929, p. 4.

³³⁵ “A Costela de Adão”, *Para Todos*, ano 9, n. 518, 17 nov. 1928, p. 12.

³³⁶ “Acaba de aparecer”, *Gazeta de Notícias*, ano 54, n. 73, 28 mar. 1929, p. 8 (consta fotografia do escritor, de perfil); “A Costela de Adão”, texto de Luiz do Nascimento, *Gazeta de Notícias*, ano 55, n. 82, 6 abr. 1930, p. 4; “Um coração por uma ‘costela’”, texto de Joaquim Thomaz, *Gazeta de Notícias*, ano 55, n. 135, 8 jun. 1930, p. 9.

³³⁷ “O Movimento Literário: ‘A Costela de Adão’, de Berilo Neves”, *A.B.C.*, ano 15, n. 743, 1 jun. 1929, p. 18.

³³⁸ “A Costela de Adão”, *Revista da Semana*, ano 29, n. 49, 24 nov. 1928, p. 31; “A costela de Adão”, *Revista da Semana*, ano 30, n. 14, 23 mar. 1929, p. 29; “Livros novos: A Costela de Adão”, *Revista da Semana*, ano 30, n. 50, 30 nov. 1929, p. 26; “Livros novos: Costela de Adão, por Berilo Neves”, *Revista da Semana*, ano 31, n. 41, 27 set. 1930, p. 22.

³³⁹ “A costela de Adão”, *Fon Fon*, ano 24, n. 43, 25 out. 1930, p. 28.

³⁴⁰ “Livros novos: A Costela de Adão, de Berilo Neves”, *Correio da Manhã*, ano 28, n. 10.486, 10 mar. 1929, p. 2; “Vida literária: Berilo Neves”, texto de Humberto de Campos, *Correio da Manhã*, ano 28, n. 10.494, 20 mar. 1929, p. 2.

*Carioca*³⁴², *Beira-Mar*³⁴³, todos do Rio de Janeiro; *A Gazeta* (São Paulo), *Diário Nacionnal* (São Paulo), *São Paulo Jornal*, *Gazeta do Povo* (Santos), *Diário de Notícias* (Porto Alegre), *Praça de Santos*, *O Estado do Pará*, *Revista do Município* (Porto Alegre), *Floriano* (Floriano), *Correio do Povo* (Porto Alegre), *Eco do Sul* (Rio Grande), *O Dever* (Rio Grande do Sul), *A Federação* (Porto Alegre) e *O Dia* (Parnaíba).

Os livros de Berilo Neves, em suma, alcançaram tamanha popularidade que já naquela época foram vertidos para o polonês, o italiano e o espanhol. Além disso, há registros de que revistas argentinas, como *La Novela Semanal* e *El Hogar*, e outras publicações uruguaias, tenham traduzido parte de seus contos lançados inicialmente no Brasil.

³⁴¹ “Nas montras das livrarias: A Costela de Adão”, *A Manhã*, ano 4, n. 1.021, 4 abr. 1929, p. 5; “A blague do dia”, texto de Terra de Senna, *A Manhã*, ano 4, n. 1.029, 13 abr. 1929, p. 3; “Jardim das vaidades: A Costela de Adão”, *A Manhã*, ano 4, n. 1.068, 29 mai. 1929, p. 5.

³⁴² “O Movimento Intelectual: Berilo Neves, A Costela de Adão”, *Diário Carioca*, ano 2, n. 255, 25 mai. 1929, p. 4; “Berilo Neves e ‘A Costela de Adão’”, texto de Magdala da Gama Oliveira, *Diário Carioca*, ano 3, n. 649, 27 jul. 1930, p. 7.

³⁴³ “Vitrine”, texto de Hyldeth Favilla, *Beira-Mar*, ano 8, n. 205, 9 fev. 1930, p. 4.

5 GUERRA ENTRE OS HOMENS DE LETRAS

No ano de 1952, ao coligir crônicas em um volume intitulado *Passeios na ilha*, Carlos Drummond de Andrade, sem saber, legaria uma das chaves que permitem aplicar a tese do desejo mimético de René Girard à luz das polêmicas literárias. O escritor mineiro, em “Apontamentos literários”, afirma: “Todo escritor que surge reage contra os mais velhos, mesmo que o não perceba, e ainda que os admire”; e conclui: “E se os admira, mais feroz é a reação, em que se casam amor e impaciência, ternura e tédio pela obra cristalizada: ácida compensação da pena de admirar” (ANDRADE, 1952, p. 120). Não fossem certas expressões fortemente meditadas, essa citação não passaria de uma simples frase, sem a força de aforisma que possui.

A chave se encontra justamente em um conjunto de *insights* que o autor teve ao meditar a questão. Veja-se, por exemplo, no primeiro excerto, logo ao final, a expressão “ainda que os admire”. A admiração, aqui, representa o primeiro estágio do desejo triangular de Girard, que pode, em síntese bastante enxuta e metafórica, ser pensado como um edifício erguido por três bases: o sujeito, o modelo e o objeto. Nele, o sujeito passa a desejar o objeto não pelo seu olhar, mas pelo olhar do modelo, isso porque “não existe desejo autêntico, e todo desejo é sempre mediado pelos outros” (GIRARD, 2011, p. 78). A partir do momento que a distância entre o sujeito e o modelo se reduz, em alguma medida – e em algum ponto –, o modelo percebe a ação invasiva do sujeito e, uma vez outorgado a este o direito de contemplar o objeto pelo seu olhar, nega-lhe essa possibilidade, por agora se sentir ameaçado. Assim o conflito é instaurado.

Atribuindo o sujeito como discípulo do modelo, a característica dual deste é explicada por Girard da seguinte maneira: “o modelo mostra a seu discípulo a porta do paraíso e proíbe-lhe o acesso num único e mesmo gesto” (GIRARD, 2009, p. 31). Como o objeto não pode pertencer a dois agentes, sujeito e modelo digladiam-se pela posse ou o direito sobre esse objeto. O sujeito que, mesmo sem perceber, admira o modelo, passa a alimentar por este um sentimento até certo ponto paradoxal: odeia o admirado. Nesse ponto, infere Girard: “Quem odeia, odeia primeiramente a si mesmo em razão da admiração secreta que seu ódio encobre”³⁴⁴. A ação negativa do modelo (mediador) sobre o sujeito, antes de breçar seus impulsos, torna-os mais potentes, como ainda denuncia Drummond: “se os admira, mais feroz é a reação”, isso porque a “recusa brutal do *Outro* [...] desencadeia o desejo obsessivo” (GIRARD, 2009, p. 94).

³⁴⁴ Idem, p. 34.

Se a distância entre o sujeito e o modelo é a régua que permite medir o grau do conflito, entende-se, por fim, a segunda intuição de Carlos Drummond de Andrade, “mais feroz é a reação”. Mas o pensamento do poeta não fica apenas nisso. Ele simplesmente entrega a chave que permite conectar a tese de Girard aos conflitos instaurados entre os intelectuais de letras, cujo objeto responde pelo *prestígio*, ou como quer Roberto Ventura (1991), “poder intelectual”, isso porque ele permite, conseqüentemente, a instauração de uma ditadura dos códigos. Ditar os códigos, no campo literário, é, sem dúvida, ter em mãos o poder e pertencer a um grupo privilegiado, distinto, capaz de normatizar até mesmo condutas na vida literária, como fora na época em que a Academia Brasileira de Letras estava sob o crivo de Machado de Assis, e consagrar nomes e obras, já que representante de uma voz coletiva. É nesse período que Brito Broca entende o processo como *aburguesamento do escritor*, fortemente influenciado pela ascensão da ABL – na primeira década do século XX. Seu símbolo maior, o bruxo do Cosme Velho, era “a prova da compostura [que] se tornara imprescindível para a admissão no novo grêmio, que desde o início se revestira de uma dignidade oficial incompatível com os desmandos da boêmia” (BROCA, 2005, p. 40).

Assim, portar-se com compostura era um traço imprescindível que os homens de letras deviam admitir a fim de cumprir com as exigências de um corpo dominante, pelo menos enquanto vivo estava Machado de Assis, que “sempre se opusera às pretensões ‘acadêmicas’ do popularíssimo boêmio” (BROCA, 2005, p. 41). Isso, porém, era o mote para que surgisse a reação: em resposta à voz oficial sempre apareceram nomes e outros grêmios que, na estrutura social da República das Letras, ecoaram outros discursos e atitudes diversas ao exercício da ABL, como foi o caso da tentativa de se fundar a Academia Livre de Letras, liderada por Paula Nei, boêmio que, como outros, sentira-se excluído pelo grupo de Machado de Assis e, por isso, representou o outro lado da moeda. Pierre Bourdieu (1996, p. 181) compreende esse tipo de aspiração ao “poder intelectual” como regra no campo literário, cuja história “é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e de apreciação legítimas”.

No que concerne às refregas entre oficiais e excluídos, ou novos e consagrados, o que querem os novos, ao se confrontarem com os mais velhos, portanto os mais consagrados, é apenas o seu lugar ao sol, daí as polêmicas literárias que, na concepção de João Cezar de Castro Rocha, são o passaporte mais seguro para se tornar visível no campo intelectual:

As polêmicas eram (e ainda são) autênticas batalhas pelo reconhecimento dos pares. Seu caráter estrutural se relaciona à hipertrofia da esfera privada e à exiguidade do público leitor. Daí a funcionalidade das polêmicas no caso brasileiro: elas asseguram técnicas de inserção social. Se o iniciador da polêmica atestar o seu valor, mas, especificamente, se respeitar os estreitos limites da disputa, isto é, se não se mostrar ‘muito’ independente, a polêmica constituirá um meio seguro de tornar-se conhecido e, por isso mesmo, cooptável por alguma ‘capelinha’ literária (ROCHA, 2000, p. 227).

O ato de “tornar-se visível” é o reflexo da consciência da impopularidade do novo, quando este, muitas vezes, é propositor ou ainda pretensamente inovador. Em meio à resistência dos mais consagrados, a visibilidade acaba se tornando, para os postulantes, um ato de imposição: despertar o olhar, mesmo que de oposição, de alguém que fazia parte do grupo intelectual aceito é já fazer parte desse circuito e, portanto, com chances de alcançar uma crescente audiência.

A busca pelo prestígio talvez explique o fato de nas primeiras décadas do século XX, na imprensa brasileira, por meio do jornalismo literário que nela se operava, tenham se manifestado homens de profissões liberais postulantes a cargos de envergadura pública, em que o exercício criativo nas letras representava certo *status*: “Políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas ou simples funcionários públicos, todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar” (SEVCENKO, 1999, p. 226), isso porque “O prestígio ímpar da literatura a transformava num instrumento particularmente de propaganda intelectual”³⁴⁵.

Quanto ao conflito em si, que estimula as polêmicas literárias, muitas das quais operacionalizadas nas páginas de imprensa onde concorrem inúmeros homens à procura do mesmo objeto³⁴⁶, a teoria do desejo mimético prevê a existência de dois momentos da refrega. O primeiro seria aquele em que o sujeito contempla o objeto pelo olhar do modelo de maneira passiva, “Conquanto o afastamento geográfico possa constituir-se num de seus fatores, a *distância* entre o mediador e o sujeito é primeiramente espiritual” (GIRARD, 2009, p. 33). Esse *modus operandi* é, inclusive, produtivo para o sujeito, enceta conhecimento e admiração, posto que “Ele venera abertamente seu modelo e declara-se seu discípulo”³⁴⁷, mas quando o olhar do modelo já não é o bastante e o desejo pelo objeto irrompe no sujeito, sendo o mediador (ou o modelo) interno (temporal e próximo), surge então o conflito, resultado da aproximação entre sujeito e modelo de tal maneira que “as duas

³⁴⁵ Idem, p. 227.

³⁴⁶ Machado Neto (1973) reconhece que o prestígio social que o escritor conquistava no meio se dava através da prática do jornalismo.

³⁴⁷ Idem.

esferas penetrem com maior ou menor profundidade uma na outra”³⁴⁸. Essa operação, todavia, traz consigo um problema: o conflito coloca de lado o objeto inicial, isso porque “À medida que o mediador se aproxima, seu papel cresce e o do objeto diminui”, afinal, o olhar do modelo é o que, de fato, o sujeito deseja: “O objeto constitui-se apenas num meio de alcançar o mediador. É o *ser* desse mediador que o desejo almeja”³⁴⁹, em tradução ao problema aqui proposto, o seu brio, o seu prestígio no meio – logo, a equação é bem dual: o objeto reside no próprio modelo, isso porque “O desejo segundo o *Outro* é sempre o desejo de ser um *Outro*”³⁵⁰.

Dessa forma, é possível pensar, ainda acerca das polêmicas literárias, dois possíveis momentos, sendo o primeiro “indireto” e o segundo “direito”. Indireto seria aquele em que o novo toma a obra do velho como modelo e a partir dela se comporta como mero aprendiz, reproduzindo a forma, quase como um empréstimo; e direto quando, acreditando estar em posse do conhecimento, é capaz de ir além dele, assim o modelo já não serve mais, e por isso merece ser superado e descartado – é por essa razão que Nicolau Sevcenko (1999, p. 247) entende o discurso criativo como ato fundador, o qual, ao produzir literatura, age a partir de “um gesto de inconformismo”. É nesse momento de inconformismo que o sujeito deseja o objeto (o prestígio), e para isso, precisa destronar o modelo, para ele vencido. Tornando-se, por sua vez, o próprio modelo, “O sujeito desejante quer tornar-se seu mediador; quer roubar-lhe seu ser de cavaleiro perfeito ou de sedutor irresistível” (GIRARD, 2009, p. 78); mais ainda: “Ele quer tornar-se o *Outro* sem deixar de ser ele próprio”³⁵¹. São exatamente esses dois momentos comentados no último excerto de Carlos Drummond de Andrade, que antecedem a transfiguração do sujeito em modelo. Diante de seu modelo, os sentimentos do sujeito são dúbios: “em que se casam amor e impaciência, ternura e tédio pela obra cristalizada: ácida compensação da pena de admirar”.

Bourdieu, em *As regras da arte*, interpreta a refrega como dialética da distinção, em que o sujeito é visto como “pretendente” (desprovido de capital simbólico específico) e o modelo como “paladino” (detentor de capital simbólico específico), sendo que a síntese do conflito, “motor de uma transformação incessante da oferta de produtos simbólicos” (BOURDIEU, 1996, p. 148), é aludida de maneira metafórica como uma corrida, em que os primeiros “esforçam-se por ultrapassar seus concorrentes e aqueles [por] evitar ser ultrapassados”³⁵².

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem, p. 77.

³⁵⁰ Idem, p. 109.

³⁵¹ Idem, p. 79.

³⁵² Idem, p. 147-148.

A busca pelo prestígio é antes uma busca por suas consequências, ou seja, a sacração de um nome, a imposição de categorias de percepção e apreciação legítimas, a possibilidade de ascensão social etc. Talvez por isso, para Bourdieu (1996, p. 181), “a história do campo é a história da luta pelo monopólio” de estruturas advindas e sacralizadas pelo prestígio, cujo objetivo, no fim, é o público consumidor desses bens culturais impostos pelos artífices do campo. Tem-se aqui, portanto, uma segunda palavra de ordem, subsequente a do prestígio: o monopólio, que

engendra-se no combate entre aqueles que marcaram época e que lutam para perdurar e aqueles que não podem marcar época por sua vez sem expulsar para o passado aqueles que têm interesse em deter o tempo, em eternizar o estado presente; entre os dominantes que pactuam com a continuidade, a identidade, a reprodução, e os dominados, os recém-chegados, que têm interesse na descontinuidade, na ruptura, na diferença, na revolução (BOURDIEU, 1996, p. 181).

Ter o monopólio de certas estruturas do campo de produção literário, que em outras palavras corresponde a ter legitimidade sobre os códigos desse campo, é impor-se ao mercado, e, por isso, ao mesmo tempo, legitimar-se e banalizar-se, porque familiarizado, legível ao público comum. Justamente quando se banalizam, os escritores, antes consagrados, sofrem com as revoluções dos que ascendem ao posto de representantes de novos códigos que, por sua vez, empurram “para o passado o conjunto dos produtores, dos produtos e dos sistemas de gostos hierarquizados sob o aspecto do grau de legitimidade”³⁵³. Aqui, mais uma vez, o prestígio surge como bandeira a ser disputada entre os opostos, cujos produtos são, na realidade, a legitimidade de seus sistemas e dos próprios nomes dos agentes envolvidos, suas *personas* no meio social.

Tais opostos, a bem da verdade, não estão apresentados apenas entre membros de diferentes gerações que se costuma classificar como “novos e velhos”, mas também entre membros de um mesmo período e geração, nesse caso, entre não consagrados e consagrados – como de fato ocorre em algumas polêmicas piauienses que aqui serão analisadas. A moeda de troca é, portanto, o prestígio, que parece correr, no campo da disputa, de uma mão a outra, ou mais especificamente àquela que for vitoriosa no embate, capaz de superar os adversários e convencer o público de seu valor. Nesse caso, o público age como mediador, juiz do embate. É a ele que sempre se recorre, porque é ele quem prestigia e é capaz de transferir a um indivíduo, a um só tempo, o prestígio, condição *sine qua non* para que o seu detentor legitime, ajuíze, como uma voz autorizada, creditada por

³⁵³ Idem, p. 184.

um todo. Há nisso, também, um fazer-se visto, que, em um campo regido por esferas de poder, pode representar passaporte seguro a cooptação e segurança financeira.

Se o prestígio é o objeto que se almeja, tanto da parte do sujeito quanto do modelo, e a distância entre eles é o que mede o grau de intensidade do conflito, cujo fim nada mais é do que provar na distinção uma superioridade, hão de existir, ainda, as motivações que desencadeiam essa operação, e elas podem advir de uma questão estética ou ética. Quanto mais a questão tender para o lado estético, mais externa é a sua mediação e proveitosa é a disputa; quanto mais ética, tanto mais interna será a mediação e mais prejudicial será o embate para ambos os lados. Esta última operação, em uma sociedade cordial como a brasileira, é facilmente percebida quando os homens de letras em disputa esquecem o objeto e partem a uma refrega pessoal, carregada de ofensas e de xingamentos, onde os duplos miméticos que se operam agravam ainda mais a crise mimética entre eles e o instinto de vingança age como uma forma de impor ou manter certa honra de um ego ferido. Aliás, é a vontade de vingança, própria do duplo mimético, o mais forte índice para se identificar quando as polêmicas literárias saem do campo estético para o ético, porque vem revestida de uma série de estratégias próprias para a desconstrução de um desafeto, que vão desde a elaboração de anedotas vexatórias, troca de farpas a trocadilhos jocosos e ironias, lançados de maneira direta e indireta aos seus oponentes.

Traduzindo o que Dante Moreira Leite (1964), contemporâneo aos primeiros raciocínios de Girard, entende acerca do triângulo mimético (embora assim não o nomeie), vê-se que o problema, quando na mesma linha de espaço e tempo, só se desenvolve a partir do momento que o sujeito percebe ou acredita ter ao alcance das mãos o objeto, isso porque “Não temos ciúme dos mais ricos, dos mais poderosos, dos mais felizes” (LEITE, 1964, p. 7), afinal, “ninguém é tão infeliz que deseje apenas as coisas inatingíveis”³⁵⁴. Assim, somente quando sujeito e modelo são iguais é que o objeto se torna acessível e, dessa forma, a realidade muda, pois que “ninguém é tão feliz que não possa desejar algo que ainda não possui”³⁵⁵. No que se refere às polêmicas, protagonizadas pelo confronto de ideias ou mesmo de egos, Leite ainda acrescenta: “No universo humano, as coisas não são dadas, mas devem ser atingidas – muitas vezes através das luta e da competição”. “Atingir” a meta em um campo de batalha simbólica significa, antes de tudo, fazer uso dos mais variados recursos com o fim de fragilizar o oponente, conquistando espaço e, por fim, dominando a situação sobre o território almejado.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Idem.

No desdobramento do campo intelectual, em que está em jogo o poder angariado pelo prestígio, é possível identificar no mínimo três estratégias comuns de desconstrução dos desafetos, a ironia, a anedota ou os trocadilhos jocosos como farpas lançadas direta e indiretamente entre os homens de letras. No caso do estudo aqui proposto, identificar-se-á um suporte, por excelência, a tudo isso: a crítica literária ou mesmo o comentário, que levados às páginas da imprensa acabaram iniciando o confronto estético e posteriormente ético, por residir muitas vezes no campo moral e religioso, como é o caso da polêmica instaurada entre Adalberto Peregrino e o jornal *O Apóstolo*, mantido pela Diocese do Piauí, fato também ecoado em Abdias Neves, com o mesmo veículo. Parte-se, aqui, das descobertas de Maria do Socorro Rios Magalhães (2016), quando em *Literatura piauiense* elencou, de maneira pioneira, três destas polêmicas (“Da Costa e Silva *versus* Benedito Pestana”, “Jônatas Batista *versus* Esmaragdo de Freitas” e “Adalberto Peregrino *versus* O Apóstolo”), as três, ocorridas nas páginas de imprensa teresinense. Somam-se a elas as de Amélia de Freitas Bevilácqua e Humberto de Campos, travadas nos jornais do Rio de Janeiro, e, como dito, as de Abdias Neves e a Diocese do Piauí.

Magalhães (1995, p. 197) queixa-se com razão da dificuldade que o pesquisador tem, no Piauí, em reconstituir integralmente as fontes em que estão impressas as polêmicas literárias, posto que “nem todos os jornais e revistas arquivados na *Casa Anísio Brito*, Arquivo Público do Estado do Piauí, estão disponíveis ao pesquisador”. Todavia, da data desse reclame aos primeiros anos do século XXI, muitos materiais já foram disponibilizados por outras instituições de salvaguarda no Brasil, ou mesmo no exterior, tornando a investigação menos problemática. O expediente a que recorreu parte do presente capítulo recorreu a fontes diversas e tomou como ponto de partida os anexos colecionados pela pesquisadora. Afinal, os jornais consultados outrora se encontram lacrados nos tempos de hoje; acrescentaram-se à leitura dos anexos outras ferramentas de busca, agora disponíveis, como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional brasileira, que ajudou significativamente no fechamento de algumas lacunas. De todas as polêmicas, três, por falta de material ou ainda por fonte danificada, não permitiram uma análise mais detalhada: a travada entre os poetas Da Costa e Silva e Benedito Pestana; outra envolvendo problemas de plágio entre Herculano Santos e Oliveira Roma, em 1921³⁵⁶; bem como uma de 1925 entre os jornais *O Arrebol*, dirigido por Antônio Padro de Moura, e *O Lince*, editado

³⁵⁶ A polêmica ao que tudo indica teria se iniciado nas páginas do jornal *Pacotilha*, de São Luís, no Maranhão, quando Silveira Júnior, que pertencera ao circuito literário centro-nortista do Piauí nos anos de 1910, residindo em Parnaíba, tivera acesso por meio do jornal *Popular*, de Parnaíba, a um soneto assinado por Herculano Santos, e que o articulista atribuía ser plágio de um soneto de Oliveira Roma, publicado no livro *Versos sem estilo*. Não há rastros de que Herculano tenha respondido à acusação.

por José de Vasconcelos e José Raimundo Castelo Branco Tito; as demais, porém, seguem com maior ganho de estudo.

5.1 Da Costa e Silva *versus* Benedito Pestana

A polêmica que engloba esses dois poetas é curiosa e em muito reflete o perfil do “homem cordial” definido por Sérgio Buarque de Holanda. Primeiro porque os personagens que nela estão inseridos surgiram no meio intelectual piauiense do século XX sob o signo de uma mesma agremiação, gozando de certo convívio em sua vida literária e redacional. Tanto Da Costa e Silva quanto Benedito Pestana eram integrantes do Clube Literário 12 de Outubro e ambos dividiram espaço, com a publicação de poesias esparsas, nas páginas de seu órgão oficial, *Andorinha*. Da Costa e Silva, natural de Amarante, sob a rubrica de “Costa e Silva”; Benedito Pestana, de Altos, sob a abreviatura “B. Pestana”.

Segundo Socorro Magalhães (2016), a contenda se desenvolveu na “Seção particular” do jornal *Gazeta*, cujo editor era Jônatas Batista, que exercia o papel de mediador. A estratégia de Da Costa e Silva ao responder seu adversário primava, desde o título de sua série, pelo trocadilho jocoso, “A queima das últimas pestanas”; enquanto Benedito Pestana assinava sob o título “Carta aberta”.

Magalhães informa que não encontrou nos arquivos consultados a origem da polêmica, mas atribui a Pestana o desenrolar da intriga, quando este muito provavelmente criticara de forma negativa poemas de Da Costa e Silva, ao que este teria respondido em igual tom, analisando os versos de seu desafeto. É válido acrescentar que, nessa época, nem Pestana, nem Da Costa e Silva eram autores de livros publicados. Afinal *Sangue*, do segundo, só ganharia publicidade em 1908. As discussões levavam em conta, portanto, trabalhos publicados em jornais de Teresina nos primeiríssimos anos de 1900.

A polêmica parece ter se mantido no campo estético em um primeiro momento: “Nessa polêmica, a principal questão levantada diz respeito ao uso correto da língua portuguesa. Os adversários apontavam, nos poemas um do outro, erros de sintaxe, ortografia e semântica” (MAGALHÃES, 2016, p. 111). O expediente utilizado pelos adversários era o mesmo nesse tipo de ocorrência, cujas partes tentam demonstrar maior autoridade no assunto e erudição, elegendo autoridades na área a fim de legitimar argumentos, como Fausto Barreto, Carlos de Laet e Domingos Azeredo, resquício, pois, do que já se vinha desenhando no Brasil desde o século XIX.

Em um segundo momento, porém, saindo do campo estético, Da Costa e Silva e Benedito Pestana invadiram o campo ético, e passaram a trocar ofensas pessoais, bem

como “particularidades da vida privada dos envolvidos”³⁵⁷, desencadeando o sentimento de vingança que, por si, fez desaparecer o próprio objeto da disputa, ou seja, o “prestígio”. Nesse caso, tanto um quanto outro (sujeito e modelo), como observa Girard, se confundem, originando assim o “duplo mimético”, motivado principalmente pela reparação da honra ofendida, como também observa Ventura (1991, p. 80): “A linguagem de luta é parte do discurso da polêmica, em que se valorizam predicados como a ‘valentia’ e a ‘coragem’, parte de um código de honra que exige a reparação direta das ofensas pessoais”. A estratégia utilizada por Pestana era a ironia, como se pode depreender da seguinte passagem: “O teu padrinho zangou-se porque lhe chamei poetazinho. Seria por causa do sufixozinho? Pois bem, para acalmar-lhe a cólera chamar-lhe-ei agora engenhoso poeta. Serve?” (PESTANA *apud* MAGALHÃES, 1995, p. 198).

A polêmica, que se estendeu nas páginas de imprensa de Teresina por alguns meses, é encerrada por Da Costa e Silva, que dos dois parece ter prezado pelo debate estético, recorrendo, ainda, ao expediente da ironia a fim de ridicularizar o seu adversário: “Previno-lhe que se prepare para um Tribunal de Honra. Estou de partida, mas brevemente aqui estarei. Aconselho-o a ir estudando” (SILVA *apud* MAGALHÃES, 1995, p. 199).

5.2 Jônatas Batista *versus* Esmaragdo de Freitas

A polêmica que envolve esses dois intelectuais se deu em 1907, quando nos primeiros meses desse ano Jônatas Batista, aos 22 anos de idade, lançou em Teresina, pela Libro Papelaria Veras, a sua obra de estreia, *Sincelos*. Era seu rival, o também jovem Esmaragdo de Freitas, com 20 anos de idade.

A intriga se dá em torno, mais uma vez, do prestígio. Quando lançado, *Sincelos* começou por conquistar no ambiente literário piauiense, especialmente em Teresina, elogios, como o de Nei da Silva, que no jornal *O Monitor*, de 28 de março de 1907, depois de analisar o lugar da poesia naquele início de século, adiantara-se a consagrar o poeta pela feitura da obra: “Os teus versos simples e artísticos, são vazados no cadinho do sentimento, e obedecem às sutilezas da arte” (SILVA, 1907, p. 1), e mais adiante: “No seu livrinho de 83 páginas há belos sonetos, que em nada desmerecem dos que andam pelas revistas e almanaques de nosso país”³⁵⁸.

Soma-se a Nei da Silva o poeta Pedro Brito, que no jornal *Gazeta*, de 10 de abril do mesmo ano, também rendeu apreciação à obra. Diferentemente do primeiro crítico, Brito

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ Idem.

adianta-se em observar os defeitos e limitações próprias de um livro de estreia, embora não fosse esse o seu foco: “Não é uma obra capaz de celebrizá-lo ou fazê-lo entrar no número de poetas de nomeada, e nem isto se podia esperar de quem começa, ainda implume, na arte sublime do verso, a divina arte” (BRITO, 1907, p. 1). Porque a crítica de Pedro Brito não tenha se evadido do campo estético, Jônatas Batista, ao que tudo indica, a aceitou de bom grado, sem respondê-la. Brito, nesse ano, contava 24 anos e já era autor de livro publicado. E apesar de enxergar os problemas da obra do estreante, ocupa-se ainda em defendê-lo: “é uma obra boa no fundo, é ótima na forma. Tem defeitos, em tanto, dirão. Eu responderei: nada há de perfeito debaixo do sol”³⁵⁹.

Uma visão também negativa da estreia de Jônatas Batista traz Antônio Bona em seu artigo “Pela estética”, publicado no jornal *O Comércio*, de Teresina, em 12 de maio de 1907: “cremos que o artista deve preparar primeiro o seu espírito, tonificando-o, enchendo-o dos melhores ideais de seu tempo, para depois, na florescência tropical do talento, apresentar a sua obra, fruto sazonado das suas lucubrações” (BONA, 1907, p. 1), e mais adiante, referindo-se diretamente a *Sincelos*, “os seus versos não são todos maus, medíocres, incolores, porém, com franqueza, não são bons. Uns quatro ou cinco sonetos e duas quadrinhas de poesia”³⁶⁰, ao que ainda acrescenta: “Não se encontram em todo o livro um tema novo, um interrogação filosófica, ou mesmo um poderoso surto de imaginação no círculo sem ar de uma ideia velha”³⁶¹.

A crítica de Antônio Bona, ainda que presa ao campo estético e isenta de ironias quanto ao objeto analisado, parece ter sido uma espécie de preparação ao que viria adiante, ou seja, o ataque frontal e irônico de Esmaragdo de Freitas, cuja análise, sim, evadiu-se, desde o início, da questão estética e adentrou o campo ético, reavivando um mal-estar entre os dois poetas que já vinha sendo desenhado desde o ano de 1906, quando ambos protagonizaram, no centro da cidade de Teresina, uma tentativa de homicídio, com direito a de tiro de revólver e notas publicadas na imprensa da capital. O fato é contado por Maria do Socorro Rios Magalhães (2016): Esmaragdo de Freitas teria atentado contra a vida de Jônatas Batista após este o ter procurado a fim de tomar explicações de certa crítica que aquele lhe teria endereçado, naquele ano, nas páginas do *Caco de Vidro*, pasquim fundado em 19 de maio de 1906, impresso na tipografia do jornal *O Comércio* e dirigido por Esmaragdo de Freitas, Da Costa e Silva e Adalberto da Cunha.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Idem.

Esmaragdo, morando em Recife desde o ano de 1901, quando cursou o Ginásio Pernambucano, no ano de 1907 dedicava-se ao 1º ano de ciências jurídicas da Faculdade de Direito, lá publicando críticas nos jornais de Pernambuco, como o *Jornal do Recife*³⁶². Ele resolve encaminhar a Teresina crivo acerca da obra de seu desafeto, texto que foi publicado no mesmo periódico que dera espaço a Antônio Bona, *O Comércio*. Não fosse a ironia e o desprezo com que tratou o livro em questão, o embate talvez não tivesse surgido e residisse apenas ao campo estético. No entanto, não era essa a intenção do crítico e a leitura de seu texto demonstra o claro objetivo de ridicularizar a estreia de Jônatas: “Só uma muito grave miopia intelectual passa incólume o pobre livro” (FREITAS, 1907, p. 1), e parafraseando Clodoaldo Freitas, quando este analisara Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco, adiantava-se: “É um livro ilegível, sem elevação de estilo, sem arte, cheio de puerilidades. Não tem uma página, uma linha que possa merecer a posteridade. Tudo nele é prosaico e chato”³⁶³. É por essa razão que Magalhães (2016, p. 112) chama a crítica de Esmaragdo de “impiedosa e demolidora”.

Maquiando a crítica em forma de análise estética, a ironia de Esmaragdo infere questões de sintaxe como pontos nevrálgicos e problemáticos da obra, em que o autor teria se deixado levar por “Vícios abomináveis de linguagem, erros rasteiros e ignóbeis de concordância estão aboletados ali, muito descaradamente. Montado no pleonismo, com o barbarismo à garupa, o solecismo passeia, enfatuadamente, pelas páginas áridas dos *Sincelos*” (FREITAS, 1907, p. 2). O ataque segue, observando agora o vocabulário, classificado como “paupérrimo e viciado. A repetição das mesmas palavras torna o pobre folheto ainda mais intolerável”, e em ironia, “Dei-me a curiosidade de saber quantas vezes foi o último empregado [louco]. Obtive como resultado 19 loucos. Irra! Com um número menor foi instalado um asilo de alienados no Piauí...”³⁶⁴, para então direcionar frontalmente novo ataque: “A sua poesia é péssima, cada frase é um disparate, cada verso uma ingenuidade. A estética nenhuma vantagem encontra nos *Sincelos*”³⁶⁵. Chega mesmo a aconselhar que o poeta largue o ofício poético: “não custa se munir de juízo e abandonar a pena”³⁶⁶, afinal

³⁶² Há registros na imprensa pernambucana que dão notícia da vida literária que Esmaragdo de Freitas tivera em Recife, participando de associações culturais, proferindo conferências literárias (era membro do “Centro de Palestra Literária”, daquela capital) e integrando-se como colaborador de importantes periódicos. Alguns desses textos de Esmaragdo na imprensa foram recuperados por esta pesquisa, dentre os quais dois no *Jornal do Recife*: crítica literária, “Coração de Vesta” (ano 51, n. 139, 20 jun. 1908, p. 1) e “Um novo” (ano 51, n. 168, 26 jul. 1908, p. 1).

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Idem.

“*Sincelos* são justamente sincelos: blocos de gelo que não resistem a elevação da temperatura e se liquefazem e se evaporam”³⁶⁷.

A resposta de Jônatas Batista não se fez demorar, publicada no jornal teresinense *O Apóstolo*, de 27 de outubro de 1907. A partir de seu título, já é possível identificar o tom insultuoso que tomou a polêmica, pois que o poeta criticado revida com o “Ainda o apalhaçado Esmeragdo de Freitas”. Neste, Batista começa por identificar seu desafeto como um “crítico de meia tigela” e mais a frente “crítico de uma figa”, “botocudo”, “que por aí ainda, como garotos de feira, assobiando e rindo aparvalhadamente” (BATISTA, 1907, p. 3).

Jônatas Batista não se utiliza da ironia e da discussão estética a fim de mascarar o ataque ao seu adversário; suas palavras são frontais e invadem, desde o princípio, o campo ético, numa clara demonstração de ato vingativo regado a insultos de toda ordem: “Não que eu lhe queira dar importância e que as suas tolices mereçam a honra de uma resposta minha, mas para provar até que ponto chegam a sua *imbecilidade*, o seu despeito e a sua falta de escrúpulo, assinando o que não escreve”³⁶⁸. Acusava o texto de Esmeragdo ter sido escrito, na realidade, pelo poeta Da Costa e Silva, que a seu ver era do crítico “amigo e mais alguma coisa”³⁶⁹. A discussão, que há muito vinha escamoteando a questão estética do livro, segue, agora relembrando a tentativa de homicídio que Jônatas sofrera em 1906: “Toda a Teresina sabe que o senhor Esmeragdo, tangido pelo seu despeito e pela sua inveja, já chegou ao ponto de tentar assassinar-me, quando eu, num ímpeto de dignidade ofendida, amarrotei-lhe na cara o *Caco de Vidro*”. Assim, o poeta, além de questionar a conduta moral de desafeto, põe em dúvida a autoridade de Esmeragdo como crítico: “Quem é esse *crítico* que, do alto da sua sabedoria fofa, vem de julgar *Sincelos*, o meu desprezioso livro de estreia, e atirá-lo para um canto como um folheto imprestável?”³⁷⁰, ao que responde, ironicamente: “Um tipo sem nome, um indivíduo sem recomendação, um desequilibrado cuja única propensão só o poeta de *Sangue* poderá dizer”³⁷¹.

Vencidos os ataques pessoais a Esmeragdo, com que se ocupa toda a primeira parte de seu libelo, Jônatas passa a desfazer as críticas de ordem estética levantadas pelo crítico, legitimando seu discurso a partir de vozes autorizadas do campo da gramática, como Hemetério Santos, filólogo maranhense, professor da Escola Normal do Distrito Federal, do Colégio Pedro II e do Colégio Militar do Rio de Janeiro, autor da *Gramática da língua*

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Idem, grifo nosso.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Idem, p. 4.

³⁷¹ Idem.

portuguesa, pincelando exemplos em importantes autores da língua portuguesa, como Camões. A defesa à crítica dos barbarismos existentes na obra eleva o tom do debate, quando Jônatas lança um desafio a Esmaragdo: “Cite uma obra de escritor conhecido, um só volume de verso ou prova em que se não encontre uma só palavra estranha à nossa língua, e eu curvar-me-ei diante da sua opinião de idiota, condenando os vocábulos *souvenir* e *coquete* empregados no meu livro”³⁷².

Ao longo do texto, Jônatas não poupa Esmaragdo um só momento de ataques frontais, com insultos furiosos, intercalados entre uma e outra defesa estética: “Tanto lhe chamaram cachorro doido, senhor Esmaragdo, que o senhor não pode fugir à hidrofobia. Felizmente, por enquanto, Teresina está bem longe das suas dentadas e da sua baba repugnante”³⁷³, e mais adiante, pondo fim ao debate que não haverá de ter tréplica: “Pode ladrar quantas vezes quiser, na certeza de que eu não lhe darei mais resposta”³⁷⁴. O poeta finaliza seu texto com o mesmo tom insultuoso do começo: “Seja menos presumido, botocado crítico das dúzias, e vá para o diabo que o carregue”³⁷⁵.

Não há registros de que Esmaragdo de Freitas tenha respondido a esse texto, o que põe fim à contenda entre os dois poetas.

5.3 Adalberto Peregrino *versus* O Apóstolo

Tem-se discutido ao longo deste trabalho o aspecto cordial dos homens de letras que compunham a seleta de literatos do estado. A cordialidade piauiense, inclusive, é citada pelo maranhense Antônio Lopes, no artigo “Variações literárias”, publicado originariamente em 1912 no *Diário Oficial* do Maranhão e republicado no *Diário do Piauí*. Nele, o escritor chama a atenção para a tendência distinta dos intelectuais piauienses de não brigarem entre si acerca de um dado objeto, mas mais especificamente contra os padres, talvez porque parte desses intelectuais estava ligada direta ou indiretamente à maçonaria, como Abdias Neves: “briga-se fora dos arraiais literários com gente estranha, ao contrário do que aqui acontece, aqui onde o espetáculo mais comum da vida pública é ver-se, a toda hora, literatos que se engalfinham e se escalavram”, e mais adiante: “No Piauí briga-se com

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Idem.

padres” (LOPES, 1912, p. 1). E é basicamente isso o que ocorre ao poeta Adalberto Peregrino³⁷⁶, após publicar *Ode a Satã*.

Publicada originalmente em 1907, pela Tipografia Paz, em Teresina, *Ode a Satã*, tratava-se de “um plaquet, com um só poema, voltado ao elogio de Satanás” (MAGALHÃES, 2016, p. 113), escrito em versos alexandrinos. Sua publicação, porque conquistou rapidamente o elogio dos intelectuais da terra, representou, para o clero, um sério ataque ao seu prestígio e domínio simbólico. Era necessário, portanto, breçar o conjunto de elogios que se iam desenhando na imprensa em torno da obra. Matias Olímpio, por exemplo, em *O Piauí* de 24 de agosto de 1907, apresentou em “Em torno da arte” a filiação de Peregrino à Baudelaire, apontando que aquele não havia se limitado aos processos do poeta francês, posto que “Apanhou as suas ideias, e, de acordo com o sentir de sua época e o pensar de sua raça, apresentou-nos bons versos” (OLÍMPIO, 1907, p. 1). Mais tarde, em 22 de agosto, do mesmo ano, seria a vez do jornal *O Monitor*, em artigo não assinado, classificar o surgimento de obras, a citar a de Peregrino, como um progresso às letras piauienses, somando-se a ela *Sincelos*, de Jônatas Batista, *Solar dos sonhos*, de João Pinheiro, e *Almas irmãs*, coletânea de versos dos poetas Zito Batista, Antônio Chaves e Celso Pinheiro. O elogio chega a saudar o nome de Peregrino nos seguintes termos: “sem ser piauiense, acaba de enriquecer nossa literatura com a publicação do seu mimoso poemeto”³⁷⁷.

Jônatas Batista se junta ao time de apreciadores da obra de Peregrino. Em “Ode a Satã”, artigo publicado em 29 de agosto de 1907, também em *O Monitor*, caracteriza o trabalho em questão logo no primeiro parágrafo, como livro capaz de dar ao seu autor “um lugar de honra na galeria dos novos intelectuais” (BATISTA, 1907, p. 1). Destoando dos comentários anteriores, Jônatas chega a apontar algumas críticas de ordem estética à obra, utilizando a figura do poeta piauiense Jonas da Silva para legitimar seu crivo, mas nada que desabonasse a sua opinião final, cujo mote parecia reverberar o agrado que provocou a leitura do “folhetozinho”.

Não era, portanto, Adalberto Peregrino marinho de primeira viagem na imprensa, muito menos no meio literário. Sua penetração nos meios intelectuais de outros estados, como os de Pernambuco e do Rio de Janeiro, eram patentes antes mesmo de ser transferido para o Piauí. No Rio Grande do Norte, mais especificamente em Natal, no final

³⁷⁶ Poeta potiguar que morou na capital piauiense enquanto desempenhou o cargo de delegado fiscal da Fazenda Federal. Quando morou em Teresina, Adalberto Peregrino colaborou em importantes folhas periódicas, como *O Monitor*, *A República* e ministrou conferências literárias nos clubes da cidade, a citar o Clube Littero-Musical, no ano de 1907.

³⁷⁷ “Ode a Satã”, *O Monitor*, ano 1, n. 43, 22 ago. 1907, p. 1.

do século XIX, fez parte do Grêmio Literário Castro Alves, mantenedor da revista *O Íris* (1897). Em Recife, participou da Oficina Literária Martins Júnior³⁷⁸, e despontou na imprensa recifense quando ainda cursava direito, tempo em que publicou seu primeiro livro de versos, *Setestrela* (1904)³⁷⁹, fato saudado por jornais da época, como o *Jornal do Recife*, que dedicou mais de uma edição para falar da publicação da obra. Mais tarde, Peregrino foi redator do jornal anticlerical *Arquivo Maçônico*, dividindo o encargo daquelas páginas com Ezequiel Medeiros, Nilo Dornelas Câmara e Joaquim Alves Cavalcanti. E em 30 de julho de 1909, em sua segunda edição, a revista literária *Alvorada*, de Teresina, registra o recebimento da edição de número 35 desse órgão de divulgação maçônico do Recife, o que leva a crer que, mesmo afastado de Pernambuco, tenha Peregrino mantido correspondência com o órgão, divulgando-o em terras piauienses.

A ligação desse poeta com a maçonaria³⁸⁰, bem como o prestígio que vinha alcançando, via crítica literária, foram os gatilhos que moveram a Diocese a combatê-lo. Tudo indica que, nesse jogo de poder dentro do campo simbólico, não restava, da parte do clero, uma postura de conquista do domínio (coisa que parecia já possuir), mas um esforço por conservá-lo. Impedir que um produto literário conquistasse audiência com uma temática tão contrária aos dogmas católicos era uma bandeira que os clérigos erguiam, mesmo que para isso tivessem que questionar a conduta moral do poeta, posto que os crivos lançados sobre sua obra não ultrapassavam esse limite, respeitando, por essa razão, a escolha temática do autor. Não tardou a surgir a primeira reação contrária à obra, e que seguiria a tradição das polêmicas até então instauradas no meio intelectual piauiense, cuja tendência era de confundir o campo ético com o estético.

Em seu primeiro texto, L. Fagundes, pseudônimo que permaneceu no anonimato, em “Cartas de um velho”, dá nota do incômodo em ter lido as apreciações da obra, “Já li belas apreciações do *Ode a satã*, mas desejava mesmo saborear o poemeto do doutor

³⁷⁸ Em Recife, os membros da Oficina Literária Martins Júnior se reuniam, em 1905, na sede do Instituto Arqueológico e Geográfico. Dentre os membros estavam ainda Arthur Muniz, Layette Lemos, José de Barros Lima, Eugênio de Sá Pereira, Luiz Franco, Paulo Salgado, Machado Dias, Teófilo de Albuquerque e o escritor Orris Soares. O grêmio mantinha um órgão de divulgação literária, a *Revista de Hoje*.

³⁷⁹ Nessa mesma época, em 1905, *Setestrela* foi resenhado pelo poeta Gitahy de Alencastro, na *Revista da Semana*, do Rio de Janeiro.

³⁸⁰ As polêmicas anticlericais é um capítulo à parte na história do Piauí, e tem sua origem ainda no século XIX, quando um grupo de intelectuais se reúne em torno de folhas periódicas e combatem os preceitos religiosos. Registra-se, por exemplo, que em 1884, Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha, Abdias Neves, João Pinheiro e Miguel Rosa fundam o jornal *O Reator*, de orientação essencialmente maçônica, cuja distribuição ocorria “quando nos visitavam em caráter pastoral os bispos do Maranhão” (BASTOS, 1994, p. 279). Há registros que essa folha tenha resistido até por volta de 1902, quando lançou a sua oitava edição, já em sua segunda fase de existência. Não foi, porém, o primeiro com essa orientação no Piauí: é de 1882 a fundação de *O Oriente*, em Teresina.

Adalberto Peregrino” (FAGUNDES, 1907a, p. 2), e mais adiante, “tenho lido muitas referências ao seu talento de poeta e escritor”³⁸¹.

As reações negativas que Adalberto Peregrino recebeu à sua obra surgiram todas nas páginas do jornal *O Apóstolo*, sempre sob a rubrica do anonimato, em especial dois pseudônimos L. Fagundes e, posteriormente, L. Fagundinho. O primeiro texto da série de L. Fagundes parece ainda manter distância em termos de polêmica, introduzindo apenas o leitor ao universo em que está inscrito o autor do texto, como a viabilizar a sua real existência, cujas cartas eram supostamente remetidas da região de Longá para o jornal publicá-las. O fato de não se dirigir diretamente à obra de Peregrino nesse texto se devia ainda ao fato do desconhecimento, posto que, apesar de ter o poemeto em mãos, não o havia abordado. Questionava, porém, ao final, dentro de uma perspectiva estética – sem avançar para o campo ético, como será sua marca nas colunas seguintes – o título do livro: “por que se fazem versos ao diabo? Será, por ventura, esta a rota da poesia moderna? Qual a vantagem de se louvar ao espírito das trevas, como lhe chamam as sagradas escrituras?”³⁸². Como toda crítica calcada em polêmica, o autor buscava legitimar seu discurso de questionamento em outros autores (Casimiro de Abreu, Castro Alves), bem como construir aforismas que contrapusessem o conteúdo explicitado em título por Peregrino: “O verso belo, de hoje, é o que descreve a impudicícia nas suas linhas gerais, e faz do gozo material a delícia, a maior ventura, da humanidade”³⁸³, introdução esta para atacar sutilmente o poeta em questão, quando inferia: “Se esses que se inspiram em tão baixos ideais, são os que merecem o nome de poeta, seja-me lícito dizer – ninguém é mais poeta do que os animais do campo”³⁸⁴.

Ao introduzir o segundo texto da coluna, em 29 de setembro de 1907, L. Fagundes tece elogios à obra quanto ao seu feitio, chegando mesmo a afirmar que o poemeto “honra as oficinas que o elaboraram” (FAGUNDES, 1907b, p. 3), pois que “Teresina já não é mais a *Chapada do Corisco*; a indústria já não dorme a sono solto, e o Piauí se move”³⁸⁵. Passa então o autor a analisar os problemas estéticos do trabalho: “na sua ode, senhor doutor, há muito pus, há muita malícia, muita traição a uma sociedade, como a nossa, que faz da virtude o mais belo apanágio de seu renome”³⁸⁶, e transpassando da esfera estética para a ética, confessa: “pertença ainda a falange dos velhos piauienses que nunca se deixaram

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ Idem.

embaixar pelos contos do vigário de qualquer poetazinho do cabelo comprido, nem também importaram a literatura avariada dos que vão buscar inspiração na lama”³⁸⁷, e mais adiante, invadindo o campo das ofensas pessoais: “setenta e seis anos de idade que conto não os tenho passado estranho aos livros, e não admitirei nunca que qualquer pigmeu literato se apresente com estatura de gigante”³⁸⁸. Vencidos esses ataques, o autor passa a desconstruir o trabalho de Peregrino via questões de sintaxe, analisando versos que, a seu ver, representavam deslizes do uso correto da língua. Para esse intento, mais uma vez o crítico usa do expediente da voz alheia a fim de legitimar o seu discurso, traço característico dos escritos do campo de produção erudita, elegendo nomes como o de Antônio Feliciano de Castilho e Horácio, e depois de uma série de observações que lançam luz, inclusive a versos com pés quebrados, observar que “o doutor Peregrino não é versejador brioso nem para Castilho que é antigo, quanto mais para os modernos que melhor têm aperfeiçoado a arte”³⁸⁹.

A campanha de L. Fagundes contra a obra de Peregrino dá uma trégua de quase um mês e retorna às páginas de *O Apóstolo* em 20 de outubro de 1907, em réplica a uma resposta dada por Adalberto Peregrino nas colunas do jornal *O Comércio*, que infelizmente esta pesquisa não recuperou. Supõe-se, porém, pelas palavras do próprio L. Fagundes, que a réplica do autor de *Ode a Satã*, sob o pseudônimo de C. Maia, tenha migrado, também, do campo estético para o ético, configurando já os dois polemistas uma refrega de nível pessoal: “O senhor Peregrino tem a liberdade de dizer-me desaforos e eu tenho a de rebater-lhe as asnidades [sic] ditadas pelo seu bestunto” (FAGUNDES, 1907c, p. 2). Socorro Magalhães (2016, p. 117), que teve acesso ao texto de Peregrino, datado de 6 de outubro de 1907, sob o título “De vez em quando”, informa que o poeta rebateu as críticas de L. Fagundes “em tom agressivo e até debochado [...] a quem tratava por ‘velho gaiteiro’ e ‘crítico de meia tigela’”, além de “ridículo”, como acentua o próprio L. Fagundes em sua defesa. Além do tom pessoal, próprio do campo ético, Peregrino também advogou dentro do campo estético, apontando lições de gramática a partir de nomes como Maximino Maciel, Alfredo Gomes, citando conceitos retirados da *Poética*, de Pinto Bandeira, “e justificava recursos utilizados em seu poema, transcrevendo versos de Camões, Félix Pacheco, Jonas da Silva e Abdias Neves”³⁹⁰.

Era, pois, esta, uma das estratégias que os polemistas geralmente se utilizavam a fim de, no embate, “atirarem com a pólvora alheia”. Note-se, aqui, o uso do nome de poetas

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ Idem.

prestigiados nas letras do estado, que, fundidos ao seu discurso, poderiam passar certo ar de legitimidade e simpatia do meio, sendo escalados, muitas vezes, e sem o querer, como juízes da contenda. L. Fagundes, porém, parece ao longo de sua defesa não se intimidar com o uso do nome dos poetas piauienses, posto que questiona na terceira série de “Cartas de um velho” a própria autoridade de dois deles, Jonas da Silva e Abdias Neves, embora os reconhecesse como bons poetas. A esse propósito, L. Fagundes deixa entrever em sua crítica uma visão com relação aos grupos intelectuais constituídos no Brasil, e que poderia dialogar mesmo com o início da crítica literária piauiense em princípios do século XX, fato que se deu por meio da imprensa, e que não escondia as “capelas” ou “igrejinhas” literárias que se desenhavam; o autor é bem enfático:

O que domina, o que preside a carreira literária da maior parte da presente geração, são os elogios baratos, os encômios mútuos, sem critério, enfatuando, tornando vaidoso o espírito dos moços que, ainda bem não chegam à síntese da língua, dotada de um espírito analítico, julgando-se acima de Camões, de Vieira ou de qualquer sábio que honrou o século em que viveu³⁹¹.

Notar que esse mesmo argumento virá de modo mais direto em 1909, em polêmica literária que Abdias Neves travará contra dois outros pseudônimos de *O Apóstolo*, Tomé Teofrasto e Frasto, sendo este último, em “Coisas do Piauí: o Abdias Neves”, a denunciar: “Lá, onde meia dúzia de moços *se constituíram em sociedade de elogios mútuos e baratos*, guindou-se ao último degrau da fama o incomparável *trigonecéfalo* Abdias Neves” (FRASTO, 1907, p. 3).

Magalhães concorda com esse raciocínio quando demonstra que no início da crítica literária no Piauí era recorrente o uso de pseudônimos ou a não assinatura dos textos, costume esse que “facilitava as constantes e mútuas acusações de louvação da própria obra, entre grupos de escritores envolvidos em polêmicas através da imprensa” (MAGALHÃES, 2016, p. 108), além disso,

Não seria lícito afirmar que a omissão da identidade do crítico fosse uma forma de escapar às retaliações que um juízo desfavorável poderia provocar, mas, pelo contrário, o beneplácito dos comentários leva a crer que, por trás desses críticos “sem nomes”, deveriam estar pessoas ligadas ao autor, interessadas no sucesso da obra, daí porque preferiam apresentar-se (muito propriamente) como “um amigo” (MAGALHÃES, 2016, p. 107).

³⁹¹ Idem, p. 4.

Esse *modus operandi*, vestígio de uma sociedade pouco afeita à leitura e, portanto, carente de público, bem como caracterizadamente cordial, como a brasileira, reforça a tese que se tem admitido aqui acerca da estrutura do campo literário que se construiu no estado na primeira metade do século XX, centrada em um campo de reprodução erudita. No caso dos homens de imprensa e suas relações com a crítica literária, o expediente de que se valiam serve de rastro, afinal, “A simpatia com que as notas da imprensa recepcionavam determinadas obras se devia ao fato de, via de regra, o autor do livro focalizado pertencer aos quadros de redatores ou colaboradores do jornal” (MAGALHÃES, 2016, p. 106). Se as páginas de imprensa eram o palco em que esses elogios surgiam, eram também o local ideal dos duelos.

A troca de desaforos, mesclada às observações de caráter estético, entre Adalberto Peregrino e L. Fagundes, por exemplo, alcança em *O Apóstolo* o tom coloquial. L. Fagundes acusando o adversário de se esconder por trás de um pseudônimo, cujo fim era elogiar a própria obra, denomina o poeta de *Ode a Satã* de mais um “borra-gaitas”, “que andam do sul ao norte do país, enlameando as colunas da imprensa e elogiando-se a si próprios” (FAGUNDES, 1907c, p. 3); mais adiante, os termos serão mudados para “poeta-sapo”.

L. Fagundes ocupa-se várias vezes de lições de métrica, licenças poéticas e de sintaxe (cita, inclusive, a fim de legitimar seu discurso, Júlio Ribeiro e Alfredo Gomes) para atacar seu desafeto quanto à capacidade na arte literária e no uso do vernáculo, respondendo indiretamente aos críticos que anteriormente o haviam elogiado na imprensa: “Para maior vergonha das letras pátrias, o senhor Peregrino tem o nome de poeta, mas não sabe medir versos; qualquer sapo de primeiras águas dá melhor métrica à sua toada do que o senhor Peregrino aos seus versos”³⁹². Chega mesmo a ironizar, em forma de conselho: “Senhor Peregrino, estude mais o português, para não envergonhar tanto os seus lentes e o estabelecimento que tão facilmente o aprovou”³⁹³.

O que querem os ataques diretos no campo estético e ético, antes, é destruir a reputação de outrem, em outras palavras, pôr na berlinda o próprio prestígio conquistado. E são essas as estratégias de que L. Fagundes se valeu ao desferir crítica tanto ao objeto quanto à pessoa de Adalberto Peregrino, ironicamente em um jornal de tendência católica que, acerca da contenda, deu bastante audiência a textos agressivos e de humilhação pública. Estes muitas vezes ocupavam de 2 a 3 páginas no periódico e que, por sua própria estrutura diagramática, só comportava 4 páginas ao todo – é o que ocorre, por exemplo, na

³⁹² Idem.

³⁹³ Idem, p. 4.

edição de número 23, de 20 de outubro de 1907, cujo texto ocupa longas nove colunas³⁹⁴. Tamanho prestígio em um jornal leva a crer que as críticas endereçadas a Adalberto Peregrino tenham partido da alta cúpula da Diocese do Piauí, mantenedora daquelas páginas, ou pelo menos de alguém bastante influente no meio do clero.

A agressividade de L. Fagundes é construída de modo direto, sem uso de eufemismos ou outros recursos linguísticos de modo a amenizar as suas expressões. A maneira de atacar o adversário, inclusive, vinha atrelada a juízos de ordem impressionista (maquiados de cientificismo) e ameaças. Serve de ilustração, ao tom que assumiu essa polêmica literária, o seguinte posicionamento: “Este velho é como cágado, ferrando a presa, só a deixa quando está podre” (FAGUNDES, 1907c, p. 4). No que tange às ameaças construídas pelo crítico, esse texto não termina sem antes anunciar a encomenda do livro *Setestrela*, também de autoria de Adalberto Peregrino e publicado no Recife, a fim de L. Fagundes “metê-lo aqui em *fofas* e mostrar aos leitores as suas parvoíces, e, uma vez publicada qualquer das obras que anuncia no fim de sua ode satânica”³⁹⁵, ao que conclui: “Peça bem a Deus que qualquer delas não me chegue às mãos, senão *come taca!*”³⁹⁶.

O recurso que Adalberto Peregrino utiliza para responder, em tréplica, a ameaça de L. Fagundes continua sendo o de “atirar com a pólvora alheia”, muito embora essa pólvora não estivesse endereçada ou mesmo programada para tal embate. Assim, o poeta faz publicar em *O Monitor*, em 24 de outubro, o texto de Lorenz Krapp, pseudônimo do poeta alemão Arno Walden (1882-1947), que teria resenhado a obra *Setestrela*, de Peregrino, e publicado no suplemento *Literarische Beilage zur Augs Burger Postzeitung*, em 12 de julho de 1907. Nesse texto, o poeta alemão se ocupa com os livros de estreia tanto de Peregrino como de Udalrico Cavalcanti, *Esmaltes*, enaltecendo-os de tal forma que os classifica precocemente como “nossos maiores poetas” (KRAPP, 1907, p. 2). Com relação ao trabalho de Peregrino, o escritor alemão realça a parte “Noturno”, e dentro dela alguns poemas, dentre os quais “Esther”, destacando desse poema um pequeno trecho para então concluir que “Canta assim, e demonstra deste modo que, também no longínquo Brasil e no

³⁹⁴ Palco de pelo menos três acirradas polêmicas literárias (a de Adalberto Peregrino com L. Fagundes, a de Jônatas Batista e Esmaragdo de Freitas, e a de Tomé Teofrasto e Abdias Neves) que extrapolaram os limites do campo estético, levando seus antagonistas a injúrias e xingamentos, é no mínimo curioso observar o ato de defesa da folha frente a essas matérias, quando em “Questão literária”, texto publicado na edição de número 25, 3 de novembro de 1907, tenha o redator assim se expressado: “Sempre nos eximimos de criticar longamente obras literárias, porque o nosso jornal foi criado para propagar, defender e impulsionar a religião, a indústria, a agricultura, em uma palavra, o bem estar da comunhão social, não, porém, para se bater por essas questiúnculas literárias, ou quebrar lanças a favor de Pedro, porque é mais poeta, é mais literato do que Paulo e vice-versa” (*op. cit.*, p. 3).

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Idem.

alaúde da língua portuguesa, um jovem poeta, todo apaixonado pela senhora de seu coração, pode se sair tão bem quanto os da velha Alemanha”³⁹⁷.

A essa altura, a contenda que movia Adalberto Peregrino e L. Fagundes excedia os limites da imprensa e conquistava o espaço dos fóruns. Bacharel em direito, o poeta logo tratou de entrar com uma ação contra a folha, cuja audiência ocorrera em Teresina no dia 26 de outubro de 1907. A petição do poeta primava pela exibição em juízo do cartão de autógrafos dos artigos publicados sob o título “Cartas de um velho”, assinados por L. Fagundes. O expediente do periódico, no entanto, foi de proteger o autor dos referidos textos, sob a alegação de que a “exibição fora requerida como meio extremo de conhecer o segredo redacional de nossa folha”³⁹⁸, alegando ainda que “a crítica feita à obra do doutor Peregrino não contém palavras ou frases que possam constituir os crimes previstos no Tit. XI, Cap. Único do código penal”³⁹⁹. Assim, teria o redator-chefe, Cônego Fernando Lopes e Silva, se eximido de comparecer ao juízo, enviando petição que fora publicada em *O Apóstolo* em sua edição de número 24, de 27 de outubro de 1907. Não se quer aqui ligar a pessoa do cônego à de L. Fagundes, mesmo porque isso exigiria um estudo de outra ordem que o presente trabalho não contempla. Todavia, é curioso observar que a petição do religioso recorra aos mesmos constructos que os textos do suposto pseudônimo, quando da legitimação de discursos em favor de uma ideia, no caso, a proteção da figura subscrita nos textos “Cartas de um velho”.

Tendo a contenda sido levada para a Justiça, *O Apóstolo* manteve trégua, aguardando certo período até que o embate voltasse às páginas da imprensa, não sem antes remeter indiretas e ameaças que se deram por meio de outro personagem: o Compadre do Velho do Longá, que na edição de número 27 de outubro, parece se pronunciar a partir de um texto (também não recuperado) que Peregrino levava à imprensa por meio do jornal *O Monitor*, de 24 de outubro de 1907. Assim, o novo pseudônimo tenta argumentar em favor de L. Fagundes, afirmando reiteradamente que as ofensas partiram inicialmente do autor de *Ode a Satã*, que teria adjetivado o colunista de “pseudo crítico”, “velho gaitreiro”, “galo velho brigador”, “velhote”, “profundíssimo ignorante”, “crítico de meia tigela”, “censor de carregação”, “velhusco”, “aborto do Longá”, “tabaquista senil”, “crítico de uma figa” etc. E buscando atemorizar o poeta, o Compadre Velho do Longá anuncia em ameaça: “Sei que

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ “Pelo fórum”, *O Apóstolo*, ano 1, n. 27 out. 1907, p. 2.

³⁹⁹ Idem.

o *Setestrela* já se acha em mão do velho Fagundes, porque daqui de Teresina, lho remeteram”⁴⁰⁰.

O *Apóstolo* não deixava que o caldo da polêmica esfriasse. Procurando um alibi em torno de sua própria defesa, o jornal publica em 3 de novembro de 1907, o texto “Questão literária”, expressando opinião do próprio órgão, cuja matéria procurava construir o argumento que o embate não extrapolava a esfera da literatura. O discurso apologético da folha, tentando macular a disputa pelo prestígio religioso, chega a afirmar que não havia qualquer tipo de motivação religiosa na contenda: “A crítica do L. Fagundes não é, portanto, uma propaganda religiosa, porque não versa sobre nenhuma doutrina, e destarte não afeta a Diocese, e nem é criticando que se prega a religião”⁴⁰¹. O discurso da folha, porém, é contraditório: ao tempo que afirma que os antagonistas da refrega se trataram “grosseiramente, defeito encontrado em ambos”⁴⁰², torna a afirmar o ato de defesa a L. Fagundes, cujos textos não continham “injúrias ou calúnias”⁴⁰³.

Socorro Magalhães (2012, p. 118) informa que “A análise da defesa de Adalberto Peregrino denota que, embora este revidasse os ataques pessoais, a sua intenção parece ter sido sempre a de manter o debate em nível intelectual”, e mais adiante, “não transparece a intenção de atingir a religião católica e suas instituições, a exemplo do que ocorreu com muitos intelectuais piauienses do início do século XX”⁴⁰⁴. Os vestígios que a imprensa do período legou depõem, porém, contra esse argumento. Primeiro, o conjunto de adjetivos dirigidos a L. Fagundes não parece sancionar que Adalberto Peregrino tenha mantido o debate na esfera da análise estética, tendo recorrido várias vezes ao campo ético como expediente de defesa e agressão; além disso, é patente a crítica que o poeta dirige à religião católica: em 10 de novembro de 1907, por exemplo, o jornal, em sua capa, torna a dar audiência à figura do poeta, desta vez contra-atacando o artigo, “Anticlericalismo”⁴⁰⁵, por ele escrito e publicado em 3 de novembro do mesmo ano em *O Comércio*. Mais tarde, em “Como discute o Peregrino”, nota publicada pelos redatores de *O Apóstolo*, o assunto é reavivado, dessa vez acusando o poeta de se esconder atrás do pseudônimo “Ignotus” e “M. Octaviano”, em *O Monitor*, “dando vasas ao seu ódio contra o clero”⁴⁰⁶.

Segundo os redatores, teria o poeta, ainda no texto “Anticlericalismo”, argumentado filosófica e historicamente contra os princípios religiosos e se colocado

⁴⁰⁰ “Breve resposta”, *O Apóstolo*, ano 1, n. 24, 27 out. 1907, p. 3.

⁴⁰¹ “Questão literária”, *O Apóstolo*, ano 1, n. 25, 3 nov. 1907, p. 3.

⁴⁰² Idem, grifo nosso.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Texto não recuperado para esta pesquisa.

⁴⁰⁶ “Como discute o Peregrino”, *O Apóstolo*, ano 1, n. 27, 17 nov. 1907, p. 1.

disposto “a entrar em luta aberta com a Religião”⁴⁰⁷, ao que de pronto é rebatido: “O artigo – anticlericalismo – estampado nas colunas do *O Comércio*, é um convite para a luta, mas a luta que vem desorganizar a sociedade, impingindo-lhe princípios que a sã razão repele”⁴⁰⁸. É nesse texto que os redatores informam, nos editoriais de *O Monitor*, que teria o poeta registrado a desistência do processo que abrisse contra *O Apóstolo*, “como também deu por terminada a questão literária entre si e o nosso colaborador L. Fagundes”⁴⁰⁹.

O Apóstolo, porém, não parecia disposto a dar por concluída a contenda: em 10 de novembro de 1907, escalando um terceiro personagem, L. Fagundinho, suposto neto de L. Fagundes, inicia uma segunda série de ataques a Adalberto Peregrino. Desta vez, após um rápido relato de todo o ocorrido, que toma L. Fagundes como vencedor, e após ironizar o fato de o poeta ter entrado com uma representação na justiça e desistido sem ter tido acesso ao cartão de assinaturas da folha, L. Fagundinho recorre a uma das mais comuns estratégias de desconstrução de desafetos nas polêmicas literárias, a do trocadilho jocoso, tomando o sobrenome do poeta em pilhéria:

O senhor *peregrino*, com seu modo de proceder, revelou-se apenas um despeitado, um cavaquista de puro molde; revelou-se um verdadeiro *peregrino*, mas *peregrino* em tudo...

PEREGRINO no sentido óbvio da palavra, pois deixou lá o seu Rio Grande do Norte e, entre nós, veio mendigar pousada (no que o não censura, faz pela vida).

PEREGRINO em bom senso, descobrindo injúria no artigo do velho Fagundes quando lhe repele as investidas do bestunto.

PEREGRINO em direito, no que tem uma carta, pedindo se meta em processo o redator d’*O Apóstolo*.

PEREGRINO em gramática, porque, quem a um verbo intransitivo, de sua natureza, dá, não só um objeto direto, mas ainda um indireto sem que para isso o autorizem os bons modelos, como nesta frase: *a vida lhe vegeta melões, a vida lhe flore sonhos*; e atenta mais contra a concordância do sujeito com o verbo [...] só mostra que de gramática não conhece sequer a capa.

PEREGRINO em lealdade, quando zomba da boa fé dos leitores e da autoridade de Camões, mutilando-lhe os versos.

PEREGRINO em métrica, sacrificando desapidadamente no seu monumento de frivolidades.

PEREGRINO em literatura, quando fala de uns versos de treze sílabas.

PEREGRINO em tudo, oito vezes PEREGRINO, e, para maior *caiporismo* de seu peregrinar, PEREGRINO até no nome; nove vezes PEREGRINO (FAGUNDINHO, 1907, p. 2).

⁴⁰⁷ “Anticlericalismo”, *O Apóstolo*, ano 1, n. 26, 10 nov. 1907, p. 1.

⁴⁰⁸ Idem.

⁴⁰⁹ Idem.

O texto de L. Fagundinho, diferente do de L. Fagundes, não se atém a questões de ordem estética, mas tão somente ao campo ético, advogando em favor do desafeto do poeta e em um discurso cuja voz parece representar um coletivo. A ironia é outra estratégia utilizada por essa terceira personagem, em cujo ataque chega mesmo a aconselhar Peregrino com as seguintes palavras: “meta a viola no saco (boca calada não entra mosca), porque pensar em ser poeta e escritor sem conhecer alguma coisa da língua materna é o maior dos desatinos”⁴¹⁰. Passa então a comentar o texto “Anticlericalismo”, colocando-se contra os argumentos construídos por Peregrino, levando para a esfera profissional do próprio poeta uma acusação indireta: “para ser inimigo ou duvidar da probidade de um empregado da Fazenda, basta ver e ler o que todos os dias os jornais publicam sobre os muitos e avultadíssimos desfalques nas repartições públicas”⁴¹¹.

Nessa mesma edição L. Fagundes retorna com os seus ataques, ensejando já o quarto e último texto da sua série. Acreditando ter vencido às pretensões poéticas de seu adversário, o crítico começa por intitulá-lo de “ex-poeta Peregrino” e reforçar a polêmica do pseudônimo C. Maia e sua sina pelo autoelogio: “Como é triste e até doloroso para o senhor Peregrino saber que foi descoberto o seu único recurso de fazer nome, de criar importância, de passar por poeta modelo, isto é, elogiar o que ele próprio escreve” (FAGUNDES, 1907d, p. 3). A fala de L. Fagundes deixa rastros de que os elogios ao texto de Peregrino prosseguiram na imprensa teresinense, mesmo diante da polêmica que se travou ao longo dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 1907, como deixa entrever: “quando vejo elogios, pelos jornais, ao ex-poeta Peregrino, fico desconfiado, julgando ser ele próprio o autor dos elogios”⁴¹².

Cheio de ironia, o texto tenta analisar a psique do seu adversário, cuja estrutura parecia estar desequilibrada. Não deixa, porém, de reforçar a ameaça que vinha sendo ensaiada em colunas anteriores, a análise do livro *Setestrela*, coisa que ainda não fizera “porque o reumatismo me tem perseguido extraordinariamente, e mesmo tenho andando muito ocupado”⁴¹³. Antes, procura desconstruir a reputação de Lorenz Krapp, o resenhista alemão da obra, caricaturando a imagem do poeta-crítico em pilhéria: “Avaliem os leitores um alemão com uma canada de cerveja na cabeça e um charuto de dois palmos na boca, que não fará dissertando sobre os versos do senhor Peregrino, sobre métrica, português e o diabo a sete? O angu é feio”⁴¹⁴.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem, p. 3.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Idem, p. 4.

⁴¹⁴ Idem, p. 4.

Fugindo ao modelo de seu primeiro texto, L. Fagundinho volta à sua série, com um segundo texto, publicado em *O Apóstolo*, de 17 de novembro de 1907, buscando legitimar seu discurso, em questões gramaticais, a partir de nomes como Júlio Ribeiro, Rui Barbosa, Latino Coelho, Cândido de Figueiredo, dentre outros, expediente que também usara L. Fagundes. Esse texto, porém, não ataca diretamente a figura de Peregrino, antes se ocupa de questões estéticas em réplica a um possível ataque vindo de um defensor do poeta de *Ode a Satã*, daí o caráter mais produtivo em termos de discussão.

A contenda pelo prestígio, que por algum tempo fora colocado de lado, retorna quando, nas páginas de *O Monitor*, Adalberto Peregrino ataca os seus desafetos, recorrendo também à elevação do tom das ameaças, informando que levaria a lume, em breve, a publicação de uma *Novela fantástica*, com um “sumário de imoralidades contra padres”, que *O Apóstolo* interpretou com o fim de “atassalhar a nossa reputação, macular o nosso nome, injuriar-nos finalmente”⁴¹⁵, ameaça esta que os redatores responderam em igual tom:

publique a sua *Novela fantástica*, anunciada n’*O Monitor* e prove as acusações que nos pretende fazer. Isso deve ser sublime atestado da sua educação, e o senhor ministro da fazenda ficará conhecendo que o senhor doutor Peregrino não é somente um empregado da fazenda: é também um polemista que insulta e fere a honra do clero piauiense, da igreja católica e dos seus mais altos representantes!⁴¹⁶

O jornal *O Apóstolo* em sua sequência de notas redacionais deixa entrever, por fim, que Adalberto Peregrino não estava só nessa contenda, cuja finalidade parece ter sido desprestigiar a religião católica, acusando-o, inclusive, de “testa de ferro”. Não é possível afirmar quais seriam os intelectuais que estavam em volta de Peregrino na polêmica. Todavia, é crível especular, a partir dos vestígios de sua participação em periódicos específicos, que abriram a ele a oportunidade de contra-atacar os textos vindos de *O Apóstolo*, que esse grupo estivesse ligado diretamente a essas folhas, em especial *O Comércio* e *O Monitor*, este que é considerado pela historiografia literária como um jornal anticlerical⁴¹⁷ e tinha em seu quadro de redatores e colaboradores os literatos Abdias Neves e Zito Batista⁴¹⁸. Cabe notar que foi nessa atmosfera de guerra, que pusera de um lado maçons e

⁴¹⁵ “Como discute o Peregrino”, *O Apóstolo*, ano 1, n. 28, 24 nov. 1907, p. 2.

⁴¹⁶ *Idem*.

⁴¹⁷ Cf. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí* (1994), de Cláudio Bastos.

⁴¹⁸ O caso torna-se tão agudo no Piauí, que *O Apóstolo* chega a colocar em suas páginas um anúncio fixo, pedindo que seus leitores não assinassem o jornal *O Monitor*, por se tratar de um jornal da maçonaria de Teresina.

suas posturas anticlericais e de outro o clero em Teresina, que nasceria⁴¹⁹, mais tarde, em 1909, o romance *Um manicaca*, em cujas personagens havia forte senso anticlerical, e fora comentado em *O Apóstolo*, de 28 de agosto de 1910, como “pornografia baixa e estúpida”⁴²⁰. Quando publicado, o romance de Abdias Neves encontrou forte resistência por parte do clero em Teresina, que nas páginas de *O Apóstolo* conclamava a sociedade a não lê-lo, por se tratar de “um acervo de imoralidades guisadas de blasfêmias”⁴²¹.

Até que ponto a ameaça de publicação da *Novela fantástica*, fundamentalmente anticlerical, exercera influência, mais tarde, sobre a produção de *Um manicaca*? Apesar da resposta não ser fácil, não se pode deixar de enxergar, entre elas, certa conexão, ainda quando participaram do mesmo eixo de ideias, grupo e espaço. No que concerne ao tópico aqui em estudo, a publicação dessa obra engatilha mais uma das polêmicas travadas entre o clero piauiense e os literatos que produziam no Piauí.

5.4 Abdias Neves *versus* *O Apóstolo*

Ao ser publicado, em 18 de agosto de 1909, *Um manicaca*, romance de Abdias Neves, chocou o clero piauiense. Obra com forte teor realista, seu impacto, em uma sociedade ainda não acostumada a objetos que escandalizavam o derredor, trouxe temáticas de ordem “inapropriada” e que muito flertavam com os ditames naturalistas, a ala mais radical do movimento. A prosa, que retrata a sociedade teresinense no final do século XIX para início do século XX, traz consigo intrigas e centraliza o adultério como tema, pincelando na fala de várias personagens ideias e denúncias anticlericais, o que expôs a vida e os jogos de interesse do ambiente católico.

Não tardaria que a obra, no campo estético, e mais especificamente seu autor, no campo ético, fossem atacados pela folha de interesses da Diocese, *O Apóstolo*, que, mesmo vencidos dois anos do lançamento do romance, ainda alimentava ranço pela publicação, daí a denominação de romance “imundo, parto teratológico da Besta poluída, onde achincalha e profana os mais santos costumes, as mais sagradas tradições da sociedade piauiense”⁴²².

⁴¹⁹ Segundo Ana Regina Rêgo (2001, p. 71), observando o que relatara Higino Cunha, o embate anticlerical no Piauí começara efetivamente nos anos de 1880, do século XIX: “Em 1884, Clodoaldo Freitas publica o primeiro número de *O Reator*, colocando, definitivamente, a imprensa, no centro da questão anticlerical. A Igreja também não dispensa os meios de comunicação para difusão de suas ideias e contestação das investidas maçônicas, através dos jornais *A Época*, *A Cruz* e *O Apóstolo*, levando adiante a questão maçônica frente ao público-leitor, a fim de trazê-lo para os umbrais católicos”.

⁴²⁰ “Para longe”, *O Apóstolo*, ano 4, n. 167, 28 ago. 1910, p. 2.

⁴²¹ “Aos pais e mães de família”, *O Apóstolo*, ano 3, n. 126, 7 nov. 1909, p. 4.

⁴²² “Vergastas no focinho”, *O Apóstolo*, ano 5, n. 221, 24 ago. 1911, p.2.

Apesar do expediente que atacou Abdias Neves ter sido o mesmo que se lançou sobre Adalberto Peregrino, elencando uma turba de personagens sob a máscara do anonimato, as agressões experimentadas pelo romancista foram maiores, porque visaram em especial a sua conduta moral, colocando muitas vezes em xeque a sua própria honestidade como homem público e professor. Procuraram os redatores da folha atingir o literato em todas as esferas possíveis: literária, social, política e profissional.

Porque fosse maçom e enveredasse por temas que não agradavam a Diocese do Piauí, a resistência ao nome de Abdias Neves começou cedo nas páginas de *O Apóstolo*⁴²³. Antes mesmo do lançamento de *Um manicaca*, anunciado nos jornais da capital e tão logo aguardado pelo clero, este, por meio do seu órgão de imprensa, chegou, na voz de um pseudônimo, V. Procópio, a ameaçar o romancista: “Uma revista dessa Capital, de 15 de junho, anunciou um novo livro de V. S. intitulado ‘Manicaca’ [...]. Tenha cuidado senão...” (PROCOPIO, 1909c, p. 2). Soma-se a essa resistência fatos históricos que envolveram diretamente a figura do escritor, na época juiz federal substituto, com o clero de Teresina: em petição datada de 27 de maio de 1909, o então bispo do Piauí, Joaquim Antônio de Almeida, se dirigia às autoridades constituídas a fim de que se tomassem providências acerca de Abdias Neves e Miguel Rosa. Eles teriam, no dia anterior, entrado na Igreja do Amparo, em Teresina, e “quiseram impor silêncio ao mesmo vigário [Joaquim de Oliveira Lopes] e sua retirada da cadeira sagrada” (ALMEIDA, 1909, p. 1). Segundo ainda o bispo, o fato não só teria provocado constrangimento entre o público que assistia ao ocorrido, como “resultou em pânico entre os católicos ali reunidos”⁴²⁴. O acontecimento, comentado mais adiante, em 13 de junho de 1909, é detalhado nos seguintes termos: “Abdias Neves e Miguel Rosa não só procuraram impedir o exercício do culto católico, mas ainda com suas ameaças e violências teriam descido o sacerdote da tribuna sagrada, se não fossem repelidos pelo povo que lá estava”⁴²⁵. Em suas defesas, registra-se que o jornal *O Comércio*, de 6 de junho, teria informado que os escritores foram motivados após ouvirem do sacerdote as seguintes palavras, negadas pelos redatores de *O Apóstolo*: “o Duque de Caxias, general em chefe do exército brasileiro, na guerra do Paraguai, deu fuga ao ditador Lopes, quando cercado de todos os lados lhe pediu socorro maçônico”.

⁴²³ Não seria a primeira vez que o autor se envolveria em uma polêmica. No ano de 1903, por exemplo, se envolveu em outra com o poeta maranhense Inácio Xavier de Carvalho, protagonizada por jornais piauienses, como *A Pátria*, e maranhenses, em especial o *Diário do Maranhão*. O maranhense acusava o piauiense de plagiário, argumento a que também se prenderão os pseudônimos da Diocese piauiense.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ “A verdade restabelecida”, *O Apóstolo*, ano 3, n. 105, 13 jun. 1909, p. 1-2.

O fato relatado anteriormente dá nota do nível de embate a que estavam envolvidos os intelectuais piauienses ligados à maçonaria com o clero piauiense, refregas que ultrapassavam, em muito, as esferas do texto impresso em jornais. A primeira série de textos, porém, que merece ser analisada na polêmica que envolve Abdias Neves e a Diocese piauiense recebeu o nome de “Colóquios com o doutor Abdias Neves”, assinada pelo pseudônimo Tomé Teofrasto. O autor dessa série tinha por objetivo ridicularizar a figura do Abdias Neves professor e conferencista, atendo-se a problemas de ordem discursiva e a certos documentos, os quais teria supostamente o romancista utilizado em suas falas e conferências, alguns publicados nos periódicos piauienses. Mais ainda, Teofrasto chega a acusar o romancista de falsificar traduções de determinados contos de Antônio Ennes, e ser um deturpador da história. Utilizando do mesmo recurso do conselho mascarado de sarcasmo, o interlocutor de Abdias sugere: “Ninguém lhe contesta o direito de escrever artigos literários túmidos e bombásticos, mas evite os disparates; faça discursos, mas não falseie a história; esbraveje contra a Religião, o clero e os católicos, mas não venha argumentar com fatos colhidos em romances” (THEPHRASTO, 1909, p. 3). O segundo texto da série mantém o tom de desconstruir o prestígio do escritor. Nesse, publicado em 4 de julho de 1909, o crítico soma aos atributos do romancista o de falsificar erudição.

Os textos de Teofrasto cedem espaço aos de V. Procópio, outra personagem, advinda, em tese, de Riacho da Caipora, convocada a atacar a reputação de Abdias Neves, desta vez em uma série epistolar. A “Primeira Carta”, construída a partir do recurso da antítese, tece comparação entre Abdias, maçom, e seu interlocutor, um “filho da Religião Católica”. O texto, porém, ocupa-se em analisar o prefácio que o romancista teria escrito para o livro *Poema da mágoa*, do poeta Antônio Chaves, publicado em 1909, a que chama de “prólogo inocentíssimo” (PROCOPIO, 1909a, p. 4). Debatendo no campo estético, o autor da carta passa a discordar de trechos do referido prefácio, como este: “os velhos temas desaparecem”. Segundo Procópio, se Abdias Neves “estudasse também os diversos e magnos problemas da sã filosofia, não soltaria tamanho disparate. Os velhos temas, *egregio* professor, para maior confusão e novo infortúnio literário de V. Excelência, não desaparecem”⁴²⁶.

A “Segunda Carta” é introduzida chamando o referido prefácio de “desastrado [...] que há de trazer amargas decepções” (PROCOPIO, 1909b, p. 6). A passagem em discussão agora é de ordem materialista, em que o romancista teria dito: “Fora da natureza, acima de

⁴²⁶ Idem.

suas leis, nada existe”. Antes de confrontá-lo, o articulista recorre ao expediente de ridicularizar a imagem do escritor, chamando-o de “voltairezinho caricato e narigudo”, “historiador de lendas e almanaques” e “filósofo sem juízo”, e, mais adiante, em tom de sarcasmo, “o maior jurista do mundo”. É o nome de Deus que Procópio escala para questionar Abdias quanto a autossuficiência da natureza. A ironia retorna ao discurso: “Será possível que o *bonito* autor da *Guerra do Fidié* nos venha apresentar o *ocaso* como autor da natureza e das suas leis?”⁴²⁷, ao que conclui, em refutação: “fora da natureza, acima das suas leis, existe o Supremo autor de tudo”⁴²⁸.

A “Terceira carta” de V. Procópio, a última que se tem notícia dessa série, torna a adjetivar pejorativamente Abdias Neves, “parturiente escritor”, denotando o tom agressivo e pessoal de seus ataques travestidos de análise estética. Há momentos em que ironiza a figura do literato, denominando-o de “Byron piauiense” e de “Itamaracá”. A importância desse texto de Procópio para a polêmica é cabal para compreender o *modus operandi* de Abdias Neves frente aos ataques sofridos, que nesse ponto diferiam do de Adalberto Peregrino: enfrentando resistência e ataques frontais à sua própria conduta moral, pelo menos desde 27 de junho de 1909 (quando é lançado o primeiro texto de Tomé Teofrasto), e passado um mês, até o terceiro texto de V. Procópio, em 25 de julho de 1909, a postura de Abdias parecia a mesma, o silêncio – comportamento que, inclusive, incomodou ao seu desafeto, que se adianta, reclamando: “O senhor Neves ainda não respondeu as minhas duas cartas publicadas no *O Apóstolo*” (PROCOPIO, 1909c, p. 2). E indaga com ironia: “Não sei, porém, qual o motivo do profundo silêncio do inocente professor”⁴²⁹, arriscando, mais adiante, uma explicação, numa clara tentativa de instigar em seu adversário o revide: “O Neves já tem sofrido as maiores decepções; e eis porque não responde aos substanciosos artigos de Tomé Teofrasto e as modestas cartas deste velho impertinente, receando, sem dúvida, novos infortúnios literários”⁴³⁰.

No que tange às polêmicas encetadas nos jornais, o silêncio de um autor pode representar uma quebra no conflito que sequer se instaura em essência. Em outras palavras, e à linha de Girard, ao não responder ao interlocutor, não reproduzindo um ato de vingança, o agente atacado impede que o triângulo mimético evolua ou até mesmo exista em sua condição de “mediação interna”. Padre Antônio Vieira (2015, p. 159) também compreendeu ao seu modo esse mecanismo: em certo trecho de seu “Sermão da Segunda Oitava da Páscoa” afirma que “quando a injúria recebida se vinga, não se recebe de graça,

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Idem.

porque com uma injúria se paga a outra injúria; porém quando a injúria recebida se sofre com paciência, e não se vinga, então se faz de graça, porque não se paga”. Afora isso, a indiferença apresentada por Abdias Neves pode ser interpretada como uma espécie de resposta indireta ao conflito, e sugere, não por acaso, superioridade à ação interlocutória de seus desafetos. Aliás, era esse um dos comportamentos que os intelectuais colocados no meio de uma polêmica no século XIX e início do século XX adotavam: mostrarem-se indiferentes ao “barulho” dos críticos. Esse tipo de perfil, tão comum aos “homens cordiais”, pode ser visto em Machado de Assis, cujo comportamento, frente a uma contenda, em especial às de Romero, bem poderia ser traduzido no seguinte paráfrase: “aos amigos, tudo; aos inimigos, o silêncio”.

O certo é que, nessa questão, o silêncio de Abdias Neves se manteve, quanto às discussões estéticas, e não há registros ou mesmo rastros de possíveis respostas em jornais de oposição ao *O Apóstolo*, como *O Monitor* e *O Comércio*. Os embates que o escritor parece ter travado residiram no campo da política e da religião, assuntos que estavam muito em voga e, como visto, até mesmo se confundiram em polêmicas como as de Adalberto Peregrino.

No que compete ainda à “Terceira carta”, de Procópio, passa o texto, em um segundo momento, a questão de ordem estética, embora com algumas particularidades pessoais, ao analisar outro trecho contido no referido prefácio de Abdias Neves. Este, obediente à mesma linha de pensamento do anteriormente criticado, interpreta o materialismo científico como uma chave de libertação ao espiritualismo religioso: “o homem liberta-se de dezoito séculos de espiritualismo, quebrando a imagem dos deuses e voltando-se para a ciência como a fonte única da verdade”. A fim de refutar tal argumento, Procópio faz uso de exemplos históricos, elencando nomes do que ele chama de “materialismo vermelho” e “astros de primeira grandeza do mundo científico” que se vincularam ao espiritualismo, como: Silvio Pellico, Paul Féval, Huysman, Coppée, Retté, Newman, Huertas Lozano, Emígdio Navarro, Jayme Moniz e Brunetière, para então sustentar que “a legítima aspiração moderna, a aspiração dos espíritos bons e ilustrados é o espiritualismo”⁴³¹.

É interessante notar que os textos de Teofrasto e Procópio dialogam no mesmo ponto: apesar de partirem de algum objeto estético, terminam por concluir que Abdias Neves é um homem inculto que precisa se apurar em estudo a fim de não cometer erros em seus discursos. Ambos tocam em demasia nesse aspecto, pondo em xeque a possível

⁴³¹ Idem.

fama de erudição que o autor parecia nutrir naquela época entre os seus pares. Seria esse o ponto nevrálgico do escritor? O recurso crítico das polêmicas literárias piauienses, no entanto, é o mesmo: as discussões do campo estético parecem ser o álibi para os ataques de ordem pessoal. Veja-se, por exemplo, o desvio que tomaram os embates entre Adalberto Peregrino e L. Fagundes, inicialmente estéticos e, depois, religiosos, questionando condutas de ordem moral, tanto de uma parte quanto de outra, daí o conjunto de xingamentos e desaforos que tomaram conta das páginas de imprensa. Esse fenômeno ocorre quando o objeto, diante da refrega, desaparece e sujeito e modelo digladiam-se mutuamente de tal maneira que acabam confundindo muitas vezes os seus respectivos papéis iniciais dentro da refrega, no que René Girard denomina de “duplo mimético”:

Os duplos surgem assim que o objeto desaparece no calor da rivalidade: os dois rivais ficam cada vez mais preocupados com a derrota do adversário do que com a obtenção do objeto, que pode se tornar irrelevante, como se fosse apenas uma desculpa para a escalada da disputa. Desse modo, os rivais se tornam cada vez mais indiferenciados, cada mais idênticos: duplos (GIRARD, 2011, p. 80).

A guerra pelo prestígio, porém, ganha maiores proporções quando *Um manicaca* é publicado, e tão logo coleciona uma série de críticas favoráveis na imprensa, como a expressa pela revista *Alvorada*, de Zito Batista, que dedicou duas páginas de sua nona edição, de 15 de novembro de 1909, a resenhar o romance, classificando-o como “uma obra de grande merecimento. O seu autor tem conhecimentos, tem preparo e é, sobretudo, um observador de tino admirável”⁴³².

Em artigo assinado pela redação de *O Apóstolo*, em 25 de dezembro de 1910, Abdias Neves tem suas produções atacadas: “o que escreve, é a cópia grosseira do que leu às carreiras, sem compreender”⁴³³, e apostando no futuro julgamento dos escritos do literato, prevê: “Das produções de um Abdias, salvante a perdição de alguns desgraçados e bobos que o admiram, – não restará memória decorridos alguns anos”⁴³⁴. Em sua sequência quase semanal de ataques à pessoa e ao literato, bem como aos seus amigos Miguel Rosa e Antonino Freire, *O Apóstolo* vai deixando entrever, em opinião da própria folha, o juízo que lançava acerca do romance – fato que se estenderia pelos anos a frente. Na edição de número 215, por exemplo, na coluna “Chô, canzoada”, o jornal declara que o *Um manicaca* é cheio de “imundas descrições, de sensualismo tão podre, que o próprio Rebelais se

⁴³² “Um manicaca”, *Alvorada*, ano 1, n. 9, 15 nov. 1909, p. 13-4.

⁴³³ “No tribunal da opinião”, *O Apóstolo*, ano 4, n. 184, 25 dez. 1910, p. 3.

⁴³⁴ Idem.

envergonharia de lê-lo”⁴³⁵, e mais adiante: “Seu romance é um ataque à honra da família piauiense!”⁴³⁶. Travara polêmica ainda com Abdias Neves o padre Cícero Nunes (especialmente no artigo “Nos domínios da gramática” e na série “A moral religiosa”, esta contendo oito artigos que visava refutar um artigo publicado na revista *Litericultura*), cuja matéria foge a este trabalho por se referir a questões de ordem política e religiosa.

Tudo indica que a figura de Abdias Neves continuou sendo atacada pelo jornal ao longo de suas edições e anos. Em 3 de setembro de 1911, por exemplo, sob a epígrafe “Um retrato”, esse periódico estampa um soneto que caricatura o poeta:

Baixo, de olhos rasgados, entanguido;
Bigodinho com cheiro de pomada;
Um caminhar faceiro, sacudido;
Ar pedantesco; fala esganiçada.

Um rosto de espantar a meninada,
Feioso, sorumbático, comprido;
Metendo-se em casaca bem talhada,
Parece um macaquinho divertido.

Cabelo cor de burro fugitivo;
Nas loucas pretensões de ser poeta,
Faz vômitos: é o Nero redivivo.

É um palhaço, em meio de imbecis,
A clássica figura de um pateta,
Um homenzinho preso num nariz (BRAZ, 1911a, p. 3).

Em sequência o jornal lança um segundo soneto, ainda caricaturando o autor de *Um manicaca*, assinado pelo mesmo autor:

Vitelio, o gargantão, vive, se não me engano,
Nesse talhe gentil do grande D. Quixote,
Que traz o estro de Nero, o furor de Juliano
E a justiça de Poncio na alma de Iscariote.

Tem o porte, o sorriso, o caráter de um zote,
O saber de *Incitatus*, – o cônsul romano,
O tronco do saguim nas pernas de um *caçote*
E do chinês o olhar no todo de um cigano.

Fóssil das saturnais pagãs ressuscitado,
Possui a Messalina, – a imperatriz impura,
O pendor para o vício torpe e condenado!

Olhai, tremei, fugi, raça humana infeliz!

⁴³⁵ “Chô, canzoada”, *O Apóstolo*, ano 5, n. 215, 30 jul. 1911, p. 3.

⁴³⁶ Idem.

Ide habitar no sol e vede, dessa altura,
Um homem que agasalha o mundo no nariz! (BRAZ, 1911b, p. 4).

Assinados simplesmente por Braz, outro pseudônimo, *O Apóstolo*, com essas produções, demonstra ter mantido o mesmo *modus operandi*, escondendo os reais autores de suas críticas e ataques, sempre protegidos pelo anonimato.

Esse jornal católico – a análise de suas páginas o demonstra – foi responsável, de longe, por travar o maior número de polêmicas no meio literário piauiense do período, quase sempre materializadas por ataques frontais e, muitas vezes, violentos às condutas ou mesmo ao caráter dos indivíduos, ridicularizando-os publicamente. Além das já aqui abordadas, registra-se que em 1912 travara outra com Clodoaldo Freitas, sob o título “Palestras com o bacharel Clodoaldo Freitas”, em uma série que ultrapassou cinco artigos seguidos, assinados pelo Padre Melo Lula, intelectual que fez parte do circuito literário parnaibano e foi responsável por lançar Berilo da Fonseca Neves no meio jornalístico.

O Apóstolo também exercia forte oposição a quatro outras folhas: *O Monitor*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Piauí* e *O Piauí*, acusando-os de órgãos a serviço da maçonaria, por isso desprezíveis. Quando se tratava de atacar os adversários, a folha católica não economizava nos termos: referindo-se ao jornal *O Piauí*, por exemplo, chega a denominá-lo nos seguintes termos: “*O Piauí* não é um jornal; é uma sentina”⁴³⁷. Os ataques também se dirigiam ao Liceu Piauiense, que acusava estar abarrotado de “professores maçons”, “serpe indiciosa, disfarçada”⁴³⁸, conclamando as famílias piauienses a não matricularem seus filhos em tal instituição.

Com relação aos estudos que centralizam *Um manicaca*, um dos gatilhos da polêmica deste tópico, é válido destacar que, diferente do que se pondera na crítica, a obra não problematiza, diretamente, o anticlericalismo, como, por exemplo, fizera Eça de Queiroz em *O crime do padre Amaro* (1875) e *A relíquia* (1887), cuja postura anticlerical ocupa, pela representação, um papel de destaque por ser o próprio argumento das narrativas. No livro de Abdias Neves essa crítica surge de maneira indireta, senão enviesada, por meio de personagens, termo acessório à caracterização de uma época e de um espaço em que os posicionamentos da igreja conflitavam com os da maçonaria – refrega essa que, na capital piauiense, desde os primeiros anos do século XX, dividia em alas a sociedade e parte dos intelectuais.

⁴³⁷ “Assassinos mortais”, *O Apóstolo*, ano 6, n. 278, 17 nov. 1912, p. 3.

⁴³⁸ “Parce sepultis”, *O Apóstolo*, ano 6, n. 278, 17 nov. 1912, p. 3.

Em *Um manicaca*, tanto as vozes sociais da igreja católica como a dos maçons são ouvidas por meio de suas personagens. Analisá-las indistintamente, como parte de um todo, permite que se tenha, assim como por meio das descrições de espaços, uma visão panorâmica da estrutura social que se desenhava no início do século XX no Piauí, especialmente no que se refere ao âmbito sociocultural em que estava inserida a seleta de intelectuais instalada na capital. Estranha que a crítica tenha salientado apenas o discurso anticlerical⁴³⁹.

Daí a importância em se dar atenção ao legado que as entrelinhas de *Um manicaca* deixam, a fim de se compreender não apenas um período histórico e seus respectivos problemas de ordem estrutural e política, como ainda para saber da fabulação sociológica de que está impregnada a obra. Assim como os rastros deixados ao longo da narrativa permitem localizar o livro em um espaço e um tempo específicos, Abdias Neves trata de representar a sociedade teresinense com seus costumes e preconceitos.

5.5 Amélia de Freitas Beviláqua *versus* Humberto de Campos

A última polêmica deste estudo é a única que ocorre em ambiente deslocado, no Rio de Janeiro, mas por envolver uma escritora piauiense que, na época, fazia carreira nas letras, válido é acrescentá-la.

Analisar essa contenda exige, antes de tudo, entender o perfil crítico de Humberto de Campos, cuja postura fora denunciada ao longo de sua coluna no *Correio da Manhã*, bem como o prestígio que já havia conquistado o maranhense nos anos de 1920, razão pela qual se desenrola a polêmica com Amélia de Freitas Beviláqua. Esta, não diferindo de outros tantos intelectuais que por razões de ordem estética e ética se sentiram lesados em sua honra, adotou a postura de combate e respondeu ao seu desafeto, numa tentativa de reestabelecer a reputação ofendida. No fundo, a história não difere: dois intelectuais digladiam-se pelo prestígio. De um lado, Humberto, enquanto crítico de jornal de renome seria uma espécie de instância de consagração, que em posse da coluna se enxerga detentor do poder simbólico e por isso capaz de ditar códigos e escalar quem queira ao seu cânone pessoal (ofertado ao público no periódico); de outro, Amélia de Freitas Beviláqua, angariando espaço nesse restrito círculo de nomes selecionados por Humberto, para usufruir também do prestígio literário que o crítico postulava e distribuía a seu bel prazer.

⁴³⁹ Esse tipo de conflito não se configura, pelo menos na primeira metade do século XX, em Parnaíba, onde maçons e padres pareciam conviver muito bem, inclusive dividindo espaço em jornais e revistas para a divulgação de produções literárias. Essa regra valia inclusive para órgãos que eram eminentemente católicos ou com orientação maçônica.

Em tradução ao triângulo mimético de Girard, seria Humberto o modelo que detém o objeto (o prestígio) e Amélia, o sujeito, que o contempla e espera ombrear com os nomes do restrito círculo prestigiado. Aqui, não por acaso, há uma mediação externa, pois que Amélia não almeja ser detentora do código (fabricante do prestígio), mas apenas integrar-se entre os prestigiados pelo mediador, o modelo, esperando, por fim, ter seu lugar ao sol. A recusa a esse objeto, a esse prestígio, é o fator que desencadeia na contenda toda a discussão.

A história de Humberto de Campos como detentor dos códigos estéticos, enquanto crítico literário, tem uma história que é contada pelo próprio escritor: é de 27 de agosto de 1928, nota registrada no seu *Diário secreto* (1954), que noticia o interesse de Paulo Bittencourt, então diretor do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, pelos trabalhos críticos do autor de *Memórias*.

Conta o diarista, em um relato bem sucinto, que tomara conhecimento do interesse daquele diretor por uma entrevista, depois que recados deixados por ele na Livraria Leite Ribeiro, bem como na sede do jornal *O Imparcial*, foram-lhe transmitidos. O encontro se deu na redação do *Correio da Manhã*, e assim foi registrado pelo cronista em seu diário: “Após algumas objeções, aceitei. O ordenado será fixo, de quinhentos mil réis por mês, dando eu um artigo por semana”⁴⁴⁰.

A iniciativa caiu como luva nas mãos do escritor, que, além de contar com a vitrine de um dos mais importantes periódicos da época, tivera garantida “absoluta liberdade de ação”. Tratados os imperativos práticos da profissão, foi nesse encontro que se batizou a coluna: “Vida literária”, cuja estreia se daria logo no dia 30 de agosto, portanto, 3 dias após aquele encontro.

Paulo Bittencourt, segundo registra Humberto de Campos, foi além: “deu-me a liberdade para escolher a página, o tipo, e a posição do artigo, na folha”⁴⁴¹, bem como a esperança, para breve, de aumento no ordenado do escritor, que seria “aquilo a que você tem direito”⁴⁴².

A estreia como crítico literário oficial do *Correio da Manhã* se deu de maneira bem positiva, por parte do próprio diarista, que registra, com certo entusiasmo, a recepção dessa sua primeira incursão nas páginas do periódico: “Iniciei, hoje, ‘Vida Literária’, em rodapé, no *Correio da Manhã*. Parece-me que o programa traçado nesse artigo inicial agradou. Pelo

⁴⁴⁰ CAMPOS, 1954, p. 270. Nota de 27 de agosto de 1928.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² Idem.

menos, na Academia e na Câmara, todos leram”⁴⁴³, e mais adiante: “evidentemente, eu tenho uma vantagem, como escritor. E essa vantagem consiste nisto: eu tenho um público”⁴⁴⁴. Aliás, é nessa introdução que Humberto vai deixando rastros da certeza que tinha como detentor do código, do prestígio, já posicionando um programa que seus juízos seguiriam nas letras:

Se o escritor medíocre encontra sempre uma pena complacente que o louve, e o cabotino uma coluna de jornal em que apareçam, anonimamente, os adjetivos que nenhum nome de autoridade subscrevia, que incentivo terá o artista sincero, cujo único prêmio num país em que a literatura raramente compensa como profissão, só pode consistir no aplauso da crítica? (CAMPOS, 1928, p. 2).

E referindo-se mais especificamente ao prestígio fabricado pelo código que o crítico detém, assim se expressa: “O prestígio da crítica decorre, conseqüentemente, da sabedoria com que ela julga, e da aproximação, maior ou menor, do seu veredicto, do veredicto definitivo da História”⁴⁴⁵, sendo, pois, a sua atuação “um desejo sincero, dele, de colaborar no restabelecimento da ordem, no campo literário”⁴⁴⁶. Ao que, no fim, deixa, nas entrelinhas, um alerta ao campo literário com que se ocupará: “Os críticos literários estão sujeitos a provar, mais que os outros homens de letras, o fel e o vinagre. Por minha parte, procurarei transformar as moscas em abelhas. E as abelhas têm ferrão, e mel...”⁴⁴⁷.

No programa de “Vida Literária”, exposto logo em seu rodapé inaugural, Humberto esclarece, de modo consciencioso, o tom que a página adotaria no decorrer das semanas: não apenas agradaria como também colocaria em estado de alerta o literato que, ao seu julgamento, estivesse a escrever fora do horizonte de expectativas do crítico. E assim o foi, quando tratou de Coelho Neto, apontando os prós e contras de seu trabalho, bem como com Viriato Correia e Amélia Beviláqua, que, ofendida, respondeu ao crítico nas páginas do *Jornal do Brasil*. O processo de escrita da nota crítica no *Correio da Manhã* parecia ter sido motivado não por vontade própria, mas por insistência da piauiense, como se observa no relato de 20 de março de 1929, do *Diário secreto*: “A minha ‘Vida Literária’, desta semana, no ‘Correio da Manhã’, foi sobre um livro de D. Amélia de Freitas Beviláqua, que *vivia a pedir-me, insistentemente, escrevesse a seu respeito*” (CAMPOS, 1954, p. 328, grifo nosso).

⁴⁴³ Idem, p. 272. Nota de 30 de agosto de 1928.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ Idem.

Humberto registra que o texto foi acolhido com grande louvor por membros da Academia, dentre os quais aqueles que o parabenizaram pessoalmente, como João Ribeiro, Fernando Magalhães, Aloísio de Castro, Afonso Celso, Roquete Pinto, Goulart de Andrade, Olegário Mariano e Gustavo Barroso. Mais tarde, porém, nota de 6 de abril de 1929 contém o registro do desagrado de Amélia Beviláqua.

O artigo que provocou a polêmica foi publicado no *Correio da Manhã*, de 27 de março de 1929, sob o título: “Amélia de Freitas Beviláqua: *Impressões*, Tipografia Besnard Frères, Rio de Janeiro, 1929”.

A crítica começa por diferenciar os textos produzidos por homens dos textos produzidos por mulheres, e numa postura que demonstrava certo preconceito, Humberto chega a afirmar não conhecer “nada mais parecido com um livro de mulher do que outro livro de mulher” (CAMPOS, 1929, p. 2), ao que justificava: “A escritora de ficção, por mais que seja o seu talento, por mais masculina que se nos afigure a sua mentalidade, por menos femininos que lhe nasçam os pensamentos, denuncia, fatalmente, às inteligências menos perspicazes, a sua condição”⁴⁴⁸. A resistência do crítico à ascensão de um nome feminino nas letras nacionais é ainda exposta quando, ao falar do livro *Impressões*, concluiu: “não diferem, assim, sob o ponto de vista literário, dos livros em prosa que aparecem frequentemente no Brasil sob a amável responsabilidade, ou a encantadora irresponsabilidade, de um nome de mulher”⁴⁴⁹. Acrescenta ainda, à sua análise, que, de todas as escritoras que existiam no Brasil, de norte a sul, nenhuma apresentava a qualidade de ser esposa de Clóvis Beviláqua, atrelando o prestígio de Amélia ao nome do marido, que, a seu ver, fora denunciado nas páginas da escritora:

Dessa venturosa circunstância tira a ilustre senhora, neste volume, todo o proveito permissível, fornecendo à História literária uma documentação abundante, e preciosa, sobre a vida de um dos brasileiros mais puros e eminentes do nosso tempo; e, principalmente, sobre a intimidade de um casal que, pela conjugação dos destinos, pela originalidade doméstica, pela afeição de que é espetáculo comovente, constitui uma das reminiscências mais enternecedoras da família antiga, a afrontar, impávida, orgulhosa das suas virtudes, a sociedade moderna, cujo edifício assenta, para perdição e delícia nossas, sobre os sete pilares dos sete pecados mortais⁴⁵⁰.

A tese de Humberto, em que o prestígio de Amélia Beviláqua está vinculado ao esposo, ainda ecoa na crítica literária piauiense contemporânea. Diferem desse

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ Idem.

posicionamento, porém, dois outros críticos: Herculano Moraes e Wilson Carvalho Gonçalves. O primeiro, em *Visão histórica da literatura piauiense* (1997, p. 62), chega a declarar Amélia “Uma das mulheres mais importantes da cultura brasileira do começo do século [XX], [...] que não teve ainda sua obra devidamente analisada e conhecida dos seus contemporâneos”. Mais adiante, esse crítico ainda afirma: “Algumas das vozes mais autorizadas da inteligência brasileira manifestaram suas opiniões sobre a grandeza intelectual da notável piauiense”⁴⁵¹, e conclui, incisivamente, “Amélia de Freitas Beviláqua não era apenas a mulher de Clóvis, mas uma das mais fulgurantes inteligências femininas do país, num período de preconceitos e discriminação”⁴⁵². Comentando o respeito que a piauiense conquistara em terras cariocas, Wilson Carvalho Gonçalves (2017, p. 63) afirma: “A escritora piauiense era figura festejada, principalmente como romancista, cujas obras são páginas que enlevam e arrebatam os seus leitores”.

Dentro dessa perspectiva que põe Amélia à sombra de Clóvis, construída pelo texto de Humberto, Algemira de Macêdo Mendes acrescenta:

O crítico esqueceu de acrescentar que a história de vida da escritora, antes mesmo de conhecer o jurista, era um diferencial entre outras mulheres de sua época, se considerarmos as histórias de leituras descrita em alguns de seus livros e as amizades que mantinha com os intelectuais de seu tempo (MENDES, 2006, p. 174).

Entre os intelectuais que renderam admiração às produções de Amélia Beviláqua é possível citar Laudelino Freire, que em 1905 escreveu sua biografia para o *Almanaque do Garnier*. Ainda nesse ano, a escritora foi reverenciada pelo poeta Domingos Joaquim da Fonseca, que no jornal pernambucano *A Província*, de 27 de junho, publicou um conjunto de quadras intitulado “Justa homenagem”⁴⁵³; em 1914, é o piauiense Matias Olímpio quem a homenageia, publicando pela Tipografia Besnard Frères, do Rio de Janeiro, o livro *Uma piauiense ilustre*; e Nestor Victor, que, em 12 de janeiro de 1922, no *O Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou texto elogioso ao romance *Açucena*⁴⁵⁴. Em 1934, ao traçar o perfil dessa escritora piauiense, a revista *O Malbo*, do Rio de Janeiro, imprimindo clichê com a fotografia de Amélia, assim se referiu à sua qualidade como prosadora: “é um grande nome da literatura feminina brasileira. Ao mesmo tempo tem colaborado nas mais notáveis

⁴⁵¹ Idem, p. 65.

⁴⁵² Idem, grifo nosso.

⁴⁵³ “Justa homenagem”, *A Província*, ano 28, n. 142, 27 jun. 1905, p. 1.

⁴⁵⁴ “*Açucena*, de D. Amélia de Freitas Beviláqua”, *O Jornal*, ano 4, n. 914, 12 jan. 1922, p. 2.

publicações nacionais, já lançou à publicidade uma vasta série de volumes, entre os quais avultam vários romances”⁴⁵⁵.

Ainda acerca da polêmica, a análise de Humberto chega a evadir-se do campo estético para demorar-se em cogitações éticas, analisando, por exemplo, o *modus operandi* do casal em adotar crianças, “recebendo-os de pais miseráveis, gente do povo, que mais tarde os vem reaver brutalmente, depois de limpos e vestidos decentemente, para mergulhá-los, de novo, na lama do vício e do crime” (CAMPOS, 1929, p. 2).

O crítico termina por desclassificar a obra, por não ser “uma obra literária, mas um desprezioso manual do sentimento”⁴⁵⁶, e com fina ironia, “Livro de amizade e de intimidade, desperta, naturalmente, em que o lê, um sorriso de afetuosa simpatia”⁴⁵⁷.

Essa “afetuosa simpatia” que Humberto admitia sentir pelo livro não se estendia à sua autora, como prova o *Diário secreto* (1954). Nele o crítico relata um encontro que tivera com a piauiense na Livraria Leite Ribeiro, ocasião em que a escritora anunciara para breve a publicação de *Impressões*, e passa a descrever o perfil de sua interlocutora nos seguintes termos:

Baixa e grossa, vestida sempre de preto, o seu corpo recorda um saco de 1m40, cheio de cocos da Bahia, – tantos são os nós, caroços e saliências que surgem em todos os lados. Cabelos pintados de azeviche, estes lhe escorrem, em fios soltos, pelo pescoço, pela cara, pelas costas, escapando-se de um chapéu de palha preta que mais parece um paneiro velho pousado em cima do saco. Entre o chapéu e os ombros tortos, uma cara morena, olhos negros e estúpidos de gente surda, espantam com um sorriso alarmante a pessoa que se aproxima (CAMPOS, 1954, p. 317).

Ao escrever o *Diário secreto*, Humberto legara à família a sua publicação para o ano de 1950, tempo que o escritor calculara necessário para que as pessoas ali expostas não mais estivessem vivas. A sua leitura é, portanto, uma luz que se lança ao modo como o escritor enxergava os seus desafetos, muitos dos quais tratados na imprensa com alguma cordialidade, mas que nas páginas surdas de um diário a ser aberto no futuro, revelam forte tendência de ridicularizar o perfil alheio. E é ainda em suas páginas que o crítico anota o desconforto de Amélia ao tomar conhecimento do texto publicado no *Correio da Manhã*, e a reação chateada de Clóvis Beviláqua.

A reação de Amélia de Freitas Beviláqua se dera em forma de “Carta aberta” nas páginas do *Jornal do Brasil*, em 5 de abril de 1929. A escritora não difere dos muitos

⁴⁵⁵ “Livros e autores: Vesta”, *O Malho*, ano 36, n. 224, 16 set, 1934, p. 4.

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ Idem.

intelectuais que travaram polêmicas no decorrer dos séculos XIX e XX: após o expediente das credenciais favoráveis e elogiosas do seu desafeto, faz uso da ironia para desconstruir a reputação do crítico. Comentando, por exemplo, os aspectos pessoais com que a crítica de Humberto se ocupara, profere: “depois de folhear meramente o meu pobre livro de *Impressões*, teve a santa paciência de descer ao nosso quintal, examinar as nossas aves, os gatos e os cães. Não viu os passarinhos e as flores...” (BEVILÁQUA, 1929, p. 8). Respondendo ao fato de o autor, como crítico do *Correio da Manhã*, ser o detentor do código, capaz de distribuir o prestígio entre aqueles com que simpatiza e sobre quem escreve, Amélia comenta:

Guardo [...] a moedinha de ouro, muito envenenada, com que o senhor Humberto de Campos me premiou. E guardo-a bem guardada, para sempre, no mesmo escrínio das minhas melhores relíquias. Talvez seja ela o começo da minha derrota, ou (quem sabe?) o talismã para a entrada na mansão das glórias⁴⁵⁸.

Ao comentar o fato de Humberto enxergar a escrita feminina como sem identidade, a piauiense exclama: “o senhor Humberto de Campos, no seu artigo, vai derrapando sempre, como um automóvel sem governo, e toca a dizer mal das brasileiras. Pobres mulheres! De Norte a Sul têm que sofrer injustiça!”⁴⁵⁹, e lembrando que tudo fora desencadeado porque oferecera ao crítico o livro: “Meu Deus! E tudo somente, porque tive a triste lembrança de dar-lhe um presente! Nunca mais!”⁴⁶⁰, e ironiza: “o senhor Humberto reparou no mal, e por que tanto se empenha em deprimir as escritoras brasileiras... Bastava que descarregasse toda a sua má vontade contra mim; as outras nenhum mal lhe fizeram e eu confesso-me criminosa: dei-lhe um livro...”⁴⁶¹. Amélia Beviláqua legitima seu discurso em favor das mulheres citando os nomes de Mary Ann, George Sand, Mme. de Stäel, Emilla Pardo Bazan, Maria Amália Vaz de Carvalho, Carolina Michaelis, destacando Júlia Lopes de Almeida, que “reagindo em face da natureza e da sociedade de um modo particular, a romancista possui um estilo que não é o meu nem o de Maria Eugênia Celso, ou Albertina Bertha, ou qualquer outra”⁴⁶².

A escritora chega mesmo a questionar, ainda com ironia, as próprias qualidades do crítico, que exigia de outrem o que não podia ofertar ao público:

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Idem.

Não me desconsolo, não fico triste, nem deixarei de trabalhar sempre com o mesmo ardor. O que absolutamente não amo é ser parasita. Para consolo de escrever mal, tenho o senhor Humberto de Campos. Até agora não fez este livro magistral, que exige dos outros, e sim, obras vulgares, desvaliosas; mas não se entristeça. Desvaliosa sou eu, é a vida que atravessamos; desvalioso é tudo o que nos cerca⁴⁶³.

E é Amélia quem encerra a polêmica que, tudo indica, não foi respondida por Humberto de Campos em nenhum outro jornal: “O senhor continua no seu mundo de glórias e esplendores, e eu volto, serenamente, à sombra amiga e obscura, porém remansosa e feliz”⁴⁶⁴. O único registro que se tem de uma resposta do maranhense está em seu *Diário secreto*, quando, ao comentar a resposta da piauiense no *Jornal do Brasil*, reitera que *Impressões* seria um “livro de infantilidades” (CAMPOS, 1954, p. 329).

⁴⁶³ Idem.

⁴⁶⁴ Idem.

6 INSTÂNCIAS DE CONSAGRAÇÃO E OUTROS ESPAÇOS NO CAMPO LITERÁRIO PIAUIENSE

Há dois círculos que de maneiras diferentes representam graus de recepção dos trabalhos literários em uma sociedade como a piauiense da metade do século XX. Um, guardadas as proporções, mais amplo; outro, de caráter mais restrito. São estruturas, não por acaso, que atuam nas esferas de distinção, cujas operações são graduadas conforme as relações estabelecidas entre os artistas e entre estes e seus receptores.

O primeiro deles é formado por uma sociedade, ainda que restrita, consumidora direta ou indireta do bem artístico – no caso literário, constituído por sujeitos com formações distintas, onde há concomitantemente a presença de escritores e de não escritores; de comerciantes e de políticos que até certo ponto podem não apreciar o objeto simbólico *en soi*, mas como fração dominante da classe dominante reconhecem e aproveitam a energia criadora desse tipo de ocorrência para interesses individuais ou corporativos – é ele que viabilizará, nos circuitos piauienses, as existências desses escritores, financiando de maneiras variadas, o exercício das letras.

O segundo círculo, logicamente contido no primeiro, está vinculado às instâncias de consagração, formadas, sobretudo no caso piauiense, pelos próprios agentes de construção literária – o que lega ao campo uma circularidade, em certa medida, fechada em si mesma e promove uma estrutura ainda mais hermética. Sua operação tem como ponto de chegada a sagração dos escritores em dois níveis: entre os próprios produtores e entre não produtores do objeto simbólico; como quer Ángel Rama (1972, p. 18), são nessas instâncias que “se organizan los principios formales, los tratamientos temáticos de seleccionados materiales, las ideas sobre el arte, las tradiciones y jeararquías valorativas, y en definitiva una estética y una filosofía”⁴⁶⁵. Esse círculo normalmente tende a reconhecer e sobrelevar os escritores ou os artistas que não se vinculam à “arte ligeira”, mas às manifestações literárias propositivas. Por fim, compreende espaços que legitimam o campo de produção erudita, embora com certa defasagem, e respondem pelo conjunto de instituições capaz de decodificar de maneira satisfatória os instrumentos (re)elaborados desse campo.

Se em um primeiro momento a relação que os escritores estabelecem com o público relativamente amplo do primeiro círculo é a de distribuir capital simbólico, as instâncias do segundo respondem como outro tipo de relação, capaz de sagrar um nome

⁴⁶⁵ Tradução: “se organizam os princípios formais, tratamentos temáticos de materiais selecionados, ideias sobre arte, tradições e hierarquias são organizadas e, finalmente, uma estética e uma filosofia”.

por sanções simbólicas, tornando-o, como é o caso piauiense, cooptável. Nesse sentido, o estatuto da “imortalidade” responde como uma consequência do ser ou fazer alguém consagrado a partir de alguma vinculação oficial em órgãos que detêm prestígio, como academias, sociedades eruditas e/ou agremiações culturais. Há de se acrescentar aqui, ainda, instâncias menores, que cumprem suas funções dentro do campo, representadas por órgãos de colégios e/ou periódicos especializados, alguns dos quais atuando como veículos de difusão das ideias e dos trabalhos desse segmento inferior.

O conjunto de agremiações no campo literário piauiense até 1930, especialmente localizado no circuito teresinense, é, na realidade, de extrema importância no momento em que os circuitos literários piauienses começavam a organizar as suas relações estruturais de produção, difusão e recepção. Estando vinculadas, em geral, a instituições de ensino, seriam essas instâncias os braços de extensão desse sistema (inculcador de códigos e legitimidade) com o meio social. Seus *modi operandi* são fundamentalmente de articulação entre produtores (em instâncias de maior e menor prestígio) e não produtores, o que demonstra as inúmeras atividades desenvolvidas no âmbito público, em organização de concursos, ciclos de conferências e sessões abertas à população. São elas que em alguma medida preparam ou formam, mesmo que dentro de suas sociedades literárias, os receptores e, quiçá, os escritores de amanhã, como de fato tem ocorrido: muitos dos nomes desses grêmios juvenis ingressam, *a posteriori*, em instâncias maiores. Em suma, agem como elos, inculcando nomes consagrados e legitimando aprendizes-de-consagração. Estes seriam os que estão, por assim dizer, margeados do centro do campo, onde se localizam aqueles que detêm maior prestígio – daí o esboço de uma terceira relação, apontada por Bourdieu (2005), estabelecida entre as próprias instâncias de consagração que operam em funções, graus e níveis distintos (dentre os quais o de subordinação).

Não por acaso a compreensão de todas essas operações e relações implica entender com maior completude o funcionamento do campo literário, posto incidir diretamente sobre a formação de um público receptor *sui generis* dos eruditos. A fim de analisar seus mecanismos, Bourdieu ainda subdivide grupos, em observância às suas funções diante dos ganhos simbólicos produzidos: de um lado, o relacionado com a conservação do capital, representado por museus e/ou outros órgãos de salvaguarda de acervo e memória; de outro, aqueles que o sociológico denomina “qualificados”, vinculados geralmente ao sistema de ensino. Se o primeiro cumpre um papel de preservação; o segundo, por sua própria lógica e condição, assegura a “reprodução do sistema dos esquemas de ação, de expressão, de concepção, de imaginação, de percepção e de apreciação objetivamente

disponíveis em uma determinada formação social” (BOURDIEU, 2005, p. 117), quase sempre seletiva. Em suma, seriam estas as instâncias responsáveis pela inserção da “novidade-defasada” em um meio preliminarmente seletivo, definindo ainda como legítima ou ilegítima essa ou aquela obra.

O raciocínio de Bourdieu poderia conduzir a uma ideia de confronto entre o campo de produção erudita e o sistema de ensino pela posse do prestígio ou da legitimidade (que ocorrem de maneiras distintas). Essa refrega no Piauí não encontra eco porque, como se tem dito, não existe um campo de produção erudita, mas de *reprodução*, e sua operacionalização é em muitos aspectos peculiar a essa lógica inicial levantada pelo sociológico. Além disso, não se pode falar em disputas institucionais pela legitimidade do centro do campo, salvo em níveis inferiores margeados (como nos órgãos colegiados) ou as de ordem pessoal (como no caso das polêmicas de fundamentação moral). Isso ocorre por questões diversas e que não deixam de se vincular ao passaporte ou à cotação de determinada *persona* dentro dessa estrutura essencial à sua sobrevivência simbólica e cooptação. Nesse caso, se os poderes agem como juízes, o público maior atua como agente de crédito: quanto maior a atribuição de capital simbólico, maior será o lucro adquirido pelo prestígio. Portanto, em termos institucionais no Piauí, em que o prestígio é também compartilhado coletivamente, a “hierarquização das legitimidades” ocorre de maneira muito pacífica e a duração do “processo de canonização” de um nome ou obra também “depende diretamente da medida em que sua autoridade é reconhecida e capaz de impor-se de maneira duradoura” (BOURDIEU, 2005, p. 122).

O que normalmente na operação haveria de defasagem temporal entre os artistas do campo e as instâncias de consagração, no Piauí da República Velha inexistiu, afinal, a ele não se aplica a lógica do *continuum* de (re)significações, acentuado à medida que esse campo estabelece maiores vínculos de dependência externa, apesar de seus membros, organizados em grupos, cerrarem-se em sociedades de elogio mútuo: “reconhecem exclusivamente a autoridade do grupo de pares, reduzido quase sempre, inclusive nas atividades científicas, a uma igreja ou a uma seita”, por essa razão, “mostram-se resistentes e reticentes até reconhecerem a autoridade institucional que o sistema de ensino (enquanto instância de consagração) opõe às suas pretensões concorrentes” (BOURDIEU, 2005, p. 126).

No espaço piauiense, porém, o reconhecimento das aferições de legitimidade do sistema não foi um processo tumultuado e o envolvimento entre instâncias de salvaguarda da memória literária uma circunstância muito salutar. Talvez por isso haja a inter-relação de membros da instância maior oficial (a Academia Piauiense de Letras) com as instâncias

menores que a margeiam, atuando ora como presidentes de honra em eventos públicos organizados por essas agremiações secundárias ora com a participação concomitante de escritores desses diferentes níveis em veículos de imprensa de toda ordem.

Dessa maneira, e pensando o problema pelo olhar do campo de reprodução erudita, a operação ocorre de forma peculiar, posto essas instâncias serem criadas no rol dos próprios escritores do campo, projetando-se nela uma espécie de retroalimentação e “autossagração”. No sistema escolar, por exemplo, muitos são os escritores sagrados no meio piauiense que atuam como professores⁴⁶⁶ e são eles, ainda, que incentivam a criação dos grêmios estudantis literários, daí o patronato direto ou indireto, neste caso, em favor de um amigo a que se deve ou que necessita de favores políticos, ou ainda, em uma circunstância mais ideal e menos pragmática, por reconhecimento de mérito literário, que é medido e sentido conforme o grau de instrução ou dependência dos que estão inseridos e participam das articulações simbólicas do campo.

Além disso, dentro dos circuitos específicos aqui investigados, pode-se ainda auferir graus maiores de distinção e legitimidade dentro do mesmo grupo, tornando mais reduzido o grupo que já era restrito sob a proteção da oficialidade. É o caso da Academia Piauiense de Letras e, como desdobramento, outras “corporações literárias” que, não sendo agremiações de colégios, surgiram de maneira alternativa e se situam em uma posição mediana e subalterna, com o fim de tornar estatutárias as atividades literárias de seus membros, daí a condição de “aprendizes-intelectuais”.

Há em todo esse quadro associativo um efeito de outorga, que em circunstâncias ideais tem o poder de consagrar, em caráter definitivo, os escritores nele inscritos, elevando seus nomes no grande mercado dos bens simbólicos e cuja circunstância de “imortalidade” demonstra suas existências para muito além do mero grupo originário, enquadrando-os ainda vivos. Essa é a regra do jogo, nas camadas seletivas do cânone.

⁴⁶⁶ É o que demonstra o quadro de vinculações desses escritores com algumas instituições de ensino, dentre as quais aquela mais importante do período, o Liceu Piauiense. Pelo menos desde o século XIX há notícias da atuação de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, de Davi Moreira Caldas e Anísio Auto de Abreu como lentes da instituição, o primeiro ministrando as disciplinas de Retórica e Arte Poética, o segundo, geografia, e o terceiro, Retórica. Ao longo das três primeiras décadas do século XX o mesmo se repete: os escritores citados neste estudo, estavam João Pinheiro, que 1902 a 1931, por nomeação, vinculou-se ao ensino de Português; Lucídio Freitas, interino, lecionou em 1912 a disciplina de História Universal e do Brasil; Augusto Ewerton e Silva, no mesmo ano, Inglês; Cristino Castelo Branco, interino, ficou com Francês e Alemão, também em 1912; Benjamim de Moura Batista, de 1918 a 1931, como catedrático, ministrou Geografia; nos anos de 1910, Nogueira Tapetí, por nomeação, assumiu inúmeras disciplinas, História da Filosofia, Psicologia e Lógica; Raimundo de Arêa Leão, de 1927 a 1931, como interino, esteve à frente da Geografia; de 1929 a 1931, Emílio Falcão Costa, como catedrático, assumiu Química; Benedito Martins Napoleão, também catedrático, entre 1930 e 1931 foi professor de Gramática; em 1931, Joel de Oliveira, interino, Escritação; etc.

Como se pode depreender, o surgimento dessas instâncias traz consigo um novo capítulo para a história do campo literário piauiense, que assiste a uma reestruturação nos e entre circuitos, subdividindo esferas e seus autores em dominantes, ou consagrados, e dominados, os não consagrados – um centro e sua periferia, aqui identificada, ainda mais uma vez, nos discursos dos sócios da própria Academia Piauiense de Letras, referenciada, sobretudo, como a “casa de sonho e de glória” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 70).

6.1 A Oficina Literária José Coriolano e o Clube Literário 12 de Outubro

Há registros na história da literatura piauiense da fundação de agremiações com fins literários ainda no século XIX, como a Sociedade Literária, em Teresina, em 1877, bem como o Clube Estudantil, criado entre os anos de 1882 e 1883, e a Sociedade Minerva Literária, que no ano de 1883 lançou e manteve por pouco tempo o periódico *O Porvir*, impresso pela tipografia do jornal *A Época*⁴⁶⁷. Para o ano de 1890, Cláudio Bastos (1994) dá notícia ainda da existência do Clube Republicano de Artistas, mantenedor do jornal *O Trabalho*. Por essa mesma época, outras instituições de fomento cultural existiram na sede administrativa do estado, como a Sociedade Dramática 7 de Setembro, o Recreio Juvenil, que, posteriormente, se tornaria, ainda nesse século, a Sociedade Concórdia, vinculada ao campo teatral. Outras iniciativas, de caráter beneficente, também foram instaladas: Harmonia Teresinense, Clube Humanitário e Garantia Mútua.

O certo, porém, é que apesar de essas ações terem sido variadas e relacionadas ao fomento cultural, não duraram muito tempo, assim como os jornais de caráter literário, a citar aqueles dirigidos pelo poeta Taumaturgo Vaz, *Prometeu* (1883) e *A Bala* (1883), Chaves Júnior, *Lâmpada* (1882), *Harpa* (1884), *Tribuna* (1888) e *O Trabalho* (1890), tendo sido também redator do penúltimo o poeta piauiense Licurgo de Paiva, que, por sua vez, fundou outros três jornais de existência efêmera: *A Província do Piauí* e *O Despertar*, ambos de 1872, e *Jornal dos Moços*, em 1880. O mesmo pode-se dizer do poeta Anísio Auto de Abreu, com *O Arbusto* (1875). Raimundo Furtado (1905, p. 11), em seu relato à edição de número 29 da revista *Andorinha*, confirma essa efemeridade dos periódicos literários até então existentes no Piauí: “Há muitos anos em Teresina a rapaziada faz circular jornais vários, em pequenos formatos, mas nenhum outro pôde conseguir vencer um ano”.

⁴⁶⁷ Cláudio Bastos (1994) registra dois anos para a fundação desse periódico, sem distingui-los em fase: 1883 e 1894. Opta-se pelo mais recuado, posto que a tipografia em que imprimia seus exemplares, vinculada ao jornal *A Época*, existiu entre os anos de 1878 e 1889, quando então esse periódico deixou de existir, sendo substituído pelo jornal *Fiat Lux*.

Esse ciclo de fundações de órgãos e suas consequentes falências muito denuncia as condições da estrutura do campo cultural do Piauí oitocentista, ajudando a entender a razão de sua literatura ter sido, nesse período, em medida significativa, deslocada. Resistentes e decididos em dotar o espaço com uma estrutura mínima à formação de um campo artístico, muitos desses homens de letras mantiveram firmes seus objetivos, apostando inicialmente em núcleos de produção e recepção mútua. Como a estrutura política e ideológica incidia diretamente na constituição dessas instituições, pouco a pouco foram surgindo diferentes grupos e distintas vinculações, que encontravam na imprensa um de seus canais de comunicação. Essa é uma das razões que ajuda a explicar a profusão (mesmo efêmera) de veículos de imprensa entre sociedades ou mesmo instituições que, em princípio, não tinham conexão alguma com o exercício literário, mas cumpriam funções diferentes no campo – além do registro, era preciso comunicar, tendo o público, ainda que pequeno, como uma instância de sagração.

Inaugurando o século XX, é fundada, em 21 de julho de 1902, a Oficina Literária José Coriolano, sociedade criada em Teresina para homenagear o poeta piauiense José Coriolano de Souza Lima. A agremiação teve como primeiro presidente o escritor Abdias Neves. Dentre outros membros estava Mário José Batista.

Mantinha um órgão de divulgação na imprensa piauiense, circulando em Teresina: a revista mensal *A Pena*, cujo primeiro número foi a lume no dia 17 de agosto de 1902, impressa nas oficinas tipográficas do jornal *O Artista*. Inaugurando de certa forma a publicação literária nesse século, a revista tinha 16 páginas, posteriormente passou a ter 8, e trazia em sua capa um sumário. Dentre os escritores que estrearam as suas páginas, Jonas da Silva, Daniel Paz (na época com 17 anos), Raul Nei, Abdias Neves, João Pinheiro, Mário Batista, Antônio Silva, Higino Cunha, Raimundo Furtado, Totó Rodrigues e Benedito Lemos. A ausência de fontes não permite definir o tempo de duração dessa agremiação, embora possa ser atribuído a ela o marco inaugural desse tipo de instituição no século XX.

Mais tarde, em 12 de outubro de 1904, surge o Clube Literário 12 de Outubro. A data, como explicada no número 29 da revista *Andorinha*, que o órgão manteve durante os anos de 1905 e 1906, é alusiva àquela que, em 1492, Cristóvão Colombo teria alcançado pela primeira vez o território americano. Logo, revestiam-se também seus articuladores como desbravadores culturais dessa nova terra que se descortinava aos olhos piauienses, o século XX. Mais ainda, era de suas ambições seguir certos objetivos, como conduzir o meio em que seus filiados estavam inseridos à instrução, em especial a mocidade – resquício da função conativa que desempenhava a imprensa, principalmente no século XIX.

Com essa bandeira os membros do Clube, que permaneceria por algum tempo como única sociedade literária de Teresina, reconheciam ainda o poder da instrução como forma de transformar a sociedade piauiense, alocada em uma “esquecida porção do colossal país que amamos”⁴⁶⁸. O curioso dessa sociedade de letras no início do século XX é a presença de mulheres, prática não comum, pelo menos nos veículos de imprensa, nos quais agora passaram a ganhar notoriedade como intelectuais em seu primeiro momento. Percebe-se, com o acréscimo desse dado, que a produção da escrita feminina, ou mesmo a sua participação ativa na vida literária piauiense, estava atrelada a agremiações de cunho cultural muito antes de suas participações em veículos de imprensa. Aliás, a própria integração a órgãos de cultura como esse era um ingresso seguro à vazão de produções literárias, fato que ocorria em veículos mantidos por essas mesmas instituições de fomento cultural.

Nesse ponto em específico, eram os nomes de Totonha Silva, Odete Menezes, Francisca Montenegro e outras mais que ladeavam com os do já consagrados Abdias Neves, João Pinheiro e Da Costa e Silva (nessa época assinando como “Costa e Silva”), sem prejuízo de suas leituras, posto que muitas vezes elas ocupavam até mesmo mais espaço do que os referidos homens de letras.

A leitura cronológica dos veículos de imprensa no Piauí, a propósito, permite concluir que o século XX surge no estado com a mudança de alguns paradigmas que não estavam muito bem configurados no século XIX, e um deles é justamente a inserção da mulher como produtora de conteúdo literário, consciente de seu papel e inserida na vida literária piauiense.

A escassez de fontes no Piauí não permitiu montar um quadro integral das diretorias que se revezaram ao longo da história do clube, sabe-se, porém, que em 1905 ele esteve presidido pelo escritor e jornalista Esmaragdo de Freitas e Sousa, que na época contava 18 anos, e pelo poeta Benedito Pestana, seu vice-presidente, com 21 anos de idade. Esmaragdo de Freitas, mais tarde, teria sua presidência substituída pela de Raimundo Gil da Silva Santos, ficando ele na vice-presidência.

6.2 A Arcádia dos Novos

Inspirada em associações congêneres e de mesmo título fundadas nos anos de 1910 no Brasil, a Arcádia dos Novos, no Piauí, foi uma das agremiações literárias que encontrou

⁴⁶⁸ 12 de Outubro, *Andorinha*, ano 1, n. 29, p. 2.

eco na imprensa piauiense e nacional – também chamada, na época, “Academia dos Novos” e “Arcádia Piauiense dos Novos”. Alguns de seus membros se tornaram efetivos colaboradores de folhas periódicas que conquistaram em especial o circuito piauiense nos anos de 1920. É o caso do sonetista, hoje esquecido, Alves de Souza, e de J. Matos, ensaísta e poeta, redator da Agência Americana em 1926, ambos colaboradores do jornal *O Arrebol*.

Suas atividades não se resumiam ao exercício e promoção das letras, também incidiam no *status quo* estudantil, articulando concursos e audiências públicas em clubes e salas de cinema. A Arcádia era responsável por eleger as rainhas estudantis de Teresina, bem como os príncipes dos poetas e prosadores piauienses⁴⁶⁹, acontecimentos que ganham palco no Clube dos Diários. Nota de 1928, no *Jornal do Comércio*, de Manaus, revela um desses encontros culturais realizado no Cinema Olímpia, na capital teresinense, com direito a declamação dos poetas Celso Pinheiro, Moura Rego e Ribeiro Soares⁴⁷⁰.

Suas solenidades, que também ocorriam na sede do então Instituto Coelho Rodrigues e no Teatro 4 de Setembro, observavam datas cívicas e conseguiam reunir importantes figuras do meio político piauiense, como o próprio governador.

Entre os membros estavam J. Matos, Paulo Guimarães, A. Lisboa Rodrigues, Alves de Sousa e Rui Maranhão. Alguns de seus membros, seguindo a linha dos escritores piauienses do início do século XX, também encontraram audiência em periódicos de outros estados. Entre eles estão o sonetista Alves de Sousa, colaborador do jornal ludovicense *Pacotilha*⁴⁷¹; e Rui Maranhão, cronista que publicou alguns textos na revista ilustrada carioca *O Malbo*⁴⁷².

Adrião Neto (1995) atribui a fundação da Arcádia dos Novos ao ano de 1922, todavia em sua edição de 19 de setembro de 1918 o jornal *O Arrebol* assim o diz, quando do anúncio do livro de um dos membros da agremiação: “O distinto jovem A. Lisboa Rodrigues, uma das figuras em destaque da *Arcádia dos Novos recentemente criada entre nós*, teve a fineza de oferecer-nos um exemplar do seu primeiro livro há pouco publicado, intitulado *Dona*”⁴⁷³. Fundada, pois, em 1918⁴⁷⁴, há notícias de que manteve suas atividades até por volta de 1929, sendo, portanto, contemporânea dos primeiros dois anos do Cenáculo Piauiense de Letras.

⁴⁶⁹ Em 1928 foram eleitos João Pinheiro e Celso Pinheiro príncipes da prosa e da poesia do Piauí, respectivamente. Nesse mesmo concurso, segundo *O Jornal* (ano 10, n. 2.973, 7 ago. 1928, p. 8), do Rio de Janeiro, foi eleita rainha dos estudantes do Piauí a aluna Iara Neves, filha do romancista Abdias Neves.

⁴⁷⁰ Cf. “Os Estados: O Piauí”, *Jornal do Comércio*, Manaus, AM, ano 25, n. 8.478, 11 ago. 1928, p. 1.

⁴⁷¹ P. ex. “Ao som dos remos”, *Pacotilha*, ano 42, n. 55, 7 mar. 1923, p. 4.

⁴⁷² P. ex. “A história da Ponte Velha..”, *O Malbo*, ano 28, n. 1.417, 9 nov. 1929, p. 51.

⁴⁷³ “Dona”, *O Arrebol*, ano 4, n. 11, 19 set. 1918, p. 2.

⁴⁷⁴ A. Tito Filho (19178) também atribui ao ano de 1918 a fundação dessa sociedade literária.

6.3 A Academia Piauiense de Letras

Quando Lucídio Freitas promoveu no jornal *Diário do Piauí* o primeiro diagnóstico da situação literária piauiense de então, convidando para o debate vinte personalidades da intelectualidade do estado, notórias foram algumas questões que, sem dúvida, despertaram no jovem intelectual uma preocupação: a inserção do Piauí no cenário das letras brasileiras: “Julgo dever meu, dever de todo filho desta terra fecunda em engenhos brilhantes, [...] chamar a atenção da crítica nacional e mostrar ao país inteiro toda a pujança da nossa vida intelectual, ardente, brilhante, intensa” (FREITAS, 1912, p. 1). Mais do que uma meta, era com esse objetivo que o escritor se propunha a organizar a própria coluna, num claro trabalho de arrancar os nomes dos literatos piauienses “dos arquivos empoeirados da imprensa periódica e mostrá-los aos nossos contemporâneos, chamando sobre eles a justiça da crítica histórica”⁴⁷⁵. Somada a essa preocupação com a história literária do Piauí, Lucídio expressou inquietação com a sua contemporaneidade. Não por acaso, três quesitos do inquérito que promovera se relacionavam a esse problema, o 2º (“Que papel representa o Piauí no atual momento literário do país?”), o 4º (“É promissora a nova geração? Quais os seus principais representantes?”) e o 5º (“Atravessamos uma época de estacionamento intelectual?”). Assim, o organizador da coluna não só dava atenção às personalidades do passado como também lançava luz sobre as do presente.

Ao encontro do esforço de Lucídio Freitas em dar notícia do que se produzia então de literário nas terras piauienses, encontra-se o texto de Antônio Lopes, publicado originalmente no *Diário Oficial* do Maranhão, daquele mesmo ano, em que o escritor maranhense, afeito aos colegas literatos piauienses, sob o título “Variações literárias”, dá notícia do que se produz no campo simbólico do Piauí. Esse texto repercute na imprensa de Teresina, poucos dias depois do artigo de Lucídio. Dos piauienses citados, o crítico fala de três poetas simbolistas, que fizeram carreira fora do estado: Da Costa e Silva, Félix Pacheco e Jonas da Silva. Do primeiro, comenta a obra *Sangue*, do segundo, *Mors amor*, e do último, *Ublanos*. O nome de João Pinheiro também surge na lista, a propósito da obra *Solar dos sonhos*, assim definido: “É um poeta deveras apreciável com os seus processos impressionistas que relembram com propriedade a poesia baudelairiana” (LOPES, 1912, p. 1). Antônio Chaves, Celso Pinheiro, Alcides Freitas e Zito Batista também são revelados no texto, bem como Abdias Neves, este de maneira destacada, com seus trabalhos *Um manicaca*, *A guerra do Fidié* e *A psicologia do cristianismo*. Com tais produtos literários, diz Lopes

⁴⁷⁵ Idem.

que Abdias Neves não é “um escritor para o Piauí, por mais que ele se orgulhe da sua terra. É um espírito que, pela fina cultura e pelo quilate, ilustraria os meios mais adiantados do país”⁴⁷⁶, assim como os iguais casos de Clodoaldo Freitas e Higinio Cunha. Ainda sobre os novos, Esmaragdo de Freitas e Correia Lima são tidos como fortes manifestações literárias piauienses. Dos antigos, é o nome do poeta Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco o único citado.

Apesar da coluna de Antônio Lopes, recebida com tanta simpatia pelos editores do *Diário do Piauí*, não eram muitos os críticos e escritores que reconheciam os nomes literários piauienses fora do estado, problema evidenciado e reconhecido pelos próprios intelectuais do Piauí. Notórias são as respostas colhidas por Lucídio acerca desse assunto, essenciais a se entender a consciência intelectual da época, bem como os problemas que estavam relacionados à apatia literária do espaço quanto ao restante do país. José Euclides Miranda, o primeiro entrevistado, acreditava que “O piauiense pelas suas condições climáticas, de inteligência, etc., tem inclinação natural para a vida do campo” (EUCLIDES, 1912, p. 1). Esse mesmo argumento retornaria, de maneira ampliada, por João Pinheiro, um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras, no proêmio de sua *Literatura piauiense: esboço histórico* (1938), quando, ao introduzir ser “relativamente pequena, quase apagada, a contribuição piauiense ao grande certame da literatura nacional” (PINHEIRO, 2014, p. 11), assim avaliava:

Preocupados ou absorvidos pelas duras contingências da vida material, dificilmente superáveis em meios tão *combalidos pelas mais extremadas vicissitudes climáticas* como o nosso, ou obcecados por antigas idiosincrasias partidárias, sem quase nenhuma via de comunicação com o resto do país de que viviam segregados pelo abandono dos poderes públicos, os nossos antepassados persistiram por longos, imemoráveis anos numa criminosa, impassível indiferença, pelo que se referisse ao mais insignificante e rudimentar cultivo intelectual (PINHEIRO, 2014, p. 11).

O fator de isolamento da produção literária do Piauí em relação às demais unidades federativas, especialmente o Rio de Janeiro, é analisado por Clodoaldo Freitas, ainda no inquérito de Lucídio Freitas, como fruto da própria crítica, que estava ocupada apenas com as produções do sul, “desconhecendo completamente a exuberância da vida intelectual do norte” (FREITAS, 1912a, p. 1). Essa visão faz jus ao posicionamento de Sílvio Romero, que censurava a sociedade de elogio mútuo que se instalara na intelectualidade brasileira de então.

⁴⁷⁶ Idem.

Tal realidade não estava presa apenas aos assuntos culturais como também econômicos. As diferentes atenções dadas pelo governo federal em relação ao sul e ao norte do Brasil eram, por certo, assunto de ordem, pelo menos na imprensa piauiense, que reivindicava do poder executivo federal uma maior atenção. Comentando matéria publicada por “um piauiense”⁴⁷⁷ no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 1911, a edição de número 16, de 14 de março desse mesmo ano, do *Diário do Piauí*, destaca o seguinte contraste: “está ao alcance de todos essa não pequena disparidade que se patenteia entre a região do norte e a do *meio dia* da pátria brasileira, disparidade essa que se salienta sobretudo, quanto ao desenvolvimento material das duas zonas”⁴⁷⁸, e segue: “Enquanto o sul progride e aceleradamente marcha numa evolução progressiva que se manifesta cada vez mais intensa e mais acentuada em todos os sentidos, o norte, [está] entregue às suas próprias forças”⁴⁷⁹; e mais adiante expõe a antítese: ao sul, prospera “toda a intensidade da civilização com os seus proventos e benefícios e todos os privilégios e regalias dispensados pelos poderes públicos do estado”⁴⁸⁰, ao norte, vingam “com pequenas exceções, o atraso, o abandono, o esquecimento e essa luta infernal e titânica com as asperezas de uma natureza ingrata que abate, enfraquece e aniquila as energias individuais”⁴⁸¹. Estavam, portanto, isolados os intelectuais do norte, que, na concepção do escritor Mário José Batista (1912, p. 1), outro entrevistado por Lucídio, muito tinha a ver com as dificuldades de acesso às cidades nortistas: “Nós, colocados aqui fora da civilização, pela dificuldade de transporte, recebemos, muito mais do que seria para desejar, o influxo dos meios externos, sem lhes transmitir a mínima parcela do que produzimos”.

Ainda a respeito do diagnóstico de “O Piauí Intelectual”, Higinio Cunha, o sétimo entrevistado, ao constatar a falta de repercussão das obras piauienses fora das fronteiras do estado, atribuía à imprensa no Piauí um estágio em vias de evoluir, pois que naquelas circunstâncias de 1912, ainda refletia “o nosso atraso, é mal vista além das nossas fronteiras” (CUNHA, 1912, p. 1). Para esse entrevistado, aliás, somente quatro nomes das letras piauienses eram representativos para o Brasil, e isso porque muito cedo deixaram a terra e fizeram seus nomes em outras unidades federativas, os poetas Jonas da Silva, Félix Pacheco, Da Costa e Silva e Taumaturgo Vaz – o primeiro e o último, no Amazonas, o segundo e o terceiro, no Rio de Janeiro. Importante destacar que a visão de Higinio Cunha

⁴⁷⁷ Provavelmente o poeta e então redator da folha Félix Pacheco.

⁴⁷⁸ “Norte do Brasil”. Matéria não assinada, provável editorial, *Diário do Piauí*, ano 1, n. 16, 14 mar. 1911, p. 1.

⁴⁷⁹ Idem.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Idem.

acerca desses quatro poetas se repete ao longo do quadro de entrevistas, onde um desses nomes acaba sempre associado aos demais.

O discurso desse escritor acerca da imprensa no Piauí, não por acaso, se tornou uma constante no meio intelectual, pelo menos no instalado em Teresina. Em 23 de junho de 1911, por exemplo, na edição de número 94, do *Diário do Piauí*, em carta aberta a Faustino, Durval Júnior (pseudônimo do escritor Jônatas Batista) diagnostica a situação da literatura no estado e afirma: “a nossa imprensa, se é que a temos, é, em grande parte, a causadora do imenso mal que nos aniquila” (DURVAL JÚNIOR, 1911, p. 1), e mais adiante, sobre os jornais que então se publicavam em Teresina, “Não há neles uma seção de modas, não se encontra uma crônica, não se nota um concurso elegante, e a Arte foge deles até na parte material que é detestável”⁴⁸².

Jônatas voltaria a tocar no assunto em 1912, ainda sob a rubrica de Durval Júnior, desta vez em carta endereçada a Simplício Mendes. Após lembrar o primeiro ano de existência do *Diário do Piauí*, folha que, como se tem dito, vinha abrindo espaço para a produção intelectual dos escritores piauienses (em especial os que competiam ao circuito de Teresina), a personagem de Batista afirma: “Entre nós, particularmente, poucos leem o jornal, maximé quando este não explora o veio inesgotável dos ódios e das descomposturas baixas” (DURVAL JÚNIOR, 1912, p. 1). Tal discurso se contrapõe aos esforços que na época empreendiam alguns intelectuais piauienses em fundar e manter periódicos estritamente literários, como *Cidade Verde*, de Zito Batista, seu irmão, e *Litericultura*, de Abdias Neves, Matias Olímpio e Simplício Mendes, daí o direcionamento da carta.

Em 1920, em seu discurso de posse na sede da Academia Piauiense de Letras, Matias Olímpio retoma essa mesma problemática, que parecia ainda em curso: “A nossa exuberância mental desperdiça-se a granel em revistas e jornais, infelizmente sem a menor repercussão fora das nossas extremas”, e conclui: “Morrem num limitado número de leitores. Perdem-se sem deixar traços no espírito dos contemporâneos” (OLÍMPIO, 1921, p. 7). Quanto a esse problema, é Durval Júnior quem atribui, ainda em 1912, a única forma de mudança dessa conjuntura à vinda de um messias, capaz de atenuar a diferença entre as literaturas do norte e a do sul: “Quando surgirá, pois, o novo Messias, cujo poder seja capaz de dizer à literatura de nossa terra o célebre *levanta-te e caminha* tão preciso no atual momento?”⁴⁸³.

Lucídio Freitas bem poderia ser esse messias para o Piauí de que fala o pseudônimo de Jônatas Batista, tanto quando idealiza a fundação da Academia Piauiense de Letras como

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Idem.

também, antes, preocupado com o isolamento das terras do norte, integra-se entre os intelectuais nortistas que em 1914 fundam, sob os auspícios de seu maior representante na época, o escritor maranhense Coelho Neto, o periódico *Revista do Norte*, cujo objetivo era levar para o sul e o restante do país as produções literárias dos homens de letras que compunham o lado mais esquecido da nação. Apesar de denominada “do Norte”, a revista era na realidade produzida e escrita pelos nortistas que residiam no Rio de Janeiro e que, de alguma maneira, contribuíram para a divulgação das letras de seus estados⁴⁸⁴. Ao lado de Lucídio, que na época também residia na sede da república, estavam os nomes de Luciano Pereira, Lauro Sodré, Carvalho Guimarães, Torquato Moreira, Júlio Leite, Joaquim Pires, Leôncio Mousinho, Oscar Lopes, Goulart de Andrade, Hermes Fontes, Augusto dos Anjos, entre outros.

Lucídio experimentou a vida literária de dois importantes estados, Rio de Janeiro e Pará. Em terras cariocas, se viu absorvido por outras agremiações e periódicos literários – bem como cafés e salas como as de Coelho Neto –, e foi nesse espaço que se fez lido em importantes revistas cariocas como *Fon Fon*, *Ilustração Carioca*, *Revista das Revistas*, desfrutando de amizades como a de Mário Pederneiras⁴⁸⁵ e de Olegário Mariano⁴⁸⁶. Já no Pará esteve como 1º secretário da Sociedade dos Homens de Letras, em Belém⁴⁸⁷, atuando como poeta, articulista e crítico literário no jornal *Estado do Pará*⁴⁸⁸, e colaborador da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará⁴⁸⁹. Ainda em terras paraenses fundou a revista *Efemeris*, entre os anos de 1919 e 1920, considerada “uma das primeiras manifestações do

⁴⁸⁴ É válido destacar que o discurso que dividia o Brasil em duas regiões, Norte e Sul, estava em voga no tempo. O conceito de “pan-regiões”, criado pelo general alemão Karl Haushofer, dando origem à geopolítica, mais tarde serviria de base às cinco regiões geopolíticas que, “mais tarde, os sociólogos e os tecnocratas dividiriam esta nossa América afro-índio-lusitana” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 15).

⁴⁸⁵ A esse poeta carioca, Lucídio Freitas dedicou o soneto “Ânsia” (*Fon Fon*, ano 8, n. 10, 7 mar. 1914, p. 46).

⁴⁸⁶ A esse poeta pernambucano, Lucídio Freitas dedicou um conjunto de sextilhas sob o título “Pela volúpia da tarde” (*Fon Fon*, ano 9, n. 21, 22 mai. 1915, p. 25).

⁴⁸⁷ “Sociedade dos Homens de Letras”, *Estado do Pará*, ano 5, n. 1.740, 18 jan. 1916, p. 1.

⁴⁸⁸ Chama atenção o envolvimento de Lucídio Freitas como os intelectuais paraenses: na edição de 8 de julho de 1917, são publicados dois sonetos, um de Lucídio (“À minha sombra”), dedicado ao poeta paraense Tito Franco de Almeida, e outro deste (“Almas contrárias”), dedicado a Lucídio Freitas (*Estado do Pará*, ano 7, n. 2.251, 8 jul. 1917, p. 1). Mais tarde, quem dedicará poema ao piauiense nas páginas desse periódico será o poeta Albano Vieira, conjunto de quartetos sob o título “Elogio do orvalho”, em duas edições consecutivas: de 24 de julho e 25 de julho de 1917 (*Estado do Pará*, ano 7, n. 2.267, 24 jul. 1917, p. 1; *Estado do Pará*, ano 7, n. 2.268, 25 jul. 1917, p. 1, respectivamente). Foi ainda nesse jornal que o livro *Vida obscura*, do piauiense, foi ensaiado por Tito Franco, em duas edições, de maneira destacada, ocupando quase toda a capa das edições do impresso (parte 1, *Estado do Pará*, ano 7, n. 2.342, 7 out. 1917, p. 1; parte 2, *Estado do Pará*, ano 7, n. 2.344, 9 out. 1917, p. 1). O mesmo se deu ao crítico Oswaldo Orico, em “Sobre o túmulo de Orfeu” (*Estado do Pará*, ano 11, n. 3.689, 19 jun. 1921, p. 1) e, em publicação cearense, Paixão Filho, com “Vida obscura” (*A Luta*, ano 5, n. 212, 29 mai. 1918, p. 1). Logo após a morte do poeta, fato ocorrido em 14 de maio de 1921, Raimundo Moraes publicou, no *Estado do Pará*, artigo que traça o perfil intelectual do piauiense, sob o título “Lucídio Freitas” (*Estado do Pará*, ano 11, 3.668, 29 mai. 1921, p. 1); do Rio de Janeiro, também se manifestou Jefferson Pereira, assinando crônica que relata um trecho da vida literária de Lucídio Freitas em Pernambuco, sob o título “Lucídio Freitas” (*A Rua*, ano 8, n. 123, 31 mai. 1921, p. 3).

⁴⁸⁹ **Apêndice V:** Produções de Lucídio Freitas em periódicos brasileiros (1912-1921).

modernismo no Brasil”⁴⁹⁰, conforme informou ao *Diário Carioca*, de 1952, um dos membros da Academia Brasileira de Letras, o contista e ensaísta Peregrino Júnior, que mais adiante conclui:

Tanto isso é verdade que, nessa revista, de que saíram cinco ou seis números, foram publicados vários poemas de versos livres. Este movimento, que passou inteiramente despercebido, não pode ser esquecido, e deve ser incorporado à história do movimento modernista brasileiro”⁴⁹¹.

Efemeris contava ainda na redação com os nomes de Tito Franco, Andrade Queiroz e Dejad de Medonça. Além de incentivar a renovação das letras nacionais, movimento que sem dúvida antecede em alguns anos a Semana de Arte Moderna de São Paulo, foi ainda por meio de suas páginas que se divulgou com grande destaque no Brasil a poesia de Emile Verhaeren, ícone da poesia modernista⁴⁹². Essa vivência em um meio intelectual mais desenvolvido, artisticamente tutelado pela corrente futurista de Marinetti, fez com que, em sua volta ao Piauí, o jovem intelectual aspirasse à reunião dos homens de letras de seu estado em torno de um só ideal, a fundação de uma Academia de Letras, incentivando assim, a partir de um núcleo intelectual, o desenvolvimento de uma vida social e literária no Piauí, coisa que já vinha sendo ensaiada no final do século XIX por figuras como Higinio Cunha, este influenciado pela vivência adquirida a partir de 1878 junto às sociedades literárias de São Luís, no Maranhão, como estudante do Liceu desse estado e, principalmente, pela experiência adquirida de formação intelectual na Faculdade de Direito do Recife, como discípulo de Tobias Barreto. Assim também o fora Anísio Auto de Abreu, intelectual piauiense que, no início do século XX, ao lado de José Veríssimo e Medeiros e Albuquerque, como demonstra Arnaldo Saraiva em seu *Modernismo brasileiro e modernismo português* (2004), atuou na polêmica travada entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro em torno do Projeto do Código Civil.

As várias tentativas de fundação de uma Academia no Piauí foram lembradas por João Pinheiro, em *A academia piauiense de letras* (1940), bem como por Higinio Cunha, que em discurso de recepção a Matias Olímpio nesse silogeu, em 1921, recordou a importância de Lucídio para que o projeto de fundação, enfim, vingasse: “um belo dia, aportou às nossas plagas um jovem piauiense, lídimo cultor da poesia moderna com os seus mais

⁴⁹⁰ “Trigésimo aniversário da Semana de Arte Moderna: Peregrino Júnior: fui apenas um torcedor do modernismo”, *Diário Carioca*, ano 25, n. 7.311, 4 mai. 1952, p. 18; 22.

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² Ainda no Pará participou da fundação da revista *Paraobra*, em 1919, assinando artigo de apresentação do periódico, e colaborou com a revista *Athena*.

fulgurantes impulsos ideais e conseguiu congregiar temerários convictos que foram os fundadores da Academia Piauiense de Letras” (CUNHA, 1921, p. 30), e mais adiante, citando *ipsis litteris* a figura do jovem poeta, completa: “Lucídio Freitas foi o gênio alvissareiro que representou em Teresina o papel de Lúcio de Mendonça no Rio”⁴⁹³.

Se, além de idealizador, foi Lucídio quem “redigiu os atos constitutivos da novel sociedade literária” (FREITAS, 1997, p. 6), e nesses atos rezava como principal objetivo a promoção e o cultivo da língua portuguesa, o estudo e, principalmente, o desenvolvimento da literatura piauiense “dentro da unidade de espírito da cultura brasileira” (SOARES, 2015, p. 38), não é de estranhar o papel que exercera, no já distante ano de 1912, o diagnóstico da coluna “O Piauí Intelectual” em sua consciência, a ponto de creditar à Academia o dever de inserir a literatura do seu estado em um circuito nacional – problemática esta levantada, inclusive, na “Advertência” do primeiro número da *Revista da Academia Piauiense de Letras* (1918, p. 3): “O nosso olvido pelas coisas piauienses concorre para que sejamos esquecidos dentro do país, de forma que os geógrafos e os historiadores cometem os erros mais grosseiros sempre que se referem à nossa terra, tão pouco amada de seus filhos”⁴⁹⁴. Parte do ideal de elevar a atenção às coisas da terra, a propósito, é explicitada pelo próprio Lucídio, quando em 4 de agosto de 1918, em discurso de recepção ao acadêmico Simplicio Mendes, utilizou as seguintes palavras: “O nosso fim primordial, como já dissemos tantas vezes e nunca é supérfluo repetir, é levantar foros de nossa cultura, reviver a alma dos nossos antepassados” (FREITAS *apud* REIS, 1997, p. 40); mais ainda: “Lembrar constantemente ao País que antes de nós grandes almas por aqui passaram, sonhando e amando, sofrendo e trabalhando”⁴⁹⁵. Seria essa, pois, a maior contribuição que os membros fundadores queriam deixar para o futuro, como bem expressa Clodoaldo Freitas em sessão especial, alusiva ao 1º ano da instituição: “vamos levando para a frente nossa obra patriótica e altruística, convencidos que, dessas sementes, que lançamos no eito, surgirá um dia, remoto embora, a floresta rumorosa e frondejante, onde irão gozar sereno conforto as gerações que nos sucederem” (FREITAS, 1918, p. 220) – e, mais adiante, “não será infecundo o nosso esforço para o desenvolvimento intelectual do nosso sempre querido Piauí”⁴⁹⁶.

A análise dos discursos dos acadêmicos da época permite ainda concluir que esse tipo de objetivo fora seguido em uníssono pelos demais intelectuais que se somaram a esses esforços. Fenelon Castelo Branco, 1º Secretário da instituição, ao concluir o relatório do

⁴⁹³ Idem.

⁴⁹⁴ “Advertência”, *Revista da Academia Piauiense de Letras*, ano 1, n. 1, 1918, p. 3.

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Idem.

primeiro ano de atividades do sodalício, declarara, no mesmo diapasão, o ideal de elevar as letras do estado em nível de Brasil: “Perseveremos na fortaleza de nossa vontade, na tenacidade de nossas energias e conseguiremos, sem tardança, mostrar lá fora que o Piauí é fecundo em homens de talento e valor” (CASTELO BRANCO *apud* FREITAS, 1997, p. 8).

Como dito, o interesse em fundar uma academia de letras no Piauí é antigo, data – lembra João Pinheiro em *A academia piauiense de letras* –, pelo menos de 1901, quando em 4 de agosto se reuniram Higino Cunha, Arquelau de Sousa Mendes, Luiz Evandro Teixeira, Domingos Monteiro, Antonino Freire da Silva, Clodoaldo Freitas, Manuel Correia Lima, Poncion Caldas e João Pinheiro, na casa deste, em Teresina, com o intuito de fundarem a sociedade “Academia Piauiense”. Já àquele tempo, notória era a preocupação com a situação das letras piauienses em relação aos demais estados, tanto que deram a essa primeira agremiação a incumbência (registrada em ata), entre outras, de “acompanhar o movimento intelectual, científico e culto, estabelecer palestras e conferências” (PINHEIRO, 1940, p. 7), bem como “publicar obras de seus sócios e *tudo fazer pelo desenvolvimento e divulgação das letras piauienses*”⁴⁹⁷.

Por mais que o anseio fosse grande, a sociedade “Academia Piauiense” não passou dessa reunião, estacionando por alguns anos o interesse de seus membros. João Pinheiro explica que esse congelamento se diluía, na realidade, na fundação de outras agremiações que ocuparam espaço no cenário pouco desbravado das letras piauienses, quando se fundaram associações e núcleos congêneres, tais como a “Sociedade José Coriolano”, os grêmios “Esperança”, “Amarantino”, “Davi Caldas”, “Clube 12 de Outubro” e o “Bando Literário Romeiros do Futuro”, além de periódicos, alguns dirigidos por esses mesmos escritores, como *Pátria*, *O Tempo*, *Jornal do Piauí*, *O Estado*, *A Luz*, *O Comércio*, *O Operário*, *O Monitor*, *O Diário do Piauí*, *Correio de Teresina*, *O Piauí*, *O Apóstolo*, *A Cidade de Teresina*, *A Alvorada*, *Litericultura*, *A Pena*, *A Cidade Verdade*, os quais ofereciam espaço às produções de intelectuais que compunham a elite das letras piauienses de então na capital.

Foram essas agremiações e esses periódicos que mantiveram o exercício literário no Piauí até que se fundasse definitivamente, em 30 de dezembro de 1917, no salão nobre do Conselho Municipal de Teresina, a Academia Piauiense de Letras, sob a idealização de Lucídio Freitas e mais nove fundadores (com seus respectivos patronos): Clodoaldo Freitas (José Manuel de Freitas), Higino Cunha (Anísio Auto de Abreu), Felon Castelo Branco (Joaquim Sampaio Castelo Branco), Edison Cunha (Areolino de Abreu), Antônio Chaves

⁴⁹⁷ Idem, p. 7-8, grifo nosso.

(José Coriolano de Souza Lima), Lucídio Freitas (que tomou como patrono seu irmão, morto prematuramente, o poeta Alcides Freitas), Jônatas Batista (Davi Moreira Caldas), Celso Pinheiro (Licurgo de Paiva), João Pinheiro (Hermínio Castelo Branco), Benedito Aurélio de Freitas (Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco).

Ata da primeira reunião oficial da Academia Piauiense de Letras, publicada no primeiro número da *Revista da Academia Piauiense de Letras*, indica a eleição unânime de outros sócios efetivos, que tomariam posse *a posteriori*. Foram eles: os poetas Félix Pacheco (cadeira 17, que escolhe José da Cunha Paranaguá como patrono), Zito Batista (cadeira 16, que escolhe Taumaturgo Vaz como patrono), Da Costa e Silva (cadeira 20, que escolhe Leopoldo Damasceno Ferreira como patrono) e Jonas da Silva (cadeira 23, que escolhe Jonas de Moraes Correia como patrono), a romancista Amélia de Freitas Beviláqua (cadeira 22, que escolhe Lucídio de Freitas como patrono) e os escritores Abdias Neves (cadeira 11, patrono: João Alfredo de Freitas) e Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves (cadeira 13).

No ano de 1918, outros nomes já haviam sido incluídos: João Crisóstomo da Rocha Cabral (cadeira 12, patrono: Antônio Coelho Rodrigues), Pedro Brito (cadeira 14, patrono: Raimundo Alves da Fonseca), Nogueira Tapetí (que falece sem tomar posse, mas é empossado *post-mortem* e transformado em patrono da cadeira 15, ocupada por Cristino Castelo Branco), Matias Olímpio (cadeira 19, que escolhe *a posteriori* Álvaro de Assis Osório Mendes como patrono), Simplício Mendes (cadeira 24, patrono Gabriel Luís Ferreira), Benjamim Batista (cadeira 25, patrono Simplício Coelho de Rezende).

A segunda sessão oficial da instituição, que se deu em 6 de janeiro de 1918, deliberou que os escritores Clóvis Beviláqua e Hermes Fontes, residentes no Rio de Janeiro, Alfredo de Castro, em Fortaleza, Taumaturgo Vaz, em Manaus, Fran Pacheco, no Maranhão, seriam sócios correspondentes da Academia. O mesmo expediente ocorrera na terceira reunião oficial, de 13 de janeiro do mesmo ano, elegendo-se para sócios correspondentes os escritores Tito Franco, do Pará, Xavier Marques, da Bahia, o poeta Luiz Carvalho⁴⁹⁸, que residiu por alguns anos em Parnaíba nos início do século XX, escrevendo para os jornais locais, como *Nortista*, e que agora morava no Maranhão, Olavo Bilac, Rocha Pombo, Rui Barbosa, Coelho Neto, Laudelino Freire e José Batista, no Rio de

⁴⁹⁸ Luiz Carvalho, político e poeta piauiense, assumiria, posteriormente, o cargo de secretário da folha matutina *Jornal da Manhã*, do Maranhão, entre os anos de 1927 e 1930, quando então era estudante de humanidades em São Luís. Foi colaborador do periódico parnaibano *Nortista*, de 1901, entre os meses de fevereiro e julho, tendo nesse período deixado uma das mais antigas visões bucólicas da cidade, em formato de crônica, sob o título de “Paisagem Parnaibana” (ano 1, n. 6, 9 fev. 1901, p. 1, do referido semanário). Sonetista, publicou nesse jornal os seguintes poemas: “Cruel” (ano 1, n. 9, 2 mar. 1901, p. 3), “No templo” (ano 1, n. 11, 16 mar. 1901, p. 3), “De manhã” (ano 1, n. 21, 25 mai. 1901, p. 2), “Alda” (ano 1, n. 27, 6 jul. 1901, p. 5). Fez, sem dúvida, parte da seleta dos primeiros escritores que marcaram as páginas da imprensa parnaibana nos primeiros meses do século XX.

Janeiro, Lauro Pinheiro, em Mato Grosso, o poeta Alphonsus de Guimarães, em Minas Gerais, o parnasiano Vicente de Carvalho, de São Paulo, o médico piauiense Otávio de Freitas, no Recife, e F. Alves Lima, em Fortaleza. Ainda nessa sessão foram empossados Pedro Brito, Antônio José da Costa e João Crisóstomo da Rocha Cabral.

Do lado de Parnaíba, é válido lembrar que a cidade contava já nos primeiros anos do século XX com periódicos importantes como *Nortista* (1901) e *Semana* (1910), que dedicavam especial atenção às produções de nomes como Armando Madeira, Luiz de Moraes Correia, Alarico da Cunha, Benú da Cunha, Lívio Pacheco, R. Petit etc., concorridos sonetistas que residiam no litoral piauiense e representavam o grupo literário nortista do estado. Aliás, parte desse grupo se integraria mais tarde à própria Academia Piauiense de Letras, como Armando Madeira (cadeira 27, patrono: Honório Portela Parentes), Luiz de Moraes Correia (cadeira 22, patrono: Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco) e Alarico da Cunha (cadeira 6, 2º ocupante).

Embora em nível simbólico a Academia já representasse o espaço por excelência da distinção intelectual no Piauí, tornando-se núcleo das práticas literárias marginalizado por outras agremiações que surgiram no circuito teresinense e parnaibano, somente em 14 de julho de 1921 ela foi reconhecida, por força de lei, como instituição de utilidade pública, sancionada pelo então governador João Luiz Ferreira, abrindo portas para convênios com o poder público.

6.4 O Cenáculo Piauiense de Letras

Os primeiros registros na imprensa dando conta da intenção em se fundar em Teresina um “Cenáculo” datam de 1913, quatro anos antes da Academia Piauiense de Letras. Nesse ano, o local de encontro era a residência do poeta Felton Castelo Branco, à Rua da Glória. Entre os intelectuais que ansiavam pela instituição estavam Valdivino Tito, Gonçalo de Castro Cavalcante, Luiz de Moraes Correia, Jônatas Batista, Lucídio Freitas, Cristino Castelo Branco e Zito Batista. Foram eles que elegeram entre outros sócios os escritores Higino Cunha, Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Alberto Correia Lima, João Pinheiro, Raimundo Mendes Burlamaqui, Celso Pinheiro, Simplicio Mendes, Benedito Aurélio de Freitas, Antônio Chaves, Heli Castelo Branco e Júlio Rosa. A leitura desses registros demonstra que já comungavam, esses homens de letras, da necessidade em “desenvolver, agitar, impulsionar as nossas letras, promovendo nesta capital conferências

literárias e outras festas de arte”⁴⁹⁹, ideal que ditará o tom do artigo primeiro do estatuto de fundação da Academia, o qual versava sobre a cultura da língua e o desenvolvimento da literatura piauiense.

O programa inicial do Cenáculo de 1913 previa uma arrecadação financeira a fim de custear a publicação das obras de seus associados, por meio de lucros obtidos do conjunto de atividades culturais que viessem a promover em Teresina, sendo este mais um dos índices das dificuldades enfrentadas no meio no que refere ao custeio e confecção de livros. Pensada e organizada aos moldes de uma Academia, essa sociedade literária previa ainda a participação de sócios correspondentes em algumas das principais cidades do Piauí: de Parnaíba, o jornalista Francisco Correia e João Mota; de Oeiras, o poeta Nogueira Tapetí; de Pedro II, o escritor Corinto Andrade; de Barras, Arimatéa Tito; e de São João do Piauí, o jornalista J. Vaz da Costa.

Apesar de A. Tito Filho (1978) e Cláudio Bastos (1994) atribuírem a criação dessa agremiação ao ano de 1913, e ainda com o título “Cenáculo Piauiense de Letras”, não há notícias de que esta tenha vínculos de refundação com a sua homônima, criada estatutariamente em 17 de julho de 1927. Além disso, não se pode afirmar se o intento de 1913 surtira efeito a ponto de se concretizar na vida literária piauiense – a ausência de outras alusões nas fontes consultadas depõe contra essa hipótese.

O Cenáculo Piauiense das Letras, portanto, não deve ser confundido como uma agremiação que surge sob o signo de reação à Academia Piauiense de Letras, instituição seleta que não pôde vincular ao seu quadro todos os homens de letras do Piauí. Na realidade, a sua fundação em muito homenageou os escritores que lá estavam inscritos, vendo-os como bastiões da cultura letrada do estado. A maior prova talvez resida na série de homenagens que o Cenáculo endereçou à sua primogênita instituição: chamou para o patronato de suas cadeiras os poetas que pertenciam à Academia, e que estiveram ligados à primeira ideia de Cenáculo, como são os casos de Jônatas Batista, Antônio Chaves, Higino Cunha, João Pinheiro, Edison Cunha e Benedito Aurélio de Freitas, membros fundadores da APL, além de outros, que foram sócios efetivos e primeiros ocupantes de cadeiras acadêmicas.

O olhar de respeito à Academia Piauiense de Letras foi tamanho que o quadro societário do Cenáculo seguiu à risca certa estratégia de eleições parentais do órgão. Vinculou numa mesma instituição primos, irmãos e tios, como Wágner Cavalcanti (filho de Gonçalo de Castro Cavalcante, um dos idealizadores do Cenáculo de 1913 e membro da

⁴⁹⁹ “Várias notícias: Cenáculo Piauiense”, *Diário do Piauí*, ano 3, n. 179, ago. 1913, p. 2.

Academia Piauiense de Letras) e a filha do romancista Abdias Neves (também membro da Academia): Maria Iara Neves Borges de Melo, prima de outros dois membros fundadores do Cenáculo, Osiris Neves de Melo⁵⁰⁰ e Antônio Neves de Melo⁵⁰¹, redatores do jornal *O Arrebol*. Se Iara, Antônio e Osiris não se definiram como figuras de prestígio no campo das letras piauienses, a ponto de figurarem na historiografia da literatura do estado, a primeira é a mais esquecida, talvez por sua condição de mulher, assim como outras três fundadoras da mesma instituição, Zenóbia Ribeiro da Silva, Júlia Gomes Ferreira e Otilia de Carvalho e Silva. O apagamento de seus nomes da historiografia literária piauiense provavelmente resulte da quase ausência de trabalhos, em livro ou na imprensa, que substanciem as suas atuações na literatura. No livro de poses do próprio Cenáculo, que registrou em “Notas literárias” os suportes de divulgação de cada um dos seus associados, não há referências quanto a esse aspecto de suas sócias, exceto de Maria Iara Neves, e de forma não específica, sem apontar, como era da prática, os periódicos que contribuía: “Crônicas e escritos avulsos em vários jornais de Teresina”.

O que ainda se sabe desses documentos oficiais é que tanto essa escritora quanto Júlia Gomes Ferreira produziam sob pseudônimo: “Lilia”, para a primeira, “Helena Sílvia”, para a segunda. Acresce-se o trabalho “Ao crepúsculo”⁵⁰², de Otilia de Carvalho, na primeira edição de *A Revista*, veículo de divulgação do Cenáculo, e “Saudade”⁵⁰³ e a crônica “Melancolia”⁵⁰⁴, que Júlia Gomes publicou no primeiro e no segundo número do segundo ano do mesmo periódico, respectivamente, sendo esta acompanhada com um clichê de sua fotografia.

A difícil localização de fontes que salvaguardem as produções femininas demonstra ser muito restrito o número de escritoras do Piauí que conquistara alguma projeção até as três primeiras décadas do século XX – fora Luiza Amélia de Queiroz e Amélia de Freitas Beviláqua, hoje muito se luta pelo ingresso justo de Francisca Montenegro, o que se pode estender a Iara, musicista⁵⁰⁵ e escritora de fino trato: em seu discurso de posse no Cenáculo chega a citar o poeta Ibsen, o filósofo Friedrich Nietzsche e o escritor Antônio Feliciano de Castilho.

⁵⁰⁰ Possui inúmeros textos espalhados na imprensa teresinense, assinando com o próprio nome ou sob pseudônimos Ítalo d’Arentino e Ítalo d’Alembert.

⁵⁰¹ Filhos de Lino de Moraes Melo e Beneditina Neves de Melo, irmã do escritor Abdias Neves. Antônio Neves de Melo nasceu em Piracuruca no dia 5 de fevereiro de 1903, e seu irmão, Osiris, em Teresina, em 26 de janeiro de 1905.

⁵⁰² “Ao crepúsculo”, *A Revista*, ano 1, n. 1, 12 out. 1927.

⁵⁰³ “Saudade”, *A Revista*, Teresina, ano 1, n. 1, 12 out. 1927.

⁵⁰⁴ “Melancolia”, *A Revista*, Teresina, ano 2, n. 2, 7 set. 1928, p. 23.

⁵⁰⁵ Nos anos de 1920 costumava acompanhar ao piano as récitas em Teresina, ao lado do engenheiro e violoncelista italiano Pietro Ciarlino.

Desprovido de sede, o Cenáculo Piauiense de Letras foi fundado em 7 de julho de 1927 e inaugurado no dia 7 de setembro do mesmo ano. A fundação, que tinha como objeto “promover o alevantamento intelectual da mocidade piauiense”⁵⁰⁶, ocorreu no edifício do Liceu Piauiense, em Teresina, e empossou, nesse dia, 17 de seus membros, sendo outros três em 10 de julho, cinco em 14 de julho, e mais dois em 31 de julho, somando 27 fundadores. Teve como primeiro presidente o poeta Eudócio Neves, irmão de Abdias Neves, e o mais velho da turma: enquanto os demais membros variavam entre 14 e 29 anos, este, isolado, contava já os seus 49 anos. Era tio de Maria Iara, Antônio Neves e Osísis Neves. Essa circunstância não vinha ao acaso e demonstra mais uma vez a não concorrência desse órgão em relação à Academia Piauiense de Letras, posto ter sido instalado como uma agremiação que “representa a mocidade do Piauí, esta mesma mocidade que desperta as suas possibilidades de um futuro mais radioso, como uma demonstração iniludível de sua energia cívica, de sua educação social, da confiança nos seus destinos”⁵⁰⁷. Aliás, o Cenáculo serviu mesmo de primeiro estágio a alguns dos jovens escritores que mais tarde se tornariam figuras importantes no meio intelectual do Piauí: alguns com grande projeção nacional, como Martins Castelo, outros se elegendo, *a posteriori*, a cadeiras na Academia Piauiense de Letras, como foram os casos de Álvaro Alves Ferreira, Bugyja Brito, Martins Vieira, Francisco Ferrí e Francisco da Cunha e Silva.

Logo no primeiro ano de funcionamento o Cenáculo publicou sua revista literária, *A Revista*, que na primeira edição contou com 32 páginas e na segunda, 50, dando vazão aos mais diversos gêneros literários.

Cronologicamente é possível depreender que a Arcádia dos Novos, com seu veículo *O Arrebol*, preparou as bases de fundação do Cenáculo, já que parte dos escritores que se vinculavam a esse primeiro grupo e periódico ingressaria no segundo, como são os casos dos poetas João Francisco Ferrí e Eudócio Neves, sonetistas colaboradores deste periódico.

Assim como a Academia Piauiense de Letras, o Cenáculo Piauiense de Letras legou alguns dos importantes nomes das letras e do jornalismo do Piauí, a citar Antônio Martins Castelo Branco, que fez carreira na imprensa carioca, especialmente no rádio como Martins Castelo, assinatura que fez publicar em marcas como *Vamos Ler!*, *Carioca*, *Diário Carioca*, *A Batalha*, *Light*, *Beira-Mar* e *Noite Ilustrada*. Sobrinho do poeta Felton Castelo Branco, ao falecer no Rio de Janeiro em 31 de julho de 1945, aos 34 anos de idade, foi lembrado pelas principais folhas periódicas do Brasil, como *A Noite*, que dedicou uma coluna a descrever a

⁵⁰⁶ “Cenáculo Piauiense de Letras”, *A Imprensa*, ano 2, n. 266, 9 jul. 1927, p. 4.

⁵⁰⁷ “Nosso aniversário”, *A Revista*, ano 2, n. 2, 7 set. 1928, p. 4.

trajetória do piauiense, classificando-o como “um dos mais brilhantes cronistas da atual geração de intelectuais”⁵⁰⁸. Em 1932, contando 21 anos incompletos, já na capital brasileira, angariava a simpatia de revistas como *Fon Fon* que, analisando as produções do jovem na imprensa de então, a citar o *Diário Carioca*, onde atuou como enviado internacional na Alemanha, na França e na Itália⁵⁰⁹, concluía para seus leitores que Martins Castelo possuía uma “pena [que] é um estilete de ouro, convenhamos; mas, quando fere, desarma e envenena”⁵¹⁰. Liderado pelo também piauiense Berilo Neves, foi um dos membros do Comitê de Imprensa do Automóvel Clube do Brasil, espécie de clube de acesso, informação e promoção da modernidade automobilística no país. Um ano antes, porém, engajara-se na criação do Centro Piauiense, a fim de dar guarida e apoio aos conterrâneos que residiam no Rio de Janeiro.

Apesar de ter feito carreira como cronista radiofônico e repórter de importantes periódicos cariocas, Martins Castelo também foi tradutor, compositor e publicou poemas e contos, estes especialmente sob a rubrica de seu pseudônimo, Mário Castelar.

Não estavam sozinhos Berilo Neves e Martins Castelo. Por essa época outras importantes figuras das letras do Piauí faziam-se conhecidos na imprensa carioca: Félix Pacheco, Odilo Costa Filho e Renato Castelo Branco.

Álvaro Alves Ferreira, um dos integrantes dos primórdios do Cenáculo, e mais tarde membro da Academia Piauiense de Letras, também colaborou com a imprensa de diferentes estados, tornando-se conhecido em Minas Gerais, na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Ceará quando ainda contava 23 anos. No periodismo gaúcho, iniciou colaboração na folha *O Exemplo*, de Porto Alegre, em 13 de maio de 1916, onde publicou a crônica “Noite de inverno”⁵¹¹, inédita e não colecionada na sua obra de estreia *Da terra simples* (1950). Apesar de integrar o grupo de escritores com projeção literária desenhada, sobretudo nos anos de 1920, somente na segunda metade do século XX Álvaro Ferreira será tido no Piauí como uma das mentes criativas em torno do projeto de representação regionalista de um sertanismo de denúncia, integrado a outros nomes como Fontes Ibiapina e H. Dobal. Tal concepção literária de sua lavra começa a se desenhar nos anos de

⁵⁰⁸ “Martins Castelo: o falecimento do brilhante jornalista e nosso prezado companheiro”, *A Noite*, ano 35, n. 12.020, 1 ago. 1945, p. 3.

⁵⁰⁹ Nota publica na revista *Fon Fon*, de 10 de novembro de 1934, conta que Martins Castelo, quando esteve na Alemanha e na Itália, teve audiência com Hitler e Mussolini, respectivamente, ocasião em que realizara entrevistas, as quais colecionaria em um volume intitulado *Os donos do mundo*, livro não localizado nesta pesquisa.

⁵¹⁰ “Torre de Babel”, *Fon Fon*, ano 26, n. 19, 7 mai. 1932, p. 32.

⁵¹¹ “Noite de inverno”, *O Exemplo*, ano 1, n. 18, 13 mai. 1916, p. 1.

1930, quando desempenha o cargo de redator-chefe de um dos jornais mais importantes do Piauí de sua época, *Estado do Piauí*.

6.5 Grêmios estudantis e outras associações congêneres

Muito antes dos grêmios estudantis de caráter literário surgirem em terras piauienses, fato que terá início no final do século XIX, embora sua projeção seja maior nos primeiros anos do século XX, não se pode deixar de registrar aqui o importante papel que alguns piauienses exerceram em outras terras no que se refere a esse compromisso associativo. É o caso do hoje esquecido Alfredo M. Barros de Oliveira Lima, que em 1876 assumiu, em São Luís, no Maranhão, a presidência da sociedade “Recreação Literária”. Eram seus colegas de diretoria Constantino da Costa Pereira (vice-presidente) e Urbano Santos da Costa Araújo (1º secretário). Este último, mais tarde, formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Recife, enveredaria pela carreira política, assumindo poderes de chefe do executivo maranhense em 1913 e a vice-presidência do Brasil entre 1914 e 1918, no governo de Venceslau Brás. Ainda em São Luís, Alfredo Barros funda, em 1879, o jornal literário *Escola*, impresso pela tipografia de *O País*, e de distribuição mensal.

Não há dados que demonstrem que a sociedade “Recreação Literária” tenha durado. Todavia, ainda nesse mesmo ano, notícias apontam o também piauiense Constantino da Costa Pereira, cursista do Liceu Maranhense, fundando e presidindo a “Sociedade União Juvenil”, mantenedora do jornal *Revista Juvenil*, produzido nas oficinas de *O País* e, *a posteriori*, na tipografia Liberal, que circulou em terras ludovicenses entre os anos de 1876 e 1877, lançando sua primeira edição em 10 de agosto. Esse piauiense permaneceu à frente desse grêmio até 1877, quando então renunciou a presidência para se transferir a Pernambuco, onde cursou Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife⁵¹², concluindo-o em 1882. Em seu lugar assumiu Benedito Pereira Leite, que mais tarde enveredaria pela política no Maranhão, elegendo-se governador em 1906. Ainda em 1877, Benedito Leite também renuncia à presidência, por motivo igual, assumindo-a, logo em seguida, Luiz J. V de Melo.

Em 1882, Justino Augusto da Silva Moura seria o terceiro piauiense a ocupar o cargo de presidente em agremiação literária maranhense: a Sociedade Fênix Literária, mantenedora da *Revista da Sociedade Fênix Literária*, homônima à do Rio de Janeiro, de 1878.

⁵¹² Antes de seguirem para os estudos jurídicos na capital pernambucana, os piauienses, quando não iniciavam os preparatórios no Liceu Piauiense, os realizavam em colégios ou nos liceus do Maranhão, do Ceará ou mesmo de Pernambuco.

Dentre os dozes membros, seu conterrâneo João de Lavor Paes, que pouco tempo depois seguiria também para Recife, formando-se em Direito no ano de 1888. Diferindo das anteriormente mencionadas, há notícias do caráter misto dessa associação: tanto servia ao usufruto dos bens simbólicos como também imprimia um caráter de caridade, distribuindo quantias de sua própria arrecadação aos indigentes vitimados por varíola, em São Luís⁵¹³.

Assim como nos estados vizinhos, o surgimento de grêmios literários nas instituições de ensino no Piauí é um índice muito claro das políticas de instrução e alfabetização que, pelo menos numa parcela ainda pequena de estudantes nas três primeiras décadas do século XX, admitiam no espaço algum resultado. Tais iniciativas nascem, na realidade, a reboque do clima de valorização da instrução e da escola que já se tornara realidade nos principais centros brasileiros, processo que se desenha, fundamentalmente, entre os anos de 1890 e 1920.

Um dos mais antigos registros remete ao ano de 1888, quando se funda em Teresina a sociedade “Recreio Juvenil”, vinculada ao Colégio Nossa Senhora das Dores, mantenedor do jornal *Luta*. Era seu presidente o poeta Antônio de Souza Rubim. A ideia desse tipo de agremiação, deve-se destacar, não era exclusiva do Piauí. Havia existido duas outras, dos espaços mais próximos, no Ceará (década de 1870) e, nos anos de 1860 (perdurando até por volta do final desse século), também homônima, em São Luís, com fins dramáticos, tendo esta como membro o ator amador Antônio Tavares de Carvalho e Silva, piauiense nascido em Parnaíba, sócio do clube até o ano 1884, quando retornou ao estado de origem.

Em terras pernambucanas, cita-se ainda o poeta parnaibano Otávio de Moraes, que fez parte da diretoria, em Recife, do Grêmio Literário Vitoriano Palhares, fundado no século XIX. Esse piauiense, que atuou na vida cultural, jornalística e esportiva recifense, foi um dos responsáveis por divulgar em seu estado natal alguns dos nomes da moderna corrente literária brasileira, que ascendiam nas letras nos anos de 1920. Nesse mesmo decênio, torna-se, na imprensa, importante cronista desportivo, integrando-se à diretoria de uma associação de fins congêneres; e empresário, um dos sócios da Gráfico Editora e, na década de 1930, um dos colaboradores da revista *Moderna*, do Recife, e subgerente do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro. Moraes foi também radialista e redator do *Jornal Pequeno*, que circulou a capital de Pernambuco de 1898 a 1955; e gerente do *Diário de Pernambuco*.

No século XX, como anunciador do que se produzia de literário e artístico no estado, o *Diário do Piauí* registra peças teatrais escritas por piauienses. Assim informa nota

⁵¹³ “Sociedade Phenix Litteraria”, *Diário do Maranhão*, ano 14, n. 2.841, 12 fev. 1883, p. 2.

de 20 de fevereiro de 1912 sobre o surgimento, para breve, de uma “revista de costumes”, sob a tutela do grupo Salvaterra, que durante essa década levava aos palcos do Teatro 4 de Setembro uma série de apresentações artísticas, proporcionando lazer a um pequeno grupo de entusiastas do gênero dramático que se ocupava de maneira “diminuta” em apreciar os trabalhos conterrâneos. Mais adiante, dois dias depois, é o mesmo jornal que anuncia o nome da revista teatral: *Cidade Feliz*, escrita por pelos escritores Mário José Batista e Jônatas Batista⁵¹⁴, pertencendo a música ao maestro Alcântara Filho, levada a público no teatro no dia 18 de maio do mesmo ano.

Por esse tempo, havia em Teresina o Grêmio Literário Euclides da Cunha, fundado em 16 de abril de 1911. Foi seu primeiro presidente José Messias Cavalcanti, e vice-presidente Pedro Rodrigues da Cunha. Dentre os integrantes, José Teixeira Filho (1º secretário), Armandino Ferreira de Carvalho (2º secretário) e o sonetista Afonso de Moura Cunha (tesoureiro). Em segundo escrutínio, são eleitos Manoel Botelho (presidente), Afonso Cunha (vice-presidente), Leopoldo Cunha (1º secretário), P. de Moura Ferro (2º secretário), Constantino Batista (tesoureiro) e João M. Oliveira Roma (orador). Teve ainda como membros João da Mata Oliveira e Silveira Júnior, que em 1921 travara polêmica literária com Herculano Santos, do circuito parnaibano, nas páginas do jornal maranhense *Pacotilha*, por questões de plágio de soneto⁵¹⁵.

O grêmio, promotor de conferências literárias no Teatro 4 de Setembro, era organizado de forma estatutária, cuja diretoria, eleita, exercia mandato de três meses. Teve, por curto espaço, a participação de José Coriolano de Carvalho e Silva, excluído depois do quadro societário por “falta de solidariedade com os seus colegas”⁵¹⁶, segundo nota divulgada em *A Letra*, periódico mantido pelo grêmio. A revista, cuja sede estava localizada na Rua Barroso, n. 17, lançou seu primeiro número em junho de 1911. Em seu primeiro editorial, os integrantes do órgão reconheciam, não fugindo à tônica que dita o período, a dificuldade no meio piauiense em se fundar um sociedade literária, e “cremos, mais difícil nos é ainda encaminhar os seus atos para o seu único fim, tendo como guia e boa direção os seus *estatutos*”⁵¹⁷.

Como muitas sociedades que surgiram e as que ainda surgiriam, sua finalidade não era diferente: “ver o desenvolvimento desta sociedade”⁵¹⁸. Dos rastros, deixados no primeiro editorial acerca da vida literária piauiense, é de merecido destaque a alusão à

⁵¹⁴ Sob a rubrica de seus pseudônimos: Diniz Júnior e Durval Júnior, respectivamente.

⁵¹⁵ “Um livro, um soneto e um plágio”, *Pacotilha*, ano 41, n. 223, 22 set. 1921, p. 4.

⁵¹⁶ *A Letra*, ano 1, n. 1, jun. 1911, p. 9.

⁵¹⁷ *Idem*, p. 1.

⁵¹⁸ *Idem*.

ausência de sociedades literárias em Teresina até a data de fundação do grêmio: “é um caso de lamento ver a nossa capital, como também todo o Piauí, sem uma sociedade literária que mostre aos demais Estados da União Brasileira, que também no Piauí se cultivava alguma coisa de literatura”⁵¹⁹. Mais do que um reclame de “patriotismo” a respeito da animosidade literária no Piauí, o texto de abertura de *A Letra* parece o diapasão das sociedades que se seguem no estado piauiense: a sua existência vem atrelada a uma vontade de representação da cultura da terra, daí admitir-se como a “verdadeira escola de uma geração”⁵²⁰, cuja mocidade se coloca à frente de “todo o futuro do País”⁵²¹. A fim de alcançar tal objetivo, principalmente no que se refere ao exercício literário promovido em nome das páginas do órgão de divulgação do grêmio, os editores pediam aos sócios “atividade e constância”⁵²².

Mais tarde, como organizador de conferências e difusor de textos literários, surge o Grêmio Literário Raimundo Correia, que mantinha a revista *Cidade de Luz*⁵²³. Sua fundação ocorreu em 17 de março de 1912 e congregou inicialmente oito jovens escritores como Alberto Correia Lima e Pedro Rodrigues da Cunha, que foi seu presidente. A solenidade de fundação ocorreu na sede do Instituto 21 de Abril, onde se instituiu a sua primeira diretoria: Pedro Rodrigues da Cunha; vice-presidente, Belino de Castro Dantas; 1º secretário, João Marques; 2º secretário, Avelino Resende; e tesoureiro, Bento de Sousa Lima. Entre outros membros estavam: José Virgílio, Aderson Ferreira, Diógenes Benício de Melo Filho (que mais tarde dirigiria *A Imprensa*), Marcelino Freitas, Lindolfo Rego, Raimundo Everton e Cid Campelo. Este último, em 1913, travara polêmica com Herbert Fortes nas páginas do *Diário do Piauí* e nas da revista do grêmio, por problemas de ordem sintática da língua portuguesa.

Ainda em setembro de 1912, é fundado no Colégio Vicente de Paula, ainda em Teresina, o Grêmio Literário Abdias Neves, mantenedor da revista *Via-Lucis*, impressa pela Tipografia Paz, que começou a circular a capital piauiense a partir de outubro desse mesmo ano. O ato solene de inauguração da agremiação ocorreu em 6 de outubro, sendo seu presidente Cid Campelo e vice-presidente Lindolfo Rego. Outros nomes estiveram engajados: Ulisses Pereira da Silva (1º secretário), Otilio Coelho de Resende (2º secretário), Ademar Carvalho (1º tesoureiro), Omar Campelo (2º tesoureiro) e José Virgílio (orador). Seus membros costumavam organizar reuniões públicas na sede do Clube Recreativo

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ Idem, p. 2.

⁵²² Idem.

⁵²³ Até onde se sabe, a revista *Cidade de Luz*, com tiragem mensal, circulou até o seu quarto número, em julho de 1912. Provavelmente era impressa pela Tipografia Paz.

Teresinense. As fontes não dão conta de registrar a fundação dessa instituição como resultado de uma cisão do grêmio anterior, mas a inclusão de membros originados do Grêmio Literário Raimundo Correia ou conta essa história ou demonstra a efemeridade de seu antecessor.

Cumpra registrar que nesse mesmo ano havia em Parnaíba alguns grêmios literários de que, infelizmente, a pesquisa não localizou fatos em detalhes nas fontes consultados, tão somente alusões datadas de novembro de 1912. Em geral, os jornais teresinenses denominavam esse tipo de associação estudantil do norte como “grêmio literário do pedagogium parnaibano”. É possível, porém, registrar com maior propriedade a fundação, nesse circuito, da mais antiga agremiação literária que a imprensa noticia, ainda que genericamente: Associação de Letras, fundada em maio de 1912, tendo como presidente o poeta paraense R. Petit e vice-presidente, F. Trajud. Entre outros membros, os poetas A. Freitas, Tote Narciso, bem como Oscar Franco e Rogaciano Brito⁵²⁴. Em 1914 é criado, ainda na capital piauiense, o Grêmio 11 de Agosto, presidido pelo poeta Edison Cunha, um dos futuros articuladores da Academia Piauiense de Letras, mais tarde, importante agente do circuito literário parnaibano.

Os grêmios literários estudantis do Piauí seguiram em sua tradição por toda a metade do século XX, escasseando até praticamente desaparecerem nos anos de 1950. Por sua importância, embora extravase o recorte desta pesquisa, é válido citar um último: a Academia Liceísta de Letras, fundada em 1932 por estudantes do Liceu Piauiense, um ano após a instalação da Faculdade de Direito do Piauí. Entre seus membros, alguns nomes se tornariam importantes figuras do cenário político e jornalístico brasileiro: Carlos Castelo Branco, então com doze anos de idade; Abdias Silva, Neiva Moreira e Francelino Pereira. O grêmio, assim como os até então fundados, manteve a tradição de editar o seu veículo de divulgação, *A Mocidade*, epigrafado como “órgão oficial da Associação de Estudantes Secundários de Teresina”.

Carlos Castelo Branco, além de editor de *A Mocidade*, foi o primeiro presidente da Academia Liceísta de Letras, cuja sede funcionava na biblioteca do Liceu Piauiense. Conta o jornalista Carlos Marchi (2015) que esse jornalzinho de escola foi a primeira experiência desse escritor piauiense, que mais tarde se tornaria, em Brasília, um dos jornalistas mais fecundos, influentes e importantes do período ditatorial brasileiro, conhecido pelo apelido carinhoso de “Castelinho”, sobretudo pela voz em favor da liberdade e da democracia que fez ecoar por todo o Brasil por meio de crônicas políticas no *Jornal do Brasil*, o qual

⁵²⁴ “Associação de Letras”, *Cambirimba*, ano 1, n. 3, 30 mai. 1912, p. 2.

mantinha uma sucursal na nova capital brasileira. Nesta também trabalharia o antigo parceiro de redação da juventude, Abdias Silva, que se tornaria na empresa chefe de reportagem.

Os outros dois sócios de Academia também progrediram em suas carreiras, todavia, enveredando pela política. Neiva Moreira, natural do Maranhão, seria, por seu estado de origem, deputado federal, “sempre aliado incondicional de Leonel Brizola” (MARCHI, 2015, p. 69). Já Francelino Pereira, advindo do centro-norte piauiense, da cidade de Angical, migrou para Belo Horizonte como estudante de direito, assim como fizera Carlos Castelo Branco, e, formado atuou na vida política e intelectual mineira, chegando a ocupar o cargo de governador de Minas Gerais entre 1979 e 1983, antes de Tancredo Neves, seu sucessor.

A maior parte das agremiações literárias estudantis aqui descritas foge à lógica de subordinação das outras que surgem a reboque da Academia Piauiense, isso porque suas fundações antecedem, em alguns anos, o surgimento desta que será, para o período, a mais importante instância de consagração do Piauí. Elas, porém, ao homenagearem nomes que se tornariam membros da APL, ora convidando-os como presidentes honorários (é o caso de Higinio Cunha), ora como patronos, como ocorreu a Abdias Neves, atuam como agentes de promoção e sagração, legitimando e mantendo dentro do campo e dos circuitos o prestígio dos escritores a que se vinculavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre literatura e sua conseqüente vida literária no Piauí representa um desafio. As dificuldades são muitas. Para começar, raríssimos são os livros de história piauiense que dão atenção a esse fato a ponto de abordá-lo ao menos alusivamente. Além disso, o problema em se ter acesso a documentos auxiliares como cartas, torna o trabalho árduo – circunstância ainda mais urgente quando parte dos materiais está em posse de pesquisadores que, numa clara atitude de sequestro, não compartilham o objeto a ser investigado. Como alternativa, resta ao pesquisador outras fontes e caminhos que ajudam a tabular dados e, felizmente, interpretar as informações obtidas, muitas das quais ofertadas em folhas periódicas ou almanaques, documentos internos de instituições, relatórios políticos e sinopses estatísticas. Buscou-se, ainda, o suporte dos próprios textos literários.

A interpretação dada à história da literatura piauiense empreendida aqui resultou, portanto, de um esforço em descentralizar a prática, demonstrando que a formação social, política e econômica dos diferentes polos fundamentaram o exercício literário em circuitos distintos e, em alguma medida, opostos. Por trás das estruturas de poder foram reconhecidos os perfis intelectuais que ocuparam o palco das letras e, a partir deles, visualizou-se o proscênio de suas condutas, que devem ser complementadas no futuro a par das disputas empreendidas entre os mais variados campos que, no Piauí, alcançam audiência pública em periódicos e, sobretudo, nas lides do norte e do centro-norte do estado.

Rastros dessas camadas mais profundas foram apresentados e eles conduzem o estudo aos braços ideológicos da maçonaria e da igreja, conjunturas refletidas nas polêmicas literárias que migraram inevitavelmente para embates de ordem moral, como as travadas entre Aldalberto Peregrino e Abdias Neves com a Diocese do Piauí, síntese de um choque ou, antes, da interpenetração dos campos literário e religioso; ou dos campos político e religioso.

A avaliação desse tipo de embate vai muito além do olhar lançado acerca do anticlericalismo e pode explicar ausências e silenciamentos, pondo na berlinda algumas verdades cristalizadas a respeito da história das letras no Piauí. Por essa razão, o entendimento é que o estudo que tome esse caminho não pode omitir um olhar deslocado de seu espaço, porque foi em núcleos razoavelmente distantes como Recife e Rio de Janeiro que os escritores vinculados à terra estabeleceram contatos estéticos, científicos, filosóficos, políticos e culturais que em muito ditaram, nas três primeiras décadas do século

XX, como aqui se mostrou, os rumos da literatura, influenciando de forma direta o esboço formativo de um ansiado sistema no campo piauiense.

Vestígios dessa articulação em favor da mudança de *habitus* piauiense podem ser vistos nas mais diferentes áreas e suportes que, pelo menos desde as duas últimas décadas oitocentistas, se concretizaram pelas mãos de escritores os quais residiam fora do Piauí. Estes, que eventualmente regressavam ao espaço natal, assumiram o compromisso em estabelecer, guardadas as múltiplas dificuldades do período, uma vida cultural e literária em seus principais circuitos. Daí a organização cada vez mais sistemática nas primeiras décadas do século XX de periódicos literários, da publicação de livros literários, da luta empreendida em favor de instituições de consumo e consulta livresca, de agremiações congêneres e ensino público e, conseqüentemente, eventos e conferências vinculadas às letras.

O diminuto público de todas essas iniciativas impusera aos homens de letras do Piauí uma vida dupla: uma prática e outra simbólica. E é por esse aspecto que a tese do sociólogo Bernard Lahire (2009), a respeito do “jogo literário”, seja aquela que, em complemento ao “campo literário” de Bourdieu, com suas operações de conflito e negociação pela distinção, lance luz a essa circunstância peculiar da geografia intelectual que compreende o arquipélago simbólico da América Latina. Mais do que os europeus, os latino-americanos vivem ou viveram tal dualidade, entre vestir a *persona* de “escreventes”, para sobreviverem, e a de “escritores”, para atuarem de forma restrita em um universo de pouca audiência e símbolos mais ou menos esotéricos (no caso piauiense, quiçá brasileiro), para retomar mais uma vez, e por fim, a distinção de Barthes.

Foi com o desvendamento dessa complexa estrutura, com suas lógicas distintas e inversas, que se chegou ao problema fundamental do período, o analfabetismo (para o caso do bem simbólico literário), que por sua vez é consequência da precariedade econômica e administrativa da província e, *a posteriori*, do estado (para o caso de uma análise mais geral). Combinados, esses dois aspectos levaram aos desdobramentos que problematizaram o campo, rastreados em suportes variados, confirmando o deslocamento dos escritores em busca de formação intelectual e a deficiência do aparelhamento cultural e literário do Piauí até o final do recorte histórico empreendido no estudo. Não por acaso, tais fatores ajudaram a entender os mecanismos não autonômicos dos circuitos literários piauienses norte e centro-norte; bem como o papel das porções sudeste e sudoeste do estado que, enquanto mesorregiões configuradoras do sul do Piauí, foram fundamentais, em modos distintos, para a formação dos circuitos analisados.

Guardadas as limitações de uma síntese, identifica-se nesse terceiro polo ou circuito uma característica que o define: a distribuição de seus bens. Se para o centro-norte é essencialmente a atividade intelectual que Teresina herda, componente do capital simbólico e seus consequentes desdobramentos na vida política, social e cultural (formando uma elite de burocratas); é o capital pecuniário, em geral estabelecido pelos mais variados insumos, que fizeram a fortuna dos que residiam ao norte (formando uma elite mercantil) – e entre eles, sempre, o rio Parnaíba, via fluvial que facilitou esses deslocamentos e povoou o imaginário poético de todos os envolvidos.

Ainda há muito a se pesquisar, de modo que o trabalho não se encerra aqui. Fecha-se tão somente a primeira etapa de um conjunto que deve tomar como ponto de partida ou de ruptura algumas ideias apresentadas nestas páginas sobre a cultura literária fomentada por escritores piauienses ou autores vinculados às terras do Piauí, no intuito de configurar os primórdios da formação da literatura do estado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1903)*. Rio de Janeiro: FGV; Editora CPDOC, 2015.
- ABREU, Anísio de. Contetos, por João Freitas (1883). *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 59, n. 135, p. 8, 14 jun. 1883.
- ALMEIDA, Joaquim Antônio de. Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado. *O Apóstolo*, Teresina, ano 3, n. 103, p. 1, 30 mai. 1909.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. Não vale a pena. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 9.383, p. 1, 14 jun. 1910.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.
- ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Tradução de Yvone Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. Entre a universalidade e o particular: a literatura ante as identidades regionais. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 31-41.
- B., C. Pelas letras. *Auras do Norte*, Parnaíba, ano 1, n. 3, p. 1, 14 mai. 1911.
- BACELAR, Raul Furtado. A farmácia em Parnaíba. Parnaíba em 32 anos. In: CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (Orgs.). *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945. p. 324-328.
- BATISTA, Jônatas. Ode a Satã. *O Monitor*, Teresina, ano 1, n. 44, p. 1, 29 ago. 1907.
- BATISTA, Jônatas. Ainda o apalhaçado Esmaragdo de Freitas. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1, n. 24, p. 3-4, 27 out. 1907.
- BATISTA, Jônatas. Crônica. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 3, p. 5, 15 ago. 1909.
- BATISTA, Mário José. O Piauí intelectual. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 199, p. 1, 12 set. 1912.
- BARROS, Alfredo. Aspectos parnaibanos. *Semana*, Parnaíba, ano 1, n. 31, p. 1, 8 jan. 1911.
- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BERND, Zilá. Regionalismo dissidente. In: LOPES, Cícero Galeno (Org.). *Glossário crítico da literatura gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 127-130.

BEVILÁQUA, Amélia de Freitas. Carta aberta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 39, n. 82, p. 8, 5 abr. 1929.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BONA, Antônio. Pela estética. *O Comércio*, Teresina, ano 1, n. 46, p. 1-2, 12 mai. 1907.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernand Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 59-73.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Armando Madeira. Recepção do senhor Armando Madeira. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 7, n. 7, p. 62-69, p. 1924.

BRASÍLIO, Lauro. Nas terras de Santa Cruz: Parnaíba. *A Ilustração Universal*, Lisboa, ano 1, n. 21, p. 167-170, 28 jun. 1884.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. da (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 86-121.

BRAZ. Um retrato: Abdias Neves. *O Apóstolo*, Teresina, ano 5, n. 223, p. 3, 3 set. 1911a.

BRAZ. Um retrato: Abdias Nero. *O Apóstolo*, Teresina, ano 5, n. 226, p. 4, 24 set. 1911b.

BRITO, Pedro. Dose de crítica. *Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 84, p. 1-2, 10 abr. 1907.

BROCA, Brito. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2005.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

BÜRGUER, Peter. *Teoria da vanguarda*. Tradução de José Pedro Antunes. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CABRAL, João. A vis poética da literatura piauiense. In: CÂMARA, Adauto; CABRAL, João. *Conferências*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1940. p. 109-208.

- CAMPELLO, José. Poema da mágoa. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 11-3, 30 jul. 1909.
- CAMPOS, Humberto de. Vida literária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 28, n. 10.321, p. 2, 30 ago. 1928.
- CAMPOS, Humberto de. Amélia de Freitas Beviláqua. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 28, n. 10.500, p. 2, 27 mar. 1929.
- CAMPOS, Humberto de. O primeiro soneto. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 1.812, p. 6, 24 jun. 1934.
- CAMPOS, Humberto de. *Memórias: 1886-1900*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1948.
- CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954. v. 1.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987. p. 140-162.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. 3. ed. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.
- CAREY, John. *Os intelectuais e as massas: orgulho e preconceito entre a intelligentsia literária, 1880-1939*. Tradução de Ronald Kyrmse. São Paulo: Ars Poetica, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998.
- CARVALHO, O. G. Rego de. *Como e por que me fiz escritor*. 2. ed. Teresina: Quimera, 2014.
- CASANOVA Pascale. *A república mundial das letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CASTELO BRANCO, Cristino. Resposta do senhor Cristino Castelo Branco. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 7, n. 7, p. 69-78, p. 1924.
- CASTELO BRANCO, Fenelon. Alcides Freitas. *Chapada do Corisco*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 6-7, 11 mai. 1918.
- CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.
- CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.

CASTELO BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Análise do pecado de Adão. *O Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 279, p. 2, 5 dez. 1857.

CASTELO BRANCO, Lívio. Teresina. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 3, p. 29, 1926.

CASTELO BRANCO, Renato. *Tomei um Ita no norte: memórias*. São Paulo: L. R. Editores, 1981.

CASTRO, Rozenilda. *A escola de aprendizes marinheiros de Parnaíba*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CHAVES, Paulo. *O Piauí nos 200 anos da indústria gráfica brasileira: o processo evolutivo da primeira atividade industrial do Estado do Piauí, de 1824 aos dias atuais*. Teresina: O Autor, 2007.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 24. ed. Tradução de Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

CHKLOVSKI, V. A arte como procedimento. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução de Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. Porto Alegre: Editora Globo, 1973. p. 39-56.

COELHO, Celso Barros. *Academia piauiense de letras: um pouco da história – um pouco das ideias*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

CORIOLOANO, José. O Brasil. *O Ateneu Pernambucano*, ano 2, n. 3, p. 93-94, jul. 1857.

CORIOLOANO, José. *Impressões e gemidos*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (Orgs.). *O livro do centenário da Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

CORREIA, Luís. Parnaíba. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 253, p. 1, 20 nov. 1912.

COSTA, Dom Rodrigo. Carta para o coronel Pedro Barbosa Leal com a petição de licença para ir o seu comboi. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Documentos históricos: correspondências dos governadores gerais (1794-1714)*. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1938. v. 40. p. 329-330.

CUNHA, Alarico da Cunha. Parnaíba há quarenta anos: I. *O Norte*, Parnaíba, ano 15, n. 2.631, p. 1, 19 mai. 1944.

CUNHA, Alarico da Cunha. Parnaíba há quarenta anos: II. *O Norte*, Parnaíba, ano 15, n. 2.632, p. 1, 20 mai. 1944.

CUNHA, Higino. Ideal. *A Revista do Norte*, São Luís, ano 2, n. 32, p. 74, 16 dez. 1902.

CUNHA, Higino. O Piauí intelectual. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 87, p. 1, 25 abr. 1912.

CUNHA, Higino. *Anísio de Abreu: sua obra, sua vida e sua morte*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1920.

CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. 2. ed. Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2011.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 199-236.

DURVAL JÚNIOR. Da Thebaida. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 94, p. 1, 23 jun. 1911a.

DURVAL JÚNIOR. Da Thebaida. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 134, p. 1, 6 set. 1911b.

DURVAL JÚNIOR. Da Thebaida. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 43, p. 3, 24 fev. 1912.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EVEN-ZOHAR, Itamar. El “sistema literario”. Tradução do inglês de Ricardo Bermudez Otero. Disponível em: < https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-sistema_literario.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016

EUCLIDES, José. O Piauí intelectual. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 78, p. 1, 14 abr. 1912.

FAGUNDES, L. Cartas de um velho. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1, n. 18, p. 2, 15 set. 1907a.

FAGUNDES, L. Cartas de um velho. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1, n. 20, p. 3, 29 set. 1907b.

FAGUNDES, L. Cartas de um velho. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1, n. 23, p. 2-4, 20 out. 1907c.

FAGUNDES, L. Cartas de um velho. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1, n. 26, p. 3-4, 10 nov. 1907d.

FAGUNDINHO, F. Cartas de um moço. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1, n. 26, p. 2-3, 10 nov. 1907.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

FERRES, Oliveira e. Palestras operárias. *Diário de S. Luiz*, São Luís, ano 4, n. 115, p. 2, 2 jun. 1924;

FISCHER, Luís Augusto. Crítica literária (e jornalismo cultural). In RAMOS, Fernando (Org.). *O melhor da festa*. Porto Alegre: Editora Nova Roma, 2009. p. 57-67.

FISCHER, Luís Augusto. *Das ideias fora do lugar ao perspectívismo ameríndio: um modelo para uma nova história da literatura brasileira (parte 1)*. Paris: Sorbonne Nouvelle-Paris 3, 2015. (Inédito).

FISCHER, Luís Augusto. *Das ideias fora do lugar ao perspectívismo ameríndio: um modelo para uma nova história da literatura brasileira (parte 2)*. Paris: Sorbonne Nouvelle-Paris 3, 2015b. (Inédito).

FRASTO. Coisas do Piauí: o Abdias Neves. *O Apóstolo*, Teresina, ano 3, n. 108, p. 3, 4 jul. 1909.

FREITAS, Clodoaldo. O Piauí intelectual. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 82, p. 1, 19 abr. 1912a.

FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina: biblioteca. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 71, p. 1, 3 abr. 1912b.

FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina: biblioteca. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 72, p. 1, 4 abr. 1912c.

FREITAS, Clodoaldo. Sessão magna comemorativa do 1º aniversário da fundação da Academia Piauiense de Letras, em 30 de dezembro de 1918. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 220-222, jun. 1918.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2012.

FREITAS, Esmaragdo de. Sincelos. *O Comércio*, Teresina, ano 2, n. 69, p. 1-2, 20 out. 1907.

FREITAS, José Manuel de. O Sertanejo. *O Ateneu Pernambucano*, Recife, ano 2, n. 1, p. 30, mai. 1857a.

FREITAS, José Manuel de. O Vaqueiro. *O Ateneu Pernambucano*, Recife, ano 2, n. 2, p. 62-63, jun. 1857b.

FREITAS, José Manuel de. Jerumenha. *O Ateneu Pernambucano*, Recife, ano 2, n. 3, p. 94-95, jul. 1857c.

FREITAS, Lucídio. O Piauí intelectual. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 75, p. 1, 11 abr. 1912.

FREITAS, Lucídio. Gizando. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 214, p. 1, 29 set. 1912b.

FREITAS, Lucídio. História da poesia no Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 7, p. 101-16, 1924.

FREITAS, Paulo de Tarso Mello e. A academia e os seus fundadores. *In: ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS (Org.). Academia piauiense de letras: os fundadores.* Teresina: Meio Norte, 1997. p. 5-9.

FURTADO, Raimundo. As festas de hoje. *Andorinha*, Teresina, ano 1, n. 29, p. 11, 12 out. 1905.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades-beiras: 1850-1950.* Teresina: EDUFPI, 2010.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.* Tradução de Albertino Pinheiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

GASSET, José Ortega y. Ideas de los castillos: liberalismo y democracia. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas: 6. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1963. t. II: el espectador (1916-1934). p. 424-426.

GASSET, José Ortega y. Los mundos interiores. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas: 6. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1964a. t. V (1933-141). p. 395-409.

GASSET, José Ortega y. El intelectual y el otro. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas: 6. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1964a. t. V (1933-141). p. 508-516.

GASSET, José Ortega y. Las profesiones liberales. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas: 2. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1965. t. IX (1960-1962) p. 691-706.

GASSET, José Ortega y. Querer y poder artísticos. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas: 7. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1966a. t. I (1902-1916). p. 190-192.

GASSET, José Ortega y. La deshumanización del arte. *In: GASSET, Ortega y. Obras completas: 6. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1966b. t. III (1917-1928). p. 353-386.

GASSET, José Ortega y. La rebelión de las masas. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas: 7. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1966c. t. IV (1929-1933). p. 111-310.

GASSET, José Ortega y. No ser hombre de partido. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas: 6. ed.* Madrid: Revista de Occidente, 1966d. t. IV (1929-1933). p. 75-83.

GASSET, José Ortega y. La idea de las generaciones. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas.* Madrid: Alianza Editorial; Revista de Occidente, 1983 a. v. 3. p. 145-150.

GASSET, José Ortega y. La idea de la generación. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas.* Madrid: Alianza Editorial; Revista de Occidente, 1983b. v. 5. p. 29-42.

GASSET, José Ortega y. El método de las generaciones en historia. *In: GASSET, José Ortega y. Obras completas.* Madrid: Alianza Editorial; Revista de Occidente, 1983c. v. 5. p. 43-54.

- GIRARD, René. *Mentira romântica e verdade romanesca*. Tradução de Lília Ledon da Silva. São Paulo: É Realizações, 2009.
- GIRARD, René. *Evolução e conversão*: René Girard, Pierpaolo Antonello, João Cezar de Castro Rocha. Tradução de Bluma Waddington Vilar e Pedro Sette-Câmara. São Paulo: É Realizações, 2011.
- GONÇALVES, Joaquim Ribeiro. Longe... *O Paiç*, São Luís, ano 25, n. 167, p. 2, 26 jul. 1887.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário histórico-biográfico piauiense*. Teresina: s/ed., 1992.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.
- GONZALES, Horácio. *O que são intelectuais*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HAMBURGUER, Michael. *A verdade da poesia: tensões na poesia modernista desde Baudelaire*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- JOHNSON, Paul. *Os intelectuais*. Tradução de André Luiz Barros da Silva. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução de Luiz da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- KRAPP, Lorenz. Setestrelô. *O Monitor*, Teresina, ano 1, n. 52, p. 2, 24 out. 1907.
- LAHIRE, Bernard. O jogo literário e a condição de escritor em regime de mercado. Tradução de Sofia Amândio. *Fórum Sociológico*, Lisboa, n. 19, p. 73-79, 1 jun. 2009.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- LEÃO, Múcio. A Cameleida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 63, n. 216, p. 5, 19 set. 1953.

LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1964.

LILLA, Mark. *A mente imprudente: os intelectuais na atividade política*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LIMA, Luiz Costa. Persona e sujeito ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos (dispersa demanda II)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 40-56.

LIRA, Augusto Tavares de. *Mensagens lidas perante o congresso legislativo do estado na sessão extraordinária de janeiro de 1905 e segunda sessão da quinta legislatura a 14 de julho do mesmo ano pelo governador Augusto Tavares de Lira acompanhada dos relatórios apresentados pelos chefes dos diversos ramos do serviço público*. Natal: Tipografia de A República, 1906.

LOPES, Antonio. Variações literárias. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 79, p. 1, 16 abr. 1912.

MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Grijalbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MAGALHÃES, D. J. G. de. *Opúsculos históricos e literários*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1865.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Literatura piauiense: no tempo das polêmicas. *Expressão*, Teresina, n. 2, v. 2, p. 195-207, 1995.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. A educação dos leitores e a formação do sistema literário piauiense. *Scientia et Spes*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 113-132, 2002.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense: horizontes de leitura & crítica literária*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. 2. ed. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARCHI, Carlos. *Todo aquele imenso mar de liberdade: a dura vida do jornalista Carlos Castello Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MAVIGNIER, Diderot. *A província dos tremembés*. Parnaíba: Gráfica Editora Sieart, 2017.

MELLO, Antônio Neves de. Notas a esmo. *O Arrebol*, Teresina, ano 10, n. 64, p. 1, 14 set. 1924.

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa de. *História e memória do ensino superior no Piauí de 1930 a 1960*, Universidade Federal do Piauí. Disponível em <<https://docplayer.com.br/16124426-Historia-e-memoria-do-ensino-superior-no-piaui-de-1930-a-1960.html>>. Acessado em 23 ago. 2019.

- MENDES, Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- MENDES, Iweltman. *Parnaíba: educação e sociedade*. Teresina: UFPI, 2001.
- MENDES, Felipe. Formação econômica. In: SANTANA, Raimundo Monteiro de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 55-81.
- MÉROU, Martín García. *El Brasil intelectual: impresiones y notas literarias*. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1900.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira: o simbolismo (1893-1902)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.
- MORAES, Herculano. *Visão histórica da literatura piauiense*. 4. ed. Teresina: COMEPI, 1997.t.2.
- MORAES, Octavio. A propósito. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 6, p. 111, 1930.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.
- MORETTI, Franco. *Signos e estilos da modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MORICONI, Italo. Circuitos contemporâneos do literário (indicações de pesquisa). *Gragoatá*, Niterói, v. 11, n. 20, p. 147-163, 1. sem. 2006.
- MOSER, Benjamin. *Cemitério da esperança*. Tradução de Eduardo Heck de Sá. Recife: Cesarea, 2014.
- NETO, Adrião. *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. Teresina: Halley, 1995.
- NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Fundação Quixote, 2010.
- NEVES, Berilo. Abençoada ignorância. *Careta*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 895, p. 14-15, 15 ago. 1925.
- NUNES, Cícero Portela. Nos domínios da gramática. *O Apóstolo*, Teresina, ano 6, n. 264, p. 1-2, 11 ago. 1912.
- OLÍMPIO, Matias. Em torno da arte. *O Piauí*, Teresina, n. 917, p. 1, 24 ago. 1907.
- OLÍMPIO, Matias; CUNHA, Higino. *Recepção do senhor Matias Olímpio*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1921.
- PACHECO, Felipe Conduru. *Carta pastoral*. Belém: Diocese, 1946.

- PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí, pelo interior do país: impressões de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- PINHEIRO FILHO, Celso. À guisa de prefácio e biografia. In: CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2010. p. 7-19.
- PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.
- PINHEIRO, João. *A academia piauiense de letras*. Teresina: Tipografia Popular, 1940.
- PINHEIRO, João. *Literatura piauiense: esboço histórico*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.
- PROCOPIO, V. Primeira carta. *O Apóstolo*, Teresina, ano 3, n. 109, p. 4, 11 jul. 1909a.
- PROCOPIO, V. Segunda carta. *O Apóstolo*, Teresina, ano 3, n. 110, p. 5-6, 18 jul. 1909b.
- PROCOPIO, V. Terceira carta. *O Apóstolo*, Teresina, ano 3, n. 111, p. 6, 25 jul. 1909c.
- QUEIROZ, Luiza Amélia. *Georgina e outros escritos inéditos*. Teresina: EDUFPI, 2018.
- QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.
- QUEIROZ, Teresinha. Formação do sistema literário piauiense. *Desenredos*, Teresina, ano 9, n. 28, p. 47-54, dez. 2017.
- RAMA, Ángel. *Diez problemas para el narrador latinoamericano*. Caracas: Síntesis Dosmil, 1972.
- RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.
- RAMA, Ángel. Dez problemas para o romancista latino-americano. In: AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Ángel Rama: Literatura e cultura na América Latina*. Tradução de Raquel la Corte dos Santos e Alza Gaparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 41-110.
- REIS, Edmo. Estrada de ferro. *Auras do Norte*, Parnaíba, ano 1, n. 4, p. 3, 28 mai. 1911.
- RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
- REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba*. Teresina: EDUFPI, 2013.
- REIS, Maria Gomes Figueiredo dos. Lucídio Freitas, sua vida, sua obra. In: ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS (Org.). *Academia piauiense de letras: os fundadores*. Teresina: Meio Norte, 1997. p. 11-42.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

ROCHA, João Cezar de Castro. O homem de letras (cordial). In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 209-232.

ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem apresentada à câmara legislativa no dia 1º de junho de 1913*. Teresina: Tipografia Paz, 1913.

RUBIM, Antônio. João Freitas (Contetos – Recife, 1883). *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 59, n. 164, p. 8, 19 jul. 1883.

SÁ, Leônidas e. O Parnahiba. *Revista Acadêmica*, Recife, ano 2, n. 2, p. 8, o abr. 1888.[?]

SÁ, Leônidas e. No rio das garças (lembranças de minha terra). *Litericultura*, Teresina, ano 2, n. 4, p. 253-256, 30 abr. 1913.

SAID, Edward W. *Representação do intelectual: as conferências do Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward W. O papel público dos escritores intelectuais. In: _____. *Humanismo e crítica democrática*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Sólina Genuína. Benedicto dos Santos Lima: sua vida, uma história. In: SANTOS, O. L. dos (Org.). *Benedicto dos Santos Lima: intelectual autodidata*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1993. p. 13-43.

SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história de suas relações*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012. p. 9-31.

SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012. p. 33-79.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Da Costa e. *Zodiaco*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.

SILVA, Ney da. Sincelos. *O Monitor*, Teresina, ano 1, n. 22, p. 1-2, 28 mar. 1907.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *Para uma historiografia literária do Piauí: a narrativa da seca*. Rio de Janeiro: Caetés, 2013.

SOARES, Nildomar das Silveira (Org.). *APL: Estatutos, regimento interno acadêmicos e breve histórico*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

SOWELL, Thomas. *Os intelectuais e a sociedade*. Tradução de Maurício G. Righi. São Paulo: É Realizações, 2011.

TAKEYA, Denise Monteiro. O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 111-145, 1994.

TARJA, Maria Teresa. *A história do comércio de Teresina no desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Zahle, 2014.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Monteiro de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 133-158.

TEOFRASTO, Tomé. Colóquios com o doutor Abdias Neves: I. *O Apóstolo*, ano 3, n. 107, p. 3, 27 jun. 1909.

TITO FILHO, A. *Governos do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TITO FILHO, A. *Memorial da Cidade Verde*. Teresina: Companhia Editorial do Piauí, 1978.

TITO FILHO, A. Traços biográficos. In: PINHEIRO FILHO, Celso. *Nogueira Tapety*. Piauí: Instituto Histórico de Oeiras; Academia Piauiense de Letras, 1990. p. 7.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais: 1816, 1817, 1818*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1906.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difusão Editorial, 1980.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. *Sociedade e Cultura*, 2007, 10 jul.-dez. Acessado em 4 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70310205>>.

VIEIRA, António. Sermão da segunda oitava da Páscoa. In: VIEIRA, António. *Obra completa de padre António Vieira*. São Paulo: Loyola, 2015. v. 5. t. 2: Parenética: sermões da Páscoa e do Pentecostes, 1ª parte ciclo temporal litúrgico. p. 141-163.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e voz: a "literatura" medieval*. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FONTES PRIMÁRIAS

A.B.C. Rio de Janeiro, RJ: ano 15, n. 743, 1 jun. 1929;

A Ilustração Universal. Lisboa, PT: ano 1, n. 21, 28 jun. 1884;

A Imprensa (1ª fase). Teresina, PI: ano 12, n. 505, 2 mai. 1877; ano 13, n. 532, 13 fev. 1878;

A Imprensa (2ª fase). Teresina, PI: ano 1, n. 26, 15 out. 1925; ano 1, n. 27, 17 out. 1925; ano 1, n. 29, 22 out. 1925; ano 1, n. 31, 27 out. 1925; ano 1, n. 33, 31 out. 1925; ano 1, n. 36; ano 2, n. 266, 9 jul. 1927;

A Imprensa. Rio de Janeiro, RJ: ano 6, n. 631, 11 set. 1909; ano 6, n. 649, 29 set. 1909;

Almanaque da Parnaíba. Parnaíba, PI: ano 3, n. 3, 1926; ano 6, n. 6, 1929; ano 23, n. 23, 1947;

Almanaque de Pernambuco. Recife, PE: ano 4, n. 4, 1901;

Almanaque Literário e Estatístico. Porto Alegre, RS, ano 3, n. 3, 1891;

Alvorada. Teresina, PI: ano 1, n. 1, 15 jul. 1909; ano 1, n. 2, 30 jul. 1909; ano 1, n. 3, 15 ago. 1909; ano 1, n. 6, 30 set. 1909; ano 1, n. 9, 15 nov. 1909;

A Manhã. Rio de Janeiro, RJ: ano 4, n. 1.021, 4 abr. 1929; ano 4, n. 1.029, 13 abr. 1929; ano 4, n. 1.068, 29 mai. 1929;

A Noite. Rio de Janeiro, RJ: ano 19, n. 6.219, 12 mar. 1929; ano 19, n. 6.241, 4 abr. 1929; ano 35, n. 12.020, 1 ago. 1945;

Andorinha. Teresina, PI: ano 1, n. 29, 12 out. 1905;

A Notícia. Rio de Janeiro, RJ: ano 16, n. 29, 3 fev. 1909;

A Praça. Parnaíba, PI: ano 2, n. 52, 1 nov. 1928;

A Província. Recife, PE: ano 28, n. 142, 27 jun. 1905;

A Revista. Teresina, PI: ano 1, n. 1, 12 out. 1927; ano 2, n. 2, 7 set. 1928;

A Revista do Norte. São Luís, MA: ano 2, n. 25, 1 set. 1902; ano 2, n. 27, 1 out. 1902; ano 2, n. 32, 16 dez. 1902; ano 2, n. 34, 16 jan. 1903; ano 2, n. 35, 1 fev. 1903; ano 3, n. 70, 16 jul. 1904;

A Rua. Rio de Janeiro, RJ: ano 8, n. 123, 31 mai. 1921;

Auras do Norte. Parnaíba, PI: ano 1, n. 3, 14 mai. 1911; ano 1, n. 4, 28 mai. 1911; ano 1, n. 5, 15 jun. 1911; ano 1, n. 23, 17 mar. 1912; ano 2, n. 30, 20 abr. 1912;

Beira-Mar. Rio de Janeiro, RJ: ano 8, n. 205, 9 fev. 1930;

Cambirimba. Parnaíba, PI: ano 1, n. 3, 30 mai. 1912;

Careta. Rio de Janeiro, RJ: ano 21, n. 1.064, 10 nov. 1928; ano 22, n. 1.111, 5 out. 1929; ano 23, n. 1.156, 16 ago. 1930;

Chapada do Corisco. Teresina, PI: ano 1, n. 1, 11 mai. 1918;

Cidade Verde. Teresina, PI: ano 1, n. 1, 21 jan. 1912;

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, RJ: ano 2, n. 236, 5 fev. 1902; ano 28, n. 10.321, 30 ago. 1928; ano 28, n. 10.486, 10 mar. 1929; ano 28, n. 10.494, 20 mar. 1929; ano 28, n. 10.500, 27 mar. 1929;

Correio Paulistano. São Paulo, SP: ano 75, n. 23.504, 17 mar. 1929;

Crítica. Rio de Janeiro, RJ: ano 1, n. 117, 5 abr. 1929;

Diário Carioca. Rio de Janeiro, RJ: ano 2, n. 255, 25 mai. 1929; ano 3, n. 649, 27 jul. 1930; ano 7, n. 1.812, 24 jun. 1934; ano 25, n. 7.311, 4 mai. 1952;

Diário do Maranhão, São Luís, MA: ano 14, n. 2.841, 12 fev. 1883;

Diário de Pernambuco. Recife, PE: ano 59, n. 135, 14 jun. 1883; ano 59, n. 164, 19 jul. 1883; ano 61, n. 31, 8 fev. 1885; ano 112, n. 276, 3 out. 1937;

Diário de S. Luiz. São Luís, MA: ano 4, n. 115, 2 jun. 1924; ano 5, n. 241, 25 out. 1924;

Diário do Piauí. Teresina, PI: ano 1, n. 16, 14 mar. 1911; ano 1, n. 94, 23 jun. 1911; ano 1, n. 189, 14 nov. 1911; ano 2, n. 35, 15 fev. 1912; ano 2, n. 43, 24 fev. 1912; ano 2, n. 56, 14 mar. 1912; ano 2, n. 71, 3 abr. 1912; ano 2, n. 72, 4 abr. 1912; ano 2, n. 75, 11 abr. 1912; ano 2, n. 78, 14 abr. 1912; ano 2, n. 79, 16 abr. 1912; ano 2, n. 87, 25 abr. 1912; ano 2, n. 199, 12 set. 1912; ano 2, n. 214, 29 set. 1912; ano 2, n. 253, 20 nov. 1912; ano 3, n. 179, 9 ago. 1913;

Estado do Pará. Belém, PA: ano 5, n. 1.740, 18 jan. 1916; ano 7, n. 2, 2.251, 8 jul. 1917; ano 7, n. 2.267, 24 jul. 1917; ano 7, 2.268, 25 jul. 1917; ano 7, n. 2.344, 9 out. 1917; ano 11, n. 3.668, 29 mai. 1921; ano 11, n. 3.689, 19 jun. 1921;

Estado do Piauí. Teresina, PI: ano 1, n. 30, 26 mar. 1890;

Fon Fon. Rio de Janeiro, RJ: ano 3, n. 2, 9 jan. 1909; ano 8, n. 10, 7 mar. 1914; ano 9, n. 21, 22 mai. 1915; ano 24, n. 43, 25 out. 1930; ano 26, n. 19, 7 mai. 1932;

Gazeta. Teresina, PI: ano 2, n. 84, 10 abr. 1907;

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, RJ: ano 35, n. 150, 30 mai. 1909; ano 54, n. 73, 28 mar. 1929; ano 55, n. 82, 6 abr. 1930; ano 55, n. 135, 8 jun. 1930;

Gazeta do Norte. Fortaleza, CE: ano 8, n. 154, 14 jul. 1887;

Gazeta Oficial do Ceará. Fortaleza, CE: ano 2, n. 149, 25 mai. 1864;

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: ano 39, n. 76, 29 mar. 1929; ano 39, n. 82, 5 abr. 1929; ano 39, n. 117, 16 mai. 1929; ano 39, n. 305, 21 dez. 1929; ano 40, n. 227, 21 set. 1930; ano 63, n. 216, 19 set. 1953;

Jornal do Comércio. Manaus, AM: ano 25, n. 8.478, 11 ago. 1928;

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, RJ: ano 102, n. 59, 10 mar. 1929; ano 103, n. 45, 21 fev. 1930;

Jornal do Recife. Recife, PE: ano 16, n. 191, 25 ago. 1874; ano 34, n. 72, 2 abr. 1891; ano 51, n. 139, 20 jun. 1908; ano 51, n. 168, 26 jul. 1908;

Litericultura. Teresina, PI: ano 1, n. 1, 1 jan. 1912; ano 1, n. 6, 1 jun. 1912; ano 1, n. 10, 31 out. 1912; ano 2, n. 8, 31 ago. 1913;

Nortista. Parnaíba, PI: ano 1, n. 6, 9 fev. 1901; ano 1, n. 9, 2 mar. 1901; ano 1, n. 11, 16 mar. 1901; ano 1, n. 12, 23 mar. 1901; ano 1, n. 21, 25 mai. 1901; ano 1, n. 24, 15 jun. 1901; ano 1, n. 27, 6 jul. 1901; ano 1, n. 32, 10 ago. 1901; ano 1, n. 43, 26 out. 1901;

O Apóstolo, Teresina, PI: ano 1, n. 7, 30 jun. 1907; ano 1, n. 18, 15 set. 1907; ano 1, n. 20, 29 set. 1907; ano 1, n. 23, 20 out. 1907; ano 1, n. 24, 27 out. 1907; ano 1, n. 25, 3 nov. 1907; ano 1, n. 26, 10 nov. 1907; ano 1, n. 27, out. 1907; ano 1, n. 28, 24 nov. 1907; ano 3, n. 103, 30 mai. 1909; ano 3, n. 105, 13 jun. 1909; ano 3, n. 107, 27 jun. 1909; ano 3, n. 108, 4 jul. 1909; ano 3, n. 109, 11 jul. 1909; ano 3, n. 110, 18 jul. 1909; ano 3, n. 111, 25 jul. 1909; ano 3, n. 126, 7 nov. 1909; ano 4, n. 167, 28 ago. 1910; ano 4, n. 184, 25 dez. 1910; ano 5, n. 215, 30 jul. 1911; ano 5, n. 221, 24 ago. 1911; ano 5, n. 223, 3 set. 1911; ano 5, n. 226, p. 4, 24 set. 1911; ano 5, n. 259, 12 mai. 1912; ano 6, n. 264, 11 ago. 1912; ano 6, n. 272, 6 out. 1912; ano 6, n. 278, 17 nov. 1912;

O Arrebol. Teresina, PI: ano 4, n. 8, 28 abr. 1918; ano 4, n. 11, 19 set. 1918; ano 6, n. 14, 21 set. 1921; ano 8, n. 14, 2 abr. 1922; ano 8, n. 16, 30 abr. 1922; ano 8, n. 19, 2 jul. 1922; ano 9, n. 28, 24 jan. 1923; ano 9, n. 33, 16 abr. 1923; ano 10, n. 51, 15 nov. 1923; ano 10, n. 61, 24 ago. 1924; ano 10, n. 64, 14 set. 1924; ano 10, n. 67, 12 out. 1924; ano 11, n. 69, 15 nov. 1924; ano 11, n. 84, 26 jul. 1925;

O Ateneu Pernambucano. Recife, PE: ano 1, n. 3, set. 1856; ano 2, n. 1, mai. 1857; ano 2, n. 2, jun. 1857; ano 2, n. 3, jul. 1857; ano 3, n. 1, jun. 1858;

O Beija Flor. Rio de Janeiro, RJ: ano 5, n. 10, mai. 1919;

O Ceará. Fortaleza, CE: ano 3, n. 864, 27 abr. 1928;

O Cearense. Fortaleza, CE: ano 12, n. 1.117, 20 abr. 1858; ano 17, n. 1.606, 25 set. 1865; ano 22, n. 2.550, 25 jan. 1868; ano 25, n. 60, 26 mai. 1871;

O Comércio. Teresina, PI: ano 1, n. 46, 12 mai. 1907; ano 2, n. 69, 20 out. 1907;

O Dia. Parnaíba, PI: ano 3, s/n, 11 jun. 1929;

O Ensaio Filosófico. Recife, PE: ano 1, n. 2, set. 1857; ano 2, n. 5, ago. 1859;

O Exemplo. Porto Alegre, RS: ano 1, n. 18, 13 mai. 1916;

Oitenta e Nove. Teresina, PI: ano 2, n. 22, 24 abr. 1874; ano 2, n. 25, 30 jun. 1874; ano 2, n. 26, 23 jul. 1874; ano 2, n. 27, 22 ago. 1874;

O Jornal. Rio de Janeiro, RJ: ano 4, n. 914, 12 jan. 1922; ano 10, n. 2.973, 7 ago. 1928; ano 11, n. 3.180, 5 abr. 1929; ano 11, n. 3.248, 23 jun. 1929; ano 12, n. 3.709, 14 dez. 1930;

O Lírio. Recife, PE: ano 2, n. 13, nov. 1903; ano 3, n. 15, jan. 1904;

O Malho. Rio de Janeiro, RJ: ano 27, n. 1.364, 3 nov. 1928; ano 28, n. 1.390, 4 mai. 1929; ano 28, n. 1.424, 28 dez. 1929; ano 36, n. 224, 16 set. 1934;

O Monitor. Teresina, PI: ano 1, n. 22, 28 mar. 1907; ano 1, n. 43, 22 ago. 1907; ano 1, n. 44, 29 ago. 1907; ano 1, n. 52, 24 out. 1907;

O Norte. Parnaíba, PI: ano 15, n. 2.631, 19 mai. 1944; ano 15, n. 2.632, 20 mai. 1944;

O País. Rio de Janeiro, RJ: ano 25, n. 8.943, 30 mar. 1909; ano 26, n. 9.383, 14 jun. 1910; ano 45, n. 16.209, 7 mar. 1929; ano 45, n. 16.222, 20 mar. 1929; ano 45, n. 16.223, 21 mar. 1929; ano 45, n. 16.250, 17 abr. 1929; ano 45, n. 16.266, 3 mai. 1929; ano 45, n. 16.267, 4 mai. 1929; ano 46, n. 16.421, 5 out. 1929; ano 46, n. 16.475, 28 nov. 1929; ano 46, n. 16.524, 16 jan. 1930; ano 46, n. 16.741, 22 ago. 1930; ano 46, n. 16.770, 20 set. 1930;

O Piauí. Teresina, PI: ano 17, n. 917, 24 ago. 1907; ano 18, n. 988, 26 dez. 1908;

Para Todos. Rio de Janeiro, RJ: ano 9, n. 518, 17 nov. 1928;

Recreio Literário. Oeiras, PI: ano 1, n. 1, mai. 1851;

Revista da Semana. Rio de Janeiro, RJ: ano 29, n. 49, 24 nov. 1928; ano 30, n. 14, 23 mar. 1929; ano 30, n. 50, 30 nov. 1929; ano 31, n. 41, 27 set. 1930;

Pacotilha. São Luís, MA: ano 4, n. 129, 15 mai. 1884; ano 41, n. 223, 22 set. 1921; ano 42, n. 55, 7 mar. 1923;

Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina, PI: ano 1, n. 1, jun. 1918; ano 2, n. 2, 1919; ano 7, n. 7, 1924;

Revista do Norte. Recife, PE: ano 3, n. 13, 15 jul. 1891; ano 3, n. 14, 20 jun. 1891; ano 3, n. 16, 30 ago. 1891;

Semana. Parnaíba, PI: ano 1, n. 31, 8 jan. 1911;

Vida Capixaba. Vitória, ES: ano 7, n. 193, 19 set. 1929; ano 8, n. 208, 2 jan. 1930.

APÊNDICES

APÊNDICE A
PRODUÇÕES DE HIGINO CUNHA EM PERIÓDICOS TERESINENSES
(1902-1926)

PRODUÇÕES DE HIGINO CUNHA EM PERIÓDICOS PIAUIENSES (1902-1926)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1902	13 jul.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Pedro Mouco”	Biografia
2 ^a	1903	7 set.	<i>Liberdade</i> (Teresina, PI)	“Pro Pátria”	Artigo
3 ^a	1905	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“O gênio”	Artigo
4 ^a	1908	19 mar.	<i>O Apóstolo</i> (Teresina, PI)	“O ideal cristão”	Artigo
5 ^a	1908	10 jun.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Quadras”	Quadras
6 ^a	1910	3 ago.	<i>O Apóstolo</i> (Teresina, PI)	“O moribundo”	Soneto
7 ^a	1912	10 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Os escandinavos e a educação da mulher”	Artigo
8 ^a	1912	29 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Versos alexandrinos”	Artigo
9 ^a	1912	1 ago.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“A Nudez e o Vestuário”	Artigo
10 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“A Nudez e o Vestuário” (cont.)	Artigo
11 ^a	1913	30 abr.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O idealismo filosófico e o ideal artístico” (I)	Artigo
12 ^a	1913	31 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O idealismo filosófico e o ideal artístico” (II)	Artigo
13 ^a	1913	31 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O idealismo filosófico e o ideal artístico” (IV)	Artigo
14 ^a	1913	31 ago.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O idealismo filosófico e o ideal artístico” (V)	Artigo
15 ^a	1913	30 set.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O idealismo filosófico e o ideal artístico” (VI)	Artigo
16 ^a	1913	30 nov.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Ciência e religião”	Artigo
17 ^a	1918	11 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“O novo surto”	Crônica
18 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“O incognoscível”	Poema
19 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“William Shakespeare: ligeiros traços”	Biografia
20 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Noções de história da literatura portuguesa”	Estudo
21 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“O moribundo”	Soneto republicado
22 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Instrução e Civismo”	Palestra
23 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Recepção do senhor Pedro Brito”	Discurso
24 ^a	1925	10 nov.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Benito Mussolini”	Artigo
25 ^a	1925	19 nov.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“O eterno pesadelo”	Artigo
26 ^a	1925	24 nov.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Ainda o famoso caudilho italiano”	Artigo
27 ^a	1925	5 dez.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“D. Pedro II, ex-imperador do Brasil”	Artigo
28 ^a	1926	4 fev.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Einstein e o <i>rouge</i> ”	Artigo
29 ^a	1926	6 mar.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Mussolini e o Vaticano” (I)	Artigo
30 ^a	1926	9 mar.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Mussolini e o Vaticano” (II)	Artigo
31 ^a	1926	14 mai.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“A prisão do capitão Juarez Távora” (I)	Artigo
32 ^a	1926	18 mai.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“A prisão do capitão Juarez Távora” (II)	Artigo

APÊNDICE B
PRODUÇÕES DE FÉLIX PACHECO EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1901-1929)

PRODUÇÕES DE FÉLIX PACHECO EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1901-1929)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1901	1 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Nella Miséria”	Soneto
2 ^a	1901	25 abr.	<i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Tentação”	Soneto
3 ^a	1901	1 ago.	<i>Cidade do Rio</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Suíça”	Soneto
4 ^a	1901	7 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O condoreiro”	Soneto
5 ^a	1902	16 jan.	<i>Cidade do Rio</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“A glória”	Soneto
6 ^a	1902	25 jan.	<i>Cidade do Rio</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O poeta e o tempo”	Soneto
7 ^a	1902	15 mar.	<i>Cidade do Rio</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“A máscara do Eremita”	Soneto
8 ^a	1904	Dez.	<i>Kosmos</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Religião suprema”	Soneto
9 ^a	1905	Fev.	<i>Kosmos</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Amores alvos”	Conto
10 ^a	1905	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Escrava”	Soneto
11 ^a	1906	Mar.	<i>Kosmos</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O suposto Steinhauff”	Artigo
12 ^a	1908	8 set.	<i>Jornal da Exposição</i> (Rio de Janeiro, RJ)	Semper virens	Soneto
13 ^a	1908	21 set.	<i>Jornal da Exposição</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O jornalismo brasileiro”	Artigo
14 ^a	1911	24 jan.	<i>A Imprensa</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Deve-se mudar a capital”	Entrevista
15 ^a	1912	5 ago.	<i>A Imprensa</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“A herma a Ferreira de Araújo”	Discurso
16 ^a	1913	31 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Sombras”	Tercetos
17 ^a	1913	27 set.	<i>A Notícia</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Rainhas e servas”	4 Sonetos
18 ^a	1913	16 ago.	<i>Careta</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Solicitude”	Soneto
19 ^a	1913	30 ago.	<i>Careta</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Panóplia azul”	Soneto
20 ^a	1913	20 set.	<i>Careta</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Os teares da casa verde”	4 Sonetos
21 ^a	1913	27 dez.	<i>Careta</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Lohengrin”	Soneto
22 ^a	1914	13 jun.	<i>Careta</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“No baile”	Soneto
23 ^a	1915	19 set.	<i>O Pharol</i> (Juiz de Fora, MG)	“A lição da Vida”	Soneto
24 ^a	1916	1 jan.	<i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Estranhas lágrimas!”	Soneto
25 ^a	1916	3 set.	<i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“À memória de Pereira Passos”	Discurso
26 ^a	1917	19 set.	<i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O Tiro da Imprensa”	Entrevista
27 ^a	1918	25 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“Canção do tiro da imprensa”	Quartetos
28 ^a	1918	14 jun.	<i>O Pharol</i> (Juiz de Fora, MG)	“Estranhas lágrimas!”	Soneto republicado
29 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Amores alvos”	Conto republicado
30 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Deusa inspiradora”	Carta
31 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Argonautas”	Soneto
32 ^a	1919	26 jun.	<i>A União</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O hino da paz”	Hino
33 ^a	1919	6 jul.	<i>A União</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Sim, meu amor!”	Soneto
34 ^a	1924	13 mar.	<i>A União</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“A paciência”	Soneto
35 ^a	1924	11 mai.	<i>A União</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Como falou o Ministro”	Discurso
36 ^a	1929	29 mai.	<i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Polvorosa ou calmaria?”	Entrevista

APÊNDICE C

CRONOLOGIA DAS PUBLICAÇÕES LITERÁRIAS DE PIAUIENSES E DE AUTORES RELACIONADOS AO PIAUÍ (1808-1930)

CRONOLOGIA DAS PUBLICAÇÕES LITERÁRIAS DE PIAUIENSES E DE AUTORES RELACIONADOS AO PIAUÍ (1808-1930)						
ORD	ANO	TÍTULO	GÊNERO	AUTOR	LOCAL	IMPRESSÃO
1º	1808	<i>Poemas</i>	Poesia (coletânea)	Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva	Coimbra	Universidade de Coimbra
2º	1808	<i>Ode pindárica e congratulatória ao príncipe, à pátria e à academia, pela restauração do governo legítimo</i>	Poema	Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva	Coimbra	Universidade de Coimbra
3º	1809	<i>Narração das marchas e feitos do corpo militar acadêmico desde 31 de março, em que saiu de Coimbra, até 12 de maio, sua entrada no Porto</i>	Narração	Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva	Coimbra	Universidade de Coimbra
4º	1835	<i>O ímpio confundido</i>	Narrativa em verso	Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco	Lisboa	Tipografia de A. I. S. de Bulhões
5º	1839	<i>Santíssimo milagre</i>	Narrativa em verso	Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco	Lisboa	Tipografia Carvalhense
6º	1839	<i>A cameleida ou a congregação dos lentes de Olinda</i>	Poema	Manuel Pereira da Silva e Francisco José Furtado	São Paulo	Tipografia Imparcial de Silva
7º	1840	<i>Heroídes de Olímpia e Herculano</i>	Romance	Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva	Rio de Janeiro	Tipografia da Associação do Despertador
8º	1856	<i>A criação universal</i>	Narrativa em verso	Leonardo da Senhora das Dores Castelo Branco	Rio de Janeiro	Tipografia da Imprensa Nacional
9º	1859	<i>O touro fusco</i>	Poema	José Coriolano de Sousa Lima	Recife	Tipografia de José de Vasconcelos
10º	1866	<i>Flores da noite</i>	Poesia (coletânea)	Licurgo de Paiva	Recife	-
11º	1867	<i>Noite ao luar</i>	Poema	Licurgo de Paiva	São Paulo	-
12º	1870	<i>Impressões e gemidos</i>	Poesia (coletânea)	José Coriolano de Sousa Lima	São Luís	Tipografia de Berlamino de Matos
13º	1874	<i>A pérola do lobo</i>	Conto	Francisco Gil Castelo Branco	-	-
14º	1874	<i>Um figurino</i>	Conto	Francisco Gil Castelo Branco	-	-
15º	1875	<i>Flores incultas</i>	Poesia (coletânea)	Luiza Amélia de Queiroz	Maranhão	Tipografia de País. Imp. M. F. Pires
16º	1876	<i>Contos a esmo</i>	Contos	Francisco Gil Castelo Branco	Rio de Janeiro	-
17º	1877	<i>Primeiras estrofes</i>	Poesia (coletânea)	José Ávila de Miranda Osório	Rio de Janeiro	Tipografia Cosmopolita
18º	1878	<i>Os gansos sociais</i>	Conto	Francisco Gil Castelo Branco	-	-
19º	1879	<i>Cânticos de dor</i>	Poesia (coletânea)	José Ávila de Miranda Osório	-	-
20º	1880	<i>Infantildade</i>	Poesia (coletânea)	Raimundo de Arêa Leão	-	-

21°	1880	<i>Os mártires da Vitória</i>	Poema	Joaquim Ribeiro Gonçalves	Recife	-
22°	1880	<i>Vislumbres</i>	Poesia (coletânea)	Joaquim Ribeiro Gonçalves	Recife	-
23°	1880	<i>Ataliba, o vaqueiro</i>	Romance	Francisco Gil Castelo Branco	Rio de Janeiro	Tipografia Cosmopolita
24°	1881	<i>Ecos do coração</i>	Poesia (coletânea)	Hermínio Castelo Branco	Teresina	-
25°	1881	<i>Os artistas improvisados</i>	Comédia	Constantino da Costa Pereira	Recife	-
26°	1881	<i>Emanipação</i>	Poesia (coletânea)	João Ribeiro Gonçalves	Recife	Industrial
27°	1882	<i>Íntimos</i>	Poesia (coletânea)	Anísio Auto de Abreu	Recife	-
28°	1882	<i>Micógrafo</i>	Poesia (coletânea)	Anísio Auto de Abreu, César Monteiro	Recife	-
29°	1882	<i>Três liras</i>	Poesia (coletânea)	Anísio Auto de Abreu, Antônio Rubim e Joaquim Ribeiro Gonçalves	Recife	-
30°	1882	<i>A Namoradeira</i>	Romance	Constantino da Costa Pereira	Recife	<i>Almanaque Literário Pernambucano</i>
31°	1883	<i>Carta ao conselheiro João Alfredo</i>	Poema	Anísio Auto de Abreu	Recife	-
32°	1883	<i>Miscelânea</i>	Poesia (coletânea)	Anísio Auto de Abreu	Recife	Central
33°	1883	<i>Contetos</i>	Conto	João Alfredo de Freitas	Recife	-
34°	1883	<i>Vespertinos</i>	Poesia (coletânea)	Anísio Auto de Abreu, Antônio Rubim e Joaquim Ribeiro Gonçalves	Recife	-
35°	1884	<i>Pobreza não é vício</i>	Conto	Francisco Gil Castelo Branco	-	-
36°	1884	<i>A harpa do caçador</i>	Poesia (coletânea)	Teodoro de Carvalho e Silva C. Branco	São Luís	-
37°	1884	<i>Lendas e superstições do norte do Brasil</i>	Folclore	João Alfredo de Freitas	Recife	-
38°	1887	<i>Lira sertaneja</i>	Poesia (coletânea)	Hermínio Castelo Branco	Fortaleza	Libro Papelaria Bivar
39°	1891	<i>O seringueiro</i>	Poesia (coletânea)	Leônidas Benício Mariz e Sá	Belém	Tipografia Tavares Cardoso & Cia
40°	1891	<i>Estrofes</i>	Poesia (coletânea)	Francisco Alves Lima	Fortaleza	-
41°	1892	<i>Filoliteratura</i>	Crítica literária	Leônidas Benício Mariz e Sá	-	-
42°	1892	<i>Centelhas</i>	Conto	Joaquim Ribeiro Gonçalves	Recife	-
43°	1892	<i>Bela</i>	Romance	Leônidas Benício Mariz e Sá	-	-
44°	1892	<i>Piloteria</i>	Crítica literária	Leônidas Benício Mariz e Sá	-	-
45°	1892	<i>Esmaltes</i>	Conto	João Licínio de Miranda Barbosa	Recife	Biblioteca entre amigos
46°	1893	<i>Georgina ou os efeitos do amor</i>	Narrativa em verso	Luiza Amélia de Queiroz	São Luís	Tipografia à vapor da Pacotilha
47°	-	<i>Palingenesia</i>	Crítica literária	Leônidas Benício Mariz e Sá	Belém	-
48°	1896	<i>Falenas e sílfides</i>	Poesia (coletânea)	José Luiz Batista e João Pinheiro	Teresina	-
49°	1897	<i>Chicotadas, poesias revolucionárias</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia Moraes
50°	1900	<i>Anforas</i>	Poesia (coletânea)	Jonas da Silva	Rio de Janeiro	Tipografia do Instituto Profissional
51°	1900	<i>Cantigas</i>	Poesia (coletânea)	Taumaturgo Vaz	Manaus	F. de Queiroz & Cia
52°	1900	<i>Via crucis</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia do Jornal do Comércio
53°	1901	<i>Primícias</i>	Poesia (coletânea)	Nestor Gomes Veras	Teresina	Tipografia de A Notícia

54°	1902	<i>Ublanos</i>	Poesia (coletânea)	Jonas da Silva	Rio de Janeiro	Tipografia Leuzinger
55°	1902	<i>Alcione</i>	Contos	Amélia de Freitas Beviláqua	Bahia	Livraria Magalhães
56°	1902	<i>Ano de luto</i>	Poesia (coletânea)	Fenelon Castelo Branco	Picos, do Maranhão	Tipografia do O Município
57°	1904	<i>Mors-amor</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia do Jornal do Comércio
58°	1905	<i>Aspectos</i>	Crônica	Amélia de Freitas Beviláqua	-	-
59°	1906	<i>Solar dos sonhos</i>	Poesia (coletânea)	João Pinheiro	Rio de Janeiro	Tipografia Leuzinger
60°	1906	<i>Através da vida</i>	Romance	Amélia de Freitas Beviláqua	Rio de Janeiro	H. Garnier
61°	1906	<i>Silbuetas</i>	Conto	Amélia de Freitas Beviláqua	Recife	Livraria Econômica
62°	1906	<i>Luar de amor</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia Kosmos
63°	1907	<i>Almas irmãs</i>	Poesia (coletânea)	Zito Batista, Antônio Chaves e Celso Pinheiro	Teresina	Tipografia Paz
64°	1907	<i>Ode a Satã</i>	Poesia	Adalberto Peregrino	Teresina	Tipografia Paz
65°	1907	<i>Pedaços do coração</i>	Poesia	Zito Batista	Teresina	Tipografia Paz
66°	1907	<i>Sincelos</i>	Poesia	Jônatas Batista	Teresina	Libro Papelaria Veras
67°	1908	<i>Sangue</i>	Poesia (coletânea)	Da Costa e Silva	Recife	Livraria Francesa
68°	1908	<i>Vesta</i>	Romance	Amélia de Freitas Beviláqua	-	-
69°	1908	<i>Agônias</i>	Conto	Celso Pinheiro	Teresina	Tipografia Paz
70°	1908	<i>Sonhos de mocidade</i>	Poesia	Guilherme Matos	Teresina	Libro Papelaria Veras
71°	1908	<i>O Piauí, canto sertanejo</i>	Narrativa em verso	Clodoaldo Fritas	São Luís	Tipografia Ramos de Almeida
72°	1909	<i>Dois egressos de farda</i>	Crítica literária	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia do Jornal do Comércio
73°	1909	<i>Um manicaca</i>	Romance	Abdias Neves	Teresina	Libro Papelaria Veras
74°	1909	<i>Poema da mágoa</i>	Trovas	Antônio Chaves	Teresina	Libro Papelaria Veras
75°	1910	<i>Sonetos piauienses</i>	Poesia (coletânea)	Baurélio Mangabeira	Teresina	Oficinas da Gazeta
76°	1911	<i>Em roda dos fatos</i>	Crônicas	Clodoaldo Freitas	Teresina	Tipografia Paz
77°	1912	<i>Alexandrinos</i>	Poesia (coletânea)	Lucídio Freitas e Alcides Freitas	Teresina	Tipografia Paz
78°	1912	<i>Flor incógnita</i>	Poesia	Celso Pinheiro	Teresina	-
79°	1913	<i>À toa</i>	Conto	João Pinheiro	Teresina	Imprensa Oficial
80°	1913	<i>Angústia</i>	Romance	Amélia de Freitas Beviláqua	Rio de Janeiro	Editora e tipografia Besnard Frères
81°	1913	<i>Ideias e conceitos</i>	Crônica	Otávio de Freitas	Recife	Imprensa Industrial
82°	1914	<i>Poesias</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia Jacinto Ribeiro dos Santos
83°	1915	<i>Ignêsita</i>	Poesia	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	-
84°	1916	<i>Nebulosas</i>	Poesia (coletânea)	Antônio Chaves	Teresina	Tipografia de <i>O Piauí</i>
85°	1916	<i>União por dentro</i>	Poesia (coletânea)	Fenelon Castelo Branco	Teresina	Tipografia Paz
86°	1917	<i>Marta</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	-
87°	1917	<i>Tu, só tu...</i>	Poema	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia do Jornal do Comércio

88°	1917	<i>Zodiaco</i>	Poesia (coletânea)	Da Costa e Silva	Rio de Janeiro	Tipografia Apolo
89°	1917	<i>Verbaeren</i>	Poema	Da Costa e Silva	Rio de Janeiro	-
90°	1917	<i>Vida obscura</i>	Poesia (coletânea)	Lucídio Freitas	Belém	Imprensa Oficial
91°	1917	<i>Das galerias</i>	Poesia (coletânea)	Fenelon Castelo Branco	Teresina	Tipografia Paz
92°	1918	<i>No limiar de outono</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia Jacinto Ribeiro dos Santos
93°	1918	<i>Nossos imortais</i>	Poesia (coletânea)	Fenelon Castelo Branco	Teresina	Tipografia Paz
94°	1918	<i>Chama extinta</i>	Poesia (coletânea)	Zito Batista	Rio de Janeiro	-
95°	1918	<i>Dona</i>	Narrativa	A. Lisboa Rodrigues	Teresina	-
96°	1919	<i>Lírios brancos</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia Jacinto Ribeiro dos Santos
97°	1919	<i>Pandora</i>	Poesia (coletânea)	Da Costa e Silva	Rio de Janeiro	Livraria Castilho
98°	1919	<i>O pendão da taba verde</i>	Poesia	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia do Jornal do Comércio
99°	1920	<i>Estos e pausas</i>	Poesia (coletânea)	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia Jacinto Ribeiro dos Santos
100°	1921	<i>Em louvor de Paulo Barreto</i>	Poesia	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	-
101°	1921	<i>Minha terra</i>	Poesia (coletânea)	Lucídio Freitas	Teresina	Papelaria Piauiense
102°	1921	<i>Açucena</i>	Romance	Amélia de Freitas Beviláqua	Rio de Janeiro	Editora Francisco Alves
103°	1922	<i>Em busca de luz</i>	Poesia (coletânea)	João Ferrí	Rio de Janeiro	Guanabara
104°	1922	<i>As festas do centenário do Piauí cantadas em versos pelo matuto Bastião</i>	Poesia	J. A. C.	Teresina	-
105°	1923	<i>Czardas</i>	Poesia (coletânea)	Jonas da Silva	Manaus	Tipografia da Revista Cá & Lá
106°	1923	<i>Ode à mendiga</i>	Poesia	Alarico da Cunha	Parnaíba	-
107°	1923	<i>Meus doentes, meus clientes</i>	Crônica	Otávio de Freitas	Recife	Imprensa Industrial
108°	1924	<i>Ante os abismos da vida</i>	Poesia (coletânea)	R. Petit	Fortaleza	-
109°	1924	<i>Harmonia dolorosa</i>	Poesia (coletânea)	Zito Batista	Rio de Janeiro	Brasileira
110°	1924	<i>Arengas e retalhos</i>	Crônica	J. Vaz da Costa	Bahia	Livraria Duas Américas
111°	1924	<i>Horas de trabalho</i>	Crônica	Octávio de Freitas	Recife	Imprensa Industrial
112°	1924	<i>Cancioneiro teresinense</i>	Poesia (coletânea)	Antônio Prado de Moura	Teresina	Tipografia de <i>O Arrebol</i>
113°	1925	<i>Fogo de palha</i>	Conto	João Pinheiro	Teresina	Papelaria Piauiense
114°	1927	<i>Verônica</i>	Poesia (coletânea)	Da Costa e Silva	Rio de Janeiro	Editora Brasil Contemporâneo
115°	1927	<i>Copa de ébano</i>	Poesia	Martins Napoleão	Teresina	Oficinas do <i>Piauí</i>
116°	1913	<i>Velário</i>	Poesia	Abdias Neves	Teresina	-
117°	1928	<i>Poeira de sonhos</i>	Poesia (coletânea)	Jugurta Castelo Branco	Rio de Janeiro	Tipografia Benedito de Souza
118°	1929	<i>A costela de Adão</i>	Contos	Berilo Neves	Rio de Janeiro	Tipografia do Jornal do Comércio
119°	1929	<i>Livro de miss Piauí</i>	Poesia (coletânea)	R. Petit	Teresina	Imprensa Oficial
120°	1929	<i>Impressões</i>	Crônica	Amélia de Freitas Beviláqua	Rio de Janeiro	Editora e tipografia Besnard Frères
121°	1930	<i>L'affaire des Emprunts-or</i>	Crítica literária	Félix Pacheco	Rio de Janeiro	Tipografia do Jornal do Comércio
122°	1930	<i>Arco-íris</i>	Crônica	Carlos Borromeu	Teresina	-

123°	1930	<i>Poemas ocultos</i>	Poesia	Martins Napoleão	Teresina	Oficinas do <i>Piauí</i>
------	------	-----------------------	--------	------------------	----------	--------------------------

APÊNDICE D
PRODUÇÕES DE JOÃO PINHEIRO EM PERIÓDICOS PIAUIENSES
(1901-1933)

PRODUÇÕES DE JOÃO PINHEIRO EM PERIÓDICOS PIAUIENSES (1901-1933)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1ª	1901	7 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A virgem e a rosa”	Sextilhas
2ª	1902	11 mai.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Fragmento”	Crônica
3ª	1905	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Silêncio”	Quartetos
4ª	1906	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Arias dos ritos”	Soneto
5ª	1909	15 ago.	<i>Ahorada</i> (Teresina, PI)	“José Apolônio”	Conto
6ª	1909	15 set.	<i>Ahorada</i> (Teresina, PI)	“O lago”	Soneto
7ª	1909	15 nov.	<i>Ahorada</i> (Teresina, PI)	“A sós”	Soneto
8ª	1910	28 fev.	<i>Ahorada</i> (Teresina, PI)	“In anima vili”	Soneto
9ª	1912	1 jan.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O excomungado” (I)	Conto
10ª	1912	1 jan.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Rurigena”	Soneto
11ª	1912	1 mar.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: João Apolônio”	Conto
12ª	1912	1 mar.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Cuore”	Soneto
13ª	1912	1 abr.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: À toa...”	Conto
14ª	1912	1 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: missão abreviada”	Conto
15ª	1912	1 jun.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: chapéu de sebo”	Conto
16ª	1912	1 jun.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Olhos negros”	Soneto
17ª	1912	1 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: ao pé da viola”	Conto
18ª	1912	1 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: João Alma”	Conto
19ª	1912	1 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O sucuriú”	Soneto
20ª	1912	1 ago.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: o mal-assombrado”	Conto
21ª	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Aspectos piauienses: a casa grande”	Conto
22ª	1913	31 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O supremo desprezo”	Soneto
23ª	1913	31 ago.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Primavera!”	Poema
24ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Luizinha”	Conto
25ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“A balsa”	Soneto
26ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Um cometa atribulado”	Conto
27ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Rabo de saia”	Conto
28ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Promessas”	Conto
29ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Tema antigo”	Soneto
30ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Olhos”	Soneto
31ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Lili”	Conto
32ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Evocação”	Dísticos
33ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Folclore piauiense: olho d’água da pedra”	Folclore
34ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Folclore piauiense: casa de pedra”	Folclore
35ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Clarice”	Soneto
36ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Rurigena”	Soneto republicado
37ª	1922	7 set.	<i>O Arrebol</i> (Teresina, PI)	“O supremo desprezo”	Soneto
38ª	1922	15 out.	<i>O Arrebol</i> (Teresina, PI)	“Tema antigo”	Soneto
39ª	1925	31 out.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“O castigo do vício...”	Conto
40ª	1933	20 abr.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“O Sucuriú”	Soneto
41ª	1933	19 mai.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Páginas de antanho: Toda a mitra”	Conto
42ª	1933	29 mai.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Páginas de antanho: O Jarrinha”	Conto
43ª	1933	8 jun.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“O poder de Deus”	Conto
44ª	1933	15 jun.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Um cometa atribulado”	Conto
45ª	1933	29 jun.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“O tesouro encantado”	Conto

APÊNDICE E
PRODUÇÕES DE ALARICO DA CUNHA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1901-1934)

PRODUÇÕES DE ALARICO DA CUNHA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1901-1934)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1901	2 nov.	<i>Jornal de Caxias</i> (Caxias, MA)	“Cristo”	Quartetos
2 ^a	1910	31 jul.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Saudade atroz”	Soneto
3 ^a	1910	14 ago.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Primeiro amor”	Soneto
4 ^a	1910	28 ago.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Jamais duvides”	Soneto
5 ^a	1910	11 set.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Mundo ideal”	Soneto
6 ^a	1910	25 set.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Comunhão dos sonhos”	Soneto
7 ^a	1910	23 out.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Deus!”	Soneto
8 ^a	1910	30 out.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Imortalidade”	Soneto
9 ^a	1910	27 nov.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Verba cordis”	Soneto
10 ^a	1910	11 dez.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Pranto róseo”	Soneto
11 ^a	1911	1 jan.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“1911”	Soneto
12 ^a	1911	7 mai.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Mês de Maria”	Soneto
13 ^a	1911	31 dez.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“O ocaso do ano”	Soneto
14 ^a	1918	18 jun.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Veritas super omnia”	Declaração
15 ^a	1918	3 jul.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“D. Francisco de Paula”	Crônica
16 ^a	1920	1 jan.	<i>O Artista</i> (Parnaíba, PI)	“Evolução e Amor”	Crônica
17 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“A missa da natureza”	Soneto
18 ^a	1928	4 mai.	<i>O Imparcial</i> (São Luís, MA)	“Canção da imortalidade”	Poema
19 ^a	1928	15 mai.	<i>A Praça</i> (Parnaíba, PI)	“Gleba que canta”	Crítica
20 ^a	1928	22 mai.	<i>A Imprensa</i> (Terresina, PI)	“Canção da imortalidade”	Poema republicado
21 ^a	1928	10 jun.	<i>O Imparcial</i> (São Luís, MA)	“Gleba que canta”	Crítica republicada
22 ^a	1928	26 jun.	<i>A Praça</i> (Parnaíba, PI)	“Discurso”	Discurso
23 ^a	1928	22 jul.	<i>O Imparcial</i> (São Luís, MA)	“O microscópio”	Poema
24 ^a	1928	1 nov.	<i>A Praça</i> (Parnaíba, PI)	“Sertão Alegre”	Crítica
25 ^a	1928	3 dez.	<i>O Imparcial</i> (São Luís, MA)	“Impressões de viagem” (I)	Crônica
26 ^a	1928	11 dez.	<i>O Imparcial</i> (São Luís, MA)	“Impressões de viagem” (II)	Crônica
27 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“O recesso do lar”	Poema
28 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“As observações do matuto”	Crônica
29 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Questão entre santos”	Artigo
30 ^a	1929	31 mar.	<i>O Imparcial</i> (São Luís, MA)	“Deus...”	Soneto
31 ^a	1929	11 mai.	<i>O Dia</i> (Parnaíba, PI)	“Victor Hugo e Guerra Junqueiro”	Crítica
32 ^a	1929	11 jun.	<i>O Dia</i> (Parnaíba, PI)	“A ‘Costela de Adão’, de Berilo Neves”	Crítica
33 ^a	1930	31 dez.	<i>O Norte</i> (Parnaíba, PI)	“A epopeia do ano bom”	Poema
34 ^a	1930	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“A gratidão do Diabo”	Conto
35 ^a	1930	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Canção da Imortalidade”	Poema republicado
36 ^a	1930	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Miss Piauí”	Poema
37 ^a	1933	12 dez.	<i>Notícias</i> (São Luís, MA)	“Lucubrações teosóficas”	Artigo
38 ^a	1934	11 nov.	<i>Correio da Manhã</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Uma santa”	Crônica

APÊNDICE F
PRODUÇÕES DE AMÉLIA DE FREITAS BEVILÁQUA EM PERIÓDICOS
BRASILEIROS (1902-1930)

PRODUÇÕES DE AMÉLIA DE FREITAS BEVILÁQUA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1902-1930)					
ORD.	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1902	5 nov.	<i>O Lírio</i> (Recife, PE)	“O Lírio”	Editorial
2 ^a	1902	10 dez.	<i>O Lírio</i> (Recife, PE)	“Páginas do meu livro”	Crônica
3 ^a	1903	1 fev.	<i>O Lírio</i> (Recife, PE)	“Sem título”	Crônica
4 ^a	1903	5 mai.	<i>O Lírio</i> (Recife, PE)	“No campo”	Conto
5 ^a	1903	Nov.-Dez.	<i>O Lírio</i> (Recife, PE)	“Saudação”	Artigo
6 ^a	1903	17 dez.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, Maranhão)	“Juramento”	Crônica
7 ^a	1904	-	<i>Almanaque Brasileiro Garnier</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Silhueta de uma capital”	Crônica
8 ^a	1904	18 mai.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Hazel”	Conto
9 ^a	1904	30 mai.	<i>Correio da Manhã</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Impressões”	Crônica
10 ^a	1904	14 dez.	<i>Diário de Pernambuco</i> (Recife, PE)	“Reorganização da família”	Artigo
11 ^a	1906	-	<i>Almanaque Brasileiro Garnier</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O Recife”	Artigo
12 ^a	1906	21 ago.	<i>Jornal do Recife</i> (Recife, PE)	“Um quadro”	Conto
13 ^a	1908	-	<i>Almanaque Brasileiro Garnier</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Teresinha”	Conto
14 ^a	1908	6 jan.	<i>O Teatro</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O Tuberculoso”	Conto
15 ^a	1909	-	<i>Almanaque Brasileiro Garnier</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Recordação de um Passeio”	Crônica
16 ^a	1911	30 jan.	<i>A Federação</i> (Porto Alegre, RS)	“Recordação de um passeio”	Conto
17 ^a	1912	1 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Colegial guloso”	Conto
18 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Um aniversário”	Conto
19 ^a	1914	-	<i>Almanaque Brasileiro Garnier</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Reminiscências”	Crônica
20 ^a	1915	30 dez.	<i>A Notícia</i> (Salvador, Bahia)	“Dentro dos dias”	Crônica
21 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Alcione”	Conto
22 ^a	1927	10 jun.	<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Ao erudito escritor das Cartas devolvidas”	Artigo
23 ^a	1927	30 out.	<i>Correio da Manhã</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Um quadro”	Conto republicado
24 ^a	1927	19 nov.	<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Impressões das <i>Poesias</i> , do senhor Alberto de Oliveira	Crítica
25 ^a	1928	3 jul.	<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Modernismo estético”	Artigo
26 ^a	1929	18 mai.	<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Recordando a <i>Tecedeira de Nhanduti</i> , de senhor Gastão Penalva	Crítica
27 ^a	1929	21 dez.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Meu noivo”	Crônica
28 ^a	1930	23 abr.	<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Através da <i>Viagem maravilhosa</i> ”	Crítica
29 ^a	1930	7 jun.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Deve a mulher pertencer à Academia Brasileira de Letras”	Artigo
30 ^a	1930	10 jun.	<i>Diário da Noite</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Deve ou pode a mulher pertencer à Academia Brasileira de Letras?”	Entrevista
31 ^a	1930	22 jun.	<i>Jornal do Comércio</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“A Academia Brasileira de Letras e a meiguice adorável de muitas vozes”	Crônica

APÊNDICE G
SÍNTESE DO CONTINGENTE POPULACIONAL DE TERESINA (1872-1929)

SÍNTESE DO CONTINGENTE POPULACIONAL DE TERESINA (1872-1929)	
ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1872	21.692
1890	31.523
1900	45.316
1907	47.600
1908	47.936
1909	48.274
1910	48.614
1911	48.957
1912	49.302
1920	57.500
1921	55.000
1929	66.160

APÊNDICE H
PRODUÇÕES DE ZITO BATISTA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1906-1926)

PRODUÇÕES DE ZITO BATISTA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1906-1926)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1906	25 mar.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“A lágrima: num álbum”	Soneto
2 ^a	1906	8 abr.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“Crente”	Sextilhas
3 ^a	1906	9 jun.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“Poetas d’água doce”	Soneto
4 ^a	1906	23 jun.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“O Operário”	Artigo
5 ^a	1906	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Meu coração”	Soneto
6 ^a	1908	10 dez.	<i>O Monitor</i> (Teresina, PI)	“Versos antigos”	Soneto
7 ^a	1909	15 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Monólogo de um cego”	Poema
8 ^a	1909	15 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Coração”	Poema
9 ^a	1909	15 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Abrindo um livro”	Soneto
10 ^a	1909	15 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Para as minhas ‘notas’”	Crônica
11 ^a	1909	30 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Cantinelas”	Poema
12 ^a	1909	30 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Dentro da lua”	Soneto
13 ^a	1909	15 set.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Cantinelas”	Poema
14 ^a	1909	30 out.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Ao sol”	Poema
15 ^a	1909	30 out.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Versos de amor”	Poema
16 ^a	1909	15 nov.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Canto dos eleitos”	Poema
17 ^a	1910	28 fev.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Matinha”	Poema
18 ^a	1911	10 mai.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“O assassinato de Euclides da Cunha”	Artigo
19 ^a	1912	1 jan.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Uma página dos Bárbaros”	Quintilhas
20 ^a	1912	27 jan.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Canção de inverno”	Quartetos
21 ^a	1912	1 jun.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Astros mortos”	Quartetos
22 ^a	1912	16 out.	<i>Diário do Pianí</i> (Teresina, PI)	“Por um olhar”	Poema
24 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“A coruja”	Soneto
25 ^a	1913	30 abr.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Canção de inverno”	Quartetos
26 ^a	1914	20 jan.	<i>Jornal do Commercio</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Angústia”	Crítica
27 ^a	1914	31 jan.	<i>Jornal do Recife</i> (Recife, PE)	“Angústia”	Crítica republicada
28 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Aurora infecunda”	Soneto
29 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Visionário”	Soneto
30 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Indiferença”	Soneto
31 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“In terminis”	Soneto
32 ^a	1926	8 jul.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“In terminis”	Soneto republicado

APÊNDICE I
ESCRITORES INSCRITOS NO CIRCUITO LITERÁRIO DO NORTE
PIAUIENSE (1900-1930)

ESCRITORES INSCRITOS NO CIRCUITO LITERÁRIO DO NORTE PIAUIENSE (1900-1930)			
Nº	NOME	PROFISSÃO	ESPECIALIDADE
1	Alarico José da Cunha	Caixeiro, Vice-cônsul	Poeta, ensaísta
2	Antônio Octávio de Melo	Comerciante	Poeta
3	Arlindo Martins	-	Poeta
4	Armando Madeira Brandão	Caixeiro, Bacharel	Poeta
5	Benedito dos Santos Lima	Comerciante	Poeta
6	Benú da Cunha	Farmacêutico	Poeta
7	Berilo da Fonseca Neves	Farmacêutico, Jornalista	Poeta, contista
8	Carolina Medeiros	-	Cronista, poetisa
9	Edison da Paz Cunha	Bacharel	Poeta
10	F. A. Freitas	-	Poeta
11	F. Bameira	-	Poeta
12	Francisca Montenegro	Normalista	Poetisa
13	Francisco Ayres	Mecânico	Poeta
14	Francisco Basto	Jornalista, Bacharel	Poeta
15	Henock Guimarães		Articulista
16	Herculano Santos	Comerciante, Bacharel	Poeta
17	Jesus Martins	Comerciante, jornalista	Poeta
18	J. H. Guimarães	-	Poeta
19	João Ramos	-	Poeta
20	João Vieira Pinto	Jornalista e Político	Poeta
21	José Dutra	Comerciante	Poeta
22	José Pires de Lima Rebelo	Bacharel	Ensaísta
23	Lincoln Guimarães	Bacharel	Poeta
24	Lívio Castelo Branco	Caixeiro, Contador	Poeta
25	Lívio Pacheco	Funcionário público	Poeta
26	Luís Torres Raposo	-	Poeta
27	Luiz Carvalho	Bacharel	Poeta
28	Luiz de Moraes Correia	Bacharel	Poeta, dramaturgo
29	Melo Lula	Padre	Articulista
30	Nestor Gomes Veras	Comerciante, Político	Poeta
31	Oliveira e Ferres	Político, Jornalista	Poeta
32	Onesí Couto	Normalista	Poetisa
33	Oscar Lopes Franco	Jornalista	Poeta
34	Paulo de Géry	-	Contista
35	Raimundo Petit	Comerciante	Poeta
36	Rodrigues Pinagé	Comerciante	Poeta
37	Tote Narciso	Contador	Poeta

APÊNDICE J
PRODUÇÕES DE R. PETIT EM PERIÓDICOS PARNAIBANOS
(1910-1930)

PRODUÇÕES DE R. PETIT EM PERIÓDICOS PARNAIBANOS (1910-1930)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1910	6 nov.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Engano”	Soneto
2 ^a	1910	20 nov.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Separação”	Soneto
3 ^a	1910	4 dez.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Aniversário”	Soneto
4 ^a	1910	18 dez.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“O amor”	Soneto
5 ^a	1911	15 jan.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Vingança profana”	Soneto
6 ^a	1911	22 jan.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“A Orgulhosa”	Soneto
7 ^a	1911	5 fev.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Saudade Paterna”	Soneto
8 ^a	1911	19 fev.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Castelo do Amor”	Soneto
9 ^a	1911	26 fev.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Amor de Mãe”	Soneto
10 ^a	1911	5 mar.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Paixão infinda”	Soneto
11 ^a	1911	19 mar.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Soberana”	Soneto
12 ^a	1911	2 abr.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Sempre!..”	Soneto
13 ^a	1911	9 abr.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Partida”	Soneto
14 ^a	1911	20 abr.	<i>Auras do Norte</i> (Parnaíba, PI)	“Auras do Norte”	Crônica
15 ^a	1911	30 abr.	<i>Auras do Norte</i> (Parnaíba, PI)	“O Beijo”	Crônica
16 ^a	1911	16 jun.	<i>Auras do Norte</i> (Parnaíba, PI)	“Linguagem da natureza”	Crônica
17 ^a	1924	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Judas”	Soneto
18 ^a	1924	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Variedades”	Quartetos
19 ^a	1925	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“O homem”	Quartetos
20 ^a	1926	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Croquis”	Cromo
21 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Janeiro”	Cromo
22 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Fevereiro”	Cromo
23 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Março”	Cromo
24 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Abril”	Cromo
25 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Maio”	Cromo
26 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Junho”	Cromo
27 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Julho”	Cromo
28 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Agosto”	Cromo
29 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Setembro”	Cromo
30 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Outubro”	Cromo
31 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Novembro”	Cromo
32 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Dezembro”	Cromo
33 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Inverno”	Soneto
34 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Primavera”	Soneto
35 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Verão”	Soneto
36 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Outono”	2 sonetos
37 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Atualidades”	2 sonetos
38 ^a	1928	1 nov.	<i>A Praça</i> (Parnaíba, PI)	“Moda bárbara”	Soneto
39 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Selas e selos”	Quartetos
40 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“O patriotismo”	Soneto
41 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Nuvens e sombras”	Soneto
42 ^a	1930	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Hibernal”	Soneto

APÊNDICE K
PRODUÇÕES DE JOÃO VIEIRA PINTO EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1901-1929)

PRODUÇÕES DE JOÃO VIEIRA PINTO EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1901-1929)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1901	1 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A Seca”	Oração poética
2 ^a	1901	24 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“À memória de D. Joana R. de M. Correia”	Artigo
3 ^a	1901	17 fev.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O inverno”	Artigo
4 ^a	1901	9 mar.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O coração de Jesus”	Quartetos
5 ^a	1901	6 abr.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A dor de Maria”	Crônica
6 ^a	1901	18 mai.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O mês de Maria”	Crônica
7 ^a	1901	25 mai.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Deus”	Crônica
8 ^a	1901	1 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O lavrador”	Oitavas
9 ^a	1901	8 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A orfãzinha”	Quartetos
10 ^a	1901	15 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Os livros”	Crônica
11 ^a	1901	29 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O professor”	Crônica
12 ^a	1901	6 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Mãe”	Crônica
13 ^a	1901	13 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Saudades de Parnaíba”	Crônica
14 ^a	1901	20 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Saudação”	Quartetos
15 ^a	1901	27 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Virgem loura”	Soneto
16 ^a	1901	10 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A Mulher”	Crônica
17 ^a	1901	17 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“As lágrimas”	Crônica
18 ^a	1901	7 set.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A infeliz”	Quartetos
19 ^a	1901	21 set.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A luz”	Crônica
20 ^a	1901	28 set.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Mãe”	Soneto
21 ^a	1901	19 out.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Amor”	Crônica
22 ^a	1901	26 out.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A virtude”	Crônica
23 ^a	1901	9 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Noiva”	Sextilhas
24 ^a	1901	15 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Cenas da vida campestre”	Crônica
25 ^a	1901	30 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Maria”	Quartetos
26 ^a	1901	7 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A virgem”	Crônica
27 ^a	1901	14 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O trabalho”	Crônica
28 ^a	1901	21 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Coração”	Soneto
29 ^a	1901	28 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O Natal”	Sextilhas
30 ^a	1904	31 mar.	<i>A Cidade</i> (Sobral, CE)	“Na cruz”	Soneto
31 ^a	1911	29 jan.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“24 de Janeiro”	Crônica
32 ^a	1911	12 mar.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Padre Olegário Memória”	Crônica
33 ^a	1911	23 abr.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Maldito amor”	Soneto
34 ^a	1911	21 mai.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“O divórcio”	Artigo
35 ^a	1911	28 mai.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Estrada de ferro no Piauí”	Artigo
36 ^a	1911	10 set.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“A mulher virtuosa”	Quartetos
37 ^a	1911	24 dez.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Dr. Douville Leal: ataque injusto”	Artigo
38 ^a	1913	9 jan.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Amarração”	Artigo
39 ^a	1925	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“24 de janeiro”	Oitavas
40 ^a	1925	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Maldito amor” (republicado)	Soneto
41 ^a	1927	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“O município de Amarração”	Conferência
42 ^a	1928	1 nov.	<i>A Praça</i> (Parnaíba, PI)	“Carta aberta”	Carta
43 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“O porto de Amarração”	Artigo
44 ^a	1928	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“A mulher virtuosa”	Quartetos
45 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“O porto de Amarração”	Artigo

APÊNDICE L
CRONOLOGIA DE FUNDAÇÃO DOS PERIÓDICOS PARNAIBANOS (1863-1930)

CRONOLOGIA DE FUNDAÇÃO DOS PERIÓDICOS PARNAIBANOS (1863-1930)						
ORD	FUND	TÍTULO	EDITOR/REDATOR	PERIODICIDADE	ASSUNTO/LEGENDA	TIPOGRAFIA
1º	1863	<i>Eco da Parnaíba</i>	Partido Ligeiro Progressista	Semanal	Mercantil e noticioso	Imparcial
2º	1863	<i>Liga e Progresso</i>	Partido Liberal	Semanal	Político	-
3º	1864	<i>A Violeta</i>	-	-	Literário	-
4º	1864	<i>O Comércio da Parnaíba</i>	-	Semanal	Político e noticioso	Imparcial
5º	1880	<i>O Parnaibano</i>	-	-	Noticioso e comercial	B. C. Fernandes
6º	1889	<i>O Comercial</i>	Joaquim Antônio de Amorim	-	-	-
7º	1891	<i>O Patriota</i>	Benedito Costa Fernandes	Semanal	Noticioso e literário	O Patriota
9º	1892	<i>O Legalista</i>	Raimundo José Moura <i>et al.</i>	-	Político	-
10º	1893	<i>O Lidador</i>	Raimundo José Moura	-	Político	O Lidador
11º	1893	<i>Jornal do Piauí</i>	Olinto de Amorim	-	Interesses gerais	-
12º	1896	<i>Jornal do Piauí</i> (2ª fase)	Olinto Amorim	-	-	-
13º	1898	<i>A Parnaíba</i>	José Serra de Miranda	-	Noticioso	Correia & Basto
14º	1898	<i>O Rouxinol</i>	Classe estudantil	-	-	-
15º	1899	<i>O Comercial</i> (2ª fase)	-	-	-	-
16º	1899	<i>Polianteia</i>	Vários	Única	Homenagem a Luiza Amélia de Queiroz	Correia & Basto
17º	1900	<i>O Pianiense</i>	-	Trimensal	-	-
18º	1901	<i>Nortista</i>	Francisco de Moraes Correia	Semanal	Noticioso e literário	Nortista
19º	1902	<i>A Juventude</i>	Luís Dourado	-	Literário e noticioso	-
20º	1902	<i>Popular</i>	Júlio Rosa	-	Literário e noticioso	Correia & Basto
21º	1902	<i>O Libertador</i>	Manuel Felipe Borges	Semanal	-	-
22º	1902	<i>Parnaso</i>	J. Campos Veras	-	Literário	-
23º	1904	<i>Ronda</i>	Antônio Dias de Araújo	-	Humorístico	-
24º	1905	<i>A Tribuna</i>	Douville Leal, Júlio Rosa <i>et al.</i>	-	-	Político
25º	1907	<i>Norte Piauí</i>	A. Douville Leal e Luiz Correia	Semanal	Político e noticioso	-
26º	1908	<i>11 de Junho</i>	Escola de Aprendizes Marinheiros	-	-	-

27°	1908	<i>O Plectro</i>	João Brasil	Quinzenal	Literário e noticioso	-
28°	1910	<i>Semana</i>	Francisco de Moraes Correia	Semanal	Noticioso e Literário	Basto
29°	1911	<i>Auras do Norte</i>	R. Petit e J. Dutra	Quinzenal	Crítico, noticioso e literário	Basto
30°	1912	<i>Cidade de Parnaíba</i>	Nestor Gomes Veras	-	Político, comercial e noticioso	-
31°	1912	<i>O Rebate</i>	Francisco de Moraes Correia	Mensal	Político	-
32°	1912	<i>Cambirimba</i>	X. P. Teosinho (pseudônimo de José Coriolano)	-	Crítico, Literário e noticioso	-
33°	1912	<i>O Popular</i>	Américo Ribeiro	Semanal	Literário e noticioso	-
34°	1913	<i>O Ano Bom</i>	-	Anual	Noticioso, literário, comercial e humorístico	-
35°	1913	<i>Polianteia</i>	Homenagem a Joaquim Pires	Único	Homenagem	-
36°	1913	<i>Município</i>	Francisco de Moraes Correia	-	Político/Conservador	-
37°	1914	<i>Jornal do Comércio</i>	J. M. Guimarães e José Coriolano	-	Noticioso e Imparcial	-
38°	1914	<i>Agulha</i>	-	-	Crítico, noticioso e humorístico	-
39°	1914	<i>Jornal Infantil</i>	Lincoln Guimarães	-	-	-
40°	1914	<i>A Ordem</i>	Merval Veras, José Coriolano, Nestor Gomes Veras, Castro Cavalcante e Epaminondas Castelo Branco	Semanal	Político/Republicano	-
41°	1914	<i>O Farol</i>	Alarico da Cunha	-	Maçônico	-
42°	1914	<i>O Esporte</i>	Acrísio Furtado <i>et al.</i>	-	-	-
43°	1914	<i>O Popular</i> (2ª fase)	Américo Ribeiro	-	-	-
44°	1914	<i>Município</i> (2ª fase)	Francisco de Moraes Correia	-	-	-
45°	1915	<i>A Cruz</i>	Raimundo N. H. da Silva, Padre Mello Lula	Cívica e Religiosa	Católico	-
46°	1915	<i>A Chibata</i>	Intendência Municipal	-	Crítico e noticioso	-
47°	1915	<i>Cidade de Parnaíba</i> (2ª fase)	-	-	-	-
48°	1915	<i>Correio Esportivo</i>	Sales Reis, A. Freitas <i>et al.</i>	-	-	-
49°	1915	<i>O Mensageiro Cristão</i>	Antônio de Melo	-	Propaganda protestante	-
50°	1915	<i>O Popular</i> (3ª fase)	Américo Ribeiro	Bimestral	Noticioso	O Popular
51°	1916	<i>A Semana</i>	Nestor Veras	Semanal	Político, noticioso e literário	-
52°	1916	<i>A Guerra</i>	Liga Pró-Germânica	-	-	-
53°	1917	<i>Boletim Mensal</i>	Associação Comercial de Parnaíba	Mensal	Comercial	-
54°	1917	<i>O Momento</i>	Lívio Castelo Branco	-	Literário e noticioso	-
55°	1917	<i>O Imparcial</i>	Nestor Veras, Rubem Furtado	Bissemanal	Noticioso	-
56°	1918	<i>Parnaíba</i>	-	-	-	-

57°	1918	<i>O Consolador</i>	Alarico da Cunha e R. Petit	Mensal	Espírita	-
58°	1919	<i>O Artista</i>	João Bezerra Leite e A. L. Pessoa	Indeterminado	Literário e noticioso	-
59°	1919	<i>O Consolador</i>	Alarico da Cunha	-	Espírita	-
60°	1919	<i>O Cromo</i>	-	-	Literário	-
61°	1919	<i>O Nortista</i>	Sales Reis, R. Petit <i>et al.</i>	-	Comercial e esportivo	-
62°	1919	<i>A Tribuna</i> (2ª fase)	Veridiano Rabelo Borges	-	Político/Republicano	-
63°	1920	<i>A Propaganda</i>	Associação Comercial de Parnaíba	Quinzenal	Comercial	Basto
64°	1920	<i>A Boa Semente</i>	Raimundo N. H. da Silva	-	Católico	-
65°	1920	<i>O Trabalho</i>	João Bezerra Leite	-	Artístico, literário, noticioso	-
66°	1921	<i>O Perdão</i>	B. C. M. de Melo, Tomaz Catunda	Trimensal	Espírita	-
67°	1921	<i>O Marítimo</i>	Classes Marítimas	-	-	-
68°	1921	<i>Polianteia</i>	A Francisco de Moraes Correia	-	Homenagem	-
69°	1921	<i>A Pátria</i>	Edison Cunha (Colégio 19 de Outubro)	-	Educativo	-
70°	1921	<i>A Campanha</i>	-	-	Político	-
71°	1921	<i>A Imprensa</i>	Antônio Menezes	-	Interesses gerais	-
72°	1922	<i>19 de Outubro</i>	-	-	Comemorativo	O Popular
73°	1922	<i>Jornal do Comércio</i> (2ª fase)	J. Messias de Albuquerque (Associação Comercial de Parnaíba)	Semanal	Comercial	-
74°	1922	<i>A Conquista</i>	Grêmio Literário Coelho Neto	Mensal	Literário	-
75°	1923	<i>Gazeta de Parnaíba</i>	Merval Veras, Edison Cunha	-	Noticioso	-
76°	1923	<i>O Consolador</i> (2ª fase)	Alarico da Cunha, R. Petit	Mensal	Espírita e literário	-
77°	1923	<i>A Notícia</i>	R. Raposo e João Ramos	Semanal	Literário e noticioso	-
78°	1923	<i>Almanaque da Parnaíba</i>	Benedito dos Santos Lima	Anual	Literário e comercial	-
79°	1924	<i>A Tribuna</i> (3ª fase)	Epaminondas Castelo Branco	-	Político e noticioso	-
80°	1924	<i>A Razão</i>	José de Souza Brandão	-	-	-
81°	1926	<i>Mocidade Jornal</i>	Lula Menezes	Indeterminado	Noticioso e literário	-
82°	1926	<i>Alcion</i>	Benévolo Trindade	-	Literário e noticioso	-
83°	1926	<i>Palace Jornal</i>	Nestablo Ramos, R. Petit	-	-	-
84°	1926	<i>A Tela</i>	Ferreira & Irmãos	-	-	-
85°	1927	<i>A Praça</i>	Edison Cunha e Benedito dos Santos Lima	Semanal	Comercial e literário	-
86°	1927	<i>O Dia</i>	Nestor Veras e Epaminondas Castelo Branco	Trissemanal	Político e noticioso	-
87°	1927	<i>O Independente</i>	R. Pereira	-	Político	-
88°	1927	<i>A Verdade</i>	Edison Cunha	-	Político	-

89°	1927	<i>Polianteia</i>	A Francisco de Moraes Correia	-	-	-
90°	1928	<i>O Popular</i> (4ª fase)	Américo Ribeiro	-	-	-
91°	1929	<i>A Propaganda</i> (2ª fase)	João Vieira Pinto e Benú Cunha	Mensal	Comercial e Literário	-
92°	1930	<i>O Norte</i>	Raul Primo	Bissemanal	Noticioso	O Norte
93°	1930	<i>O Sino</i>	Padre Roberto Lopes	Semanal	Católico e Literário	O Sino
94°	1930	<i>O Comércio</i>	F. Chagas Melo	Bimestral	Comercial e Noticioso	-
95°	1930	<i>O Popular</i> (3ª fase)	Francisco de Oliveira e Ferres	-	Noticioso	-

APÊNDICE M
CRONOLOGIA DE FUNDAÇÃO DOS PERIÓDICOS PIAUIENSES (1832-1930)

CRONOLOGIA DE FUNDAÇÃO DOS PERIÓDICOS PIAUIENSES (1832-1930)							
ORD	FUND	TÍTULO	CIDADE	EDITOR/REDATOR	PERIODICIDADE	ASSUNTO/LEGENDA	TIPOGRAFIA
1º	1832	<i>O Piauiense</i>	Oeiras	Amaro Gomes dos Santos <i>et al.</i>	-	Político	Silveira & Cia
2º	1832	<i>Diário do Conselho Geral</i>	Oeiras	-	-	-	-
3º	1835	<i>O Correio da Assembleia</i>	Oeiras	-	Bissemnal	Político	Silveira & Cia
4º	1839	<i>O Telégrafo</i>	Oeiras	Francisco José Fialho	Bissemnal	Político e noticioso	Provincial
5º	1844	<i>Publicador Oficial Piauiense</i>	Oeiras	-	-	Político / Conservador	-
6º	1845	<i>Atleta Piauiense</i>	Oeiras	Lívio Lopes Castelo Branco	-	Político / Conservador	-
7º	1845	<i>O Liberal Piauiense</i>	Oeiras	João Fernandes de Moraes <i>et al.</i>	Bimensal	Político	Imparcial
8º	1847	<i>O Governista</i>	Oeiras	-	Semanal	Político	Provincial
9º	1848	<i>O Analítico</i>	Oeiras	-	Semanal	Político e noticioso	Provincial
10º	1848	<i>O Constitucional</i>	Oeiras	-	-	-	Provincial
11º	1848	<i>O Correio dos Municípios</i>	Oeiras	Lívio Lopes Castelo Branco	-	-	-
12º	1849	<i>O Eco Liberal</i>	Oeiras	Tibério César Burlamaqui	Semanal	Político / Liberal	Liberal
13º	1849	<i>O Espectro</i>	Oeiras	-	Mensal	Noticioso / Político	Imparcial
14º	1849	<i>A Voz da Verdade</i>	Oeiras	-	Semanal	Noticioso / Político / Conservador	Squarema
15º	1849	<i>O Escolástico</i>	Oeiras	-	Trimensal	Crítico, moral e instrutivo	Squarema
16º	1849	<i>O Fuso Doido</i>	Oeiras	-	-	Humorístico e político	Liberal
17º	1850	<i>O Anáclara</i>	Oeiras	Lívio Lopes Castelo Branco	-	-	-
18º	1851	<i>O Argos Piauiense</i>	Oeiras	Lívio Lopes Castelo Branco	Semanal	Monarquista-Constitucional	Liberal
19º	1851	<i>O Recreio Literário</i>	Oeiras	J. M. Pereira de Alencastre	-	Científico e literário	Liberal
20º	1852	<i>O Oeirense</i>	Oeiras	Casemiro José de M. Sarmiento	-	-	-
21º	1853	<i>A Ordem</i>	Teresina	José Martins P. de Alencastre	-	Político e literário	Constitucional
22º	1854	<i>O Semanário</i>	Teresina	-	Semanal	Comercial e literário	Constitucional
23º	1854	<i>Oeirense</i>	Oeiras	Casemiro José de M. Sarmiento	-	-	-
24º	1855	<i>O Patoléa</i>	Campo Maior	Lívio Lopes Castelo Branco	Mensal	-	Independente

25°	1856	<i>Correio Pianiense</i>	Teresina	Lívio Lopes Castelo Branco	-	-	-
26°	1857	<i>O Conciliador Pianiense</i>	Teresina	Lívio Lopes Castelo Branco	Semanal	Político	Independente
27°	1858	<i>O Propagador</i>	Teresina	Deolindo Mendes Moura, Lívio L. Castelo Branco	Semanal	Político e literário	Independente
28°	1859	<i>O Espectador</i>	Teresina	-	Semanal	Político, noticioso e comercial	Conservadora
29°	1859	<i>O Arrebol</i>	Teresina	David Moreira Caldas	-	Científico e literário	-
30°	1859	<i>Semanário Pianiense</i>	Teresina	-	-	Literário e noticioso	-
31°	1860	<i>O Pirlampo</i>	Teresina	-	Semanal	Crítico, moral e humorístico	-
32°	1860	<i>A Dália</i>	Teresina	-	Trimestral	Moral e humorístico	-
33°	1860	<i>O Pugilato</i>	Teresina	-	-	Crítico	-
34°	1860	<i>O Noticiador</i>	Teresina	Justino da Silva Pacheco	-	-	-
35°	1860	<i>Liberal Pianiense</i>	Teresina	Polidoro César Burlamaqui	-	Político / Liberal	-
36°	1861	<i>O 24 de Janeiro</i>	Teresina	-	-	Científico e literário	-
37°	1861	<i>A Ordem (2ª fase)</i>	Teresina	-	-	-	-
38°	1861	<i>O Constitucional</i>	Teresina	-	-	-	-
39°	1862	<i>O Sineiro</i>	Teresina	-	-	Moral e político	-
40°	1862	<i>O Conservador</i>	Teresina	-	Trimensal	Político, literário e comercial	Constitucional
41°	1862	<i>A Chibata</i>	Teresina	-	-	-	-
42°	1862	<i>O Cornimboque</i>	Teresina	-	-	Humorístico	-
43°	1862	<i>O Piaga</i>	Teresina	-	Semanal	Crítico, moral e humorístico	-
44°	1862	<i>A Lei</i>	Teresina	Aureliano Ferreira de Carvalho e Domingos José do Carmo	-	Político, literário, noticioso, Comercial e crítico	-
45°	1862	<i>O Teresinense</i>	Teresina	José Alves de Souza Paraíso	-	-	-
46°	1862	<i>Liga e Progresso</i>	Teresina	Deolindo Mendes Moura	Semanal	Político e literário	Conservadora
47°	1862	<i>Aurora Teresinense</i>	Teresina	Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco	-	Literário	-
48°	1863	<i>O Povo</i>	Teresina	Lívio Lopes Castelo Branco	-	Político	Constitucional
49°	1863	<i>Eco da Parnaíba</i>	Parnaíba	Partido Ligeiro Progressista	Semanal	Mercantil e noticioso	Imparcial
50°	1863	<i>Liga e Progresso</i>	Parnaíba	Partido Liberal	Semanal	Político	-
51°	1864	<i>O Liberal</i>	Teresina	-	-	Político	-
52°	1864	<i>A Moderação</i>	Teresina	Partido Conservador	Semanal	Político, literário e noticioso	-
53°	1864	<i>A Saudade</i>	Teresina	-	-	-	-
54°	1864	<i>A Violeta</i>	Parnaíba	-	-	Literário	-
55°	1864	<i>O Liberal</i>	Teresina	Partido Liberal	-	Político	-
56°	1864	<i>O Comércio da</i>	Parnaíba	-	Semanal	Político e noticioso	Imparcial

		<i>Parnaíba</i>					
57°	1865	<i>A Imprensa</i>	Teresina	Deolindo Mendes da Silva Moura	Semanal	Político e literário	A Imprensa
58°	1866	<i>O Artista</i>	Teresina	Partido Progressista	Bissemenal	Jocoso, literário e recreativo	Progressista
59°	1867	<i>O Piauí</i>	Teresina	Antônio Coelho Rodrigues	Semanal	Político / Conservador	Constitucional
60°	1868	<i>O Amigo do Povo</i>	Teresina	David Moreira Caldas	Quinzenal	Político / Republicano	A Imprensa
61°	1868	<i>O Cerçar</i>	Teresina	-	-	-	-
62°	1870	<i>A Pátria</i>	Teresina	Agesilau Pereira da Silva e Antonio G.de Souza Mendes			A Pátria
63°	1870	<i>Semanário Oficial</i>	Teresina	-	-	-	O Piauí
64°	1872	<i>A Voz dos Ermos</i>	Teresina	A. Diniz e A. Marques	-	Literário e noticioso	A Pátria
65°	1872	<i>O Piauense</i> (2ª fase)	Teresina	-	-	-	-
66°	1872	<i>A Província do Piauí</i>	Teresina	Licurgo José de Paiva	Semanal	Crítico e noticioso	David Caldas
67°	1872	<i>O Despertar</i>	Teresina	Licurgo José de Paiva	Quinzenal	Literário	A Pátria
68°	1873	<i>Oitenta e Nove</i>	Teresina	David Moreira Caldas	Mensal	Político / Republicano	David Caldas
69°	1873	<i>Revista Mensal</i>	Teresina	Miguel Borges Leal Castelo Branco	Mensal	Comercial e literária	-
70°	1874	<i>O Papiro</i>	Teresina	Viriato Brasiliense	Bimensal	Literário	David Caldas
71°	1874	<i>A Floresta</i>	Teresina	-	Bimensal	Literário, crítico e noticioso	O Proprietário
72°	1874	<i>A Opinião</i> <i>Conservadora</i>	Teresina	-	-	Político e noticioso	Constitucional
73°	1874	<i>O Papiro</i>	Teresina	David Moreira Caldas	-	-	-
74°	1874	<i>A Floresta</i>	Teresina	-	-	Literário, crítico e noticioso	A Moderação
75°	1874	<i>Revista Mensal</i>	Teresina	Miguel de S. B. L. C. Branco II	-	-	A Época
76°	1874	<i>Lux</i>	Teresina	Francisco Gil Castelo Branco	-	Literário	-
77°	1874	<i>O País</i>	Teresina	-	-	-	-
78°	1875	<i>A Aurora</i>	Teresina	-	-	-	-
79°	1875	<i>O Arbusto</i>	Teresina	Anísio Auto de Abreu <i>et al.</i>	Bimensal	Literário e noticioso	-
80°	1875	<i>O Semanário</i>	Teresina	Antônio Joaquim Diniz	-	Noticioso	A Pátria
81°	1875	<i>A Rosa</i>	Teresina	-	Bimensal	Literário, crítico e noticioso	A Imprensa
82°	1875	<i>Recreio Literário</i>	Teresina	-	-	Literário	-
83°	1876	<i>O Conservador</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio Coelho Rodrigues		Político / Conservador	David Caldas
84°	1876	<i>O Piauí</i> (2ª fase)	Teresina	-	Semanal	Político / Conservador	Constitucional
85°	1876	<i>Amarante</i>	Amarante	Bento Justino de Meneses	Semanal	-	Amarante
86°	1876	<i>A Moderação</i> (2ª fase)	Teresina	-	Semanal	Literário, noticioso e crítico	Constitucional

87°	1877	<i>O Semanário</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio J. do Amaral Sobreira	-	Interesses públicos	-
88°	1877	<i>O Argonauta</i>	Teresina	Antônio Rubim Filho	-	Literário e crítico	-
89°	1877	<i>O Ferro em Brasa</i>	Teresina	David Moreira Caldas	-	Crítico-político	David Caldas
90°	1877	<i>A Ressurreição</i>	Teresina	F. G. Meireles Filho	Bimensal	Literário	A Imprensa
91°	1877	<i>O Século</i>	Oeiras	Bento Justino de Meneses	Trimestral	Interesses gerais	-
92°	1878	<i>O Arbusto</i> (2ª fase)	Teresina	Anísio Auto de Abreu <i>et al.</i>	Bimensal	Literário e noticioso	-
93°	1878	<i>A Época</i>	Teresina	Teodoro Alves Pacheco <i>et al.</i>	Semanal	Político / Conservador	A Época
94°	1878	<i>A Ordem</i>	Oeiras	Lindoro Rego	-	Político	-
95°	1879	<i>Almanaque</i> <i>Piauiense</i>	Teresina	Miguel S. B. L. C. Branco II	Anual	Interesses gerais	-
96°	1880	<i>O Parnaibano</i>	Parnaíba	-	-	Noticioso e comercial	B. C. Fernandes
97°	1880	<i>Jornal dos Moços</i>	Teresina	Licurgo José de Paiva	-	Literário e noticioso	A Época
98°	1880	<i>O Lábaro</i>	Teresina	Anísio Auto de Abreu <i>et al.</i>	-	Literário, crítico e noticioso	O Semanário
99°	1880	<i>A Poesia</i>	Teresina	Benjamim Rubim <i>et al.</i>	-	Literário e chistoso	-
100°	1880	<i>A Tesoura</i>	Teresina	Benjamim Rubim	Bimensal	Crítico	-
101°	1882	<i>A Luz</i>	Teresina	Benjamim Rubim	-	Literário e chistoso	A Época
102°	1882	<i>A Lâmpada</i>	Teresina	-	Bimensal	Literário, crítico e noticioso	A Época
103°	1882	<i>A Floresta</i> (2ª fase)	Teresina	Pompílio de Castro	Bimensal	Literário e noticioso	A Época
104°	1882	<i>O Oriente</i>	Teresina	-	-	Maçônico	-
105°	1882	<i>A Juventude</i>	Teresina	-	-	-	-
106°	1882	<i>O Telefone</i>	Teresina	Antônio Joaquim Diniz <i>et al.</i>	-	Literário	O Telefone
107°	1882	<i>Prometeu</i>	Teresina	Taumaturgo Vaz	Bimensal	Literário e noticioso	A Época
108°	1883	<i>A Bala</i>	Teresina	Taumaturgo Vaz	Bimensal	Literário e noticioso	A Época
109°	1883	<i>A Filomela</i>	Teresina	Emílio César Burlamaqui	Quinzenal	Político e literário	O Semanário
110°	1883	<i>A Dinamite</i>	Teresina	-	-	-	-
111°	1883	<i>A Harpa</i>	Teresina	-	-	-	-
112°	1883	<i>A Sensitiva</i>	Teresina	J. Lustosa e A. Cavalcante	Bimensal	Literário e noticioso	Telefone
113°	1883	<i>O Crepúsculo</i>	Teresina	Leônidas Benício Mariz e Sá	-	Literário e chistoso	A Época
114°	1883	<i>A Flor</i>	Teresina	-	-	-	-
115°	1883	<i>O Leitãozinho</i>	Teresina	-	Bimensal	Crítico	A Época
116°	1883	<i>O Rouxinol</i>	Teresina	Uma associação	-	Literário e noticioso	O Telefone
117°	1883	<i>O Campo Maiorense</i>	Campo Maior	Francisco Figueiredo da Silva Duarte	Trimensal	Comercial e noticioso	O Campo Maiorense

118°	1883	<i>O Telefone</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio Joaquim Diniz <i>et al.</i>	-	Literário	O Telefone
119°	1883	<i>O Cri-Cri</i>	Teresina	Jugurtha Couto	Indeterminado	Literário, crítico e noticioso	A Época
120°	1883	<i>A Mocidade Pianiense</i>	Teresina	Colégio de Nossa Senhora das Dores	Trimestral	Literário e noticioso	O Semanário
121°	1883	<i>A Floresta</i> (3ª fase)	Teresina	Uma associação	-	-	A Época
122°	1883	<i>O Porvir</i>	Teresina	Sociedade Minerva Literária	-	Literário, crítico e noticioso	A Época
123°	1883	<i>O Trovão</i>	Teresina	-	-	Chistoso	A Época
124°	1883	<i>A Ideia</i>	Teresina	-	Mensal	Literário	A Imprensa
125°	1883	<i>O Reator</i>	Teresina	Clodoaldo Freitas <i>et al.</i>	Indeterminado	Maçônico	-
126°	1883	<i>O Amarantino</i>	Amarante	Álvaro de Assis Osório Mendes	Mensal	Comercial	O Amarantino
127°	1883	<i>O Abolicionista</i>	Teresina	Clodoaldo Freitas <i>et al.</i>	-	Político	O Telefone
128°	1883	<i>O Colibri</i>	Teresina	-	Mensal	Literário	-
129°	1883	<i>A Sempre Viva</i>	Teresina	-	-	Literário	-
130°	1885	<i>O Eco Juvenil</i>	Amarante	-	-	Político, crítico e noticioso	O Amarantino
131°	1885	<i>O Melro</i>	Teresina	Uma associação	Bimensal	Literário e noticioso	A Época
132°	1885	<i>A Vitória</i>	Teresina	-	-	-	-
133°	1885	<i>O Rebate</i>	Teresina	Uma associação	-	Literário e noticioso	A Época
134°	1885	<i>A União</i>	Teresina	Uma associação colegial	-	Instrutivo, crítico e noticioso	A Época
135°	1886	<i>O Cosmopolita</i>	Teresina	Nestor C. M. Marques e B. Marques	Trimensal	Literário e instrutivo	Reverbero
136°	1886	<i>O Reverbero</i>	Teresina	Honorato José de Sousa	-	Interesses gerais	Reverbero
137°	1886	<i>O Gladiador</i>	Teresina	Uma associação	-	Literário, crítico e noticioso	Reverbero
138°	1886	<i>O Cravo</i>	Teresina	-	-	Interesses gerais	A Época
139°	1886	<i>O Mundo Novo</i>	Teresina	Leônidas Benício Mariz e Sá	-	Literário e noticioso	O Telefone
140°	1886	<i>O Fonógrafo</i>	Teresina	Jugurtha Couto <i>et al.</i>	-	Recreativo e noticioso	O Telefone
141°	1886	<i>O Município</i>	Oeiras	Ulisses Lemos <i>et al.</i>	-	Noticioso e instrutivo	O Município
142°	1886	<i>O Peralta</i>	Teresina	-	-	Humorístico	-
143°	1887	<i>Boletim Oficial</i>	Teresina	-	-	Político	A Imprensa
144°	1887	<i>A Reforma</i>	Teresina	Mariano Gil Castelo Branco	Semanal	Político, literário e noticioso	A Reforma
145°	1887	<i>O Direito</i>	Teresina	-	-	-	-
146°	1887	<i>A Tribuna</i>	Teresina	Honorato José de Sousa	Semanal	Noticioso	A Tribuna
147°	1887	<i>Revista Mensal de Literatura, Ciências e Artes</i>	Teresina	Leônidas Benício Mariz e Sá e Nascimento Filho	Mensal	Literário e científico	A Imprensa
148°	1887	<i>O Tetéu</i>	Oeiras	Uma associação	-	-	-
149°	1887	<i>O Escalpelo</i>	Teresina	Antônio de Sousa Rubim	-	Crítico, literário e noticioso	A Reforma

150°	1888	<i>A Luta</i>	Teresina	Alunos do Colégio Nossa Senhora das Dores	-	Científico, literário e artístico	-
151°	1888	<i>A Borboleta</i>	Teresina	-	-	Literário	A Imprensa
152°	1888	<i>O Operário</i>	Teresina	Galdino Chaves	-	Interesses diversos	A Época
153°	1888	<i>O Piauiense</i> (3ª fase)	Teresina	Roberto Almeida	-	Político	-
154°	1889	<i>A Atualidade</i>	Teresina	Elias Firmino de S. Martins	Semanal	Político/Republicano	Atualidade
155°	1889	<i>A Falange</i>	Teresina	Simplício Coelho de Resende	Semanal	Político/Conservador e noticioso	A Falange
156°	1889	<i>O Latiquara</i>	Teresina	-	-	Literário e humorístico	A Época
157°	1889	<i>O Comercial</i>	Parnaíba	Joaquim Antônio de Amorim	-	-	-
158°	1889	<i>A Mocidade</i>	Teresina	-	-	Literário, crítico e noticioso	-
159°	1889	<i>A Vanguarda Liberal</i>	Teresina	José Lopes e Raimundo Borges	-	Político	A V. Liberal
160°	1889	<i>O Telefone</i> (3ª fase)	Teresina	Antônio Joaquim Diniz	-	Interesses públicos	O Telefone
161°	1889	<i>Oitenta e Nove</i> (2ª fase)	Teresina	Poncion Caldas	-	-	-
162°	1889	<i>Fiat Lux</i>	Teresina	Teodoro Alves Pacheco <i>et al.</i>	Semanal	Político / Republicano	Fiat Lux
163°	1889	<i>A Atualidade</i>	Teresina	Elias Firmino Martins <i>et al.</i>	Semanal	Político / Republicano	-
164°	1889	<i>O País</i>	Oeiras	-	-	Interesses gerais	O Município
165°	1889	<i>A Evolução</i>	Teresina	Poncion Caldas <i>et al.</i>	-	Literário e Republicano	Fiat Lux
166°	1890	<i>O Trabalho</i>	Teresina	Chaves Júnior <i>et al.</i>	-	Político	-
167°	1890	<i>O Lacerau</i>	Teresina	João Miguel Jarrinha	-	-	A Falange
168°	1890	<i>A Democracia</i>	Teresina	Higino Cunha e T. Pacheco	Bissemanal	Político	A Democracia
169°	1890	<i>O Democrata</i>	Teresina	Simplício Coelho de Resende	Semanal	Político	O Democrata
170°	1890	<i>O Estado do Piauí</i>	Teresina	Antônio Joaquim Diniz	Trissemanal	Político	O Telefone
171°	1890	<i>O Telefone</i> (4ª fase)	Teresina	Antônio Joaquim Diniz	-	Interesses públicos	O Telefone
172°	1890	<i>A Ideia</i> (2ª fase)	Teresina	Abdias Neves	-	-	-
173°	1891	<i>A Cruz</i>	Teresina	José Pereira Lopes	-	Partido Católico do Piauí	A Cruz
174°	1891	<i>O Correio do Povo</i>	Teresina	Antônio Joaquim Diniz	Trissemanal	Comercial e noticioso	-
175°	1891	<i>O Patriota</i>	Parnaíba	Benedito Costa Fernandes	Semanal	Noticioso e literário	O Patriota
176°	1891	<i>A Gazeta do Comércio</i>	Teresina	Manuel Raimundo da Paz	Semanal	Comercial	-
177°	1891	<i>O Piauí</i> (2ª fase)	Teresina	Helvécio Coelho Rodrigues (1946)	Semanal (Séc. XIX), Trissemanal (Séc.)	Político, noticioso e literário / Republicano	O Piauí

					XX)		
178°	1891	<i>Ziguezague</i>	Teresina	-	Trimensal	Literário, crítico e noticioso	O Piauí
179°	1891	<i>A Primavera</i>	Teresina	Associação de estudantes	-	Literário	-
180°	1892	<i>A Legalidade</i>	Teresina	Elias Firmino de Sousa Martins <i>et al.</i>	Semanal	Político/Republicano, literário e noticioso	A Legalidade
181°	1892	<i>O Estado</i>	Teresina	Elias Firmino S. Martins <i>et al.</i>	Semanal	Político / P. Constitucional	-
182°	1892	<i>Lanceta</i>	Teresina	-	Diário	Político / Republicano	A Legalidade
183°	1892	<i>Atalaia</i>	Teresina	-	-	Político / P. Federal	O Piauí
184°	1892	<i>A Ordem</i> (2ª fase)	Oeiras	Lindoro Rego	-	Político	-
185°	1892	<i>O Legalista</i>	Parnaíba	Raimundo José Moura <i>et al.</i>	-	Político	-
186°	1893	<i>O Diário</i>	Teresina	Manuel Lopes C. Lima <i>et al.</i>	Diário	Político	-
187°	1893	<i>O Cri-Cri</i> (2ª fase)	Teresina	Jugurta Couto e P. Malheiros	-	Literário, crítico e noticioso	O Cri-Cri
188°	1893	<i>A Garça</i>	Teresina	Teodorico Oliveira e J. Santos	-	Literário, crítico e noticioso	-
189°	1893	<i>O Lidador</i>	Parnaíba	Raimundo José Moura	-	Político	O Lidador
190°	1893	<i>A Luta</i> (2ª fase)	Teresina	Joaquim Ribeiro Gonçalves	-	Político / P. Federal	Democrata
191°	1893	<i>União Postal</i>	Teresina	Empregados dos Correios	Bisemanal	Interesses postais	O Cri-Cri
192°	1893	<i>O Popular</i>	Teresina	-	Diário	-	O Piauí
193°	1893	<i>Jornal do Piauí</i>	Parnaíba	Olinto de Amorim	-	Interesses gerais	-
194°	1894	<i>República</i>	Teresina	Manoel Lopes C. Lima	Semanal	Político/Republicano	-
195°	1894	<i>O Incentivo</i>	Teresina	-	-	-	-
196°	1894	<i>O Porvir</i>	Teresina	Sociedade Minerva Literária	-	-	-
197°	1894	<i>A Ideia</i> (3ª fase)	Teresina	Abdias Neves	-	-	-
198°	1894	<i>A Crisálida</i>	Teresina	Abdias Neves	-	Literário	-
199°	1894	<i>A Aurora</i>	Teresina	-	-	-	-
200°	1894	<i>O Murmúrio</i>	Teresina	Miguel de Paiva Rosa	-	-	-
201°	1894	<i>O Pégaso</i>	Teresina	-	-	Humorístico	-
202°	1895	<i>Tribuna Operária</i>	Teresina	Poncion Caldas e L. Batista	-	-	-
203°	1896	<i>A Luz</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio Ribeiro Gonçalves	Mensal	Literário e noticioso	O Diário
204°	1896	<i>Revista Piauense</i>	Teresina	H. Cunha, C. Freitas <i>et al.</i>	Mensal	-	O Piauí
205°	1896	<i>República</i> (1ª fase)	Teresina	Manuel Lopes Correia Lima	Diário	Político	República
206°	1896	<i>Jornal do Piauí</i> (2ª fase)	Parnaíba	Olinto Amorim	-	-	-
207°	1898	<i>Estafeta</i>	Teresina	Abdias Neves <i>et al.</i>	Semanal	Noticioso	-

208°	1898	<i>A Parnaíba</i>	Parnaíba	José Serra de Miranda	-	Noticioso	Correia & Basto
209°	1898	<i>O Rouxinol</i>	Parnaíba	Classe estudantil	-	-	-
210°	1899	<i>O Norte</i>	Teresina	Honorato José de Souza	Semanal	Noticioso e literário	O Norte
211°	1899	<i>Progresso</i>	Amarante	Eduardo Ferreira <i>et al.</i>	Semanal	Noticioso e literário	Progresso
212°	1899	<i>República</i> (2ª fase)	Teresina	Eliás Firmino de S. Martins	-	-	-
213°	1899	<i>A Notícia</i>	Teresina	Heitor Castelo Branco e João H. Gaioso Almendra	Diário	Noticioso e literário	A Notícia
214°	1899	<i>O Natalício</i>	Teresina	Homenagem a Raimundo Arthur de Vasconcelos	Única	-	O Piauí
215°	1899	<i>O Povo</i>	Teresina	Poncion Caldas <i>et al.</i>	Semanal	-	-
216°	1899	<i>O Zéfiro</i>	Teresina	Manuel Lustosa <i>et al.</i>	-	Literário e noticioso	-
217°	1899	<i>O Sabiá</i>	Teresina	Lauro Pinheiro <i>et al.</i>	Bimensal	Literário e noticioso	-
218°	1899	<i>O Comercial</i> (2ª fase)	Parnaíba	-	-	-	-
219°	1899	<i>O Grito</i>	União	Baurélio Mangabeira	-	-	-
220°	1899	<i>Polianteia</i>	Parnaíba	Vários	Única	Homenagem a Luíza Amélia de Queiroz	Correia & Basto
221°	1900	<i>O Corica</i>	Teresina	-	Semanal	Crítico, noticioso e literário	-
222°	1900	<i>Bispado do Piauí</i>	Teresina	Uma associação	-	Católico	-
223°	1900	<i>O Piauiense</i>	Parnaíba	-	Trimensal	-	-
224°	1900	<i>A Rosa</i>	Oeiras	Manuel Saraiva de Lemos	Semanal	Literário	-
225°	1900	<i>Polianteia</i>	Teresina	Artur Furtado de Albuquerque	Único	Homenagem a Coelho Rodrigues	-
226°	1901	<i>Nortista</i>	Parnaíba	Francisco de Moraes Correia	Semanal	Noticioso e literário	Nortista
227°	1901	<i>O Orbe</i>	Teresina	-	Única	-	-
228°	1901	<i>O Correio</i>	Teresina	Benedito Lemos e Poncion Caldas	Bissemanal	-	-
229°	1901	<i>A Luz</i> (3ª fase)	Teresina	Higino Cunha, João Pinheiro <i>et al.</i>	Anual	Maçônico	-
230°	1901	<i>A Semana</i>	Teresina	J. Pinheiro, N. Veras <i>et al.</i>	-	Literário e noticioso	-
232°	1901	<i>O Noivado do Pe. João</i>	Teresina	Soc. Propaganda Anticlerical	-	Anticlerical	A Semana
233°	1901	<i>O Livro</i>	Teresina	Antônio Lemos	Semanal	Literário	O Correio
234°	1902	<i>Pátria</i> (2ª fase)	Teresina	Abdias Neves, Antonino Freire e Miguel Rosa	Semanal	Político e literário	-
235°	1902	<i>O Artista</i> (2ª fase)	Teresina	Manuel Felipe Borges, Raimundo G. das Neves e B. Lemos	Semanal	Noticioso, comercial e literário	O Artista
236°	1902	<i>O Dever</i>	Teresina	Norberto Dantas, Sêneca Souza e Raimundo Farias Neto	Semanal	Literário, crítico e noticioso	O Norte
237°	1902	<i>Aurora</i>	Teresina	J. Rocha e P. Campos	-	Literário, crítico e noticioso	-

238°	1902	<i>A Pena</i>	Teresina	Oficina Literária J. Coriolano	Quinzenal	Literário	Piauí <i>et al.</i>
239°	1902	<i>A Palavra</i>	Teresina	Jônatas Batista <i>et al.</i>	Indeterminado	Literário, crítico e noticioso	-
240°	1902	<i>A Juventude</i>	Parnaíba	Luís Dourado	-	Literário e noticioso	-
241°	1902	<i>Popular</i>	Parnaíba	Júlio Rosa	-	Literário e noticioso	Correia & Basto
242°	1902	<i>O Libertador</i>	Parnaíba	Manuel Felipe Borges	Semanal	-	-
243°	1902	<i>O Ideal</i>	Amarante	Da Costa e Silva <i>et al.</i>	Quinzenal	Literário e noticioso	-
244°	1902	<i>O Reator</i> (2ª fase)	Teresina	Abdias Neves, Higino Cunha <i>et al.</i>	-	Anticlerical	-
245°	1902	<i>O Operário</i>	Amarante	Antônio Sobral <i>et al.</i>	Quinzenal	Literário, crítico e comercial	-
246°	1902	<i>A Ideia</i> (4ª fase)	Teresina	J. Pinheiro e A. Tito	Quinzenal	Literário e noticioso	O Artista
247°	1902	<i>A Cruz</i>	Amarante	Sátiro de Castro Nogueira	Mensal	Espírita	A Cruz
248°	1902	<i>O Estado</i> (2ª fase)	Teresina	Clodoaldo Freitas <i>et al.</i>	-	Político e noticioso	-
249°	1902	<i>Parnaso</i>	Parnaíba	J. Campos Veras	-	Literário	-
250°	1902	<i>A Tesoura</i>	Altos	Benedito Pestana	-	Literário, crítico e noticioso	-
251°	1902	<i>Natal</i>	Teresina	Homenagem a Miguel Rosa	Único	Homenagem	-
252°	1902	<i>Teresina</i>	Teresina	Abdias Neves, João Pinheiro <i>et al.</i>	-	Literário e noticioso	-
253°	1902	<i>Vida Comercial</i>	Floriano	-	Mensal	Comercial	-
254°	1902	<i>Alto Longá</i>	Alto Longá	José Isidoro	-	-	-
255°	1903	<i>Esperança</i>	Teresina	Grêmio Literário Esperança	Quinzenal	Literário	-
256°	1903	<i>Almanaque Pianiense</i>	Teresina	Abdias Neves, João Pinheiro <i>et al.</i>	Anual	Interesses gerais	Pátria
257°	1903	<i>Liberdade</i>	Teresina	João Seraine, M. Saraiva <i>et al.</i>	Única	Comemorativa	-
258°	1904	<i>Gazeta</i>	Teresina	Benedito Lemos	Semanal/Diária	Noticioso	Gazeta
259°	1904	<i>O Amigo do Povo</i> (2ª fase)	Teresina	Grêmio Literário David Caldas	-	-	A República
260°	1904	<i>O Arrebol</i> (2ª fase)	Teresina	Bando Literário Romeiros do Futuro	Trimestral	Literário	-
261°	1904	<i>O Mensageiro</i> (2ª fase)	Teresina	Grêmio Literário 24 de Janeiro	Trimestral	Literário	-
262°	1904	<i>1º de Abril</i>	Teresina	-	-	Literário	-
263°	1904	<i>Andorinha</i>	Teresina	B. Pestana e Esmaragdo Freitas	-	Crítico, literário e noticioso	-
264°	1904	<i>Ronda</i>	Parnaíba	Antônio Dias de Araújo	-	Humorístico	-
265°	1904	<i>Borboleta</i>	Teresina	Helena M. Burlamaqui, Maria Amélia Rubim e Alayde M. Burlamaqui	Mensal	Noticioso e Literário	O Piauí
266°	1904	<i>Pasquim</i>	Teresina	Anônimo	Indeterminado	Crítico	A Notícia
267°	1904	<i>Revista do Grêmio</i>	Amarante	Grêmio Literário Amarantino	-	-	-

		<i>Literário Amarantino</i>					
268°	1904	<i>O Canivete</i>	Amarante	-	-	Humorístico	-
269°	1904	<i>O Cri-Cri</i> (3ª fase)	Teresina	Grêmio Literário Jugurta Couto	-	-	-
270°	1905	<i>A Tribuna</i>	Parnaíba	Douville Leal, Júlio Rosa <i>et al.</i>	-	-	Político
271°	1905	<i>O Tempo</i>	Teresina	Higino Cunha e A. F. Cavalcante	-	-	A Notícia
272°	1905	<i>Amarante</i> (2ª fase)	Amarante	Da Costa e Silva, V. Martins	-	Literário	-
273°	1905	<i>O Tetém</i>	Amarante	João Rodolfo da Silva	-	-	A Cruz
274°	1905	<i>O Lauro Sodré</i>	Teresina	José Coriolano de C. Lima e Baurélio Mangabeira	-	-	A Pátria
275°	1905	<i>O Grito</i>	Teresina	Mário de Abreu e O. Nogueira	-	Literário e noticioso	-
276°	1905	<i>O Uniense</i>	União	Job da Silva Coutinho	-	-	-
277°	1905	<i>O Orvalbo</i>	Teresina	-	-	-	-
278°	1905	<i>Revista Infantil</i>	Teresina	-	-	-	-
279°	1906	<i>O Operário</i>	Teresina	Jônatas Batista, M. Saraiva de Lemos e R. Zito Batista	Semanal	Noticioso e literário	O Tempo
280°	1906	<i>O Comércio</i>	Teresina	Totó Rodrigues	Semanal	Comercial e noticioso	O Comércio
281°	1906	<i>O Monitor</i>	Teresina	Bonifácio F. de Carvalho	Semanal	Anticlerical	O Monitor
282°	1906	<i>O Facho</i>	Teresina	Jônatas Batista	Semanal	Literário	-
283°	1906	<i>O Reclamo</i>	Teresina	-	-	-	Libro Papelaria Veras
284°	1906	<i>Caco de Vidro</i>	Teresina	Uma associação	Semanal	Crítico	O Comércio
285°	1906	<i>O Crítico</i>	Teresina	-	Semanal	Crítico	O Norte
286°	1906	<i>O Ideal</i>	Teresina	Uma associação	Bimestral	Literário e noticioso	-
287°	1906	<i>A Cruz</i> (2ª fase)	Amarante	Sátiro de Castro Nogueira	Mensal	Espírita	A Cruz
288°	1907	<i>O Apóstolo</i>	Teresina	Órgão da Diocese Piauiense	Semanal	Católico	O Apóstolo
289°	1907	<i>Norte Piauí</i>	Parnaíba	A. Douville Leal e Luiz Correia	Semanal	Político e noticioso	-
290°	1907	<i>Aurora</i>	Teresina	Jônatas Batista	-	-	-
291°	1907	<i>O Nordeste</i>	Teresina	-	-	-	-
292°	1908	<i>Amarante</i> (2ª fase)	Amarante	João de Castro Lima	Quinzenal	Noticioso e comercial	A Cruz
293°	1908	<i>11 de Junho</i>	Parnaíba	Escola de Aprendizes Marinheiros	-	-	-
294°	1908	<i>O Plectro</i>	Parnaíba	João Brasil	Quinzenal	Literário e noticioso	-
295°	1908	<i>O Riso</i>	Teresina	Pedro Cunha Oliveira Sousa	-	Literário e noticioso	-
296°	1908	<i>Polianteia</i>	Teresina	Homenagem D. Joaquim	Único	Homenagem	-
297°	1908	<i>O Escrínio</i>	Teresina	Jônatas Batista	-	Ao Belo Sexo	-

298°	1909	<i>O Aprendiz</i>	Amarante	J. de Castro	Trimestral	Literário, crítico e noticioso	A Cruz
299°	1909	<i>Alvorada</i>	Teresina	Jônatas Batista, Antônio Chaves, Pedro Borges, Celso Pinheiro e Zito Batista	Mensal	Literário	-
300°	1909	<i>O Aspirante</i>	Teresina	Oliveira Nunes e Polidoro Abreu, Maurílio Burlamaqui	Bimestral	Literário	-
301°	1909	<i>Piripiri</i>	Piripiri	Alunos do Instituto Arcoverde	-	Literário e noticioso	-
302°	1909	<i>O Lírio</i>	Teresina	P. R. da Cunha, Teixeira Filho e Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	Quinzenal	Literário e noticioso	-
303°	1909	<i>Correio de Oeiras</i>	Oeiras	João Soares e Alano Beleza	Quinzenal	Noticioso, político e literário	C. de Oeiras
304°	1909	<i>Condor</i>	Pedro II	Pedro Gonçalves Bitencourt e Benício Orsano	-	-	-
305°	1909	<i>Natal</i>	Teresina	Homenagem a Abdias Neves	Único	Homenagem	-
306°	1909	<i>O Tetéu (2ª fase)</i>	Amarante	João Rodolfo da Silva e Afonso Moura	-	Crítico e noticioso	-
307°	1910	<i>Semana</i>	Parnaíba	Francisco de Moraes Correia	Semanal	Noticioso e Literário	Basto
308°	1910	<i>Primeiro de Março</i>	Teresina	Artur Furtado de A. Cavalcante	Dias intercalados	Político	-
309°	1910	<i>O Condor de Haia</i>	Teresina	-	-	Político	-
310°	1910	<i>O Combate</i>	Teresina	Matias Olímpio, Miguel de Paiva Rosa, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	-	Político	-
311°	1910	<i>O Aviso</i>	Picos	Joaquim das Chagas Leitão	Quinzenal	Noticioso	O Aviso
312°	1910	<i>A Evolução</i>	Teresina	Rodolfo M. Ribeiro, Heráclito Santos	-	Científico, artístico e literário	-
313°	1910	<i>Polianéia</i>	Teresina	Homenagem a Areolino Anto de Abreu	Único	Homenagem	-
314°	1910	<i>Filomático</i>	Teresina	Francisco Aureliano, Messias Cavalcante, José de Carvalho	Quinzenal	Literário e noticioso	-
315°	1910	<i>Raio X</i>	Teresina	Estudantes	-	Humorístico e noticioso	-
316°	1910	<i>O Riso das Crianças</i>	José de Freitas	Alunos do Professor Marques	-	-	-
317°	1911	<i>Diário do Pianí</i>	Teresina	Simplicio Mendes	Diário	Político, noticioso e literário	Paz
318°	1911	<i>A Letra</i>	Teresina	Grêmio Literário Euclides da Cunha	Mensal	Literário	Paz
319°	1911	<i>Auras do Norte</i>	Parnaíba	R. Petit e J. Dutra	Quinzenal	Crítico, noticioso e literário	Basto
320°	1911	<i>Cidade de Luz</i>	Teresina	Grêmio Literário Raimundo Correia	Mensal	Literário	-
321°	1911	<i>Cidade de Teresina</i>	Teresina	Odilo Costa <i>et al.</i>	Bissemnal	Noticiosa	-
322°	1911	<i>A Notícia (2ª fase)</i>	Teresina	Benedito Aurélio de Freitas	Semanal	Humorístico	-
323°	1911	<i>A Tarde</i>	Teresina	Alunos do Liceu Piauiense	-	Literário e Noticioso	-
324°	1911	<i>A Chaleira</i>	Teresina	Benedito Aurélio de Freitas	Mensal	Humorístico	-
325°	1911	<i>Cidade de Teresina</i>	Teresina	Manuel Correia Lima, João Santos, Adalberto Correia Lima	-	Político	Cidade de Teresina

326°	1911	<i>Ave, cor Jesu</i>	Teresina	Seminaristas	-	Religioso	-
327°	1911	<i>O Independente</i>	Teresina	-	Dias intercalados	Estudantil	O Apóstolo
328°	1911	<i>O Odilista</i>	Amarante	Representantes da Mocidade	-	-	-
329°	1911	<i>A Imprensa</i>	Teresina	Abdias Neves	-	Crítico	-
330°	1912	<i>Cidade Verde</i>	Teresina	Grêmio Literário, Recreativo dos Simples	Dias intercalados	Literário	Paz
331°	1912	<i>Litericultura</i>	Teresina	Abdias Neves, João Pinheiro, Matias Olímpio e Simplício Mendes <i>et al.</i>	Mensal	Literário	Paz
332°	1912	<i>O Miguelista</i>	Amarante	Órgão da Mocidade Amarantina	Indeterminado	-	-
333°	1912	<i>Cidade de Parnaíba</i>	Parnaíba	Nestor Gomes Veras	-	Político, comercial e noticioso	-
334°	1912	<i>Cidade de Teresina</i> (2ª fase)	Teresina	-	Semanal	Político/Republicano Conservador	-
335°	1912	<i>O Rebate</i>	Parnaíba	Francisco de Moraes Correia	Mensal	Político	-
336°	1912	<i>Cambirimba</i>	Parnaíba	X. P. Teosinho (pseudônimo de José Coriolano)	-	Crítico, Literário e noticioso	-
337°	1912	<i>Polianteia</i>	Teresina	Homenagem a Antônio Coelho Rodrigues	Único	Homenagem	-
338°	1912	<i>O Popular</i>	Parnaíba	Américo Ribeiro	Semanal	Literário e noticioso	-
339°	1912	<i>Voz do Sertão</i>	S. João do Piauí	Joaquim Vaz da Costa e Adolfo M. da Silva	-	Político	-
340°	1912	<i>O Ideal</i>	Teresina	Grupo de Estudantes	-	Literário e noticioso	-
341°	1912	<i>O Aspirante</i>	Teresina	Estudantes do Liceu Piauiense	-	-	-
342°	1912	<i>Serip</i>	Florianópolis	João Pires Ferreira	-	Propagandista	-
343°	1912	<i>Via-Crucis</i>	Teresina	Grêmio Literário Abdias Neves	-	Literário	Paz
344°	1912	<i>Estudante</i>	Teresina	Grêmio 11 de Agosto	-	Literário	-
345°	1912	<i>O Popular</i>	Florianópolis	José Pires Ferreira, José Messias Cavalcante, Tucides Barbosa e Daniel Paz	-	Noticioso	-
346°	1913	<i>Correio de Teresina</i>	Teresina	Gomes Ferreira & Cia	Semanal	Noticioso e literário	Paz
347°	1913	<i>O Ano Bom</i>	Parnaíba	-	Anual	Noticioso, literário, comercial e humorístico	-
348°	1913	<i>Polianteia</i>	Parnaíba	Homenagem a Joaquim Pires	Único	Homenagem	-
349°	1913	<i>Município</i>	Parnaíba	Francisco de Moraes Correia	-	Político/Conservador	-
350°	1913	<i>O Lépido</i>	Teresina	Mardocheu Marques, Leônidas Fernandes, João Francisco Ferrí, Oscar Barroso	-	Humorístico, literário e noticioso	-
351°	1913	<i>O Beijo</i>	Teresina	Waldemar Fernandes, M. Pedreira e Abelardo Veras	-	Crítico e literário	-
352°	1913	<i>Correio de Picos</i>	Picos	-	-	-	-
253°	1913	<i>A Notícia</i> (3ª fase)	Teresina	Cândido Gil Castelo Branco, Higinio Cunha, Clodoaldo Freitas, Abdias Neves, Alcides Freitas, João Pinheiro,	-	Literário	-

				Cristino Castelo Branco, Fenelon Castelo Branco, Daniel Paz, Nogueira Tapetí, Arimatéa Tito			
354°	1914	<i>O Arrebol</i> (3ª fase)	Teresina	Antônio Prado de Moura	Quinzenal	Noticioso e literário	-
355°	1914	<i>Ideal</i>	Florianópolis	E. Porto	-	Literário, humorístico e noticioso	-
356°	1914	<i>Jornal do Comércio</i>	Parnaíba	J. M. Guimarães e José Coriolano	-	Noticioso e Imparcial	-
357°	1914	<i>O Barroco</i>	Teresina	Benedito Aurélio de Freitas, Alexandrino Castro	-	-	-
358°	1914	<i>Agulha</i>	Parnaíba	-	-	Crítico, noticioso e humorístico	-
359°	1914	<i>Jornal Infantil</i>	Parnaíba	Lincoln Guimarães	-	-	-
360°	1914	<i>A Ordem</i>	Parnaíba	Merval Veras, José Coriolano, Nestor Gomes Veras, Castro Cavalcante e Epaminondas Castelo Branco	Semanal	Político/Republicano	-
361°	1914	<i>O Farol</i>	Parnaíba	Alarico da Cunha	-	Maçônico	-
362°	1914	<i>O Esporte</i>	Parnaíba	Acrísio Furtado <i>et al.</i>	-	-	-
363°	1914	<i>O Popular</i> (2ª fase)	Parnaíba	Américo Ribeiro	-	-	-
364°	1914	<i>A Evolução</i> (2ª fase)	Teresina	Alexandrino Castro, Gervásio Galiza, Mário Bento Gonçalves	Mensal	Literário e noticioso	-
365°	1914	<i>Libertador</i>	Amarante	-	-	Político/Republicano	-
366°	1914	<i>O Fanal</i>	Teresina	Adonis R. Cunha, César Rego e Nereu de Figueiredo Bastos	-	Literário e noticioso	-
367°	1914	<i>O Domingo</i>	Teresina	Higino Cunha e Passos de Carvalho	-	-	-
368°	1914	<i>Polianteia</i>	Teresina	Homenagem a João Crisóstomo da Rocha Cabral	Único	Homenagem	Imprensa Oficial do Estado
369°	1914	<i>Município</i> (2ª fase)	Parnaíba	Francisco de Moraes Correia	-	-	-
370°	1915	<i>A Cruz</i>	Parnaíba	Raimundo N. H. da Silva, Padre Melo Lula	Cívica e Religiosa	Católico	-
371°	1915	<i>O Tempo</i>	Amarante	Sátiro de Castro Moreira	Quinzenal	Político, noticioso e comercial	-
372°	1915	<i>Dois de Fevereiro</i>	Piracuruca	-	Único	-	-
373°	1915	<i>O Lírio</i>	Florianópolis	H. Victor	Mensal	Literário	-
374°	1915	<i>A Chibata</i>	Parnaíba	Intendência Municipal	-	Crítico e noticioso	-
375°	1915	<i>Cidade de Parnaíba</i> (2ª fase)	Parnaíba	-	-	-	-
376°	1915	<i>Nova Aurora</i>	Miguel Alves	Mário Goulart e Rodolfo Ribeiro	Mensal	-	-

376°	1915	<i>União</i>	União	Clube União Recreativo	Indeterminado	-	-
378°	1915	<i>Cidade de Piracuruca</i>	Piracuruca	Wilson Carvalho e Deoclécio Brito	-	Noticioso	-
379°	1915	<i>O Reverbero</i> (2ª fase)	Teresina	Adenor Carvalho, Mário Araújo, Lindolfo Monteiro, Rodolfo Serra e Marcolino Freitas	-	Literário e noticioso	-
380°	1915	<i>Correio Esportivo</i>	Parnaíba	Sales Reis, A. Freitas <i>et al.</i>	-	-	-
381°	1915	<i>O Porvir</i>	Teresina	Alunos do Colégio Bento XV	-	-	-
382°	1915	<i>Correio de Amarração</i>	Amarração	-	-	Noticioso	-
383°	1915	<i>O Afobado</i>	Piracuruca	-	-	-	-
384°	1915	<i>Via Láctea</i>	Teresina	Congresso Estudantil de Letras	-	-	-
385°	1915	<i>O Mensageiro Cristão</i>	Parnaíba	Antônio de Melo	-	Propaganda protestante	-
386°	1915	<i>O Mensageiro</i> (2ª fase)	Teresina	Congresso Estudantil de Letras	Mensal	-	-
387°	1915	<i>O Popular</i> (3ª fase)	Parnaíba	Américo Ribeiro	Bimestral	Noticioso	O Popular
388°	1916	<i>Habeas-Corpus</i>	Teresina	Higino Cunha, Antonino Freire	-	Político e noticioso	-
389°	1916	<i>A Semana</i>	Parnaíba	Nestor Veras	Semanal	Político, noticioso e literário	-
390°	1916	<i>O Livro</i>	Florianópolis	Colégio 24 de Janeiro	Bimensal	Literário	O Livro
391°	1916	<i>O Vim-Vim</i>	União	Ozéas Sampaio e Acrísio Lobão	-	Literário, crítico e noticioso	-
392°	1916	<i>O Estranhado</i>	União	Agnelo Sampaio	-	Interesses gerais	-
393°	1916	<i>O Globo</i>	Amarante	-	-	Político/Republicano	-
394°	1916	<i>Kosmos</i>	Teresina	Grêmio literário Coelho Rodrigues	-	Literário	-
395°	1916	<i>A Guerra</i>	Parnaíba	Liga Pró-Germânica	-	-	-
396°	1916	<i>O Tempo</i>	Amarante	Sátiro de Castro Moreira	Quinzenal	Político e Noticioso	-
397°	1916	<i>O Piauí</i> (3ª fase)	Teresina	Celestino Filho, Luiz Nogueira	Bissemanal	Político/Republicano	-
398°	1916	<i>O Raio</i>	Campo Maior	Mário Araújo, João Bona <i>et al.</i>	Bimensal	Literário, crítico e noticioso	-
399°	1917	<i>Alto Longá</i>	Alto Longá	F. Alencar	Mensal	Literário e noticioso	-
400°	1917	<i>Boletim Mensal</i>	Parnaíba	Associação Comercial de Parnaíba	Mensal	Comercial	-
401°	1917	<i>A Notícia</i> (4ª fase)	Teresina	Abdias Neves	-	Político/Republicano	-
402°	1917	<i>Xofrango</i>	Teresina	Hilarião Madeira	Mensal	Noticioso, político, literário e humorístico	-
403°	1917	<i>O Momento</i>	Parnaíba	Lívio Castelo Branco	-	Literário e noticioso	-

404°	1917	<i>O Imparcial</i>	Parnaíba	Nestor Veras, Rubem Furtado	Bissemanal	Noticioso	-
405°	1917	<i>Jornal de Notícias</i>	Teresina	Antônio Chaves Júnior	Bissemanal	Político/Republicano	-
406°	1917	<i>A Pátria</i>	Amarante	Paulo Guimarães e Erasmo Castro	-	Literário	-
407°	1917	<i>Via Vitae</i>	Teresina	-	-	Literário	-
408°	1918	<i>Chapada do Corisco</i>	Teresina	Edison Cunha, Pedro Brito, L. M. Ribeiro Gonçalves e Jônatas Batista	Quinzenal	Literário, científico e humorístico	-
409°	1918	<i>O Artista</i> (3ª fase)	Teresina	Antônio Prado de Moura	Quinzenal	Esportivo, literário, humorístico e noticioso	Paz
410°	1918	<i>O Denunciante</i>	Teresina	Antônio Santana Castelo Branco	Indeterminado	Noticioso	-
411°	1918	<i>O Atirador</i>	Vacaria	Hermeto C. Atti	-	Literário, noticioso e humorístico	Livraria Minerva
412°	1918	<i>Jornal de Notícias</i>	Teresina	Miguel Rosa <i>et al.</i>	Semanal	Político/Republicano	-
413°	1918	<i>Parnaíba</i>	Parnaíba	-	-	-	-
414°	1918	<i>O Consolador</i>	Parnaíba	Alarico da Cunha e R. Petit	Mensal	Espírita	-
415°	1918	<i>Coelho Neto</i>	Teresina	Higino Cunha, Felon Castelo Branco, Lucídio Freitas, Jônatas Batista, Baurélio Mangabeira	Único	Cívico	Jornal de Notícias
416°	1918	<i>Revista da APL</i>	Teresina	Vários	Anual	Literário e científico	Paz
417°	1918	<i>Gente Nova</i>	Teresina	Erasmo de Castro	-	Literário e humorístico	-
418°	1919	<i>O Artista</i>	Parnaíba	João Bezerra Leite e A. L. Pessoa	Indeterminado	Literário e noticioso	-
419°	1919	<i>O Consolador</i>	Parnaíba	Alarico da Cunha	-	Espírita	-
420°	1919	<i>O Nordeste</i> (2ª fase)	Teresina	Jônatas Batista	-	-	-
421°	1919	<i>O Cromo</i>	Parnaíba	-	-	Literário	-
422°	1919	<i>O Nortista</i>	Parnaíba	Sales Reis, R. Petit <i>et al.</i>	-	Comercial e esportivo	-
423°	1919	<i>A Tribuna</i> (2ª fase)	Parnaíba	Veridiano Rabelo Borges	-	Político/Republicano	-
424°	1920	<i>A Propaganda</i>	Parnaíba	Associação Comercial de Parnaíba	Quinzenal	Comercial	Basto
425°	1920	<i>O Protesto</i>	Teresina	Heli Fortes	-	-	-
426°	1920	<i>O Município</i>	Jerumenha	Artur de Araújo Passos	Bimestral	Noticioso	-
427°	1920	<i>O Lidador</i>	Amarante	Raimundo Barbosa de Carvalho, João Ribeiro Gonçalves	Trissemanal	Noticioso e político	-
428°	1920	<i>A Boa Semente</i>	Parnaíba	Raimundo N. H. da Silva	-	Católico	-
429°	1920	<i>Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense</i>	Teresina	-	-	-	Papelaria Piauiense
430°	1920	<i>O Trabalho</i>	Parnaíba	João Bezerra Leite	-	Artístico, literário, noticioso	-

431°	1920	<i>Jornal de Notícias</i> (2ª fase)	Teresina	-	-	Político	-
432°	1920	<i>A Cidade de Floriano</i>	Floriano	Antônio Lemos	-	Político	-
433°	1921	<i>O Perdão</i>	Parnaíba	B. C. M. de Melo, Tomaz Catunda	Trimensal	Espírita	-
434°	1921	<i>O Marítimo</i>	Parnaíba	Classes Marítimas	-	-	-
435°	1921	<i>A Voz do Norte</i>	Teresina	Firmino da Paz	-	-	-
436°	1921	<i>Polianteia</i>	Parnaíba	A Francisco de Moraes Correia	-	Homenagem	-
437°	1921	<i>O Paladino</i>	Teresina	-	-	Cultural	-
438°	1921	<i>A Pátria</i>	Parnaíba	Edison Cunha (Colégio 19 de Outubro)	-	Educativo	-
439°	1921	<i>Correio do Pianí</i>	Teresina	Joel Genuíno de Oliveira e Heráclito Araripe de Sousa	Diário	Comercial e noticioso	-
440°	1921	<i>A Cruzada</i>	Campo Maior	Órgão do Ateneu Santo Antônio	-	Literário, artístico e científico	-
441°	1921	<i>A Campanha</i>	Parnaíba	-	-	Político	-
442°	1921	<i>O Jornal</i>	Teresina	José Broxado Lapa	-	Literário, humorístico e noticioso	-
443°	1921	<i>A Imprensa</i>	Parnaíba	Antônio Menezes	-	Interesses gerais	-
444°	1922	<i>Cidade de Amarante</i>	Amarante	João Ribeiro Gonçalves Filho	Quinzenal	Noticioso e político	-
445°	1922	<i>19 de Outubro</i>	Parnaíba	-	-	Comemorativo	O Popular
446°	1922	<i>O Parafuso</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio Oliveira e H. Rodrigues de Oliveira	-	Crítico e noticioso	-
447°	1922	<i>O Automóvel</i>	Teresina	-	Anual	Humorístico	-
448°	1922	<i>Reação</i>	Teresina	Heitor Castelo Branco, Pires de Castro <i>et al.</i>	Bissemanal	Político e noticioso	Reação
449°	1922	<i>A Renascença</i>	Teresina	Gualberto da Silva, João Martins de Moraes <i>et al.</i>	-	Literário, científico e humorístico	-
450°	1922	<i>Jornal do Comércio</i> (2ª fase)	Parnaíba	J. Messias de Albuquerque (Associação Comercial de Parnaíba)	Semanal	Comercial	-
451°	1922	<i>O Porvir</i>	Teresina	Raimundo José de Vasconcelos	-	Literário, humorístico e noticioso	-
452°	1922	<i>A Conquista</i>	Parnaíba	Grêmio Literário Coelho Neto	Mensal	Literário	-
453°	1922	<i>Independência</i>	Amarante	-	-	-	-
454°	1922	<i>Reflexo</i>	Amarante	Olívio Gronga de Morada	-	Crítico e noticioso	-
455°	1922	<i>Gente Nova</i> (2ª fase)	Teresina	Órgão da Arcádia dos Novos	-	Literário	-
456°	1922	<i>O Raio</i>	Castelo do Piauí	Siné Lima	-	Crítico e noticioso	-

457°	1923	<i>Casa São João</i>	Teresina	Casa São João	-	Comercial	-
458°	1923	<i>Gazeta de Parnaíba</i>	Parnaíba	Merval Veras, Edison Cunha	-	Noticioso	-
459°	1923	<i>O Consolador</i> (2ª fase)	Parnaíba	Alarico da Cunha, R. Petit	Mensal	Espírita e literário	-
460°	1923	<i>O Dia</i>	Teresina	Abdias Neves	-	-	-
461°	1923	<i>A Notícia</i>	Parnaíba	R. Raposo e João Ramos	Semanal	Literário e noticioso	-
462°	1923	<i>Reação</i> (2ª fase)	Teresina	-	-	Político/Republicano	-
463°	1923	<i>O Arrebol</i> (4ª fase)	Teresina	Heitor Filho	-	-	-
464°	1923	<i>A Pátria</i>	Teresina	Heitor Castelo Branco Filho	Mensal	Literário	-
465°	1923	<i>Almanaque da Parnaíba</i>	Parnaíba	Benedito dos Santos Lima	Anual	Literário e comercial	-
466°	1924	<i>A Tribuna</i> (3ª fase)	Parnaíba	Epaminondas Castelo Branco	-	Político e noticioso	-
467°	1924	<i>A Razão</i>	Parnaíba	José de Souza Brandão	-	-	-
468°	1924	<i>O Libertador</i>	Piracuruca	Antônio José de Sousa	-	Político e noticioso	-
469°	1924	<i>A Cidade</i>	Teresina	César Rego	-	Literário e noticioso	-
470°	1924	<i>O Progresso</i>	São Raimundo Nonato	João Menezes, Joaquim Vaz da Costa	-	-	-
471°	1924	<i>Voz do Povo</i>	Teresina	J. Fonseca Ferreira, Agésilao Martins	-	-	-
472°	1925	<i>A Imprensa</i> (2ª fase)	Teresina	Diógenes de Melo Filho	Trissemanal	Noticioso	A Imprensa
473°	1925	<i>O Lince</i>	Teresina	José de Vasconcelos	Bissemanal	Literário, humorístico e noticioso	-
474°	1925	<i>Floriano</i>	Floriano	Francisco Osternes Brandão	-	Político e comercial	Floriano
475°	1925	<i>O Porvir</i>	Piripiri	Padre Joaquim Nonato Gomes, Baurélio Mangabeira	-	Católico	-
476°	1925	<i>O Parafuso</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio Oliveira e H. Rodrigues de Oliveira	-	Crítico e noticioso	-
477°	1925	<i>O Tempo</i>	Picos	Mário Martins	-	Social	-
478°	1925	<i>Boletim Comercial</i>	Teresina	-	-	Comercial	-
479°	1925	<i>O Libertador</i>	Floriano	José D. Pinheiro Machado e Lourenço Moreira Lima	Mensal	Político	-
480°	1925	<i>A Pena</i>	Floriano	Osíris Neves de Melo e Sinodelino de Carvalho Neto	-	Literário e noticioso	O Lábaro
481°	1925	<i>D. Pedro II</i>	Pedro II	Padre Lindolfo Rodrigues de Sousa Uchôa	Único	Homenagem	-
482°	1925	<i>Piripiri</i>	Piripiri	Padre Joaquim Nonato Gomes	Quinzenal	Católico, literário e noticioso	-
483°	1926	<i>Mocidade Jornal</i>	Parnaíba	Lula Menezes	Indeterminado	Noticioso e literário	-

484°	1926	<i>Anuário Estatístico do Piauí</i>	Teresina	Antônio Cavalcante Vieira da Cunha	Anual	Histórico e estatístico	-
485°	1926	<i>O Popular</i>	Teresina	-	-	-	-
486°	1926	<i>Akion</i>	Parnaíba	Benévolo Trindade	-	Literário e noticioso	-
487°	1926	<i>Gazeta</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio Lemos	Diário	Noticioso	Excelsior
488°	1926	<i>Palace Jornal</i>	Parnaíba	Nestablo Ramos, R. Petit	-	-	-
489°	1926	<i>A Tela</i>	Parnaíba	Ferreira & Irmãos	-	-	-
490°	1926	<i>O Lábaro</i> (2ª fase)	Teresina	Antônio Neves de Melo	Semanal	Literário e noticioso	-
491°	1927	<i>A Praça</i>	Parnaíba	Edison Cunha e Benedito dos Santos Lima	Semanal	Comercial e literário	-
492°	1927	<i>Jornada</i>	São Benedito / Alto Longá	Baurélio Mangabeira	Mensal	Literário e artístico	-
493°	1927	<i>Vale Quem Tem</i>	Teresina	João Ferrí	-	Comercial	Popular
494°	1927	<i>O Levita</i>	Teresina	-	-	Católico	-
495°	1927	<i>O Dia</i>	Parnaíba	Nestor Veras e Epaminondas Castelo Branco	Trissemanal	Político e noticioso	-
496°	1927	<i>O Independente</i>	Parnaíba	R. Pereira	-	Político	-
497°	1927	<i>A Verdade</i>	Parnaíba	Edison Cunha	-	Político	-
498°	1927	<i>Polianteia</i>	Parnaíba	A Francisco de Moraes Correia	-	-	-
499°	1927	<i>A Normalista</i>	Teresina	Órgão da Escola Normal	-	Literário	-
500°	1927	<i>A Ideia</i> (5ª fase)	Teresina	Grêmio Literário Anísio de Abreu	Semanal	Literário	-
501°	1927	<i>A Revista</i>	Teresina	Cenáculo Piauiense de Letras	Mensal	Literário	Popular
502°	1927	<i>O Aviso</i> (2ª fase)	Picos	Joaquim das Chagas Leitão	Quinzenal	-	-
503°	1927	<i>A Mocidade</i>	Florianópolis	Antônio Castro	Quinzenal	Literário, humorístico e noticioso	Florianópolis
504°	1927	<i>O Crepúsculo</i>	Florianópolis	Ateneu Florianense	-	-	-
505°	1928	<i>O Popular</i> (4ª fase)	Parnaíba	Américo Ribeiro	-	-	-
506°	1928	<i>A Liberdade</i>	Teresina	Padre Cirilo Chaves e Higinio Cunha	Bimensal	Político/Democrático	-
507°	1928	<i>A Mocidade</i>	Teresina	Órgão da Arcádia dos Novos	Mensal	Literário	-
508°	1928	<i>A Imprensa</i> (3ª fase)	Teresina	Heitor Castelo Branco	-	Político/Republicano	-
509°	1928	<i>Estado do Piauí</i> (2ª fase)	Teresina	Hugo Napoleão do Rego	Diário	Político e Noticioso	-
510°	1928	<i>Lótus</i>	Teresina	Órgão da Arcádia dos Novos	-	Literário	-
511°	1928	<i>Almanaque do Batalhão de</i>	Teresina	-	-	Militar e Político	Gráfica Piauiense

		<i>Infantaria da Polícia</i>					
512°	1928	<i>Cidade Verde</i>	Teresina	-	Semanal	-	-
513°	1929	<i>Longá Jornal</i>	Alto Longá	Baurélio Mangabeira	Quinzenal	Político, Noticioso e Literário	Longá Jornal
514°	1929	<i>A Lanterna</i>	Teresina	-	-	-	-
515°	1929	<i>Diário da Tarde</i>	Teresina	José Pires de Carvalho	-	Político/Republicano e Noticioso	-
516°	1929	<i>Almanaque da Força Militar do Estado</i>	Teresina	-	-	Militar e Político	Imprensa Oficial
517°	1929	<i>Rouxinol</i>	Floriano	Rodrigues Ramos	-	Noticioso, literário e humorístico	Floriano
518°	1929	<i>A Propaganda (2ª fase)</i>	Parnaíba	João Vieira Pinto e Benú Cunha	Mensal	Comercial e Literário	-
519°	1929	<i>O Ideal</i>	Floriano	Turene Ribeiro, Guilherme Nunes	-	-	Floriano
520°	1929	<i>O Farol</i>	Porto	Abílio Augusto Pinto	-	Noticioso, humorístico e literário	-
521°	1930	<i>A Luz</i>	Floriano	J. Moreira e P. Silva	Mensal	Noticioso	-
522°	1930	<i>O Norte</i>	Parnaíba	Raul Primo	Bissemanal	Noticioso	O Norte
523°	1930	<i>O Sino</i>	Parnaíba	Padre Roberto Lopes	Semanal	Católico e Literário	O Sino
524°	1930	<i>Lavadeira</i>	Teresina	-	-	-	-
525°	1930	<i>A Crítica</i>	Teresina	Alunos do Diocesano	-	-	-
526°	1930	<i>O Estudante</i>	Teresina	Wágner de Abreu Cavalcante	-	Estudantil	-
527°	1930	<i>Nego</i>	Teresina	Antilon Ribeiro Soares	-	-	-
528°	1930	<i>O Comércio</i>	Parnaíba	F. Chagas Melo	Bimestral	Comercial e Noticioso	-
529°	1930	<i>O Popular (3ª fase)</i>	Parnaíba	Francisco de Oliveira e Ferres	-	Noticioso	-

APÊNDICE N
PRODUÇÕES DE ANTÔNIO CHAVES EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1908-1929)

PRODUÇÕES DE ANTÔNIO CHAVES EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1908-1929)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1908	1 nov.	<i>O Monitor</i> (Teresina, PI)	“A lágrima”	Soneto
2 ^a	1908	26 nov.	<i>O Monitor</i> (Teresina, PI)	“No cemitério”	Soneto
3 ^a	1909	1 jan.	<i>O Monitor</i> (Teresina, PI)	“Carta aberta”	Carta
4 ^a	1909	15 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Anália”	Conto
5 ^a	1909	15 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“A uns olhos”	Soneto
6 ^a	1909	30 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Depois do baile”	Soneto
7 ^a	1909	30 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“A um corpete”	Poema
8 ^a	1909	15 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Dentro da vida”	Conto
9 ^a	1909	30 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Jesus”	Soneto
10 ^a	1909	30 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Voltas”	Poema
11 ^a	1909	15 set.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Morta”	Soneto
12 ^a	1909	30 set.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Trovas simples”	Trova
13 ^a	1909	30 out.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“O pastor”	Poema
14 ^a	1909	15 nov.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Versos de outrora”	Poema
15 ^a	1910	3 mar.	<i>Monitor</i> (Teresina, PI)	“Plástica”	Quartetos
16 ^a	1910	24 mar.	<i>Monitor</i> (Teresina, PI)	“Sublime”	Soneto
17 ^a	1910	31 mar.	<i>Monitor</i> (Teresina, PI)	“Revelação”	Soneto
18 ^a	1910	10 set.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Riachuelo”	Soneto
19 ^a	1910	22 dez.	<i>Diário do Maranhão</i> (São Luís, MA)	“O sapo”	Soneto
20 ^a	1910	-	<i>Almanaque de Pernambuco</i> (Recife, PE)	“Saudação”	Soneto
21 ^a	1912	1 jan.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Apólogo”	Oitavas
22 ^a	1912	27 jan.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Canção de pobre”	Soneto
23 ^a	1912	10 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Linda imortal”	Conto
24 ^a	1912	29 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“A uns olhos”	Quartetos republicados
25 ^a	1912	2 ago.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Alta noite”	Soneto
26 ^a	1912	25 ago.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Teu nome”	Soneto
27 ^a	1912	17 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“De passagem”	Soneto
28 ^a	1912	24 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Tempos depois...”	Soneto
29 ^a	1913	31 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Da janela”	Poema
30 ^a	1913	13 fev.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“À minha noiva”	Soneto
31 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Rendez-vous”	Conto
32 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Sonho de noiva”	Soneto
33 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Lenda imortal”	Conto
34 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Elogio do doutor José Coriolano de Souza Lima”	Discurso
35 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Meu filho”	3 sonetos
36 ^a	1926	29 abr.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“História de amor”	Soneto
37 ^a	1925	22 set.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Dobres...”	Poema
38 ^a	1925	13 fev.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Minha mãe”	Soneto
39 ^a	1929	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Líricas”	Quadras

APÊNDICE O
**ESCRITORES INSCRITOS NO CIRCUITO LITERÁRIO DO CENTRO-
 NORTE PIAUIENSE (1900-1930)**

LITERATOS INSCRITOS NO CIRCUITO LITERÁRIO DO CENTRO-NORTE PIAUIENSE (1900-1930)			
Nº	NOME	PROFISSÃO	ESPECIALIDADE
1	Abdias Neves	Bacharel	Romancista, poeta
2	A. C. Dória	-	Poeta
3	Adalberto Peregrino	Bacharel	Poeta
4	Alcides Freitas	Médico	Poeta
5	Alfredo Castro	-	Poeta
6	Alves de Souza	-	Poeta
7	Antônio Bona	-	Poeta
8	Antônio Chaves	Jornalista	Poeta
9	Antônio Neves de Mello	Bacharel	Poeta
10	Arimatêa Tito	-	Ensaísta, poeta
11	A. Veras de Holanda	-	Poeta
12	Benedito Aurélio de Freitas	Farmacêutico	Poeta
13	Benedito Lemos	Professor, Jornalista	Poeta
14	Benedito Pestana	Farmacêutico	Poeta
15	Benú da Cunha (1906)	Farmacêutico	Poeta
16	Brandão Júnior	-	Poeta
17	Bugya Britto	Bacharel	Poeta
18	Celso Pinheiro	Jornalista	Poeta
19	Cristino Castelo Branco	Bacharel	Poeta
20	Clodoaldo Freitas	Bacharel	Crítico, poeta
21	Cromwel Carvalho	Bacharel	Poeta
22	Cruz Monteiro	-	Poeta
23	Da Costa e Silva	Bacharel	Poeta
24	Daniel Paz	-	Poeta
25	Domingos Monteiro	-	Poeta
26	Eudócio Neves	Funcionário público	Poeta
27	Esmaragdo de Freitas	Bacharel	Poeta
28	Fenelon Castelo Branco	Bacharel	Poeta
29	Francisco Borges Castelo Branco	-	Poeta
30	Higino Cunha	Bacharel	Poeta
31	João Ferri	Auxiliar de comércio	Poeta
32	João Pinheiro	Dentista	Poeta, contista e romancista
33	João Santos Souza	-	Poeta
34	Joaquim Ribeiro Gonçalves	Bacharel	Poeta
35	Jônatas Batista	Jornalista	Poeta, dramaturgo
36	Jugurta Castelo Branco	-	Poeta
37	Laura Mafrense	-	Poetisa
38	Lucídio Freitas	Bacharel	Poeta
39	Luiz Guimarães	-	Poeta
40	Luiz Lamego	-	Poeta
41	Luiz Targino	-	Poeta
42	Manuel Otaviano	Padre	Poeta
43	Manuel Saraiva de Lemos	Jornalista	Poeta
44	Mário de Abreu	-	Cronista
45	Mário José Batista	-	Poeta
46	Mário Lima	-	Poeta
47	Martins Napoleão	Político	Poeta
48	Matias Olímpio	Bacharel, Político	Poeta, prosador
49	Nei da Silva	Bacharel	Poeta
50	Nogueira Tapetí	Bacharel	Poeta
51	Odorico Castelo Branco	Professor	Poeta

52	Pedro Brito	Advogado provisionado	Poeta
53	Poncion Caldas	-	Poeta
54	Plautila Lopes	Professora	Cronista
55	Raimundo Brito	-	Poeta
56	Raimundo de Arêa Leão	Médico	Poeta
57	Raimundo Zito Batista	Jornalista	Poeta
58	Raul Nei	-	Poeta
59	Totonha Silva	-	Cronista
60	Totó Rodrigues	Comerciante	Poeta
61	Valdivino Tito	Bacharel	Poeta

APÊNDICE P
PRODUÇÕES DE ABDIAS NEVES EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1896-1918)

PRODUÇÕES DE ABDIAS NEVES EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1896-1918)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1896	14 jul.	<i>Congresso Acadêmico</i> (Recife, PE)	“Lirismo”	Crônica
2 ^a	1896	15 set.	<i>Congresso Acadêmico</i> (Recife, PE)	“Lirismo”	Crônica republicada
3 ^a	1896	28 set.	<i>Gazeta da Tarde</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Madrigal”	Crônica
4 ^a	1896	20 out.	<i>Diário de Notícias</i> (Belém, PA)	“Madrigal”	Crônica republicada
5 ^a	1896	15 nov.	<i>Congresso Acadêmico</i> (Recife, PE)	“Felicidade”	Conto
6 ^a	1897	27 jun.	<i>Diário de Notícias</i> (Belém, PA)	“Lirismo”	Crônica republicada
7 ^a	1898	23 mar.	<i>Jornal do Recife</i> (Recife, PE)	“Invocação”	Soneto
8 ^a	1898	2 abr.	<i>Jornal do Recife</i> (Recife, PE)	“O’ never, nevermore”	Soneto
9 ^a	1898	24 mai.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Pelo azul”	Soneto
10 ^a	1900	8 mai.	<i>Jornal do Recife</i> (Recife, PE)	“Soneto”	Soneto
11 ^a	1900	-	<i>Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul</i> (Porto Alegre, RS)	“Mensageiro”	Soneto
12 ^a	1900	-	<i>Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul</i> (Porto Alegre, RS)	“O’ never, nevermore”	Soneto republicado
13 ^a	1901	17 fev.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Bolero”	Soneto
14 ^a	1901	16 mar.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Brasileira”	Soneto
15 ^a	1901	18 mai.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A epopeia do spleen”	Soneto
16 ^a	1901	19 mai.	<i>O Cachoeirano</i> (Cachoeiro do Itapemirim, ES)	Brasileira	Soneto republicado
17 ^a	1901	27 mai.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“A epopeia do triunfo”	Soneto
18 ^a	1901	8 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Palinódia”	Soneto
19 ^a	1901	5 jul.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Invocação”	Soneto republicado
20 ^a	1901	2 ago.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Morta”	Soneto
21 ^a	1901	10 ago.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Homem”	Soneto
22 ^a	1901	24 set.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“No lago de Agrippa”	Soneto
23 ^a	1901	15 out.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“No circo romano”	Soneto
24 ^a	1901	19 out.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“No lago de Agrippa”	Soneto republicado
25 ^a	1901	15 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O tigre”	Soneto
26 ^a	1901	30 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Andaluza”	Soneto
27 ^a	1901	1 dez.	<i>Revista da Semana</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“No lago de Agrippa”	Soneto republicado
28 ^a	1902	15 jun.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Resposta”	Soneto
29 ^a	1902	6 jul.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Missa branca”	Soneto
30 ^a	1902	6 jul.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Blocos: II (O mamão)”	Folhetim
31 ^a	1902	13 jul.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Blocos: III (A tábua)”	Folhetim
32 ^a	1902	3 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Blocos: IV (Coração de ave)”	Folhetim
33 ^a	1902	10 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Antítese”	Soneto
34 ^a	1902	10 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Vícios da igreja”	Artigo
35 ^a	1902	22 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“O Bandolim”	Soneto
36 ^a	1902	28 dez.	<i>Pátria</i> (Teresina, PI)	“Hino à febre”	Soneto
37 ^a	1903	1 jan.	<i>A Capital</i> (Niterói, RJ)	“Serenata”	Conto
38 ^a	1904	17 mar.	<i>Diário da Tarde</i> (Curitiba, PR)	“Última cruzada”	Soneto
39 ^a	1904	4 out.	<i>O Fluminense</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“O mamão”	Conto
40 ^a	1904	28 dez.	<i>Diário da Tarde</i> (Curitiba, PR)	“Bandeiras”	Soneto
41 ^a	1905	23 mai.	<i>Diário da Tarde</i> (Curitiba, PR)	“Asmodeu Creador: Flos florum”	Soneto
42 ^a	1905	15 set.	<i>Evolucionista</i> (Maceió, AL)	“Soneto”	Soneto
43 ^a	1905	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Ao sol”	Soneto
44 ^a	1906	29 jan.	<i>Borboleta</i> (Teresina, PI)	“Flores murchas”	Soneto
45 ^a	1906	1 mar.	<i>Borboleta</i> (Teresina, PI)	“Hino à folia”	Crônica
46 ^a	1906	27 ago.	<i>A República</i> (Curitiba, PR)	“Os mitos solares entre os selvagens do Brasil”	Artigo
47 ^a	1906	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“De longe”	Crônica

48 ^a	1906	16 dez.	<i>O Dia</i> (Florianópolis, SC)	“Política americana”	Artigo
49 ^a	1906	30 dez.	<i>O Dia</i> (Florianópolis, SC)	“Das Deuschtum in Südbrasilien”	Artigo
50 ^a	1907	9 jan.	<i>O Dia</i> (Florianópolis, SC)	“Ao sol”	Soneto republicado
51 ^a	1908	19 nov.	<i>Monitor</i> (Teresina, PI)	“O mito”	Soneto
52 ^a	1908	-	<i>Almanaque do Paraná</i> (Curitiba, PR)	“Epopéia do triunfo”	Soneto republicado
53 ^a	1908	-	<i>Almanaque do Garnier</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Os mitos solares dos índios”	Artigo
54 ^a	1910	7 abr.	<i>Monitor</i> (Teresina, PI)	“A elegibilidade do marechal”	Artigo
55 ^a	1911	28 mai.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Ao sol”	Soneto republicado
56 ^a	1912	1 jan.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Contribuições para a história do Piauí” (I)	Ensaio
57 ^a	1912	27 jan.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Epopéia do verde”	Soneto
58 ^a	1912	1 fev.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Contribuições para a história do Piauí” (II)	Ensaio
59 ^a	1912	10 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Viajora”	Soneto
60 ^a	1912	29 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Culto pagão”	Soneto
61 ^a	1912	1 jun.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Contribuições para a história do Piauí” (III)	Ensaio
62 ^a	1912	1 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Moral religiosa”	Conferência
63 ^a	1912	1 ago.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Litericultura, ou literacultura?”	Artigo
64 ^a	1912	18 ago.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“A opinião pública e o divórcio I”	Artigo
65 ^a	1912	25 ago.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“A opinião pública e o divórcio II”	Artigo
66 ^a	1912	15 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Moral religiosa”	Artigo
	1912	20 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Homens e letras piauienses I”	Crítica
67 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“A opinião e o divórcio”	Ensaio
68 ^a	1913	31 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O sangue das rosas”	Soneto
69 ^a	1913	31 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Controvérsias constitucionais”	Ensaio
70 ^a	1913	30 set.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Hino à febre”	Soneto republicado
71 ^a	1913	30 nov.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Epopéia do verde”	Soneto republicado
72 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Homem”	Soneto
73 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Da formação dos mitos ao culto dos astros”	Ensaio

APÊNDICE Q
HORIZONTES DE LEITURA DOS ESCRITORES
NA IMPRENSA PIAUIENSE (1900-1930)

HORIZONTES DE LEITURA DOS ESCRITORES PIAUIENSES NA IMPRENSA PIAUIENSE		
ANO	ESCRITOR	PERIÓDICO
ANOS DE 1900	Afonso Celso Júnior	<i>Nortista</i> (1901), <i>O Apóstolo</i> (1907)
	Adolpho Caminha	<i>O Comércio</i> (1906)
	Aldina Correia	<i>Nortista</i> (1901)
	Alphonsus Guimarães	<i>Gazeta</i> (1905)
	Aluizio Azevedo	<i>O Operário</i> (1906)
	Antero de Quental	<i>Nortista</i> (1901)
	Arthur Azevedo	<i>Nortista</i> (1901), <i>Gazeta</i> (1905)
	Augusto dos Anjos	<i>Nortista</i> (1901), <i>O Artista</i> (1902)
	Bernardino Lopes	<i>O Operário</i> (1906)
	Bocage	<i>O Apóstolo</i> (1907)
	Carlos de Laet	<i>O Apóstolo</i> (1907)
	Castro Alves	<i>Nortista</i> (1901)
	Chateaubriand	<i>Pátria</i> (1902)
	Coelho Neto	<i>Borboleta</i> (1906), <i>Alvorada</i> (1909), <i>Nortista</i> (1901), <i>Gazeta</i> (1905) e <i>O Comércio</i> (1906)
	Cruz e Souza	<i>Gazeta</i> (1905), <i>O Operário</i> (1906)
	Ernestina Amanda de Carvalho	<i>O Operário</i> (1906)
	Euclides da Cunha	<i>Alvorada</i> (1909)
	Fagundes Varela	<i>Nortista</i> (1901)
	Francisca Júlia	<i>Gazeta</i> (1905)
	Fran Pacheco	<i>O Artista</i> (1902)
	Jônatas Serrano	<i>O Apóstolo</i> (1907)
	Júlio Salusse	<i>O Operário</i> (1906)
	Gregório de Mattos	<i>O Comércio</i> (1906)
	Guerra Junqueiro	<i>Nortista</i> (1901), <i>Gazeta</i> (1905)
	Guimarães Passos	<i>Alvorada</i> (1909)
	Luiz Edmundo	<i>Gazeta</i> (1905)
	Luiz Guimarães Júnior	<i>O Apóstolo</i> (1907)
	Manoel Segundo Wanderley	<i>Nortista</i> (1901), <i>O Apóstolo</i> (1907)
	Manuel Botelho de Oliveira	<i>O Comércio</i> (1906)
	Mariana Luz	<i>A Corica</i> (1900)
	Medeiros e Albuquerque	<i>O Apóstolo</i> (1907)
	Olavo Bilac	<i>O Comércio</i> (1906), <i>O Operário</i> (1906)
	Oscar Lopes	<i>O Comércio</i> (1906)
Raul Pederneiras	<i>O Operário</i> (1906)	
Paula Ney	<i>Alvorada</i> (1909)	
Pinheiro Chagas	<i>Nortista</i> (1901)	
Raimundo Correia	<i>Nortista</i> (1901)	
Ramalho Ortigão	<i>Nortista</i> (1901)	
Rui Barbosa	<i>Nortista</i> (1901), <i>O Apóstolo</i> (1907)	
Vespasiano Ramos	<i>O Apóstolo</i> (1907)	
Victor Hugo	<i>Nortista</i> (1901), <i>Gazeta</i> (1905)	
William Shakespeare	<i>Alvorada</i> (1909)	
ANOS DE 1910	Afonso Celso	<i>Auras do Norte</i> (1911)
	Alphonsus de Guimarães	<i>Revista da APL</i> (1918)
	Álvares de Azevedo	<i>Litericultura</i> (1912)
	Araripe Júnior	<i>Diário do Piauí</i> (1911)
	Arthur Azevedo	<i>Semana</i> (1910)
	Bernardino Lopes	<i>Semana</i> (1910)
	Coelho Neto	<i>Semana</i> (1910), <i>Cidade Verde</i> (1912), <i>Chapada do Corisco</i> (1918) e <i>O Arrebol</i> (1918)
	Euclides da Cunha	<i>A Letra</i> (1911)

	Humberto de Campos	<i>Diário do Piauí</i> (1911)
	Liev Tolstói	<i>Diário do Piauí</i> (1911)
	Luiz Guimarães Júnior	<i>Auras do Norte</i> (1911)
	Manoel Segundo Wanderley	<i>O Artista</i> (1919)
	Maranhão Sobrinho	<i>Semana</i> (1910)
	Olavo Bilac	<i>Semana</i> (1910), <i>Revista da APL</i> (1918)
	Raimundo Correia	<i>Semana</i> (1910), <i>Cidade de Luz</i> (1911), <i>Diário do Piauí</i> (1911)
	Rui Barbosa	<i>Auras do Norte</i> (1911) e <i>O Arrebol</i> (1918)
	Vespasiano Ramos	<i>Diário do Piauí</i> (1911)
	ANOS DE 1920	Afonso Celso
Alberto de Oliveira		<i>O Arrebol</i> (1923)
Anatole France		<i>O Arrebol</i> (1924)
Anselmo Fraga		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1930)
Antônio Feliciano de Castilho		<i>A Imprensa</i> (1925)
Arthur Azevedo		<i>A Imprensa</i> (1925)
Arthur Schopenhauer		<i>O Arrebol</i> (1924)
Coelho Neto		<i>O Arrebol</i> (1923), <i>Almanaque da Parnaíba</i> (1924), <i>A Imprensa</i> (1925), <i>A Praça</i> (1928)
Emílio Castelar		<i>A Imprensa</i> (1925)
Emílio de Menezes		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1928)
Francisca Júlia		<i>A Imprensa</i> (1925)
Guerra Junqueiro		<i>O Arrebol</i> (1923)
Guilherme de Almeida		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1930)
Humberto de Campos		<i>A Imprensa</i> (1925), <i>Almanaque da Parnaíba</i> (1926)
Joaquim Nabuco		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1928)
Jorge de Lima		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1930)
Liev Tolstói		<i>O Arrebol</i> (1923)
Luiz Edmundo		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1926)
Machado de Assis		<i>O Arrebol</i> (1925)
Manuel Botelho de Oliveira		<i>O Arrebol</i> (1923)
Marilita Pozzoli		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1929)
Olegário Mariano		<i>O Arrebol</i> (1923)
Orestes Barbosa		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1930)
Padre Antônio Thomaz		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1924, 1926, 1929), <i>O Arrebol</i> (1923)
Padre Correia de Almeida		<i>A Imprensa</i> (1925)
Raimundo Correia		<i>A Imprensa</i> (1925)
Raul Bopp		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1929)
Raul Pompeia		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1928)
Ribeiro Couto		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1930)
Rosário Fusco		<i>Almanaque da Parnaíba</i> (1930)
Solfieri de Albuquerque		<i>A Imprensa</i> (1925)
Victor Hugo		<i>A Imprensa</i> (1925)
Viriato Correia		<i>A Imprensa</i> (1925)

APÊNDICE R
PRODUÇÕES DE JÔNATAS BATISTA EM PERIÓDICOS TERESINENSES
(1902-1919)

PRODUÇÕES DE JÔNATAS BATISTA EM PERIÓDICOS PIAUIENSES (1902-1919)					
ORD.	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1ª	1902	1 mai.	<i>A Palavra</i> (Teresina, PI)	“Soneto”	Soneto
2ª	1902	1 jun.	<i>A Palavra</i> (Teresina, PI)	“A minha vingança”	Soneto
3ª	1902	5 jul.	<i>A Palavra</i> (Teresina, PI)	“Recordação”	Quadras
4ª	1902	21 jul.	<i>A Palavra</i> (Teresina, PI)	“Suposição”	Soneto
5ª	1902	14 set.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Enjoado”	Soneto
6ª	1902	30 set.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Teu nome”	Sextilha
7ª	1903	7 set.	<i>Liberdade</i> (Teresina, PI)	“7 de setembro”	Sextilhas
8ª	1905	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Suplício”	Soneto
9ª	1905	29 out.	<i>Borboleta</i> (Teresina, PI)	“Musa”	Quadras
10ª	1905	29 nov.	<i>Borboleta</i> (Teresina, PI)	“A mulher”	Quartetos
11ª	1905	29 dez.	<i>Borboleta</i> (Teresina, PI)	“Petulância”	Soneto
12ª	1906	25 mar.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“O riso: num álbum”	Soneto
13ª	1906	22 abr.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“Treva”	Soneto
14ª	1906	31 mai.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“Versos”	Quartetos
15ª	1906	23 jun.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“O Sol”	Oitavas
16ª	1906	11 ago.	<i>O Operário</i> (Teresina, PI)	“Indiscrição”	Soneto
17ª	1906	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Eva”	Crônica
18ª	1909	15 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Alvorada”	Poema
19ª	1907	27 out.	<i>O Apóstolo</i> (Teresina, PI)	“O apalhaçado Esmaragdo Freitas”	Crítica
20ª	1910	23 jun.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Maio”	Soneto
21ª	1910	18 jul.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“São João na roça”	Quadras
22ª	1910	10 set.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Anárquico”	Soneto
23ª	1910	26 out.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Um artista”	Crítica
24ª	1912	10 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Vida alegre II”	Conto
25ª	1912	29 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“A tosca”	Soneto
26ª	1912	24 ago.	<i>Diário do Pianí</i> (Teresina, PI)	“Dia de finados”	Soneto
	1912	20 out.	<i>Diário do Pianí</i> (Teresina, PI)	“A suprema delícia”	Soneto
27ª	1913	30 abr.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Jovita ou a heroína de 1865”	Drama
28ª	1913	31 mai.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Terra da luz”	Conto
29ª	1918	25 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“Rimas”	3 sonetos
30ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Jovita ou a heroína de 1865”	Drama republicado
31ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Gilka Machado”	Crítica
32ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Ecce Homo!...”	Soneto

APÊNDICE S
PRODUÇÕES DE CELSO PINHEIRO EM PERIÓDICOS TERESINENSES
(1906-1926)

PRODUÇÕES DE CELSO PINHEIRO EM PERIÓDICOS PIAUIENSES (1906-1926)					
ORD.	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1906	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Perfil”	Soneto
2 ^a	1909	15 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Tuberculosa”	Soneto
3 ^a	1909	15 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Alma agônica”	Crônica
4 ^a	1909	30 jul.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Hino de maldição”	Soneto
5 ^a	1909	15 ago.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Ânsia louca”	Soneto
6 ^a	1909	30 set.	<i>Alvorada</i> (Teresina, PI)	“Petalos”	Crônica
7 ^a	1910	17 fev.	<i>Monitor</i> (Teresina, PI)	“Clóris”	Soneto
8 ^a	1911	10 jan.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Sol posto”	Soneto
9 ^a	1912	27 jan.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Olhos pardos”	Soneto
10 ^a	1912	10 fev.	<i>Cidade Verde</i> (Teresina, PI)	“Flor incógnita”	Soneto
11 ^a	1912	8 mai.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Flor incógnita”	Soneto republicado
12 ^a	1912	1 jun.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Os nossos olhos: os meus”	Soneto
13 ^a	1912	1 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“A janela”	Soneto
14 ^a	1912	1 ago.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Os nossos olhos: os dela”	Soneto
15 ^a	1912	20 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Flor incógnita”	Soneto republicado
16 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: negros”	Soneto
17 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: verdes”	Soneto
18 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: azuis”	Soneto
19 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: castanhos”	Soneto
20 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: amarelos”	Soneto
21 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: pardos”	Soneto
22 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: os meus”	Soneto
23 ^a	1912	31 out.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema dos olhos: os dela”	Soneto
24 ^a	1913	30 abr.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Olhos de bêbedo”	Soneto
25 ^a	1913	30 nov.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“O suicida”	3 sonetos
26 ^a	1914	10 set.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Feliz tempo”	Soneto
27 ^a	1918	25 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“Ode à tristeza”	Soneto
28 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Eu”	4 sonetos
29 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Olhos”	4 sonetos
30 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Eu”	Soneto
31 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Estes versos”	Soneto
32 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“... Mãos em cruz”	Soneto
33 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Decomposição”	Soneto
34 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Rui Barbosa”	Soneto
35 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Tota pulcra”	Soneto
36 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Imprevisto”	Soneto
37 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Paisagens da Guerra”	Conferência
38 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Pobre página”	Carta
39 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Chama extinta”	Crítica
40 ^a	1926	20 abr.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Soneto”	Soneto
41 ^a	1926	22 abr.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Soneto”	Soneto
42 ^a	1926	27 abr.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Soneto”	Soneto
43 ^a	1926	6 mai.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Soneto”	Soneto
44 ^a	1926	8 mai.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Soneto”	Soneto
45 ^a	1926	11 mai.	<i>A Imprensa</i> (Teresina, PI)	“Soneto”	Soneto

APÊNDICE T
PRODUÇÕES DE PEDRO BRITO EM PERIÓDICOS PIAUIENSES
(1901-1919)

PRODUÇÕES DE PEDRO BRITO EM PERIÓDICOS PIAUIENSES (1901-1919)					
ORD.	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1901	5 jul.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“A fé cristã” (I)	Artigo
2 ^a	1901	11 jul.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“A fé cristã” (II)	Artigo
3 ^a	1901	18 jul.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Madona”	Soneto
4 ^a	1901	18 jul.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“A fé cristã” (III)	Artigo
5 ^a	1901	25 jul.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“A fé cristã” (IV)	Artigo
6 ^a	1901	10 ago.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“A fé cristã” (V)	Artigo
7 ^a	1901	21 ago.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Escombros”	Tercetos
8 ^a	1901	28 ago.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“A sinhá”	Sextilhas
9 ^a	1901	31 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“As três irmãs”	Crônica
10 ^a	1901	24 set.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Teu riso!”	Sextilhas
11 ^a	1901	4 out.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Post mortem...”	Soneto
12 ^a	1901	4 out.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Assim!...”	Cromo
13 ^a	1901	31 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“As três irmãs”	Conto
14 ^a	1901	15 out.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Indiferente”	Soneto
15 ^a	1901	15 out.	<i>O Correio</i> (Teresina, PI)	“Noiva pelo coração”	Folhetim
16 ^a	1901	7 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Confidência”	Soneto
17 ^a	1901	28 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Dedicatória”	Soneto
18 ^a	1902	20 abr.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“O confessorário e a confissão” (II)	Artigo
19 ^a	1902	4 mai.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“O confessorário e a confissão” (III)	Artigo
20 ^a	1902	4 mai.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Dolorida”	Soneto
21 ^a	1902	11 mai.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“O bispado, o convento e a casa da rosa no Piauí”	Artigo
22 ^a	1902	22 mai.	<i>O Dever</i> (Teresina, PI)	“O meu desejo”	Soneto
23 ^a	1902	22 mai.	<i>O Dever</i> (Teresina, PI)	“Intérmina agonia”	Soneto
24 ^a	1902	25 mai.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Jerusa”	Soneto
25 ^a	1902	1 jun.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“O fanatismo: I”	Folhetim
26 ^a	1902	8 jun.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Meu pai”	Soneto
27 ^a	1902	8 jun.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“O fanatismo: II”	Folhetim
28 ^a	1902	22 jun.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Estrada em fora: I”	Soneto
29 ^a	1902	3 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Estrada em fora: II”	Soneto
30 ^a	1902	3 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Caracará”	Crônica
31 ^a	1902	10 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Estrada em fora: III”	Soneto
32 ^a	1902	27 ago.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Estrada em fora: IV”	Soneto
33 ^a	1902	7 set.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Meditação”	Soneto
34 ^a	1902	15 set.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Um maestro cearense”	Artigo
35 ^a	1902	28 dez.	<i>Pátria</i> (Teresina, PI)	“Do coração”	Poema
36 ^a	1905	12 out.	<i>Andorinha</i> (Teresina, PI)	“Le monde marche”	Soneto
37 ^a	1908	8 mar.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Letras”	Crítica
38 ^a	1911	27 dez.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“De longe”	Soneto
39 ^a	1913	28 fev.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Evocações”	Soneto
40 ^a	1913	9 jul.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Preito”	Soneto
41 ^a	1913	8 out.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Saudade”	Soneto
42 ^a	1914	20 jan.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“Tateando”	Soneto
43 ^a	1918	11 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“Epopéia de maio”	Quintilhas
44 ^a	1918	11 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“Pastoril”	Soneto
45 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Impressões opostas”	2 sonetos
46 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“De longe”	Soneto
47 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Olavo Bilac”	Soneto
48 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“O grande morto”	Crônica

APÊNDICE U
PRODUÇÕES DE JONAS DA SILVA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1900-1930)

PRODUÇÕES DE JONAS DA SILVA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1900-1930)					
ORD.	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1 ^a	1900	8 fev.	<i>O Paiz</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Chorando e rindo”	Soneto
2 ^a	1900	29 ago.	<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Anjo e Pantera”	Soneto
3 ^a	1901	1 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Anjo e Pantera”	Soneto republicado
4 ^a	1901	9 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Canário”	Soneto
5 ^a	1901	17 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Faquir”	Soneto
6 ^a	1901	24 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Paraguaia”	Soneto
7 ^a	1901	24 jan.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Turca”	Soneto
8 ^a	1901	9 fev.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Prussiana”	Soneto
9 ^a	1901	17 fev.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Paladinos vencidos”	Soneto
10 ^a	1901	2 mar.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Esplêndida”	Soneto
11 ^a	1901	9 mar.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Sempre-viva”	Soneto
12 ^a	1901	16 mar.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Introdução”	Soneto
13 ^a	1901	23 mar.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A Chácara”	Soneto
14 ^a	1901	6 abr.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Os gorjeios”	Soneto
15 ^a	1901	13 abr.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“O sino”	Soneto
16 ^a	1901	20 abr.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Hino ao tétano”	Soneto
17 ^a	1901	18 mai.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Poetas mortos”	Soneto
18 ^a	1901	25 mai.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Morta”	Soneto
19 ^a	1901	1 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“No bosque”	Soneto
20 ^a	1901	8 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Nápoles”	Soneto
21 ^a	1901	15 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Plástica”	Soneto
22 ^a	1901	22 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“No Atlântico”	2 sonetos
23 ^a	1901	29 jun.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Artista”	Soneto
24 ^a	1901	6 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Ante um lenço”	Poema
25 ^a	1901	13 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Lembrança”	Soneto
26 ^a	1901	20 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“A Caverna”	Soneto
27 ^a	1901	27 jul.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Deusa”	Soneto
28 ^a	1901	3 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Guarany”	2 sonetos
29 ^a	1901	10 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Metamorfose”	Soneto
30 ^a	1901	17 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“No Templo”	Soneto
31 ^a	1901	24 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Judia”	Soneto
32 ^a	1901	31 ago.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Aspiração”	Soneto
33 ^a	1901	7 set.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Santa Tereza”	2 sonetos
34 ^a	1901	14 set.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Ó Têmpora”	Soneto
35 ^a	1901	21 set.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Impressões Opostas”	2 sonetos
36 ^a	1901	28 set.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Artista”	Soneto
37 ^a	1901	5 out.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Ouvindo-te”	Soneto
38 ^a	1901	12 out.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Segredo”	Soneto
39 ^a	1901	19 out.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Amor Materno”	Soneto
40 ^a	1901	26 out.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Pecado Antigo”	Soneto
41 ^a	1901	2 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Finis Terrae”	2 sonetos
42 ^a	1901	9 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“José de Alencar”	Soneto
43 ^a	1901	15 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Noturno”	Soneto
44 ^a	1901	23 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Tuberculoso”	Soneto
45 ^a	1901	30 nov.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Querulo”	Soneto
46 ^a	1901	7 set. ⁵²⁵	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Lago Maldito”	Soneto
47 ^a	1901	14 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Palácio Real”	Soneto
48 ^a	1901	21 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Guerreira”	Soneto
49 ^a	1901	28 dez.	<i>Nortista</i> (Parnaíba, PI)	“Ódio”	Soneto

⁵²⁵ Data publicada errada, pois que a seqüência cronológica do número de edições é continuada; neste caso, o correto seria: 7 de dezembro.

50 ^a	1902	12 out.	<i>O Artista</i> (Teresina, PI)	“Poetas mortos”	Soneto republicado
51 ^a	1903	14 fev.	<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Judia”	Soneto republicado
52 ^a	1904	19 jun.	<i>Jornal do Commercio</i> (Manaus, AM)	“Pecados e Mágoas”	Soneto
53 ^a	1904	26 jun.	<i>Jornal do Commercio</i> (Manaus, AM)	“Águia de bronze”	Soneto
54 ^a	1904	11 set.	<i>Jornal do Commercio</i> (Manaus, AM)	“O peregrino apaixonado”	Soneto
55 ^a	1905	25 fev.	<i>Correio do Brasil</i> (Salvador, BA)	“Nome”	Soneto
56 ^a	1905	27 fev.	<i>Correio do Brasil</i> (Salvador, BA)	“Visita”	Soneto
57 ^a	1905	13 mar.	<i>Correio do Brasil</i> (Salvador, BA)	“Ciclista”	Soneto
58 ^a	1905	16 mar.	<i>Correio do Brasil</i> (Salvador, BA)	“Prussiana”	Soneto republicado
59 ^a	1905	28 mar.	<i>Correio do Brasil</i> (Salvador, BA)	“Alma”	Soneto
60 ^a	1906	28 jun.	<i>Jornal do Commercio</i> (Manaus, AM)	“Ao doutor Afonso Pena”	Hino
61 ^a	1908	16 abr.	<i>Copacabana</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“A Chácara”	Soneto republicado
62 ^a	1909	12 out.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Santa Tereza”	2 sonetos republicados
63 ^a	1910	9 jan.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Paisagens da carne”	Soneto
64 ^a	1910	23 fev.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Sic transit...”	Soneto
65 ^a	1910	10 mar.	<i>Monitor</i> (Teresina, PI)	“Amor de misticismo”	Soneto
66 ^a	1910	14 abr.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Esplêndida”	Soneto republicado
67 ^a	1910	29 abr.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Aspiração”	Soneto republicado
68 ^a	1910	17 mai.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Rural”	Soneto
69 ^a	1910	10 jun.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Pastoril”	Soneto
70 ^a	1910	14 jun.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“O Novo Riachuelo”	Soneto
71 ^a	1910	3 jul.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“O Novo Riachuelo”	Soneto republicado
72 ^a	1910	6 jul.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Alarma”	Soneto
73 ^a	1910	8 jul.	<i>Gazeta</i> (Teresina, PI)	“O Novo Riachuelo”	Soneto republicado
74 ^a	1910	10 jul.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“A retirada da Laguna”	Soneto
75 ^a	1910	17 jul.	<i>Correio do Norte</i> (Manaus, AM)	“Vida anterior”	Soneto
76 ^a	1911	1 jan.	<i>Copacabana</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Os gorjeios”	Soneto republicado
77 ^a	1911	2 abr.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“José de Alencar”	Soneto
78 ^a	1911	14 mai.	<i>Auras do Norte</i> (Parnaíba, PI)	“Vida anterior”	Soneto republicado
79 ^a		16 jun.	<i>Auras do Norte</i> (Parnaíba, PI)	“Anjo e Pantera”	Soneto republicado
80 ^a	1911	13 ago.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Lembrança”	Soneto
81 ^a	1911	20 ago.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“A Chácara”	Soneto republicado
82 ^a	1911	27 ago.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“No templo”	Soneto
83 ^a	1911	3 set.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“O sino”	Soneto
84 ^a	1911	10 set.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Segredo”	Soneto
85 ^a	1911	24 set.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Canário”	Soneto republicado
86 ^a	1911	15 out.	<i>Semana</i> (Parnaíba, PI)	“Ao luar”	Soneto
87 ^a	1912	20 ago.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Visita”	Soneto republicado
88 ^a	1912	10 dez.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Aniversário”	Soneto
89 ^a	1913	10 jan.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Misteriosa”	Soneto
90 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Pastoril”	Soneto republicado
91 ^a	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Sic transit...”	Soneto republicado
92 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Na aldeia”	Soneto
93 ^a	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Canário”	Soneto republicado
94 ^a	1921	5 ago.	<i>Ginasiano</i> (Manaus, AM)	“Dona Sol”	Soneto
95 ^a	1922	23 set.	<i>El Hispano Amazonense</i> (Manaus, AM)	“Casa Vazia”	Soneto
97 ^a	1922	30 set.	<i>El Hispano Amazonense</i> (Manaus, AM)	“Visão”	Soneto
98 ^a	1926	-	<i>Almanaque da Parnaíba</i> (Parnaíba, PI)	“Discurso de posse na APL”	Discurso
99 ^a	1930	4 mai.	<i>Correio da Manhã</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Coração”	Soneto
100 ^a	1930	4 mai.	<i>Correio da Manhã</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Alma”	Soneto republicado
101 ^a	1930	4 mai.	<i>Correio da Manhã</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Verão”	Soneto

APÊNDICE V
PRODUÇÕES DE LUCÍDIO FREITAS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
(1912-1921)

PRODUÇÕES DE LUCÍDIO FREITAS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (1912-1921)					
ORD	ANO	DIA/MÊS	PERIÓDICO E LOCAL	TÍTULO	GÊNERO
1ª	1912	1 mar.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Poema antigo”	Soneto
2ª	1912	1 jul.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Lírio branco”	Soneto
3ª	1912	1 ago.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Canção da Tristeza”	Quartetos
4ª	1912	6 set.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Depois do sonho...”	Soneto
5ª	1912	15 set.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Gizando”	Crítica
6ª	1912	18 set.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“A cancela”	Soneto
7ª	1912	25 set.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Forever”	Soneto
8ª	1912	28 set.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Última página”	Soneto
9ª	1912	1 out.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Cruz de carne”	Soneto
10ª	1912	23 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Ida”	Soneto
11ª	1912	23 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Página triste”	Necrológio
12ª	1912	25 out.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Orgulho vão”	Soneto
13ª	1912	18 dez.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Orgulho vão”	Soneto
14ª	1913	31 jan.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Íntimo”	Soneto
15ª	1913	8 fev.	<i>O Imparcial</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Contestação às afirmações do Padre Lopes sobre os acontecimentos de Teresina”	Carta
16ª	1913	14 fev.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“Vozes estranhas”	2 sonetos
17ª	1913	22 mar.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Ao luar”	Soneto
18ª	1913	3 jun.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“De volta”	Soneto
19ª	1913	26 jun.	<i>Diário do Piauí</i> (Teresina, PI)	“São João”	Soneto
20ª	1913	11 set.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Recordança”	Soneto
21ª	1913	30 set.	<i>Litericultura</i> (Teresina, PI)	“Canção de um louco”	Quadras
22ª	1913	25 dez.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Vozes estranhas”	2 sonetos republicados
23ª	1913	25 dez.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Ontem e hoje, visita a uma tuberculosa”	Poema
24ª	1914	7 mar.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Ânsia”	Soneto
25ª	1914	24 abr.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Ânsia”	Soneto republicado
26ª	1914	18 jul.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Sol”	Soneto
27ª	1915	22 mai.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Pela volúpia da tarde”	Sextilhas
27ª	1915	27 nov.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Paisagem tropical”	Soneto
28ª	1915	-	<i>Oráculo</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Poema antigo”	Soneto republicado
29ª	1916	9 jan.	<i>Estado do Pará</i> (Belém, PA)	“Zaratustra”	Poema
30ª	1916	22 jan.	<i>Fon Fon</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Oração ao luar”	Soneto
31ª	1916	29 fev.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“A Demócrito”	Soneto
32ª	1916	15 jul.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Para a glória dos teus cabelos”	Poema
33ª	1916	30 ago.	<i>Efemeris</i> (Belém, PA)	“Soneto”	Soneto
34ª	1916	28 out.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Vencido”	Quartetos
35ª	1917	11 fev.	<i>Estado do Pará</i> (Belém, PA)	“Livros novos: <i>Corimbo</i> , Augusto Meira”	Crítica
36ª	1917	13 mar.	<i>Estado do Pará</i> (Belém, PA)	“Deus”	Soneto
37ª	1917	26 mar.	<i>Estado do Pará</i> (Belém, PA)	“Bibliografia: <i>Da responsabilidade criminal</i> ”	Crítica
38ª	1917	12 abr.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Deus”	Soneto republicado
39ª	1917	7 jun.	<i>Estado do Pará</i> (Belém, PA)	“Candidaturas presidenciais”	Artigo
40ª	1917	8 jul.	<i>Estado do Pará</i> (Belém, PA)	“À minha sombra”	Soneto
41ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Pedras preciosas”	3 sonetos
42ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Sonetos”	4 sonetos
43ª	1918	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Recepção do senhor Simplício Mendes”	Discurso
44ª	1918	13 fev.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Natureza”	Soneto
45ª	1918	6 abr.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Deus”	Soneto republicado
46ª	1918	11 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“Anteu”	Soneto
47ª	1918	25 mai.	<i>Chapada do Corisco</i> (Teresina, PI)	“Trovas”	Quartetos
48ª	1919	-	<i>Revista a APL</i> (Teresina, PI)	“O riacho”	Soneto
49ª	1919	-	<i>Revista da APL</i> (Teresina, PI)	“Apologia do silêncio”	Quartetos

50^a	1919	13 fev.	<i>Arealense</i> (Rio de Janeiro, RJ)	“Poema antigo”	Soneto republicado
51^a	1919	23 ago.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“Sol-Vita”	Soneto
52^a	1920	9 out.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“As estações”	2 sonetos
53^a	1920	-	<i>Ilustração Pelotense</i> (Pelotas, RS)	“Para a glória dos teus cabelos”	Poema republicado
54^a	1921	22 jan.	<i>Pacotilha</i> (São Luís, MA)	“As estações”	2 sonetos
55^a	1921	23 mai.	<i>Diário de São Luiz</i> (São Luís, MA)	“Do ‘Elogio da dor’” (I)	Soneto
56^a	1921	24 mai.	<i>Diário de São Luiz</i> (São Luís, MA)	“Do ‘Elogio da dor’” (II)	Soneto